



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIX SUP. B AO Nº 100, TERÇA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2024

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL

Ata da 9ª Reunião, realizada em 5 de Junho de 2024	5
Ata da 10ª Reunião, realizada em 12 de Junho de 2024	24

1.2 – CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS

Ata da 8ª Reunião, realizada em 5 de Junho de 2024	44
Ata da 9ª Reunião, realizada em 6 de Junho de 2024	80
Ata da 10ª Reunião, realizada em 11 de Junho de 2024	137
Ata da 11ª Reunião, realizada em 18 de Junho de 2024	182

1.3 – COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI DO PROCESSO ESTRUTURAL NO BRASIL

Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de Junho de 2024	277

1.4 – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL

Ata da 4ª Reunião, realizada em 28 de Maio de 2024	284
Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de Junho de 2024	304
Ata da 6ª Reunião, realizada em 11 de Junho de 2024	330
Ata da 7ª Reunião, realizada em 1 de Julho de 2024	349

1.5 – COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Ata da 15ª Reunião, realizada em 15 de Maio de 2024	390



Ata da 16ª Reunião, realizada em 12 de Junho de 2024 406





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Temporária para exame de projetos de reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional com a presença dos Senadores Efraim Filho, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho, Tereza Cristina, Weverton, Professora Dorinha Seabra, Janaína Farias e Eduardo Braga, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães e Daniella Ribeiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2481, de 2022 - Terminativo** - que: "Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo)." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, parcialmente acolhida a Emenda nº 1-T. **Resultado:** Após leitura do complemento de voto, foi adiada a deliberação. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 2483, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 6-T, parcialmente acolhidas as Emendas nos 7-T e 11, e rejeitadas as demais. **Resultado:** Após leitura do complemento de voto, foi adiada a deliberação. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 2484, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 2485, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a mediação tributária na União e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 2486, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento integral da Emenda nº 6-T, parcial das Emendas nos 1-T, 3-T e 4-T e rejeição das Emendas nos 2-T e 5-T. **Resultado:** Aprovado o substitutivo (Emenda n. 7 - CTIADMTR), o qual é definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 2488, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Após leitura do complemento de voto, foi adiada a deliberação. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 2489, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Rejeitado o projeto. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 2490, de 2022 - Terminativo** - que: "Dá nova





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redação ao art. 11 do Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação, com a rejeição da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovado o projeto e rejeitada a Emenda nº 1-T. **ITEM 9 - Projeto de Lei Complementar nº 124, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Após leitura do complemento de voto, foi adiada a deliberação. **ITEM 10 - Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Após leitura do complemento de voto, foi adiada a deliberação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Temporária para exame de projetos de reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/06/05>

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.)
– Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Temporária para Exame de Projetos de Reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de junho de 2024.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada no dia 16 de maio de 2024.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação das matérias distribuídas à Comissão. *(Pausa.)*

Nós vamos votar hoje os projetos que não têm emendas, e aqueles que têm algumas emendas apresentadas a gente vota na próxima reunião. Então, o item 1, o item 2, o item 3... Os itens 1 e 2 têm emendas.

Vamos para o item 3.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2484, DE 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela prejudicialidade

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Perfeito.

O item 3 é pela prejudicialidade.

Eu estou aqui com a complementação de voto, Presidente, que exatamente se refere aos processos, aos projetos que têm alterações. A esses que têm alterações, havendo solicitação, nós vamos dar mais uma semana de prazo para que possamos nos debruçar sobre eles; e naqueles que foram apresentados há 15 dias e a que não houve apresentação de emendas nem reiterado pedido de adiamento, a gente pode avançar hoje. Aí vamos com o PL do item 3.

Eu pedi à assessoria que me traga os relatórios por projeto, para que a gente possa votar já os três.

Se me permite, eu posso... *(Pausa.)*

Quanto ao 2.484 e ao 2.485, é pela prejudicialidade porque eles foram incorporados ao 2.483. Então, se a gente já puder deliberar, já vamos nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, mas o 2.483...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não, o 2.483, não. O 2.483 vai ficar para a seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É o 2.486. *(Pausa.)*

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vamos para o item 5.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5**PROJETO DE LEI Nº 2486, DE 2022****- Terminativo -**

Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento integral da Emenda nº 6-T, parcial das Emendas nos 1-T, 3-T e 4-T e rejeição das Emendas nos 2-T e 5-T.

A matéria está em discussão.

Com a palavra para discutir... Aliás...

Já foi lido o relatório?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Já, já foi lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A matéria está em discussão ainda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação nominal neste momento o substituto oferecido pelo PL 2.486, de 2022, cujo relatório é pela aprovação nos termos do substituto, com o acolhimento integral da Emenda 6-T, parcial das Emendas nºs 1-T, 3-T e 4-T e rejeição das Emendas 2-T e 5-T.

Os Senadores que votam com o Relator votam “sim”.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Os Senadores e as Senadoras já podem votar. *(Pausa.)*

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Muito bem. Quero registrar aqui, Presidente Izalci – não sei se já o fez, até porque eu estava aqui conferindo os últimos detalhes –, a presença da Ministra do STJ Regina Helena, que conduziu e presidiu os trabalhos da Comissão de Juristas que preparou os anteprojetos sobre os quais estamos nos debruçando neste momento. Quero agradecer a presença, que ilustra bastante este momento. Ao lado dela, o Prof. Marcus Livio, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também secretariou essa Comissão, coordenou boa parte dos trabalhos, foi ali um braço operoso ao lado da Ministra para essa condução e que também esteve, durante todo esse processo de estudo e de elaboração dos pareceres, trabalhando ao lado da nossa Consultoria Legislativa, tanto a do gabinete quanto a Consultoria Legislativa do Senado, a quem faço questão, mais uma vez, de agradecer. Estiveram ali firmes, fortes. Em nome do Rafael, quero agradecer a todos, já foram nominados, já foram citados. Em nome da Flávia e do Dênio também, à nossa assessoria de gabinete; e da Márcia, à assessoria da Liderança, uma consultoria extremamente qualificada, que nos dá muito conforto de saber que estamos chegando a um texto próximo ao ideal. Não digo ideal, porque o ideal é inimigo do possível; então, eu acredito que tem sido, sim, um texto que, com sintonia fina, tem se ajustado.

Enquanto estamos aguardando, Presidente, mais um voto para a gente poder avançar com o quórum, eu vou começando a ler o resumo da complementação dos votos, dos projetos que não serão votados hoje, e aí a gente vai ganhando tempo para, na sequência, também seguir com as demais votações nominais que serão necessárias hoje – serão três, segundo a Secretaria nos informou.

Então, vamos lá.

Já está com o Presidente. Temos cópias aqui e, para aqueles que desejarem, também já está no sistema.

Na 8ª Reunião desta Comissão, realizada no dia 16 de maio de 2024, procedemos à leitura dos relatórios relativos aos dez projetos que aqui tramitam. A reunião culminou com um pedido de vista coletiva e, ao longo das duas últimas semanas, recebemos contribuições adicionais por parte de Senadores, da sociedade civil, de juristas e do poder público para aprimoramento dos projetos.

Mantendo o nosso foco de aperfeiçoamento da legislação tributária e com a mente aberta e espírito público, analisamos com cuidado os pleitos formulados, muito deles reiterações de demandas anteriores. Acolhemos parcialmente as contribuições, incorporando-as nos substitutivos, buscando a racionalidade, eficiência, segurança jurídica no processo administrativo e tributário nacional.

Lembramos que os PLs 2.484, 2.485, 2.486, 2.489 e 2.490 não sofreram alterações após as complementações de voto anterior e estão em condições de serem votados, na forma dos relatórios apresentados na última reunião da Comissão.

Quanto aos demais projetos, destacamos a seguir as principais alterações veiculadas nas complementações de votos que apresentamos neste momento à Comissão:

- PL 2.481, de 2022, que reforma a Lei 9.784, de 1999, a Lei de Processo Administrativo Federal.

1.1. Adicionamos garantias no uso de inteligência artificial no processo administrativo eletrônico, por meio de diretrizes de transparência, previsibilidade e auditabilidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, quando solicitado pelo usuário, deve ser explanado seu funcionamento. Deve ser garantida a proteção de dados pessoais e promovida a correção de vieses discriminatórios, que têm se mostrado um desafio importante nos sistemas.

1.2. Promovemos compatibilização dos prazos prescricionais do PL com a Lei 9.873/99, prescrição intercorrente de três anos e reinício integral do prazo interrompido. Aqui, a discussão do prazo é até uma discussão secundária; a uniformização dos prazos é talvez a grande conquista e o grande legado desses PLs, porque hoje, para quem lida, no dia a dia, com essa realidade, a dificuldade são esses prazos absolutamente distintos, muitas vezes, nos diferentes níveis da Federação. Portanto, essa compatibilização é talvez um dos grandes ganhos em termos de racionalidade, simplicidade e desburocratização na linha dos PLs que foram apresentados.

1.3. Quanto à Emenda nº 2, do Senador Izalci, incorporamos as alterações propostas na Lei de Improbidade Administrativa para que somente se tipifiquem as infrações administrativas dispostas pelo art. 13 da LIA nos casos de dolo do agente, inclusive o dolo omissivo. A exigência de efetivo processo administrativo deve ser observada no acesso a dados de terceiros; porém, em relação aos dados do próprio agente público, neste caso, basta ser processo administrativo. Essa sistemática serve, inclusive, para evitar a instauração de processos desnecessários e prejudiciais ao próprio servidor, que poderia ter suspeitas em relação a si dissipadas mediante simples conferência de dados objetivos, constantes da declaração prestada. No tocante ao poder de fiscalização das autoridades fazendárias, expressamos a necessidade de que seja observada a Lei Complementar nº 105, de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras.

O voto.

Portanto, ante o exposto, ratificamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL 2.481, de 2022, acolhida parcialmente a Emenda nº 2 e parcialmente acolhida a Emenda nº 1-T, na forma do substitutivo.

- PL 2.483, de 2022. É o item 2 da pauta, o PL que dispõe sobre o processo administrativo tributário federal.

2.1. Explicitamos que a Procuradoria, seja a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, seja a Procuradoria-Geral Federal, deve proceder ao controle de legalidade, à inscrição em dívida ativa e à cobrança executiva, quer judicial, quer extrajudicial.

2.2. Corrigimos o prazo do contribuinte para se manifestar pelo pagamento do crédito tributário resolvido definitivamente a favor da Fazenda Pública pelo voto de qualidade no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Esse deveria ser de 90 dias corridos, ou seja, 65 dias úteis, e não 45 dias úteis, como constou do substitutivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2.3. Permitimos apartação dos autos, caso o processo administrativo fiscal sobrestado contenha outra questão jurídica independente daquela afetada pelo STF ou pelo STJ à sistemática de repercussão geral ou à dos recursos repetitivos, respectivamente.

2.4. Afastamos a ideia de que a mediação é meio de prevenção de conflitos, e sim meio alternativo para a solução consensual de conflito.

2.5. Optamos pelo não acolhimento da Emenda nº 12, que obriga os contribuintes que tiverem decisões desfavoráveis no Carf a ingressarem com ação judicial à espera de decisão definitiva de tribunais superiores, contribuindo, dessa forma, para a sobrecarga do Poder Judiciário.

Seguimos ao voto.

Ante o exposto, complementando o voto com os ajustes acima descritos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, adequação orçamentário-financeira e boa técnica legislativa do PL 2.483 e, no mérito, pela sua aprovação na forma do substitutivo abaixo, que contempla a nossa versão dos PLs 2.484 e 2.485, acolhida a Emenda nº 6-T, parcialmente acolhidas as Emendas nºs 7-T e 11, e rejeitadas as demais.

– Item 3, PL nº 2.488, de 2022, que dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências.

3.1. Aprimoramos as regras relativas ao prazo de envio de informações necessárias à inscrição em dívida ativa, reconhecendo que os órgãos correccionais terão razoabilidade para, em situações de atraso, discernir situações de incapacidade operacional dos órgãos em cumprir os prazos (art. 5º, §2º).

3.2. Estabelecemos que, havendo justo motivo, a ser avaliado pelo juiz, ou inaptidão operacional do cartório, é cabível a via judicial para a execução fiscal, mesmo de dívidas de pequeno valor (art. 18, *caput* e §7º).

3.3. Alinhamos para 60 salários mínimos a definição de dívida de pequeno valor e respeitamos a autonomia dos entes federativos para, por lei, reduzir o valor (art. 19, *caput*).

3.4. Evoluímos as regras concernentes ao arquivamento de processos judiciais e extrajudiciais de valores irrisórios ou de baixa probabilidade de efetividade (art. 19, §3º, e art. 38, §3º).

Suspendo a leitura neste momento porque atingimos o quórum e podemos seguir a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está encerrada a votação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Determino à Secretaria que demonstre o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Foram 4 votos SIM; nenhum NÃO.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone.*) – Quórum de cinco.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com quórum de cinco. Muito bom, não é?

Aprovado o substitutivo ao PL 2.486, de 2022.

Ficam prejudicados os projetos e as emendas a ele apresentados, nos termos regimentais.

Nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno, o substitutivo será submetido a turno suplementar.

Consulto o Plenário se podemos fazer o turno de suplementar na data de hoje.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo objeção, discussão em turno de suplementar. *(Pausa.)*

Não havendo emendas apresentadas no turno de suplementar, fica definitivamente adotado o substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 7**PROJETO DE LEI Nº 2489, DE 2022****- Terminativo -**

Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeiçãoA matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação nominal, neste momento, o PL 2.489, de 2022, cujo relatório é pela rejeição.

Os Senadores que votam com o Relator votam "não".

Os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação.)***O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Reforço aqui que quem vota com o Relator vota "não". *(Pausa.)*

Bem, está encerrada a votação.

Determino à Secretaria da Mesa que mostre o resultado.

*(Procede-se à apuração.)***O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – SIM, 0; NÃO, 4.

Fica rejeitado o PL 2.489, de 2022.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 8**PROJETO DE LEI Nº 2490, DE 2022****- Terminativo -***Dá nova redação ao art. 11 do Decreto-Lei nº 401, de 30 de dezembro de 1968.***Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)**Relatoria:** Senador Efraim Filho**Relatório:** Pela aprovação, com a rejeição da Emenda nº 1-T.A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação nominal, neste momento, o PL 2.490, de 2022, cujo relatório é pela aprovação, com a rejeição da Emenda nº 1-T.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Muito bem, enquanto procede-se às demais votações, seguimos com a nossa leitura.

Tínhamos encerrado no ponto 3.4, seguimos no ponto 3.5, referente ao PL 2.488, de 2022.

3.5. Melhoramos a disciplina dos emolumentos, deixando para o Conselho Nacional de Justiça a competência para pormenorizar as regras (arts. 20 e 21).

3.6. Convênios diretos entre tabeliães e órgãos públicos para acesso a sistemas para localização e constrição de bens: estabelecemos que caberá a esses, por sua entidade representativa, realizar os convênios para a obtenção dos sistemas eletrônicos necessários à condição do rito executivo extrajudicial (arts. 22 e 28, *caput*).

3.7. Aprimoramos a disciplina do rito executivo extrajudicial, de modo a deixar mais claro o papel do juiz em decidir controvérsias instaladas entre as partes bem como as atribuições do tabelião de protesto (arts. 23; 28, *caput*; 30; 31; e 35).

3.8. Estabelecemos que o ato de apreensão de veículos penhorados só poderá acontecer quando houver preclusão, de modo a resguardar o esgotamento das vias de impugnação devidas ao devedor. Lembramos que essa medida se inspira na própria legislação atual, que admite que os cartórios podem promover apreensões de veículos de modo extrajudicial nos casos de busca e apreensão de veículos e móveis alienados fiduciariamente (art. 8º-C, §§1º a 11, do Decreto-Lei 911, de 1º de outubro de 1969). Realizamos esses ajustes no substitutivo (art. 27, §§2º e 3º).

3.9. Estabelecemos que a avaliação dos bens penhoráveis só deverá ser feita por oficial de justiça em caso de convênio do tribunal local com a entidade representativa dos tabeliães. Não havendo esse convênio, o próprio tabelião, por si ou por preposto especializado, fará a avaliação (art. 32, *caput* e §4º).

3.10. No protesto como condição de procedibilidade de execução fiscal, incorporamos o texto do art. 3º da Resolução nº 547, de 22/02/2024, do Conselho Nacional de Justiça (art. 36, §§1º e 2º).

3.11. Realçamos que a citação do devedor só ocorre após a tentativa de penhora, tendo em vista que, antes da execução fiscal, o sistema disponibiliza diversas oportunidades ao devedor para pagar, negociar, transacionar e impugnar (art. 44, *caput*).



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

3.12. Quanto ao bloqueio liminar no caso de citação editalícia ou no exterior: para evitar inutilidade do rito executivo em situações de dificuldade de citação causados pelo devedor, previmos a adoção de medida cautelar de bloqueio de bens, se houver *fumus boni iuris* (art. 44, §3º).

3.13. Ajustamos a disciplina da prescrição contra o coobrigado na linha do Superior Tribunal de Justiça, que entende haver necessidade de prescrição da dívida principal. Entende, ainda, que o termo inicial da prescrição é a citação do devedor principal ou, se for o caso, da superveniente prática de ato autorizador de responsabilização, conforme previsto no art. 45, §2º.

3.14. Mantivemos o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica como referência para a inclusão de corresponsáveis, mas deixamos claro o cabimento de bloqueio cautelar de bens para evitar a inutilidade do procedimento. Afinal, estamos diante de dívidas estatais que são constituídas após longo procedimento administrativo, com notificação da parte devedora e presumidamente sob ciência de eventual corresponsável (art. 45, §5º).

3.15. Previmos a exigência de garantia do juízo para a oposição de embargos à execução, salvo prova inequívoca de incapacidade econômica do devedor.

3.16. Previmos que a liquidação da fiança bancária e do seguro garantia só deve acontecer após o trânsito julgado. Trata-se de regra já hoje existente nos termos do art. 9º, §7º, da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Além disso, deixamos claro o cabimento dessas garantias com espelhamento na legislação processual (art. 47, §§3º e 4º).

3.17. Quanto ao dever de indenização da Fazenda no caso de execução indevida, o texto do §1º do art. 54 é impreciso ao fazer referência a despesas com contratação de garantias que não são tratadas no projeto. O mais adequado é apenas deixar claro que a Fazenda Pública se sujeitará aos deveres de qualquer exequente no caso de execução indevida: indenizar as despesas da outra parte (art. 54, §1º).

Voto.

Diante disso, complementando o voto com as mudanças acima, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.488, de 2022; pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3 desta Comissão Especial; pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 da CAE, bem como da Emenda nº 4 desta Comissão Especial, tudo na forma do substitutivo.

Estou agradecendo aqui a presença do Senador Rogerio Marinho, que esteve por aqui e já se ausentou, mas deixou registrado o seu voto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Vamos encerrar por aí.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Encerrada a votação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Determino à Secretaria que demonstre o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Resultado: 5 votos SIM; NÃO, 0.

Fica aprovado o PL 2.490, de 2022.

Não havendo objeção do Plenário, fica considerada a mesma votação para a rejeição da Emenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Podemos seguir.

O item 4 é o Projeto de Lei Complementar 124, de 2022, que dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária.

No que toca às Emendas nºs 1 a 3, compreendemos os argumentos e a nobre intenção dos Senadores Izalci Lucas, Weverton e Professora Dorinha Seabra. Contudo, as proposições, que trazem para o Poder Legislativo reivindicação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil de ampliar sua participação no procedimento da transação tributária, não puderam ser acatadas neste momento. Isso porque, como já esclarecemos em outras oportunidades, não se chegou ao consenso sobre o tema entre a RFB e a PGFN, o que ficou patente na quinta audiência pública desta Comissão Especial, realizada no dia 20 de março de 2024. A nosso ver, a questão deve ser acertada previamente pelo próprio Ministério da Fazenda, ao qual estão submetidas as duas instituições.

Atualmente, a orientação é aquela já adotada pelo texto original da Comissão de Juristas e preservado no substitutivo, conforme demonstra o despacho do Presidente da República publicado no *Diário Oficial da União* de 13 de abril de 2023. Assim, somos pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3, sem prejuízo de avançar em outras oportunidades na discussão dessa relevante questão.

A Emenda nº 4 inova ao criar modalidade de transação individual, proposta pelo sujeito passivo, pela RFB ou pela PGFN para créditos de alto valor (superior a R\$10 milhões), discutidos em contencioso judicial ou administrativo, que tratem de tema controvertido, sem a necessidade de análise da capacidade de pagamento e situação econômica do sujeito passivo, mas com observância das perspectivas de êxito deste e o prazo estimado para o fim da demanda. E a concessão de desconto – inclusive sobre o valor principal – de até 95% e parcelamento em 180 meses. Acreditamos que a sugestão retira instrumento relevante da transação à disposição da Fazenda Pública, qual seja, a análise da capacidade de pagamento e situação econômica do sujeito passivo, além de desvincular os descontos do grau de dificuldade para a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recuperação do crédito tributário. Ademais, aumenta sobremaneira o valor do desconto possível, bem como o prazo para pagamento, inclusive superando muito o atualmente previsto para as pessoas naturais, microempresas, empresas de pequeno porte e santas casas de misericórdia. Igualmente, a matéria não foi objeto do devido debate no âmbito desta Comissão, razão pela qual votamos pela sua rejeição.

No art. 113-A do Código Tributário Nacional, que versa sobre a limitação das multas tributárias, estamos propondo mudanças nos percentuais máximos passíveis de incidência, além de adequar a terminologia, de sorte a alinhar o PLP às últimas normas federais sobre o tema, especialmente a Lei nº 14.689, de 20 de setembro de 2023. Assim, reduzimos o limite da multa de 100% para 75% do valor do tributo devido, a multa original. A multa qualificada em virtude da configuração de fraude, sonegação, conluio ou ocorrência de reincidência continua sendo, no máximo, equivalente ao dobro da penalidade original. Mas como incidirá sobre uma base menor, seu percentual máximo será de 150%, em vez de 200% – nesse percentual de 150%, se adequando àquilo que é praticado no Direito Comparado internacional.

Também alteramos pontualmente o art. 142 do CTN (§10, IV), para autorizar a redução da penalidade em 10%, na hipótese de ser atendida uma das circunstâncias atenuantes do §5º do artigo. Ademais, acrescentamos uma nova circunstância (§5º, VI), qual seja, a pendência de julgamento sobre a matéria tratada no lançamento, em uma das hipóteses previstas pelo art. 927 do Código de Processo Civil, que trata dos precedentes vinculantes.

Definimos reincidência (§11 do art. 142) na forma do §1º-A do art. 44 da Lei 9.430, de 1996 (com redação da Lei 14.689, de 2023), fazendo a ressalva de que ela não se configura no caso de suspensão da exigibilidade do crédito tributário devido a impugnação, recurso ou pedido de compensação (art. 151, inciso III, do CTN).

No art. 201 do CTN, em atendimento à sugestão da Advocacia-Geral da União, estamos alterando a parte final do §3º para retirar a possibilidade de ato infralegal aumentar ou diminuir o prazo para que sejam enviadas ao órgão responsável as informações necessárias para a inscrição em dívida ativa e cobrança dos créditos de natureza tributária ou não tributária, definitivamente constituídos. Isso em face do receio de que se perca a uniformidade do procedimento.

O art. 208-J do CTN, na forma do art. 1º do substitutivo ao PLP, trata da suspensão da tramitação dos processos administrativos fiscais que versem sobre questão jurídica sobrestada na esfera judicial em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal ou do STJ. A RFB argumenta que há processos em que são discutidas diversas matérias e que a suspensão de apenas uma delas prejudicará a tramitação das demais. Assim, para que não haja o represamento indevido de discussões não afetadas pelos tribunais superiores, sugerimos a inserção de novo parágrafo no art. 208-J, possibilitando a separação e tramitação dessas matérias.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, em complemento ao relatório apresentado em 16 de maio de 2024, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do PLP 124, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4, da presente Comissão.

Por fim, agora o último PLP, que é o 125, de 2022, que estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes.

5.1. Quanto à Emenda nº 1, que dilata o prazo máximo para o envio do processo administrativo, concordamos em parte com o Senador Izalci Lucas, pois afastamos a previsão de responsabilidade funcional pelo descumprimento do prazo. Essa medida pode levar à prestação de informações incompletas aos órgãos de inscrição devido à pressa do servidor para cumprir o prazo legal, afetando negativamente o processo. É preciso atacar o problema da lentidão do envio do crédito para inscrição em dívida ativa, considerando a disparidade na estrutura da administração tributária nas diferentes esferas federativas. O tempo é elemento fundamental para a recuperabilidade do crédito. Por isso, quanto menor for o tempo da demora para o encaminhamento do crédito à inscrição, maiores serão as chances de efetividade da cobrança. Estipulamos o prazo de 90 dias úteis, o que equivale a 623 dias corridos, razão pela qual já está acolhida parcialmente a Emenda nº 1 desta Comissão no substitutivo.

5.2. Acolhemos parcialmente a Emenda nº 2, do Senador Hamilton Mourão, que exige o trânsito em julgado para a liquidação de garantias apresentadas ao crédito tributário no todo ou em parte quando há decisão do mérito em desfavor do contribuinte. Entendemos que essa regra deve ser aplicável apenas à garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia, em razão da sua liquidez. A execução das demais garantias não deve estar sempre sujeita ao trânsito em julgado, visto que, como se sabe, há bens sujeitos a depreciação e deterioração que perdem valor conforme o transcurso do tempo. Portanto, impedir como regra a liquidação imediata de toda e qualquer garantia pode pôr em risco a recuperação do crédito público garantido pela penhora. No substitutivo, consta hipótese aplicável exclusivamente aos contribuintes considerados bons pagadores e cooperativos que poderão sofrer a execução de garantia prestada apenas após o trânsito em julgado, independentemente da espécie da garantia.

5.3. A Advocacia-Geral da União sugeriu suprimir a expressão "para os efeitos desta lei complementar" presente no art. 2º do substitutivo. Com isso, entende-se que a administração tributária seria composta pelas secretarias da Fazenda, estados e municípios, pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, na esfera da União, e pelos órgãos da advocacia pública em todos os entes federativos.

Nessa linha, o voto é pela aprovação do projeto na forma de substitutivo, rejeitadas as Emendas nºs 1, 3, 4 e 5 e acolhida em parte a Emenda nº 2, desta Comissão.

Enfim, esses são os aprimoramentos que promovemos, Sr. Presidente, ao texto do projeto em exame.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O processo de concepção e maturação dos projetos foi bastante rico, contando com o impulso inicial da Comissão de Juristas, com a autoria dos projetos pelo Presidente, o Senador Rodrigo Pacheco, complementado com ampla discussão nas cinco audiências públicas realizadas e nas contribuições recebidas.

Na construção dessa avançada legislação, buscou-se a maior convergência possível entre esses atores e os Parlamentares envolvidos, em harmonia com o entendimento consolidado nos tribunais superiores.

Agradecemos a todos que contribuíram para a construção desse novel marco legal, que tornará mais moderno e eficiente o processo administrativo e tributário nacional.

Com relação aos relatórios lidos nas últimas reuniões, temos condições de votar, pela prejudicialidade, os PLs 2.484 e 2.485; pela aprovação, o PL 2.486, na forma do Substitutivo nº 2.490, de 2022; e, pela rejeição, o PL nº 2.489, de 2022, votações essas que já foram procedidas por V. Exa., resguardando aqueles pela prejudicialidade para serem votados junto com o mérito dos demais.

Ufa! (*Risos.*)

Foi isso que apresentamos aqui, pela complementação. E, é claro, atendendo com parcimônia a diversos pedidos, logicamente, àqueles projetos que sofreram alterações será dado um prazo de vista por mais uma semana para que possamos nos debruçar sobre essa sintonia fina que falta aí para os últimos ajustes, Sr. Presidente.

Parece-me que, conforme V. Exa. já convocou ou irá convocar agora... É isso?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A proposta é, na quarta-feira que vem – próxima quarta –, às 14h, a gente fazer.

Mas eu quero aqui registrar, Senador Efraim, a posição com relação à Receita Federal e dizer que talvez fosse prudente a gente chamar uma reunião da PGFN com a Receita no Ministério da Fazenda para que a gente chegue a um acordo. Por quê? Porque a Receita Federal do Brasil é responsável por 95% da arrecadação federal – R\$2,204 trilhões em 2023 –, e, dentre as suas atribuições, destaca-se a administração dos tributos e gestão das atividades de arrecadação, lançamento e cobrança administrativa, fiscalização, pesquisa, investigação fiscal e controle da arrecadação.

A Receita Federal possui 55 anos e, durante esse período, foi responsável por inúmeras políticas públicas, programas de conformidade e programas de redução de litígio, instituindo ambiente facilitador e contributivo na relação com a sociedade e, também, com os estados e municípios.

A Receita Federal do Brasil é órgão independente e que possui segregação de funções, o que permite isenção nas execuções das atividades, como constituição do crédito tributário, cobrança e julgamento. Já faz transação sobre débitos objetos de atuação fiscal e já separa os papéis. Não há motivo para obrigar o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuinte que quer transacionar a inscrever-se em dívida ativa, pois todos os atos da Receita Federal do Brasil são dotados de legalidade.

A Receita Federal do Brasil também tem o dever de fazer o controle de legalidade. Quando se julga um processo administrativo, como ocorre na Delegacia da Receita Federal de Julgamento, se faz controle de legalidade.

A transação da Receita Federal do Brasil é importante para assegurar que o contribuinte possa resolver o quanto antes suas pendências, prevenir e resolver litígios sem maiores ônus financeiros ou contribuições sobre seus bens decorrentes da inscrição em dívida ativa da União. Também favorece a antecipação de arrecadação para a União, reduz o custo administrativo com julgamentos e demais trâmites processuais.

A transação ampla da Receita Federal do Brasil obedece aos princípios da simplicidade, boa-fé, segurança e eficácia. A Receita Federal já pode fazer transação nos casos em contencioso, isto é, quando há litígio no PAF, impugnação ou recurso no Carf em curso. Nesse caso, há três modalidades: proposta individual, grandes teses e por adesão – editais, exemplo, pequeno valor, Litígio Zero 2024.

O que a Receita Federal propõe? Ampliar a transação para situações de débitos em cobranças administrativas, a exemplo dos casos abaixo: débitos confessados, débitos lançados e não impugnados, parcelamentos rescindidos, declarados com suspensão e posterior decisão liminar desfavorável, compensação não homologada e outros.

Por que a Receita Federal do Brasil está propondo isso? Porque hoje o instituto e o benefício ocorrem como incentivo ao litígio, o que também é caro para a administração tributária. A ideia é, então, beneficiar o bom contribuinte, que pode não estar com capacidade de pagamento.

Em síntese, benefício para o contribuinte: a inscrição em dívida ativa onera a dívida em 10% ou 20%, ou seja, no âmbito administrativo a dívida é menor, o contribuinte paga menos, e a gente quer fazer aqui a defesa do contribuinte.

O contribuinte se regulariza mais rapidamente, pois não aguarda os trâmites de inscrição, o que permite a emissão da CND. O contribuinte não precisa recorrer ao mandado de segurança para se inscrever na dívida ativa da União, como vem ocorrendo.

É necessário desmistificar o argumento de que o mesmo auditor que lança depois vai lá e faz a transação. Nesse ponto, dois aspectos são importantes: as áreas técnicas da Receita Federal do Brasil são totalmente separadas e desvinculadas entre si; a Receita Federal do Brasil faz a gestão do crédito tributário como um todo e existe estrutura de governança que controla os processos de trabalho – aí tem TCU, CGU, Coger, etc.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O auditor fiscal que lança não é o mesmo que julga nem o mesmo que cobra. Atualmente podemos dizer que metade do estoque dos débitos inscritos em dívida ativa da União que são transacionados são débitos confessados pelo contribuinte, isto é, nem sequer houve atuação do auditor fiscal no lançamento desses débitos.

Outro argumento que precisa ser desmistificado é a questão da competência privativa da AGU em representar a União nos acordos de transação. A parte final do art. 1º da Lei Complementar 73, de 1993, traz uma competência complementar a ser exercida pela AGU e pela PGFN, nos casos em que o outro órgão em questão não possua atribuição ou não disponha de estrutura para, por si só, resolver conflitos administrativos.

Nesse caso de transação, a União está presente pelo órgão competente gestor do crédito, seja no âmbito da Receita Federal – quando o débito está no contencioso administrativo ou na cobrança administrativa –, seja no âmbito da PGFN, como no débito de inscrição da dívida ativa da União.

À PGFN cabe a representação da União na execução da dívida ativa e na execução das atividades de consultoria, assessoramento jurídico no âmbito do Ministério da Fazenda e de seus órgãos autônomos e entes tutelados.

Eu, particularmente, como contador, não tenho nenhuma dúvida de que a transação da Receita beneficia o contribuinte. Acho que caberia nos sentar com a Receita e a PGFN, junto com o Ministro da Fazenda, e tomar uma decisão, porque, de fato, são órgãos do Ministério da Fazenda.

Concordo com V. Exa. que essa briga tem que ser resolvida por lá, mas acho que nós podemos intermediar isso.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Exato, Senador Izalci.

Desde o início, a gente vem dizendo que o respeito à própria institucionalidade cabe aos órgãos públicos, especialmente ao Ministério da Fazenda. Essa definição foi... Isso foi dito sempre de forma muito transparente nas reuniões que tivemos com a Receita Federal do Brasil e sua direção, com a PGFN e sua direção, com a AGU e sua direção e com o Ministério da Fazenda e sua direção. Então, como sempre se respeitam os assuntos *interna corporis* aqui do Legislativo, igualmente há essa reciprocidade.

O Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, foi inclusive um dos que me ligou pedindo e reiterando que, para os projetos que tiveram complementação de voto e alterações, fosse dada mais uma semana, para que o próprio Ministério da Fazenda se debruçasse como um todo sobre essas alterações. Acredito que, dentro desse prazo de uma semana, podem muito bem a Receita Federal, a PGFN, a AGU e o Ministério da Fazenda chegar a um consenso. E esse consenso que nos for encaminhado será incorporado ao texto, tanto da minha parte como na do Senador Izalci. Não há nenhum sentido fazer cavalo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de batalha aqui na Comissão sobre algo que vá contra o sentido e o sentimento do próprio órgão público. Então, eu acho que é esse o sentimento que fica.

Por isso, a decisão que está presente no texto, Ministra Regina Helena, é preservar o *status quo*; então, preservar o *status quo* sem nenhum juízo de valor sobre quem tem razão, se é um lado ou se é outro. Se vier decisão diferente por parte do ministério, igualmente, também da nossa parte caberá acolher esse encaminhamento que virá.

Acho que é esse o entendimento que fica compromissado aqui, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Informo que os demais itens constantes da pauta ficam adiados para a próxima reunião da Comissão.

Então, na próxima quarta-feira, às 14h.

Primeiro, agradecemos a presença da Ministra Regina Helena e a dos demais convidados.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu gostaria de saber se a Ministra gostaria de fazer uso da palavra, no encerramento, para registrar a fala...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Então, por favor, Ministra, pode ocupar aqui a mesa.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... pedindo a vênica da Presidência da mesa para ceder à Ministra a palavra. (*Pausa.*)

A SRA. REGINA HELENA COSTA (Para expor.) – Muito boa tarde a todas e a todos!

Eu gostaria inicialmente de cumprimentar primeiramente o Senador Izalci Lucas, Presidente desta Comissão, assim também como o Senador Efraim Filho, Relator dos projetos de lei objeto de deliberação desta Comissão.

Quero agradecer a deferência e a oportunidade de poder me manifestar. É um momento de grande alegria e regozijo poder ver que o trabalho da Comissão de Juristas, que tive a honra de presidir no ano de 2022 e que foi instaurada pelo Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, e pelo então Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux, para que nós pudéssemos apresentar propostas de anteprojetos de lei sobre a reforma do processo administrativo, igualmente sobre a reforma do processo tributário, tanto na seara administrativa quanto na seara judicial... Então, foi um trabalho de grande envergadura.

A Comissão, composta por 17 juristas, trabalhou por seis meses, Senador Izalci, e nós conseguimos trazer várias sugestões e, acreditamos, vários aperfeiçoamentos à disciplina desses processos atualmente em vigor. Isso resultou originalmente em dez projetos de lei, como sabem, e nós ficamos muito felizes com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo o tratamento que esta Casa, o Senado Federal, tem dispensado a esses projetos, porque o Senador Rodrigo Pacheco recebeu os anteprojetos e apresentou-os tais como foram entregues, como projetos seus, posteriormente instaurou esta Comissão Temporária Interna para cuidar desses projetos, composta por Senadores de atuação destacada, competência reconhecida. Então, nós ficamos muito felizes de ver esse tratamento pelo Senado Federal ao fruto desse trabalho que a Comissão tão cuidadosamente produziu.

Então, eu só tenho a agradecer aos senhores, ao Senado Federal, nas pessoas do Senador Izalci e do Senador Efraim Filho, que têm sido um canal de diálogo extremamente valioso para nós.

Agradeço também a todos que participaram da Comissão de Juristas, vendo que nosso trabalho está começando a frutificar.

Agradeço também ao Dr. Marcus Lívio Gomes, que está aqui presente, que foi não só um braço operoso, foram dois braços operosos, Senador Efraim, para que nós pudéssemos alcançar esse resultado.

Então, muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Ministra.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 39 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAME DE PROJETOS DE REFORMA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Temporária para exame de projetos de reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional com a presença dos Senadores Efraim Filho, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho, Tereza Cristina, Weverton, Professora Dorinha Seabra, Janaína Farias e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Romário, Ciro Nogueira, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Wilder Moraes e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso e Daniella Ribeiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2481, de 2022 - Terminativo** - que: "Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo)." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 2 e parcialmente acolhida a Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovado o substitutivo (Emenda n. 3 - CTIADMTR), o qual é definitivamente adotado (sem emendas apresentadas) e passa a constituir o Parecer 6/2024-CTIADMTR. A matéria vai ao Plenário para prazo de recurso. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 2483, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 6-T, parcialmente acolhidas as Emendas nos 7-T e 11, e rejeitadas as demais. **Resultado:** Aprovado o substitutivo (Emenda n. 14 - CTIADMTR), o qual é definitivamente adotado (sem emendas apresentadas) e passa a constituir o Parecer 7/2024-CTIADMTR. A matéria vai ao Plenário para prazo de recurso. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 2484, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer n. 09/2024-CTIADMTR, pela recomendação de declaração de prejudicialidade do projeto. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 2485, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a mediação tributária na União e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer n. 10/2024-CTIADMTR, pela recomendação de declaração de prejudicialidade do projeto. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 2488, de 2022 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento parcial das Emendas nº 3 e 4, rejeição das Emendas nºs 1-T e 2-T, bem como das Emendas nº 5 a 7. **Resultado:** Aprovado o substitutivo (Emenda n. 8 - CTIADMTR), o qual é definitivamente adotado (sem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas apresentadas), que passa a constituir o Parecer 8/2024-CTIADMTR. A matéria vai ao Plenário para prazo de recurso. **ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar nº 124, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer n. 4/2024-CTIADMTR, pela aprovação na forma da Emenda nº 6-CTIADMTR (Substitutivo) e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5. A Matéria vai ao Plenário. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3 e 5 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2. **Resultado:** Aprovado o relatório pela aprovação da matéria com acolhimento parcial da Emenda nº 2 e rejeição das Emendas nºs 1, 3 e 5; na forma da Emenda nº 6-CTIADMTR (Substitutivo), que passa a constituir o Parecer 5/2024-CTIADMTR. A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e três minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada, e será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Temporária para exame de projetos de reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/06/12>

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.)
– Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Temporária para exame de projetos de reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de junho de 2024.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada em 5 de junho 2024.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação das matérias distribuídas à Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2481, DE 2022

- Terminativo -

Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo).

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 2 e parcialmente acolhida a Emenda nº 1-T.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Vamos fazer um por um agora, já na reta final, mas podemos seguir pelo PL 2.488, que já está aqui exposto. Podemos inverter a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Invertendo a ordem, item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2488, DE 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações de direito público, e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, com o acolhimento parcial da Emenda nº 3 e rejeição das Emendas nºs 1-T e 2-T bem como da Emenda nº 4.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, como complementação de voto do 2.488, entendemos que convém o aprimoramento do texto, na forma do substitutivo que apresentaremos ao final.

Em suma, são essas as alterações procedimentais:

item 1. Plataforma eletrônica extrajudicial única e nacional. Aprimoramos o texto para deixar claro que todos os tabelionados de protestos deverão utilizar uma plataforma eletrônica única para a tramitação dos procedimentos executivos extrajudiciais, admitindo eventual convênio para a utilização de plataforma eletrônica atualmente utilizada para os processos judiciais (art. 18, §6º);

item 2. Aprimoramento redacional. Deixamos mais clara a regra de responsabilidade do exequente, na forma da legislação processual (art. 54, §1º);

item 3, último item. Competência territorial do tabelionato de protesto no caso de certidão de dívida ativa. Deixamos claro que a definição da competência territorial para o protesto de certidão de dívida ativa é o art. 16, inciso I, e o novo art. 58.

Diante disso, complementando o voto com as mudanças acima, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 2.488, 2022, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3 e 4 desta Comissão Especial, pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 -CAE, bem como das Emendas 5, 6 e 7 desta Comissão Especial, tudo na forma do seguinte substitutivo apresentado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro então a discussão.

Coloco em votação nominal, neste momento, o Substitutivo oferecido ao PL 2.488, 2022, cujo relatório é pela aprovação, nos termos do substitutivo, com o acolhimento parcial da Emenda nº 3 e a rejeição das Emendas 1-T, 2-T, bem como das Emendas 4 a 7.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, retificando, informo que o relatório é pela aprovação, nos termos do substitutivo, com o acolhimento parcial das Emendas nºs 3 e 4, bem como pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da CAE, bem como das Emendas nºs 5, 6 e 7, da Comissão. *(Pausa.)*

Consulto se todos os Senadores já votaram. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria da Mesa que demonstre o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Houve 4 votos SIM; 0, NÃO.

Foi verificado, então, 4 SIM; 0 NÃO.

Aprovado o Substitutivo ao PL 2.488, de 2022. Ficam prejudicados os projetos e as emendas a ele apresentadas nos termos regimentais.

Nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno, o substitutivo será submetido ao turno suplementar.

Consulto o Plenário se podemos fazer o turno suplementar na data de hoje.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo objeção, discussão em turno suplementar.

(Pausa.)

Não havendo emendas apresentadas no turno suplementar, fica definitivamente adotado o substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. *(Pausa.)*

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2483, DE 2022

- Terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o processo administrativo tributário federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 6-T, parcialmente acolhidas as Emendas nos 7-T e 11, e rejeitadas as demais.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação nominal neste momento o Substitutivo ao PL 2.483, de 2022, cujo relatório é pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 6-T, parcialmente acolhidas as Emendas nºs 7-T e 11, e rejeitadas as demais.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Esse não teve complementação de voto, permaneceu o mesmo relatório da sessão passada. Por isso, não houve avaliação sobre as emendas apresentadas. *(Pausa.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Votação individual, item 6, PLP 124, de 2022.

ITEM 6

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 124, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 4.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Relator, eu tinha apresentado uma emenda e vou fazer o destaque no Plenário.

Então, aqui vamos deixar o relatório como está.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Perfeito, Senador Izalci.

Uma emenda plausível, que merece ter esse destaque apreciado em Plenário.

O 124 e o 125, por se tratarem de projetos de lei complementar, terão ainda que passar pela agenda de Plenário, e, no diálogo com o Presidente Izalci, entendemos que seria o melhor caminho e a melhor estratégia para um debate mais amplo no Plenário da Casa.

Passo a ler, portanto, o complemento de voto, enquanto complementaremos o quórum para a votação. No momento em que for atingido o quórum para a votação, eu devolvo a palavra ao Presidente Izalci para podermos avançar.

Complementação de voto.

Em 11 de junho passado, foi apresentada pela Senadora Janaína Farias a Emenda nº 5 desta Comissão que busca inserir o art. 194-B no Código Tributário Nacional, na forma do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 124, de 2022. O objetivo é determinar que a implementação de métodos de solução de controvérsias alternativos à via judicial, em matéria tributária, competirá à Advocacia Pública e deverá ser pautada pelos princípios da eficiência, da simplicidade, da transparência, da justiça tributária e da cooperação.

Prevê, ainda, a criação de centrais de negociação de créditos tributários sob a governança e a supervisão jurídica da Advocacia Pública, com a finalidade de garantir uma abordagem uniforme e juridicamente segura da utilização de métodos de solução de controvérsias alternativas à via judicial, em matéria tributária, inclusive no tocante à realização de quaisquer acordos de transação tributária. A emenda se refere a alternativas à via judicial, o que atribui competência exclusiva à Advocacia Pública para tratar de todos os métodos de solução de controvérsias alternativos. Ressalte-se que na transação há casos de acordo efetivados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Diante disso e tendo em vista as recentes divergências entre a RFB e a PGFN, somadas ao fato de que a presente sugestão não foi aventada durante as audiências públicas, não é recomendável o seu acolhimento. Note-se que, no caso da mediação, o art. 92 do Substitutivo ao Projeto de Lei 2.483, 2022, autoriza, para solucionar controvérsias administrativas e judiciais entre o sujeito passivo e a Fazenda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública, que compreendem a Receita Federal do Brasil, a PGFN, a Procuradoria-Geral Federal e o órgão vinculado à AGU.

Noutro giro, em complemento ao Substitutivo apresentado ao PLP nº 124, de 2022, no dia 5 de junho de 2024, e com o objetivo de compatibilizar essa proposição com o Substitutivo apresentado ao PL nº 2.488, de 2022, que dispõe sobre a cobrança da dívida ativa, alteramos pontualmente o art. 142, §4º, e o art. 202, §2º, do CTN, para deixar expresso que a responsabilização de terceiros, não o devedor principal, também pode ser efetuada por meio de processo judicial.

No art. 201 do CTN, ainda no sentido de compatibilização do PLP com o PL 2.488, de 2022, art. 8º, *caput*, alteramos o §2º, detalhando o controle de legalidade da inscrição em dívida ativa.

Diante disso, em complemento ao relatório apresentado em 5 de junho de 2024, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 124, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação na forma do seguinte substitutivo, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 5 desta Comissão Especial.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Já temos quórum para a deliberação do anterior. Se V. Exa. quiser proceder com os dois que estão aptos a votar, fica a seu critério.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vamos voltar, então, ao item 2, o do PL 2.483.

Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria da Mesa que demonstre o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Foi verificado o seguinte resultado: 5 votos SIM; 0, NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o Substitutivo ao PL 2.483, do 2022, ficando prejudicado o projeto e as emendas a ele apresentados, nos termos regimentais.

Nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno, o substitutivo será submetido ao turno suplementar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer o turno suplementar na data de hoje.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo objeção, discussão no turno suplementar. *(Pausa.)*

Não havendo a apresentar no turno suplementar, fica definitivamente adotado o substitutivo.

A matéria será encaminhada...

Aliás, não havendo emendas apresentadas no turno suplementar, fica definitivamente adotado o substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. *(Pausa.)*

PLP 124.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Passemos à votação do relatório, que é pela aprovação, nos termos do substitutivo, e pela rejeição das Emendas de 1 a 5.

Coloco em votação simbólica o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. *(Pausa.)*

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2481, DE 2022

- Terminativo -

Reforma da Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo).

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Efraim Filho**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 2 e parcialmente acolhida a Emenda nº 1-T.

Item 1, o do Projeto de Lei nº 2.481, de 2022, terminativo: reforma da Lei nº 9.784, de 1999 (Lei de Processo Administrativo). A autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG); a relatoria: Senador Efraim Filho. Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado.

Passo ao Relator para fazer a complementação dos votos.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Perfeito.

Quero agradecer aqui a presença do Senador Hamilton Mourão e da Senadora Tereza Cristina.

Quero até aproveitar a complementação de voto para historiar um pouco o nosso projeto, Senador Mourão. Ele é fruto de uma Comissão de Juristas, que foi comandada e conduzida pela Ministra Regina Helena, do STJ. Dessa Comissão de Juristas, Senadora Tereza, saíram nove projetos, que foi comandada pela Ministra Regina Helena, do STJ, e pelo nosso juiz, e hoje jurista, Marcus Lívio, que aqui se encontra. Todos tiveram a subscrição e a autoria do Presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco.

O Senador Rodrigo Pacheco distribuiu de forma avulsa os projetos e eles acabaram, pelos critérios da Mesa, sendo distribuído para diversas Comissões diferentes. O Senador Rodrigo Pacheco, portanto, num segundo momento, entendeu que, pela sistematização, era importante que houvesse uma Comissão Especial. Após ser designado Relator dos nove projetos, entendi que foi muito útil, porque eles se intercalam em muitas decisões. Relatorias avulsas poderiam levar a uma desarmonia de pareceres. Então, nós conduzimos esse debate aqui. Foram cinco audiências públicas com a participação ostensiva da Receita Federal, da PGFN, da AGU, de juristas, doutrinadores, entidades representativas. Chegamos a este momento de votação desses pareceres. Agradeço a presença dos Senadores aqui ao lado e do nosso Presidente Izalci Lucas.

Passamos, portanto, à complementação de voto do PLP 125.

Posteriormente à apresentação da primeira complementação, na reunião do dia 5 de junho, seguiu-se a discussão do projeto, tendo chegado a nós novas sugestões que merecem acolhida.

Primeiramente, deve-se aclarar o alcance do §6º do art. 49, que trata meramente da oponibilidade geral do silêncio administrativo. Sendo certo que o efeito positivo da omissão de decisão é, na verdade, regulado no §4º do mesmo artigo, julgamos conveniente adicionar a remissão expressa a tal parágrafo, de forma a explicitar a necessária correlação entre os dispositivos. Isso evitará a equivocada interpretação de que se estaria determinando uma espécie de deferimento tácito de todos os pedidos não analisados tempestivamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa foi uma sugestão trazida ao Relator pelo Senador Rogerio Marinho e acolhida agora na complementação de voto.

Em segundo lugar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só corrigindo, esse é o PL 2.481, de 2022.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Ah, perdão, perdão, perdão. Não... É perdão, e bem diferente. Perdão. Tinha a complementação de voto do 125, que estava sobre a mesa, o Presidente anunciou o 2.481, eu peguei o 2.481, mas estava lendo o 125. É a culpa do Senador desta vez – estou com crédito aqui na Comissão, deu para falhar uma vez. Obrigado.

Mas vou seguindo então, mas acredito que sigo na compreensão. Se quiser pegar, Senador Mourão, estou aqui no terceiro parágrafo aqui.

Em segundo lugar, promovemos alterações no art. 54, que trata do poder de autotutela da administração quanto à anulação de atos benéficos ao destinatário, para estatuir hipótese impeditiva da fluência do prazo decadencial. Como apontamos no relatório, a proposta da Comissão de Juristas é salutar para conferir segurança jurídica ao exercício desse importante poder administrativo, mas pensamos que devam ser tratados com mais rigor os casos em que a má-fé do administrado repercute também na seara criminal. Nesses casos, portanto, a contagem do prazo decadencial deve iniciar-se apenas quando extinta a punibilidade do agente.

Por fim, ajustamos a complementação de voto anteriormente apresentada, para fins de compatibilização do adicionado inciso III do §3º do art. 13 da Lei nº 8.429, com o teor do art. 198, §1º, II, do Código Tributário Nacional. Dessa forma, em alteração meramente redacional, substituímos, naquele dispositivo, o adjetivo “efetivo” pela palavra “regular”.

Nesse sentido e ante o exposto, ratificamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.481, de 2022, acolhida a Emenda nº 2 e parcialmente acolhida a Emenda nº 1-T, tudo na forma do seguinte substitutivo...

Apresentado, Sr. Presidente, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação nominal, neste momento, o Substitutivo oferecido pelo PL 2.481, de 2022, cujo relatório é pela aprovação, nos termos do substitutivo, acolhida a Emenda nº 2 e acolhida parcialmente a Emenda nº 1-T.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mais uma, é a última. Sim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Podemos passar à leitura do 125? Porque o Weverton está vindo, acho que ele queria votar. Ele saiu de casa só para vir participar. Aí deixa aberto e vamos então... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Votação individual do item 3, PL 2.484, de 2022.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2484, DE 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre o processo de consulta quanto à aplicação da legislação tributária e aduaneira federal.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela prejudicialidade

Com a palavra, o Relator.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, tanto esse item quanto o próximo, o...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O 2.484 e o 2.485.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... o 2.484 e o 2.485, ambos são pela prejudicialidade, devido à incorporação do teor desses projetos ao Substitutivo do 2.483, de 2022.

Então, tanto no item 3 quanto no item 4, as sugestões que vieram dos juristas foram incorporadas ao 2.483, que a relatoria também teve o trabalho de tentar condensar aqueles PLs que tinham similaridade em um único projeto de lei, para evitar uma legislação que se passa em mais de um projeto de lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é por esse motivo que eu peço o acolhimento do Plenário pela prejudicialidade do item 3 e do item 4.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, então, em votação individual também o item 4, 2.485, 2022, o PL.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2485, DE 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre a mediação tributária na União e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela prejudicialidade

Passemos à votação do relatório, que é pela prejudicialidade do projeto PL 2.485, de 2022, e o PL 2.484, de 2022, tendo em vista a incorporação pelo Substituto ao projeto PL 2.483, de 2022.

Coloco em votação simbólica o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. *(Pausa.)*

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 2022

- Não terminativo -

Estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)

Relatoria: Senador Efraim Filho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3, 4 e 5 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2.

Todos os projetos tiveram vista concedida em 16 de maio e complemento de voto apresentado em 5 de junho.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Filho para as suas considerações.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Agora, sim, Senador Mourão, o PLP 125, supracitado, e V. Exa. atentamente corrigiu o posicionamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Corrigido no bom sentido.

Complemento de voto, PLP 125.

Em momento subsequente, o Senador Izalci Lucas encaminhou ofício para solicitar a retirada da Emenda nº 4 da Comissão Especial. Assim, o presente relatório ajusta o voto anteriormente apresentado. Para não prejudicar a compreensão da matéria, mantivemos nesta complementação o relatório e a análise de todas as emendas apresentadas na forma a seguir.

Nessa linha, de sorte a complementar o voto com as modificações acima, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 125, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo, rejeitadas as Emendas nºs 1, 3 e 5 desta Comissão e acolhida, em parte, a Emenda nº 2 desta Comissão Especial.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já há quórum para o PL 2.481, de 2022.

Eu consulto se todos os Senadores já votaram.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Já. O Senador Weverton tinha feito questão de participar, até porque teve emendas também sugeridas, acolhidas, e ele conseguiu registrar presença e voto ali no quórum, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que demonstre o resultado.

(Procede-se à apuração.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Foram verificados os seguintes resultados: 6 votos SIM; 0, NÃO... 5 votos SIM.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Quero registrar o voto *in memoriam* aqui do Senador Rogerio Marinho. (*Risos.*)

Fica o registro da vontade da participação, mas V. Exa. poderá ainda votar no último projeto, ainda tem mais um. Será simbólico, mas sua presença aqui fica registrada, inclusive com sugestão de emenda acolhida, de sua autoria, que veio para aperfeiçoar o nosso texto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já tinha até anunciado os seis votos, mas... (*Fora do microfone.*)

Aprovado o Substitutivo do PL 2.481, de 2022.

Ficam predcados o projeto e as emendas a ele apresentadas, nos termos regimentais.

Nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno, o substitutivo será submetido a turno suplementar.

Consulto o Plenário se podemos fazer o turno de suplementar na data de hoje.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo objeção, discussão do turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo emendas apresentadas no turno suplementar, fica definitivamente adotado o substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Do item 7, PLP 125, de 2022.

Passamos à votação do relatório, que é pela aprovação dos termos do substitutivo e pela rejeição das Emendas nºs 1, 3 e 5 e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2.

Coloco em votação simbólica a relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar, quero agradecer a todos, principalmente às entidades, também, do Governo, a Secretaria da Receita, a PGFN, todas as entidades que participaram das audiências públicas. Quero agradecer a presença da nossa querida Senadora Tereza, do Senador Hamilton e do nosso Líder Rogerio Marinho, e parabenizo o nosso Relator pelo brilhante trabalho na votação desses projetos.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com a palavra, o Relator, para as suas considerações finais.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, é um trabalho de fôlego, um trabalho árido, um trabalho técnico. É um tema que mereceu muitas horas de aprofundamento, não só da parte do Relator – em alguns momentos, viramos noites aqui, com os nossos consultores.

Nós tivemos um apoio extraordinário da Consultoria da Casa, meus caros Senadores. Para vocês terem ideia, oito consultores da Casa... São oito, não é isso? A equipe completa? Oito consultores da Casa trabalharam no acompanhamento desses PLs, até por orientação do Senador Rodrigo Pacheco.

Dois deles são projetos de lei complementar, então ainda terão que ir a Plenário: o PLP 124, que trata das normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária; e o PLP 125, que traz o Código de Defesa do Contribuinte e também a figura da significância do devedor contumaz, um tema que tem sido muito debatido e no qual se avançou, acredito eu, por consenso. Não teve uma emenda. É um tema que foi dos mais debatidos, mas na redação que se alcançou, tanto a Receita Federal, quanto a PGFN, quanto a AGU, quanto as entidades representativas, a doutrina, os juristas entenderam que foi uma construção bastante adequada.

Tivemos cinco audiências públicas, Senador Rogerio Marinho – a previsão inicial eram duas, quando eu montei o relatório e o cronograma de trabalho. Apareceram tantas entidades interessadas e juristas, a contribuir e a participar, que nós tivemos de uma previsão inicial de oito ouvintes para mais de vinte participantes nessas audiências.

Então, tivemos sempre a presença solidária, parceira, participativa do Senador Izalci Lucas, que dentro da sua *expertise* de contador deu uma contribuição extraordinária. Chegamos a um texto que, em regra, nas audiências públicas, foi elogiado por praticamente todos – diria todos, com pontos divergentes. Essas divergências fazem parte, isso é natural, e até brinquei em uma das audiências públicas: nem com quem a gente casa, escolhe para viver a vida, a gente concorda 100%, imaginem com os em quem a gente vota. Algumas divergências pontuais existiram, mas, todas, nós ouvimos, analisamos, avaliamos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem emendas, por exemplo, do Senador Izalci, que ele mesmo já antecipou, e com todo respeito por parte do Relator, serão fruto de destaque no Plenário da Casa, nos projetos de lei complementar, para que tenha ainda um debate mais amplo.

Existiram muitas questões que eu reputo *interna corporis* – questão de discussão de competências entre a Receita Federal e a PGFN –, e a opção da relatoria foi ouvir sempre o Governo para entender o que ele definia, o que seria competência de um ou competência de outro. É claro que, sobre a decisão sobre transação, os conceitos são do legislador, mas, para a definição das competências, seria muito complicado mexer no *status quo*, em algo que já está estabelecido sem ter o aval do órgão para essa modificação *interna corporis*.

Então, entendendo as emendas que vieram nesse sentido, e reconhecendo a plausibilidade no debate e no diálogo, que é bem-vindo, nada impede que aperfeiçoamentos dessa natureza possam vir na tramitação dessa própria matéria, seja ainda no Senado, seja na Câmara dos Deputados, seja em projetos de leis complementares futuros, para adaptar.

Mas, num trabalho de nove PLs que modificam o processo administrativo tributário e complementam, Senadora Tereza, muito o que a gente votou de reforma tributária, Senador Izalci... Porque, quando muito se falava em reforma tributária capaz de simplificar o nosso sistema, muito se estava falando do contencioso, muito se estava falando das regras procedimentais, e não necessariamente das regras conceituais, e foi aqui onde se atualizou muito dos marcos legais – alguns já bastante obsoletos – do nosso ordenamento jurídico.

Então, eu agradeço todo o *feedback* positivo que eu recebi daqueles com quem tive a oportunidade de conviver no debate dessa matéria, da Consultoria da Casa. Mais uma vez, reitero o agradecimento à consultoria do nosso gabinete e da Liderança do União Brasil, na pessoa do Daniel, da Flávia, da Marcia, da Vania – não é isso? – e do Gustavo, que chegou agora ao final.

Na pessoa do Raphael, nosso consultor, quero agradecer aqui... Vou nominar, deixem-me nominar quem está aqui. Foi o consultor Raphael, aqui o consultor Cadu – eu já estou chamando todos pelos apelidos, vocês estão vendo? Foi tanta conversa... O Zouvi, não é isso? Quem mais? Daniel...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Gustavo Haddad, quem mais?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O cabra ter o Haddad de consultor, já pensou? Não, mas era o Gustavo, tá? Mas era o Gustavo. (Risos.)

Na pessoa deles... Tivemos mais consultores conosco da Casa?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O Haroldo, o Ismael*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Obrigado.

E o Frederico, o Daniel de Carvalho. Estou citando aqui nominalmente, porque já foram todos citados tanto no relatório como na nossa primeira sessão de votação, que foi mais formal, e nós fizemos questão de nominar um a um.

Mas faço questão de relembrar, porque o sentimento do Relator foi de ter a porta aberta, a mão estendida, porque são temas nos quais, às vezes, leva-se a vida toda para adquirir *expertise*. Os servidores que estão aqui, sejam da Receita, sejam da PGFN, da AGU ou de outros órgãos, vivem uma vida toda nesse processo. Doutrinadores, têm graduação, pós-graduação e, às vezes, até doutorado nesses temas.

Então, a relatoria sempre teve esse sentimento de porta aberta, de ouvir diferentes opiniões e, claro, cabe a nós a decisão final sobre esse tema, mas sempre ouvindo muito. Se alguma decisão nossa, às vezes, sob um ponto de vista, não era o ideal e, sob outro ponto de vista, era a correta, isso faz parte do processo democrático decisório, e acredito que finalizamos esse processo de Comissão Especial com a tranquilidade de espírito de ter sempre buscado acertar nas decisões, e quem busca acertar nas decisões... Eu entendo que fizemos tudo que estava possível ao nosso alcance.

Obrigado, Senador Izalci, obrigado aos Senadores que também contribuíram sempre com suas presenças e votos nessa reta final da nossa Comissão.

Muito obrigado.

E quero saudar, perdoem-me, o nosso Marcus Lívio, também por diversas vezes já citado, que representa aqui a Comissão de Juristas, que participou... Foram quantos ao total, Marcus? Você sabe dizer o número?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Quinze juristas divididos em dois blocos de Comissão, sob a coordenação da Ministra Regina Helena, do STJ, a quem peço que transmita nosso abraço.

A Ministra Regina Helena teve o gesto de, na sessão passada, vir acompanhar a sessão de votação. Hoje, ela não pôde repetir o gesto já que tinha sessão de votação no STJ, mas ficou registrado. Transmita a ela os nossos agradecimentos pelo apoio incontestado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado a todos que, por diversas semanas, estiveram aqui, o pessoal da imprensa que fez a cobertura desse resultado, os interessados e acadêmicos que também acompanharam.

Voltaremos a nos ver no Plenário da Casa, na análise do 124 e do 125, para que possamos avançar.

O meu muito obrigado e uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Obrigado. Parabéns, Senador Efraim!

Só complementando, lembrando que nós, desde o... O Bohn Gass acho que foi quem apresentou o projeto aqui do Código de Defesa do Contribuinte. Eu lembro que em 2004 eu apresentei aqui na Câmara Legislativa, então foi um avanço muito grande a gente poder ter aprovado realmente, olhando o interesse do contribuinte.

E é nessa questão que eu vou apresentar o destaque no Plenário, porque há um conflito de competência entre a Receita e a PGFN, mas eu fico do lado do contribuinte. Nós não podemos prejudicar o contribuinte em função disso, então é uma das emendas que eu vou apresentar com relação a isso.

Agradeço mesmo a confiança também de presidir. Quero agradecer ao Presidente pela indicação da Presidência desta Comissão. Eu, como contador, fico muito feliz, porque ganhamos muito, foi um avanço muito grande. Os contadores vão ficar mais tranquilos um pouco, apesar da reforma tributária que vem aí e que vai triplicar o trabalho, mas tudo bem.

Bem, agradeço a presença de todos...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Há uma situação, Presidente, que é importante citar.

Por acaso, hoje, me parece que me davam o dado de que saiu o projeto de lei complementar da análise ou da regulamentação do contencioso do IBS e do CBS, do novo posicionamento. O que nós estamos fazendo aqui não é incompatível de forma alguma, mas, pelo contrário, ele já tem situações que nós previmos aqui, e, pela análise superficial que me foi passada pela consultoria, inclusive está melhor redigido, mais aperfeiçoado e mais moderno do que o que já está sendo produzido lá na Câmara dos Deputados.

Então, é um trabalho que vai poder ser aproveitado e poderá, inclusive, ser incorporado, sem nenhum problema, nessa discussão primária que está acontecendo na Câmara dos Deputados sobre as leis complementares que regulam o tema da PEC da reforma tributária, especialmente o contencioso do CBS e do IBS.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Antes de encerrar, eu coloco em votação a ata da presente reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Bem, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, assim como os trabalhos desta Comissão.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 24 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Romário, Veneziano Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Eduardo Girão, Marcio Bittar, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Margareth Buzetti e Efraim Filho, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Jorge Seif, Izalci Lucas, Dr. Hiran e Weverton, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Oitiva de Leila Mejdalani Pereira. Finalidade:** Depoimento previsto pelo Requerimento n. 23/2024-CPMIMJAE. Oitiva da Leila Mejdalani Pereira, Presidente do Palmeiras, em atendimento ao requerimento 23/2024. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/05>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, senhoras e senhores, Deus e saúde a todos e a todas presentes, aos que nos acompanham pelo YouTube, pelo grupo Senado e também pelas emissoras, que até hoje transmitiram na íntegra todas as nossas reuniões, como a BandNews 90,7, a TV Meio e a Rede Novabrazil FM, além das nossas redes sociais – nossas, dos Senadores.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O roteiro da Presidência hoje, em 5 de junho de 2024, começa dizendo que, havendo número regimental, eu declaro aberta a 8ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158, de 2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, árbitros, auxiliares, dirigentes, empresas de apostas, enfim, corruptores e corruptos.

Observação: havendo quórum, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina ao depoimento, por convite, da respeitada Sra. Leila Mejdalani Pereira, Presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras.

Eu falei rapidamente com ela ali, meu ídolo inigualável no campo e fora de campo, Romário, meu irmão, que eu sou do tempo em que ela não era nascida: Leão, Eurico, Luís Pereira, Alfredo e Zeca, Dudu, Ademir da Guia e Leivinha, Edu, César e Nei. E você também não era.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Era isto que eu ia falar: eu também não era. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não precisava falar.

Mas, então, nos termos do Requerimento nº 23, de 2024, e dando início à nossa reunião, eu já vou convidar a Sra. Leila Pereira, Presidente do Palmeiras, e, naturalmente, como faço aqui não com todos e não com todas, mas, no caso dela, pela sua integridade, eu vou dispensar aquela leitura que, às vezes, é desagradável de dizer a verdade, nada mais do que a verdade, senão reclusão de dois a quatro anos... Não pode se calar, enfim, não pode mentir. Não creio ser necessário eu me dirigir à Sra. Leila dessa forma e a convido para tomar lugar à mesa, neste momento, por fineza, e darmos início. *(Pausa.)*

Bom, de imediato, eu passo a palavra à Sra. Leila Pereira, Presidente do Palmeiras, por 15 minutos, para que ela faça a sua explanação inicial, e, depois, diretamente ao nosso Relator histórico, Romário, desta CPI.

Presidente, fique à vontade, por fineza.

À direita.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite do Kajuru, do Romário, e a presença de todos vocês por esta oportunidade de estar aqui nesta Casa, para contribuir nesses trabalhos extremamente relevantes para o futebol brasileiro.

Eu me coloco à inteira disposição de todos vocês. Eu costumo dizer que eu, quando fui eleita Presidente do Palmeiras, meu desejo e meu trabalho sempre foram trabalhar para que o Palmeiras seja cada vez mais vitorioso, mas principalmente, Kajuru, trabalhar para um futebol melhor, para que o futebol brasileiro volte a ter credibilidade, porque sem credibilidade não chegamos a lugar nenhum. Então esse é o meu principal trabalho. E eu utilizo a nossa administração, a administração do Palmeiras, para mostrar ao Brasil que realmente é possível fazermos um futebol melhor, trabalhando de uma forma séria, transparente, profissional e com responsabilidade.

Não vou utilizar os 15 minutos, somente com essa abertura, e eu me coloco à disposição de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E nós agradecemos, Presidente Leila. Sabíamos da sua situação no convite anterior e tínhamos a certeza absoluta de que ninguém, pelo contrário, todos estão aqui com todo o respeito para lhe ouvir, em função de tudo o que aconteceu, de tudo o que ouvimos até agora.

E daí, de imediato, eu passo a palavra ao Relator, histórico no campo e principalmente na vida pública e também com a sua experiência em CPI, o meu irmão Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Boa tarde, Presidente; boa tarde, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, todos que estão presentes, que estão participando direta e indiretamente desta reunião. Boa tarde, Presidente Leila Pereira, para a gente é um orgulho, um prazer muito grande aqui recebê-la, uma das pessoas mais íntegras do nosso futebol hoje no Brasil. Você pode ter certeza de que essa tua presença aqui vai elevar bastante o nível desta CPI.

Eu vou diretamente às perguntas.

Que sugestões a senhora teria, em termos de ações diretas dos clubes, federações e da CBF, para que tenhamos um sistema eficiente de prevenção, detecção e combate à manipulação de resultados no futebol?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA (Para expor.) – O que nós, Senador Romário, fazemos constantemente no Palmeiras é um processo de educação dos nossos atletas. Nós conscientizamos os meninos, principalmente os meninos da base, e também nossos atletas profissionais, com relação à responsabilidade que eles têm com a profissão deles, porque é o que eles sabem fazer. Então, com relação à educação, eu acho que todos os clubes, CBF, Conmebol, FIFA, deveriam, sim, potencializar cada vez mais no intuito de conscientizar os atletas, não é? *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o trabalho que nós fazemos. Romário, é um trabalho de educação, colocando na mente dos nossos atletas que, agindo de uma forma incorreta, eles podem prejudicar permanentemente o seu futuro, não é? Então, é esse o trabalho que a gente faz, de educação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem. Aqui, nesta CPI, estive o CEO do Botafogo, uma vez, que exibiu, em sessão secreta, imagens de câmeras do VAR, argumentando que a edição das imagens teria prejudicado o Botafogo em pelo menos uma ocasião.

Em sua experiência ao longo desses anos como Presidente do Palmeiras, qual a sua visão sobre o papel do VAR? A senhora confia na atuação do VAR?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Romário, sim, eu confio, sabe? Mas o problema é o seguinte. O Palmeiras já teve problemas sérios com o VAR. Todos nós aqui podemos lembrar que em 2022, Copa do Brasil, não foi traçada uma linha de impedimento e que aquilo prejudicou de uma forma objetiva o Palmeiras na Copa do Brasil. Foi um erro, um erro muito grave, sabe?

Então, eu acredito no VAR, mas acredito também que existem erros, que as pessoas precisam ser mais capacitadas. E eu acredito que a CBF e o diretor de... desculpa, de arbitragem estão trabalhando e muito para melhorar cada vez mais a nossa arbitragem.

Mas eu acho que o VAR tem que continuar, sim, mas precisamos habilitar melhor as pessoas que manejam, mexem no VAR.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A senhora é a favor de uma penalização muito dura em relação às pessoas que fazem parte dessa manipulação do futebol brasileiro?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Claro que sim. Eu sou a favor do banimento. Romário, Kajuru, sem punição, você não vai chegar a lugar absolutamente nenhum.

Eu costumo dizer que a impunidade é a semente do próximo crime. Disso eu não tenho dúvida nenhuma. Sem punição severa, não adianta advertência, não adianta uma carta. Não. Se você participar desses esquemas que prejudicam a credibilidade, prejudicam o resultado, prejudicam o trabalho sério de outros clubes, você vai ser banido do futebol. Eu não tenho dúvida disso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Presidente. Eu vou dar a oportunidade para outros Senadores que quiserem também fazer algum tipo de pergunta. Eu tenho até mais duas perguntas aqui, eu faço ao longo desta reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Romário, Relator desta nossa CPI da manipulação de resultados de futebol e de apostas. E aqui registro com muito prazer, sempre atuantes, os Senadores Carlos Portinho, Chico Rodrigues e, que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

chegou primeiro, a nossa querida Margareth Buzetti, que gosta de futebol. Representando as mulheres, ela, que gosta de futebol.

Normalmente mulher vai no estádio e pergunta quem é a bola. Não é o seu caso.

Senadora...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Já foi assim, Senador. (*Risos.*)

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Kajuru, hoje tem Presidente de clube mulher.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu vou falar isso logo na frente de quem! Kajuru, cala a boca, Kajuru.

Senadora Margareth, querida.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente, pela oportunidade.

Leila, estou aqui hoje somente para lhe dar as boas-vindas. Eu não faço parte, ou não fazia parte da CPI do futebol, apesar de gostar muito do futebol, e só não torço para o Palmeiras quando ele enfrenta o meu querido Cuiabá. (*Risos.*)

Mas o quão importante é uma mulher na liderança, como você hoje, que está se destacando num ambiente supermachista. Eu sou Presidente de uma associação nacional de reforma de pneus, em que são só homens também. É um ambiente também desafiador para a gente, mas é o que você falou. Eu fiquei muito impactada com a sua fala nos casos do Robinho e do Daniel Alves, principalmente no caso do Daniel, que colocou preço no crime de estupro. E é como você disse, a impunidade é a semente do próximo crime.

Eu fiquei muito feliz de você estar aqui hoje, participando dessa CPI. É uma mulher, e tenho certeza de que você vai contribuir muito para que a gente esclareça os casos que estão acontecendo no futebol, não é, Romário? E conte comigo, como Senadora, sempre.

Muito obrigada!

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Obrigada. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode responder à vontade, Presidente Leila.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

É um prazer estar com você aqui também. Uma mulher aqui no Senado é extremamente importante para nós, para o nosso gênero. Você deve ter visto a minha entrevista coletiva, em que eu convoquei



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

somente mulheres. Gente, não é preconceito que eu tenho com homens, claro que não, mas nós, mulheres, nós temos que mostrar que nós temos capacidade. Aliás, eu costumo dizer: nós não queremos... o que queremos é só oportunidade para mostrar que somos capazes, e somos. Infelizmente, eu sou a única mulher Presidente de um clube da Série A e Série B. Eu torço muito para que outras mulheres também estejam nesse lugar que eu estou.

Não é mais... Senadora, você sabe, as coisas não caem do céu, não é? Não é porque somos mulheres que estamos aqui; estamos aqui porque lutamos por isso, não é? Então, nós, mulheres, temos que lutar, sim, pelos nossos espaços; e temos esses espaços. Então, fico muito feliz de estar aqui e estar com você.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Eu falo que a gente precisa andar lado a lado com os homens.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Não tenho dúvida.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Nem à frente, nem atrás. É lado a lado, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Exatamente, lado a lado. E ter uma palavra extremamente importante: coragem, coragem! Quando você tem a verdade, quando você quer trabalhar de uma forma transparente, as coisas funcionam, as coisas andam, não é?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Tenho certeza que isso não nos falta, Leila.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Nunca. *(Risos.)*

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu posso só fazer um comentário a respeito, e aproveitar para fazer...?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro, Senador Carlos Portinho, melhor advogado esportivo do Brasil. Agora, só Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Não, porque eu tenho aqui o André Sica, meu colega, e ele é um dos bons. *(Risos.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não, é só para fazer o registro, Leila, Presidente Leila, das grandes mulheres que hoje estão à frente, além de você, uma grande mulher à frente do Palmeiras: aqui no Brasiliense, a Fernanda, que é Presidente do Brasiliense; na Federação do Nordeste, tem uma grande...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Da Paraíba.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Uma paraibana. Lá sempre teve, aliás, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Também uma grande mulher. Patricia Amorim, no Flamengo, também desempenhou esse papel.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E no Fluminense, a Roberta Fernandes, nossa colega advogada – não é, Sica? –, essa aí está há muitos anos também no futebol. E faço o registro, porque esse compartilhamento do espaço é muito importante. Então, até como boas-vindas, faço o registro da felicidade de ter você como Presidente de um clube de Série A de futebol brasileiro, dentre outras.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como informação, o Senador Portinho já sabe, jantamos ontem à noite, no aniversário dos nossos colegas, a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Wellington Fagundes. Tive o prazer de conhecer, inclusive, a sua digníssima esposa, depois o filho, e vi a foto do filho. Graças a Deus, o filho é a cara dela. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Todos, é verdade.

Mas, brincadeira à parte, apenas para informar que nós vamos manter aquela regra raramente existente aqui no Senado Federal e no Congresso Nacional e que o Senador Romário, na época, combinou comigo, estabelecemos juntos – e todos vocês concordaram –, de sempre procurarmos fazer duas, às vezes até três reuniões semanais. Então, amanhã terá outra, às 10h da manhã. Será ouvido, amanhã, o chefe da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol. Nós teremos uma reunião, em outra sala também, Relator Romário, para discutirmos os lances do VAR com ele, o Seneme, e também o Hélio, o outro Diretor da CBF. Então, serão dois convidados amanhã, 10h horas da manhã.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de seguir, o Senador Carlos Portinho também quer perguntar, já que o Relator Romário cedeu a divisão, mas ele volta para fazer mais questionamentos... Ele, entre as perguntas sempre qualificadas do Senador Romário, falou sobre punição. E, ali na sala, quando eu fui cumprimentá-la, eu disse que quando eu abri aqui a primeira reunião, a minha palavra era a de que não havendo provas cabais, irrefutáveis, de tudo o que o Sr. John Textor, o americano dono de quatro times no mundo e agora do Botafogo do Rio... Ele teria que ser, para mim, banido do futebol brasileiro.

E a Sra. Leila... Leila, já que você me chama de Kajuru.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você sabe que eu não gosto de ser chamado de Senador. Então, você acompanhou a resposta à pergunta do Romário. Você entende que esse banimento deve se estender também a quem, amanhã, de forma cabal e irrefutável, provar que cometeu crime? Exemplos: aquele jogador do Santos, com um salário de R\$300 mil, que se confirmou que ele recebeu uma propina de R\$50 mil; os jogadores do Vila Nova de Goiás, que foi o primeiro a dar exemplo ao Brasil, pois o próprio Presidente do time denunciou os seus jogadores. Você estenderia esse banimento como punição também aos outros?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA (Para expor.) – Kajuru, eu tenho muita liberdade de falar sobre o John Textor. Por quê? Eu não tenho absolutamente nada contra, aliás, eu tenho um profundo respeito pelo Botafogo, pelos torcedores do Botafogo, mas eu fui eleita Presidente do Palmeiras para defender a Sociedade Esportiva Palmeiras. Em momento nenhum eu posso deixar quem quer que seja desqualificar dois títulos conquistados pelo Palmeiras.

Gente, vocês sabem como é difícil conquistar um Campeonato Brasileiro. Eu não tenho dúvida de que o Campeonato Brasileiro é um dos campeonatos mais disputados do mundo. E eu sei o trabalho que todos nós temos dentro do Palmeiras, os atletas, a comissão técnica, todos os profissionais, o meu trabalho. Eu dedico 100% do meu tempo à Sociedade Esportiva Palmeiras. Então, conquistar esses títulos é muito difícil. Eu não posso deixar um estrangeiro vir aqui ao Brasil e, porque perdeu um título – por incapacidade deles e por capacidade do Palmeiras, porque o Palmeiras não estava disputando sozinho, tinha outros clubes –, desqualificar esse título muito importante do Palmeiras. Então, minhas observações são com relação à atitude do John Textor, não do Botafogo, não do torcedor do Botafogo, por quem eu tenho profundo respeito.

Então, ele precisa provar tudo isso que ele está dizendo, não é? Então, o Palmeiras... Nós entramos com um pedido de inquérito policial pedindo uma investigação para se apurarem as denúncias que ele está fazendo, porque se ele comprova, o.k., as pessoas precisam ser punidas realmente, mas se não comprova, ele precisa ser... Quem precisa ser punido é o John Textor. Nós entramos com um procedimento na esfera cível pedindo uma produção antecipada de provas, porque ele precisa provar o que ele está dizendo, porque



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

se não provar, nós vamos ingressar com uma ação pedindo uma indenização para ele. E também na Justiça Desportiva está tramitando... Nós fizemos uma denúncia também para que ele comprove o que ele está dizendo.

Resumindo, Kajuru, se ele não comprovar absolutamente nada... Porque até agora, objetivamente, eu não vi prova absolutamente nenhuma. Eu desconheço. Eu não vi, sabe? Eu não tenho dúvida nenhuma de que o John Textor teria que ser banido do futebol brasileiro, porque com essas denúncias irresponsáveis, criminosas, ele afeta não só o Palmeiras, ele afeta toda credibilidade desse grande produto que é o futebol brasileiro. Então, eu acho que as penas precisam ser duras, duras e eficazes, para que, quando se pense em fazer determinado ato criminoso, as pessoas se lembrem: "Olha, essa pessoa foi banida". Isso é até uma forma de educar – uma forma de educar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como na Inglaterra, não é?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí cabe... Eu entendi o respeito seu pelo Botafogo, pela instituição, pela torcida.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Pelo Botafogo e pelo torcedor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro. No caso, por ele, você perdeu o respeito por ele, Presidente.

Nós vamos ter Botafogo e Palmeiras agora, na segunda fase da Taça Libertadores da América, através do sorteio de ontem.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por exemplo, no jogo do Rio de Janeiro, você ficaria no mesmo camarote com ele?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Não, mas é que eu não ficaria, eu nunca fico.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, você nunca fica.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas se tivesse que ficar, você ficaria?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Fico, cumprimento, mas não tem necessidade nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você não quer ter encontro nenhum com ele, então? Só na justiça.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Olha, eu encontrei o John Textor uma vez só. Eu o conheci... Foi no dia em que eu o conheci. Eu nunca mais o vi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Senador Carlos Portinho, por gentileza, e depois nós voltamos ao Senador Romário e ao Senador Chico Rodrigues.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – São três perguntas? Só para eu seguir a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A gente está preferindo aquela opção do pingue-pongue: você pergunta, ela responde, você volta e pergunta...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está bom. Até três?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É. Pode ser. Para ela não ter que anotar todas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não. Lógico, lógico.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Concorde?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Lógico.

Primeiro, eu preciso fazer a correção, não é a Fernanda, é a outra irmã, a Luiza, que é Presidente do Brasiliense e tem feito um belo trabalho lá. Uma grande mulher.

Eu vou tentar inclusive seguir aí a toada dos temas e deixar um pouco claro, Leila, até para entender o meu posicionamento, que eu advoguei para diversos atletas; o Sica conhece, ele me levou uma vez para advogar para o Palmeiras, eu tive muito orgulho disso, como advoguei para o São Paulo, para o Atlético Mineiro, para o Cruzeiro, desde quando comecei minha carreira como Vice-Presidente Jurídico do Flamengo, no Direito Esportivo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu, hoje em dia, deixei um pouquinho a paixão de lado e tenho olhado o futebol... E por isso assisto jogos de outros times e... Eu disse ao Textor, em uma audiência pública que a gente teve, que tão ruim quanto a manipulação é a suspeita de manipulação. Então, em parte você tem toda razão, porque quando se fazem denúncias e se coloca sob suspeita um campeonato, há consequências que talvez sejam tão ruins quanto a própria manipulação. Mas isso, na minha opinião, deve servir de iniciativa para que haja uma persecução dessas denúncias.

Eu lamento muito esse entreveio, digamos assim, que houve entre presidentes de clube a partir das declarações do Textor, mas que eu credito, talvez, à resposta à pergunta que eu vou lhe fazer.

Quais são os canais de denúncia que tem a CBF? Se você participou de um jogo e chegou ao seu conhecimento que um atleta A ou B...

E, gente, vamos ser sinceros. Quem, algum dia, poderia pensar que aquele garoto talentoso como o Paquetá poderia estar envolvido num negócio de manipulação? Se alguém denunciasse, iriam falar: "Você está maluco, você está louco, denúncia infundada".

Então, a pergunta é, primeiro – porque eu acho que é a causa desse entreveio, que foi muito ruim, acho que foi tão ruim quanto a própria suspeita de manipulação, mas parte talvez da sua resposta –: quais são os canais de denúncia de que os clubes, o torcedor, a população em geral, se alguém tiver conhecimento, podem se valer hoje na CBF?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA (Para expor.) – Senador, o início desse entreveio – eu não tenho dúvida nenhuma; eu acho que ninguém tem – foi a nossa virada de 4 a 3. Ali...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tá, mas isso é uma questão esportiva. Eu estou deixando o clubismo de lado, Leila.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Mas, vem cá...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu falei para o Textor também. Você não pode dizer que isso tudo aí...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Mas foi.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... determinou a perda do seu campeonato. É lógico que não.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Mas, vem cá.... Mas, Senador, foi. Essa é a verdade, essa é a realidade. Não é questão de clubismo. Disso eu não tenho dúvida, eu tenho certeza absoluta. Foi ali, sabe? E o que deveria ter... O estranho não é o 4 a 3, a virada do Palmeiras. Isso não tem absolutamente nada de estranho, sabe? Mas foi ali que aconteceu, sabe? Então, não é questão de clubismo, porque, até



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aquele momento, não se tinha denúncia nenhuma de manipulação. A partir dali, começaram essas denúncias.

Se eu tiver conhecimento – não tenha dúvida, Senador –, se eu tiver conhecimento de algum ato, alguma suspeita, eu vou denunciar. Eu, Presidente do Palmeiras, denunciaria para o próprio Presidente da CBF. A CBF tem uma empresa, a Sportradar, que trabalha nessa busca para que se detecte alguma atitude suspeita, sabe? Então, cabe a cada um de nós dos clubes denunciar diretamente à entidade. É isso que eu faria. Nunca tive essa suspeita, sabe? Eu nunca tive e, se tivesse, o senhor não tenha dúvida de que eu denunciaria, porque eu não trabalho com bandido. É isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho certeza, Leila.

E aí é que está. Você disse que procuraria o Presidente da CBF para fazer essa denúncia...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... porque faltam canais de denúncia, porque não é possível que qualquer pessoa envolvida, seja do mundo do futebol ou de fora, tenha que buscar o Presidente para fazer uma denúncia.

O que aconteceu... Lógico que teve paixão envolvida, perda do campeonato de uma maneira dolorosa, a gente já viu isso em outros campeonatos, como dizem no futebol, mas a falta de um canal de denúncia – está ficando muito claro – foi o que levou ele a jogar na imprensa, da maneira que ele fez, porque, se você soubesse que o canal de denúncia é um departamento específico, é um *e-mail* próprio que é anunciado nos estádios, inclusive, como são anunciadas as *bets* nos estádios, porque a gente tem que unir força contra manipulação...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Não tenho dúvida.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E eu sei que você não tem dúvida com relação a isso.

Mas a ausência de um canal de comunicação de denúncia claro e que preserve, inclusive, o denunciante, porque, Leila, a gente não pode matar o mensageiro, ele pode estar 100% errado. Talvez ele esteja errado na maneira em que ele expôs a sua denúncia pela falta de um canal de denúncia. Isso ficou muito claro, inclusive, quando vieram os membros.

Eu não estou aqui para defender ninguém, não. Estou tentando entender só, porque o meio de imprensa foi o meio utilizado e que deu uma repercussão, talvez, que se tivesse um canal próprio: se o seu departamento de *compliance*, que recebeu uma denúncia, pudesse encaminhar para um canal próprio de *compliance* da CBF, não precisaria ir para o microfone de uma rádio, de uma TV e fazer um estardalhaço, que mancha o campeonato.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Senador... Senador... Não, Senador, mas aí não faria o efeito que ele gostaria, porque o efeito que ele gostaria... Desculpa, respeito a opinião do senhor, não é? Mas acho que nós estamos...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ninguém iria mudar, Leila, o campeonato por conta disso, não é? Eu acho que nem foi o interesse dele.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Não ia mudar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas a gente... As denúncias deles fizeram-nos chegar até aqui. E é bom, porque uma lei de apostas, que eu votei contra, inclusive, e foi aprovada até hoje não foi regulamentada: "Ah, é para que agora a Receita possa arrecadar". Está arrecadando nada, porque até hoje não foi regulamentada.

Então, o que ele fez e o que a CPI está fazendo é tentar contribuir com o futebol, porque não teria outra função aqui como Parlamentar, porque venho do futebol, para que esses canais de comunicação, esses protocolos estejam claros, porque a lei é nova, é natural. Ninguém do dia para a noite consegue organizar isso.

E aí, a segunda pergunta, Leila... Eu trabalhei dentro dessa questão dos protocolos e instrumentos de combate à manipulação. Então, minha atuação toda foi no STJD e sei que tem gente muito competente, principalmente no STJD do futebol. Mas eu pergunto... E concordando com você de que o importante é a punição, mas para a gente chegar à punição tem toda uma apuração que, em casos de manipulação, são muito difíceis. Eu participei de dois no STJD e dois que eu sei que houve manipulação, mas eu não consegui, e não tinha nem aposta, tá? Era a questão de subir, descer e tudo mais.

E aí, eu pergunto, na sua opinião, até porque já houve casos julgados no STJD, ele tem meios suficientes para apurar esses casos? Ele tem os instrumentos de polícia?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Ele quem?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O STJD.

Ou ele depende do Ministério Público, que depende do empurrão da CBF? Porque eu perguntei aqui para a CBF. A CBF disse: "Eu recebo denúncias e mando para o Ministério Público". Está bom. E quem corre atrás lá no Ministério Público? É o Procurador-Geral do STJD, que é um órgão da CBF, já decidido no caso do Dodô, pelo CAS inclusive. O Procurador do STJD tem o poder de representação junto ao Ministério Público para acompanhar essas denúncias? Porque a Sportradar produz o material, 109 partidas, e mandou para o Ministério Público. A CBF não pode dizer: "Fiz meu papel". Os clubes não podem se contentar com isso, porque existe manipulação no futebol mundial e no brasileiro principalmente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha pergunta é: o STJD está provido desses meios, como um órgão da CBF? O Ministério Público tem agilidade necessária para essas apurações? O do Estado de Goiás teve. Mas essas 109 partidas das séries B e C, deixando claro que não tem nenhuma da série A do ano passado. A gente já está no meio do ano. O que aconteceu? Os clubes têm o interesse ou a CBF, de pressionar a CBF e criar esses mecanismos, Leila. Você confia, acha que o STJD, o Procurador, tem o poder de polícia, de quebrar sigilo, de ir atrás, de fazer essa persecução penal? O Ministério Público tem essa agilidade?

Essa é uma pergunta para poder ajudar a gente a construir isso que não existe no futebol e que dá azo, infelizmente, pela falta de canais de comunicação e de instrumentos próprios adequados, de a gente fazer a persecução criminal, e fica esse imaginário – não é? –, o que é muito ruim para o futebol brasileiro também.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Senador, o que precisa é apurar, ter provas mais robustas, para que o Ministério Público possa tomar... Objetivas, entenda, para que o Ministério Público possa oferecer alguma denúncia, entende? E é interesse, sim, dos clubes, é óbvio que sim, eu também entendo que seja...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que foi o caso do Vila Nova, de Goiás. O Presidente procurou o Ministério Público no Gaeco – ele, inclusive, virá aqui, nos próximos 15 dias, para contar mais novidades –, e ele tomou as providências. Então, o clube fez o papel dele. Ele procurou o Ministério Público.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sim. E o Ministério Público tem que, com todas as instrumentalidades dele, buscar provas robustas para que se possa oferecer uma denúncia, para que se possa condenar de forma cabal o investigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, Leila. Eu ainda fico receoso, porque eu acho que é preciso que a CBF não só encaminhe as denúncias ao Ministério Público, mas é preciso que ela tenha uma representatividade junto ao Ministério Público, num acordo de cooperação, para que isso avance, porque, em manipulação de resultado, o bote tem que ser rápido, porque, senão, ele contamina diversos campeonatos.

Eu tenho outras perguntas, mas eu vou seguir à última, para dar chance aos meus colegas, Leila.

A gente viu agora um caso que envolveu o Corinthians, lamentavelmente, de um patrocínio, não é, Kajuru?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E ontem eu vi a notícia de que a Vai de Bet, não sei, a empresa...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É Vai de Bet.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vai de Bet. Ela notificou o Corinthians porque ela tinha uma cláusula de não corrupção no seu contrato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E aí eu vou fazer a pergunta, Leila, que eu fiz para a CBF e eu tenho que fazer a você. Os clubes – e não estou falando de estatutos, de... –, casas de aposta, arbitragem, capitães dos atletas ou os próprios atletas que participam de uma competição a partir agora deste ano, porque a questão das *bets* é recente, assinam algum compromisso que contenha alguma cláusula de não corrupção? Por quê? É lógico que essa cláusula não vai evitar a corrupção, mas ela vai inibir e vai trazer penalidades. E aí a minha pergunta: antes do início da Copa do Brasil, Campeonato Brasileiro desse ano, os clubes assinaram algum documento, algum acordo que contenha cláusula, junto com casas de aposta, com árbitro, com atletas, com os envolvidos atores, de não corrupção? E, se não fizeram, V. Sa. acha que os clubes deveriam se preocupar mais? A sua preocupação com manipulação é grande, média ou pequena?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – É grande, é grande. Quando os atletas do Palmeiras assinam contrato com o clube, existe uma cláusula dizendo que eles não podem apostar, tá? Existe o código de ética que eles têm que seguir, entende? Então, esses são os instrumentos que nós temos.

E, mais uma vez, nós constantemente fazemos projetos e planos de educação, tem que conversar, porque o atleta pode achar que isso é uma coisa... Ele vai muito jovem para os clubes. Acha que aquilo é normal, e não é normal. Não é? Então, desde meninos, nós já temos essa preocupação, sabe? Então, os atletas assinam, sim; eles têm que seguir o nosso código de ética e têm que seguir também o que está em contrato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, assim, fica também, que eu acho que vai ser a nossa conclusão final... É importante que os clubes se unam para que tenham um documento desses, porque você tem com os seus atletas, mas a CBF não tem com os seus árbitros, as casas de apostas, que estão aí no mundo, não têm com os campeonatos que elas mesmas patrocinam.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Mas, Senador, também você assinar um contrato, aquilo que a gente está acabando de falar, isso não adianta só.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Não é verdade?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Corinthians tem uma cláusula ali, que ele vai ter que pagar uma fortuna.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Se o Corinthians não provar, a casa de apostas vai rescindir o contrato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vai rescindir e cobrar uma multa, e um contrato desses pode prever, sim, a queda de um clube, outras consequências...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – O que eu estou dizendo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... porque é necessário que os clubes se unam para cobrar da CBF, que é a entidade, o compromisso da integridade dos resultados, porque isso é a valorização do próprio campeonato.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sem dúvida.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quando nada é feito, a porta fica aberta, não é? Quando a perseguição é demorada ou é difícil, a porta fica aberta e, pior, não tem punição.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Senador, o assunto é interessante. Eu não tenho pressa nenhuma. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nem nós.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – O assunto é muito maior, não é? Não é essa questão da manipulação, em que não acontece absolutamente nada. Com nada no futebol, que ocorre, acontece alguma coisa, Senador. O senhor já viu algum dirigente de futebol preso, hein? Eu nunca vi, eu não conheço, e conheço diversos clubes completamente quebrados. E o que acontece? Absolutamente nada – nada.

Então, para nós melhorarmos o futebol, temos que melhorar toda essa atmosfera, entende? Porque, senão, vai continuar a mesma coisa.

Eu estou aqui para contribuir para um futebol melhor. Aí, parte... A gente tem que partir para um *fair play* financeiro, entende? Como é que pode um clube – um clube – estar se endividando, gastando aquilo que ele não pode? Aliás, o Romário está aqui, pode me ajudar, entende?

Aí você veja, precisa de inteligência artificial para dizer: "Olhe, aquele atleta estava com uma atitude meio estranha". Pergunta há quanto tempo ele não recebe salário: quatro, cinco meses. Com que intuito, com que garra ele vai jogar se o clube não cumpre as obrigações com esse atleta, mas, de outro lado, está pagando US\$10 milhões, US\$12 milhões, ou euros, num atleta, sabe? Então, são questões que a gente tem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que discutir, o futebol como um todo, sabe? O problema é que, no futebol, tudo é permitido. Isso tem que acabar – tem que acabar. Sem punição, sem responsabilização desses dirigentes que quebram o clube, e não acontece absolutamente nada – não é? –, a gente vai ficar sempre voltando no mesmo assunto, sabe? Então, esta é a questão: no futebol tudo é muito permissivo, sabe? E não pode ser assim. Então, não é só a questão da manipulação – seriíssima, seriíssima –, mas também tem esses endividamentos desses clubes, que não acontece absolutamente nada, sabe?

Eu acho até que vocês, Senadores, Senadoras, poderiam me ajudar, junto à CBF – não é? –, para a CBF caminhar com esse projeto do *fair play* financeiro. Isso é extremamente importante para o futebol brasileiro, sabe? Então, são pautas muito...

Não estou dizendo que essa questão que a gente está conversando aqui, agora, não é importante. Claro que é, mas temos outras pautas extremamente importantes. E não adianta acertar essa, e, de outro lado, continuam esses clubes todos quebrados. Quem sofre é o pobre do torcedor. Ele vai fazer o quê? Sabe, ele fica completamente impotente, porque não se faz absolutamente nada, sabe?, e voltamos sempre a essa mesma conversa. Aí tentamos montar uma liga, não conseguimos...

Mas também não é questão só de liga, não, porque não adianta também, não é? Temos que acertar todos esses pontos. A CBF pode acertar – pode, com a ajuda de todos nós: clubes, Senadores, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Leila.

Eu tenho outras perguntas, e prefiro me ater só à questão aqui. Eu até concordo com a questão do *fair play*, embora a gente tenha que pensar, porque são vários brasis dentro do Brasil, vários clubes de futebol dentro de várias séries do futebol. Mas eu prefiro ficar aqui na questão da manipulação, porque essa tem um resultado imediato – e já está tendo em diversos lugares do mundo.

Tenho outras perguntas, mas cedo a vez, e volto com mais três perguntas na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Eu vou passar, com muito prazer, para o querido Senador Chico Rodrigues fazer seus questionamentos, e, por final, depois o Relator Romário voltará.

Eu quero aqui apresentar uma sugestão, pelo espírito de liderança que você tem, Presidente Leila, em relação aos 20 times da Série A, especialmente. Para mim, eles deveriam fazer uma reunião na CBF, urgente, para que se dê agora, de uma vez por todas, um prazo ao Sr. John Textor para que ele apresente todas as provas que existem ou não – perfeito? –, e que isso acabe. Sabe por quê? Porque está difícil.

Eu ando na rua – o Romário deve passar muito mais do que eu por esta situação –, e tem torcedor que fala: "Kajuru, eu não estou acreditando em mais nada, porque não tem solução: ele fala o que quer e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica por isso mesmo". Então vem aquela velha frase da política: uma mentira dita várias vezes... Aliás, uma mentira dita várias vezes, ela acaba virando verdade, e aí perde-se a credibilidade. Então, acho que tinha que ter uma união de vocês times, nessa hora, para um basta a ele, e ele apresentar e pronto, acabou, conforme ele tem dito que vai apresentar. E o STJD ameaça que vai suspender por um ano, que vai multá-lo – já teve até multa, inclusive uma, não é? –, mas até agora, nada. Já se passaram quantos dias? Passaram meses já, nós estamos chegando já ao terceiro mês.

Senador Chico Rodrigues, por fineza.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Senador, para finalizar aqui, eu estou bastante satisfeito aqui com a resposta da nossa Presidente. Eu tinha até aqui mais duas, três perguntas, mas praticamente elas já foram respondidas pela Sra. Leila.

E quero dizer que eu sei exatamente o que a senhora está passando, porque eu, a partir de janeiro, agora, virei Presidente de um clube, e não é mole mesmo, não.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E parabéns pelo grande trabalho que você faz lá em São Paulo pelo Palmeiras! E espero que um dia a senhora pense que tem um Ameriquinha que vai virar Mecão e a senhora possa emprestar uns jogadores para a gente lá, porque a gente está precisando. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Essa foi a segunda boa preciosidade. Aqui teve uma vez em que o Senador que está cuidando da minha visão, Dr. Hiran... Lembra? O Dr. Hiran, junto com o Textor aqui, falou assim: "Eu queria fazer um pedido ao senhor: por favor, contrate dois zagueiros". *(Risos.)*

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interperlar.) – Eu quero agradecer ao Presidente Jorge Kajuru, que está conduzindo com extrema maestria esta CPI.

Quero cumprimentar este ídolo, Senador Romário...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... pela posição, pelo compromisso e pelo respeito que tem tido ao torcedor brasileiro, e a Presidente Leila Pereira, que se dispôs a vir a esta CPI para contribuir – para contribuir –, porque, na verdade, nós estamos diante de um esporte que é indescritível. O futebol, na verdade, movimenta multidões no Brasil e no mundo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As coisas mais inimagináveis acontecem no mundo do futebol. Milhares, milhões de pessoas que são torcedores – somos torcedores – têm que conviver com essas questões de ordem administrativa, de ordem gerencial do futebol. E, no Brasil, em função da questão da manipulação dos jogos, foi que se propôs a criação desta CPI, para esperar, na verdade, que tivesse uma conclusão onde as sugestões propositivas pudessem, na verdade, vir melhorar o desempenho do futebol brasileiro, fugindo desse fantasma que, dia após dia, nós temos acompanhado em termos de desvio de conduta etc.

Mas, pela posição que a Presidente Leila tem assumido à frente do Palmeiras, ela, na verdade, tem se tornado uma figura emblemática de condução dos destinos de um time, de um time que é um time vitorioso ao longo da sua história e que tem na mulher, na pessoa da sua Presidente, hoje, uma pessoa absolutamente comprometida com a vida da equipe, mas, acima de tudo, com os torcedores, porque o objetivo maior de tudo no futebol são os torcedores. Na verdade, é uma contribuição tão grande para a humanidade que se dá que... Você veja, Leila: eu fico, às vezes, num campo de futebol, vendo ali talvez a manifestação mais democrática do ser humano. Ali tem milionários assistindo, tem reis, tem rainhas assistindo a uma partida de futebol, ali tem pessoas de todas as categorias sociais que se manifestam sempre da mesma forma: uma hora, chorando; uma hora, xingando; uma hora, sorrindo; uma hora, comemorando. Enfim, ali é o coração da democracia do ser humano, é o futebol. Por isso esse amor tão grande das pessoas pelo futebol.

E não chegando a detalhes de ordem técnica, porque, na verdade, não sou especialista – aqui tem três craques, tem três craques na Comissão –, a gente verifica, por exemplo, o nosso Romário, que, assim como Pelé, que já está no plano de Deus, fez quantas pessoas, quantos de nós aqui, chorar na comemoração de uma Copa do Mundo! E era um ídolo, para ele, invisível; para nós, visível; mas ele não sabia que milhões de pessoas... Na verdade, naquele momento, a alegria que ele estava dando com os seus pés, com a sua inteligência e, acima de tudo, com a sua criatividade – inclusive, dos jogadores de futebol, considerado um dos mais... não malandros, eu digo, mas, como jogador de futebol, aquele que criava e entortava os seus adversários. O Romário – eu sempre digo, na minha avaliação, que o Romário –, como o Garrincha, na verdade, fazia coisas inusitadas no futebol.

Então, eu apenas, nesse resumo rápido...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que o diga o Amaral. Lembra do Amaral? (*Risos.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Então, na verdade, Presidente Leila, eu, aqui na Comissão, tenho sugerido, nesta CPI, a importância de adotarmos o sorteio dos árbitros, de forma a reduzir a chance de acusação da compra de árbitros. Já tivemos isso no passado, restrito a poucos árbitros. A senhora acredita que poderíamos tomar essa prática, incluindo um quantitativo maior de árbitros no sorteio, e que isso realmente possa trazer mais credibilidade ao processo de indicação dos árbitros? Porque todos os dias estão aí as dúvidas em relação aos árbitros. E com esse



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sorteio, obviamente, ficaria praticamente isento de qualquer manipulação, entre aspas, que poderia acontecer do conselho de árbitros. Enfim, o que a senhora, como dirigente de futebol de um dos maiores times do país, considera dessa questão?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA (Para expor.) – Senador, antes de responder à pergunta, o senhor falou bastante sobre torcedor – eu não tenho dúvida de que o maior patrimônio dos clubes sejam os torcedores e os títulos conquistados, não é? Eu tenho um profundo respeito por todo torcedor, todos. E eu fico muito feliz que, por esse respeito que eu tenho com os torcedores, todos os torcedores de clubes rivais ao Palmeiras têm muito respeito por mim também. Porque me sensibiliza muito essa paixão do torcedor – sabe? –, esse sofrimento. Por isso que me dói quando eu vejo clubes totalmente prejudicados financeiramente, administrativamente, porque quem sofre são os torcedores, sabe? E eu luto por um futebol forte, para que todos os clubes sejam fortes, porque só assim a gente valoriza o campeonato, só assim a gente valoriza o produto, sabe? Eu quero que o futebol esteja bem, não é? Isso é bom para todo mundo.

E com relação à forma de escolha dos árbitros, eu não refleti, eu preciso refletir ainda sobre essa questão de sorteio. O senhor poderia perguntar isso, conversar melhor sobre isso com o Seneme, não é? Então, sabe, ele é a pessoa, a melhor pessoa para vocês conversarem sobre isso. Mas a questão não é a de que, com relação ao sorteio, vai deixar de ser algum árbitro mal-intencionado, vai poder ser afastado. Não, acho que isso não é a solução. A solução é a punição, Senador, sempre. Sabe, se há alguma prova cabal de que a pessoa não está agindo de uma forma correta, tem que ser punida. Já tive problemas, sim, no Palmeiras, mas nunca desconfiei de manipulação ou de erro proposital. Houve erros, não é? Aliás, um objetivo – não é? –, que foi esse na Copa do Brasil contra o São Paulo. E diversos erros que a gente acha que foram erros, mas é tudo subjetivo, entra para a subjetividade.

E uma coisa que eu também, como Presidente do Palmeiras, adotei – porque é muito comum, quando há erros e a gente entenda que o nosso clube foi prejudicado: o presidente vai para a imprensa, grita, faz aquele *show* para o torcedor –: eu não faço isso, eu não faço. Quando eu acho que o Palmeiras foi prejudicado, eu pego o avião, vou ao Rio de Janeiro e converso na CBF. Esse é o nosso procedimento e vai continuar assim. Eu sei que o torcedor... Fica parecendo que a Presidente do Palmeiras não fez nada, porque não deu um chilique na imprensa. Eu acho que não é esse o caminho. Então, eu converso com as pessoas que realmente estão lá para observar se houve ou não houve erro, tanto que alguns árbitros são afastados pra reciclagem. Esse eu acho que é o melhor caminho.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Apenas, Presidente, pra uma certa descontração, apesar de que este tema é muito, muito importante... Inclusive, o Senador Carlos Portinho, que é um *expert*, vai se debruçar também, juntamente com o Presidente e o Relator... Isso é fundamental, pelos que por aqui passaram. Pra evitar dúvida, que nós possamos, na verdade, implantar ou sugerir à CBF que implante esse sistema de sorteio dos árbitros, porque



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tem árbitros de altíssimo nível, inclusive da confederação internacional. Então, essa é a nossa sugestão, que já foi dada, inclusive, numa das sessões, ao Presidente Kajuru, para que a inclua.

A outra pergunta é mais pra descontrair. Nós brasileiros somos apaixonados pelo futebol. É possível que, em muitos casos, alguns sejam mais fiéis ao time por que torcemos que aos próprios cônjuges?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Senador, eu acho que sim. *(Risos.)*

Porque cônjuge a gente muda a toda hora e clube, não, meu caro! *(Risos.)*

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pra qual time você torce?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – O meu time?!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sim.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Espere aí, não é, Senador?!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Hoje, hoje!

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Espere aí, não é, Senador?!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – E na infância?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – O senhor tem alguma dúvida?!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Não, claro que, com relação a hoje, na direção do Palmeiras... Sim, claro que...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Meu sangue é verde! *(Risos.)*

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Mas e o coração?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Verde! Verde!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Se não for pelo Palmeiras, é possível torcer pra um time e ser Presidente de outro? Conte pra gente como funciona essa sabedoria sentimental do ser humano. E vou dar exemplo, porque...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Questões filosóficas? *(Risos.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – É, porque... Olhe só. Na verdade, nós temos aqui um ídolo, um ícone do futebol mundial que se chama Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sou América até morrer. *(Risos.)*

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Ah! É isso! Olhe...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nasci assim, morrerei assim.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Campeão do mundo...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sangue vermelho e coração também.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Campeão do mundo, considerado um dos melhores jogadores da história, mas ele aprendeu a amar o Palmeiras com o Seu Edevair. Então...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O América!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Perdão, o América. Então, jamais, jamais, jogando no Flamengo, jogando no Vasco, jogando na Seleção Brasileira, no Barcelona, que seja, o Romário não esquecia as raízes dele, do coração.

É por isso que eu fiz essa pergunta de brincadeira à senhora, que é tão leve e é tão assim... Nos deixa tão à vontade...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Não, Senador... Não, mas eu falo de coração. Eu sou uma mulher transparente. Meu pai era vascaíno, meus dois irmãos são vascaínos, e eu sou palmeirense. Por quê? Porque o meu marido é palmeirense, e eu sou casada muito... Eu conheço o meu marido há muito tempo: eu conheci o meu marido, eu tinha 18 anos, uns cinco anos atrás... *(Risos.)*

Eu conheci o meu marido muito jovem, não é? E aí eu, até aquela idade, não ligava pra futebol, não ligava. E meu marido é um grande palmeirense, e eu me tornei palmeirense por causa dele, mas é a pura verdade.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero lhe agradecer, Presidente. Encerrei já as minhas perguntas, mas quero agradecer a gentileza da Leila Pereira, pela simplicidade, mas, acima de tudo, pela franqueza dela, que não levou para o outro lado a minha pergunta. Foi apenas como uma comparação que eu gostaria de fazer a esse cara aí, que, na verdade, já



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

alegrou – e continua alegrando – tantos brasileiros. Às vezes, você está em um time, como já ouvi de muitos, mas o coração está exatamente na sua raiz, na sua infância, enfim, na sua história.

E qual é o seu time de coração, Jorge Kajuru?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quando eu era menino, em função de papai, em Cajuru, a 54km de Ribeirão Preto, eu, todo domingo, estava presente no Estádio Santa Cruz, onde ali fiz uma das maiores amizades da minha vida com o Sócrates, o craque Sócrates, o gênio Sócrates, como o Romário, e aí o papai me ensinou a torcer para o Palmeiras, mas, depois, eu vi tanta gente torcer para o Palmeiras – e tanta gente de que eu não gosto – que eu parei de torcer. *(Risos.)*

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Mas volte a torcer! Venha ser feliz, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, você não deve se lembrar de que eu virei jornalista esportivo em rede nacional.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Claro que eu sei!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você se lembra, e o seu marido, com certeza, me assistia.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, ali, se você torcer para um time, como comentarista, você acaba cometendo o erro da falta de isenção.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Mas agora você não é mais comentarista. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, você está enganada, eu sou, continuo.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Eu te convido.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele é América.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Venha ser feliz.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Leila, ele é América.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Hã?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já conquistei: ele é América. *(Risos.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – É?**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Presidente...**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para este eu torceria mesmo.**A SRA. MARGARETH BUZETTI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Só fazer um complemento, Leila, do quão difícil é você fidelizar uma torcida.

Você sabe que o Mato Grosso foi colonizado muito pelo Sul, e o Cuiabá está na Série A acho que há três anos, se não me engano. Então, vão os outros times jogar, vai Flamengo, vai Palmeiras, vai o Internacional, vai o Grêmio... Quer dizer, a torcida que está sendo fidelizada pelo Cuiabá são os meus netos. Você precisa ver como eles ficam bravos com as outras torcidas. "Não é possível, vó, eles vêm aqui no campo com a camisa do outro time". Quer dizer, essa geração é que será a torcida fidelizada, como é hoje a do Palmeiras, como é a do Corinthians, como é do Flamengo.

E, olha, a alegria do meu neto e a tristeza do Portinho foi quando o Flamengo foi lá e perdeu de 3 x 0. (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, e ganhei uma camisa do Cuiabá por conta disso. (*Risos.*)**A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA** – Mas, Senadora, a gente fideliza, a gente aumenta a nossa torcida, porque criança gosta de gritar "gol". Eles adoram. Não é só a gente, não; as crianças adoram. E o clube, sendo vencedor, a sua torcida aumenta. Eu não tenho dúvida de que, de nove anos para cá, a torcida do Palmeiras cresceu muito, porque são muitos títulos – já até perdi a conta.

Você sabe, Kajuru? Deixa eu fazer propaganda de mim mesma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.**A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA** – Deixa eu aproveitar, viu?**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fique à vontade.**A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA** – Eu sou Presidente do Palmeiras há 2 anos e 5 meses. (*Pausa.*)

Cinco? Eu vou terminar meu mandato agora, no final do ano.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós conquistamos sete títulos do profissional masculino, fora feminino, fora a base, de que eu já perdi a conta, sabe? São muitos títulos. O Palmeiras é muito...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso é um recorde, não é?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – É por isso que eu estou te convidando novamente, entendeu? (*Risos.*)

Venha, volte a ser palmeirense que você vai ser mais feliz.

Estou brincando, gente. Eu tenho profundo respeito por todos, todos os torcedores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Evidente.

O Senador Carlos Portinho tem também outras colocações a fazer, mas, em relação àquela sugestão, Presidente, pelo espírito de liderança que você tem com os outros dirigentes, com os quais eu converso, e todos eles têm total admiração por ti, por que não, urgentemente, se fazer uma reunião na CBF dos 20 times e colocar um ponto final nessa situação, e a gente continuar investigando as outras questões que chegam, não só as do Textor? Porque tem outras que estão chegando – perfeito? – e que vão chegar, sem dúvida alguma. Porque não há nenhuma dúvida de que existe manipulação de jogo de futebol. Isso é ponto final. Existe e pronto, acabou. Agora, uma reunião em relação à questão do Textor, porque senão fica um caso sem fim.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Mas, Kajuru, quando você diz "há manipulação", eu não posso dizer assim, é muito genérico, não é? Precisa-se comprovar onde há, com quem, quem é o envolvido?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Jogador do Santos, houve; jogadores do Vila Nova, sim...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Esses já foram, sim... Sim, sim. Foram pegos e foram punidos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E foram punidos como menino de escola.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sim, mas aí, exatamente, tem que punir de uma forma mais severa, sabe? Mas, com relação a eu reunir todos os clubes, será que eu consigo? Porque, na verdade, quem foi atacado frontalmente foi o Palmeiras, sabe? Eu não vi nenhum movimento de clubes indignados. Inclusive aqui, sentado aqui...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O São Paulo também foi.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Foi o quê?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O São Paulo também foi denunciado de uma forma duríssima.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sim. É...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Os jogadores se venderam para o Palmeiras, no seu caso, naquele placar de 5 a 0, que eu fiz questão até de mostrar os gols aqui para o Romário, ninguém melhor do que ele, em função da minha visão. O Romário falou: "Pra mim, gols normais, Kajuru".

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sim, mas aí eu não assisti todo o depoimento do Julio, mas ele sugeria também que o Textor fosse banido do futebol brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Também, ele tem a mesma opinião. É a mesma opinião minha, inclusive.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – É? Entendi, mas eu não vejo... Eu não vejo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso se ele não provar.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sim, porque até agora ele não provou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exato.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Não é? Até agora ele não provou.

E uma coisa interessante também que eu até vi no depoimento do Textor aqui, ele dizendo, até escrevi aqui, que "a inteligência artificial pode ajudar a identificar comportamentos fora do comum dos jogadores em campo". Isso o Textor falou aqui, que para isso serve a inteligência artificial. Aí eu vou dizer que realmente o Palmeiras tem um comportamento diferenciado da grande maioria dos clubes: o Palmeiras paga os seus jogadores em dia; o Palmeiras paga a sua comissão técnica em dia; o Palmeiras trabalha de uma forma profissional; o Palmeiras trabalha de uma forma transparente – entende? –; o Palmeiras tem credibilidade com seus atletas e com sua comissão técnica. Eles sabem que eles podem contar com a Presidente, que a Presidente está lá para defender a eles e a Sociedade Esportiva Palmeiras contra quem quer que seja. Então, essa é a diferença. Que estranho que a inteligência artificial do Sr. John Textor não captou, sabe? Eu gostaria muito de saber se o John Textor... Isso é uma pergunta que eu faço, que eu não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sei. Ele paga em dia os atletas dele, comissão técnica, os seus credores? Não sei, não sei. Sabe? Essa empresa que ele... qual o nome da...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Good Game!

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Good Game!, que ele contratou, ele contratou um parecer, Kajuru. Sabe? Como ele ficou indignado que perdeu aquele campeonato, ele contratou uma empresa para dar um parecer, para dizer: "Olha, empresa Good Game!, comprove aqui, escreva um documento dizendo que há manipulação nesse Campeonato Brasileiro". É um parecer extremamente parcial. Que credibilidade que tem esse documento, sabe? Como é que ele põe em xeque dois títulos do Palmeiras? Isso é inadmissível, mas eu não vejo outros clubes fazendo qualquer movimento para que a CBF tome uma posição mais firme contra o John Textor. De uma coisa você pode ter certeza, Kajuru, o Palmeiras está tomando. E nós não vamos desistir, mas eu vou tentar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

Para quem, por exemplo, eu já ouvi... Não sei se o Portinho ouviu, se a Margareth ouviu, o Chico, o Romário. Eu já ouvi gente chegar para mim, gente esclarecida, não ignorante... Embora a ignorância seja a maior multinacional do mundo, eu faço questão de não conversar com gente ignorante. E essas pessoas esclarecidas falam o seguinte: "Kajuru, esse cara é dono de quatro times, um na Bélgica, um na França, um na Inglaterra e agora o Botafogo no Brasil. Esse cara, Kajuru, é um documentarista que tem oito Oscar. Ele até numa videoconferência fez questão de mostrar a foto dele com o Oscar. Por que esse cara estaria mentindo em tudo? Você não acha que uma parte do que ele fala é verdade e que ele pode provar? Será que ele está mentindo 100%?"

Até me lembro de uma observação muito oportuna do Portinho aqui, o Senador. Ele falou: "Kajuru, se ele estiver com 1% de prova, já é alguma coisa para o futebol brasileiro".

Para você, Presidente Leila, no caso do Palmeiras você já deixou claro, tanto que você entrou com ação, várias ações, aliás, contra ele. Mas você não acha que alguma coisa ele pode estar tendo razão e acabar provando parte, não tudo, do que ele está falando? Ou, para você, tudo que ele está falando até agora, 100%, você continua com aquele adjetivo inicial que você usou: "é um fanfarrão"?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Kajuru, eu afirmo, entende, enquanto ele não provar o que ele está dizendo, não são verdade as alegações dele. Ele precisa provar o que ele diz. E até o momento eu não vi nenhuma prova, nenhuma prova do que ele alega.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como é que eu posso dizer: olha, tem 1%? Não, para mim, nada do que ele fala é verdade a partir do momento em que ele não prova absolutamente nada. Se ele provar, se ele mostrar, demonstrar que realmente houve manipulação, o Palmeiras foi beneficiado, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas ele não está falando só do Palmeiras, não é?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sim, sim, mas ele atinge frontalmente a Sociedade Esportiva Palmeiras. Eu não tenho dúvida disso. Então, ele não provou absolutamente nada, nada.

Então, eu não posso dizer, eu ataco toda uma entidade, eu ataco toda uma, por exemplo, uma empresa: "Olha, nessa empresa tem manipulação, tem corrupção". "Tudo bem; mas de onde?" "Não, vamos investigar". "Não, mas você tem que dizer". Então está todo mundo em xeque?

Então, essa é a minha preocupação. Ele fala, fala, fala e não comprova absolutamente nada. Então eu afirmo: se ele não prova nada, então tudo que ele fala é mentira. Aí o que vai acontecer? Aí daqui a cinco anos vai se descobrir que houve um fato de manipulação de um jogo. Olha, viu o que o Textor falou lá atrás?

Gente, isso não existe. Ele tem que provar agora o que ele alega. E até o momento... Kajuru, eu te pergunto. Ele mostrou alguma prova objetiva do que ele fala?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Objetiva ainda não. Estamos com a nossa Consultoria Jurídica do Senado analisando toda a documentação que ele nos entregou, por duas vezes inclusive, porque ele prometeu novas provas e as apresentou, o Dr. Otávio está aqui conosco. E a gente está, periodicamente, fazendo, todos os Senadores, a nossa análise para uma conclusão responsável, que é o mínimo que devemos fazer porque o Brasil está cansado de CPI que termina em *pizza*, às vezes até com denúncia de achques, como aconteceu na casinha ao lado aqui, na rodoviária chamada Câmara.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Kajuru, nós não podemos deixar... Nos ajudem, vocês Senadores, ajudem o futebol brasileiro a ter credibilidade, a ter responsabilidade. Uma pessoa não pode pegar o microfone e falar fatos gravíssimos sem provar absolutamente nada. Existem centenas de pessoas que vivem honestamente do futebol, os atletas que trabalham incansavelmente. Todos, todos nós que dedicamos a nossa vida ao futebol, a gente não pode deixar que uma pessoa sente aqui e fale para o mundo que há manipulação sem provar absolutamente nada, nada. Absolutamente nada!

Inclusive, eu vi na imprensa que ele entrou com processo contra mim. Eu não fui citada ainda, viu? E não é processo que vai me fazer deixar de pensar o que eu penso dele, entende? Então, eu acho que ele é um grande mal, as atitudes dele são um grande mal para o futebol brasileiro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Senador Carlos Portinho, por fineza, fique à vontade.

O Senador Girão, não chegou ainda, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Eu queria voltar ao tema principal da nossa CPI, que é a manipulação de resultados. E, de novo, eu acho que essa fulanização é até pior do que a própria denúncia infundada. Eu entendo que a Leila tem toda a razão, tem que defender a sua instituição. Não vou me meter em briga de presidente de clube com presidente de clube, mas também não vou fulanizar, não, porque, de novo eu digo, não se pode matar o mensageiro.

O Textor ou qualquer pessoa que faça uma denúncia não tem a menor obrigação de provar. Se ele pode dizer que isso foi para favorecer outro clube ou esculhambar um presidente de outro clube, certamente não. Mas ele também não tem obrigação de provar, porque essa obrigação é da CBF, que é a entidade organizadora da competição; é do Ministério Público, que tem os instrumentos para isso, como mostrou no caso de Goiás; e do STJD, que infelizmente não tem instrumentos, só pode trabalhar depois que o Ministério Público provar. E essa é a função social do Ministério Público.

Então, eu quero ainda voltar aqui ao tema principal, que é a manipulação de resultados. A gente sabe que há erros de arbitragem por erro, há erros por manipulação de resultados e há erros por manipulação de apostas. Isso a gente está vendo no mundo. Vou dar o próprio caso do coitado que, se sofrer uma pena, vai ser uma derrota para o futebol brasileiro, mas uma grande lição, se for verdadeiro, o caso do Paquetá. Ninguém chegou lá provando que tinha feito aposta lá na linha de Paquetá, em cartão amarelo. A investigação levou a isso, mas alguém denunciou. Não sabemos nem o nome da pessoa que denunciou – eu pelo menos não sei –, porque certamente no futebol inglês deve ter um canal de comunicação e deve ser levado a sério as denúncias para o bem do futebol, porque depois das apostas, lamento, se continuar como está, azar do futebol.

O grande ponto principal das denúncias do Textor, Leila, realmente, não é a questão de comportamento da inteligência artificial. Inclusive, eu disse isso a ele aqui. Aliás, usei até em meu desfavor o gol do Palmeiras contra o Flamengo na Libertadores para mostrar que comportamento de atleta numa partida de futebol não se mede, não é possível medir. A atrasada do Andreas Pereira que deu o título para o Palmeiras, se fosse num produto do Good Game!, talvez dissessem que ali houve um comportamento atípico. Então, eu estou descartando isso.

A inteligência artificial – e a Sportradar vai aqui confirmar isso –, depois do cruzamento de apostas e de provas de que houve um movimento atípico de apostas, aí você pode ir para análise individual de uma partida e de outra para, justamente, reforçar aquilo que você está apurando. E a pergunta que eu fiz para a Good Game! aqui é se eles só usavam o comportamento dos atletas, se eles também cruzavam apostas. Eles



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

falaram que não. Então, para mim, isso é completamente irrelevante, comportamento de atleta, inclusive no jogo São Paulo e Palmeiras.

Mas, como eu falei para o Textor... Não sei se, pela língua inglesa, ele comete equívocos, sim, quando se manifesta, se expõe publicamente. Eu disse a ele... Porque ele não tem prova, e ele trata como prova o que apresentou aqui, inclusive. Mas não é prova, aquilo é indício. Não sei se pela língua inglesa, Sica, talvez a conotação seja semelhante, mas... E aí, analisando os indícios, Leila, da mesma maneira que você colocou que na Copa do Brasil foi traçada uma linha errada de impedimento...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA (Para expor.) – Não traçaram a linha.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pior, não traçaram a linha. Pior ainda.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – E a imagem sumiu também.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois é. Aí são indícios. E isso gera preocupação, como ele apresentou, e isso vai ser apurado e periciado, é lógico. Num jogo Vasco e Palmeiras, ele apresenta uma linha traçada na diagonal de um impedimento, num gol do Vasco, anulado. Não tem nada a ver com o Palmeiras, tem a ver com a qualidade da nossa arbitragem, com o uso do VAR e com o uso das ferramentas tecnológicas, que têm que contribuir para o futebol, e não atrapalhar o futebol. É como no lance da expulsão do Adryelson. Isso é uma questão material. A gente viu que um ou dois ângulos não foram enviados para a cabine do árbitro de campo, e isso é tão sério quanto a linha que não é traçada, porque isso induz o árbitro de campo, talvez, a uma decisão equivocada.

Então, sobre o VAR... Eu acho que aí está um ponto em que o futebol brasileiro precisa se debruçar, como o inglês agora vai decidir se vai abolir ou não o VAR. Eu gostaria de saber de V. Sa., Leila: você acredita que os árbitros que operam o VAR estão suficientemente bem treinados e preparados? É a primeira pergunta. A segunda pergunta é no mesmo tema, porque foi um assunto que surgiu até numa audiência pública de aperfeiçoamento do VAR, que surtiu efeito. Esse fato de eles agora replicarem o que acontece na Europa, de o árbitro de campo dizer o porquê, no áudio do estádio, veio de uma sugestão, inclusive, daqui. E outra sugestão, que tem a ver com a primeira pergunta, é o que a senhora acha da hipótese de se usarem ex-árbitros que, pela idade, talvez não acompanhem mais uma partida, mas que são árbitros qualificadíssimos...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Para operar o VAR?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para operar o VAR. Seria uma boa sugestão?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Senador, começando no fim, eu acho que precisa ser pessoas mais jovens, mais acostumadas a mexer em tecnologia, sabe? Eu já tinha pensado nisto, colocar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ex-árbitros, mas aí depois eu repensei. Mas isso tudo são ideias que eu não passei pra ninguém, eu penso comigo mesma, sabe? Eu acho que tem que ter é uma melhor qualificação, treinamento para os nossos árbitros de vídeo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – De tecnologia.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Tecnologia, de tecnologia.

E quando eu falo do erro da linha lá da Copa do Brasil, eu acho que... Eu não desconfio de absolutamente nada, absolutamente nada, não estou falando de manipulação; pra mim aquilo ali foi erro mesmo, erro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, a gente sempre... A primeira reação é acreditar que foi um erro, porque a gente acredita na boa-fé. Eu também acredito.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Exatamente, não foi intencional, foi erro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso, um erro não intencional.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Um erro absurdo, mas foi um erro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, mas aí os casos de manipulação que a gente tem visto no mundo começam a fazer a gente duvidar do que a gente pensa, porque eu também tenho, na boa-fé, achado que tudo é um erro não intencional, mas aí de repente a gente se depara com casos aí pelo mundo e começa a ver... Opa! E aí eu pergunto: um técnico, lógico, talvez mais jovem, que está mais acostumado com a tecnologia, pra manusear essa tecnologia do VAR... Mas o que a gente vê hoje, Leila – e aí eu falo até como esportista –, é que o que era pra ser uma decisão de campo do árbitro virou uma decisão do VAR. Ele chama o árbitro, ele manda ver e ele diz que houve ou não houve. E aí eu pergunto, no sentido inverso: então seria melhor apenas ter aqueles técnicos em tecnologia, em vídeo, e as imagens serem mandadas na íntegra – na íntegra – pro árbitro de campo tomar a sua decisão exclusiva, ou você acha que é salutar que tenha também árbitros, formados em arbitragem, na cabine do VAR dando palpites, como a gente tem visto?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Senador, eu acho que tem que continuar como está, porque quem determina é sempre o árbitro de campo. Se ele não quiser seguir com a decisão do árbitro de vídeo, a decisão é dele, do de campo. O que precisa se treinar melhor são esses árbitros de vídeo e até os de campo. Nós temos árbitros fantásticos, mas tem uns que precisam ser melhor qualificados. É a qualificação, tanto de um quanto de outro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você acredita que há interferência externa? Alguém de fora da cabine do VAR tendo contato com o VAR?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Eu vou te falar... Como assim? Eu não entendi.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Alguém de fora da cabine ter contato com os árbitros dentro da cabine.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Não, eu não sou... Eu não vou ficar fazendo aqui ilações, sabe? Eu não o John Textor, eu sou Leila Pereira. Eu não tenho conhecimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você não tem conhecimento?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Não, não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está o.k.

Eu queria passar um dado – deixa eu só pegar aqui – que realmente me espantou. Espera aí, um instante só. (*Pausa.*)

Já está na mão, é rapidinho. É só pra eu encerrar a minha participação com as perguntas.

É um dado importante, até por conta dessa questão que a gente tem discutido muito aqui, e discuti na lei das apostas, sobre se deveriam as apostas se resumir a resultado, se cartão amarelo é legal ter lá nas apostas – a gente está vendo o caso do Paquetá, não é? E aí eu trago um dado: de 2002 até hoje, o número de cartões amarelos – olha que interessante – aplicados na Série A do Campeonato Brasileiro teve um aumento significativo. Em 2002 foram 1.761 e em 2023 foram 2009 cartões amarelos; e em 2024, a gente já está em 364 cartões.

Como a gente vê, as apostas podem estar influenciando... Eu também não estou aqui para fazer ilações, mas o pior cego é aquele que não quer ver. Se a gente não quiser pelo menos enxergar o que está acontecendo no mundo e achar que tudo tem que ficar como está, sem um *compliance* por parte de clubes, casas de apostas, árbitros e da CBF, que se comprometam antes do campeonato com cláusulas de não corrupção e com penalidades explícitas nesses acordos, se a gente achar que o VAR do jeito que está é bom, que é só treinar aí uma garotada, e se a gente achar que não existe manipulação e nada foi feito, a gente... Eu acho, Leila... E eu acho que os clubes deveriam ser... Como são os clubes que lideram, inclusive... E espero que aconteça a formação de ligas, para o bem e pela preservação e valorização do seu próprio patrimônio, se a gente não pensar, antes até de *fair play* financeiro, que a manipulação existe hoje e que é baseada em indícios, porque a prova da manipulação é a coisa mais difícil que pode ser feita... Só o Ministério Público!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente discutiu a lei das apostas aqui, o Manssur sabe muito bem porque eu sugeri a ele: vamos colocar na lei a criação de um grupo tático da Polícia Federal especializada, porque foi isso que a Europa fez em 2009, porque também ninguém acreditava que iria ter manipulação de um campeonato da Uefa, e houve, lá em 2009. Então, não foi criado. "Não, manda o dinheiro para a Polícia Federal." Vai ser usado em outra coisa. Vamos mandar criar um grupo tático, orientar na lei a criação de um grupo tático do Ministério Público! "Não precisa, vamos mandar o dinheiro para o Ministério Público, porque ele precisa de recursos para muitas outras ações importantíssimas que eles têm." E até hoje a gente não tem um acordo de cooperação entre a CBF, entre o Ministério Público, entre a Polícia Federal. E o bote tem que ser rápido e certo, nos casos de manipulação. E com essa lerdeza que a nossa Justiça naturalmente tem, e é contumaz, a gente talvez nunca chegue aos casos de manipulação, a não ser quando alguém – vai ser um caso esporádico – faz, aí sim, uma denúncia, ou confessa, uma denúncia confessa, que aí é uma prova cabal, é a confissão.

Agora, a gente não quer debater esse tema e deixar tudo como está, Leila, com toda sinceridade, me desaponta, porque a gente vai pagar muito caro no futuro.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Mas, Senador, Senador, eu não tenho a solução, eu não tenho. Eu, como Presidente do Palmeiras, não tenho a solução. Aliás, eu estou aqui como uma vítima, porque o meu clube foi citado pelo John Textor como um clube que foi beneficiado por manipulação de jogos. Eu não tenho esse conhecimento! Ele não prova o que ele diz.

Eu não concordo com o que o senhor disse, que ele não tem a responsabilidade de provar. Eu não concordo. Quem alega tem que provar. E se ele não quer... Se ele não tem como provar, ele não deveria ter falado para a imprensa, deveria ter ido... Sim, ele tem as portas abertas numa CBF, ele senta com o Presidente da CBF, ele pode fazer isso, Senador!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Mas como não tem?!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A própria CBF admitiu, um *e-mail* que eu até esqueci... Você sabe o *e-mail* que o diretor de *compliance* falou? CBF, *compliance*, XPTO, arroba, zap...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Mas eu não estou entendendo, a denúncia pode chegar de qualquer forma. Eu posso entrar na frente do Ednaldo e falar: Ednaldo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, se você não tem, Leila... Desculpa. Se você não tem um canal de denúncia, o que resta para aquele que se sentiu e que tem indícios...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O caso, por exemplo, não tem nada a ver com Palmeiras, mas a gente viu que ângulos daquele lance da expulsão do Adryelson – que também não foi determinante para o Botafogo perder o campeonato, vamos deixar claro isso, tá? –, lances, fragmentos de imagem não foram enviados para o árbitro do campo. E isso é questão material; isso não é comportamento de atleta; é como a linha do impedimento, que não foi traçada. A gente pode acreditar na boa-fé e continuar acreditando na boa-fé e achar que não tem corrupção; ou a gente pode criar...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Mas eu nunca...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... mecanismos...

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... porque os clubes, de novo... Desculpa, Leila, só para concluir. O Kajuru falou, e, lógico, eu não estou aqui... Você não tem responsabilidade. Eu estou apenas a instigando como Presidente de um dos maiores clubes do Brasil. Os clubes precisam se unir, porque, um dia, vocês vão ter uma liga. E eu tenho certeza de que vai ser diferente. O seu *compliance* em uma liga vai ser completamente diferente do *compliance* da CBF; muito mais rígido, não é? Você tem a cabeça empresarial; o Presidente do Flamengo, mesmo não sendo SAF, tem; e clubes que são SAF devem ter, porque foi justamente essa transformação que se buscou.

Agora, se achar que "eu não posso fazer nada e vamos deixar tudo como está", se não tiver a iniciativa dos clubes, aí, azar do futebol.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sim, mas, Senador, eu não falei para deixar tudo como está.

Com relação às *bets*, elas estão aí. Chegaram e não... Aliás, existe até uma regulamentação para elas aqui, no Brasil, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA – Sim, mas em breve terá.

Elas são responsáveis por patrocínios imensos de clubes e de campeonatos, entende? Elas estão no mundo inteiro. A gente vai ter que aprender a conviver com elas.

Nós temos que ter mecanismos para detectar essas eventuais fraudes, mas eu não posso admitir que eu pegue o microfone e saia dizendo: "Ó, houve manipulação". "Mas cadê a prova?" "Não, eu não sou obrigada a provar." Não posso. Não é isso. Eu não estou dizendo que tem que continuar como está. Claro que não, sabe?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trabalho incansavelmente para ganhar título, Senador. Eu trabalho incansavelmente para encontrar recursos, para fazer investimento no Palmeiras, sabe? Quanto melhor e com maior credibilidade for o campeonato, é melhor para todo mundo. Mas dizer que eu tenho a solução do problema... Eu não tenho.

Aliás, essa CPI terá um final, não é? Vocês, Senadores... Está na mão de vocês fazer um relatório final – não é? – com uma sugestão do que deve ser feito, não é isso?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu estou satisfeito, Senador Kajuru.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Portinho.

Há uma só última pergunta aqui que vem das redes sociais, que coloca o seguinte, Presidente Leila: o Palmeiras cogita internacionalizar as suas ações na esfera desportiva, por exemplo, solicitando providências à FIFA na hipótese de as denúncias dele, Textor, não serem comprovadas?

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA (Para expor.) – Olha, como eu falei com vocês, nós tomamos medidas na esfera criminal, cível e desportiva. Nós vamos aguardar, porque estão em trâmite ainda. Nós não vamos desistir enquanto esse cidadão não for devidamente e exemplarmente condenado, porque ele não vai ficar fazendo alegações sem prova absolutamente nenhuma, descredenciando dois títulos que foram conquistados com muito trabalho, de uma forma muito transparente, pelo Palmeiras.

Eu gostaria de saber, se o Botafogo tivesse sido campeão, se ele estaria denunciando manipulação. Não, claro que não. Sabe, o John Textor tem que saber que ele está na história do Botafogo – na história do Botafogo –, porque perdeu um campeonato que estava na mão dele, sob responsabilidade dele. Então, ele vai ser lembrado pro resto da vida por esse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Bem, senhoras e senhores, não havendo nada mais a tratar, eu queria agradecer a presença de todos e deixar a explanação final, caso ela deseje fazer, à Presidente do Palmeiras, convidando-os para a nossa reunião de amanhã, às 10h da manhã, aqui, para as oitivas de Helio Santos Menezes Junior, Diretor de Governança e Conformidade da CBF, e de Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem, também da CBF.

Eu gostaria de agradecer a todos os colegas Senadores, amigos Senadores presentes nesta reunião; agradecer também à nossa equipe de gabinete, a minha Carol da Luz, Luma Paschoalato, Roberto Gonçalves; do gabinete do Senador e Relator Romário os craques Wester, Flavio, Vicente; do gabinete do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, Chico e Roberto, aqui também faltam os assessores que ele mesmo pode falar; Senadora Margareth, se quiser falar dos seus assessores; da Liderança do PSB Olga, Santi e Carlos; quero agradecer ao advogado do Senado, o Dr. Octavio, sempre presente em todas as reuniões, cabendo a ele a análise de toda a documentação que tem em mãos, tanto da Good Games! como da Sportradar; aos consultores do Senado, Luciano, Tiago Ivo e Vinícius; e aos servidores da Secretaria da Comissão, sempre competentes, Anderson Antunes, Henrique Cândido e Gabriel Udelsmann.

Presidente Leila Pereira, do nosso querido Palmeiras, da Sociedade Esportiva Palmeiras, querendo fazer a sua explanação final, fique à vontade.

A SRA. LEILA MEJDALANI PEREIRA (Para expor.) – Eu queria mais uma vez agradecer o convite de estar aqui. Eu me senti muito, muito honrada. E tenham certeza, Kajuru e Romário, craque Romário... (*Risos.*) o que vocês precisarem de mim para contribuir nesta CPI, para que realmente fique tudo esclarecido, estou aqui à disposição de vocês. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode ter certeza, contamos com a sua colaboração sempre e não temos nenhuma dúvida disso.

Muitíssimo obrigado a todos e a todas.

Pois não, Senadora Margareth Buzetti. Fique à vontade, querida.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Só quero agradecer à Leila, ao Romário, Presidente Kajuru.

Quero dizer que hoje no Senado nós temos o privilégio de ter duas grandes Leilas, não é? A Leila do Vôlei e a Leila Presidente do Palmeiras. (*Risos.*)

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem lembrado.

Deus, saúde a todos e todas!

Amanhã de novo aqui, não é, Relator Romário? Juntinhos, às 10h da manhã.

Agradecidíssimo.

(Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e hum minuto do dia seis de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Romário, Eduardo Girão, Otto Alencar, Carlos Portinho e Efraim Filho, e ainda dos Senadores Eliziane Gama e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às treze horas e dois minutos e reaberta às treze horas e seis minutos, de forma secreta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva de Hélio Santos Menezes Junior e Wilson Luiz Seneme.** **Finalidade:** Depoimentos previstos pelos Requerimentos n. 39 e 40/2024-CPMIMJAE. Oitiva do Hélio Santos Menezes Junior, Diretor de Governança e Conformidade da CBF, em atendimento ao requerimento 39/2024; do Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, em atendimento ao requerimento 40/2024. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/06>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, o roteiro desta reunião de 6 de junho de 2024, iniciando com o desejo de Deus e saúde a todos e a todas presentes e àqueles que nos acompanham no YouTube, pelo grupo Senado, e pelas emissoras TV Meio, Rede Novabrazil FM e BandNews 90,7 FM...

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 9ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158, de 2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, árbitros, auxiliares, dirigentes e empresas de apostas, ou seja, corruptores e corruptos. *(Pausa.)*

A presente reunião se destina ao depoimento, como convidados, dos Srs. Hélio Santos Menezes Júnior e Wilson Luiz Seneme, nos termos dos Requerimentos de nº 39, de 2024, e também o de nº 40, de 2024, respectivamente.

Respeitosamente, vamos ouvi-los aqui. Depois, teremos, em outra sala, uma reunião, à parte, com imagens especialmente em relação ao VAR, onde também vamos conversar com os dois dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol.

E, dando início à nossa reunião, convido a tomarem assento à mesa o Sr. Hélio Santos Menezes Júnior, Diretor de Governança e Conformidade da CBF; e o Sr. Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF. *(Pausa.)*

Bem, de forma bem objetiva, eu queria fazer um desafio a todos e todas que acompanham as nossas reuniões, especialmente o meu amigo e irmão, pelo qual tenho o maior respeito desde o campo e especialmente hoje na vida pública, Romário de Souza Faria, e é um desafio para que alguém diga se eu como Presidente desta CPI tratei de forma diferente os Presidentes: o CEO do Botafogo, John Textor, e a Leila Pereira, do Palmeiras. Tive o mesmo respeito com os dois, fiz as perguntas que tinha que fazer; do mesmo modo, o Relator Romário e os demais membros desta CPI.

Portanto, eu não vou entrar em polêmica sobre o que me quis ofender o Sr. John Textor. Ele, na verdade, não consegue concordar comigo quando eu digo que, se ele não provar absolutamente nada, ele tem que ser banido do futebol brasileiro e expulso do país, por toda a bagunça que está criando. Ponto um.

Como ele disse em uma videoconferência comigo, com os dois advogados, e os dois advogados sabem que eu tenho essa videoconferência, ele fez um pedido que eu parasse de falar esta palavra "banimento". Eu respondi a ele: "O senhor não é meu padrão; eu respeito a sua opinião, mas vou continuar com a minha, até porque ela não é só minha, ela é de muitos membros da CPI da manipulação de jogos de futebol".

E a outra situação que eu ainda não revelei – e aqui hoje trago a público – e da qual o Relator Romário tomou conhecimento quando eu fiz questão de colocar os demais membros da CPI a par: eu não entendi



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

numa videoconferência quando ele e seus dois advogados prometeram a mim, só a mim, novas e gravíssimas provas. Eu disse: "A mim não tem jeito, eu vou mostrar a todos. Eu não posso responder sozinho, eu tenho membros e tenho um Relator o qual o Brasil inteiro sabe do respeito que tenho por ele". Ele disse: "Não, inclusive, Senador, eu vou lhe dar um presente". Eu falei: "Qual?". "Essas novas provas, muitas delas você poderá dar publicidade a elas, apresentar à imprensa" – e aqui deve ter algum jornalista, porque uns quatro conversaram comigo e eu prometi que entregaria a eles. Duas semanas depois... Ele disse que no dia seguinte enviaria a mim. Duas semanas depois, eis que ele manda para toda a Comissão, para mim e toda a Comissão, conforme eu havia pedido, mas muda aquela promessa de duas semanas atrás, qual seja: "Não pode revelar à imprensa, tem que manter em sigilo". E os nossos advogados e muitos Senadores viram essas novas provas e nada apareceu de concreto, de forma cabal, de forma irrefutável – perfeito? Então, eu lamento que ele tenha tido essa atitude.

E, por fim, quanto aos dois minutos de fama que ele falou que eu tive, eu queria dizer a ele que eu não tenho dois minutos de fama; eu tenho 50 anos de fama de carreira nacional na televisão brasileira, só com nove Copas do Mundo transmitidas e 22 Olimpíadas e mais 16 taças Libertadores da América. Então, eu não preciso de fama de forma alguma. Tratarei aqui todos com o mesmo respeito. Agora, querer se fazer de vítima para achar que todo mundo está contra o Sr. John Textor? Ele agora vai querer dizer que a CPI também está? Nós não estamos contra ninguém. Nós só queremos a verdade. E, ele trazendo verdade, nós vamos aqui discutir.

De tudo que ele trouxe, somente teve um lance que ele mostrou para nós e que nós vamos conversar aqui hoje na reunião à parte, principalmente, com o respeitado Sr. Wilson Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem, porque há uma discussão entre os colegas. Eu, por falta de visão, os companheiros membros... "Kajuru, aqui há uma prova de que o VAR editou esse lance." Então, é algo que nós precisamos discutir. Foi a única coisa que ele trouxe que nos levou, em função da opinião dos membros, que têm melhor visão do que eu, como uma prova, porque realmente dá a impressão nítida de que houve uma edição do VAR em um jogo do Vasco contra o Palmeiras.

Dito isso, eu cedo a palavra, com todo direito, inicialmente ao Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, Wilson Seneme, para sua explanação especial e inicial, no tempo de dez minutos – mas é claro que tolerarei, caso o senhor queira falar um pouco mais, Sr. Wilson.

Fique à vontade. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia a todos os presentes. Obrigado pelo convite.

É importante essa transparência, que a gente possa ser ouvido. É uma oportunidade única. Então, fica aqui o meu agradecimento. Assim como, no ano passado, eu estive presente, eu retorno absolutamente à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposição para o que for necessário, para a gente conduzir bem a CPI e o futebol brasileiro. Agradeço o convite ao Senador Kajuru, ao Senador Romário, aqui presente, e a todos os presentes.

Também quero pedir autorização, Presidente, para agradecer a presença do grupo de árbitros da CBF aqui de Brasília, do Distrito Federal, da federação aqui do Distrito Federal, agradecer a presença deles pela iniciativa.

Eu tenho uma apresentação a fazer, Presidente, que talvez ultrapasse dez minutos. Se for o caso e for permitido pôr para mim, eu talvez ultrapasse um pouquinho, está bom? (*Pausa.*)

É importante, já iniciando a minha apresentação... que, na verdade, são muitos tópicos, muitos temas de arbitragem que eu teria e poderia colocar nessa apresentação, mas eu preferi dar três nomes, três tópicos, que eu entendo que, no quesito manipulação de resultados e casas de aposta, são muito importantes, que é a prevenção, quais as ferramentas de prevenção, de controle e de transparência que a Comissão de Arbitragem tem criado e desenvolvido ao longo desses dois anos, inclusive com as experiências vividas aqui no Senado, e a gente pode demonstrar que existem hoje ferramentas sendo colocadas em prática pela Comissão de Arbitragem nacional, onde há um controle rigoroso do grupo de árbitros da Senaf, que é a Seleção de Árbitros Nacional.

Podemos avançar, por favor? Falando de prevenção, que é a primeira parte da...

Eu incluí ontem, pedi pro Alício, meu companheiro, incluir ontem essa foto, porque ela é muito representativa, pelo que eu escutei ontem, na audiência de ontem, porque nós estamos tendo... Coincidentemente, hoje o Rio de Janeiro está sendo sede do seminário que discute a uniformização de critério do VAR. Esse seminário é um seminário da FIFA. A FIFA leva esse tipo de evento, de seminário, pra todos os continentes, Presidente. Então, o Brasil, a sede da CBF foi escolhida nas Américas, não só na América do Sul, como também pra membros da Conmebol e da Concacaf, todos os países, pra estarem aqui no Rio de Janeiro, e eles estão discutindo essa uniformização de critérios, que é uma preocupação da FIFA: como nós melhorarmos o critério pro VAR no mundo, o.k.? Então, essa é uma discussão da FIFA, que nós temos o orgulho de estar apoiando, a CBF tem o orgulho de estar apoiando – ontem e hoje, no Rio de Janeiro, tá?

Ferramentas de prevenção: o que eu quero colocar aqui é o que a Comissão de Arbitragem tem feito pra prevenir situações de eventuais manipulações de resultados dentro da arbitragem nacional, o.k.? Diretrizes da Comissão de Arbitragem: nós conquistamos o ISO 9001 pela organização, por como o departamento de arbitragem é conduzido, não é? Pelos seus regimentos, as suas leis internas, nós buscamos essa certificação internacional e nós obtivemos o ISO 9001, que é uma referência extremamente importante de organização, não é?

Esse ano de 2024, nós criamos um documento extremamente importante, que a gente identificou que não havia, que são das diretrizes técnicas, são protocolos. Te dou aqui, Presidente, dois exemplos. Por



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, quando havia chuva excessiva no jogo e o árbitro tinha que interromper a partida, não havia um protocolo, não é? E nós produzimos um protocolo e publicamos esse protocolo. Hoje, quando há um jogo com muita chuva, existe um protocolo a ser seguido, tá? E isso é uma organização muito importante para um jogo. O mesmo fato ocorre quando, por exemplo, cai a energia elétrica de um jogo. Existe um passo a passo que nós desenvolvemos, não é?

As reuniões gerais prévias a cada rodada, isso veio de encontro à necessidade de estarmos prevenindo os árbitros, semanalmente, que estão escalados.

Para se ter ideia, Presidente, nós designamos árbitros para aproximadamente, numa média, 90 jogos por semana, num total de aproximadamente 650 profissionais de arbitragem pelo Brasil todo. Então, nós criamos essa ferramenta de reuniões semanais virtuais com todos os designados para prevenção de detalhes importantes; como, por exemplo, no aeroporto, cuidado com o que você fala, cuidado com quem você fala; num restaurante, cuidado com o que você fala, cuidado com quem se apresenta; e num hotel, porque a gente sabe que são locais vulneráveis e que o árbitro não pode, às vezes, estar de maneira inocente desprevenido.

Hoje, Presidente, só para argumentar – e o Senador Romário sabe muito bem do que eu estou falando, do que é o bastidor antes de um jogo de futebol –, hoje, por exemplo, o árbitro, quando entra no campo, duas horas antes que ele chega, porque ele chega antes que todo mundo, e não tem ninguém, por exemplo, ele não pode mais entrar – para vistoriar o campo, as redes, as linhas –, ele não pode mais entrar acompanhado de ninguém. Antes sempre ia o senhor que cuida do gramado ou alguma pessoa, e isso pode representar perigo. Então, a gente só permite que entrem no campo de jogo os quatro árbitros que estão envolvidos no espetáculo.

Então, são ferramentas importantes, assim como os treinamentos e seminários. Os treinamentos e seminários que não havia... Em 2022, quando eu chego à CBF, Presidente Senador Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Kajuru.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Kajuru? Melhor ainda. Melhor ainda, Kajuru.

Quando eu chego, em 2022, eu sou contratado um dia antes de iniciar o Campeonato Brasileiro, um dia antes – o campeonato começava num sábado e eu cheguei numa sexta-feira –, eu identifiquei, Kajuru, que não havia pré-temporadas para árbitro, e que é um elemento extremamente importante que a FIFA determina que seja assim. A FIFA trabalha com isso. Então a gente implementou um sistema de treinamentos e seminários ao modo FIFA, como a FIFA determina, e isso é bastante importante.

Hoje em dia, e de acordo com tudo que tem ocorrido... Por isso que a gente eleva aqui a importância das CPIs, que é verdadeira, e contribui muito para nós da arbitragem, para nós da CBF desenvolvermos. Por isso que eu entendo que o melhor caminho entre CPI, o Governo, o Senado e CBF é a aproximação, é



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

trabalharmos juntos para o futebol melhor. Eu acho que isso é muito importante, Kajuru: nós falarmos mais, nós conversarmos mais. E, através disso, por exemplo, a CBF criou esse ano a Unidade de Integridade, esteve aqui o Diretor de Integridade, o Gussem, que esteve aqui numa outra sessão.

E o que nós estamos conseguindo realizar hoje, Presidente? Quando a gente detecta um erro grave de arbitragem, esse árbitro entra para um programa de assistência ao desempenho do árbitro, coisa que não havia anteriormente. Hoje há um programa de assistência ao desempenho do árbitro, porque muito se dizia do famoso *freezer*: "Se o árbitro comete um erro grave, coloque ele no *freezer*". Isso é popular já no Brasil. Só que aí, você coloca ele no *freezer* e, quando ele sai do *freezer* congelado e descongela, ele é o mesmo árbitro; ele é o mesmo árbitro que cometeu o erro anterior.

Então, o que a gente precisa, assim, como um clube de futebol, quando um jogador, digamos, erra um pênalti, o que o jogador precisa fazer? Treinar repetidamente mais pênaltis, para ele poder melhorar o rendimento dele. Esse árbitro que cometeu uma falha, um erro, nós identificamos o erro e trabalhamos esse árbitro. Ele vai ficar afastado dos jogos, não parado, trabalhando, treinando...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Reciclando.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – ... reciclando para poder voltar em melhores condições do que ele estava. Isso é importante a gente destacar, porque não havia, o.k.?

Esse fato agora, com tudo que tem ocorrido de manipulação de resultados, nos alertou para quê? Têm que os departamentos estar unidos. Então, o Departamento de Integridade junto com o Departamento de Competições, e somo aqui o Departamento Jurídico da CBF, eles interagem. Se eu tenho, Kajuru, Romário, uma jogada que eu não consigo explicar tecnicamente, porque foi um erro, digamos, um erro grosseiro demais nos faz alertar e buscar uma interação, por exemplo, com a Unidade de Integridade, para que a gente vá até os relatórios do esporte radar, verificar...

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – ... se havia alguma alteração nisso. Já deram meus dez minutos? Posso continuar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Muito obrigado.

Então, hoje existe todo um sistema integrado para que a gente possa coibir isso. E mais, e mais: a Sportradar, nós estamos trabalhando para que isso ocorra, para que a gente possa antecipar a informação. Se eu, Presidente da Comissão, recebo uma informação antecipada, eu posso não escalar o árbitro. Ao invés de eu ter que trabalhar com algo que eventualmente saiu mal, eu posso antecipar e ser preventivo. Eu acho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que esse trabalho que tem sido feito hoje é o que faz com que nós avancemos. E a Corregedoria de Arbitragem eu vou tocar um pouco mais adiante.

Pode seguir, por favor.

Aqui rapidamente, o processo de homologação de um árbitro, isso é importante. Nenhum árbitro entra no campo, nenhum árbitro do quadro nacional, os 712 árbitros do quadro nacional, nenhum deles entra no campo se ele não estiver homologado para o ano. Então ele passa por três avaliações físicas, três durante a temporada, uma avaliação técnica e teórica onde a nota mínima que ele tem que ter é 7,5. Se ele reprovar, ele tem que fazer um reteste. "Ah, ele não tirou 7,5, ele não pode apitar", mas não, ele vai ter uma outra oportunidade, porque não é justo ele perder uma temporada. Então a gente dá uma reavaliação para ele fazer: exames médicos, cardiológicos, oftalmológicos, teste de aptidão com elevado esforço.

A Corregedoria, esse é um ponto, porque ontem eu escutei o Senador Carlos Portinho e muito importantes as falas, e ele falou muito o que a CBF tem feito em termos de se organizar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Canal de comunicação...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não só o canal de comunicação, mas que documentos ela tem exigido dos clubes, das pessoas, para se responsabilizar em relação a apostas.

E aqui, na sequência – podemos seguir, Alício –, esse é um documento que é enviado às 27 federações, aos presidentes. Esse documento traz uma gama de documentos, de certidões que o árbitro tem que apresentar como negativas.

Pode... Está ampliando?

Essas certidões são extremamente importantes, como SPC, Serasa, cartório de protestos.

Um segundinho só para eu poder ler aqui. (*Pausa.*)

Vou dar alguns exemplos aqui, porque é importante isso, o.k.? Por exemplo, certidão negativa do cartório de protestos de títulos, certidão negativa dos cartórios de distribuição criminal, Justiça Estadual, certidão negativa de distribuição cível, Justiça Estadual, comprovante de escolaridade, certidão negativa do SP... do SPC e do Serasa.

Pode seguir, por favor.

Tem uma outra que também é muito importante, isso é da corregedoria de arbitragem. Existe uma corregedoria específica para a arbitragem. O Dr. Edson Rezende é o Corregedor, foi delegado federal por muitos anos, mora aqui em Brasília e é nosso amigo. Mando aqui um abraço para o Dr. Edson. E trabalha com a gente como Corregedor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A declaração de integridade: essa declaração de integridade exige a assinatura do árbitro onde ele se compromete a não participar de apostas relacionadas com o futebol, nem pedir ou facilitar a terceiros que a realizem; não tolerar nem participar de nenhuma forma de manipulação de partidas; informar qualquer proposta ou ação que conduza ou possa conduzir à infração das legislações vigentes; bem assim cooperar com processos de investigação. O.k.? E aí nós vamos, e ele tem que assinar... assinar com o nome dele essa declaração.

Podemos seguir, por favor?

Isso faz com que o árbitro esteja antecipadamente vigiado. E até digo aqui, Kajuru, fica uma recomendação para clubes, federações: que criem essa estratégia de que os jogadores possam também não só assinar o seu contrato, mas que ele possa ter uma declaração como essa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inclusive, Presidente Seneme, teve um árbitro que recebeu proposta para beneficiar um time e, ao chegar ao Rio de Janeiro, ele acabou revelando tudo, desistiu de aceitar e foi até a CBF comunicar ao Presidente Ednaldo Rodrigues. Não sei se chegou até o senhor essa informação que eu obtive com exclusividade. E, assim que puder, a gente dará conhecimento a esse árbitro que tomou essa decisão. Ao chegar ao Rio de Janeiro, ele desistiu da proposta que ele tinha recebido.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Isto é muito importante: essa informação. O.k.? E nós, certamente... Eu acho que é a ponta de linha que nós temos que puxar – todos nós, todos nós. E a gente está à disposição a qualquer momento, para qualquer coisa, para a gente poder ajudar a esclarecer casos como esse. O.k.?

Portal do Árbitro é a vida do árbitro, ali ele tem todas as avaliações que ele faz.

Aqui nós já estamos falando de controle do árbitro.

Reuniões de devolutivas virtuais por equipe, que não havia. Hoje, o árbitro recebe vídeos do que ele fez bem e do que ele fez mal no jogo. Antes, ele não recebia. Hoje, ele sabe que, lá dentro do campo, quando ele estiver dentro do campo... Ele sabe que, depois do jogo, ele vai ter que explicar os vídeos bons e os vídeos a melhorar pra um assessor de árbitros.

Relatórios oficiais da arbitragem, o Radar. O Radar é a identificação, através de estatísticas, de como vem, de qual está sendo o problema, por exemplo, da arbitragem de uma maneira geral – o Radar. Ele consegue somar todos os relatórios e me dar, por exemplo: ah, os árbitros estão cometendo mais erros de situação de mãos, por exemplo. Então, essa ferramenta nos dá esse apoio, e a gente pode trabalhar com os árbitros mais o desenvolvimento pra eles melhorarem em situação de mãos.

Ouvidoria da Arbitragem. É importante dizer que a Ouvidoria da Arbitragem é diferente da Ouvidoria da CBF. A Ouvidoria da CBF recebe qualquer mensagem, de uma maneira geral, do torcedor, de qualquer



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa. A Ouvidoria da Arbitragem é uma ouvidoria específica para federações e clubes. Digo: um clube se sente prejudicado – e aqui fica uma recomendação –, procurem-nos na Comissão de Arbitragem. A gente sabe que é difícil ali, no calor do jogo, pós-jogo, mas procurem a Comissão de Arbitragem, você vai ser recebido. Existe um fluxo de comunicação muito claro que a gente apresenta pros clubes e pras federações. E importante: a ouvidoria, Kajuru, é independente da Comissão de Arbitragem. Ela não é vinculada à Comissão de Arbitragem, a Ouvidoria é vinculada ao Presidente da CBF.

A Comissão de Ética. Casos de ética a gente encaminha para a ética.

E o Programa de Assistência ao Desempenho do Árbitro (Pada), que a gente já disse aqui que nada serve mandar um árbitro para o *freezer*, que, quando ele descongelar, ele vai ser o mesmo cara, errando do mesmo jeito. A gente tem que trabalhar esse árbitro.

São ferramentas de controle.

Aqui, dois exemplos. Um, à esquerda, é um relatório da ouvidoria. À direita, o Portal de Arbitragem, com o exemplo de um vídeo em que os árbitros estão numa devolutiva para acertos e erros. O.k.?

Pode seguir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, eu só vou fazer um pedido e peço a sua compreensão. Posso lhe permitir mais três minutos?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só em função do tempo. Já chegamos a mais de 20 minutos.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas está sendo proveitoso ouvi-lo.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O.k. Muito obrigado pelos três minutos, Presidente.

Então, aqui, outras ferramentas de transparência. A transparência para nós é uma maneira de controle. Quando a gente fala que a gente fez, por exemplo, o Papo de Arbitragem, fui muito criticado por falar, parecendo que eu estou querendo me destacar, e não é isso! É tentar dar ao público uma informação que eu entendo que é técnica, e ela é necessária.

Conteúdos no *site* da CBF. Estão lá. Às vezes a gente escuta um técnico, um presidente, uma pessoa: "Ah, eu não sei como o árbitro interpreta". Estão lá os vídeos didáticos, a relação dos árbitros, os termos do calendário, as escalas, que foi outro assunto em que aqui foi tocado, dos critérios das escalas. Se eu



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

puder – e está aqui o documento... Toda semana, quando eu faço audiência pública, eu coloco os critérios de arbitragem que foram utilizados para escalar os árbitros. Isso é gravado, e estão no *site* da CBF quais são os critérios que a gente utiliza. Está bom?

Pode seguir.

Revisões no telão. Revisões do VAR no telão, ao vivo – ao vivo!

O senhor... Eu, na minha visão, a melhor forma de controle para um árbitro é ele saber que está sendo visto. E, quando você põe uma revisão de uma jogada ao vivo – ao vivo –, ela é controle. O árbitro sabe que ele está sendo visto ao vivo. O.k.?

Anúncio do árbitro – e aqui eu faço referência ao Senador Portinho, que ontem falou do anúncio dos árbitros e que no ano passado isso foi tocado aqui. É isto que eu disse para o senhor...

(Soa a campanha.)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Só para concluir – só para concluir.

... eu disse aqui para o Senador Kajuru e para o Senador Romário a importância de trabalharmos nesse sentido, porque a voz de vocês também nos leva a criar situações e pedir à FIFA esse tipo de autorização, porque eu não posso fazer isso sem autorização da FIFA, está bom?

Basicamente é isso.

Só para concluir: para se ter ideia, até o ano de 2022 – pode seguir com o vídeo, pode seguir com o vídeo, aqui é um exemplo de uma linha sendo traçada ao vivo –, somente poucas situações eram colocadas na página, no *site* da CBF de revisão. Hoje a gente passa de 900 vídeos publicados. E, se a gente está discutindo aqui, Presidente, sobre o vídeo da linha do jogo Palmeiras e Vasco da Gama – e a gente vai poder conversar sobre isso –, é porque a gente exibiu esse vídeo. Isso é importante. Se a gente está discutindo a jogada entre Botafogo e Palmeiras, é porque a gente exibiu essa jogada.

Dou um exemplo, para concluir, Presidente.

Pode seguir, por favor, com o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O próximo, por favor, que é rapidinho também, e eu concluo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Então, são ações de transparência. Todo mundo usa como exemplo, para terminar, a Premier League. Eu ainda não vi a Premier League anunciando, o árbitro



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

anunciando a decisão que ela toma. Eu ainda não vi em nenhuma liga da Europa isso acontecer, e a gente já faz aqui, autorizado pela FIFA.

Agradeço o tempo, mas foi importante para a gente esclarecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós é que agradecemos, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol, Sr. Wilson Seneme.

Aqui registro, como sempre, atuante, o Senador Carlos Portinho, do Rio de Janeiro, que saiu da reunião de Líderes e já está conosco.

De imediato, eu passo a palavra ao histórico homem público e Relator desta CPI, Romário de Souza Faria, para os seus questionamentos.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado. Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os presentes. Bom dia àqueles que nos acompanham direta e indiretamente.

Agradeço aqui a presença do Sr. Wilson Luiz Seneme, do seu advogado, Marcelo Neves Rezende. Muito obrigado pela presença dos senhores.

Sr. Hélio Menezes e seu advogado também, Pedro Ivo Velloso, muito obrigado pela presença.

Temos aqui pessoas que fazem parte da arbitragem. Se eu não me engano, são da CBF, em geral, ou do DF.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Do DF.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas tem aqui, pelo menos, meu amigo de muitos anos, um dos grandes árbitros da história do futebol carioca, no mínimo, Péricles Bassols – obrigado pela presença –; David Sousa; Renato Tolentino; Luiz Paulo Aniceto; Allysson Zilse; Pedro Alves; Marcelo Ruda; Cassia França; Maguielson Lima; Marconi Gonçalves; Jamir Carlos Garcez; Josieliton Santos; Lucas Modesto; Ana Carolina Souza; Douglas Penha; Matheus de Moraes Silva; Elmo Cunha; Rodrigo Raposo; Leone Rocha; Marrubson Freitas. Enfim, sejam todos bem-vindos. Muito obrigado a vocês pela presença.

Você lembra, mais uma vez, uma aula que você deu aqui, nesta CPI. Parabéns pela sua competência e pelo trabalho sério que você vem realizando diante dessa sua responsabilidade em relação à arbitragem do nosso país.

Vou aqui direto às perguntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre os árbitros de futebol, sabemos que parte deles não é profissional no sentido estrito da palavra, tendo se dedicado também a outros ofícios. Não há qualquer vínculo de emprego com as federações, CBF inclusive. As remunerações são eventuais e muito abaixo do que ganha um atleta de nível médio, por exemplo. O senhor entende que o caminho da profissionalização tende a blindar mais os árbitros dos esquemas de manipulação? Qual é a sua visão sobre esse tema?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – É importantíssimo o tema. Nós tratamos, me recordei, disso no ano passado, com V. Exa., e seguimos à disposição para desenvolver esse tema.

É um tema bastante complexo. Entendo que o árbitro deve ser um profissional, não só para blindá-lo mais, sob qualquer aspecto, como para dar à categoria credibilidade, o máximo da credibilidade.

Entendo que isso deve ser, sim, o futuro da arbitragem. Existe já uma proposta que a gente realizou, o.k.?, mas ela, efetivamente, não pode deixar de ser algo do futebol. Não é algo da arbitragem.

Entendo que todos os segmentos, os clubes, o investimento que entra num clube, as federações, que são as formadoras dos árbitros – são 27 federações que formam os árbitros... Hoje, a CBF trabalha com árbitros que são formados em 27 federações diferentes, e um dos projetos que a gente tem e que a gente apresentou para o Presidente Ednaldo é que nós criemos a Escola Brasileira de Arbitragem, para que, além de ele se formar no seu estado, ele se forme e ganhe uma certificação da CBF. Isso é importante para a gente unificar critérios.

Entendo que esse passo tem que ser dado, entendo que as leis, através do Governo, através do Senado, através da Câmara dos Deputados, e que isso têm que ser amplamente debatidos. Passou-se da hora de debatermos isso.

Não me sinto capaz de fazê-lo só, confesso, não me sinto capaz de profissionalizar o árbitro, eu por eu mesmo, só... A minha limitação é técnica, de informação. Eu preciso que pessoas de outros segmentos, com as suas experiências e o seu *know-how*, possam se somar a isso, para a gente dar mais credibilidade a esse árbitro, às decisões que ele toma.

Eu acho que é esse o caminho e estou totalmente de acordo com a profissionalização da arbitragem.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seneme, uma outra pergunta, em nível de curiosidade: os jogadores, os clubes todos hoje têm os seus patrocínios, independentemente de quais sejam. Você entende que os árbitros também poderiam ter os seus patrocinadores ou o seu patrocinador?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Entendo que sim. Entendo que, como um jogador, por exemplo, particularmente, fecha um contrato com uma marca esportiva, um árbitro pode e tem o direito de fazer isso.

Os árbitros criaram, no ano passado, a Abrafut (Associação de Árbitros de Futebol), e a Abrafut é dos árbitros, essa é a diferença. Ela não é dos ex-árbitros. Então, o árbitro que é associado da Abrafut tem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

o seu interesse próprio, e a CBF tem trabalhado, e eu acho que é um caminho muito importante a utilização da Abrafut, da associação de árbitros, na busca de direitos que os árbitros podem conseguir junto à CBF. Acho que é um canal extremamente importante, cujo passo inicial foi dado no ano passado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, hoje, por exemplo, se uma empresa esportiva quiser fazer um contrato com um determinado árbitro – de uma chuteira, por exemplo – , ela teria que ir à CBF, teria que ir à Abrafut, ou teria que ir direto a esse árbitro, no seu entendimento?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não... Hoje, hoje, ela teria que informar à CBF, ao Departamento de Arbitragem, à Comissão de Arbitragem. Mas eu, como departamento de comissão de arbitragem, tenho só que ser informado. Eu não posso proibir um árbitro de, dentro dos contratos de legalidade, se está dentro da legalidade da lei brasileira, ter um contrato individual.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas nos uniformes também? Desculpe-me. Só acrescentando.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Dos uniformes, é uma... O uniforme, o uniforme é uma representatividade, além do árbitro, da pessoa árbitro, mas da instituição CBF.

Acredito sim que, aí, a Abrafut tem que desenvolver os seus caminhos dentro dessa ligação, desse contato com a CBF, para buscar direitos cada vez mais em relação a esses patrocínios.

Hoje, esses patrocínios são revertidos para os árbitros em forma de desenvolvimento, mas acredito sim, acredito sim que é possível a CBF avançar nessa integração entre patrocínio e benefício aos árbitros e que a Abrafut tem que participar disso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou pro projeto de lei, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É.

As operações policiais recentes que revelaram o esquema de manipulação dos jogos ligado às apostas não apontaram nenhum árbitro envolvido até o momento. Entretanto, sabemos que, no passado, tivemos aqui no Brasil um grande escândalo nesse sentido, a chamada Máfia do Apito. Como a Comissão de Arbitragem trabalha pra se prevenir desses casos? Há um constante monitoramento dos árbitros? Existe algum tipo de investigação interna sobre a vida desses profissionais?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Total. A minha apresentação responde a esse questionamento. Entendo, Sras. e Srs. Senadores, entendo eu que foi um divisor de águas pra arbitragem o caso de 2005. E entendo também que hoje nós não temos nenhum árbitro envolvido, não temos nenhum árbitro envolvido do quadro da CBF, em função de todas as ferramentas que eu apresentei aqui, que foram criadas pra vigilância do árbitro, pra controle dele e pra transparência do trabalho que ele faz. Hoje um árbitro de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futebol tem plena consciência da sua responsabilidade social. Não só do seu comprometimento com a regra do jogo, mas da sua responsabilidade social, pelo que o futebol representa.

Então... Penso inclusive que o modelo apresentado aqui – e podem ser dados mais detalhes de como a organização do Departamento de Arbitragem é na CBF – pode servir de apoio pra clubes que estão sofrendo, estão sofrendo por jogadores que têm se envolvido com isso. Quem paga é o clube, quem paga é o torcedor. E a gente espera, na verdade, contribuir o máximo possível pra que nenhum elemento do futebol esteja contaminado. Isso é muito importante.

Então, entendo que as ferramentas que nós colocamos em prática têm surtido efeito, sim, a partir do divisor de águas, do caso de 2005.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Sr. John Textor apresentou uma série de denúncias a esta CPI sobre suposta manipulação de imagem relacionada ao sistema do VAR no Campeonato Brasileiro do ano passado, baseado em relatórios elaborados pela empresa Good Game!. O senhor teve acesso a esse material? Como responde a essas denúncias? O sistema de VAR utilizado pela CBF é confiável?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Então, vamos por partes.

O VAR não é o VAR do Brasil; o VAR é o VAR da FIFA. Eu não posso ter um VAR sem seguir um protocolo e um procedimento existentes e fornecidos pela FIFA. Eu não tenho autorização pra fazer isso. Então, é dizer assim: a maneira e o modo como se opera a tecnologia do VAR e como os árbitros trabalham e como eles foram qualificados é o mesmo na China, no Japão, na Inglaterra, no Paraguai, no Brasil e na Argentina. É um padrão único, que você tem que comprovar pra FIFA pra estar autorizado.

Outra coisa que pouca gente sabe: a informação chega pouco, na minha visão. Quando eu escuto as pessoas falando, eu vejo muito pouco que é informação. A gente precisa se falar mais. Por exemplo, eu tenho certeza de que pouca gente sabe que a empresa que presta serviços para a CBF de tecnologia tem que estar certificada pela FIFA. Se ela não está certificada pela FIFA, a CBF não pode contratar, é proibido.

Essa empresa, em particular, que presta serviços para a CBF, é a empresa pioneira do VAR quando a FIFA o lançou, é a parceira nº 1 da FIFA nos jogos do Mundial, das Copas do Mundo... Essa empresa inglesa que fornece a tecnologia para a Liga inglesa é a mesma empresa que fornece a tecnologia, inclusive das linhas virtuais, que, na minha opinião, são muito criticadas em função de serem pouco entendidas. Por isso que a gente... Foi uma ideia minha, Senadores, trazer o VAR aqui. E não teve nenhuma conotação que não seja, mais do que eu explicar, eu tentar demonstrar como funciona, para vocês se sentirem um pouco mais seguros com essa ferramenta, o.k.?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Seneme.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Relator Romário.

Bem, eu vou quebrar aqui o protocolo, sendo eu o segundo para questionar, e farei apenas duas rápidas colocações, para deixar o Senador Carlos Portinho sempre preparado, para que ele fique com o seu tempo e com as suas questões.

Instrutores de arbitragem, Sr. Wilson Seneme, da FIFA e de federações filiadas à Conmebol e à Concacaf, estão participando, no Rio de Janeiro, desde ontem, de um encontro para discutir a uniformização dos critérios usados e utilizados pelo VAR.

Deixando de lado aqui a parte interpretativa, como justificar erros do VAR em lances factuais, com dúvidas sobre se um lance aconteceu dentro ou fora da área, se a bola entrou ou não, se saiu pela linha de fundo ou não, antes da marcação de um gol? Se o recurso tecnológico não serve para dirimir dúvidas, qual é a justificativa, então, para a sua utilização, Seneme?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – É, vamos lá.

O que é factual realmente não exige interpretação, mas ele exige ângulo de visão. Tudo que é factual e é 100% garantido pela ação matemática, eu tenho a garantia pelo ângulo das câmeras. É importante isso. Quem dá o ângulo das câmeras não é a CBF; quem dá o ângulo das câmeras é a detentora da transmissão. O VAR simplesmente absorve os canais de transmissão, o.k.? O VAR não pode ter nenhum canal de transmissão, nenhum canal, nenhum sinal de transmissão só para ele. Todos os canais que são transmitidos são os canais que o VAR tem como referência, não é? Então, em jogadas factuais com alto grau de dificuldade de se identificar se a bola saiu ou não saiu, pelo ângulo que a câmera tem, segue-se, segundo o protocolo da FIFA, a decisão do campo. Essa é a única maneira de explicar tecnicamente por que, em uma situação factual, não é utilizada a ferramenta VAR, pelo seu grau de dificuldade de justificar, através do ângulo, a sua interpretação diferente da que teve no campo de jogo. Essa é a única. Não existe outra maneira.

Se você tem 100% de certeza e ela é factual, você deve participar, o árbitro do VAR deve participar e chamar o árbitro. Inclusive, em situações factuais, o árbitro, se ela está clara, não precisa nem rever a jogada: ele pode fazer a modificação, ofertando para o árbitro a informação diretamente se o árbitro assim o quiser.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Sr. Wilson Seneme, a minha última observação por enquanto – para passar ao Senador Carlos Portinho, em respeito à presença dele, que é o único membro aqui presente; então, a gente tem esse critério –: é importante saber de um homem com a sua experiência, com a sua integridade, não só na Comissão de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Arbitragem, mas com o conhecimento de futebol, uma questão que todos perguntam para a gente nas ruas: o senhor, de tudo que nós acompanhamos até agora, das denúncias apresentadas e declarações feitas pelo CEO do Botafogo do Rio, o John Textor, o norte-americano dono de quatro times no mundo, de 100% do que ele falou, o senhor como um homem do futebol, o senhor acredita em quantos por cento nós poderemos comprovar que ele tem razão e que ele conseguiu provar? Ou o senhor não acreditou em nada do que ele apresentou até agora?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Se eu posso acreditar em algo que ele apresentou e que acredito que tem que ser profundamente investigado é um áudio apresentado por um árbitro que não faz parte do quadro da CBF. Em termos de CBF, zero. Eu dou a ele 0% de possibilidades do que ele apresentou, porque efetivamente não vi e não identifiquei, com essa experiência que tenho, nenhuma ação que possa me dar a mínima referência e transformá-la em algum tipo de manipulação de resultado, seja dos jogadores que ele citou, porque os árbitros estiveram no campo nesses jogos, e eu investiguei e conversei com os árbitros se eles identificaram. O Romário sabe que um árbitro identifica quando um jogador está diferente. Inclusive, é matéria até de exame *antidoping*. Um árbitro pode indicar – não sei se vocês sabiam disto –, um árbitro pode chegar e falar: "Ó, esse jogador está com uma atitude diferente".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – E o médico pode, claro, dentro do critério do médico, fazer um exame *antidoping*. Então, eu não vejo nenhum indício de nada.

E aqui quero fazer uma crítica muito grande à utilização da inteligência artificial para esse sentido, e quero concluir a minha resposta com a seguinte pergunta. A regra do jogo, a Regra 12, ela dá para o árbitro, nos termos de interpretação do que é falta e do que não é falta, o limite da força. Por exemplo, quando um jogador tem que ser expulso, a regra diz que ele tem que ter usado força excessiva. Como é que... Qual é o parâmetro da inteligência artificial para decidir quando uma força aplicada numa jogada passa a ser excessiva?

Se a gente tem n tipos de situações de disputa durante um jogo, qual é o grau, qual é a referência de que uma força passa a ser excessiva para, no documento, no relatório, sair que o árbitro acertou ou não na sua decisão? É absolutamente uma ação interpretativa – é absolutamente uma ação interpretativa. A Regra 5 do jogo de futebol dá ao árbitro central a prerrogativa de interpretar. Há mais de cem anos é assim.

Acredito que o foco é no desenvolvimento da arbitragem. Isso a gente tem que pensar. Isso eu adoro trabalhar. E nisso eu posso pôr a mão na massa para contribuir. O.k.? Agora, não vejo nenhum indício de que esses elementos interpretativos, mesmo que às vezes errados, quando a gente assume nosso erro... Quantas vezes eu assumo meu erro? Porque, enfim, eu sou responsável por escalar o árbitro. Como é que eu não vou assumir o meu erro? O.k.? Agora, transformar erro de arbitragem em denúncia para manipulação de resultado, na minha visão, é uma ação irresponsável. O.k.? Então, nós devemos ter muito cuidado com isso, para ter mais elementos que possam comprovar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O que foi apresentado, 0%.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, só rapidamente em relação a provas, a empresa do Sr. John Textor é a Good Game!, que fez a investigação, e a da CBF é a Sportradar. Essa, sim, é a única que até agora trouxe prova: aquele jogador do Santos, com um salário de R\$300 mil, que recebeu R\$50 mil para tomar três cartões amarelos. Isso foi prova. E teve até a confissão do próprio jogador, que foi punido.

E o outro fato, que nós já comentamos aqui, Portinho, Romário, foi o pioneiro, em Goiás... O Ministério Público, o Gaeco... E ele, inclusive, estará presente nos próximos 15 dias aqui para conversar com a gente. Foi o próprio Presidente do Vila Nova de Goiás quem denunciou os jogadores por manipulação, os puniu e tornou público isso.

Então, de provas, até agora, que vimos, eu não vejo uma terceira além dessas duas.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É, eu acompanhei todo o processo. No ano passado, eu estive aqui no Senado, com tudo que ocorreu. Eu estive na Câmara dos Deputados com o Procurador sentado, com o Procurador de Goiás. E eu fiz questão, como eu estava presencial, de perguntar a ele: "Por favor, o senhor tem algo contra árbitros que possa ser um pequeno começo de um fio de uma meada, em que eu possa auxiliar o desenvolvimento da investigação?". E não me chegou nada até hoje, Kajuru. Não me chegou nada até hoje.

Se eu tiver qualquer indício superior a isso, é óbvio que eu, como Presidente de comissão, vou ser o primeiro a me interessar e pôr à disposição ao Ministério Público, à Polícia Federal.

E é por isso que essa empresa Sportradar, que é contratada da FIFA, passa pela Conmebol e chega à CBF e, pela CBF, é fornecida para as federações, que é uma empresa com que a gente tem trabalhado. E, como eu falei na minha apresentação, conjunto com a Unidade de Integridade, que foi criada esse ano, eu posso ter uma referência, inclusive antecipada, se existe algum movimento em relação à arbitragem. Antecipado, se eu tenho essa informação, eu não escalo o árbitro, por prevenção. Eu não escalo o árbitro. Eu acho que essas coisas são efetivamente importantes para a gente desenvolver.

E, sim, o Ministério Público de Goiás fez um trabalho exaustivo, um pente-fino. Erros de arbitragem ocorrem, óbvio que ocorrem, mas, por exemplo... Dou um exemplo: quando a gente vê hoje um jogador que toma um cartão amarelo, eu não posso remeter um jogador que tomou um cartão amarelo àqueles jogadores que tomaram o cartão amarelo vendidos. Não é porque hoje um jogador toma um cartão amarelo que isso está acontecendo, não. É o joio do trigo. Aqueles jogadores fizeram isso, os outros não. Então, a mesma coisa é a arbitragem.

A gente espera que realmente tudo se esclareça, Presidente. Eu estou ansioso para que seja o mais rápido possível, porque o futebol não pode pagar o preço dessa pressão que tem vivido em função de coisas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que são expostas. Óbvio – óbvio – que cada coisa no seu tempo, ninguém pode... Eu estou colocando aqui a minha ansiedade não no sentido do trabalho de ninguém, tá? A gente sabe que tem que respeitar o trabalho de todo mundo e o passo a passo, mas é uma ansiedade de quem vê essa pressão transformando e contribuindo negativamente para o futebol brasileiro, tá?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Bem, já passando a palavra ao Senador do Rio de Janeiro Carlos Portinho e dando a ele o crédito, inclusive, da sua sugestão: depois que foi ouvido aqui o CEO do Botafogo, John Textor, todos nós concordamos e nos dirigimos à imprensa com a palavra "indícios", e não "provas", para que fique bem claro o que nós decidimos aqui naquela reunião.

Senador Portinho, por fineza, à vontade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Senador Kajuru, ídolo, amigo e Senador Romário, nosso Relator na CPI.

Agradeço a presença do Presidente da Comissão de Arbitragem, Dr. Wilson Seneme, a quem acompanhei, acompanho, como esportista já de longa data, assim como muitos dos árbitros, nossos amigos inclusive, como o Índio, no Rio de Janeiro, o Luís Antônio, e tantos outros, fruto dessa nossa relação.

Quero agradecer – e vejo aqui a presença de vários árbitros. Todos são da Abaf?

(Manifestação da plateia.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Abrafut, não é? Abaf é dos agentes, perdão. Abrafut, todos, tá.

Primeiro, quero deixar claro que o nosso interesse maior aqui é contribuir com o futebol brasileiro. É lógico que em toda e qualquer investigação, se tiver elementos, serão encaminhados a quem de direito, Ministério Público, Polícia Federal, porque também é no interesse da preservação da integridade do resultado esportivo. E, como fizemos naquela audiência pública em que sugerimos, e a CBF esteve presente, o áudio do VAR no estádio, acredito que certamente teremos um relatório propositivo a partir da coleta das informações, das experiências, e eventualmente teremos elementos para encaminhar ao Ministério Público, como o caso, que já corre, desse árbitro do Rio de Janeiro.

Eu quero deixar bem clara a minha posição, até como advogado esportivo e militante no Tribunal desportivo – ex-militante, quando eu assumi aqui a minha função, me licenciiei da advocacia pra assumir a função pública, por opção –, e sei que há erros de arbitragem, até pela especificidade da atividade, aquela fração de segundos em que pouca gente, a não ser aqueles formados... Bem formados e preparados árbitros podem enxergar o que a gente muitas vezes não enxerga nessa fração de segundos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Há erros arbitrais. Havia... Para alguns continua havendo, mas havia, na minha opinião, muito mais até antes do VAR. Agora também há erros por manipulação. A gente viveu o caso da máfia do apito. Eu era advogado esportivo. Quem poderia imaginar que rodadas do Campeonato Brasileiro seriam anuladas e refeitas, de até clubes para os quais eu advogava? E aquilo foi tudo rápido, porque, quando há manipulação, é assim: o bote tem que ser certo e rápido. Se demorar, você não tem nem como regredir um campeonato, e isso macula, certamente, a credibilidade da competição.

E há erros para manipulação de aposta. Isso está acontecendo no mundo, não é um fenômeno do Brasil. Aqueles erros de manipulação, antes tinha alguns, poderiam haver em campeonatos regionais ou até no nacional, no caso da máfia do apito. Às vezes, é um erro por influência política, às vezes é um erro por interesse em subir o clube A, descer o clube B, critérios esportivos. Mas, a partir das apostas, e é um evento recente a partir da regulamentação no Brasil, a gente precisa se adequar.

É natural que a primeira reação do árbitro seja: "Não, não tem manipulação. Imagina, eu vejo tudo, eu acompanho tudo". Mas é como o caso – eu gosto de repetir – agora, infelizmente, do nosso Paquetá, que está sendo investigado, apenas investigado. Mas quem diria que um atleta que fez carreira no Brasil, seleção brasileira, está lá na Inglaterra ganhando fortuna, poderia estar envolvido numa denúncia de manipulação, no caso de cartão amarelo, por conta de aposta?

Então, ontem eu me desapontei muito com a Presidente Leila, porque o clubismo foi aflorado ali. Não fazer nada não é a opção, quero deixar claro, porque eu não estou aqui para não fazer nada. E eu espero que a CBF faça alguma coisa. Quando a gente perguntou à CBF, ao diretor de *compliance*, meu amigo, o Dr. Eduardo Gussem... A gente vê que a CBF está correndo atrás do rabo, porque está atrasada. A própria lei das apostas não foi regulamentada. "Ah, agora vai trazer muitos impostos, arrecadação." Não foi nada regulamentado até agora, quase seis meses depois, continua a bandalha. Então, a gente tem que se preocupar, não fazer nada não pode ser a opção, porque o mundo sofre com esse fenômeno da manipulação.

Em 2009, um campeonato da UEFA... "Imagina, um campeonato da UEFA?" Em 2009, manipulação, e a partir dali os instrumentos foram criados. Então, esse é o nosso intuito e quero deixar claro, com essa distinção quanto aos erros da arbitragem. Erros existem, são erros. Erros para manipulação também já existiram e podem existir. E erros para manipulação de apostas também podem existir e é a nossa preocupação maior.

Feita essa introdução, apenas para que todos compreendam o meu papel, ontem o Senador Chico Rodrigues fez uma pergunta interessante, eu gostaria de encaminhar, até porque apresentei hoje um projeto de lei, Senador Romário e Senador Kajuru, porque na Lei Geral do Esporte a gente suprimiu da lei, o que era da Lei Pelé, o sorteio dos árbitros, e a gente suprimiu por uma divergência no texto, a gente não chegou a um consenso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, particularmente – e queria saber a opinião de V. Exa. primeiro –, acredito que é importante que haja um sorteio, para que não haja um direcionamento, para o bem dos próprios árbitros, inclusive da competição, da CBF, da Comissão de Arbitragem, através de um procedimento transparente que dê oportunidade a todos os árbitros, seja da Abrafut, da Anaf, não quero entrar nessa discussão, porque como advogado desportivo, trabalhei no STJD, onde a Anaf, durante 30 anos, indicou e foi representada lá. A Anaf não reúne somente ex-árbitros, ela reúne os árbitros também em atividade, mas não vou entrar nessa questão política, quero deixar claro, de Abrafut e de a Anaf, mas que todos que sejam do quadro da entidade possam ter oportunidade. O que o senhor pensa a respeito do sorteio de árbitros? E como se dá hoje, na ausência de sorteio... Talvez a primeira pergunta seja essa: na ausência de sorteio, como se dá hoje a escala de arbitragem? E o que o senhor acha, num segundo momento de resposta, sobre o sorteio de árbitros?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Obrigado, Senador Portinho, ouvi atentamente ontem o senhor e vejo a sua inquietude em relação a seguir trabalhando nisso. Pode ter certeza que aqui o senhor tem um companheiro, um parceiro no que for necessário do departamento de arbitragem, para que o senhor possa dirimir suas dúvidas, e para cada vez mais dar ao senhor e ao povo brasileiro uma arbitragem mais confiável, a gente vai apoiar o trabalho de quem o faz.

Em relação à máfia do apito, eu sofri, eu sofri. Eu fui um árbitro daquela geração, e, quando eu entrava em campo, eu apitei dois jogos remarcados, e só eu sei o que é estar dentro de um campo apitando um jogo remarcado quando um clube havia ganhado do outro. O grau de pressão e dificuldade que eu vivi naquele momento e entendo, sim, que aquilo foi um marco para tudo o que hoje o departamento de arbitragem já desenvolveu.

Essa declaração de integridade que nós apresentamos na minha apresentação, que os árbitros preenchem, ela não foi feita agora. Essa declaração de integridade faz anos que o árbitro tem que apresentar, então, que sirva de referência, assim como o senhor falou ontem, que essa declaração dos árbitros sirva de referência para os outros segmentos do futebol.

Em relação aos critérios de arbitragem, uma coisa que foi suprimida na Lei Geral de Esporte que estava no Estatuto do Torcedor, que era também audiência pública, que era obrigatório uma audiência pública para os árbitros serem anunciados, e nós não suprimimos do nosso trabalho. Nós entendemos que foi uma ação extremamente de transparência. Então, se nós entrarmos no *site* da CBF, toda semana está gravada a nossa audiência pública e nela eu cito – e tomo aqui a liberdade de um tempo para eu citar quais são os critérios que a gente comenta durante a audiência pública.

A seleção dos árbitros foi definida levando-se em consideração as fases da competição, a importância e o grau de complexidade de cada partida, e a qualidade, qualificação, o condicionamento físico e o desempenho técnico dos árbitros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somente serão designados para as partidas os árbitros integrantes da relação nacional, que estejam liberados pela comissão de dopagem para esta rodada e estiverem habilitados nas avaliações físicas e teóricas de cada ano em curso. Os árbitros não serão designados para as partidas das federações as quais ele pertence, contra uma federação de outra equipe. E quando tiverem atuado como árbitro central na partida das equipes em que atuaram na rodada anterior, na mesma competição, ele não pode apitar dois jogos seguidos na mesma competição, de um mesmo time.

Mas aqui eu toco alguns pontos, para ser sucinto, senão vira... porque é muita informação, o.k.? Mas, por exemplo, quando eu cito aqui o condicionamento físico e o desempenho técnico dos árbitros, é como jogador de futebol. A FIFA preconiza isso, que nós tratemos os árbitros pelo desempenho, apesar de garantir o desenvolvimento e que todo o quadro tenha a oportunidade, mas no lugar certo, as peças no lugar certo. Eu não posso, e esportivamente não é direito, jogar um jogador que não está rendendo. Então o desempenho técnico anterior dele vai influenciar na próxima escala, assim como vai influenciar um técnico para colocar um jogador dentro do campo de jogo. Então esses critérios são extremamente importantes.

Se você quer acompanhar, por exemplo, uma rodada, você vê que um árbitro apitou muito bem – muito bem. E, se você identifica que na rodada seguinte esse árbitro está novamente escalado, é pelo desempenho que ele teve. Se ele apitou e ele não foi tão bem, ele não comprometeu o resultado, mas ele não foi tão bem, provavelmente esse árbitro vai dar oportunidade a um outro árbitro. E hoje os árbitros sabem que é assim, é uma regra clara essa. Isso é falado para eles, o.k.?

Em relação ao sorteio, só para completar, eu acho que o sorteio dificulta todo esse trabalho que eu falei. É como pedir para um treinador sortear a equipe que ele quer que jogue. Particularmente, para um presidente de comissão, é menos responsabilidade. E eu acho que isso é algo preocupante. Um presidente de comissão de arbitragem tem que ser responsabilizado pelas suas escalas. E, quando você coloca todo mundo numa roleta e roda e sorteia, qual é a minha responsabilidade nisso? Então, eu fico pensando, associado a isso, que, quando ocorreu o sorteio lá atrás, havia um motivo claro e lógico, que foi a máfia do apito, comprovada. Nesse sentido, eu não vejo... Acredito que pode ser uma possibilidade dentro de uma lei, mas eu não vejo a necessidade de ela ser uma obrigatoriedade hoje em dia.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Wilson. E parabéns por, mesmo na ausência do dispositivo, realmente seguir fazendo o sorteio com critérios próprios. E se V. Sa. depois puder me encaminhar esses critérios, porque eles têm, sim, uma lógica.

Eu só me preocupo porque... como é que é feita – e aí fica a pergunta – para que esses árbitros tenham oportunidade, para que todo o quadro possa ter oportunidade durante um campeonato? Como é feito com aquele que, de repente, não teve uma boa *performance* técnica numa partida? Como é feito pra ele poder voltar a essa ciranda?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Essa é uma pergunta excepcional.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós chegamos, em 2022, à Comissão de Arbitragem, eram só três pessoas para 90 jogos semanais, para escalar 650 oficiais. Como é que você faz isso e consegue, ao mesmo tempo, ofertar jogos a todos? É preciso um controle muito grande. Então, nós contratamos mais gente. Hoje, a Comissão de Arbitragem é composta por seis pessoas, e ela é subdividida por divisão. Cada membro dessa comissão é responsável por uma área dentro de cada divisão. Por exemplo, o Emerson Augusto de Carvalho, que é o Vice-Presidente da comissão e foi um assistente da FIFA de duas Copas do Mundo, é responsável por olhar as listas dentro de um programa, porque já existe um programa que me facilita, um programa de informática que me facilita saber quem foi e quem não foi. O Emerson Augusto de Carvalho seleciona pra Série A e Série B todos os assistentes, pra que isso... Antecipadamente, isso é feito; três dias antes, inicia-se o trabalho de uma escala – três dias antes. No último dia, há reunião final, em que todos os critérios são apresentados, e a gente consegue publicar após toda essa análise. É feito um trabalho técnico muito grande. E, se eu puder ter condição, eu posso, inclusive, convidá-los a que possam eventualmente acompanhar como isso é produzido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, porque a informação que eu tenho é de que apenas 10% dos profissionais do quadro nacional têm oportunidades na Série A. E isso... Pode ser que tenha um critério para isso, mas, quando há uma concentração, ela pode sugerir que há uma suspeita de favorecimento pra um grupo ou outro de árbitros. Então, eu não sei se esse dado está certo. Foi uma pesquisa rápida que a minha assessoria fez. Apenas 10% dos profissionais do quadro nacional têm oportunidades na Série A. Até perguntando, é mais ou menos isso?

E gostaria de saber também... Aí uma outra pergunta. Quantos árbitros hoje, na CBF, no quadro, são da Região Nordeste e quantos são de São Paulo?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O.k. É um dado aproximado e correto. A identidade pra um árbitro chegar à Série A tem componentes... Impossível não haver componentes técnicos. É impossível eu entregar uma prestação de serviço pra um clube, pra dois clubes da Série A, com a responsabilidade que eu tenho, porque eu tenho que fazer rodízio... É impossível eu, como responsável por isso, entregar esse tipo de serviço. O árbitro conquista – é uma conquista. O jogador conquista jogar nos grandes clubes. Nem todo jogador... Eu garanto também que 90% ou mais dos jogadores ganham até dois salários mínimos. E todos gostariam que esses 10% dividissem a cota, deixassem esses 90% jogar um pouco na Série A do Campeonato Brasileiro. É mais ou menos isso que é uma referência importante, Senador. Não é uma referência do Wilson Seneme, é uma referência da FIFA. Eu sou uma pessoa formada pela FIFA. Eu fui por dez anos árbitro da FIFA e trabalho na FIFA como membro da Comissão de Arbitragem há dez anos. São dez membros da Comissão de Arbitragem no mundo, e o Brasil tem a felicidade de ter um. Então, é uma experiência muito grande essa.

Óbvio, óbvio, que, de quando eu cheguei na CBF até agora, nós conseguimos lançar 17 árbitros centrais na Série A – 17 árbitros centrais na Série A. Em nenhum país da América do Sul a gente conseguiria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer isso, só no Brasil a gente conseguiu porque tem qualidade. E a gente espera que os árbitros, que a gente consiga qualificar cada vez mais esses árbitros para que eles tenham condições, mais árbitros, de chegar à Série A. Não há um número limitado para isso, quanto mais, melhor para a gente, maior é o rodízio que a gente pode ter para garantir essa segurança de que o senhor está falando e quer.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E quantos árbitros hoje no quadro da FIFA da Região Nordeste e quantos de São Paulo?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Que trabalham?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quantos árbitros nos quadros?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Em alguma divisão específica?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, nos quadros, proporcionalmente, que são árbitros FIFA: quantos da Região Nordeste e quantos de São Paulo?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Árbitro central eu vou tomar como base, porque é o árbitro principal. O Nordeste ficou... o último árbitro central que foi da FIFA – eu não me recordo o ano em que ele saiu – foi o Wilson Souza de Mendonça, que faz muito tempo que parou. De lá para cá, não houve nenhum árbitro do Nordeste que entrou no quadro da FIFA. E, no ano passado, nós colocamos no quadro da FIFA o Rodrigo Pereira, de Pernambuco. Depois de todo esse longo tempo sem um árbitro na FIFA, nós conseguimos identificar um potencial e hoje o Nordeste tem esse representante.

A Copa do Nordeste está sendo muito importante. Ontem apitou o Paulo Belence, um árbitro jovem, que apitou muito bem a primeira... Eu poderia ter colocado um árbitro mais experiente, mas futebol é risco também, e um risco controlado. Para um árbitro que tem se destacado, oportunizamos, e ele foi muito bem. E a gente espera que essa filosofia no futuro possa estar incutida na cabeça de cada árbitro para ele buscar as suas oportunidades, e que isso não fique só nessa questão de que eu tenho que oportunizar para todo mundo. Tem jogo para todo mundo – tem jogo para todo mundo –, mas tem jogo A para o árbitro A e tem jogo D para o árbitro D, isso é importante nós analisarmos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quantos de São Paulo no quadro da FIFA?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – No quadro da FIFA, 3. Assim, é muito importante também estabelecer a questão de desenvolvimento do futebol de uma maneira geral, não só da arbitragem. Normalmente a lista representa o desenvolvimento do futebol de uma maneira geral.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu queria entrar um pouco mais na questão do VAR. E, de novo, fazendo essa ressalva: o VAR não é um...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Portinho, só uma permissão sua, e aí você volta. Fique à vontade, querido, porque ele entrou aqui, o Seneme, sobre essa questão do árbitro que comete um erro e que é punido. O senhor fez esse comentário.

Vamos aqui, então, lembrar... Não sei se você chegou a ver o jogo, Senador Portinho. Na abertura da Série A do Brasileirão deste ano, em Goiânia, Atlético Goianiense e Flamengo. Houve uma opinião unânime de que o Atlético foi totalmente prejudicado pela arbitragem do paulista Andre. Desculpe, não me lembro...

O SR. WILSON LUIZ SENEME (*Fora do microfone.*) – Mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mineiro.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (*Fora do microfone.*) – Andre Bento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Andre Bento. O que aconteceu com ele? Ele foi punido, suspenso por tempo indeterminado e foi para a reciclagem.

Eu perguntei: "Mas fica muito subjetivo, não é? Tempo indeterminado significa o quê?". Ele ficou, na verdade, 30 dias apenas suspenso, na reciclagem, voltou, cometeu erro de novo, ele, que, no ano passado, já tinha cometido erro. Aí é o único ponto meu de discordância em relação à Comissão de Arbitragem da CBF.

A punição não teria que ser maior para quem comete um erro grave? Porque imagine um time começar um campeonato perdendo três pontos, lá na frente, o que poderão representar esses três pontos perdidos em que uma pessoa só foi a culpada, e em caráter unânime de opinião, de toda a imprensa inclusive, Sr. Seneme.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Muito bem. Em questão de punição, eu, sinceramente, não usei esse termo, "punição", Kajuru. Eu acredito que "afastamento" é o termo mais indicado, porque acredito que a gente usa o termo "punição" para alguém que teve intenção de fazer as coisas. Acredito que o termo "afastamento" condiz mais com o que ocorre, não é?

O tempo é indeterminado, porque vai depender do trabalho que é realizado com esse árbitro, o trabalho de reciclagem, digamos assim, do grau de desenvolvimento que ele tem. Eu considero, sinceramente, Kajuru, que um árbitro, na primeira rodada, ficar afastado por 30 dias, foi... No caso do Andre, que é um árbitro extremamente promissor – extremamente promissor –, um árbitro com muita qualidade, acredito, sim, que foi o suficiente para ele retornar. Ele está escalado novamente agora, e a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espera, assim como eu falei anteriormente, que o rendimento dele demonstre, passe a demonstrar que ele tem realmente esse futuro como um árbitro, do que a gente viu de potencial nele, mas tem que ser comprovado no campo de jogo, com rendimento, o.k.? Mas eu não posso, definitivamente, deixar de colocar um árbitro ou afastá-lo por um tempo a mais do que foi o necessário por uma ação que ocorreu em determinado jogo.

É isso. Eu não gosto de usar um caso específico de um jogo, porque parece que a gente quer falar... Se eu for falar do jogo, a gente vai falar de vários jogos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, mas vocês suspenderam três.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Na primeira rodada da Série A...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... foram três suspensos.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É verdade. Foi...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Logo voltando...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Realmente, Presidente, foi uma rodada que a gente não esperava.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – E a gente realmente trabalhou muito, e, nas rodadas seguintes, o nível de arbitragem melhorou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Melhorou. Sem dúvida.

Voltando ao Senador Portinho: fique à vontade, querido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Há um dado... Só voltando à questão dos critérios, antes... Há um dado, e que chama a atenção, inclusive o próprio John Textor coloca, e por isso que eu destaquei a minha preocupação pelo fato de só 10% apitarem na Série



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A, e queria saber se esses critérios – que são objetivos, pelo que você mostrou – explicam por que Raphael Claus e Daiane Caroline atuaram juntos em partidas... De um total de 62 apitadas pelo Claus, 20 partidas foram com os dois árbitros; ou seja: das 62, em 20 Claus apitou com Daiane.

Isso foi em 2023. Em 2022, 29 partidas foram apitadas por ele, e 8 com a Daiane: 27,5%.

Em 2023, perdão, 33 partidas foram apitadas, 12 com a Daiane.

Porque há uma repetição dessa dupla. A gente sabe que não há o sorteio, mas há escolha em audiência pública, o que é transparente, e seriam esses critérios que explicam?

Você não acha que essa concentração, além de prejudicar a participação de outros árbitros, se ela justamente não gera surpresa, porque, por acaso, os jogos de Claus e Daiane foram vários em que houve, vou dizer, discussões acerca de decisões da arbitragem.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Alguns dados corrigidos, assim, pelos números que a gente tem, que são dados oficiais da Comissão de Arbitragem: o Raphael Claus e a Daiane Muniz trabalharam em 2023 em 11 jogos da Série A. Seguido a eles, o Bráulio Machado com o Rodrigo D'Alonso apitaram em sete jogos juntos. Trabalharam, em sete jogos juntos, a mesma dupla. E, a partir disso, Anderson Daronco, com Wagner Reway, seis. Flávio Souza, com Rodrigo Guarizo, seis. E, assim, a gente vem baixando.

Por que é que o Raphael Claus e a Daiane foram o número 1 como dupla? O Raphael Claus é considerado, senão o melhor árbitro da América do Sul, um dos melhores. A Daiane Muniz, que está convocada...

O Brasil tem... Eu costumo dizer isto: o meu orgulho é a equipe de arbitragem. Nós temos – e pouca gente sabe disso, infelizmente – a maior delegação de árbitros de futebol convocados para os Jogos Olímpicos da França. Sete árbitros brasileiros estão convocados para os Jogos Olímpicos da França. Entre esses sete, quatro são mulheres. Olha isso! A maioria é mulher. E a Daiane dos Santos já participou de mundiais e vai para os Jogos Olímpicos. Ela é, destacadamente, uma árbitra assistente de vídeo do mesmo nível do Raphael Claus, e nós entendemos que, por bem... Como critério, todos os jogos... O grau de complexidade, como está escrito no documento de audiência pública, exige os melhores árbitros. Pensando nisso é que a gente tem o número final.

Eu controlo, eu tenho um controle disso, mas não é prioridade a estatística. E nem está tão diferente assim da segunda dupla, que é o Bráulio com o Rodrigo D'Alonso, que são sete.

A prerrogativa principal é o entrosamento – é o entrosamento. Tenho certeza... Infelizmente, o Senador e craque Romário não está presente, mas eu tenho certeza que a dupla Bebeto e Romário não foi feita dias antes da Copa do Mundo de 94; ela se iniciou nos Jogos Olímpicos lá de Seul.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Tanto que ele fala que foi o melhor parceiro que ele teve, não é?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – E eu tenho certeza...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em relação ao Romário, só pra justificar, ele teve que viajar urgentemente agora para o Rio de Janeiro, em função de problemas pessoais. E, desde aqui, todos nós da Comissão desejamos Deus e saúde ao problema que ele precisa enfrentar lá.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – A gente também aqui deseja ótima sorte. Que Deus o acompanhe!

Então, o entrosamento... A FIFA preconiza que o árbitro é um esportista. O árbitro não é um administrativo no campo de jogo; não é o senhorzinho de terno, como era na década de 30. O árbitro é um esportista. Então, o rendimento e o entrosamento entre eles é vital pro trabalho em equipe. Por isso que representa o número que, na nossa visão, não é tão diferente de outras duplas que houve.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Vou pedir esses dados. É importante até pra que a gente possa rebater no próprio relatório e explicar pra que todos tenham ciência.

Mas aí eu preciso fazer uma pergunta: todos esses árbitros são da Abrafut? Há alguma preterição a árbitros da Anaf? Porque a Abrafut é uma situação recente. E eu sei porque eu vi que deu uma discussão enorme lá no STJD, e a gente está falando de escala. Minha pergunta é se todos esses, por acaso, mais escalados são da Abrafut e se há alguma preterição a árbitros da Anaf.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Vou ser muito sincero na resposta, Senador Portinho: eu não sei quais árbitros são da Abrafut e quais são da Anaf. Não é...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É melhor.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não é motivo de fazer designações.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tá. Muito obrigado.

E aí eu quero, então, entrar na questão do VAR, se me permite. A não ser, Kajuru... Se você quiser dividir comigo aqui, eu estou aqui "fominha", como dizem no futebol.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, aqui não tem nenhum problema. Aqui é dupla Pelé e Coutinho. Não é, Coutinho? (*Risos.*) É ao contrário, você que é o Pelé.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que ouvir também o Diretor de Governança daqui a pouco, correto? E depois teremos aquela reunião em relação aos lances do VAR, em outra sala por questão técnica.

Portanto, fica à vontade, Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Justamente deixei para o final as perguntas do VAR, pensando na próxima reunião, o que inclusive já deixa à vontade o nosso chefe da arbitragem, quanto a alguma questão a que ele prefira responder do que eu vá perguntar aqui.

Então, a questão do VAR é polêmica, a ponto... no mundo, não é no Brasil. Uma ferramenta tecnológica que era pra resolver o conflito do pobre árbitro lá de campo e sua mãe em todo jogo virou... parece que estendeu o conflito. Porque agora o problema é o árbitro, é o VAR, é o árbitro da cabine de VAR. E isso não é um problema do Brasil, a Inglaterra mesmo vai fazer uma votação sobre se extingue o VAR ou não. Eu tenho uma opinião pessoal que depois, ao final, eu gostaria de reportar, tendo essa oportunidade aqui; mas a verdade é que o VAR, que era para resolver, acabou virando agora um grande vilão.

E V. Sa. disse que o VAR segue todo o padrão da FIFA. E aí eu tenho uma pergunta: o observador do VAR foi criado pela FIFA?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Sim, o observador VAR é uma figura protocolar. Em realidade, o protocolo é criado pela International Football Association Board, que é quem regula a regra do jogo e envia para a FIFA aprovar e aplicar, mas, sim, é uma figura prevista no protocolo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É porque ele é recente. Só para esclarecer a quem nos assiste, originalmente, o VAR não tinha um observador, eram só os árbitros de VAR na cabine, não?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, sempre foi...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sempre teve um observador?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Sempre teve um observador e uma pessoa que nós chamamos de QM, que é *quality manager*, que é o gerente de qualidade, que é o elo entre a cabine VAR e a rede de transmissão, para que isso, para que o canal de comunicação entre o telão e quando aparece na televisão seja interligado, tá? Esse canal de comunicação entre o gerente de qualidade é único e exclusivo com a transmissão e não tem acesso a ninguém de fora e nem aos árbitros – isso é importante ser frisado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O observador tem acesso – imagino – à cabine do VAR. Ele tem acesso ao árbitro de campo também?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, ele não tem acesso ao árbitro de campo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por isso que a sua voz, a voz do observador não aparece nos áudios que são divulgados, não é? Acho que eu nunca vi o observador falando no microfone – é isso que eu quero dizer.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Na verdade, quando está tendo algum trabalho da equipe de arbitragem, o observador, como o nome já diz, tem que observar, o.k.? Ele, na verdade, é uma referência inicial para um relatório que tem que ser feito de análise do quê? Do desempenho dos árbitros. Porque como que eu vou analisar o desempenho do árbitro de vídeo, se a gente não tem a figura do observador para analisar?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O observador não fala com o árbitro do campo, mas fala – imagino – com os árbitros ali, de dentro da cabine, ou nem isso? Dúvida mesmo, não sei.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Extrema necessidade.

Dou aqui um exemplo: erro protocolar. Digamos que o árbitro de vídeo vai chamar o árbitro de campo em função de um cartão amarelo, e não está dentro do protocolo isso. O observador VAR tem como dever informá-lo de que aquele não é um procedimento protocolar, não é? Então, são pontos do protocolo como um filtro final para se evitarem erros protocolares. Somente isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou só seguir nisso, porque, numa partida... Eu vou falar de uma partida específica, só porque me pareceu... Partida Flamengo e Bragantino, com o gol do Flamengo anulado, não é? No início, o VAR vê o lance, um lance inicial que teve no meio-campo, e alguém – eu não sei se foi o de campo, ou se foi o VAR ou se foi o observador – fala: "Não houve falta. Vamos ver o lance lá na frente".

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Hã-hã.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí vê o lance, não teve impedimento, o lance foi regular, o gol foi regular. E aí alguém fala: "Volta lá no meio-campo". Minha pergunta era para saber se é o observador e se a função dele é essa.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, a função dele não é essa, e não foi ele que falou.

Um detalhe importante: o VAR... A nossa escolha por trazer o VAR aqui para vocês, Senadores, é para que vocês vejam, para que vocês ganhem intimidade com essa ferramenta.

Existe um projeto, que a gente está apresentando para o Presidente Ednaldo, do VAR itinerante: que eu possa levar o VAR, por exemplo, nos *shopping centers*. O senhor imagine um torcedor poder sentar na ferramenta e fazer o simulador de uma jogada, sendo o VAR. Essa intimidade é o que está faltando. Eu vejo ainda muitos questionamentos em função do que as pessoas não sabem. Então, existem três pessoas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que estão como árbitro de vídeo: o VAR, o AVAR e o AVAR 2. Essas três pessoas é que interagem na conversação entre eles, para poder chegar a uma conclusão final de que é uma situação de revisão ou não, se ele vai recomendar uma revisão ou não para o árbitro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, nessa mesma linha, o observador, então, não tem contato nem com o árbitro de campo, nem com os árbitros da cabine, a não ser numa questão de erro de protocolo, não é?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Exato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E esse observador tem o contato com o chefe da arbitragem, da comissão de arbitragem? Ele tem contato com o...? Você tem contato com o observador?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Durante a partida? Não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso. Não, nenhum?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, nenhum contato. É proibido. Protocolarmente, isso não é permitido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essas pessoas que ficam na cabine do VAR usam celular dentro da cabine do VAR?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, não usam celular na cabine do VAR.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não têm nenhum contato com o mundo externo?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Os árbitros, não, não têm contato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Apenas esse que faz o contato com a emissora?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Isso. O gerente de qualidade é que passa a informação com a rede transmissora.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas aí é pelo celular?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, não. É um canal de áudio.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Melhor, melhor assim.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não é celular, é um canal de áudio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – É proibido, no protocolo, o celular? É isso?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, não é que ele é proibido. Por exemplo, um celular não é tocado. O protocolo não toca no aspecto se você pode ter ou não. E aí, na verdade, nós entendemos que é importante haver um outro tipo de comunicação. Normalmente esse outro tipo de comunicação é um rádio, mas, dependendo de onde ele está ou, por exemplo, quando o VAR é centralizado na CBF, faz-se necessário ter um telefone dentro de uma cabine, sim, caso ocorra alguma necessidade técnica. O.k.?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, então tem lá.

Para quem não sabe, o VAR não fica no estádio, o VAR fica hoje numa sala na CBF.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Na Série A, sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, na Série A, só, então.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Por enquanto, sim, assim como é o modelo da FIFA.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas esse é um canal de comunicação externa com a cabine?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Qual canal?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse telefone que fica lá na...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, não é pra isso. Caso a comunicação do gerente de qualidade, aquele rádio que ele tem, essa linha de comunicação falhe, aí esse gerente de qualidade vai fazer o contato via celular com a transmissão. Esse é o único permitido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aconteceu em algum jogo do Campeonato Brasileiro isso?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Aconteceu.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse ano?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Esse ano? Não tenho... Porque isso é uma ocorrência e é relatada. Não tenho nenhuma ocorrência relatada de que isso aconteceu.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não houve nenhum contato, então, por esse telefone com ninguém fora da cabine?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Ninguém.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é muito importante, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é muito importante.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É muito importante a gente esclarecer, porque é uma recomendação muito forte.

E tem outro detalhe que eu gostaria de agregar a isso: é que o protocolo prevê. Dentro da cabine existe uma câmera, uma minicam, que está dentro da cabine. Quando a gente vê uma revisão ao vivo na televisão, não sei se vocês repararam, são três ângulos colocados, e um deles é a câmera que está dentro da cabine. Então, você consegue observar ali se alguém pegou alguma coisa, se alguém falou com alguém, se alguém fez algum gesto. Isso é protocolar, para dar garantias.

Um detalhe que eu vou mostrar para vocês quando a gente for ver o VAR...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para a outra sala.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Isso, para a outra sala.

... é que eu tenho a gravação, por exemplo, de várias jogadas em que eu posso entregar para vocês o tempo todo daquela câmera. Por exemplo, uma jogada durou quatro minutos de revisão. Eu posso mostrar para vocês os quatro minutos daquela câmera interna dentro da cabine, para você se certificar que ali ninguém fez nada...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essas imagens ficam guardadas por quanto tempo?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Essas imagens... É impossível... E não é só o Brasil, ninguém no mundo consegue guardar um jogo, porque a compilação de todos os sinais é uma rede extremamente pesada. Quem é técnico sabe disso. E foi essa informação que eu tive quando eu quis guardar todos os jogos. Então, hoje o que é feito é que os cortes principais do jogo são guardados – por isso que a gente tem eles aqui –, mas o jogo completo a gente não consegue comprimir pelo peso que é.

No Brasil, por exemplo, hoje, só esse ano, são 914 jogos com VAR. O Brasil é o país do mundo – também só por curiosidade –, é o país do mundo que mais realiza jogos com VAR: 914 nesse ano.

Outra curiosidade, se eu posso tomar liberdade: das 211 associações membros da FIFA, somente 71 trabalham com VAR. E não é porque elas não querem; porque elas não têm estrutura financeira para suportar.

Então, a CBF hoje é, sim, o país que mais trabalha com VAR no mundo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Duas perguntas, sugestões até, que a gente ouviu aqui.

Vocês usam as imagens da transmissão de TV. Seria uma ferramenta a mais se os estádios, ou pelo menos aqueles da Série A, tivessem mais câmeras espalhadas pelo estádio?

E eu já digo que quem deu essa sugestão aqui foi o John Textor, que disse que ele compraria, inclusive, essas câmeras para colocar – não sei se ele estava falando do estádio dele ou em mais estádios –, para poder pegar outros ângulos que eventualmente não...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Então, assim, eu não tenho direito de colocar a carroça... Lá em São Carlos, no interior de São Paulo, de onde eu sou, a gente falava: colocar a carroça na frente dos bois. Eu não posso fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Terra de Golias, São Carlos. (*Risos.*)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Isso, Ronald Golias, eterno Golias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Trabalhei com ele.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É. Excelente pessoa, são-carlense.

Eu não posso inverter a ordem. Não sou eu que determino o modelo VAR. Quem determina o modelo VAR é a FIFA. Eu posso, caso as pessoas do futebol do Brasil queiram, solicitar coisas à FIFA. Eu tenho esse caminho, inclusive por ser Presidente, membro da Comissão de Arbitragem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A outra sugestão, ontem, discutindo – e aí eu disse que falaria no final a minha opinião sobre o VAR... Eu aprendi sempre que – e ainda dizem que é assim – a última decisão é sempre do árbitro. Aquele tumulto de palpite... Desculpa, eu acho que tem muito palpite da cabine do VAR que chega ao campo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Às vezes todos falando ao mesmo tempo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Todos. Ainda tem o coitado do árbitro com o jogador no pé do ouvido, xingando e falando... A gente vê isso nos áudios.

A Leila ontem – e eu já tinha ouvido isso –, é apenas uma sugestão, e eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A Leila Pereira, Presidente do Palmeiras, porque senão alguém pode achar que é a Leila do Vôlei.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso. Eu queria saber só a sua opinião, Wilson. Ela disse que talvez o mais importante fosse que tivesse – até usou o termo – garotos, jovens, que fossem treinados em tecnologia para a operação, e aí eu emendei e perguntei se, para acabar com essa "palpitação" que fica ali, "volta ali, vai pra lá, não, agora volta", porque isso aí é o que dá muitas vezes a dúvida... O caso do Flamengo e Bragantino foi isso, para mim foi "palpitação", porque o próprio árbitro do VAR já tinha dito: "Não houve falta, vamos ver o lance lá na frente". Aí um outro, depois de ver o lance lá na frente, falou: "Não, não, não, volta lá porque eu acho que houve falta". Poxa! E quem decide no final é o árbitro. Então, a ideia de ter técnicos que fragmentassem as imagens apenas para mandar para o campo e o árbitro tomar a decisão seria recomendada? Ou é importante que tenha árbitros com formação de árbitro dentro da cabine do VAR?

A gente vai dizer que a FIFA diz que é assim e tal, mas o que está acontecendo na minha opinião é uma interferência da cabine do VAR além do que ela pode, do que a FIFA autoriza, na decisão da arbitragem. O lance do Adryelson, para ser bem claro e objetivo, depois eu vou pedir até para passar, porque ali houve, na minha opinião, por erro, ou erro de manipulação, houve a manipulação das imagens na expulsão do Adryelson. O coitado do árbitro do campo falava: "Mas ele pegou primeiro na bola? Ele chegou primeiro na bola?". E mandavam para ele imagens e não mandaram duas câmeras – isso é um fato, não mandaram –, uma delas que via que o Adryelson chegou muito antes do jogador do Palmeiras na bola.

E aí é o que eu digo: das denúncias do Textor, para mim a mais grave é essa. E eu vou pedir, inclusive, para a gente passar, até porque ontem ele botou no Twitter, então a gente está autorizado aqui, e não em reunião secreta, a exibir, porque ali houve manipulação. Ou seja, os fragmentos de imagem que a cabine do VAR viu não foram todos que foram enviados para a arbitragem.

Se a gente tiver aí e puder botar, eu agradeço, para depois ouvir a sua resposta, Seneme, primeiro sobre a ideia da Leila, e sobre a minha, de que a decisão fique com o árbitro. E queria saber sobre esse caso, que para mim é muito grave, de tudo que ele apresentou, teve no final, vocês vão ver...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pra mim foi a única coisa grave que ele apresentou.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, teve a linha do Vasco, que eu acho que essa daí o Seneme vai mostrar, do Vasco e Palmeiras, uma linha torta, mas essa daí, isso foi divulgado pelo Textor ontem, por isso sinto que estamos autorizados a exibir.

Por favor. E deixo claro que os comentários são do Textor, não são meus, mas reproduzo o que ele disse aqui.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí é que entra a "palpitação" de que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tem mais imagem?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Tem. A gente vai até o final, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Kajuru é democrático, hein? Hoje você está chegando a quase uma hora para pergunta.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que ele diz é que nenhuma das condições foi atendida, a posse e o controle de bola, principalmente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí é que há a questão principal.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa imagem foi suprimida do árbitro de campo. Se o árbitro de campo tivesse acesso a essa imagem, a decisão dele seria completamente diferente. Então, não estou dizendo que é manipulação de resultado, manipulação por interesse político, pode ter sido só um erro, mas o conjunto de imagens a que o VAR teve acesso não foi esse fragmento encaminhado para o árbitro do campo, e nisso, pra mim, tem materialidade. Inclusive, deveria ser a preocupação de todos os clubes do Brasil, porque agora eu deixo sob suspeita, vendo isso – e a gente já tinha visto antes aqui –, se de todas as imagens que a cabine do VAR enxerga os fragmentos são transmitidos. E aí é que vai na questão que a Leila Pereira disse ontem. Não era melhor, em vez de ter um bando de palpiteiro, com todo o respeito à profissão da arbitragem e aos árbitros, nem os conheço... Mas esse aí, pelo menos, esses do VAR atrapalharam o árbitro de campo – atrapalharam. E pior que atrapalhar: eles omitiram a imagem que era determinante para a decisão correta, que estava correta desde o início, do árbitro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é manipulação de imagem. E isso, pra mim, Seneme, foi a coisa mais séria e que justifica... Quando eu falo que é indício, isso justifica uma investigação ser aberta pelo Ministério Público. Estou deixando bem claro, porque vou no



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

relatório pedir, porque a imagem foi suprimida. E olha só, o árbitro já tem tanta dificuldade, ele acertou de primeira, aí vem um bando de palpiteiro da cabine, aí fala o árbitro VAR 1, aí fala o VAR 2, aí manda voltar, ficam mandando a mesma imagem repetidamente, ele perguntando: "Mas ele tocou primeiro na bola?", mas mandam a mesma imagem. A imagem que precisavam mandar, única, se tivesse uma, embora eles devam mandar todas, era aquela final.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – E você me permite, Presidente? Essa imagem...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Eduardo Girão, que estava numa reunião externa e, como sempre presente, para justificar o seu apelido de Senador Padre, vai em todas as missas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado. Então, Dr. Seneme, o que me preocupa nisso é que essa imagem estava sempre lá. Isso é que é escandaloso, no meu modo de entender.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Escandaloso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E a torcida – eu me coloco como torcedor também – não teve acesso a essas imagens durante a transmissão, só foi revelada depois.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É porque ela só tem a imagem da decisão final, que foi a primeira repetidamente enviada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Exatamente. Então foi uma lavagem cerebral ali para mostrar que esse lance estava normal e depois a verdade veio à tona.

Então, eu acredito que as imagens devem ser disponibilizadas, pelo princípio da transparência – fica aqui a minha recomendação –, para todo mundo, para os árbitros decidirem e para a torcida que está assistindo também ver na transmissão, porque é gravíssimo isso, isso é de uma manipulação de imagens, e eu concordo com o Senador Portinho, acho que tem que pedir investigação desse caso, porque é muito emblemático, é algo que deixa o torcedor: "Pô, eu estou assistindo a que aqui? Estão me suprimindo o quê? Estão me tirando que lance?". Então induziu ao erro, todo mundo aí.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu só queria pedir a permissão aos dois companheiros e amigos pessoais, Senadores Portinho e Girão, e antes da resposta que o Portinho espera do Sr. Wilson Seneme, para trazer aqui – como a gente estabeleceu que haveria democracia das nossas opiniões nesta CPI – um comentário publicado agora mesmo pelo UOL, de um jornalista, para mim, consagrado em todo o Brasil, e eu vou trazer aqui as suas palavras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para ele, Jonh Textor deu um tiro no pé ao divulgar publicamente vídeo para mostrar suposta manipulação do VAR no lance que causa a expulsão do jogador Adryelson na partida] entre Botafogo e Palmeiras, ano passado, que terminou com a derrota do clube carioca em casa depois de estar vencendo por 3 a 0.

O insuspeito e irretocável jornalista Juca Kfourri, em coluna agora no UOL, afirma que o vídeo mostra que o CEO da SAF do Botafogo do Rio pouco entende de futebol – abro aspas –:

Porque ele se contenta com o toque primeiramente na bola do defensor botafoguense e omite o pé que, na sequência, atinge o atacante palmeirense, além do puxão subsequente na camisa de Breno Lopes.

Segue o comentário de Juca Kfourri:

A discussão se era ou não um lance claro de possibilidade de gol até cabe, mas não é nisso que Textor se apeg.

E a interpretação de que sim, era lance de manifesta chance de gol também é cabível, até porque a posse da bola permitiria o passe ao companheiro que corria a seu lado.

Daí a ver manipulação, desonestidade, vai distância abissal, tão grande como a ignorância do empresário americano sobre as coisas do futebol [opinião de Juca Kfourri].

Explicar por que seu time, vencendo por 3 a 1, aos 28 minutos do segundo tempo, quando aconteceu a expulsão, não foi capaz de manter a vitória, e tomar de 4 a 3, ele não explica [fecho aspas].

Comentário do jornalista Juca Kfourri, que eu queria apresentar aqui...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, na verdade, Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e com que eu concordo, com todo respeito a vocês que discordarem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não... Eu não tenho... Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu concordo com o Juca Kfourri 100%.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não tenho que concordar ou discordar, aliás, eu não tenho que concordar ou discordar de decisão nenhuma de árbitro. O que eu estou discutindo aqui é a manipulação de imagem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, que vale a investigação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Se ele tivesse aquela última imagem e tivesse tomado a mesma decisão, a discussão seria essa, a discussão de mesa de bar, que todo dia os coitados dos árbitros sofrem. Se o árbitro acertou, errou, numa fração de segundo, se o cara do VAR atrapalhou a decisão, isso é discussão de bar. Eu estou querendo discutir aqui a materialidade, Seneme. Desculpa, mas a ausência daquele último lance influenciou e, agora, o que me preocupa é por que não foi para o campo essa imagem, já que as câmeras tinham.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Muito bem. Mais uma vez, eu tenho que voltar a alguns pontos que são importantes.

O primeiro é que todo o processo de capacitação dos árbitros segue uma norma dada pela FIFA. É como o brevê de um piloto. Nenhum piloto pode voar sem ter brevê. E nenhum VAR pode pilotar a cabine sem ter a sua certificação, que é dada pela FIFA, de um longo período de trabalho se capacitando pra estar ali dentro. Não é nenhuma pessoa leiga que está ali dentro. Esse é o ponto 1, o.k.? Aqueles árbitros que estavam ali são extremamente preparados, inclusive internacionais, com experiências internacionais.

Ponto 2: na nossa visão, experiência e conhecimento como membro de Comissão de Arbitragem da FIFA e Presidente da Comissão de Arbitragem da Conmebol por seis anos, eu tenho elementos na situação que caracterizam uma oportunidade de gol e uma falta marcada. É uma situação interpretativa e não factual, como diz o VAR, mas, sim, há elementos para isso, o.k.?

O uso de câmeras, digamos assim, protocolarmente, pelos rôis de função, um árbitro de vídeo não está obrigado a mostrar para o árbitro de campo todos os ângulos que estão na cabine nem todos os ângulos que ele visualizou, até porque o trabalho que um...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então ele pode escolher o que ele manda para o árbitro do campo?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Ele pode escolher.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas isso é muito grave, Seneme.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Mas é um protocolo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, mas isso é a vontade discricionária do árbitro da cabine do VAR. Isso é muito sério, Seneme. Eu estou falando isso para o bem do futebol. Isso já aconteceu, ninguém vai voltar campeonato. Não estou dizendo se houve manipulação... Não entro em clubismo, mas você dizer que a cabine do VAR não é obrigada a mandar todos os lances pra elucidação do árbitro do campo?! Isso é seriíssimo! Isso torna ainda mais séria a necessidade de investigação dessa partida. E não tem nada a ver com Palmeiras, querer beneficiar ou prejudicar. Não tem nada a ver com a interpretação de novo. Pode ter interpretação e justificar como ela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quiser. Isso é pra quem entende, que são vocês. Agora, o árbitro do VAR escolher o que ele manda pro campo?! Então, com toda a sinceridade, é melhor a sugestão da Leila Pereira: põe um técnico ali de tecnologia de informática, ele pega o lance, fragmenta e manda pro árbitro do campo decidir. Porque isso é manipulação, isso induz! E, se isso – como eu falei – aconteceu nessa partida, eu estou vendo que acontece em outras, porque ele pode fazer isto – o árbitro do VAR –: mandar as imagens que ele quiser.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Eu não terminei a minha fala em relação a isso. Existe algo muito importante entre o que eu estava falando e o que V. Exa. citou, que ele é que manda as imagens, não é obrigado a enviar todas. Existe um término desse meu segmento de fala. O árbitro, quando vai à zona de revisão, como foi o Braulio...

E aqui fica um parêntese em relação ao Braulio Machado. O Braulio Machado é um dos poucos árbitros do mundo da FIFA que trabalhou como árbitro da FIFA no campo e trabalhou como árbitro da FIFA na cabine VAR. No Mundial Sub-17, que foi realizado aqui em Brasília, em que o Brasil foi campeão, eu estava presente assistindo à final, fiquei muito feliz de ver o Brasil campeão novamente, com o técnico Guilherme, que é da minha cidade, que jogou futebol comigo... Ver o Guilherme sendo campeão me deixou bastante feliz. E o Braulio Machado, naquela edição do mundial, era um árbitro de vídeo. Então, o Braulio Machado, especificamente dessa jogada, é o árbitro de campo mais preparado que há no quadro da CBF para analisar uma jogada na área de revisão.

Então, quando ele vai lá... E assim é o protocolo FIFA. As imagens que o árbitro de vídeo proporciona a ele não são últimas e nem definitivas. E o protocolo é muito claro nisso, quando estabelece que, quando o árbitro está na zona de revisão, ele passa a ser o VAR. E aí vem a minha segurança de que o Braulio Machado tem qualidade pra isso, porque ele tem *expertise* em ser VAR. Então, quando o Braulio Machado... E é ouvido isto. Eu ouvi, eu escutei o Braulio Machado pedindo outras câmeras. Eu escutei o Braulio Machado pedindo: "Cabine, me escuta?". E ele demonstrando: "Eu vou voltar com o cartão vermelho, porque cumpre as quatro situações de DOGSO". É uma decisão, na minha interpretação, na minha visão, com a experiência que eu tenho, que eu analisei profundamente essa ação...

Não há nenhuma caracterização que não seja a regra do jogo sendo cumprida e o protocolo VAR sendo cumprido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas como é que ele ia pedir uma imagem... Ele pediu umas imagens, e mandaram aquelas de frente. Se ele não sabe que tem a última, como é que ele vai pedir o que ele não sabe? Ele pode ser experiente em cabine de VAR. E, aliás, até me preocupou, porque, se ele é o único experiente e é discricionário da cabine enviar as imagens que querem, então, em vários jogos pode estar havendo a manipulação do envio de imagens para o campo. Como é que o Braulio, excelente árbitro – estava certo, estava completamente certo, e aí é interpretação... mas eu acho, todo mundo aqui deu pitaco, eu também acho –, agora, como é que ele vai saber que omitiram dele essa câmera? Isso é inexplicável e isso tem que ser apurado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Só para entender, ele pediu a câmera, ele pediu outras câmeras, foi isso?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E foi negado para ele?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, foi dada a câmera.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas nesse ângulo não.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O protocolo VAR da FIFA estabelece que um árbitro, para tomar uma decisão, não tem a obrigatoriedade de checar todas as câmeras, senão o jogo vai ficar interrompido por muito tempo. Ele tem disponível...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Mas, se ele pede a câmera, por que é que não mandam todas as câmeras?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Não, mas não é assim o trabalho do VAR; não é assim que ele funciona.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa, Seneme, eu estou satisfeito e eu estou aqui... Não sei nem se você tinha conhecimento, porque isso foi revelado ontem publicamente, a gente já sabia, e, quando eu disse que havia indícios... Eu não estou me referindo ao comportamento do atleta de São Paulo contra Palmeiras, de que isso não tem cruzamento com a aposta, a gente não tem como identificar. Eu mostrei aqui, o André entregou uma Libertadores num erro que talvez ele nunca mais cometa, porque é um grande jogador, ninguém suspeita. Negócio de inteligência artificial, se não tiver cruzamento com o Sportradar, com a aposta, ela é complementar, deixando claro, ela não é a prova, e aí foi o erro, é indício. Mas, isso aqui, isso é materialidade. E, depois, o que eu quero ver, porque essa não está exibida ali, é a questão que me explica a questão da linha de impedimento de Vasco e Palmeiras.

Com relação a isso aí, eu estou absolutamente satisfeito.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Senador, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É por isso que, para mim, o melhor momento da oitiva da Presidente do Palmeiras, Leila Pereira, ontem, foi quando ela falou do VAR.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E eu acho que ela está certa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É por isso que eu estou dizendo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aliás, ela respondeu a uma pergunta, Seneme, que na audiência pública que a gente fez aqui a gente levou como sugestão, e fica também, até mudando de assunto, para saber a sua opinião, que era o aproveitamento de ex-árbitros, árbitros de quadros da FIFA, lá na cabine do VAR, que tenham experiência. E ela acha que não é o mais importante. A Leila Pereira acha que o mais importante é que tenha um menino que entenda de tecnologia para mandar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mais jovem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... mais jovem, porque os jovens entendem mais do que eu, do que a maioria...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De tecnologia, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ...para mandar as imagens para o campo e o árbitro toma a decisão. É lógico que isso depende de FIFA, mas, como a Inglaterra está também discutindo isso, fica.

Agora, dentro do que pode hoje, você acha que o aproveitamento de ex-árbitros poderia qualificar, até para aqueles que estão em formação no VAR, ter um companheiro, ex-árbitros, que não conseguem mais correr o campo pela idade ou pela regra lá da arbitragem da FIFA, ele poder ser aproveitado na cabine do VAR, até para estender a longevidade da carreira dele?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu até trocaria, permita-me, irmão Portinho, a palavra qualificar por credibilizar.

Seneme, à vontade.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Sim, essa previsão está no protocolo, de que ex-árbitros possam ser trabalhados. O grande dificultador é que, às vezes, um ex-árbitro está muito longe da arbitragem há muito tempo. Então, a gente tem que atualizá-lo.

Mas eu tomei nota e vou me comprometer a trabalhar no sentido de ver se existem pessoas com capacidade para isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Inclusive para a longevidade dos árbitros.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Com certeza.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Têm a carreira curta, mais curta até do que atletas, se não estou enganado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu estou lembrando de "a regra é clara", Arnaldo Cezar Coelho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – E outra sugestão, Dr. Wilson Seneme, que eu acho que ajudaria no processo de transparência – quanto mais transparência melhor –: no próprio *site* da CBF, que é um *site* muito acessado pelos brasileiros, pela tradição da entidade e tudo, que se pudesse ter lá um *link*, que você pudesse acompanhar essas imagens, que o torcedor pudesse acompanhar exatamente os ângulos em que ocorreu isso. Eu acredito que isso vai dar mais credibilidade, vai dar mais transparência.

É uma sugestão que eu deixo aqui, em nome do futebol brasileiro, da proteção dele.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – A gente agradece, Senador. Só comentando, já há um *link* estabelecido no *site* da CBF, onde constam jogadas do Brasil todo, dos campeonatos brasileiros. Já ultrapassa o número de 900 exibições, que estão à disposição no *site* da CBF, para quem quiser ver e escutar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Qual o *site*?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – CBF.com.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas eu sugiro todos os ângulos. Essa é a minha sugestão.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O.k. Está anotado, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu só quero...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Só um último comentário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não. Tudo bem. Só pedi aqui o agradecimento pela paciência do nosso querido Hélio Santos Menezes Júnior, que é Diretor de Governança e Conformidade da Confederação Brasileira de Futebol. Ele tem o seu espaço aqui também para falar, e depois nós temos a sequência, na sala, para discutirmos os lances que vamos ver sobre essa polêmica, essa palavra VAR, que, às vezes, eu a troco por "VAR te catar". (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Só um último detalhe dessa câmera última, Senador Portinho. A falta não se caracterizou no momento em que termina a imagem ali. A falta se caracteriza na sequência em que o jogador do Botafogo toca a bola; não é naquela imagem específica. É a mesma câmera, só que a gente vai mostrar lá, depois, que é na sequência da jogada, está bom?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tudo bem, mas o fato de a cabine do VAR enviar para o campo o que ela quer me preocupou demasiadamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu queria chamar aqui a atenção de todos e todas para uma reportagem publicada agora mesmo no GE, o *site* de esportes da Globo. Ele detalha fatos que levaram à investigação, na Inglaterra, do brasileiro Lucas Paquetá, jogador do West Ham e da nossa seleção.

A bandeira vermelha foi acionada em 12 de março de 2022, com enorme movimento em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, de aposta casada para os cartões amarelos de Lucas Paquetá, no jogo entre o West Ham, 1; Aston Villa, 1; e Luiz Henrique, no jogo entre Vila Real e Real Betis. A movimentação chamou ainda mais atenção por se dar na casa de apostas Betway, patrocinadora de quem? Do time West Ham, que tem pequena operação no Brasil e concentrada em São Paulo.

Foram detectadas, em Duque de Caxias, sete apostas casadas, para que Lucas Paquetá e Luiz Henrique fossem advertidos em seus jogos, o que acabou acontecendo.

A partir daí, foram identificados mais três jogos com características similares de apostas em cartões amarelos do meia da seleção brasileira contra o Leeds United e o Leicester City e também o Bournemouth.

Segundo o GE (Globo Esporte), o resultado das investigações consta de um documento de mais de 2 mil páginas, entregue pela Federação Inglesa ao comitê independente, que vai decidir sobre a inocência ou a culpa do jogador brasileiro.

Para concluir aqui, sem prejudicar e sem entrar no mérito do que vai acontecer, é um caso, Senadores, que vale como alerta para os atletas e que exige de todos os que amam o futebol o empenho na busca de mecanismos que possam evitar situações parecidas no futuro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Já vale a nossa CPI ouvir isso, porque é isso que a gente está buscando desde o primeiro dia, é aperfeiçoar.

E aí, só para... Eu estou fominha, Girão, mas a última pergunta, porque isso é importante... (*Risos.*)

A Comissão de Arbitragem e a CBF têm algum canal para denúncia de terceiros, de clubes, de qualquer um?

A pessoa soube que a família do árbitro estava lá, apostando, na Ilha de Paquetá. Ela denuncia para quem?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – São dois canais diferentes. Seria praticamente impossível para a Comissão de Arbitragem que todo torcedor... Que nós recebêssemos diretamente toda crítica de torcedor seria praticamente impossível. Então, existe o canal da ouvidoria da CBF para esses casos, e existe, sim, a ouvidoria da arbitragem, que recebe... É um canal de denúncia de árbitros, clubes, federações, de todos os segmentos ligados ao futebol.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem um *e-mail*?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Tem um *e-mail*.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual é o *e-mail*?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não precisa. Eu também já esqueci. Foi falado na última. Era só para deixar claro que esse canal não é muito, muito acessível...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É um tamanho enorme...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É compliancecbf@xpto...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É que é um...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou seja: eu só quis reforçar que não existe um canal acessível...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tipo cbf.com, né?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É tipo SAC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – SAC da CBF.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Diretamente aos clubes e às federações, sim. Tá?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso é igual o sujeito chamar Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser. Seria melhor Kajuru. Pronto, acabou. (*Risos.*)

Bom, gente, então vamos para a nossa conclusão aqui, e, depois, na sala...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, eu tenho umas perguntinhas aí. Se o senhor me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, mas primeiro eu preciso apresentá-lo. Pode ser?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E aí eu darei o direito a você, Girão, de ser o primeiro a perguntar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas é para o Seneme, tá? As perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí você pode fazer pingue-pongue. Pode ser? Só porque...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá. Depois. Tá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele está aqui há três horas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Né? Correto? Só para ser justo – e você é justo.

E, depois, iremos para outra sala, para discutirmos lances sobre o VAR.

Bem, o Sr. Hélio Santos Menezes Junior tem a sua explanação inicial pelo tempo de dez minutos, com a devida tolerância, como Diretor de Governança e Conformidade, da Confederação Brasileira de Futebol.

E agradeço a sua paciência de Jó. Aliás, eu acho que o Jó era afobado perto do senhor.

O SR. HÉLIO SANTOS MENEZES JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero inicialmente cumprimentar V. Exa., Presidente desta CPI, os Senadores aqui presentes, o Senador Portinho e o Senador Girão; e apresentar também os votos para que o Senador Romário tenha sorte aí em relação ao assunto que o fez sair mais cedo desta reunião.

Enfim, de qualquer maneira... E ao Senado, de uma maneira geral, queremos antecipadamente apresentar os nossos agradecimentos pela instalação desta CPI, porque – creiam V. Exas. – é para a CBF, sim, uma oportunidade e um momento para que este assunto tão tumultuoso possa ser debatido. Do debate assim proveitoso se extraem experiências, informações e ele, sobretudo, ressalta a necessidade de correção de rumos. Esse é o propósito, e, para isso, a CBF está sempre aberta e receberá com todo o prazer e com todo o... sobretudo boa vontade qualquer tipo de informação e, sobretudo, orientação que emanar desta Casa após o trabalho desta CPI. Quer também mencionar o seu direito, a sua vontade de colaborar com toda atividade que aqui for desenvolvida. Presidente, de maneira muito conclusiva, a CBF quer estar ao lado de V. Exas. e apresentar toda e qualquer informação ou documento ou o que for necessário para colaborar com os trabalhos de V. Exas.

Bom, em relação ao tema – e porque, de fato, como V. Exa. mencionou, já foi consumido muito tempo –, eu vou fazer apenas aqui uma brevíssima apresentação – não vou consumir sequer os dez minutos –, apenas para explanar a V. Exas. aquelas que são as providências que têm sido adotadas pela CBF para o combate disso que nós chamamos de uma chaga no futebol – que não é. Aliás, perdoem-me, no esporte, porque não atinge apenas o futebol, mas todas as modalidades esportivas e em todo o mundo. Infelizmente, são decorrências do mundo moderno e, por isso, nós temos que estar preparados e fazer aquilo que é possível para minimizar os seus impactos, se não mesmo os eliminar.

Mas, em relação às providências, que aí é o aspecto mais vinculado à CBF, diretamente em relação ao futebol e ao que lhe cabe – e porque estamos aqui para esse propósito –, eu vou fazer aqui a menção a V. Exas. daquelas que estão sendo adotadas, que estão sendo promovidas pela CBF ao longo dos últimos dois anos, que é o período da gestão do Presidente Ednaldo e da direção que o acompanha.

São elas, portanto: reforço da estrutura do futebol com a criação da unidade de integridade, chefiada por Eduardo Gussem, ex-Procurador-Geral de Justiça, com elevada competência e experiência, um homem que tem um conhecimento vasto na atividade para a qual foi especificamente contratado, a partir do mês de dezembro do ano passado; a CBF também celebrou com a SIGA, que é a Aliança Global pela Integridade do Esporte, com sede na Suíça, um acordo de cooperação, pelo qual haverá... houve já, melhor dizendo, e vai ser implantado ao longo do tempo, a adesão a padrões internacionais de integridade e de regulação da matéria de combate... da matéria em relação à manipulação de resultados, bem como a verificação e a metrificação, pela SIGA, da própria atuação da CBF e a realização de estudos sobre o assunto.

Ainda e adicionalmente, a CBF também celebrou um acordo de cooperação com a ICSS, que é o Centro Internacional para a Segurança do Esporte, com sede também na Suíça, cujo objeto é um amplo programa educacional a ser ministrado pelo ICSS no Brasil para a formação de não menos do que mil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oficiais de integridade para atuação em todas as esferas do futebol brasileiro. O objetivo é formar pessoas que terão a capacidade e o discernimento para atuar tanto na área preventiva, quanto também na orientação e na repressão, identificação e repressão a qualquer tipo de manipulação de resultados.

Também a CBF, nesse período, manteve contato com o Ministério da Justiça, por intermédio do qual foi apresentado, solicitado e, assim, apresentado pelo então Ministro Flávio Dino o Delegado Daniel Colla, que passou a ser o ponto focal da relação da CBF com a Polícia Federal, com vistas à aproximação e fornecimento de informações, documentos e quaisquer dados necessários para que a Polícia Federal possa implementar a sua pesquisa, a sua investigação e identificar aquelas pessoas responsáveis por eventuais ilícitos criminais, que representam, sim, a manipulação de resultados no futebol. Esse delegado tem feito um trabalho de extrema aproximação com a Diretoria de Competições da CBF, bem assim com a Unidade de Integridade, e também a ele foi fornecido – imaginem os senhores – até login e senha, para que ele possa, diretamente e a qualquer momento, acessar um programa com que a CBF controla todas as informações e documentos relacionados a quaisquer eventos vinculados à manipulação de resultados. Por exemplo, quando a CBF recebe da Sportradar os relatórios nos quais são apontadas situações em que há um possível evento de manipulação de resultado, imediatamente a Polícia Federal, dentre outras unidades às quais mais adiante me referirei, é acionada, e tem a Polícia Federal a oportunidade de obter todas as demais informações e documentos diretamente retirados do *site* ou do programa Monday, que a CBF mantém.

Além desse acordo com o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, também a CBF tem uma atuação colaborativa com o Ministério Público da União e dos Estados, com vista também a igual fornecimento de informações para que venham a amparar e aparelhar a atuação daqueles Ministérios Públicos.

Houve a criação, de forma inédita, pela CBF, de um escritório de representação junto à FIFA. Esse escritório, além de projetos de diversas naturezas, serve também para que haja essa aproximação e haja, sobretudo, a interação imediata com quaisquer informações, dados e, sobretudo, orientações técnicas que a FIFA possa emanar para os seus filiados.

No particular, a CBF tem, portanto, o privilégio de ser, inclusive, a única das 211 filiadas a ter uma pessoa que trabalha diretamente na sede da FIFA e, portanto, obtém, interage e debate toda essa informação, essa gama de informações, subsidiando, portanto, os trabalhos que aqui são realizados.

Além disso, a CBF mantém um estreito relacionamento com a Conmebol e a própria FIFA, promovendo troca de informações, experiências e debates sobre todas as medidas implantadas, como a criação da própria unidade de integridade, que foi resultado dessa interação mantida com essas duas organizações mundiais.

Especialmente, a CBF também tem realizado palestras para jogadores, treinadores e árbitros de futebol. Por ocasião inclusive recente, na execução dos conselhos técnicos das quatro séries do Campeonato Brasileiro, houve a apresentação de uma palestra que, entre outros assuntos, houve o destaque específico



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para a questão da integridade no futebol e da manipulação de resultado. E isso alcançou, senhores, não somente atletas, dirigentes das federações e dos clubes, mas também os árbitros. E esse assunto foi levado, portanto, inclusive com a menção ao fato de que a CBF, de maneira inédita também, inseriu no seu regulamento geral de competições regras específicas, aos quais me referirei em breve.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO SANTOS MENEZES JÚNIOR – Peço a V. Exa. aqui um pouco mais de minutos.

Além dessa menção, a CBF, também com o propósito de ampliar a pesquisa, o trabalho e a contenção dessa chaga a que me referi, sobre a manipulação de resultados, mantém contrato com a Sportradar e ampliou substancialmente o espectro desse contrato, porque hoje a CBF mantém o controle de todas as partidas, não somente dos campeonatos que ela realiza e organiza, mas também os campeonatos estaduais, fornecendo às entidades, às federações estaduais, aos tribunais de Justiça estaduais, aos Ministérios Públicos estaduais, todas as informações e os relatórios apresentados onde há eventual suspeita de manipulação de resultado.

A CBF ainda dispõe do seu código de ética – e o seu estatuto social –, no qual tem previsão expressa sobre a necessidade do jogo limpo. O jogo limpo é o que rege a sua atuação. E isso são providências e regras que são inseridas justamente na busca de encontrar, com o *compliance* necessário, e transmitir de maneira eficaz para todos os atores em torno do futebol as informações, o controle e, sobretudo, as consequências que podem advir de erros e ilícitos praticados por essas pessoas.

Por fim, eminentes desembargadores – perdão, Senadores –, houve a solicitação formal de adesão do Brasil à Convenção de Macolin, que aqui, mais uma vez, enfatizo como sendo absolutamente necessária, haja vista que é um instrumento legal que tipifica ações, que identifica modelos, atitudes e, mais do que tudo, prevê as consequências e punições. Hoje, infelizmente, há uma lacuna na legislação brasileira que impede, muitas vezes, que haja uma devida apuração e a própria persecução, e, finalmente, a responsabilização de determinadas pessoas que participam desse ilícito.

Assim, então, em rápidas pinceladas, essas são algumas das atitudes que a CBF tem adotado ao longo dos últimos anos para o controle e a prevenção da manipulação de resultado.

Diante disso, e pelo passar do tempo, eu me coloco à disposição de V. Exas. para aqui responder àqueles questionamentos que estiverem ao nosso conhecimento e ao nosso alcance.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agradecemos a objetividade de sua explanação inicial e proveitosa de ser ouvida, Sr. Hélio Santos Menezes, Diretor de Governança e Conformidade da Confederação Brasileira de Futebol.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está à disposição dos Senadores que desejarem fazer suas colocações.

E eu prometi que o primeiro seria ele, o cearense...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e torcedor do Ceará, aliás, Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Do Fortaleza. Não me complique, do Fortaleza. (*Risos.*)

Presidente, eu vou fazer em bloco as perguntas, porque eu tenho que pegar um voo daqui a pouco – vou ter que sair antes, pedindo licença –, mas eu quero, em primeiro lugar, dar as boas-vindas tanto ao Sr. Wilson Luiz Seneme como também ao Sr. Hélio Santos Menezes Júnior, assim como aos seus advogados.

E vou aqui fazer esses questionamentos. Vamos começar pelo Dr. Hélio, que acabou de falar.

Ainda em 2023, o STJD decidiu pelas primeiras punições de atletas envolvidos em esquemas de apostas esportivas no Brasil. A CBF enviou solicitação à FIFA para que essas punições fossem estendidas para além do território nacional e contemplassem as 211 federações membros da entidade máxima do futebol. Os jogadores que foram punidos pelo STJD ficaram, assim, impedidos de atuar também em clubes no exterior. O grupo de atletas condenados em julho recebeu punição definitiva, ou seja, sem direito a recurso no âmbito desportivo nacional. Essa importante medida teve como base algumas das dezenas de operações dos Ministérios Públicos estaduais para coibir as fraudes em resultados.

Aliás, a gente viu que, com a regulamentação dessas *bets*, isso começou a multiplicar muito. E a gente já falou aqui, em outras CPIs, do conflito de interesse – que, para mim, é muito claro – de a CBF ter patrocinador de casa *bets*, Campeonato Brasileiro Série A e Campeonato Brasileiro Série B. Eu, como Presidente de clube que fui, do Fortaleza, em 2017, sou terminantemente contra isso. Na minha época, não existia essa questão de patrocínio, isso não tinha sido liberado. Isso foi depois. Mas eu sou contra e acho que com isso nós estamos matando a galinha dos ovos de ouro no futebol. As pessoas não sabem se estão assistindo um jogo de verdade ou combinado. E o pior de tudo isso: muitos brasileiros sendo endividados aos montes – e a gente está vendo a pontinha do *iceberg* –, R\$100 do Bolsa Família, Dr. Hélio, já são consumidos, em média, pelas apostas esportivas – do Bolsa Família! É uma tragédia social, mas a gente vai tentar conter isso aqui.

Eu pergunto para o senhor: qual o protocolo de investigação realizado pela CBF, em casos como esses que eu citei aí dessas fraudes em resultados, da punição dos atletas? Qual a relação também entre a CBF e os órgãos de persecução penal, como as polícias civis, Federal e o Ministério Público estadual e Federal? Essa é uma pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta. As investigações, processamentos, julgamentos e as eventuais punições de atos de manipulação de resultados demandam um processo cuidadoso e detalhado, envolvendo a coleta de evidências, o depoimento de testemunhas e a análise técnica de partidas suspeitas. A complexidade desses casos requer uma abordagem multidisciplinar, envolvendo não apenas conhecimentos jurídicos, mas também a *expertise* de profissionais de outras áreas, como a análise de dados e a psicologia esportiva. Eu pergunto: nesse contexto, como a CBF tem visto o uso de análise de partidas de futebol por empresas como a Sportradar e a Good Game!? Até que ponto essas avaliações têm servido como prova nas investigações?

E a última, pro Dr. Hélio: nós tivemos, há algumas semanas, aqui nessa CPI a presença dos Srs. Eduardo Gussem, que o senhor acabou de mencionar, Oficial de Integridade da CBF, e Julio Avellar, Diretor de Competições da CBF. Eles citaram algumas ações da Confederação Brasileira de Futebol contra as fraudes que têm comprometido a reputação das competições dos clubes e dos atletas envolvidos. Eu pergunto: qual a relação do STJD com a CBF? Há alguma interferência da confederação nos julgamentos do STJD, já que essas entidades têm uma relação institucional muito próxima? São as perguntas.

E aproveitando aqui o embalo, pro Dr. Wilson Luiz Seneme: a manipulação de resultados de futebol não apenas subverte a essência competitiva do esporte, mas também pode configurar ilícitos civis e criminais tais como fraude e corrupção. Todas essas questões estão comprometendo a lisura do futebol, fato que pode causar graves prejuízos aos clubes. Eu pergunto pro senhor: qual a visão da Comissão de Arbitragem da CBF sobre essa questão? Porque a gente vê, inclusive, o afastamento de torcedores, enfim.

Como a comissão que o senhor preside tem enfrentado as inúmeras críticas ao sistema de árbitro de vídeo, inclusive por dirigentes de clubes, principalmente o John Textor, que foi o nosso primeiro ouvido aqui, Presidente do Botafogo? Falta melhor qualificação desses profissionais?

Outra aqui para o senhor. Vários times de futebol bem como seus atletas têm sido alvos de investigações por manipulação de resultados. O senhor tem ciência de que algum árbitro filiado à CBF já foi procurado com algum tipo de proposta criminosa? Já chegou ao conhecimento do senhor isso? Se sim, qual foi o procedimento adotado por V. Sa.? Se não, qual o protocolo a ser seguido pelos árbitros?

Outra também: a Comissão de Arbitragem da CBF promove campanhas de conscientização e a implementação de políticas de integridade entre os árbitros das categorias profissional e de amadores?

E, por último, quais são os critérios utilizados para a escolha da arbitragem para jogos de times que possuem uma maior representatividade no futebol brasileiro? E nos jogos decisivos, quais são os critérios? Existe algum tipo de discriminação desse tipo em relação às Séries, do Campeonato Brasileiro, A, B, C, enfim? Essa situação pode contribuir para a manipulação dos resultados?

São as perguntas, Sr. Presidente, agradecendo-lhe e já lhe pedindo desculpa, porque eu vou ter que sair. Se eu não conseguir ouvir todas as respostas aqui, eu vou ouvindo até o aeroporto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Enviarei o áudio para ti e o vídeo. Pode ficar tranquilo.

Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu começo, então, com o Sr. Hélio, que é o Diretor de Governança e Conformidade da Confederação Brasileira de Futebol, para as suas respostas ao Senador Girão, que é Vice-Presidente desta CPI da manipulação de resultados de futebol e apostas.

O SR. HÉLIO SANTOS MENEZES JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Girão, pelas perguntas. É uma oportunidade importante para esclarecermos alguns aspectos em relação ao que V. Exa. aqui traz.

A primeira das perguntas que foram formuladas por V. Exa. diz respeito à questão do protocolo que é utilizado pela CBF em caso de fraude e punição aos atletas envolvidos em manipulação de resultados.

Senador, a CBF, como mencionei mais cedo, mantém um contrato com a Sportradar, que vem a ser aquela empresa que no mundo melhor detém a tecnologia para apuração de discrepâncias em apostas esportivas. Ela tem sistemas que são postos à disposição dos seus contratantes. E a CBF, entendendo ser – aliás, na esteira do que também assim o fazem a FIFA, a Conmebol, a UEFA, a Premier League e outras tantas importantes ligas do mundo afora –, entendendo ser esta tecnologia a mais adequada, porque parte de critérios objetivos, porque identifica atividade incomum em apostas esportivas, a partir do momento em que mantém esse contrato, ampliando-o, inclusive, para alcançar um escopo maior, não somente das competições nacionais, mas também das estaduais, ela recebe da Sportradar relatórios na periodicidade das próprias partidas de futebol. Na medida em que aconteçam, imediatamente a Sportradar manda o relatório, e esse relatório é imediatamente compartilhado com uma série de entidades que são responsáveis pela apuração do fato.

Com isso, eu quero aqui abrir um parêntese para dizer a V. Exa. o seguinte: a CBF não detém poder de polícia, a CBF é uma associação privada. E, nessa circunstância, ela não tem capacidade de promover investigações, requerer provas, por exemplo, quebra de sigilos, que é um dos elementos mais importantes em situações do gênero. E, nessa circunstância, ela encaminha para quem tenha, se não totalmente, parte dos poderes, e assim me refiro ao Ministério Público, à Polícia Federal, ao STJD, à Comissão de Ética do Futebol Brasileiro e a todas aquelas... Se houver uma disputa estadual, manda-se para as federações estaduais, manda para o Tribunal de Justiça estadual, manda-se para o Ministério Público estadual e assim encaminha, imediatamente ao seu recebimento, para essa entidade, que assim promove a investigação. Esse é o protocolo do qual se vale a CBF nos limites da sua atuação institucional.

A segunda pergunta de V. Exa. diz respeito... (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... à relação da CBF com os órgãos de persecução penal. É essa a que me refiro, a que acabei de me referir. A CBF subsidia os órgãos, a Polícia Federal, a Polícia Civil, os Ministérios Públicos, com os elementos de que dispõe, seja esse que inicialmente dispara a análise e a providência que lhes compete, seja em relação, futuramente, a qualquer elemento adicional de informação ou documental que requeiram esses órgãos.

A terceira pergunta de V. Exa... *(Pausa.)*

Como a CBF tem visto o uso de análise de partidas de futebol por empresas como Sportradar e Good Game!? E até que ponto essas avaliações têm servido como prova?

Já também acabei de me referir a V. Exa., os relatórios da Sportradar são uma prova importante, relevante, eles identificam as discrepâncias. Sempre que houver uma abordagem incomum de aposta sobre determinadas partidas fora de um padrão de normalidade, isso imediatamente ressalta, acende a luz vermelha, gera um relatório que envolve uma série de outros aspectos e detalhes que são encaminhados e, por isso, subsidia a investigação.

Não utiliza a CBF a tecnologia de inteligência artificial com base na análise comportamental. Porque, como já aqui fartamente mencionado, inclusive em recente manifestação no Conselho da Europa, foi concluído que não pode se constituir, pelo menos isoladamente, num elemento de prova. E se assim o é, não havendo, portanto, elementos científicos bastante suficientes para que se subsidie a persecução penal, neste caso então, não se faz a utilização desse contrato. A CBF, portanto, não mantém contrato com a Good Game! ou com qualquer outra empresa que utilize esse padrão de utilização e análise de comportamento de atletas.

Acho que atendi... Deixa eu ver...

Qual a relação da CBF com o STJD?

O STJD executa a atuação jurisdicional desportiva. Isso tem matriz constitucional. É a Constituição Federal, no art. 217, que consigna a previsão, e depois veio a Lei Pelé... Quer dizer, atualmente, a Lei Pelé foi que regulamentou a Justiça desportiva e o faz atribuindo ao STJD a autonomia de sua atuação.

Então, a CBF, no âmbito do STJD, tem como competência... Só para V. Exas. terem conhecimento: o STJD é formado – o Senador Portinho bem o sabe, atuante como foi, de longa data no STJD –, é composto por nove auditores, dos quais dois são indicados pela CBF, dois são indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, dois são indicados pela representação dos atletas e dois são indicados pela representação... Um é indicado pela representação dos árbitros.

Então são nove: são dois, quatro... atletas, clubes... Atletas, clubes, CBF, OAB, cada um desses indica dois, e a representação dos árbitros, que indica um. Então a participação da CBF é nessa indicação. A partir daí, o desenvolvimento da atividade judicante desportiva é exclusivamente daquele tribunal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há, portanto, neste caso, qualquer tipo de interferência na execução dessa atuação jurisdicional do STJD. De modo que, a partir do momento que constituído e apresentadas as representações, não há mais qualquer tipo de interferência da CBF no trato dos procedimentos desportivos em tramitação naquele tribunal.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só fazer um adendo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Carlos Portinho. Depois, iremos para as respostas do Sr. Wilson Seneme às perguntas feitas pelo Senador Eduardo Girão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para deixar claro, no caso *leading case*, o caso que liderou, o caso Dodô, foi discutida essa questão: se o STJD seria um tribunal autônomo e independente, porque, se fosse autônomo e independente, não caberia recurso à Corte Arbitral do Esporte. Foi a tese, inclusive, que eu defendi com base na Constituição, da sua autonomia. E a Corte Arbitral do Esporte bem entendeu – e eu tenho que me conformar, a decisão está dada e faz jurisprudência – que o STJD tem autonomia nas suas decisões, como disse, como órgão judicante nas suas decisões, mas ele é um órgão da CBF. É como a tripartição dos Poderes da República, que tem o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, o STJD seria o Judiciário da CBF. Então, ele é autônomo nas decisões, mas ele é um órgão da CBF.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Senador Portinho.

Pois não, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol, Wilson Seneme, para as questões levantadas pelo Senador Eduardo Girão ao senhor.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Jorge Kajuru.

Eu começo por uma das que me parece mais simples de ser respondida: algum árbitro apresentou a mim alguma queixa de proposta criminal? Não. Até hoje, como Presidente de Comissão de Arbitragem da CBF, nenhum árbitro me apresentou esse fato, o.k.?

Critérios de arbitragem envolvendo partidas importantes ou menos importantes. É muito importante aqui... Nós estamos falando de futebol, e uma partida nunca é igual a outra. O critério de, por exemplo, jogar a equipe primeira colocada contra a segunda colocada, ele tem um critério semelhante a equipes que estão em meio de tabela, mas ele tem uma visão diferenciada. Eu vou potencializar a qualificação dos árbitros para esse jogo em função da importância que ele tem. É como dizer que uma final da Copa do Mundo, nós desconsideramos que ela é um jogo menos importante ou mais importante do que a primeira fase da Copa do Mundo. Isso é esporte, isso é esportivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na seleção, quando a gente indicou aqui, e indica novamente, são levadas em consideração fases da competição, a importância e grau de complexidade de cada partida e a qualificação, o condicionamento físico e o desempenho técnico de cada árbitro. Isso é levado, sim, em consideração para as designações, não é?

E, portanto, não há nenhuma forma de discriminar árbitros quando nós buscamos, na verdade, dar aos clubes, com responsabilidade, a melhor qualidade possível. Capacitar é importante, seguir capacitando, não parar de treinar, não se cansar de parar de treinar... É a repetição que leva à melhora. Isso para todos os árbitros; aí, sim, isso tem que alcançar todos os árbitros. E a seleção natural entre eles – quem vai apitar qual jogo – se faz pelo rendimento, inclusive nos treinamentos. Esse é o processo de designações que é, na verdade, um segmento FIFA, Conmebol, CBF, que hoje a gente aplica e que é bastante importante.

As críticas em relação ao sistema de árbitro de vídeo. Entendo que muitas delas estão por falta de entendimento de como a ferramenta funciona. Acredito que precisamos – a FIFA, o protocolo da FIFA e as entidades que utilizam o sistema VAR – desenvolver a popularização do VAR. Campanhas, estratégias têm que ser criadas para que o VAR seja compreendido de uma melhor maneira.

A transparência – que já é uma outra pergunta aqui – é um caminho também. E a CBF, hoje, proporciona o maior grau de transparência que a FIFA permite, porque é um limitador... Eu não posso... Às vezes, eu tenho uma ideia, eu recebo alguma indicação, alguma boa ideia e eu não tenho autorização, eu não sou o dono do VAR. Eu tenho que realmente condicionar isso a uma aprovação superior, como qualquer coisa na vida é. Então, hoje, nós podemos garantir que, de todas as ferramentas que a FIFA autoriza, a CBF põe em prática todas elas.

Em relação a algum árbitro... Os árbitros... Os protocolos... Em caso, por exemplo, de um árbitro me informar que houve algum assédio, alguma situação e chegar isso a mim, como foi o caso que o senhor colocou aqui no começo, então, eu, da minha parte, Comissão de Arbitragem, vou integrar os outros departamentos, entre eles, a muito boa e recém-criada Unidade de Integridade, que, com certeza, vai disparar no âmbito civil as providências que têm que ser tomadas em relação ao Ministério Público. Esse é o protocolo, esse é o caminho das situações, se chegarem.

Em relação à capacitação dos árbitros para esse quesito, a Unidade de Integridade, o Departamento Jurídico, o Departamento de Competições, nas pré-temporadas dos árbitros, capacitam os árbitros para esses eventos específicos, como, por exemplo, foram citados os cuidados que um árbitro deve ter, porque ele não é uma pessoa comum. Por mais que ele queira ser uma pessoa comum, ele não o é. Eu vivi isso 20 anos. Você deixa de ser... quando você escolhe essa profissão, você tem que estar consciente do que você vai ter... das responsabilidades que você tem e as consequências que ela vai te trazer.

Então, um árbitro, mais do que nunca, hoje, com tudo que está havendo, para ele poder seguir nesse ambiente das casas de apostas, porque é um ambiente no qual nós temos vivido e vamos viver... E, se temos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que conviver com ele, nós temos que nos preparar para conviver nesse ambiente que é novo, e nós estamos cada vez mais nos adaptando a isso. A capacitação, junto com a declaração de integridade, que eu citei anteriormente aqui, é fundamental para isso.

Gostaria, só como curiosidade... Uma das palestras, por exemplo, Kajuru, para conhecimento, uma das palestras que a gente incluiu hoje para os árbitros nas pré-temporadas foi de primeiros socorros, porque a gente viu que houve vários casos em que um jogador, por exemplo, estava enrolando a língua e até o médico chegar, isso poderia influenciar na vida ou morte dele. Hoje um árbitro sabe fazer uma massagem cardíaca. Hoje um árbitro sabe que tem que virar o rosto da pessoa e, se possível, tirar a língua de onde ela está. Ou seja, houve uma capacitação de bombeiros, do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, para os árbitros. E isso é importante, porque ele é a primeira pessoa que está ali. A primeira pessoa que identifica isso é o árbitro.

Acredito que toquei nos pontos que foram perguntados e a gente continua à disposição para o que for necessário.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Uma pergunta breve, se eu puder, ao Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – 'Esse contrato com a Sportradar é feito pela FIFA? Ou é a CBF que contrata diretamente?

O SR. HÉLIO SANTOS MENEZES JÚNIOR (Para expor.) – A Sportradar é contratada pela FIFA, Senador, e é também contratada pela Conmebol, para atuação naquelas partidas de futebol das competições por elas organizadas. Já em relação às partidas organizadas no Brasil, a contratação é direta da CBF com a Sportradar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O contrato que a CBF tem é o contrato *full*, porque a Sportradar tem dois modelos de contrato? Todos dois têm conteúdo, têm os alertas, mas o contrato *full* é o que dá mais detalhes, mais dados, inclusive, para auxiliar nas investigações, e a própria participação da Sportradar nos processos, como testemunha ou como for. É o contrato *full*?

O SR. HÉLIO SANTOS MENEZES JÚNIOR – Senador, não posso lhe precisar, infelizmente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, tudo bem.

O SR. HÉLIO SANTOS MENEZES JÚNIOR – Mas quero acreditar que sim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Federação do Rio de Janeiro, ao Rubens Lopes eu perguntei, e é o *full*. Mas a Sportradar vem aqui, não é, Kajuru? A gente vai remarcar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vem, vem, já está até marcado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E aí eu vou até perguntar para o meu querido Presidente: como é que estão marcadas as reuniões agora?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Carol, por gentileza, as nossas próximas reuniões, publicamente. (*Pausa.*)

Dia 11, o Ministério Público de Goiás, que tanto você, inclusive, deseja ouvir.

Dia 18, a Sportradar... (*Pausa.*)

Que é aquela concorrente, a Genius, não é? Certo?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sportradar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A Sportradar e a Genius, certo? E aí, depois, o Sr. Mansur. Perfeito?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual é a data dele?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É logo depois. (*Pausa.*)

Mas ele virá. Ele virá na semana seguinte, depois da Sportradar, de qualquer forma. Eu não vou permitir a demora mais, de forma alguma. Já demorou demais. Então, vamos deixar para depois da Sportradar, e aí...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senador Kajuru, eu estou satisfeito. Queria agradecer ao Hédio, queria agradecer ao Wilson Seneme e a todos os árbitros aqui.

Nossa arbitragem tem que ser valorizada. Nosso trabalho aqui é contribuir com a arbitragem, tentar tirar um pouco da pressão. A pressão está muito grande sobre a arbitragem, de tudo que é lado. Eu imagino o que deve ser entrar num campo para apitar uma partida que já tem a sua pressão natural.

Essas medidas e todo o nosso trabalho aqui, podem ter certeza, vão terminar em sugestões, como a gente fez naquela audiência pública, com a participação da CBF, do próprio Wilson Seneme, e foi muito produtivo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Kajuru, eu estou muito interessado na apresentação do Seneme, mas eu tenho um voo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que horas é o teu voo?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho que estar no aeroporto às 2h da tarde e ainda tenho que passar em casa para pegar a mala. Eu tenho uma agenda no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agora é 1h da tarde. Então, eu já vou terminar, e vamos para a sala. Pode ser?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Considerando, então, o grau de confidencialidade de alguns pontos da explanação do convidado Wilson Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, notadamente a demonstração da tecnologia do VAR, proponho que a presente sessão seja transformada em secreta, a fim de se preservar o sigilo das informações. (*Pausa.*)

Desse modo, com a concordância do Plenário, transformo a presente sessão em secreta, solicitando aos Senadores membros desta CPI que se dirijam ao Plenário 19, em função de questões técnicas, onde já está instalada a tecnologia do VAR, que nos será apresentada.

Por enquanto, agradecidíssimo, e, depois desse nosso ato, estarei, com toda a nossa equipe de assessores e também com o Senador Portinho, à disposição da imprensa para quaisquer esclarecimentos. Agradecidíssimo por enquanto.

(Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas e 02 minutos, tornada secreta às 13 horas e 06 minutos e encerrada às 13 horas e 33 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e oito minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Romário, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Efraim Filho, Margareth Buzetti e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores Wilder Moraes, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 8ª e 9ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à pauta: **Oitiva de Cyro Terra Peres e Fernando Cesconetto. Finalidade:** Depoimentos previstos pelos Requerimentos nº 11 e 14/2024 - CPIMJAE. Oitiva do Cyro Terra Peres, Procurador-Geral do Ministério Público de Goiás, em atendimento ao requerimento 14/2024; do FERNANDO MARTINS CESCONETTO, Promotor de justiça do Ministério Público de Goiás, em atendimento ao requerimento 11/2024. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/06/11>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a todas presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação – aqui, registramos publicamente, além do grupo Senado no YouTube, as emissoras TV Meio, para todo o Brasil, a BandNews 90.7 FM e a Rede Novabrasil FM.

O roteiro da Presidência desta Comissão – que fará história, sem nenhuma dúvida – da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas de hoje, 11 de junho de 2024.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158/2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, árbitros, auxiliares, dirigentes, empresas de apostas, enfim, corruptores e corruptos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 8ª e 9ª Reuniões.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas, portanto, estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Peço a permissão de todos e todas, em especial ao amigo irmão, inigualável em campo e na vida pública, Senador Romário, Relator desta Comissão, para algo sobre o que já sei a opinião dele, Romário, e de todos os demais membros da CPI. Portanto, eu, aqui, vou manifestar publicamente um contentamento com o apoio de toda esta Comissão. Foi uma grande vitória, sem nenhuma dúvida, obtida ontem, 10 de junho de 2024, pelo jogador de futebol Vinicius Jr., do Real Madrid e da Seleção Brasileira. Como sempre, ele teve apoio unânime desta CPI. Da forma como entramos, principalmente na Comissão de Esporte, com a Presidência de Romário Souza Faria e a Vice-Presidência a meu cargo, queremos discutir profundamente a questão do racismo no futebol. Nós tomamos conhecimento, nas últimas horas, de que, na cidade de Valência, na Espanha, três torcedores foram condenados a oito meses de prisão por injúrias racistas contra o brasileiro, um fato para a história do esporte! Por quê? Porque é a primeira condenação na Espanha, um país do continente europeu, costumeiro e vezeiro em racismo... E um caso de racismo, de novo, no futebol.

A sentença também proíbe – e aí para mim foi a melhor punição – os três torcedores de entrarem em campo, em estádio de futebol, na Espanha, por um período de dois anos. Além de admitirem a culpa, os condenados tiveram de ler uma carta pedindo desculpas a Vinicius Jr. por causa dos gritos, gestos e cânticos racistas dirigidos a ele, no dia 21 de maio de 2023, no Estádio Mestalla, em Valência.

Foi, sem dúvida, mais um golaço de Vinicius Jr., exatamente dez dias depois de ele marcar, na vitória do Real Madrid sobre o Borussia Dortmund, da Alemanha, em jogo que deu ao time espanhol o 15º título da Liga dos Campeões da Europa, a Champions League da UEFA, o segundo gol.

Enquanto pavimenta, nos gramados, o caminho que pode levá-lo a ser escolhido o melhor do mundo este ano, láurea que os brasileiros não conquistam desde 2007 – e aqui um dos poucos que já conquistou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como melhor do mundo, o Romário –, Vinicius Jr. amplia sua influência fora de campo, atingindo um grau de relevância rara entre jogadores de futebol.

Siga, então, em frente, Vinicius Jr., com todo o nosso apoio, o desta CPI e o da Comissão de Esporte. Aplique dribles desconcertantes, marque gols decisivos e encare com destemor os intolerantes. É preciso desmascarar todos os que desrespeitam as diferenças, sejam elas de credo, de gênero ou de graça.

Creio, Senador e Relator Romário, já sei da sua opinião, que o seu sonho é nós chegarmos, na CPI dos esportes – criada por ti, com recorde de assinaturas –, a também condenações semelhantes. Para mim, acho que nós chegaremos a condenações superiores a essa da Espanha, com as comprovações que teremos em relação ao racismo, até porque tivemos aquela sugestão, aprovada por unanimidade na Comissão de Esporte, que foi o reconhecimento facial do torcedor de futebol, ou seja, o VAR será obrigado a ter mais uma câmera além daquelas que acompanham o jogo. Essa câmera ficará atenta a todo o estádio, arquibancada, tribuna. Todo flagrante de racismo ou de outro tipo de violência ou desrespeito nós entregaremos à Justiça. E, a partir daí, esse torcedor não entrará mais nos estádios, como já acontece com o Goiás Esporte Clube, na Serrinha, com o Galo, em Minas, na Arena, com o Grêmio, em Porto Alegre, com a Arena, do Athletico Paranaense. Os demais times não estão obedecendo ao que nós decidimos pela Lei Geral do Esporte, que é esse reconhecimento facial tanto na bilheteria quanto na catraca de cada estádio – por enquanto, da Série A do Campeonato Brasileiro.

A presente reunião se destina ao depoimento dos Srs. Fernando Martins Cesconetto e Cyro Terra Peres, homens que honram o Estado de Goiás e que são referências do Judiciário brasileiro, nos termos dos Requerimentos nº 11, de 2024, e nº 14, de 2024, respectivamente.

Dando início à nossa reunião, convido a tomarem assento à mesa os Srs. Cyro Terra Peres, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Goiás, pioneiro e exemplo para o Brasil, e Fernando Martins Cesconetto, Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás.

Registro também aqui a presença do super – além do cargo que exerce, o super é por minha conta – Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Dr. Marcelo André de Azevedo, a quem dou as boas-vindas a esta CPI, juntamente com o Relator Romário.

De imediato, concedo, para a explanação inicial, a palavra aos dois homens públicos goianos. Depois, imediatamente, o Relator Romário, sempre preparado com suas perguntas qualificadas, dará início a esta sessão.

Aqui informo que, remotamente, a qualquer momento, estará conosco – já está, aliás; ele sempre é pontual – o nosso querido amigo e respeitado Senador Carlos Portinho, do Rio de Janeiro, que solicitou, por justificativa insofismável, que não ficaria fora deste dia de hoje da CPI, pela importância dos nossos convidados e pelo que eles têm a falar, mas hoje é o dia da missa de sétimo dia de sua amada avó, de 92 anos de idade, falecida. Ele tem uma coincidência comigo: ele viveu boa parte de sua vida com sua avó. E





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós, evidentemente, entendemos e abrimos a exceção hoje para, remotamente, a participação do Senador Carlos Portinho. Depois das explanações e do Senador Romário, eu cederei a minha vez para os seus questionamentos e ficarei, por último, sem nenhum problema.

Bom, quem quiser aqui fazer, primeiro, o uso da palavra... Eu não vou escolher, não é? (*Risos.*)

Fique à vontade, por fineza. O tempo é de dez minutos, mas tem a tolerância caso queira passar.

O SR. CYRO TERRA PERES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Jorge Kajuru. Quero cumprimentá-lo e agradecer a V. Exa. o convite para estarmos aqui e prestarmos os esclarecimentos e o auxílio que o Ministério Público do Estado de Goiás possa dar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eu considero o fato de V. Exa. ser um Senador do Estado de Goiás e o nosso Ministério Público ter sido justamente a instituição pioneira a apurar esse tipo de crime e de irregularidade no país e o atribuo não à coincidência, mas à providência de que nós possamos, então, dar a nossa colaboração e levar o nome do Estado de Goiás, como V. Exa. faz nesta Casa, como parâmetro e exemplo para todo o país, de modo que agradeço muito o convite de V. Exa. e dos Senadores. Para nós, é uma convocação, de modo que, não só hoje, mas a qualquer momento, o Ministério Público de Goiás está à disposição desta Comissão para colaborar.

Quero cumprimentar também o Relator desta CPI, o Senador Romário, que, durante tantos anos, principalmente para a nossa geração, prestou serviços que não podem ser nem dimensionados ao povo brasileiro, diria assim, inestimáveis mesmo, no próprio sentido da palavra, e que continua, aqui no Congresso Nacional, prestando e dando a sua colaboração, como fez em toda a vida, para melhorar não só o futebol, mas tantos aspectos da vida nacional. Nossos cumprimentos.

Demais componentes, Senadores componentes desta Comissão, senhores assessores, imprensa, senhoras e senhores, como dizia, é uma honra para o Ministério Público do Estado de Goiás estar aqui nesta Comissão. A razão principal de nós estarmos aqui é o fato de que, a partir de novembro do ano de 2022, recebemos denúncias de um dos grandes clubes da nossa capital do estado o Vila Nova de fatos que se relacionavam com fraudes praticadas por uma organização criminosa, através de jogadores de futebol, que maculavam eventos e resultados do futebol brasileiro. E o Ministério Público tem, como missão principal, defender os interesses da sociedade. E o futebol – não é, Senador Kajuru? – eu considero que é um dos maiores patrimônios da nossa nação. E, por isso, cabe ao Ministério Público, como defensor da sociedade, defender tudo que se relaciona a esse patrimônio, defender principalmente a boa-fé, a paixão que o brasileiro tem pelas competições, pelo seu time e tudo que o futebol faz girar na sociedade, na economia do país, de modo que, a partir dessas denúncias, o Ministério Público de Goiás, através das suas estruturas de investigação e de inteligência, passou a atuar nessas apurações e continua atuando, porque não terminamos ainda as apurações, no sentido de identificar, processar e punir todos aqueles que atentam contra esse grande patrimônio do povo brasileiro, que é o futebol. E utilizar da estrutura, da independência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Ministério Público tem, para, enfim, perseguir quem quer que seja e em qualquer condição em que esteja atuando, dentro desse espectro das apostas esportivas, é a grande colaboração que nós podemos dar para a sociedade brasileira, mas fazê-lo, como sempre o fizemos – e temos essa plena consciência –, com muita prudência, com muita responsabilidade, equilíbrio, baseados em investigações sérias, em fatos, para que nós possamos obter resultados concretos de punição, como já obtivemos em vários casos concretos, bem apurados, bem identificados em vários eventos, várias partidas, que nós podemos detalhar aqui para os senhores ao longo desta tarde.

E, além dessa atividade repressiva, que é própria do Ministério Público, de perseguir, processar e buscar a punição dos responsáveis, entendemos também que a nossa instituição, a partir da experiência que vai angariando ao investigar e apurar, tem também como missão sugerir aos órgãos, ao Legislativo, aos órgãos de controle, aos órgãos que regulamentam essa questão medidas que possam prevenir a ocorrência desses fatos e preservar, evidentemente, a lisura das competições e de todas as atividades que se encontram em torno da prática do futebol. Então, é nesse sentido que nós estamos aqui à disposição.

Aprendemos, ao longo do tempo, que as instituições públicas quando atuam em parceria é que conseguem chegar aos melhores resultados para a nossa sociedade. E acreditamos que os órgãos públicos, os Poderes, as instituições, o Ministério Público, as federações, clubes, enfim, todos nós, agindo de maneira concertada, organizada e exigindo dos responsáveis as condutas que preservem essas atividades, vamos conseguir atingir esse objetivo de resguardar este grande patrimônio do povo brasileiro que é o futebol.

Mas eu vou, apenas com essas considerações iniciais, Senadores, nos colocar aqui à disposição e passar a palavra ao meu colega, a quem cumprimento, Dr. Fernando Cesconetto, que foi o Promotor de Justiça, Senador, que comandou – e ainda comanda em grande parte – as investigações relativas às operações do Ministério Público do Estado de Goiás, que foram denominadas de Penalidade Máxima, que apuraram diversos fatos concretos com denúncias e já punições efetivas pela Justiça. Hoje, pela sua competência e brilhantismo, ele comanda, inclusive, a área de inteligência do Ministério Público de Goiás, que digo, sem medo de exagerar, que é uma das mais bem estruturadas do país e que continua a serviço desta Casa e de toda a população na apuração desses crimes, de modo que, inicialmente, agradeço a deferência e passo a palavra ao Dr. Fernando, para as suas complementações.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Apenas antes...

O SR. CYRO TERRA PERES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... de passar, eu quero agradecer a explanação inicial de Cyro Terra Peres, o Procurador-Geral da Justiça do Ministério Público de Goiás, e anunciar que, nos 50 anos da minha carreira nacional na televisão, no jornal e no rádio de todos os estados, eu vivi entre Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro e que, em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Goiás, eu posso atestar com tranquilidade que existe um Ministério Público com um tripé raríssimo: do equilíbrio, da responsabilidade e, principalmente, da credibilidade. Eu, como jornalista, vivi o dia a dia do Ministério Público, tanto estadual como federal, onde, aliás, tenho amigos pessoais.

Então, com a explanação inicial, antes do Relator, nosso histórico Romário, o Dr. Fernando Martins Cesconetto, Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás, pioneiro e importantíssimo para o Brasil tomar conhecimento desse escândalo que a gente jamais gostaria de ver.

Fique à vontade, por fineza.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCONETTO (Para expor.) – Obrigado.

Exmo. Sr. Senador Jorge Kajuru, cumprimento também o Sr. Relator, Senador Romário, cumprimento todos os Senadores presentes, as senhoras e os senhores presentes, servidores da Casa, profissionais da imprensa e todos os que nos acompanham através da imprensa.

É uma honra retornar a esta Casa. Tive oportunidade de debater este assunto, em setembro, com V. Exas. Esta Comissão demonstra a preocupação da Comissão de Esporte e de V. Exas. com o tema, com a integridade do esporte.

E, de maneira bem breve, nem farei uso de todo o tempo, só vou fazer um breve apanhado da Operação Penalidade Máxima e, novamente, ressaltar o caráter, a coragem do Presidente do Vila Nova, Hugo Jorge Bravo de Carvalho. Se não fosse pela iniciativa dele, nós não estaríamos sequer aqui conversando, não teríamos sequer a Operação Penalidade Máxima. Foi um Presidente que, de maneira corajosa, ao invés de se omitir e procurar varrer para baixo do tapete a sujeira, nos trouxe fatos relevantes graves e ainda nos disse que era para apurar e chegar a quem tivesse que chegar, porque ele não tolerava isso no meio do futebol. E ele já o fez trazendo informações relevantes de possíveis jogadores envolvidos, valores envolvidos nas ofertas espúrias de R\$150 mil para cometer pênalti na última rodada da Série B de 2022 e em outras duas partidas também envolvidas em suspeita de manipulação. A partir daí, nós tivemos um pontapé inicial das investigações, realizamos inúmeras diligências, oitivas, quebra de sigilo bancário, telefônico, interceptação...

Iniciou-se a investigação em novembro.

Em 14 de fevereiro, deflagramos a primeira fase para cumprir nove mandados de busca e apreensão, um mandado de prisão temporária em seis estados da Federação, contando com o apoio inestimável das forças de segurança pública e dos Ministérios Públicos dos outros estados.

No mês seguinte, já oferecemos a primeira denúncia, imputando a seis pessoas o crime de integrar organização criminosa e a oito pessoas corrupção em âmbito desportivo, em quatro partidas da Série B de 2022, todas no segundo turno do Brasileirão de 2022.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando que o material não se esgotou na operação, foi possível realizar no mês seguinte, dia 18 de abril, a segunda fase da operação, nesse contexto que a gente chama de cumprimento de mandados de busca e apreensão e prisão. Foram, então, 20 mandados de busca e apreensão e três mandados de prisão preventiva.

Em seguida, oferecida a denúncia em maio em face de 16 pessoas, com três novos integrantes da organização criminosa e demais pessoas, pela prática de corrupção em âmbito desportivo, contando também, lamentavelmente, com jogadores profissionais de futebol entre o rol de denunciados; manipulações agora na segunda fase voltadas a oito jogos da Série A, um da Série B, todos de 2022, e quatro jogos de torneios estaduais de 2023.

Em julho, oferecemos a terceira denúncia, aí imputando manipulação desportiva em 13 partidas da Série A do Campeonato Brasileiro em face de 14 pessoas.

E, em novembro, finalmente, do ano passado, deflagramos a quarta fase da operação para cumprir dez mandados de busca e apreensão, buscando angariar mais provas de manipulação desportiva em uma partida da Série A de 2022, duas da Série B e três de estaduais.

As manipulações desportivas aqui variavam, por assim dizer. Os jogadores eram aliciados para receber cartões amarelos ou vermelhos de propósito em determinada etapa do jogo, para cometer pênalti e também para assegurar derrota parcial dos seus times em determinado tempo, tudo em troca de contraprestação financeira elevada, com sinal, às vezes, de 10 mil ou 5 mil de entrada e o restante de 30, 40, 50, 100, 150... Até R\$500 mil foram oferecidos para atletas profissionais em troca de manipulação esportiva, em troca da lesão da integridade do esporte.

Pessoas buscavam lucro fácil, que é disso que se trata, busca de lucro fácil, através das apostas esportivas, maculando a integridade do esporte – não tem outra palavra. Seja de cartão amarelo ou cometer pênalti, é crime pela legislação brasileira. E tudo isso fere, sim, a integridade do esporte, fere a imprevisibilidade do esporte. E, se retirarmos a imprevisibilidade do esporte, você retira a própria natureza, a essência do jogo, com o que não concordamos.

E temos a felicidade, por assim dizer, de, ao contrário do que aconteceu em 2005, quando não tínhamos legislação específica sobre o tema, termos legislação específica sobre o tema, que pune essa conduta. Antes, estava previsto no Estatuto do Torcedor; agora está previsto na Lei Geral do Esporte, fruto de recente alteração legislativa, que pune as duas faces da moeda: tanto aquele que dá ou promete vantagem indevida, quanto aquele que solicita ou aceita essa promessa ou essa vantagem indevida para alterar ou falsear o resultado ou o evento da partida.

E essa discussão da operação foi tomando corpo. A todo momento, compartilhamos provas com a Justiça Desportiva, que também fez o seu trabalho e vem fazendo o seu trabalho, que também, no cenário da Justiça Desportiva, atestou que é, sim, uma conduta passível de punição e puniu determinados atletas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, no presente momento, nós estamos ainda fechando análise de material probatório angariado para oferecer novas denúncias, voltadas, repito, às partidas entre esse lapso temporal do segundo semestre de 2022 ao início de 2023: Brasileirão Séries A e B de 22 e alguns torneios estaduais de 2020.

Como o Dr. Cyro, a quem cumprimento e agradeço pelas palavras, já colocou, nós estamos à disposição e sempre estaremos à disposição para debater o tema, dar a nossa contribuição. Encaminhamos, inclusive, a esta Comissão o material das ações penais que estão em andamento. E será um prazer se pudermos contribuir em mais alguma situação ou tirar alguma dúvida, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós que agradecemos, Dr. Cesconetto.

E, de imediato, vou ao nosso Relator, histórico em trabalhos de CPI e na vida pública, como Deputado Federal e como Senador, Romário de Souza Faria, amigo, irmão, com os questionamentos sempre qualificados de sua parte; e depois abrirei a palavra para os Senadores presentes e, no caso que já confirmei, remotamente nos acompanhando do Rio de Janeiro, o Senador Carlos Portinho, a quem mais uma vez oferecemos nosso conforto e nossa amizade sincera pela perda de sua amada avó.

Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente, amigo, irmão, Senador Kajuru. Boa tarde aos convidados – Sr. Cyro Peres, Procurador-Geral do Ministério Público de Goiás; e Sr. Fernando Cesconetto, Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás –, a todos presentes e a todos que nos acompanham direta ou indiretamente.

Ao nosso amigo, Senador Portinho, meus sentimentos pela perda da sua avó. Que Deus esteja confortando toda a família e o coração de todos.

Eu vou fazer a primeira pergunta aqui pro nosso promotor, Procurador-Geral do Ministério Público do Goiás, Sr. Cyro Peres. O Ministério Público de Goiás foi o pioneiro em investigações relacionadas aos esquemas em aposta esportiva, após a grande expansão que essa atividade criminosa experimentou nos últimos anos. Esta CPI é a prova da relevância do tema e do quanto a situação nos preocupa.

O senhor entende que as autoridades públicas estão preparadas pra lidar com a questão? O que o senhor pensa da criação de uma força-tarefa ou unidade especializada nesse tipo de crime? Qual seria a melhor estrutura para enfrentar essa quadrilha, cuja atuação frequentemente alcança todo o território nacional?

O SR. CYRO TERRA PERES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Veja, desde a deflagração inicial da operação, eu creio que o nosso país já deu passos importantes no enfrentamento desse problema. Claro que ainda há aperfeiçoamentos a fazer, e nós temos algumas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sugestões, mas, veja, em princípio nós tínhamos uma legislação muito genérica, que permitia, mas não dizia... permitia as apostas, mas não havia regulamentação sobre como as empresas deveriam se constituir, local da sede, forma de pagamento das apostas, enfim. E o Congresso Nacional, a partir do final do ano passado – e creio que muito em função dos trabalhos não só do Ministério Público de Goiás, mas também de outras forças de segurança, que trouxeram elementos ao Legislativo –, pôde editar a legislação que hoje regulamenta a matéria.

Eu diria, Senador, que muito importante é que nós tenhamos justamente uma rede, digamos assim, estruturada, e não pontual, e não casual, de interface entre os Poderes públicos, entre o Ministério Público, entre a polícia, entre os clubes, as federações, a Justiça Desportiva, pra que nós tenhamos mecanismos claros, que façam chegar, de maneira rápida e preventiva, até as autoridades as suspeitas desse tipo de atividade. Porque, veja, mesmo com toda esta regulamentação, nós não temos ainda uma obrigação clara e expressa – e isso seria muito importante – de que as empresas responsáveis pelas apostas esportivas informem imediatamente às autoridades as situações suspeitas – obviamente eles têm mecanismos e apuram por meio de sistemas eletrônicos e tudo mais – que possam indicar possíveis tentativas de manipulação nesse sentido, como concentração de apostas em determinado evento de uma maneira não usual etc. E essa obrigação facilitaria muito a atuação do Ministério Público, da polícia, das demais forças de segurança do país, na prevenção e no desbaratamento dessas quadrilhas.

É importante, eu digo a importância... Por que é que – até agradeço as palavras do Senador Kajuru – foi o Ministério Público que iniciou essas apurações? Justamente porque houve da parte do denunciante a confiança, Senador, na credibilidade de que nós levaríamos, com independência e do a quem doer, as apurações adiante. Então, seria importante que não houvesse uma concentração num órgão só dessa apuração. É claro que nós precisamos, e cada um dos órgãos pode ter suas estruturas especializadas, como o Governo Federal, que agora fiscaliza e tudo mais, mas essa capilaridade, essa proximidade que, por exemplo, os Ministérios Públicos dos estados têm com os fatos, que as polícias dos estados têm com os fatos são caminhos, são portas de entrada muito importantes das informações.

Então, eu creio que, se nós criássemos – e é uma sugestão que fazemos aqui –, como já existe em outros países, uma espécie de plataforma nacional que permita detectar, reprimir e punir esse tipo de fato, com o Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, os Ministérios Públicos, Polícia Federal, Ministério Público estadual, polícia civil e as entidades esportivas, que são parceiros imprescindíveis nisso, os clubes, as federações, que é quem está no contato direto ali, que pode perceber no dia a dia esse tipo de atitude também, então, essa formação dessa plataforma nacional organizada, com normas que permitam que a informação flua de uma maneira rápida e chegue às autoridades com capacidade de apuração – como, por exemplo, os grupos especializados do Ministério Público, os GAECOs, que são especializados em crime organizado, que já têm uma estrutura de inteligência capaz de deflagrar, como os senhores viram aqui, em poucos meses, um grande número de operações, inclusive obtendo da Justiça, de uma maneira rápida, as autorizações pra quebras de sigilo, interceptações telemáticas, porque, a partir da apreensão de celulares e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tudo mais, isso tem que ter o sigilo quebrado, colhidas todas as informações que estão lá dentro de uma maneira ágil –, pra que isso possa realmente fluir, eu acho que seria o ideal.

Então, respondendo ao senhor, acho que estamos nos preparando, mas ainda não estamos plenamente preparados pra reprimir esse tipo de criminalidade, porque poderemos ter, e creio que isso seria muito útil, essa plataforma nacional, essa rede, com compromissos claros, e que um deles seja de que as empresas, as chamadas *bets*, tenham o compromisso expresso, a obrigação de, ao detectar qualquer movimentação suspeita, repassar de imediato pra essa plataforma, pra todas as instituições que possam efetivamente levar essas apurações a cabo de uma maneira rápida e efetiva. Então...

Isso não exigiria novos gastos por parte do poder público, porque os Ministérios Públicos, as polícias já têm certas estruturas de inteligência capazes de realizar as apurações, mas melhoraria o fluxo e o concerto dessas instituições pra que, todas juntas, nós possamos... todos juntos, nós possamos coibir esse tipo de prática, porque nós, em princípio, cremos que os clubes, as federações, todos aqueles que amam o futebol querem colaborar pra que isso seja minimizado e combatido, como já acontece hoje, mas de uma maneira mais organizada.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A manipulação das apostas esportivas é um fenômeno mundial, com as investigações acontecendo em todo o mundo e em vários esportes. Os crimes cometidos também podem ultrapassar as fronteiras dos países. O Ministério Público enxerga algum caminho de cooperação internacional, tal como existe em relação à lavagem de capitais, para possibilitar uma atuação conjunta e mais eficiente?

O SR. CYRO TERRA PERES – Se o Dr. Fernando puder responder, Senador...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode, pode sim.

O SR. CYRO TERRA PERES – ... porque eu creio que ele tem mais informações, se o senhor permitir.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Claro, por favor.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO (Para expor.) – Bom, de fato é necessária a cooperação, e, tão necessária quanto a nacional, a internacional. E, dentro desse prisma, eu sei – porque eu acompanhei as sessões anteriores aqui da Comissão – que já foi até sugerido, por alguns depoentes anteriores, que a ratificação da Convenção de Macolin seria imprescindível nesse ponto, porque ela já foi ratificada por 41 países, não só europeus. Os últimos que ratificaram, salvo engano, foram Marrocos e Austrália. E ela tem o condão de harmonizar a atuação dos países, voltada a detectar, prevenir e reprimir as manipulações esportivas. Ela não trata... O foco dela não é regulamentar somente as casas esportivas: o foco dela é combater a manipulação desportiva; e, no âmbito internacional, é fomentar a cooperação internacional.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A plataforma nacional... Por exemplo, a criação de plataforma nacional que o Dr. Cyro mencionou antes, essa criação de rede, também é um mecanismo exposto nessa convenção, e ela facilitaria e muito uma cooperação internacional, porque as mesmas pessoas que vêm fraudar o futebol brasileiro podem fraudar o futebol internacional, e é um caminho muito profícuo pra lavagem de dinheiro, como V. Exa. colocou. Então é necessário que as autoridades conversem, como é feito no âmbito federal: a Polícia Federal, a Interpol, mas também as demais autoridades.

Então, uma ratificação dessa convenção traria instrumentos jurídicos válidos para as autoridades brasileiras poderem agir com a celeridade necessária e com o foco e o espírito de cooperação que marcam essa própria convenção.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito bem.

Esta pergunta continuaria sendo para o Sr. Fernando Cesconetto. No âmbito da Operação Jogada Ensaçada, um dos fatos que mais chama a atenção é o mecanismo de aliciamento desenvolvido pela quadrilha revelada na investigação. Com extrema desenvoltura, os aliciadores abordam uma grande quantidade de jogadores sem sequer se preocupar em encobrir a sua atividade, enviando mensagens de WhatsApp com propostas escusas, como se fosse coisa mais natural do mundo. O resultado disso foi a manipulação de muitos jogos da Série B do Campeonato Brasileiro de 2022, antes que fosse revelada a fraude. O que o senhor acha que deve ser feito para coibir esse assédio e estimular essas denúncias por parte de quem foi assediado?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCONETTO – Agradeço a pergunta.

Creio que seja outra – e eu principalmente creio – do Senador Carlos Portinho: ele já externou mais de uma vez a preocupação dele, que eu acompanhei antes, quanto à criação de canal válido de denúncia. Eu acho que é necessário deixar claro e atuar de maneira preventiva em alguns enfoques, por exemplo, na conscientização, não no ponto de que os jogadores não saibam que receber 150 mil contos para tomar um amarelo contra o seu time seja crime. Não, por favor! (*Risos.*)

Vamos tratar as coisas com a seriedade necessária. Mas eu acho que, desde a base, tem que deixar claro o que pode e o que não pode, o que é esperado de todos os atletas que estão e de todos os atores que estão envolvidos no esporte. Isso é um ponto.

O segundo é estimular um canal interno de denúncias, um sistema interno de denúncias dos próprios clubes e federações, que possa proteger o denunciante, que seja uma linha segura, confiável, em que o próprio denunciante, através do anonimato, por exemplo, se sinta seguro para levar ao conhecimento dos próprios clubes, federações e das autoridades que algo de ilegal está acontecendo.

Porque eu gostaria de deixar registrado aqui que não se trata de generalizar e não se trata de quanto que o profissional recebe, porque nós tivemos inúmeros casos de jogador que, seja da Série A, seja da Série





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

B, que não recebia um salário tão alto e ele prontamente recusou a proposta porque não era do seu feitio, não era da sua índole, sabia que era errado e não colocaria sua carreira em risco.

Então, não se trata de quanto a pessoa simplesmente recebe no mês. Teve pessoas que... Teve lamentavelmente alguns atletas que têm um grande ganho mensal e cederam à tentação, por assim dizer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – Exatamente. Então, não se trata disso, mas alguns atletas que embora... foram aliciados e recusaram às vezes não sabiam a quem recorrer ou a quem contar, a quem reportar isso. Então, estimular um sistema interno de prevenção e um sistema interno de denúncias, para que prontamente essa denúncia chegue às autoridades, deve ser algo estimulado por todas as federações, por exemplo, ou confederações, seja colocando um *e-mail* de fácil acesso, um telefone de fácil acesso dentro dos próprios *sites* das federações e das próprias autoridades, para que isso chegue ao conhecimento o quanto antes.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho uma curiosidade. Vou fazer uma pergunta até aos dois senhores: alguma das *bets* já denunciou algum tipo de manipulação? Nunca foi feito por parte de nenhuma *bet*?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – Não tivemos contato oficial de interesse de nenhuma *bet* durante toda essa investigação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso seria interessante, porque elas são as mais lesadas, não é?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – Além dos clubes, dos torcedores, que têm direito de assistir a um jogo limpo, livre de qualquer arranjo intencional prévio, as *bets* também são vítimas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No caso, elas são lesadas financeiramente.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – São vítimas aqui.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas é interessante que elas nunca se manifestaram.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – Não, não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é um fator muito importante, interessante e relevante que a gente está... e gravíssimo... está apurando aqui nesta CPI.

A outra pergunta que eu tenho para o senhor, Sr. Fernando: como responsável pelos inquéritos de maior operação de investigação contra manipulação de resultados em aposta esportiva realizada até agora



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil, pela experiência já obtida em todo esse processo, que sugestão ou sugestões o senhor teria a dar no sentido de reforçarmos o aparato normativo e de fiscalização para coibir esquema dessa natureza? O senhor entende que aumentar a pena seria uma saída também?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – Como sugestões, eu ratifico o que já foi respondido antes, como, por exemplo, a ratificação da Convenção de Macolin, incentivar um sistema interno de prevenção dos clubes, um canal interno de denúncias e uma cooperação entre as entidades esportivas, os próprios reguladores do mercado de apostas esportivas e as autoridades públicas, para que tenham conhecimento e hajam não só no aspecto repressivo, mas preventivo. Quanto aspecto normativo, eu entendo que as previsões legislativas existentes têm sido aplicadas a contento. A previsão da pena aqui de corrupção esportiva é de dois a seis anos na seara criminal, sem embargo da seara disciplinar da Justiça Desportiva, que tem lá suas previsões – e eu recorro que o Dr. José Perdiz e o Dr. Piacente colocaram, atentaram à necessidade de atualizar a legislação desportiva. Mas, sobre o âmbito criminal, eu creio que estamos... a legislação é suficiente para atuação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora a minha última pergunta é exatamente para os dois senhores: vocês acreditam em provas reais colhidas através de inteligência artificial em relação à manipulação, ao que nós estamos conversando aqui? Provas reais.

O SR. CYRO TERRA PERES (Para expor.) – Veja, nós temos conhecimento que há sistemas que detectam comportamentos não usuais de jogadores ou de atores ali dentro das partidas. Uma análise eu acho que responsável, jurídica que nós fazemos é que isso pode constituir um indício, mas nunca algo definitivo. A vida é muito mais complexa do que isso, e nós não podemos tirar ilações automáticas a partir apenas de um programa de inteligência artificial.

Porém, nós, do Ministério Público, consideramos que toda denúncia deve ser apurada, mas, como o Senador disse, com responsabilidade, com o equilíbrio que nos cabe, porque sabemos também das consequências e temos muita... devemos ter toda a firmeza de perseguir aqueles contra os quais nós temos elementos concretos, mas temos também a preocupação de não destruir a biografia de uma pessoa simplesmente por uma suposta ilação de que, naquele caso, um programa que nós não temos nem conhecimento profundo de quais são as variáveis que ele, evidentemente, detecta, só a partir disso, fazemos o juízo de valor.

Acho que pode ser um indício útil, porque a tecnologia, muitas vezes, nos ajuda, mas nunca um elemento definitivo, que substitua uma apuração séria, que possa captar realmente como foi captado em todos esses casos aqui – e os senhores próprios citaram –: diálogos, pagamentos, tratativas, oferecimentos, questões concretas que, enfim, como em qualquer outro tipo de crime, não é uma particularidade desse crime. Em todo tipo de crime, às vezes, uma informação, seja vinda da inteligência artificial, seja vinda da palavra de alguém, deve ser apurada, deve ser analisada, mas jamais é um elemento que, sozinho, vai definir a responsabilização penal de um cidadão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não sei se o Fernando gostaria de complementar, mas a nossa visão é de que acho que, como em tudo na vida, o exercício da Justiça é sempre um juízo de valor, e é um juízo moral que o ser humano é que tem que fazer, porque, a partir de um conjunto de circunstâncias é que nós podemos tirar as nossas conclusões. O senhor falando, até me lembrei: eu fui promotor do tribunal do júri por muitos anos, e isso é muito claro, como juntar indícios para chegar a conclusões. Uma vez um grande professor de direito penal antigo, chamado Enrico Ferri, indagaram a ele qual era a rainha das provas. Era mais ou menos qual era a prova principal: uma confissão, um laudo, uma informação? "Qual é, Prof. Ferri, a rainha das provas no processo penal?". E ele disse: "A rainha das provas é a lógica humana". É o que tem lógica, é o conjunto que mostra que aquilo é a verdade. É isso que é a lógica, é isso que é a rainha das provas. É o conjunto de circunstâncias que nos leva a ter uma certeza moral de que aconteceu daquele modo – não é? –, e não, *a priori*, um elemento isolado.

Eu diria isso, Senador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Cyro Peres. Parabéns pela resposta.

Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Relator histórico das CPIs deste Congresso Nacional, pelo seu trabalho, pelo seu empenho e, sempre, as suas colocações e questionamentos, de forma qualificada.

Eu, como sempre, gosto de falar que esses nossos trabalhos estão quebrando paradigmas de CPIs neste Congresso Nacional.

Somos a única CPI que já fez várias reuniões às segundas-feiras, dia em que quase ninguém vem trabalhar aqui, ficam nos seus estados – não, às vezes até trabalhando no estado, é claro, fazendo trabalho nas cidades, nos municípios, nada contra – e mantendo duas reuniões semanais, reuniões sem tempo de duração e com a presença sempre atuante. Aqui, por exemplo, mais uma vez está o orgulho do nosso Estado de Roraima, o Senador Chico Rodrigues.

E outro protocolo que eu quebro é que, embora tenha o direito, pela inscrição, de, depois do Relator Romário, fazer os meus dez minutos, eu faço apenas uma ou duas colocações e já sigo para os demais. Como primeiro inscrito, remotamente, está o Senador Carlos Portinho.

E eu quero apenas... Porque, como eu trabalhei em televisão, existe audiência rotativa e existe também a memória rotativa. Por exemplo, lá em Goiás, eu sou procurado toda hora para a seguinte pergunta: "Kajuru, quais foram os jogos? Quais foram os jogadores?".

Então, os senhores poderiam listar para nós aqui os jogos em que vocês confirmaram a manipulação e os nomes de jogadores?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CYRO TERRA PERES (Para expor.) – Bom, em relação aos jogos, Senador, fazendo aqui pela ordem cronológica das apurações que nós fizemos, da primeira fase da operação, que foi deflagrada em 14 de fevereiro do ano passado, os jogos investigados eram da Série B do Campeonato de 2022. Finalzinho ali de 2022, outubro, novembro, quatro jogos da Série B. Foram os jogos entre Sampaio Corrêa e Londrina, Criciúma e Tombense, Vila Nova e Sport, Tombense e Chapecoense.

Os eventos para os quais os jogadores foram aliciados nesses jogos foram, no caso dos três primeiros, o cometimento de pênalti, e, no último, de Tombense e Chapecoense, o recebimento de um cartão vermelho; ou seja, sempre – e aqui vai um comentário – eventos isolados, não é? Isolados no seguinte sentido: é mais fácil obter a manipulação quando aquele comportamento no qual eu quero apostar depende de uma pessoa. E é também um comportamento assim, vamos dizer, não é decisivo para o jogo. Assim, o fato de... O pênalti até sim, mas o fato de tomar um cartão amarelo ou vermelho não desperta desde logo algo assim, não é como um goleiro deixar passar uma bola fácil ou algo que naturalmente desperta a atenção.

Em geral, eles captam atitudes que podem ocorrer naturalmente, poderiam ocorrer naturalmente dentro da partida e que dependem de uma pessoa. Porque aí, aliciando um jogador, todos os outros atores que estão ali desconhecem o que está se passando e não se surpreenderão porque a atitude – uma entrada mais dura, algo que certamente provocaria ou a penalidade ou o cartão – depende exclusivamente desse que foi aliciado e que, de maneira sigilosa, provoca a atitude ali, e – é importante dizer – de uma maneira concertada... Apesar de o fato ser simples – não é, Dr. Fernando? –, digamos. "Ah, mas é um cartão numa partida da Série B." Sim, mas a organização criminosa por trás providenciou que a partir desse evento, de maneira estratégica, houvesse um grande número de apostas de pequenos valores, para não chamar a atenção, mas que, ao se corporificar aquele evento, vai gerar um lucro extraordinário. Então, o lucro extraordinário, tanto faz se é do campeonato da Série A, da Série B, da Série C ou D; o que interessa é que aquele fato, aparentemente prosaico, vamos dizer assim, natural, gera uma fraude, evidentemente, que eles pretendem fazer passar despercebida, e aí obter um lucro extraordinário a partir de um fato corriqueiro, digamos assim.

Depois pode falar dos jogadores, não é, Fernando? Ou você quer já detalhar desses...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Cyro, só uma pergunta: quando que a CBF tomou conhecimento dessa investigação mais ou menos?

O SR. CYRO TERRA PERES (Para expor.) – Nós não sabemos porque nós não compartilhamos prova com a CBF. O que nós fizemos foi com o STJD; à medida que nós oferecíamos as denúncias, nós encaminhávamos cópia integral que lá apuramos para o STJD para ter a sequência. Com a CBF, nós diretamente não compartilhamos as provas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Presidente da CBF, Relator Romário – muito oportuna a sua colocação –, Ednaldo Rodrigues, o baiano, declarou em uma entrevista a mim e à Leila do Vôlei que ele começou a buscar aquela decisão de contratar a empresa americana Sportradar – não é isso?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... logo depois de tomar conhecimento do que aconteceu em Goiás. Ele entrou em contato com o Presidente da Federação Goiana – esqueci o nome dele, desculpa –, é um sujeito muito correto, e ele informou tudo o que vocês apuraram e passou para ele.

E aí só uma coincidência antes de listar os jogadores que vocês vão listar aqui, para quem não tinha conhecimento ainda, não sei se você está lembrado, Romário, no relatório da Sportradar, o Portinho deve ter lido, o Senador Chico também, Londrina e Tombense aparecem várias vezes, cinco, inclusive num jogo entre eles, pela Série B do Campeonato Brasileiro, naquele relatório de 109 jogos com a suspeição de manipulação de resultados. Então, para mim, essa CPI vai chegar, assessorias, ao momento de convidarmos aqui os responsáveis por esses times, porque são os mais citados inicialmente aqui pelo Procurador Cyro.

E agora o Dr. Fernando fala sobre a listagem de jogadores em manipulação com resultados conclusivos.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO (Para expor.) – Com relação à primeira fase, à primeira denúncia, foram oito jogadores. Eu me recordo do Joseph, da Tombense; do Vila Nova foram dois, o Marcos Vinícius, conhecido pelo Romário, e o Gabriel Domingos; e os demais jogadores foram do Sampaio Corrêa, foram cinco jogadores envolvidos, muito embora o pênalti tenha sido cometido pelo atleta Mateus, quem foi inicialmente cooptado pela organização criminosa foi o Ygor Catatau, e eles debateram, eles estavam em cinco atletas, Paulo Sérgio, André Queixo e um outro nome de que eu não me recordo.

Então, eram cinco atletas do Sampaio Corrêa envolvidos nessa manipulação. E foram denunciados por essa manipulação em um jogo – isso da primeira fase.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para terminar...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E os cinco...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desculpa, Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desculpa eu.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Os cinco foram suspensos?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCNETTO (Para expor.) – No âmbito do STJD, se não me falha a memória, um deles foi absolvido e os demais foram punidos – no âmbito do STJD. No âmbito criminal, os cinco se encontram denunciados, e ação penal corre, está em andamento.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desses jogadores, por gentileza – só para fechar de vez; o Portinho está já pronto para fazer os seus questionamentos, do Rio de Janeiro –, qual o caso que mais lhe assombrou? Porque, por exemplo, eu me indignei e fiquei aturdido com aquele jogador do Santos, o Paulo Bauermann...

Paulo o quê?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Zagueiro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Zagueiro, não é isso? O Romário lembrou aqui a posição dele.

É Paulo ou Eduardo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eduardo!

Ele tinha um salário de R\$300 mil. E ele confessou aceitar uma propina de R\$50 mil para tomar três cartões amarelos. Então, foi o caso que mais me deixou aturdido.

No seu caso, desses casos aí, qual o que mais lhe assombrou? Porque o senhor chegou a falar de jogador que recebeu de R\$5 mil até R\$500 mil.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCNETTO – Sim.

Eu não listaria um que mais assombrou. O que nos deixou surpresos foi até a naturalidade com que isso era tratado às vezes, como se fosse um... Era formada uma lista de jogadores, e os apostadores: "Não, fulano falou que faz"; "fulano está disposto", "não, hoje não; semana que vem", como se fosse algo normal, corriqueiro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E só para recordar aqui: amarelo... Sei que tem uma discussão lateral de que cartão amarelo ou vermelho não muda resultado. Vale lembrar que muda resultado de competição. É um critério de desempate de competição. Um clube entra para que no campeonato, senão para acabar na sua melhor posição possível? Então, por conta de um amarelo ou um vermelho que foi comprado, você pode prejudicar seu time até na posição final de um torneio.

Eu diria que a naturalidade como era tratado e, por vezes, a reclamação que os jogadores faziam em receber – a preocupação em receber –, no sentido de que: "Olha, foi meu nome. Na hora de fazer, eu tomei o cartão, agora eu mereço receber". Isso me causou... Sendo bem sincero, isso me causou surpresa. Isso eu não esperava.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem dúvida.

Bom, como sempre, agradecemos mais uma vez a sua presença em qualquer circunstância, Senador, do Rio de Janeiro, remotamente, Carlos Portinho.

Fique à vontade. Um abraço, querido amigo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Uma boa tarde a todos.

Primeiro, quero elogiar a atuação do Ministério Público de Goiás: exemplar!

Kajuru, acho que eles merecem, inclusive, uma honraria. O futebol brasileiro deve a eles a revelação e o avanço das denúncias em todos esses casos.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Antes das perguntas, se me permite, Senador Kajuru, eu gostaria só de destacar a importância dessa CPI. É natural: muita gente acha que a gente tem coisas mais importantes no Senado Federal. Temos também. Como diz um amigo meu, no Senado é do pepino ao foguete.

A importância dessa CPI, para começar, até para legitimar a nossa competência... Escutei alguns jornalistas até dizendo que estamos perdendo tempo aqui. Não, não estamos, não. A importância é porque – e a competência – se trata de leis federais: a Lei das Apostas é uma lei federal; o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto Torcedor são leis federais; a Lei Geral do Esporte é uma lei federal; a Lei Pelé, que ainda subsiste, é uma lei federal. E, do outro lado, como foi dito pelo Ministério Público, está o torcedor, está a integridade do resultado esportivo, está o futebol brasileiro.

E eu tenho visto, infelizmente, um sintoma muito grave, que é a negação.

Ninguém quer macular um campeonato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente quer é que, todos os anos, a gente não precise abrir uma CPI; é que, todos os anos, a gente não precise discutir o VAR, a arbitragem, a manipulação de atletas, o conluio. A gente não quer isso, e, se a gente não enfrentar e persistir nessa negação, o futebol brasileiro é que perde. Como eu digo, azar do futebol.

A gente tem uma lei federal, que é a Lei das Apostas. Votei contra, porque acho que – e vou dar um exemplo aqui da própria fala do Ministério Público – ela não ajuda o esporte. O esporte não é um jogo de azar. E, hoje, o esporte está dependente das apostas esportivas pelos seus patrocínios, pelo volume de recursos que envolve, mas ele não é um jogo de azar. E a atuação do Ministério Público mostra isso para a preservação da integridade do resultado das competições.

Eu ouvi aí na fala muito bem-colocada, imaginem: dentro desses casos, teve pessoas assegurando – esta é a fala – derrotas do seu time. E eu já disse que estive no Maracanã, numa partida do meu time, que ganhava por um placar elástico já, e a torcida pedindo mais um. Do meu lado, do meu lado, tinha um torcedor torcendo para que o seu time não fizesse mais um gol. As apostas corrompem, corrompem o esporte, por esses exemplos, como foi destacado, de atletas de um próprio time assegurando a derrota do seu próprio time, e torcedores apostando, muitas vezes, ou contra a derrota do seu time ou para o seu time não fazer mais gols.

Isso não é esporte. E a nossa importância aqui é jogar luz sobre isso. Isso se iniciou a partir de indícios, e eu quero deixar claro. Eu disse ao Textor – eu não sei se, pela língua inglesa, pela tradução, ele trata de provas –, e eu disse que não são provas, são indícios, mas são indícios muito sérios. E eu sempre disse que havia materialidade em dois desses. Em um deles, a supressão de uma imagem relevante, pela cabine do VAR, para a decisão do árbitro está comprovada.

Agora, como é que a gente vai trabalhar isso? À CPI, cabem sugestões.

Eu também espero que ninguém saia preso de uma CPI. É lógico que qualquer crime a gente vai encaminhar ao Ministério Público, porque cabe ao Ministério Público, à Polícia Federal a investigação, os meios persecutórios. O poder de polícia está lá com o Ministério público, que tem exercido, quando lhe chegam as denúncias, um papel relevante para a sociedade, assim como esta CPI.

Nesta semana, eu ontem queria até elogiar a postura da ESPN - Senador Kajuru, Você, como jornalista-, que me deu direito de resposta, porque eu fui ofendido. Em vez de a gente tratar o tema, a gente ou mata o mensageiro ou agride o interlocutor. A gente vai chegar aonde?

A manipulação das apostas vai do Goiás à Inglaterra, literalmente. A nossa função aqui é botar luz, é sugerir. Eu quero deixar registrado, Senador Romário, que a gente tem que respeitar a autonomia das entidades esportivas, mas isso não quer dizer que a gente não possa sugerir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, nesta Comissão de Esportes, presidida por V. Exa., Senador Romário, quando o projeto do Senador Nelsinho Trad, que já previa essa preocupação, porque ele queria, por um projeto de lei, regular o VAR, eu disse ao Senador Nelsinho: "Não podemos interferir porque está sujeito, inclusive, à legislação internacional da FIFA, mas podemos recomendar.". Nós fizemos uma audiência pública e várias sugestões foram encaminhadas à CBF. Uma delas, para quem acha que estamos aqui para não fazer nada, foi acatada, porque já ocorria o teste no campeonato feminino e nós sugerimos, nessa Comissão de Esporte, que a decisão do árbitro de campo fosse anunciada no microfone dos estádios. Hoje, recentemente, isso é a regra, e saiu daí, dessa Comissão de Esporte.

Eu anotei algumas perguntas. Quero lembrar também que a gente aprovou uma lei de apostas, que já está em vigor, mas que não foi regulamentada, ou seja, nada mudou: o Governo não está arrecadando, como era o seu discurso, e os instrumentos de controle e fiscalização – e nos cabe aqui sugerir o aperfeiçoamento sim, para o bem do esporte – não estão sendo adotados.

Eu agradeço ao representante do Ministério Público quando reforça a sugestão – que não é minha, é desta CPI – para que os canais de comunicação sejam claros, públicos aperfeiçoados. Não dá para ser o *e-mail* CBF, compliance, XPTO, porque ninguém se lembra mais. Foi dito na última audiência que a CBF esteve aqui, duvido que alguém se lembre qual é o *e-mail* de denúncia. Se tivesse um canal de comunicação, o Sr. John Textor não precisava botar a boca no trombone, ele protocolava lá a sua denúncia. A falta desse canal de comunicação é que incentivou tudo isso e, de um outro modo até positivo, a própria CPI, partindo inclusive de uma pergunta que o Senador Romário fez há pouco, e muito pertinente, que me convenceu a assinar esta CPI: o que estão fazendo as casas de aposta com relação aos alertas de manipulação? Nada! Nada! E a gente tem que cobrar.

Como eu coloquei aqui recentemente, e pude confirmar há pouco, a Conmebol tem, para aqueles que trabalham com isso, um contrato, um acordo de não corrupção. Não vai evitar, mas vai inibir. Casas de aposta, árbitros, CBF, atletas – se possível todos, se não, os capitães –, todos os atores têm que assinar, antes dos campeonatos, acordos de não corrupção, porque lá vão estar previstas penalidade, talvez, além até do próprio Código Brasileiro de Justiça Desportiva. É necessário. A Conmebol adota isso, ninguém está tirando o coelho da cachola. Isso é muito importante porque, quem diria, um ano atrás, que um atleta de seleção brasileira, que um atleta que foi contratado pelo maior centro de futebol, em valores financeiros, hoje, do mundo, que é a Premier League, poderia estar envolvido e sendo investigado por manipulação de resultados? É como esse atleta que foi citado, que ganhava um salário razoável, mas mesmo assim entrou para o caminho do crime. Então, a gente tem que criar os controles e esta CPI traz luz a isso.

A regulamentação da lei das apostas é urgente. A gente vai discutir, amanhã, na CCJ, a liberação geral, de cassinos, jogos. E a gente acabou de aprovar uma lei que o Governo foi incapaz de regulamentar até agora. Não estão pagando a outorga, não estão cumprindo obrigações da própria lei das apostas. E a gente vai aprovar o jogo, no Brasil, no meio desse cenário de manipulação. É isso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria agora de, objetivamente, fazer as minhas perguntas.

Houve 109 alertas da CBF, pelo Sportradar. A CBF, aqui nesta Comissão, disse: "Ah, peguei tudo e mandei pro Ministério Público". Eu fiz uma pergunta: quem da CBF está acompanhando? O Procurador-Geral tem procuração para acompanhar? Ele é o Procurador-Geral do STJD, ele tem representatividade. Essas denúncias em que o próprio Ministério Público de Goiás se debruçou, a CBF não foi participada, porque não tem acordo de cooperação.

Eu sugiro que assistam, é ficção, mas é verdade, porque é decorrência do que aconteceu, em 2009, na UEFA. Manipularam a UEFA, o campeonato da UEFA, e fizeram instrumentos, a partir disso, mais rigorosos. Assistam no Netflix, é ficção, mas é assim. Lá na Alemanha, tem grupos táticos do Ministério Público de lá, não sei como é que se chama, e da Polícia Federal. O bote tem que ser certo.

E aí eu pergunto primeiro: esses 109 alertas... Inclusive, os atores se repetem, Senador Kajuru. O que foi feito? O Ministério Público dos estados é o competente ou é o Ministério Público Federal? Há alguma coisa acontecendo no Ministério Público Federal? Essa é a primeira pergunta. Ou são os Ministérios Públicos estaduais, pela sua autonomia também, que eu sei, que ficam encarregados disso? Há dentro do Conselho do Ministério Público conversas a respeito da centralização, como foi dito, sobre isso? E há o interesse da CBF, a provocação da CBF para que sejam feitos acordos?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCONETTO (Para expor.) – Senador, com relação aos 109 alertas, enfim, no Ministério Público do Estado de Goiás, nós não recebemos essa comunicação, via CBF ou Sportradar, dessas partidas.

Com relação à competência, nós nos debruçamos e o que nós estamos apurando é a atuação de uma organização criminosa e as partidas que esta organização manipulou, tendo por base a denúncia feita pelo Presidente do Vila Nova de uma partida que aconteceu no território goiano. E aí todas as demais partidas, as provas aí vieram por conexão probatória. Sei também que há investigações carreadas no âmbito federal e também outras tantas por polícia civil, Ministério Público estadual, nos seus respectivos estados, seja de torneios estaduais, ou mesmo de competições nacionais, mas que aconteceram dentro do seu território. Então, isso vem acontecendo. Mas o que eu posso lhe dizer, sendo objetivo quanto à sua pergunta, com relação aos alertas da Sportradar que a CBF encaminhou para o Ministério Público goiano, é que não nos foi encaminhado, talvez por não ter nenhuma conexão com os fatos da Operação Penalidade Máxima, por exemplo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Obrigado.

O SR. CYRO TERRA PERES (Para expor.) – E só completando, Senador, com relação a essa articulação, nós temos, sim, diálogos entre os Ministérios Públicos, tanto que, em todas as operações aqui



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que nós fizemos, e foram em vários estados, nossos colegas dos GAECOs ou dos grupos especializados dos demais estados nos apoiaram, assim como nós também prestamos apoio constante e compartilhamos...

Quando já ultrapassada a fase de sigilo, nós compartilhamos provas também com outras instituições que nos solicitam, assim como compartilhamos com esta Comissão, com a Câmara dos Deputados, no ano passado, enfim, e com outros organismos que nos solicitam. E, no âmbito também de uma das organizações nacionais, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, nós também procuramos, estamos discutindo formas de cooperação mais céleres em relação a esse trâmite de informações.

Agora, como o Dr. Fernando relatou, especificamente desses alertas, não foram direcionados ao Ministério Público do Estado de Goiás. Desconheço para onde foram direcionados.

O que une todas essas partidas das quatro operações, como o Dr. Fernando disse, é que nós estamos apurando a atuação da mesma organização criminosa. É provável que existem outras, como outros ministérios públicos e polícias estão apurando. É que, a partir de uma atuação pontual, que relacionava uma partida em território goiano e de um time do nosso estado, nós passamos a investigar um grupo de pessoas que aliciava jogadores em todo o país e que, a partir das provas que nós colhemos, pudemos identificar toda essa trama dessa organização que atuava na Série A, na Série B, campeonato paulista, campeonato gaúcho e outros, mas sempre concentrado nesse mesmo grupo de pessoas. Então, isso é que atraiu a nossa atribuição para apurar todas essas partidas aqui.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Essa era uma pergunta seguinte – muito obrigado. Você já respondeu –, se essas células são regionais ou se elas têm um aspecto nacional.

Parece-me que a mesma célula – e não significa que seja só essa – atua nacionalmente. É isso?

O SR. CYRO TERRA PERES – Exato. Exato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Obrigado.

Essas provas são provas muito difíceis. O Ministério Público tem as ferramentas, quebra de sigilo, dentre outras, além da *expertise*, para poder conduzir essas investigações.

Você acredita, e eu tenho ouvido muito isso, que aquele que denuncia tem a obrigação de provar, ou, se ele encaminha um indício, é a partir disso, e já é suficiente, para a investigação do Ministério Público, com os instrumentos que possui?

O SR. CYRO TERRA PERES – Senador, claro que as autoridades públicas, a partir de qualquer indício, claro, sério, enviado, que contenha em si pelo menos elementos mínimos de veracidade, a partir dos quais a gente pode apurar qualquer tipo de crime, claro que é dever das autoridades públicas apurar os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fatos. O que pode ocorrer é que também há delitos também de imputação falsa de crime, mas, em princípio, toda denúncia feita deve ser apurada pelas autoridades públicas, a não ser que, ao final, se comprove que essa imputação foi feita de maneira falsa de uma maneira intencional. Aí, sim, seria algo que mereceria reprovação.

Agora, nós temos que dar toda a liberdade ao cidadão, a todo aquele que tem algum elemento de prova, de trazê-lo às autoridades públicas para que elas apurem se o fato realmente é verdadeiro ou não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Até porque você acha que o STJD, por si só, presta uma atuação complementar a partir do trabalho feito pelo Ministério Público, ou você acha que o STJD... E quero deixar claro: o STJD é um órgão da CBF, ele não é um tribunal autônomo, ele é independente das suas decisões, e isso foi estabelecido numa decisão do CAS, da Corte Arbitral do Esporte, de que eu participei no caso Dodô, inclusive, de *doping*. Você acha que o STJD, por si só, tem a capacidade persecutória, os instrumentos? Ou ele tem uma atuação complementar? E, tendo uma atuação complementar, você considera relevante que, se essas denúncias partirem da CBF, o seu órgão próprio, que é o STJD e a sua Procuradoria-Geral, tem a representatividade junto ao Ministério Público para acompanhar, no interesse do esporte, esses indícios apresentados numa denúncia?

O SR. CYRO TERRA PERES – Senador, o que eu posso dizer, por experiência própria, é que o compartilhamento das provas, neste caso aqui, foi uma via de mão dupla. Nós compartilhamos com a Justiça Desportiva e também recebemos provas da Justiça Desportiva, que lá foram colhidas. Então, eu diria que houve atuação complementar, mas também houve uma atuação inicial da Justiça Desportiva, independente, como as esferas são independentes, como V. Exa. bem sabe, e que também foi frutífera.

Eu acho que é necessário ter um acordo, uma cooperação com a CBF, da Justiça Desportiva com a Justiça comum, para que as provas sejam compartilhadas de uma maneira mais célere e mais eficiente.

Eu vejo que o STJD tem uma atuação célere, tem seus óbices, suas limitações, que, por vezes, nós não temos, mas também o *standard* probatório e as punições são diferentes nas duas esferas. Então, eu acho que ela pode ser complementar, como houve aqui no caso, mas também sem tirar, sem ferir a autonomia do órgão que lá atua e também como um objeto diverso de punição.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, eu encerro a minha participação, deixando claro que a CPI já começa a tomar caminhos já bem delineados; um deles diz respeito à atuação do VAR, que é uma polêmica nacional – aliás, mundial – , e a gente certamente poderá sugerir, ao final, contribuições, respeitando a autonomia do esporte.

A CPI tem também um caminho, e ainda não chegamos lá. Terá o seu momento, dentro da ordem que o nosso Presidente vai estabelecer, para chegar a ouvir as casas de aposta, a Sportradar, os órgãos que contribuem com esse controle e com essa fiscalização, além de eventualmente um caso ou outro específico em que haja um indício mais contundente, como o caso do árbitro do Rio de Janeiro. Inclusive, eu estou



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pedindo a quebra do sigilo telefônico dele. Na próxima sessão, se não me engano, dia 18, que é deliberativa, tem vários requerimentos para chamar outros atores dentro dessas três linhas que começam a ficar muito bem delineadas, e eu não tenho dúvida – numa contribuição de todos os Parlamentares, Senador Chico Rodrigues, Senador Girão, Senador Hiran, Senador Kajuru, Senador Romário, todos... Aqui não tem protagonismo – de que o resultado vai ser positivo para o futebol brasileiro. Só de a gente jogar luz nessa discussão já está valendo, Senador Kajuru e Senador Romário, principalmente a sua iniciativa.

Muito obrigado.

Elogiando mais uma vez, quero registrar a fantástica atuação do Ministério Público de Goiás. A gente sabe que a produção dessa prova de manipulação é muito difícil. Essa aí partiu de uma denúncia de um presidente, se não me engano, de um clube, que cortou na carne, porque tinha um atleta do seu clube. E os canais – eu acho que é o grande resultado desse encontro nosso hoje – de denúncia precisam existir; a proteção do denunciante tem que ser garantida; os indícios, qualquer que sejam, têm que ser investigados. E, ao final, espero que esta CPI cumpra o seu papel, como vem caminhando.

Agradeço, mais uma vez, ao Ministério Público a relevância do trabalho que fizeram, porque as apostas, a manipulação, seja por erro, seja por erro de manipulação ou seja por erro de manipulação visando apostas, existem e estão contaminando o esporte em geral. É uma praga. E aí, se nada for feito, como eu já escutei aqui de alguns jornalistas: "Não precisa fazer nada", se nada for feito, a minha resposta a vocês: azar do futebol.

Eu tenho uma história no futebol, trabalhei para quase todos os clubes do Brasil, trabalhei para diversos atletas, sentei dos dois lados da mesa e, aqui no Senado hoje – na sua companhia, Kajuru, Romário e dos nossos colegas, Chico, Girão –, a gente tem muita contribuição para dar ao esporte brasileiro. Que a imprensa, abra o olho! Aqui a gente não está discutindo, discussão de mesa de bar, se errou, se não errou, se foi falta, se não foi falta, se o Textor tem razão, se foi para beneficiar ou prejudicar algum clube.

E, para concluir, eu quero passar um dado assustador: o número de cartões amarelos teve um aumento significativo, sendo 1.761, em 2002; e, em 2009 e em 2023, teve um aumento ainda maior. No campeonato de 2022, na verdade, 1.761 cartões amarelos; no campeonato de 2023, no ano seguinte, 2.009 cartões amarelos; no campeonato de 2004, aqui na sétima rodada, já são 364 cartões amarelos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Em 2024.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E uma matéria do GE do Globo, recente: *Brasileirão [...] [já] tem recorde de cartões vermelhos em 12 anos*. E nada vai ser feito? Azar do futebol.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E é por isso que a satisfação maior que a gente, nesta CPI, tem, é para com a sociedade esportiva brasileira, aquele apaixonado pelo futebol, que só quer a verdade, nada mais do que a verdade. Temos o nosso respeito para com a imprensa, mas nosso primeiro dever aqui é agradecer ao torcedor brasileiro que deseja o esclarecimento cabal e irrefutável de cada fato, de cada prova.

Conhecendo o Ministério Público de Goiás, o Senador Carlos Portinho tem toda a razão da ideia da honraria que merece essa instituição. Não há nenhuma dúvida de minha parte de que o Ministério Público de Goiás se preocupou inicialmente em dar satisfação a quem vocês mais devem, que é o cidadão apaixonado pelo futebol. Não é que vocês não estão se importando com a imprensa, mas primeiro é dar satisfação a eles. À imprensa cabe julgar e cabe buscar o que nós estamos trazendo aqui, até porque vários jornalistas, até os que de repente fizeram crítica a nós, também já fizeram denúncias sobre casos semelhantes. Tem agora, inclusive, o caso do Corinthians, que se tornou escandaloso, não é?

Antes, rapidinho, do Senador Chico Rodrigues, só uma preocupação: entre esses agenciadores ou aliciadores desse grupo que os senhores, os dois, obtiveram mais provas de manipulação de resultados de futebol, tem alguma casa de aposta envolvida? E tem gente sempre envolvida neste mesmo grupo e que pode ser citada?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO (Para expor.) – Não, os aliciadores chegavam até os jogadores... Não se trata de ninguém que representa casa esportiva, nem nada disso. São pessoas... Às vezes, foi o caso de ex-atletas, por exemplo, que jogaram até a base, tinham contato com jogadores porque vendiam peças de roupa, vendiam celulares, através de Instagram, ou tinham contato com jogadores até por se conhecerem do mundo da bola e, em determinado momento, mudavam sua proposta, em vez de oferecer um tênis, um perfume, uma roupa, para oferecer dinheiro em troca de um cartão amarelo. São simplesmente pessoas do convívio de jogadores, que de alguma forma conheciam conhecidos de jogadores ou propriamente conheciam jogadores e faziam esse contato direto, via Instagram, via WhatsApp, com os próprios atletas. Não temos indício de nenhuma casa de aposta esportiva envolvida. Casa de aposta esportiva foi tratada desde o início e continua sendo tratada como vítima desse esquema, porque, em uma rodada apenas, os apostadores lucraram R\$712 mil com manipulação em cinco jogos, em detrimento da casa esportiva, mas a casa de aposta esportiva não nos procurou pra tratar sobre isso.

O SR. CYRO TERRA PERES (Para expor.) – Só completando, Senador, as casas esportivas, nós sempre comentamos entre nós, são vítimas, mas vítimas desinteressadas...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CYRO TERRA PERES – ... que não nos procuraram com a ênfase que qualquer vítima patrimonial costuma ter provavelmente, mas aqui já é uma análise que nós fazemos, porque no seu negócio, digamos assim, presumivelmente está quase que embutida uma certa perda pelo risco de esses fatos ocorrerem. Mas é lógico que, como V. Exa. disse, da nossa parte, nós não estamos avaliando a lucratividade ou não dos negócios das casas esportivas. Nós estamos avaliando muito mais – não é? –, que é a lisura, a boa-fé, o patrimônio do povo brasileiro, que gosta do futebol e que tem o direito, evidentemente, de ver torneios e eventos, como disse o Dr. Fernando, com a grande graça do futebol, que é essa possibilidade de os fatos acontecerem de diversas formas e não manipulados para obter lucro.

Então, por isso, reforçando a nossa sugestão de que uma norma expressa que determinasse às empresas esportivas esse dever de comunicar às autoridades toda movimentação estranha que gerou suspeita por conta delas e que muitas vezes – não é, Dr. Fernando? – as faz, e isso elas fazem... Tanto elas detectam essa possibilidade que muitas vezes cancelam...

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – Exato.

O SR. CYRO TERRA PERES – ... apostas, por detectar que aquele movimento é altamente inusual, é suspeito e pode gerar um prejuízo. Mas não basta esse cancelamento, teria que comunicar a nós, para que nós fôssemos atrás das quadrilhas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – Exatamente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Eu tenho, antes do Senador Chico, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... duas perguntas. Uma em cima do que o Senador Portinho falou: os senhores têm conhecimento de que outros Ministérios Públicos, de outros estados, estão também trabalhando em relação a essa situação de manipulação? E uma outra pergunta é sobre esse último assunto aqui: vocês têm qual é ou quais são as casas de apostas que mais perderam com essas manipulações? Poderiam responder, por favor?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO (Para expor.) – Sim. Há diversos Ministérios Públicos estaduais que já realizaram, inclusive, operações recentes pro combate à manipulação esportiva. Recentemente, aqui, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Ministério Público da Paraíba, o Ministério Público do Amazonas. É comum até mesmo no Rio Grande do Sul. Sempre, todo santo ano





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem investigação na Copinha, todo santo ano tem, na Copa São Paulo de Futebol Júnior. Então, esse é um tema corriqueiro, frequente, já há diversas investigações.

No nosso caso específico aqui, as duas casas de apostas que eram de preferência dos apostadores aqui investigados eram a Betano e a Bet365; eram as duas principais.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – As que mais pagaram?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – Sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Betano e...

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – E Bet365.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... Bet365.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só rapidamente, pra fazer justiça aqui: o Senador Carlos Portinho se esqueceu – por uma questão normal, é tanto nome na cabeça da gente – do nome do Presidente do Vila Nova Futebol Clube, de Goiás, que também merece a mesma honraria. Ele se chama Hugo Bravo, ele é policial militar e teve a coragem de denunciar os seus próprios jogadores.

E, Senador Chico, aqui cabe também – da gente, que só faz crítica – um elogio à atitude da casa de apostas que patrocina o Corinthians, um dos maiores times do mundo. Ela exigiu, em 24 horas, provas de inocência dos dirigentes do Corinthians, envolvidos em recebimento de propina de R\$1,986 milhão. Como o Corinthians não apresentou as provas, ela rescindiu o contrato. Que toda casa de apostas fizesse o mesmo com qualquer acontecimento semelhante!

Por favor, desculpe o tempo, Senador Chico Rodrigues, sempre presente.

À vontade, querido.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpellar.) – Inicialmente, eu quero cumprimentar o Presidente desta CPI, que tem sido cartesiano nas suas posições, na condução dos trabalhos; o Relator, ninguém menos importante que o Senador Romário, ídolo – não é o Romário Senador, é o Romário ídolo –; e cumprimentar, obviamente, o Promotor Fernando Martins e o Procurador-Geral Cyro Terra, do Goiás.

E quero dizer, primeiro, que, às vezes, em algumas convocações de pessoas a serem ouvidas, nós temos que ter cautela para que não exista nenhum conflito entre momentos da atuação pública, da necessidade de se apresentar em competições nacionais, internacionais, etc. Isso não quer dizer que não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devam ser ouvidos, não é isso que defendemos. Portanto, acho que o cuidado, o equilíbrio do Senador Jorge Kajuru é absolutamente compreensível e respeitável.

Então, apenas a título de comentário, porque hoje o Brasil vive um momento bom, começamos a sonhar novamente com outra Copa do Mundo e, agora que o time está embalado, precisamos, na verdade, dar o benefício da nossa confiança à direção da CBF, principalmente ao Presidente Ednaldo Rodrigues, que tem se havido de uma forma muito tranquila, serena, tendo afastado da CBF aquele turbilhão de denúncias, de acusações, de temores, etc. Na verdade, é um Presidente que tem se portado de uma forma extremamente cuidadosa e com muita competência, delegando poderes aos dirigentes, ao treinador, com toda liberdade de convocação dos atletas que ache, na verdade, que poderão compor a melhor seleção, enfim, e os resultados estão aí, estão chegando.

Então, gostaria de fazer esse registro, Presidente, e ao mesmo tempo dizer que o esporte, o futebol, é alguma coisa inexplicável, aqui no Brasil, na várzea do Rio de Janeiro ou de Recife, ou do Ceará, ou do Amazonas, ou do meu estado, Roraima, ou na Inglaterra, a origem do futebol. O futebol é aquela paixão que faz dirigente brigar com o dirigente adversário, treinador empurrar o treinador do outro time, comissão técnica embraquecer no campo, jogador trocar pontapé e brigar... E na arquibancada nem se fala, porque é um verdadeiro teatro de guerra, muitas vezes, quando o seu time, por isso ou por aquilo, não está se havendo bem, e isso é da natureza humana, mas principalmente num esporte de multidão como é o futebol. Então, todos esses fatos, a gente está acompanhando, a CPI é importante para depurar, para peneirar, para encontrar melhores caminhos, etc., mas nós sabemos que essa paixão tem um condão do imponderável – do imponderável, não é?

Nós admiramos o trabalho que foi feito pelo Dr. Fernando, o cuidado que teve, a pronta ação do Ministério Público no sentido de fazer aquelas identificações, chegando, inclusive, com a Operação Penalidade Máxima, a alertar o Brasil do que está acontecendo no presente, principalmente em relação à manipulação dos jogos, porque os interesses mais escusos possíveis...

E antes de fazer uma pergunta, até por curiosidade, eu gostaria de... Todo mundo conhece aqui, é incontestável a crença, o amor que a gente tem pela história do ídolo Romário. E olhando pelo retrovisor do tempo, na minha adolescência, na minha molecagem de interior, garoto do Nordeste, do interior, aqueles times, eu via sempre aquele fuxico, que vai e que vem, "ah, o jogador tal ganhou, sei lá, uma passagem de caminhão para ir não sei pra onde, pra deixar fazer o gol", "o goleiro é frangeiro, mas é frangeiro porque acertaram com ele", pá-pá-pá e tal.

Senador Romário, que já passou por todos os teatros esportivos do planeta e deixou no seu rastro a lembrança e a admiração, V. Exa., na época em que começou como jogador de futebol do América, na época em que V. Exa. começou a ascender aos grandes palcos do futebol mundial também, existia essa história de que um dirigente de um time mandou comprar um jogador, mandou, sei lá, provocar uma derrota





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para beneficiar seu time, no meio dos jogadores? Porque o que a gente via no passado, não de uma forma explícita como hoje...

Eu acho que é só pra ter a convicção de que esse esporte é imponderável: nós vamos alterar as leis a vida inteira, e sempre vai ter que usar a inteligência artificial agora – não é? – pra que possa identificar todos esses fatos e dar um rumo correto ao futebol, que é a paixão mundial.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Senador, eu vou responder a essa pergunta, e em seguida eu vou fazer uma pergunta aos nossos convidados.

O que tinha na minha época era a chamada mala branca. Mala branca é o seguinte: por exemplo, o América está precisando que o Madureira ganhe do Bom Sucesso, para que o América se classifique ou não caia. E aí chegaria uma mala branca lá no time, no... Ou seja, dinheiro, chegaria esse dinheiro lá pro Madureira ganhar. Ou seja, mesmo o Madureira sendo o melhor, independentemente disso, era uma ajuda a mais para que o Madureira ganhasse do Bom Sucesso, para que o América ou não descesse, ou subisse pra ser classificado, ou fosse campeão. Isso existia sim.

E dentro dessa sua pergunta...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) – E é uma infração desportiva igual, tá? É só pra deixar claro.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Portinho, eu ia fazer exatamente esta pergunta: isso também é corrupção? Não é mais infração? – que não significa corrupção. A pergunta é: é uma corrupção?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO (Para expor.) – Infração disciplinar, no âmbito do STJD. Aí tem toda uma aplicação.

Agora, no âmbito criminal, a figura é pra falsear ou alterar o resultado. Nessa forma como um incentivo para o time fazer o que se espera dele, não seria considerado crime especificamente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Está respondido, Senador?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Respondido, Líder.

Eu gostaria apenas só de comentar rapidamente que eu tenho acompanhado aqui a CPI, com todos os com que nós tivemos a oportunidade de participar, com a presença, a minha presença. E a gente vê a possibilidade de manipulação nos jogos de futebol e eu me pergunto que benefício poderíamos ter em relação ao combate de suspeitas e manipulação de jogos se pudessemos introduzir sorteios de árbitros,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como já foi feito no passado. E é interessante essa pergunta, porque sempre alguém na verdade contradiz ou na verdade reforça esse nosso juízo de valor em relação à escolha de árbitros de futebol. É claro que o árbitro não pode evitar que um jogador dê uma mão dentro da área para marcar um pênalti, ou que, sei lá, um goleiro facilite, não se debruce ou se jogue sobre a bola, enfim.

Então eu pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Presidente da Comissão Nacional de Arbitragem da CBF discordou dessa sugestão sua. Você está lembrado, não é?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Não, eu não estava no dia da...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você estava ausente.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu estava ausente, pois é.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu pedi até que a minha assessoria te comunicasse, Senador Chico, porque ele acha que não adiantaria. Essa foi a opinião dele.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas a sua opinião teve, dentro das redes sociais que eu vi, uma aceitação extraordinária.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – É porque, vejam bem, como praticamente já foi exaurido todo o tema aqui – o Romário deu uma aula; e você, da mesma forma; e tanto o Procurador quanto o Promotor também já responderam praticamente a todas às perguntas –, é uma questão em que a gente está se batendo ainda mesmo em relação ao sorteio dos árbitros, porque...

Na verdade, por que só culpar o jogador? E por que não tem um árbitro que já... Aliás, já tem várias acusações de árbitro também que, enfim, facilita. E quem sabe mais disso do que a gente é a torcida, não é? Quando qualquer coisa acontece meio estranha... Como disse aqui o Dr. Cyro Terra, o seu professor disse que a maior prova é a racionalidade humana. Então, 30 mil, 50 mil pessoas vendo um juiz apitar errado, será que comete tanto erro só no jogo? Comete... Tem o VAR agora como contraponto, mas com todos os defeitos... com todas as virtudes e com todos os defeitos também, porque o VAR também não é



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

perfeito, não é? Quantas vezes se recorre ao VAR e, de repente, se viu que houve algum erro, sei lá, talvez não intencional, mas houve algum erro?

Então, eu só pergunto: dentro do direito, do Ministério Público, qual o sentimento de vocês, como o caso foi específico no Estado de Goiás... E lógico que se estende. Em se estendendo para outras federações, porque alcança outros times, o que é que vocês sugeririam, de uma forma muito simples e objetiva, para que se evitasse que esse grande mal ao futebol continuasse assombrando os times, e obviamente as torcidas, e a CBF, enfim.

O SR. CYRO TERRA PERES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom, com relação a essa questão específica da arbitragem, Senador, nós não tivemos assim... Na nossa apuração – eu não estou dizendo que não exista –, nas nossas apurações, na investigação desta quadrilha que manipulou essa série aqui de eventos em vários jogos do Campeonato Brasileiro das Séries A e B, nós não apuramos o envolvimento de nenhum árbitro. Eu não estou dizendo que não possa existir, eu estou dizendo que nós sempre trabalhamos com muita prudência, muito equilíbrio.

E o senhor ressaltou bem: não é porque existiu um fato isolado que todo o futebol nacional está manchado. Não é isso que nós estamos dizendo aqui. Há problemas pontuais praticados por pessoas inescrupulosas, organizações criminosas que buscam se valer do futebol para auferir um lucro fácil, mas nós acreditamos que, com os instrumentos necessários, essas práticas podem ser combatidas com eficiência. E toda nossa atuação é para preservar esse grande valor, esse grande patrimônio dos brasileiros que são as disputas do futebol.

Então, com relação à arbitragem, nós não teríamos, porque nós do Ministério Público gostamos de opinar a partir de uma realidade conhecida de fatos concretos. Então, nesse aspecto, eu não teria uma colaboração no momento, pelo menos, a apresentar a esta Comissão, porque não tivemos uma experiência com esse lado da questão. Tivemos, sim, jogadores que foram aliciados, daí essas várias sugestões desse sistema, de uma espécie de *compliance* dentro dos clubes, das federações e tal, onde as pessoas pudessem, ao suspeitar ou detectar, encaminhar essas denúncias, da formação dos atletas, para que eles tivessem uma clareza de quem procurar se fossem submetidos a algum tipo de proposta indecorosa desse tipo, porque todo mundo...

É evidente, nós compreendemos, são jovens, podem ficar temerosos de a própria atitude deles repercutir, de alguma maneira, nas suas carreiras e tudo o mais. Então, em tudo o que já há uma estrutura prévia, que faça fluir a informação, é muito importante. Poderia se pensar até num código de ética de conduta muito claro, que tratasse dessas questões, e essa fiscalização mais intensa, né, sobre as apostas esportivas, sobre as obrigações das casas de apostas, de informar às autoridades as atitudes suspeitas e, principalmente, essa plataforma nacional em que todas as instituições pudessem colaborar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E gostaria aqui de fazer uma ênfase e até de pedir aos Srs. Senadores: vejam quão valiosa foi a atuação do Ministério Público nesse caso, por conta de quê? Do poder de investigação do Ministério Público, que é algo sempre colocado, às vezes, em risco, nacionalmente, por propostas legislativas ou ações judiciais que querem tirar do Ministério Público esse poder de investigar diretamente e nos submeter a que só a polícia possa investigar ou tudo o mais. Não que nós não confiemos na polícia; nós somos parceiros da polícia, mas, em investigações sensíveis, como essa – não é? –, como essa... Este aqui é um exemplo muito claro, que envolve grande poderes políticos, econômicos. É muito importante que o Ministério Público detenha essa possibilidade de investigação direta. Não queremos competir com ninguém; nós confiamos na polícia, as forças de segurança são nossas parceiras, mas em algumas situações pontuais, o Ministério Público precisa ter esse poder, para usar da credibilidade que a população nos deu. Não é nossa; é ela que nos empresta. Nós somos defensores do povo. O Ministério Público só tem valor enquanto tiver a confiança da população. Isso... Nós temos uma clareza muito grande em relação a isso enquanto nós servirmos ao povo – né? –, que nos sustenta.

Então, eu só queria deixar esse registro aqui, pedir aos senhores que, sempre que houver essas tentativas de limitar a nossa atuação na investigação, gostaríamos muito de contar com o apoio dos senhores, porque ela é valiosa. O Ministério Público brasileiro aprendeu, ao longo dos anos, e aprendeu, às vezes, até com seus erros, a usar desse poder com prudência, com sensatez, com equilíbrio, a basear as suas atuações na prova e não em suposições, em ilações, não é? E é isso que nós estamos procurando fazer aqui.

Eu entendo a preocupação do senhor. São fatos pontuais. Isto aqui... Eu assisto ao Campeonato Brasileiro, gosto do Campeonato Brasileiro, ensino meus filhos a terem paixão pelo futebol. O que nós queremos é eliminar esses...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. CYRO TERRA PERES – ... pontos aqui, de pessoas inescrupulosas, que estão tentando tirar de nós, de toda a população, dos jovens, das crianças, o prazer, e afetando atividades, sim, econômicas de profissionais de toda ordem que gravitam em torno, legitimamente, do futebol, né? Não só os atletas: a imprensa, empresas e tudo o mais que movimentam a economia do país também através do esporte.

Então, nós temos que proteger todas essas pessoas, mas sempre com a prudência necessária e deixando bem claro que são questões pontuais e não generalizadas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dr. Cyro, essa sua resposta foi oportuníssima – rapidamente – porque se registrou aqui uma coincidência que a gente iria deixar para o final da nossa reunião.

Aqui não é a opinião do Presidente da CPI, é a opinião de todos nós aqui. Qual a nossa opinião desde o começo? Para que a gente se transformasse em parceiros de vocês do Ministério Público e para que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente falasse a verdade, Relator Romário, de que é evidente, sem hipocrisia, que há gente, há segmento querendo tirar o poder de Ministério Público, sabendo da forma como eles investigam e da independência maior que eles têm, que eles possuem até do que outros órgãos.

Então, tenha certeza de que esta CPI é parceira de vocês. E, em todos os momentos em que vocês se sentirem prejudicados ou impedidos do trabalho de vocês, nós queremos ser as vozes de vocês aqui, cada um de nós, para defendermos a investigação de vocês e o trabalho de vocês, tanto que fizemos questão de, em uma reunião única com vocês, mostrar de onde tudo isto partiu, felizmente, do meu amado Estado de Goiás.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Promotor e Sr. Procurador, por exemplo, eu não ouvi aí o Sr. Cesconetto falar sobre o Ministério Público do Rio de Janeiro. Eu queria fazer uma pergunta.

O Ministério Público do Rio de Janeiro, para participar de um trabalho como foi feito em Goiás, tem que chegar nele algum tipo de denúncia ou ele mesmo, o próprio Ministério Público, por si só, pode começar a fazer esse processo?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO (Para expor.) – Até vou me corrigir aqui com relação, inclusive, a essa... às representações, enfim, às notícias do Presidente do Botafogo, sei que teve encaminhamento também e há investigação em andamento no Ministério Público do Rio de Janeiro. E pode ser que tenha havido investigações lá e eu, por lapso, não estou recordando nesse momento...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Certo.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – O normal é que nós agimos mediante provocação, seja por um atendimento ao público, uma demanda, um *e-mail* anônimo qualquer encaminhado ou até, por vezes, quando há um compartilhamento de prova de que algo de ilícito aconteceu ali. Então, esse é o caminho normal de ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí, Romário, só me permite...

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – Nada impede de que haja uma atuação proativa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas só rapidinho na sua pergunta, que é importante colocar. O caso de Goiás é que lá teve uma felicidade. Qual? O Presidente do Vila Nova denunciou seus próprios jogadores, com provas, e o Ministério buscou as provas.

No caso do Rio de Janeiro, que você tem toda razão...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso não acontecerá, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Ministério Público do Rio de Janeiro não viu provas ainda naquilo que o Sr. John Textor está apresentando...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... ou ele não quer trabalhar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Mas se os senhores, por exemplo, como torcedores, vendo os jogos do seu clube: primeiro jogo, viu alguma situação estranha; segundo, a mesma coisa; terceiro... e por aí vai. Os senhores podem acionar o torcedor... O Fernando Cesconetto pode se transformar no promotor para aquela situação?

O SR. CYRO TERRA PERES (Para expor.) – Veja, o Ministério Público tem o poder de agir proativamente, claro, de ofício, mas evidentemente que nós precisamos de alguma base, de um fato ou de um indício de algo concreto que parta da realidade dos fatos, para que a nossa atuação nunca fique, vamos dizer assim, carregada pelo subjetivismo, mas, sim, por algum elemento objetivo que possa nos dar. Então, assim, não é comum que parta de um simples voluntarismo, vamos dizer assim, do promotor de Justiça, mas se a realidade está demonstrando fatos – e aí não são só percepções, mas fatos – estranhos que vieram ao conhecimento ou até uma reportagem, uma notícia de jornal que narra algum fato estranho, pode em princípio, não só nesse caso, mas em alguma apuração... Claro, com a devida verificação inicial se isso realmente merece apuração ou não. Mas nós temos uma preocupação bastante grande de jamais deixar que nenhum tipo de percepção subjetiva guie a nossa atuação, mas sempre um certo distanciamento positivo, eu quero dizer, do fato.

Eu lembro bem que – só fazendo uma referência – muitas vezes em casos de homicídio a gente é procurado pelos familiares da vítima. E isso toca muito a nossa sensibilidade, mas, mesmo assim, claro que mesmo querendo processar, a gente tem que fazer uma avaliação objetiva porque é procurar a verdade sempre, com a abertura de que essa verdade se apresente. Não é a minha, não é a verdade que eu quero, é a verdade que está lá fora. É essa daí que eu tenho que trazer e encontrar. A verdade não está aqui na minha mente, a verdade está lá fora e eu vou lá buscá-la, com a abertura de procurá-la em todos os lugares, doa em quem doer, inclusive pode ser que ela se revele não a que eu imaginei no início, mas é aquela que se apresenta realmente no âmbito da realidade. Então é só um cuidado.

O ofício do Ministério Público, há um escritor que dizia isso, é um intermediário entre o advogado e o juiz; por isso, ele dizia que o ofício do Ministério Público, um grande autor, era o mais difícil da Justiça, porque ele deveria ser um advogado sem paixão e um juiz sem parcialidade. Ele tem que ser firme para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurar, mas, ao mesmo tempo, prudente para avaliar essas provas de maneira objetiva. É isso que a gente busca com todos os limites humanos, mas é o ideal que a gente sempre busca.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Uma outra pergunta, só para finalizar.

A CBF, sem a ajuda do Ministério Público ou da Polícia Federal, poderia, em um determinado momento, punir algum de seus jogadores por entender que aquele jogador está manipulando alguns resultados?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCNETTO (Para expor.) – Sim, no âmbito do STJD isso é plenamente possível, acontece rotineiramente porque são... Embora o mesmo fato possa configurar infração lá no STJD e crime, ele pode ser punido, pode ser considerado infração somente no STJD, e não crime, ou ser processado somente perante o STJD, e não ter nenhuma investigação criminal a respeito. Então, isso acontece rotineiramente – rotineiramente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Relator, Senador Romário.

Bem, sempre presente, nosso escorreito Senador cearense Eduardo Girão, para as suas colocações e os seus questionamentos nesta importante reunião de hoje da CPI da manipulação de resultados de jogos de futebol e de apostas.

Girão, querido, à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

Antes que o senhor olhe para o lado direito... Já olhou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria fazer uma saudação ao nosso grande irmão Senador Alvaro Dias, uma referência, uma inspiração, para nós aqui no Senado Federal, de homem público. Seja muito bem-vindo, Senador Alvaro Dias, um desportista nato, que tem muito... Se o senhor puder se sentar aqui do meu lado, será uma honra.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Um dos meus professores aqui no Senado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha aí! Olha aí! Professor também meu.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Inclusive de CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Guerreiro de CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Guerreiro de CPI.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Corajoso! Corajoso!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Romário e ele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E com o futebol ele tem uma relação muito próxima. É corintiano, mas sobretudo é um defensor do futebol brasileiro, da ética. Eu fico muito feliz em vê-lo aqui, Senador Alvaro Dias. Nada acontece por acaso: o Senador Kajuru, me passando a palavra, o senhor, chegando.

Senador Romário acabou de fazer uma pergunta. Ele levantou a bola... Tu estás parecendo agora um levantador, um levantador... Bebeto e Romário, pronto, está bom, para ficar dentro do futebol, não é?

Mas eu tenho que parabenizar os senhores – eu tenho que parabenizar os senhores. E, como cidadão, gratidão pelo trabalho de vocês, que repercutiu no Brasil muito, na minha terra. Eu sou também um desportista. Fui Presidente de um clube, do Fortaleza, em 2017. E o trabalho que vocês fizeram faz a gente ter esperança no Brasil, não é? Jovens que cumprem o seu dever; funcionários públicos, servidores exemplares, que foram num ponto importante.

E eu quero parabenizar também o Presidente do Vila Nova, que denunciou, porque, a partir desse episódio de Goiás – e nós estamos com o Senador de Goiás aqui, Senador Kajuru, que é o Presidente desta CPI –, a gente está podendo... Vai depender da gente agora, muito da gente. Esta CPI tem um papel, mas a gente está podendo jogar luz onde tem sombra, porque, com o advento das apostas esportivas, eu não tenho dúvida – eu não tenho dúvida – de que o nosso futebol está sob ataque.

É um perigo essa questão de manipulação. Se já tinha problemas no passado, isso ficou muito maior, porque tem interesses. Vai afastar as pessoas do futebol, se a gente não tomar medidas aqui, porque o cara vai perder o dinheiro. O nível de endividamento está brutal. Toda semana, Senador Romário... E eu estive, nesse final de semana, lá em Maceió, na final da Copa do Nordeste, conversei com os alagoanos. É impressionante, Senador Alvaro Dias, as pessoas me dizendo: "Olha, eu estou acompanhando, e o senhor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem razão: eu perdi parte do meu patrimônio, não consigo sair [é desse jeito] das apostas". R\$100 do Bolsa Família... Desculpa, eu estar sendo chato aqui e estar falando sempre, mas R\$100 do Bolsa Família, em seis meses que nós liberamos essas *bets*, já estão sendo consumidos, em média, pelo brasileiro para aposta esportiva, Senador Alvaro Dias. As pessoas mais vulneráveis estão sendo o foco disso, naquela expectativa: vou ficar rico, futebol, paixão. Está aí o resultado já.

Há pouco tempo, e aí vem a dupla Bebeto e Romário, que, de longe... Este cara aqui é uma referência, sob todos os aspectos, das causas nobres aqui no Senado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Causas das pessoas especiais.

Eu digo que o senhor levantou a bola, porque eu estava refletindo sobre o episódio que está acontecendo. Nós estamos com a Copa América batendo na porta. Copa América é um grande torneio aqui do nosso continente.

E a gente, claro, não pode fazer prejulgamento nenhum, prejulgamento com ninguém.

Aliás, eu já disse aqui e quero voltar a dizer: quando eu assumi o Fortaleza, eu olhei nos olhos dos jogadores do clube para me apresentar. E me disseram: "Rapaz, não adianta fazer acordo, não; chegar na hora da final, do jogo mais importante, eles vão virar e lhe dar uma facada e você vai ficar refém".

Eu disse que eu não acredito que um cara que faz um gol, que dedica, grande parte hoje, a Deus, a Jesus, que um goleiro, que faz aquela defesa fenomenal também, eu não acredito que vá fazer isso. Não entra na minha cabeça isso.

E o acordo que eu fiz com eles, no primeiro dia, foi cumprido até o final, porque a regra da boa convivência é o respeito.

Então, você respeitando, essa sinergia volta.

Nós estamos com um caso aqui. Inclusive, eu entrei com um requerimento.

Sobre essa pergunta do Senador Romário, eu quero me aprofundar.

A CBF, no meu modo de entender, no mínimo, ela tinha que afastar enquanto tem a investigação sobre o caso de um jogador que, no seu local de nascimento, na sua área de relação, teve um número – aí são indícios fortes – de apostas absurdo. E esse jogador, como se nada tivesse acontecido, está junto com um grupo, repito, sem fazer prejulgamento...

Mas eu aprendi na vida o seguinte: o certo é certo mesmo que ninguém faça; o errado é errado mesmo que todos se enganem sobre ele.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se existe *compliance* nessa instituição CBF, eu acho que ela está numa prova agora de tomar uma postura. "Ah, mas o Brasil está bem, numa expectativa". Meu amigo, ética é ética. É inegociável! A gente não pode...

O futebol é um instrumento, no meu modo de entender, de lazer, de entretenimento, de uma competição saudável. E isso envolve ética. E a gente precisa ter essa responsabilidade aqui.

Nós estamos com um requerimento, Senador Kajuru, que eu tenho certeza de que o senhor vai priorizar, porque já esperamos várias semanas, que é do Sr. Mansur, de um escândalo que foi divulgado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Semana que vem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Semana que vem. Eu lhe agradeço. O senhor prometeu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para ser mais preciso, dia 19.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque, na semana que vem, nós temos duas reuniões, na terça e na quarta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque foi uma denúncia de propina sobre essa questão de aposta esportiva, como isso chegou ao Brasil, ao Congresso Nacional. E a gente precisa ouvir e fazer algumas perguntas para o Sr. Mansur, que teve a coragem de denunciar, de participar dessa... de tirar da sombra essa situação.

Mas eu queria fazer aqui umas perguntas. Vou ser bem rápido porque eu sei que já está no final da sessão. Mais uma vez, parabênz o Dr. Cyro Terra Peres, o Dr. Fernando Martins Cesconetto.

Quero dizer o seguinte. O mercado de aposta esportiva, como eu falei, vem crescendo, ano a ano, no mundo todo, movimentando quantias vultosas. Os maiores *sites* de apostas chegam a oferecer centenas de tipos de apostas na maioria dos esportes, não é só no futebol. Atualmente se aposta em quase tudo, no futebol: número de escanteios durante a partida; qual equipe vai marcar o gol, cesta ou ponto primeiro, no caso do basquete; o número total de cartões amarelos, vermelhos, faltas, tiro de meta – esse caso do jogador foi cartão amarelo, esse em que eu falei há pouco – e outros vários tipos de palpites.

Com efeito, na esteira da propagação do mercado *bet*, como são conhecidas as casas de apostas digitais, crescem também os casos de fraudes e manipulação de resultados, além de sinais da presença de organizações criminosas no negócio. A manipulação de resultados é um dos efeitos colaterais dessa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expansão do mercado. Empresas referências em monitoramento de fraudes esportivas apontaram que, cada vez mais, é preciso segurança no universo das apostas esportivas.

Nesse sentido, o Gaeco, que é o grupo especializado de combate ao crime organizado do Ministério Público do Estado de Goiás, do qual os senhores fazem parte, tem feito um belíssimo trabalho ao desenvolver investigações, que se iniciaram em 2022, do que teria acontecido na Série B do Campeonato Brasileiro de Futebol daquele ano. Na Série B, não é isso? B e A. B e A. O esquema teria o envolvimento de jogadores e há indícios de atuação do grupo em, pelo menos, três jogos, no fim de 2022. A estimativa é de que cada suspeito recebia 150 mil por aposta.

Pergunta um, que eu faço ao Dr. Fernando Martins: pelas investigações desenvolvidas pelos senhores, qual a relação das organizações criminosas, milícias e facções, com a prática da manipulação de resultados? Como ela se apresenta?

Pergunta dois. Em 2022, até onde as centenas, se não milhares, de *bets* têm participação nesses esquemas criminosos?

Eu vou fazer em bloco, se puderem tomar nota eu agradeço, porque aí eu vou alternar aqui, também, agora, para o Dr. Cyro Terra Peres.

Muitos estudos mostram que jogos interativos *on-line*, apostas esportivas, jogos de cassino e máquinas de jogos eletrônicos, o jogo do Tigrinho, o jogo do Aviãozinho etc., estão entre as modalidades mais associadas ao jogo problemático, que causam, inclusive, prejuízos psicológicos, além de fomentar lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, evasão de receita e outros crimes financeiros.

Eu pergunto para o Dr. Cyro: nesse contexto, como se dá a dinâmica do processo dos crimes financeiros na realidade das manipulações dos resultados e no mercado das *bets*?

Agora, já me encaminhando para o final, é para o Dr. Fernando. As investigações advindas da operação Penalidade Máxima revelaram que o grupo criminoso oferecia dinheiro para jogadores de futebol receberem punições por parte da FIFA. As penas vão desde o afastamento, por 360 dias, das atividades do esporte até o banimento definitivo. Mais de uma dezena de jogadores profissionais de futebol receberam penas pela Federação Internacional de Futebol, sendo que alguns deles já haviam sido punidos também pelo STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva).

Eu pergunto ao Dr. Fernando: como os senhores, como o senhor chegou até essa turma de criminosos de chuteiras?

Quatro, penúltima pergunta, também para o Dr. Fernando: para mitigar os impactos das fraudes em resultados no futebol é fundamental destacar que é muito importante que haja um esforço conjunto entre entidades esportivas, autoridades governamentais e a sociedade civil para promover a integridade no esporte, através de campanhas de conscientização e da implementação de políticas de integridade e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compliance nos clubes e federações. Como se dá a interação do Ministério Público de Goiás, por exemplo, com a Confederação Brasileira de Futebol ou com a federação de Goiás, a Federação Goiana de Futebol? Como chegam as demandas dessa entidade máxima do futebol brasileiro ao Ministério Público, e se chegam? Qual o fluxo de tratamento dessas denúncias? A CBF, como entidade, as federações estaduais e os times de futebol têm contribuído com as diversas investigações no âmbito da Operação Penalidade Máxima?

Por último, Dr. Cyro, as investigações, processamentos, julgamentos e as eventuais punições de atos de manipulação de resultados demandam um procedimento cuidadoso e detalhado, como o senhor falou, com muita responsabilidade, envolvendo a coleta de evidências, o depoimento de testemunhas e a análise técnica de partidas suspeitas. A complexidade desses casos requer uma abordagem transversal de várias áreas de atuação na esfera da fiscalização e controle. Eu pergunto para o senhor, Dr. Cyro: nesse contexto, como o Ministério Público tem visto o uso da análise de partidas de futebol por empresas como a Sportradar e a Good Game!? Até que ponto essas avaliações têm servido como prova nas investigações? Ou isso seria uma outra etapa? Porque eu acho que esse assunto está longe de a gente, vamos dizer, concluir, acho que tem muita água para rolar embaixo dessa ponte.

Dizendo e mais uma vez fazendo alerta, Presidente: não podemos matar a galinha dos ovos de ouro. É um patrimônio o futebol brasileiro, esse esporte, é um patrimônio do povo brasileiro o futebol. Então, que a gente não possa deixar a ganância tomar conta disso e a gente ter prejuízos, porque os desportistas que gostam de futebol, que é saudável, é muito bom... O colega estava falando há pouco da questão de rivalidade, isso é saudável, pode ser saudável. Nós podemos ser adversários dentro do campo, como na política, mas fora dele nós somos irmãos, filhos do mesmo Deus, jamais inimigos. Então, até nessa cultura da tolerância, é importante o futebol.

Não sei se os senhores sabem do caso do Estado do Ceará, mas a gente tinha cinco a seis mortes por jogo. O Ministério Público foi muito parceiro nosso lá no Ceará. É o núcleo de defesa do.. Não é, Roberto? O núcleo de defesa lá do Ceará, que nos ajudou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Do torcedor. É, exatamente.

E a gente tinha cinco a seis mortes por jogo – é verdade! –, porque um estava com a camisa do Ceará, o do Fortaleza passava nos terminais de ônibus, ao redor do Castelão... Era uma coisa grave isso, o momento que a gente estava vivendo. E nós começamos a fazer ações conjuntas, o Presidente do Fortaleza, eu, e o Presidente do Ceará, juntos, assistindo a jogo juntos, no estádio, um do lado do outro, um com a camisa do seu time... Os nossos jogadores entrando alternados em campo... Isto jamais foi visto. O mascote do Fortaleza com a bandeira da paz, com as cores alvinegras, que são do Ceará; o mascote do Ceará, alvinegro, com as cores da paz, com a bandeira do Fortaleza, com as cores do Fortaleza...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, começou a torcida, naquele momento, criou um zum-zum-zum, começou a julgar, mas o tempo foi passando, a gente com resiliência... Resultado: lá no Estado do Ceará, as mortes triplicaram em todas as áreas, menos no esporte, porque o exemplo tem que vir de cima. Menos no esporte. No esporte não tem. Raramente acontece alguma tragédia dessa, e era recorrente.

Então, eu sei lá do estado de vocês, Goiás e Vila Nova, a rivalidade que existe, mas isso é plenamente... É ali um microcosmo, que pode servir de um exemplo para a sociedade em geral de tolerância, de respeito, de solidariedade com o próximo.... As campanhas que os clubes fazem são lindas campanhas de conscientização de vários temas.

Então, eu queria fazer esses questionamentos e, ao mesmo tempo, mais uma vez parabenizar o trabalho dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Questionamentos feitos pelo Vice-Presidente desta CPI, o Senador Eduardo Girão, que, no final de suas colocações, também precisa dizer que ele é um exemplo. Afinal, Girão se casou com uma torcedora do Ceará, e eles vivem maravilhosamente bem – nossa querida Márcia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – É verdade.

Obrigado.

O SR. CYRO TERRA PERES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bem, vamos repartir aqui, para sermos bem objetivos.

Em relação à participação de facções criminosas, na nossa investigação, particularmente, embora os envolvidos, claro, formaram, evidentemente, uma organização criminosa, mas uma organização para praticar esse tipo de crime, eles não eram uma organização criminosa prévia. Então, nas nossas investigações, não detectamos, mas, em diálogos com colegas de outros estados e por indícios, já temos conhecimento de que, realmente, para as facções criminosas é mais um mercado, vamos dizer assim, em que elas querem penetrar, como estão penetrando em comércio de combustível, em insumos hospitalares, em tudo... É um câncer que quer penetrar em todo setor da sociedade.

Então, eu diria para o senhor que é um risco, sim, até pelas grandes somas de dinheiro envolvidas, e por ser realmente, conter ali um elemento – não é, Dr. Fernando? – facilitador – o Dr. Fernando pode especificar melhor – de lavagem de dinheiro, pelas grandes somas envolvidas, pelo grande número de apostadores, que se torna difícil identificar se são apostadores reais, se são laranjas, se são... Enfim, é um território complexo de fiscalização.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à segunda questão que o senhor colocou, da participação das *bets*, como já dito aqui, nós não identificamos participação delas ou de funcionários, ou que elas tenham induzido.

Em princípio, foram vítimas das fraudes, embora não tenham, a partir desses fatos, feito colaborações voluntárias conosco a respeito desses prejuízos que elas realmente sofreram.

Só completando aqui o que o senhor disse: se iniciaram as investigações justamente em quatro jogos da Série B; na segunda fase, já foram oito da Série A, um da B e quatro estaduais; na terceira fase, foram treze jogos da Série A, todos de 2022, e na quarta fase, que está em andamento, é que tem um da Série A, dois da B e três estaduais. Então esse é o universo em que essa organização criminosa atuou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dr. Cyro, só para conhecimento do Senador Girão – que não estava aqui no momento, ele vai ficar contente em saber –, depois de uma implacável pergunta do Relator Romário, o Dr. Cyro, que é Procurador do Ministério Público, fez uma colocação irretocável, brilhante, de que as casas de apostas são vítimas desinteressadas em investigar. Eu achei essa frase fantástica.

O SR. CYRO TERRA PERES – Exato.

Pode, Fernando.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCINETTO (Para expor.) – Até complementando o porquê das desinteressadas, é que a gente chegou a um exemplo concreto em uma determinada rodada em que a casa de apostas bloqueou o pagamento do prêmio para os apostadores porque tinha suspeita de fraude, mas nada disso foi encaminhado – ao menos ao nosso conhecimento, nada disso foi encaminhado –, ou seja, ela se blindou quanto a não ter prejuízo, mas não trouxe ao conhecimento. E se não fossem as medidas investigatórias com que nós estávamos naquele momento, nós também não saberíamos; nós não saberíamos disso.

O Senador perguntou quanto a como chegamos nos criminosos. Graças, novamente, à iniciativa do Presidente, do Vila Nova, que não só trouxe a suspeita de que um próprio jogador dele estava envolvido, mas também outras duas partidas envolviam suspeitas de cometimento de pênalti. No começo da investigação eram só os pênaltis, "só" três partidas da Série B – "só" entre aspas.

E, a partir daí, a gente iniciou a investigação, fazendo inúmeras diligências, oitivas, quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico, interceptação, buscas e apreensão, interrogatórios, tivemos confissões, inclusive de atletas que reconheceram os seus erros e fizeram acordo de não persecução penal, porque reconhecer um erro é um benefício, é um instituto que a lei coloca, que não interessa se você concorda ou não, se preencheu o requisito, está ali, é para ser aplicado, e esses jogadores, de fato, se arrependem do que fizeram. Lançamos mão de inúmeros instrumentos investigatórios para esquadrihar a atuação dessa organização, que, até o momento, tem nove pessoas denunciadas como integrantes da organização





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminosa. Entre outros, ao todo hoje são 32 pessoas denunciadas: nove como integrantes da organização criminosa e o restante por ter participado de corrupção desportiva.

Com relação ao papel das confederações e das federações, o Ministério Público recebeu já da Federação Goiana algumas representações e nós encaminhamos para a promotoria ou, em seguida, para a Polícia Civil para apurar, algumas embasadas em relatórios à Sportradar, por exemplo. Temos diálogo com a Federação Goiana, temos também diálogo com o CBF, embora o CBF não tenha nos encaminhado antes um relatório da Sportradar, porque talvez não fosse a nossa atribuição investigar. Tivemos depois diálogos, sabemos que lá tem dados que podem ser fornecidos e devem ser autuados, então a gente tem esse fluxo de conversa após a investigação.

Colocou, quanto ao uso da inteligência artificial, os relatórios, por vezes, mas aí nenhuma prova sozinha vai valer como base para condenação. A palavra de ninguém vale ouro, nem mesmo um colaborador... Até mesmo uma colaboração premiada tem que ser corroborada com outras provas. Então, o uso de inteligência artificial vale? Vale como um indício, vale talvez como um início para chamar a atenção de que algo está havendo. Inclusive, a gente falou aqui antes já sobre a Convenção de Macolin e tem um estudo do Conselho Europeu de que relatórios da Sportradar, da Genius, da Good Game!, enfim, e de outras valem como um chamado, um alerta, um indício para que possa talvez se iniciar uma investigação, mas sozinho ele não basta para condenar, para dizer que houve ou não.

Por exemplo, pode haver da Sportradar que houve, sim, uma explosão de apostas em determinado evento que não deveria, mas às vezes a informação é falsa, porque venderam um jogador sem o jogador saber, aconteceu isso conosco – aconteceu isso conosco. Várias pessoas apostaram em determinado amarelo, não, o jogador está certo, vai fazer, o jogador nem sonhava do que estava acontecendo, venderam o nome dele sem saber e, se for olhar o relatório, de fato, houve um volume de apostas inexplicável. É um indício relevante, mas que tem que ser cruzado com outras provas, sozinho não vai se sustentar. Mas a gente vê como muito necessário esse intenso monitoramento das apostas, porque serve, sim, como um indício relevante de que algo ali pode não estar sendo conforme, que merece um outro olhar mais apurado para a investigação.

Espero que tenhamos respondido a contento.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, só para finalizar.

Única e exclusivamente relacionado a duas *bets* aqui, a Betano e a Bet365. Elas têm feito o suficiente para impedir que suas plataformas sejam utilizadas para o cometimento de crimes? Os senhores têm algum tipo de notícia sobre isso? Serviria para todas, mas eu quero só perguntar exclusivamente para essas duas.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO (Para expor.) – Da nossa parte, não temos conhecimento do que elas estão, de fato, fazendo ou não para prevenir crimes. Nós não temos esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento. Se estão agindo mesmo para blindar o seu patrimônio ou, enfim... O que a gente coloca é que é possível melhorar e muito essa comunicação, talvez hoje quase inexistente, para que elas mesmas, já que detêm toda a inteligência artificial dos algoritmos, se houver uma aposta em determinada cidade, em determinado evento, comuniquem isso de pronto para as autoridades para que possam investigar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou seja, elas continuam perdendo... Ou melhor, foram as que mais perderam até agora e, mesmo assim, não fizeram nenhuma denúncia até este momento?

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – Conosco, não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com vocês.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCO NETTO – Conosco, não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Relator, em campo e fora de campo, homem inigualável. Obrigado, escoreito Senador Eduardo Girão. Eu gostaria também de agradecer a todos os amigos e amigas Senadores, começando pela minha equipe de gabinete, com as craques, a Carol da Luz, a Luma Paschoalato e o ex-editor Chefe do Jornal Nacional Roberto Gonçalves, meu diretor de comunicação; do gabinete do Senador Romário, os supercraques, Wester, Flavio e meu amigo Vicente; do gabinete do Senador Girão, o excelente, Chico, que já acabou com um casamento meu, mesmo assim é meu amigo. Simplesmente eu estava começando um namoro, eu no Plenário do Senado Federal, ele chega... Eu entusiasmado para namorar, Romário, para casar, e ele chega e grita assim: "Kajuru, seu mulherengo!". (*Risos.*) Agradeço ao Chico e ao Roberto também; da Liderança do PSB, Olga, Santi e Carlos. Gente, cuidado, não tem *off* com o Kajuru! Quero agradecer ao advogado do Senado, meu amigo pessoal, Dr. Octavio, mais uma vez aqui; aos consultores do Senado, respeitosos: Luciano, Tiago Ivo e Vinícius; aos servidores competentes, exemplares desta Secretaria da Comissão, que, além da eficiência, me ajudam também na questão visual: o Marcelo Lopes, o Henrique Cândido, o Gabriel Udelsmann.

E não havendo nada mais a tratar e agradecendo a presença, eu só peço... Se os Srs. Cyro Terra Peres, Procurador-Geral da Justiça do Ministério Público de Goiás, e Fernando Martins Cesconetto, Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás, assim como tiveram o direito de uma objetiva explanação inicial, quiserem fazer uso da mesma como explanação final, fiquem à vontade.

O SR. CYRO TERRA PERES (Para expor.) – Apenas agradecer, Senador Kajuru, ao senhor, ao Senador Romário, ao Senador Girão, aos demais que nos deram a honra e o prazer de estar aqui nesta tarde, colocar o Ministério Público do Estado de Goiás à disposição desta Comissão e dizer a toda a sociedade



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

goiana e brasileira que podem contar com a independência moral do Ministério Público, que podem confiar no nosso trabalho, porque a nossa missão é esta: defender a população. Tudo o que interessa para a sociedade interessa para o Ministério Público, e o futebol interessa muito para a sociedade, Senador, é um dos grandes patrimônios da nossa nação. Então, é do nosso interesse priorizar o combate a essas organizações criminosas. E podem sempre contar conosco em todas as ocasiões.

Muito obrigado pelo apoio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que isso!

E, como o maior troféu dos meus 50 anos de carreira nacional na televisão, no rádio, no jornal foi o Romário dizer para o Brasil inteiro que a maior entrevista da vida dele foi a mim, eu aprendi com ele sabe o quê? Que, no final da entrevista, você faz a seguinte pergunta: faltou alguma pergunta para a gente fazer a vocês que nós não fizemos? *(Pausa.)*

Não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Então, foi uma boa entrevista. *(Risos.)*

A presença de todos agradecemos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 18 próximo, às 14h, para as oitivas de representantes das empresas Sportradar e Genius Sports.

Declaro encerrada a reunião.

Deus e saúde a todos e todas!

Agradecidíssimo.

(Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 35 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Romário, Eduardo Girão, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Margareth Buzetti e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues e Marcio Bittar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Oitiva de Felipe Marchetti - SportRadar. Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do Felipe Marchetti, Representante da empresa SportRadar AG, em atendimento ao requerimento 42/2024. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Oitiva de Tiago Horta Barbosa - Genius Sports. Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do Tiago Horta Barbosa, Chefe de Integridade para a América Latina da Genius Sports, em atendimento ao requerimento 43/2024. **Resultado:** Oitiva realizada. **3ª Parte - Deliberativa.** **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 65 de 2024** que: "Convida Lucas Tolentino Coelho de Lima (Lucas Paquetá), jogador de Futebol." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 66 de 2024** que: "Convida Manoel Serapião Filho, ex-árbitro FIFA, a prestar depoimento nesta CPI, em conjunto com o Sr. Salmo Valentim, Presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol, convidado nos termos do requerimento nº 68/2024-CPIMJAE." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 67 de 2024** que: "Convida Rodrigo Alves, Presidente da Associação Brasileira de Apostas Esportivas - ABAESP, a prestar depoimento nesta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 68 de 2024** que: "Convida Salmo Valentim, Presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol (ANAF), a prestar depoimento nesta CPI, em conjunto com o Sr. Manoel Serapião Filho, ex-árbitro FIFA, convidado nos termos do requerimento nº 66/2024-CPIMJAE." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 69 de 2024** que: "Convida, para depor na CPIMJAE o Senhor Regis Dudena, Secretário da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda; a Senhora Livia Martines Chanes, Diretora Presidente para Nubankdo Brasil (CEO Brasil); o Senhor Rafael Castro de Matos, CEO Stark Bank; o Senhor Pedro Bramont, Diretor de Soluções em Meios de Pagamentos e Serviços no Banco do Brasil; o Senhor Leonardo Baptista, CEO da Pay4Fun; o Senhor Diego Perez, Presidente da Associação Brasileira de Fintechs." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 70 de 2024** que: "Requer a transferência de sigilo bancário, telefônico e telemático do senhor Glauber do Amaral Cunha." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 71 de 2024** que: "Convida Lucas Tolentino Coelho de Lima (Lucas Paquetá), jogador de Futebol." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 72 de 2024** que: "Convoca William Pereira Rogatto, para prestar depoimento em CPI, na condição de investigado." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 73 de 2024** que: "Convida Guilherme Augusto Almeida Lima de Figueiredo, Gerente Geral da Betano no Brasil, a prestar depoimento em CPI, na qualidade de testemunha." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 74 de 2024** que: "Convida Leonardo David Penna de Moraes Cordeiro, sócio da BET365 Loterias do Brasil LTDA." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 75 de 2024** que: "Convida Rômulo Meira Reis, ex-oficial de integridade do VAR, a prestar depoimento nesta CPI, na qualidade de testemunha." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 76 de 2024** que: "Requisita do Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, informações relacionadas aos oficiais de integridade que exerceram funções na confederação desde maio de 2022." **Autoria:** Senador Carlos Portinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 77 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico, telemático, pelo período de setembro de 2020 até a presente data, de William Pereira Rogatto, investigado na Operação Fim de Jogo, da Polícia Civil e Ministério Público do DF." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/06/18>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde a todos e a todas presentes e àqueles e àquelas que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Esta CPI, que sem dúvida alguma deixará uma marca histórica, sobre a manipulação de resultados de jogos de futebol e apostas tem também, com muito prazer, o dever de registrar não só o trabalho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

obrigatório, mas eficiente do grupo Senado, por rádio, agência e TV, na transmissão pelo YouTube desta sessão na íntegra, mas também das emissoras TV Meio, Rede Novabrazil FM e BandNews 90.7.

O roteiro deste 18 de junho de 2024 começa, havendo número regimental, declarando aberta a 11ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158/2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, árbitros, auxiliares, dirigentes e empresas de apostas, ou seja, corruptores e corruptos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Logo, a ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião, pátria amada, será dividida em três partes: uma deliberativa, para apreciação de requerimentos; e as duas outras para os depoimentos dos convidados: Sr. Felipe Marchetti, representante da Sportradar, nos termos do Requerimento 42/2024, e o Sr. Tiago Horta Barbosa, Chefe de Integridade para a América Latina da Genius Sports, nos termos do Requerimento nº 43/2024.

De imediato, passamos à parte deliberativa da reunião, destinada à votação dos requerimentos.

Caso o Plenário esteja de acordo, votaremos em bloco os Requerimentos 65 a 77, que constam na pauta. Eles tratam de convites, convocações, pedido de informações e transferências de sigilo.

3ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 65, DE 2024**

Convida Lucas Tolentino Coelho de Lima (Lucas Paquetá), jogador de Futebol.

Autoria: Senador Eduardo Girão

3ª PARTE**ITEM 2**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 66, DE 2024

Convida Manoel Serapião Filho, ex-árbitro FIFA, a prestar depoimento nesta CPI, em conjunto com o Sr. Salmo Valentim, Presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol, convidado nos termos do Requerimento nº 68/2024-CPIMJAE.

Autoria: Senador Carlos Portinho

3ª PARTE**ITEM 3****REQUERIMENTO Nº 67, DE 2024**

Convida Rodrigo Alves, Presidente da Associação Brasileira de Apostas Esportivas - ABAESP, a prestar depoimento nesta CPI.

Autoria: Senador Carlos Portinho

3ª PARTE**ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 68, DE 2024**

Convida Salmo Valentim, Presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol (ANAF), a prestar depoimento nesta CPI, em conjunto com o Sr. Manoel Serapião Filho, ex-árbitro FIFA, convidado nos termos do Requerimento nº 66/2024-CPIMJAE.

Autoria: Senador Carlos Portinho

3ª PARTE**ITEM 5**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 69, DE 2024

Convida, para depor na CPIMJAE o Senhor Regis Dudena, Secretário da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda; a Senhora Livia Martines Chanes, Diretora Presidente para Nubank do Brasil (CEO Brasil); o Senhor Rafael Castro de Matos, CEO Stark Bank; o Senhor Pedro Bramont, Diretor de Soluções em Meios de Pagamentos e Serviços no Banco do Brasil; o Senhor Leonardo Baptista, CEO da Pay4Fun; o Senhor Diego Perez, Presidente da Associação Brasileira de Fintechs.

Autoria: Senador Carlos Portinho**3ª PARTE****ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 70, DE 2024**

Requer a transferência de sigilo bancário, telefônico e telemático do senhor Glauber do Amaral Cunha.

Autoria: Senador Carlos Portinho**3ª PARTE****ITEM 7****REQUERIMENTO Nº 71, DE 2024**

Convida Lucas Tolentino Coelho de Lima (Lucas Paquetá), jogador de Futebol.

Autoria: Senador Jorge Kajuru**3ª PARTE****ITEM 8**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 72, DE 2024*Convoca William Pereira Rogatto, para prestar depoimento em CPI, na condição de investigado.***Autoria:** Senador Romário**3ª PARTE****ITEM 9****REQUERIMENTO Nº 73, DE 2024***Convida Guilherme Augusto Almeida Lima de Figueiredo, Gerente Geral da Betano no Brasil, a prestar depoimento em CPI, na qualidade de testemunha.***Autoria:** Senador Romário**3ª PARTE****ITEM 10****REQUERIMENTO Nº 74, DE 2024***Convida Leonardo David Penna de Moraes Cordeiro, sócio da BET365 Loterias do Brasil LTDA.***Autoria:** Senador Romário**3ª PARTE****ITEM 11****REQUERIMENTO Nº 75, DE 2024***Convida Rômulo Meira Reis, ex-oficial de integridade do VAR, a prestar depoimento nesta CPI, na qualidade de testemunha.*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Carlos Portinho

3ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 76, DE 2024

Requisita do Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, informações relacionadas aos oficiais de integridade que exerceram funções na confederação desde maio de 2022.

Autoria: Senador Carlos Portinho

3ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 77, DE 2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico, telemático, pelo período de setembro de 2020 até a presente data, de William Pereira Rogatto, investigado na Operação Fim de Jogo, da Polícia Civil e Ministério Público do DF.

Autoria: Senador Romário

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, portanto, os requerimentos importantes e que a imprensa pode ter à sua disposição na Secretaria desta Comissão.

Dando início à primeira oitiva, convido a tomar assento à mesa, juntamente com o nosso inigualável Senador, histórico em CPIs – no campo, da mesma forma, e como ser humano e homem público –, Romário de Souza Faria, que é o Relator desta CPI, o Sr. Felipe Marchetti, que já chegou aqui, Romário, me chamando de velho, porque ele parece um menino e diz que me acompanhava desde menino na televisão. (*Risos.*) Eu me senti com 90 anos. Ele é representante da Sportradar, a empresa americana contratada pela CBF para as investigações que foram feitas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, à mesa, o Sr. Felipe.

Fique à vontade, querido. Desculpe a brincadeira, mas que eu me senti velho, eu me senti. (*Risos.*)

Eu passo agora à leitura do termo de compromisso do convidado.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade, somente a verdade do que souber e lhe for perguntado?

Sua resposta, por favor, Sr. Felipe.

O SR. FELIPPE MARCHETTI (Para expor. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sabia que sim.

A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento ou tenha protagonismo na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

O resto eu não vou ler, porque tem aquela bobagem de que, se você mentir, eu te dou voz de prisão, e eu sei que isso não vai acontecer.

Portanto, eu não vou fazer essa leitura em respeito à sua pessoa e ao seu trabalho, evidentemente.

Você tem o direito, Sr. Felipe Marchetti, a uma explanação inicial de dez minutos, com a devida tolerância, caso queira falar mais algo.

Fique à vontade, por fineza. Muito obrigado pela sua presença e por ter aceitado o convite.

O SR. FELIPPE MARCHETTI (Para expor.) – Senador, é um prazer estar aqui e poder colaborar com o Senado brasileiro nesse processo que é muito importante para a gente conseguir combater esse problema, que é um problema grave que a gente vem enfrentando aqui no esporte brasileiro já há alguns anos. E, com a experiência do nosso trabalho e do que a gente tem feito nos últimos anos, a gente está aqui pra poder colaborar com vocês nesse processo, não apenas mostrando o que a gente vem fazendo, mas também de maneira propositiva pra gente conseguir encontrar soluções pra melhorar o cenário do ecossistema esportivo aqui no Brasil. Então, é um prazer.

Bom, iniciando a apresentação... Pode passar, por favor.

Eu sou o responsável pelas parcerias de integridade aqui no Brasil e eu tenho doutorado e pós-doutorado em Integridade Esportiva sobre o tema de manipulação de resultados. Inclusive, Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Romário, o senhor foi um dos entrevistados pro meu trabalho, a quatro anos, cinco anos atrás, e é um prazer a gente poder voltar hoje, como o mundo dá voltas, e poder colaborar com vocês nesse processo hoje.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – A apresentação está dividida em cinco partes, apresentando primeiro a empresa, falando um pouco sobre a manipulação de resultados, como funciona o nosso monitoramento, como funcionam os debates e os relatórios, e vou falar um pouco também sobre educação, que é um pilar fundamental nesse processo todo.

Bom, quem é Sportradar? A Sportradar é uma empresa com capital aberto na bolsa da Nasdaq, dos Estados Unidos, a bolsa de tecnologia, e é a empresa líder mundial em tecnologia esportiva, ficando na intersecção entre esportes, mídias e apostas. A gente tem 30 escritórios ao redor do mundo, em 20 países, e a gente cobre atualmente mais de 900 mil partidas esportivas por ano no mundo. Aqui no Brasil, são mais de 9 mil jogos.

A gente trabalha também com mais de 180 entidades esportivas, monitorando mais de 70 esportes, entre elas o Comitê Olímpico Internacional, FIFA, Conmebol, UEFA, NBA. Aqui no Brasil, além da CBF – pode passar o próximo, por favor –, a gente trabalha com algumas federações estaduais, destacando ali federação carioca, mineira, cearense, catarinense, gaúcha, alagoana, paraense e, ontem, assinamos contrato também com a Federação Pernambucana de Futebol.

Além de trabalhar com entidades esportivas, a gente também trabalha em cooperação com as forças policiais e com governos nacionais, com destaque ali pra Europol e Interpol, internacionalmente. Aqui no Brasil – pode passar –, com a Polícia Federal, temos um acordo de cooperação desde 2020, auxiliando a Polícia Federal nas suas investigações. Recentemente fizemos um *workshop* pro Gaeco do Ministério Público, Grupo de Combate ao Crime Organizado. E com plataformas nacionais de alguns países ali, com destaque para o Conselho Europeu, o Governo da Nova Zelândia e o Governo da Austrália.

Um pouco sobre manipulação de resultados agora. A manipulação de resultados é uma epidemia mundial. E a gente não está tratando aqui de um fenômeno recente. A manipulação vem desde o tempo – pode voltar ali, por favor! –, vem desde o tempo do Antigo Egito, a manipulação de resultados. Mas o fenômeno de apostas *online*, como a gente entende atualmente manipulação, começou no início dos anos 2000, no Sudeste Asiático, tendo corrompido ali campeonatos da Malásia, da Indonésia, Singapura. A partir daí, a manipulação começou a ficar mais complicada na Ásia, por 2005, por essa época, e os manipuladores se moveram para a Europa. A gente teve, entre 2005 e 2013, mais de 500 jogos investigados e considerados suspeitos tanto pela Europol quanto pela Interpol.

A Europa começou a tomar medidas para combater esse problema. E, aí, qual foi a tendência? Os manipuladores viram que o mercado latino-americano era um alvo com menor risco de eles serem detectados e com maior potencial, porque tem muito jogo aqui, tem muito atleta. Vocês sabem muito bem,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que trabalharam com esporte, aí, muitos anos, a grande maioria dos atletas do Brasil estão em condição de vulnerabilidade econômica, então eles viram um cenário muito propício para manipulação aqui no nosso país. E, a partir de 2015, a gente viu um aumento de casos aqui no nosso país.

Pode passar.

A gente vai vendo que isso é um fenômeno global. Em 2010, a gente detectou 363 casos e, quase todos os anos, a gente teve um aumento no número de casos. A grande exceção foi em 2020, mas, em função da pandemia, a gente teve uma oferta de jogos ao redor do mundo muito menor. Nos outros anos, foi sempre subindo e, no total, nos últimos 15 anos, foram mais de 9,6 mil partidas detectadas.

Pode passar.

Como é que a gente trabalha dentro do serviço de integridade? O nosso trabalho é baseado em quatro pilares. O mais conhecido deles é o monitoramento dos mercados de apostas esportivas. A gente também trabalha com a questão de inteligência e investigação, tanto sobre pessoas, clubes ou partidas de interesse, podendo colaborar tanto com federações esportivas quanto com autoridades das forças policiais; também com a questão de proteção dos atletas, com aplicativos de denúncia e outras formas de reporte, para o atleta também se sentir seguro e confiar no sistema para poder reportar; e principalmente com a educação e a prevenção, através de *workshops* e também de uma plataforma de educação *online*.

Explicando sobre o monitoramento. O nosso monitoramento é baseado em três pilares principais. O primeiro deles é o UFDS (Universal Fraud Detection System). Ele é um monitoramento que acompanha a movimentação de oscilação das cotações de apostas esportivas. A gente monitora mais de 600 operadores ao redor do mundo, pegando tanto o mercado legal quanto o mercado ilegal. A gente sabe que entre 60% e 70% do mercado de apostas esportivas mundial é ilegal. Então, por isso, há a importância de acompanhar também a oscilação de cota nesses mercados, gerando alerta em tempo real, tanto pré-jogo quanto ao vivo. A gente utiliza dois modelos de inteligência artificial para isso. E esse sistema é validado cientificamente pela Universidade de Liverpool e também possui o selo do ISO 9001, sendo auditado todo ano.

Eu vou trazer aqui dois vídeos que mostram bem como funciona isso: o primeiro de uma partida manipulada; e o segundo de uma partida que não foi manipulada.

Pode soltar o vídeo, por favor. (*Pausa.*)

Não, tem que voltar ali, tem que tocar na tela. (*Pausa.*)

Vai ter que aparecer um gráfico.

É isso.

A gente vai vendo, esse jogo foi um jogo realmente manipulado pelas eliminatórias da Copa do Mundo da Rússia entre a África do Sul e o Senegal. O árbitro marcou um pênalti, que foi ridículo, a bola





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bateu no joelho do defensor do Senegal. E a gente vê ali, em preto, é como a cotação se comportou, e, em branco, é como ela deveria se comportar. É o que a gente chama de boca de jacaré.

A gente vai vendo... O que acontece? Essas apostas, nesse mercado, era de vencedor no primeiro tempo. O jogo estava com 40 minutos no primeiro tempo e estava empatado. Essa aí é a cotação para a África do Sul vencer a primeira etapa.

Vamos pensar pela lógica: digamos que a cotação para a África do Sul vencer o primeiro tempo abrisse com uma cotação 2.0. À medida que o jogo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPPE MARCHETTI – É complicado, não é? *(Risos.)*

À medida que o jogo vai passando, o primeiro tempo vai passando, vai chegando próximo do final, a chance de a África do Sul vencer, como o jogo está empatado, é menor. Então, o prêmio que a casa de apostas vai pagar, a cotação tem que subir e tem que ser um prêmio maior, pois a chance é menor. O que a gente viu ali foi que não aconteceu isso; aquela cotação não subiu, por quê? Porque o mercado funciona com oferta e demanda. Então, tinha muito peso de dinheiro entrando, que a África do Sul ia vencer o primeiro tempo, apesar do que estava acontecendo no jogo, no campo de jogo, não condizer com aquilo que estava sendo visto no mercado de apostas. Então, isso gera dois níveis de alerta para a gente, e, a partir daí, a gente tem um indício, uma evidência, que veio do mercado de apostas, de que aquela partida pode ter sido manipulada.

Agora, vamos mostrar um segundo vídeo para vocês – pode passar –, da DFL Cup, entre Chelsea e Leicester.

Um gol contra, cometido pelo zagueiro. E a gente vê que, como o mercado se comportou – aí em amarelo –, está exatamente em linha com o esperado. O que quer dizer isso? Que isso foi um erro humano, e o esporte está propício a erros humanos. O fator humano é muito forte no esporte.

Então, a gente tem que ter muito cuidado quando a gente diz que uma partida foi manipulada, se a gente não apresentar evidências. E ali a gente vê claramente que o mercado se comportou da maneira como era esperada. Esse é o primeiro tipo de detecção que a gente faz.

Pode passar o próximo eslaide.

O segundo nível é o monitoramento em nível de conta. O que seria isso?

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPPE MARCHETTI – A Sportradar também trabalha como fornecedora de dados para o site de apostas esportivas. A gente trabalha com mais de 400 operadores ao redor do mundo, e isso nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dá uma visibilidade sobre todas as apostas que são colocadas em nível de bilhete de conta e pelo volume apostado em cada mercado, como a gente vê naquela imagem. Por dia, são 18 milhões de bilhetes de apostas, de que a gente consegue ter esse monitoramento. Em 2023, isso aí movimentou 30 bilhões de euros. E, com o meu colega, o Juan Matias Méndez, que é o responsável pelo mercado da Sportradar na América Latina, sem dúvida, um dos maiores *experts* no assunto no mundo, ele diz muito bem que isso é como se fosse um exame de sangue: a gente consegue ver o detalhamento desse mercado, tanto de apostas que foram aceitas pelos operadores quanto de apostas que foram rejeitadas. Isso nos dá um segundo indício, uma segunda evidência de possível manipulação.

E o terceiro fator é o Integrity Exchange. O Integrity Exchange nada mais é do que um sistema de fluxo de informação com os operadores. Cada casa de apostas possui também o seu time de análise de risco, e, quando eles detectam alguma movimentação suspeita nos seus mercados, para a própria proteção da casa de apostas, eles conseguem remover a oferta dessa aposta do mercado... E conseguir identificar as casas de apostas... Geralmente elas são as primeiras a se identificarem quando tem alguma manipulação. E, através do Integrity Exchange, as casas que fazem parte desse programa compartilham informação com a gente. A gente verifica no mercado, faz essa checagem de informação e informa também aos outros operadores, para eles removerem a oferta do mercado, e é uma terceira fonte de dados muito importante para a gente conseguir combater o problema.

E, há a quarta fonte, eu acrescentaria ainda, que é a inteligência, que vem diretamente de contatos que a gente tem com federações, com imprensa, com pessoas do meio do esporte. Vocês sabem muito bem que, às vezes, as pessoas do esporte são as que mais sabem o que está acontecendo, mas elas têm medo de reportar, porque não sabem como essa informação vai ser tratada. Então, também, esse fluxo de confiança é muito importante.

Bom, a gente falou um pouquinho de inteligência artificial, de dados, mas também o nosso trabalho vai além disso.

Pode passar.

É muito importante que se tenha uma análise qualitativa, depois que a gente tem esses dados. O que seria isso? A gente analisar se tem fatores de mitigação que expliquem o porquê dessa movimentação dos mercados, que podem ser questão meteorológica, desfalque das equipes, motivação das equipes... Tem diversos fatores ali que podem estar envolvidos. E isso é feito por uma equipe de humanos altamente treinados que debatem o jogo.

E só quando a gente tem evidências muito fortes de manipulação, a gente vai para um segundo momento, que é o da confecção de um relatório da partida, que é o relatório que é enviado pras autoridades públicas e pras federações esportivas. Esse relatório – é muito importante a gente destacar isto – tem respaldo dos órgãos internacionais quanto à validade, veracidade, confiabilidade dos dados e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente metodologias aplicadas. Ele também já serviu como lastro probatório pra condenações no âmbito da Corte Arbitral do Esporte na Suíça, da UEFA, da FIFA, entre outros.

Pode passar, por favor.

Alguns casos em que a gente já colaborou no Brasil. Em 2020, caso do Barretos, do Olímpia e do Paulista no campeonato da Federação Paulista de Futebol.

Pode passar.

Aí, em 2022, o caso do Crato, no Campeonato Cearense, que foi um caso muito emblemático, em parceria com a Federação Cearense e a CBF.

Ano passado, o caso de São Francisco, do Acre, que, como vocês viram no relatório, foi uma equipe que manipulou sete partidas da Série D do Campeonato Brasileiro.

Colaboramos este ano aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Série D, não é?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Série D. Isso. Quarta divisão.

A gente colaborou com o Ministério Público aqui do DF no caso do Santa Maria, que foi uma equipe que estava manipulando jogos aqui no campeonato do Distrito Federal, e também, ainda este ano, com o Ministério Público do Rio Grande do Norte e do Acre, no caso da equipe do Globo e do Força e Luz, que estiveram envolvidos em caso de manipulação no Campeonato Potiguar. Isso aí é até um caso interessante de a gente comentar depois, com mais tempo.

E questão educacional agora. A gente trabalha na educação, como eu falei, lá no início, de algumas formas distintas.

No final do ano passado, lançamos uma plataforma de educação *online* em cooperação com as nove federações do Nordeste. É um projeto que foi capitaneado pelo Presidente Felipe Feijó, da Federação Alagoana de Futebol. E depois, em março, lançamos também a plataforma educacional com as três federações do Sul. Ou seja, atualmente temos 12 federações do Brasil que utilizam essa plataforma.

E, Senadores, isso é muito importante, porque se fala de educação, de *workshops* pra clubes grandes, de primeira divisão, mas onde a gente vê a manipulação não é só com esses clubes. Pode até acontecer, mas quem está mais suscetível, mais vulnerável são os atletas de clubes pequenos, pelas condições, por questão salarial, contratos de curta duração que geram uma insegurança financeira. O que o atleta vai fazer depois que acabar o estadual? Tem diversos fatores ali que influenciam. Então, a gente levar a educação pra eles é fundamental. E, através de uma plataforma *online*, é a maneira que a gente vê mais efetiva pra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, porque, num país de dimensões continentais como o Brasil, é praticamente impossível a gente chegar num clube lá da segunda divisão do Amazonas, num clube lá da terceira divisão da Paraíba pra conseguir levar essa educação. Através da plataforma, as federações conseguem levar isso pra todos os atletas, tendo controle sobre quem assistiu ao treinamento por clube e por CPF. E, inclusive, se quiserem tornar isso obrigatório pra que o atleta possa participar da competição, que ele tenha esse treinamento completo... Isso já acontece, por exemplo, com o tênis. Todos os atletas do tênis que querem participar das competições têm que fazer um treinamento de integridade. Então, essa é uma alternativa que a gente tem pro Brasil e a gente pode colaborar com esse processo.

Ano passado também a gente promoveu, em parceria com um operador, *workshops* no Náutico, no Sport e no Vitória, tanto pra profissional quanto pra sub-20, e também este ano promovemos *workshops* para as nove federações do Nordeste, focando nos tribunais de Justiça Desportiva. Isso é muito importante também, Senadores, porque é importante que o tribunal, quando receba um relatório – que é um relatório extremamente técnico –, saiba interpretar essa evidência contida no relatório para poder dar prosseguimento com os casos na esfera da Justiça Desportiva.

E, por fim, a gente também fez um *workshop* no mês passado para o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, do Ministério Público, em um evento em Manaus, em parceria minha com o meu colega Juan Méndez, orientando também o Gaeco a como agir e a como a gente pode colaborar com eles nas investigações relacionadas à manipulação de resultados.

Muito obrigado. Fico à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós que agradecemos, Sr. Felipe Marchetti, e ficamos satisfeitos com a demonstração inquestionável e insofismável do trabalho feito e demonstrado.

Registro aqui, com muita alegria, a presença da voz da segurança pública do Rio Grande do Norte, nosso amigo Senador, o Capitão Styvenson Valentim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O bravo, o bravo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O bravo. Esse é. E ele vai ficar mais bravo ainda quando ele souber do caso potiguar... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ...que ele quer colocar à parte do que ele apresentou inicialmente, capitão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Eu acho que após o Relator... a inscrição para fazer as perguntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É claro que é o Kajuru primeiro, mas eu cederei o meu lugar para ti.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – É isso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você tem alguma dúvida disso? Hã?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Olha o medo que eu tenho. Olha a altura do homem, gente.

Bem, obedecendo regimentalmente, é a vez deste inigualável homem público, Romário de Souza Faria, ter o seu direito, sem limite de tempo, para os seus questionamentos, como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI da Manipulação de Resultados de Jogos de Futebol e de Apostas.

Com a palavra, amigo e irmão Romário, por fineza.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Boa tarde a todos, Presidente, amigo e irmão Jorge Kajuru. Boa tarde, meu amigo Capitão Styvenson, pela presença aqui nesta CPI. Boa tarde a todos que estão presentes, que nos acompanham, também, através da TV Senado, enfim, àqueles que estão direta e indiretamente ligados à CPI. Um boa-tarde especial ao Felipe Marchetti. Muito obrigado pela sua presença, muito obrigado pela sua explanação.

Definitivamente a gente já entendia – eu particularmente já sabia – que a Sportradar é realmente uma empresa bastante competente e, depois dessa explanação de um cara totalmente capacitado, quero corroborar aqui dizendo que esta CPI vai, de uma forma muito direta, precisar e ajudar também a Sportradar neste momento difícil que a gente está vivendo dessa corrupção no futebol.

Eu queria saber o seguinte, Sr. Felipe. O Procurador-Geral do Ministério Público de Goiás, Cyro Peres, quando esteve aqui na CPI falando sobre o posicionamento das casas de apostas em relação às manipulações investigadas, declarou o seguinte, abro aspas: "[as casas de apostas] as casas esportivas, nós sempre comentamos entre nós, são vítimas, mas vítimas desinteressadas".

O que o senhor atribui a esse desinteresse dessas *bets* de investigar os casos de manipulação dos jogos? O senhor colocou que muitas das pessoas ou das empresas aqui no Brasil têm medo de fazer algum tipo de ação em relação a isso. Pode ser por isso que essas casas de apostas não se manifestam nunca?

O SR. FELIPPE MARCHETTI (Para expor.) – Excelente pergunta, Romário. Eu não considero as casas de apostas como desinteressadas, porque, no final do dia, elas acabam também perdendo dinheiro com a manipulação. Então não vejo que seja exatamente essa a questão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que acontece é que no Brasil, a gente não tinha ainda um fluxo de informação sobre a quem reportar e como reportar. As casas têm sede no exterior, e acabava ficando uma falta de construção realmente no sistema.

E eu concordo muito com a linha que tanto o senhor, quanto o Fernando trabalharam aqui na semana passada, sobre a importância de o Brasil aderir à Convenção de Macolín, porque esse fluxo de informação entre todos os atores é fundamental para o combate ao sistema, para que não só as casas de apostas, mas também atletas, dirigentes, todos os interessados na proteção do esporte saibam a quem recorrer, como recorrer e de que forma essa informação vai ser trabalhada depois da denúncia. Porque também não adianta a gente criar um sistema em que possa ser feita a denúncia, se essa informação não for tratada depois.

Então ter um sistema em que todos confiem no fluxo de informação é fundamental para a gente conseguir construir essa confiança entre todos os atores e conseguir combater o problema de uma maneira muito efetiva.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k., mas o que me deixa muito intrigado é o seguinte: desde 2022, eu acho, que foi a primeira vez em que o Ministério Público de Goiás entrou, começou a fazer essas ações, eu não consigo entender por que, de lá para cá, essas casas de apostas que continuam perdendo, em relação a essas manipulações, não entenderam ainda que poderiam, sim, procurar o Ministério Público daquele determinado estado e fazer a denúncia. Isso é uma coisa que me causa muita estranheza.

Assim, eu acredito que tem alguma coisa, eu não sei o que é, nem imagino. Eu espero que a gente consiga essa resposta definitivamente aqui, ao longo desta CPI. Mas é uma coisa que me chama muito a atenção, de essas casas tomarem esses prejuízos que tomam, e tomam muito, a gente está falando de muitos milhões, e nenhuma delas vem à tona fazer um tipo de denúncia. Continuo dizendo que isso, para mim, é muito estranho.

Em relação a esse seu *workshop*, que você falou que vem fazendo aí, você faz também isso para clubes? Ou você faz apenas para as federações dos estados?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim, fazemos também, tanto para clubes, quanto para federações, para tribunais de justiça esportiva. Eu acredito que seria importante a gente educar o sistema como um todo, tanto atletas, treinadores, dirigentes. É muito importante a gente levar a educação para dirigentes de clubes.

Um fato que a gente vê aqui no Brasil: tem muito clube que tem a licença para poder participar dos campeonatos estaduais, só que eles não têm a capacidade financeira de conseguir bancar salário de atleta, material, condição de treinamento. E aí aparecem os famosos empresários de atletas.

Tem empresários bons e empresários ruins. E a gente sabe que tem alguns grupos de empresários que atuam aqui no Brasil que procuram clubes em situação de vulnerabilidade financeira, apresentam-se ali





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e vão falar, "ah, vou descobrir o novo Romário aqui no clube de vocês, quero descobrir novos talentos." E aí, apresentam-se ali falando que vão bancar o futebol do clube. Eles fazem contratos de gaveta, que não chegam às federações esportivas, começam a manipular os jogos desse clube. As casas de apostas detectam isso, removem a oferta depois de duas, três partidas, no máximo. Esses empresários movem-se, vão para outro lugar, para um outro estado, e deixam o clube em uma situação muito complicada.

Então, é muito importante a gente educar o sistema, como um todo, desde a federação, desde o topo da pirâmide até a base, para a gente conseguir criar um sistema seguro aqui no Brasil. Quando eu falo educar, não é nenhuma educação moralista, dizendo que isso é errado, mas é uma educação para que a gente mostre os riscos para o próprio atleta ou para a própria pessoa envolvida ao se envolver com isso.

A gente sabe que o mercado de aposta global movimenta R\$7,2 trilhões por ano. Só a título de comparação, o Orçamento geral do Brasil, no ano passado, foi de 5,5, e, entre 60% e 70% desse mercado é ilegal, principalmente na Ásia. Então, é um mercado que atrai muito o interesse do crime organizado também. É fundamental a gente mostrar para os atletas isso, porque o atleta vai estar se colocando em risco – não só ele, a família dele, os companheiros de equipe dele. É importante a gente mostrar isso de uma maneira clara, como a gente diz, em um papo reto, realmente, com eles, para que eles entendam que isso não vai... É um dinheiro que, aparentemente, pode parecer fácil, mas que vai se voltar contra ele.

Tem um livro – eu não sei se vocês já ouviram falar – que é do Wilson Perumal. Wilson Perumal foi um dos maiores manipuladores de resultado do mundo e do sindicato de Singapura. Ele diz assim: "Somos manipuladores de resultados, essa é a nossa profissão. Caçamos pessoas mais fracas [...] para sobreviver".

Então, o que eles fazem? Eles identificam qual é o alvo mais vulnerável e vão atrás dele. A partir do momento que tu aceitas a primeira oferta, seja uma coisa que, aparentemente, é simples, como tomar um cartão amarelo, tu estás na mão desse manipulador, e aí tu vais sofrer chantagem, tu vais ficar em uma situação muito ruim, e aí é um caminho sem volta.

Então, é importante a gente mostrar isso para os atletas de uma maneira muito clara.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem. As casas de apostas brasileiras contratam os serviços de integridade da Sportradar ou possuem sistemas próprios de detecção de fraudes?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – As casas de apostas?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – As casas de apostas trabalham com a gente de duas formas: uma, com os dados de cotação de apostas esportivas, daí não tem nada a ver com a manipulação; e o segundo é o *integrity exchange*; quando um dos 85 operadores que fazem parte desse programa detecta uma partida





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspeita, eles vêm e pedem para a gente fazer uma checagem. A partir daí, a gente volta com informação para eles e corrobora ou não essa suspeita que a casa de aposta tem. E aí seria claro...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Sportradar é acionada pelas casas de apostas para conduzir esse tipo de investigação sempre?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Não, a gente tem um sistema de investigação, mas a investigação a gente fornece para as federações esportivas que contratam esse serviço ou colaborando, proativamente e sem custo, com a Polícia Federal e o Ministério Público.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Sportradar é notificada pelas *bets* ou consegue detectar quando uma aposta é cancelada por suspeita de fraude?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim. (*Pausa.*)

Desculpa. A gente consegue detectar, inclusive, quando ocorre a remoção de oferta do mercado. Por exemplo, uma casa de apostas, mesmo que ela não faça parte do nosso programa, se ela removeu, aos 60min de jogo, ela retirou do ar a aposta daquela partida, porque teve alguma coisa suspeita que o próprio sistema de detecção da casa detectou...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas todas as casas têm esse sistema?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Praticamente todas, porque é uma proteção que a casa tem contra...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se, por acaso, existir alguma casa que não tem esse sistema, vocês detectam isso, vocês avisam essa casa?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Apenas as que fazem parte do nosso programa de...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Certo.

Em seu depoimento, aqui na CPI, falando sobre a Operação Penalidade Máxima, o Promotor Fernando Cesconetto deu detalhes da operação que investigou quatro partidas suspeitas da Série B do Campeonato Brasileiro de 2022. Isso, na primeira fase. Na segunda, mais oito jogos da Série A e uma da Série B. Em julho passado, foram investigadas 13 partidas da Série A do Campeonato Brasileiro. Nos relatórios enviados pela Sportradar à CPI não constam muitas dessas partidas. A Sportradar contrastou os achados da Operação Penalidade Máxima com os seus alertas?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Com certeza. Isso é bem importante. E é ótima a pergunta para a gente esclarecer isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas partidas da Penalidade Máxima a gente detectou e outras, não. Por que isso? A gente trabalha com um nível de segurança para dizer que o jogo, e, principalmente, não digo nem de segurança, de responsabilidade, para dizer que uma partida foi manipulada ou não muito alto.

Então, a gente precisa ter uma convicção. Quando a gente diz que um jogo é suspeito de manipulação, é porque a gente tem evidências muito fortes de que realmente foi manipulado aquele jogo.

Então, a gente tem que trabalhar... porque, assim – não é, Romário? –, a gente trabalha, primeiro, com seres humanos, pessoas que têm família por trás, a gente trabalha com algo que é um bem, é um patrimônio cultural do Brasil também, que é o futebol, que é o esporte. Então, a gente tem que ter muita responsabilidade quando a gente faz uma denúncia ou quando a gente diz que o jogo foi manipulado.

Então, o nosso nível, a nossa régua para dizer que o jogo foi manipulado é bem alta. A gente contrastou essas informações. Alguns jogos foram detectados, foram informados para a FIFA, que é a entidade que detém o contrato de monitoramento da Série A e da Série B do Campeonato Brasileiro, e foi feito, sim, esse informe.

E eu gostaria de aproveitar também para parabenizar o trabalho do Ministério Público de Goiás, que foi um trabalho de excelência. E a gente está muito animado também com a possibilidade de assinar um acordo de cooperação com eles, que é algo que está já em discussão, para a gente poder trabalhar de maneira oficial em parceria com o Ministério Público, porque a gente tem muita informação sobre, entrando um pouquinho, Senador, na questão de casos passados e tal, a gente tem muita informação sobre histórico de atletas envolvidos.

Então, quando se tem, por exemplo, nesse caso do Rio Grande do Norte, em que a gente vê 16 atletas com histórico de manipulação, vindo de diferentes clubes, se encontrando, todos eles, por uma casualidade da vida, no mesmo local para jogar um campeonato estadual, a gente já consegue, talvez, predizer que algo vai acontecer ali. E a gente tem uma riqueza de informação muito grande com relação a isso.

No início do ano, a gente fez um trabalho, a que a gente chama de *risk assessment*, análise de risco, sobre quais clubes e quais competições estaduais do Brasil estavam sob maior risco, um trabalho muito bem conduzido pelos nossos analistas, o Tiago e o Vitor. E a gente identificou dez clubes com potencial de manipulação por histórico de atletas, por condição financeira dos clubes. Desses dez, oito estiveram envolvidos em caso de manipulação dos campeonatos deste ano.

Então, assim, a riqueza de informação que a gente tem no nosso banco de dados é muito grande e a gente tem muito interesse em colaborar com as autoridades brasileiras para conseguir combater o problema.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Relator, eu poderia ter acesso a esses relatórios que ele está citando? Ou é sigiloso?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Esses relatórios pertencem ao cliente. Mas eu acredito... A Polícia Federal tem acesso aos relatórios, a essas partidas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Mas esta Comissão de Inquérito poderia ter acesso?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A CPI? Eu acredito que sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – É interessante a gente analisar esses relatórios que ele está citando.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... esses relatórios que ele passa para a Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – No caso da CBF, já está tudo liberado.

No caso da Polícia Federal, eu estou aguardando uma posição do Dr. Andrei até amanhã.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Senador, inclusive a gente compartilhou todos os relatórios de partidas suspeitas dos últimos dois anos. Essas informações já estão disponíveis para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – As da CBF já estão disponíveis.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – As nossas também, Senador, foram enviadas. (*Pausa.*)

Ah, sim, sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Felipe, como o senhor deve ter acompanhado, a CPI recebeu, através do Sr. John Textor, denúncias de manipulação de resultados utilizando análises comportamentais de vídeos baseados em inteligência artificial. A Sportradar detectou algumas anomalias nas partidas mencionadas pelo Sr. John Textor? E como o senhor compartilharia o método de análise comportamental com aqueles utilizados pela Sportradar?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Bom, sendo bem claro, analisamos as partidas e não foi identificado nenhum indício de manipulação de resultados nessas partidas citadas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Nem indício?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Nem perto.

Inclusive, a movimentação do mercado de apostas vai contra as alegações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Após várias operações policiais conduzidas nos últimos dois anos, a Sportradar identificou alguma mudança de comportamento por parte dos fraudadores? Os eventos fraudados, os campeonatos mais assediados continuam os mesmos? E a quantidade de manipulações aumentou ou diminuiu?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – A quantidade de manipulação vem diminuindo no Brasil. Inclusive, vou trazer um dado aqui em primeira mão para vocês: comparando 1º de janeiro deste ano até 15 de junho com 1º de janeiro do ano passado até 15 de junho do ano passado, a gente teve um decréscimo de 60% no número de casos aqui no Brasil; e já de 2022 para 2023, a gente teve um decréscimo de 29%. Então, a situação vem melhorando. Ainda é crítica, mas a gente já vê... E isso é muito, também, mérito dos Srs. Senadores aqui por terem investigações como esta, porque, assim, o que os manipuladores procuram é a entrada mais fácil, é uma relação risco-benefício. Então, a partir do momento em que eles veem que a CBF está criando um departamento, uma unidade de integridade, trabalhando em conjunto com a Polícia Federal; que o Governo está legalizando as *bets* e vai ter um órgão regulador; que o Senado brasileiro está fazendo uma investigação muito séria e competente sobre o tema; que o Ministério Público está fazendo um trabalho de excelência; eles começam: "Opa, espera aí, aqui no Brasil está começando a ficar mais complicado". Foi o que a gente viu que aconteceu na Europa. Tinha muita manipulação lá, começou a ter casos de... O governo, as autoridades, federações nacionais, estaduais, todos os envolvidos começaram a ter medidas mais sérias, e eles vieram para cá. E a gente tem países vizinhos aqui em que a manipulação nem crime é considerada; por exemplo, no Peru, manipulação de resultados nem crime é. Então, assim, pro manipulador começa a deixar de ser interessante atuar aqui no Brasil e eles vão procurar outros mercados.

Uma movimentação interessante que a gente vem vendo é o Brasil se tornando exportador de manipuladores, ou seja, esses empresários vão começar a mandar atletas pra jogar na Finlândia, pra jogar na Argentina, pra jogar na Colômbia e manipular nesses mercados. Aí a coisa começa a ficar mais complicada, porque a gente perde também o controle um pouco sobre isso, e aí entra de novo uma importância de o Brasil aderir à Convenção de Macolin, pro compartilhamento de informação não só interno, mas também externo, pra poder colaborar com as autoridades internacionais. Então, a criação de um sistema é uma criação... Primeiro, a gente organiza a nossa casa aqui, brasileira, pra depois poder colaborar com nossos irmãos latino-americanos também, que, eu digo com muita convicção, vão ser os próximos alvos e já estão sendo desse problema, inclusive em competições ali de primeira e segunda divisão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, estou bastante satisfeito aqui com as respostas dadas pelo Sr. Felipe. Parabenizo o Sr. Felipe mais uma vez. E quero dizer que essa sua fala e, principalmente, essas suas perguntas vão ser muito importantes e muito relevantes pra minha função aqui nesta CPI, que é a de relatar tudo o que vai acontecer durante esse período.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, eu pediria ao meu irmão Capitão Styvenson só alguns segundos. Eu não vou fazer as minhas perguntas, não. Vou deixar que você faça as suas à vontade. Mas eu considere, nas qualificadíssimas perguntas feitas pelo Relator, Romário de Souza Faria, uma com um ponto grave. Por quê? Porque a maioria dos Senadores, ao receber todas as informações do dono do Botafogo do Rio, o Sr. John Textor, aqui, pessoalmente, e depois secretamente – apenas o Romário não pôde, porque teve que viajar urgente por um problema pessoal no Rio de Janeiro, mas eu estava lá, na reunião secreta –, quanto a tudo que nós vimos lá, a maioria dos Senadores entendeu da seguinte forma: olha, aqui temos indícios de provas. E vem a empresa contratada pela CBF, Sportradar, e diz que nem indício existe.

O senhor confirma? Porque isto é muito grave, essa sua resposta à brilhante pergunta pelo Relator Romário.

O SR. FELIPPE MARCHETTI (Para expor.) – Vamos lá, Senador. Acho que é importante a gente ter claro conceitos aqui. Vamos... Vestígio, indício e evidência, tá? Eu não sou da área jurídica, mas eu estudei um pouco isso pro meu trabalho de doutorado e vou trazer essa informação pra vocês.

Vestígio é qualquer rastro que é deixado num crime, falando de uma maneira bem simples; uma evidência é quando esse rastro é analisado por um perito técnico e ele é considerado e é feita essa relação, essa conexão de que realmente tem uma explicação técnica por trás daquele primeiro vestígio. Toda evidência é um indício, mas nem todo indício é uma evidência. Por quê? Porque um indício também é subjetivo.

Então, por exemplo, aquele lance que a gente mostrou do atleta do Chelsea, o gol contra: a gente pode dizer que é um erro técnico tão grotesco que aquilo ali pode ser considerado um indício, mas é algo subjetivo, não tem nenhuma explicação técnica por trás daquilo ali.

Então, assim, a gente, dentro da nossa técnica, dos nossos parâmetros de avaliação, que são, como eu falei anteriormente, validados tanto cientificamente quanto pela Corte Arbitral do Esporte, a gente não identificou nenhuma evidência nem nenhum indício de manipulação de resultados nas partidas citadas.

Não posso falar sobre metodologia, sobre trabalho de outras empresas. Primeiro, porque eu desconheço como funciona exatamente a metodologia de outras empresas, e eu posso falar, sou funcionário...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – No caso, a do Textor, a Good Game!?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Exatamente.

Não conheço a fundo a metodologia deles, com quais parceiros eles trabalham ao redor do mundo. Eu posso falar pela Sportradar, que a gente trabalha, como eu falei, com mais de 180 parceiros de alto



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

calibre ao redor do mundo, desde 2005, na parte do setor de integridade, com uma metodologia que é testada e aprovada.

Então, dentro da nossa metodologia, não foi encontrado nenhum indício nem nenhuma evidência de manipulação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inclusive, o Relator Romário me lembra aqui – já era exatamente a próxima e última observação para passar ao Capitão Styvenson, Senador...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Está tranquilo. Pode...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, não, mas eu não quero te atrapalhar.

Mas é que aqui há um ponto importante – por quê? – para que todos tenham conhecimento. Inclusive, não sei se toda a imprensa sabe.

O Sr. John Textor tentou de todas as formas e publicou em suas redes sociais que ele gostaria que esta CPI fizesse uma acareação entre a Sportradar, a empresa contratada pela CBF, e a Good Game!, a empresa contratada por ele. Eu, como Presidente da CPI, o Romário, como Relator, e todos nós – até porque não teve requerimento de nenhum Senador – não concordamos. Primeiro, porque ele não é membro da CPI; segundo, porque nós não temos motivos, até então, para uma acareação entre as duas empresas, cada uma contratada pelo seu cliente.

Então, essa sua resposta é uma resposta, já que no começo o senhor prometeu dizer somente a verdade aqui... não é uma resposta por disputa de mercado, pelo fato de ela ser uma concorrente – no caso, essa Good Game!, que eu sinceramente desconheço –, não o é de forma alguma; é realmente o que o senhor pensa, afirma, categoricamente, e ponto-final?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim, com certeza. Acho que sim.

Todas as empresas que trabalham no setor de integridade, as que eu conheço – e depois o meu amigo Tiago vai estar aqui também falando, e é uma pessoa também muito idônea, muito séria –, todas as empresas que trabalham nessa parte de integridade são empresas que têm um objetivo em comum, que é a proteção do esporte.

O que eu posso falar é sobre a nossa metodologia. A nossa metodologia é testada, aprovada. E, dentro da nossa metodologia, dos nossos parâmetros, sempre com muita responsabilidade, a gente não identificou nenhum indício de manipulação nas partidas citadas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Felipe, só pra finalizar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Romário, Relator.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... antes do nosso Senador ali, bravo: o senhor entende que teria alguma relevância a possibilidade de uma acareação entre a Good Game! e a Sportradar?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Eu acredito...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pra esta CPI e pro futebol brasileiro?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Olha, Senador, sendo bem sincero, eu não vejo qual seria o ponto disso, porque são metodologias totalmente diferentes. Até onde eu conheço, a metodologia da Good Game! é uma metodologia totalmente diferente da nossa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Diferente em quê?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Olha, a informação que eu tenho, pelo que ouvi das audiências deles, é que é baseada em comportamento humano. Eu não tenho mais informações que isso pra comentar. Isso é totalmente diferente da nossa, que é baseada em movimentação de cotação e informações advindas do mercado de apostas esportivas.

Então, assim, o que eu posso falar é sobre a nossa metodologia, sobre como a gente trabalha; não posso responder sobre outras empresas, sobre a eficácia de metodologia de outras empresas. E, sendo bem sincero, não vejo a que ponto levaria uma acareação, sendo metodologias totalmente diferentes. Quem tem que explicar a metodologia com que trabalha é a empresa que está fazendo as acusações. Dentro da nossa, a gente está aqui de coração aberto pra compartilhar com vocês todas as informações que a gente tem, colaborar com o processo e dizer categoricamente que a gente não identificou nada. Então, com o que a gente pode colaborar é isso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está bom.

Muito obrigado, Sr. Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Capitão Styvenson Valentim, à vontade, por fineza, querido.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente; o Relator, nosso craque Romário.

Eu acho que eu entendi. Peguei aqui já no início, não peguei a palestra do senhor toda, Sr. Felipe, mas eu entendo que a empresa em que o senhor trabalha e presta serviço é uma espécie de *compliance* no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esporte, em defesa, eu acho que eu entendi isso. Se eu não entendi correto, o senhor me corrija. E eu observei que o senhor presta serviços e tem parcerias, não é? Ministérios Públicos, Polícia Federal...

Agora, as perguntas que o Senador Romário fez fazem a gente levantar uma desconfiança, Senador Romário, não só pro futebol, mas também pras casas de apostas que tem neste país, porque, incrivelmente, alguns apostadores ganham 600 vezes na loteria, ganham inúmeras vezes em Mega-Sena, e parece que no esporte não é diferente. O senhor citou aí que tem parcerias com federações de futebol nos estados.

E eu fiz um requerimento, Senador Kajuru, solicitando a presença de um representante de uma dessas instituições que eu vou citar aqui, porque os estados estão implementando jogos de apostas: lá no Estado do Rio de Janeiro, tem a Loterj; lá no Paraná, tem a Lottopar. Alguma dessas casas convidou, chamou – já que se trata de um estado, que também tem suas federações, que tem seu futebol, que acho que preza pela lisura –, alguma delas convidou a Sportradar pra fazer parte, pra poder dar credibilidade até mesmo a essas casas de aposta feitas pelos governos estaduais?

O SR. FELIPPE MARCHETTI (Para expor.) – Não sei se entendi muito bem a pergunta, mas convidou em que sentido, Senador?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – O senhor não faz parceria? O senhor não trabalha com federação? Eles não convidaram vocês, já que é *compliance*, já que é para tornar a coisa segura?

O senhor tem coragem de fazer uma aposta hoje em qualquer *bet* dessas, em qualquer casa de aposta dessas? O senhor aposta?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Não, não, por contrato, eu não posso... Por questão contratual, eu não posso apostar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – O senhor aconselha seu filho a apostar, algum amigo?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – É uma decisão individual de cada um, não é, Senador?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Não, não, eu perguntei se o senhor aconselha, se o senhor confia nisso aí.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Não tenho... Não tenho opinião formada sobre isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Então, não convidaram o senhor? Nem a do Rio de Janeiro nem a do Paraná fez nenhuma... não acenou?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – O que a gente fez foi... a gente fez um *workshop* gratuitamente pra Lottopar, no final do ano passado, mostrando os riscos da manipulação de resultados e como a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode colaborar com a construção de um ecossistema seguro. Mas foi só isso, foi só uma participação realmente de um *workshop* educacional ali pra mostrar pra diferentes atores. Aí estava... tinha a Federação de Futebol do Paraná, estava participando, algumas outras federações esportivas estaduais também participaram desse evento, que foi conduzido... A gente participou de maneira *online*.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Isso foi o máximo?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Me causa curiosidade, Senador Kajuru, Presidente, porque a gente vê que o Brasil está regulamentando o setor e tem empresas, como essas que eu citei, que não estão preocupadas com a fraude. Então, é meio estranho, na minha concepção, do que eu estou ouvindo aqui. Porque parece que o Senador Romário já deixou claro que as casas de apostas... O senhor disse que tem algumas que têm parceria com o senhor?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Oitenta e cinco.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Oitenta e cinco!

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Na parte de integridade, sim; ao redor do mundo, sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – E nenhuma dessas duas que eu citei tem? Só chamou o senhor pra um *workshop online*?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim, elas não fazem parte desse rol das 85.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Por isso que eu pedi, por requerimento, a presença. É importante pra que ele venha explicar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – ... até onde vai a lisura dessas apostas manipuladas agora pelo Estado. Porque, por essas outras, o senhor tem 85, mas não faz parte algo que deveria estar com o senhor.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Agora...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ou com outras empresas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Ou com outras empresas.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim, agora, por regulamentação, todas as casas de apostas que vão operar no Brasil, obrigatoriamente vão precisar participar de algum programa de integridade e compartilhamento de informação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas essa regulamentação ainda não saiu, isso veio só na regulamentação do texto-base da lei. Lembrando que já passaram seis meses, Styvenson...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E está tudo como antes.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E vão levar mais uns seis.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Governo não está arrecadando nada...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vão levar mais uns seis, no mínimo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, porque o Governo não está arrecadando, está bom para o outro lado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – E parece que pros estados está melhor ainda. Parece que virou um negócio muito bom.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Está dependendo do Ministério do Esporte resolver os seus problemas, mas, enfim...

Sr. Felipe – um minuto, amigo –, o senhor tem a lista das casas de apostas que... o senhor pode entregar a esta CPI, que têm contrato com vocês?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – No *intelligence team*, sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – É até bom, porque isso passaria até credibilidade, daria um selo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Pra mostrar quem é quem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Daria até um selo. É por isso que eu estou lhe perguntando, sem lhe constranger, se o senhor teria coragem de apostar. Nas casas que o senhor fiscaliza, o senhor apostaria?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Ah, Senador, eu não estou em posição de responder a essa pergunta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Tá. Está bom.

O senhor me falou agora sobre os atletas. Coincidentemente, alguns 16 atletas do Brasil todo, que têm rastros, vestígios de que já passaram ali por um tipo de manipulação, se encontraram num time só lá no interior do meu estado. É muita coincidência ou o senhor acha que foi também especulação, foi manipulação?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Existem relatórios mostrando que esse clube manipulou duas ou três partidas no Campeonato Potiguar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Com a própria contratação desses atletas? Então já tinha previsibilidade?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Assim...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Qual o clube?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – É o Globo.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – A gente pode compartilhar essas informações com vocês depois.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Publicamente não podemos fazer...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dezesesseis jogadores do mesmo time?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dezesesseis jogadores do mesmo time?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Ele falou. Ele falou: 16...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, mas qual time? Precisamos saber.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – O Globo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hã?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Globo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Chama Globo?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – É lá de Ceará-Mirim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu nem sabia que existia esse time, desculpa.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Força e Luz.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Força e Luz.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Força e Luz também.

O interessante, Romário, foi que ele disse que são 16 atletas e ele disse "coincidentemente". Acho que não é coincidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, a única coisa que não é coincidência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Isso não é coincidência, foi feito para manipular mesmo. Quando não é com um, é com o outro. Eu tenho 16 chances de manipulação.

Esses atletas ficam com esse rastro e acompanham para o resto da vida? O time que comprar esses atletas ou que fornecer esses atletas já leva ali uma atenção, um alerta.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Dentro do nosso sistema, a gente tem as escalas das partidas e os atletas que participaram de jogos manipulados. Então a gente consegue ver. E aí tem dois níveis de classificação: a primeira é quando o atleta só participou do jogo; e a segunda é quando ele teve uma atuação direta no resultado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos pegar um exemplo: um atleta que participou de um jogo manipulado, ele fez um gol contra, fez um pênalti. Com isso aí, ele vai ter uma marcação especial dentro daquele jogo. A gente consegue saber atletas que participaram de vários jogos, às vezes ele não esteve envolvido diretamente com um pênalti, com um cartão, com algo do tipo, com um gol contra, mas ele estava no jogo. E aí pode aparecer aquela coisa... Ele está jogando hoje no Rio Grande do Sul, aí o time dele está manipulando. Acabou o campeonato, a Série B, a divisão de acesso gaúcha, ele vai lá e vai jogar na Paraíba. Aí de novo, coincidentemente, o time a que ele chega na Paraíba, um mês depois que ele chegou lá, esse clube começa a manipular. Opa, aí tem coisa; ou não, mas provavelmente tem. Assim como o Senador Portinho falou muito bem, provavelmente tem. Então a gente começa a levantar, cruzar evidências que a gente está pegando do mercado de apostas com histórico de atletas, e aí conseguir predizer, muitas vezes, o que pode acontecer.

E esse trabalho de inteligência é muito importante. Até é algo que a gente recomenda para as federações, que seja feita essa análise de risco antes das competições, para ver quais os clubes que estão em condição mais vulnerável e fazer um levantamento posterior de quem são esses agentes que estão por trás também desses clubes, porque, nos contratos de gaveta, muitas vezes, a gente não tem acesso a quem são. A federação também não tem acesso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Entendi.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Entendeu?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Entendi.

O que me chamou a atenção, Presidente Kajuru, foi a coincidência, a coincidência de 16 atletas do mesmo time. Parece que o clube já tinha esse conhecimento ou ele foi... "Ah, eu não sabia que estava contratando essas pessoas que manipulam apostas, esses atletas". Porque parece que o clube agora, quando for contratar, tem que ter conhecimento até do histórico sobre isso. "Ah, eu estou contratando um atleta que parece que tem uma relação íntima com apostas e que fraudas os jogos".

Só para eu entender, a palavra "coincidência", quando o senhor me falou, foi de forma irônica ou foi de forma precisa mesmo, séria?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Eu digo coincidência porque eu não posso afirmar categoricamente que o clube tinha conhecimento disso. O que a gente sabe é que tem esse fato de vários atletas que manipularam já.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Tem indícios, não é uma prova, não é?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Exato, a gente não tem poder...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí entra um fator bem importante que eu acho que é claro: a gente delimitar competências aqui. A Sportradar não tem poder de polícia para chegar ali e quebrar o sigilo bancário, quebrar o sigilo telefônico. A gente tem, sim, uma equipe de investigação e inteligência que consegue mostrar potenciais conexões. Então, por exemplo, se a pessoa que arrendou esse clube tem alguma conexão com algum manipulador de resultados internacional, ou se o atleta que estava lá num clube que manipulou saiu do Brasil e foi jogar no exterior, foi jogar, digamos, na América Central, foi jogar na América Central num clube. Será que esse clube não tem uma conexão, ou será que o dirigente desse clube não tem uma possível conexão com algum grupo internacional de manipulação de resultados?

Os senhores ainda não tinham chegado aqui, Senador Girão, Senador Portinho, quando eu falei, anteriormente, que a gente tem o envolvimento de crime organizado internacional por trás da manipulação de resultados. E esses manipuladores têm redes que funcionam em um formato de pirâmide. Então, o que seria? Existe um manipulador chefe que pode estar sentado lá em Singapura, na casa dele, e apostar num jogo do Campeonato Brasileiro numa casa de apostas na Rússia. O que ele vai fazer? Ele vai organizar um esquema em nível regional. Como é que eles fazem isso? Eles vão lá, pegam uma pessoa que tem conhecimento do mercado, digamos, do mercado brasileiro. Eu sou manipulador, estou sentado lá em Singapura e quero manipular no Brasil. Quem é o cara que vai me dar condição de organizar o esquema no Brasil? Muitas vezes, utilizam atletas com passagens por esse futebol de lá. Um jogador que jogou na Indonésia, que jogou na Tailândia teve contato com os manipuladores quando esteve lá... Que jogou na região dos Balcãs. Então, assim, essa pessoa vai ser o responsável por organizar a manipulação aqui no Brasil.

A partir daí, a gente vai pra uma próxima camada. O que seria essa camada? Seria identificar quem é a pessoa que vai chegar pro atleta e vai dar uma credibilidade pro atleta. Porque uma coisa é chegar o Felipe, que o cara nunca viu na vida, o jogador nunca viu na vida...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Para abrir negociação.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – ... e falar: "Vou te pagar 100 mil pra tu manipular um jogo". Qual é a garantia que o atleta vai ter de que ele vai receber esse dinheiro depois, que não é uma pegadinha, que não é algo assim?

Outra coisa...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Se levar o calote, não tem nem com quem reclamar, não é? (*Risos.*)

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Exatamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa é chegar um atleta que jogou com ele – e isso a gente viu em alguns casos até mesmo da Penalidade Máxima –, um atleta que atuou com ele, foi um companheiro de vestiário, teve uma relação de amizade, uma proximidade, ou até mesmo o famoso "parça", que é o cara que desenrola ingressos de festa, carro, coisas assim pro atleta quando ele chega num clube novo. Eles utilizam essas pessoas pra dar credibilidade pra oferta e pra chegar ao manipulador.

Então, tem todo um esquema por trás que acontece na manipulação de resultados. E é importante a gente mostrar isso de uma maneira muito clara pro atleta poder se proteger. Pro crime organizado, é um mercado que tem alto potencial financeiro e um risco baixo, porque as penas, até mesmo quando são detectadas – em alguns países, como eu falei anteriormente, nem crime é –, são brandas. Então, pros manipuladores, é um mercado muito interessante.

Até tem um dado que foi levantado pela Ministra de Esportes da França na época, que era a Valérie Fourneyron. Ela disse que 10% do dinheiro do crime organizado internacional é lavado através da manipulação de resultados no mundo. E esse é um ponto importante, esse é um ponto em que eu sempre bato na tecla... A gente regulamentar o jogo aqui no Brasil, independentemente da posição que a gente tenha, de uma posição pessoal de ser contra ou a favor do jogo, pra gente proteger o esporte, é fundamental, porque o mercado de apostas é transnacional. É aquilo que eu falei: o apostador que está sentado lá em Singapura pode apostar no jogo da Série D no Brasileirão no *site* da Rússia, independente se as apostas são regulamentadas ou não aqui no Brasil. Então, regulamentar o mercado aqui no Brasil acaba dando mais visibilidade pro mercado, obrigando os operadores a compartilhar informação e criando um sistema de proteção pro esporte brasileiro e, principalmente – digo isso muito para ti, Romário –, principalmente, pros atletas que estão em condição de vulnerabilidade financeira, e vulnerabilidade ali de ele não saber o que ele vai fazer quando acabar uma Copa Rio, quando acabar o campeonato estadual de segunda divisão, garantindo a proteção dessas pessoas, que é o ponto mais importante. É um crime – é um crime –, mas a gente tem que garantir a segurança das pessoas e o bem-estar das pessoas enquanto Estado brasileiro, o bem-estar social dos cidadãos. Então, é muito importante criar esses mecanismos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Só pra encerrar, para dar oportunidade aos demais Senadores, aqui aos meus vizinhos, se for possível, Senador Kajuru, a gente solicitar esses relatórios, principalmente lá do meu estado, Força e Luz e o Globo, porque eu fiquei curioso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esses estão dentro dos 109 jogos que tiveram alerta?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, está ótimo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Então, a gente vai ter esse acesso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, nós aqui já temos os 109 jogos, não é? A CPI já recebeu, agora a questão é o relatório, não é isso?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Só rapidamente, antes de passar, pela ordem de chegada, ao Senador Carlos Portinho, que representa o Rio de Janeiro... Pena que não vai ser Prefeito lá, não é? E hoje ele veio diferente. Viu, Girão, o que o casamento faz com o homem? Parou de usar óculos, está de lentes de contato. (*Risos.*)

E o Senador Eduardo Girão, sempre presente também nas nossas reuniões, todos eles.

Mas, Sr. Felipe Marchetti, o senhor é o representante da empresa Sportradar. Qual foi o prazo do contrato da CBF para com a sua empresa?

O SR. FELIPPE MARCHETTI (Para expor.) – Quando que expira o contrato?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Em 31 de dezembro de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Termina este ano...

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Esse tempo é suficiente para o trabalho de vocês ou você sugere que haja uma renovação?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Já está sendo discutida a questão de renovação de contrato, mas aí é uma prerrogativa da CBF.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Das 109 partidas, foi a Sportradar que descobriu aquele caso difícil de acreditar, mas a partir de agora tudo é fácil de acreditar: do jogador do Santos, o Eduardo Bauermann, que tinha salários de R\$300 mil e, pra tomar cartão amarelo, ele recebeu uma propina de R\$50 mil. Foi a Sportradar que levantou esse caso ou não?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Teria que ver se esse jogo está entre os que a gente detectou da Penalidade Máxima. Agora de cabeça...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você poderia ver, por favor?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tá.

E, dos casos... Pra concluir, a última pergunta minha, depois voltarei, mais tarde. Dos casos dos 109 jogos, você pode dizer aqui pra nós quais os que assombraram mais a sua pessoa como investigador? Quais os casos, quais os jogos, quais os jogadores envolvidos e confirmados em manipulação?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Ah! Houve tantos casos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muitos?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – É, diversos casos aqui no Brasil. Tem diversos casos em que a gente vê, assim, uma movimentação no mercado de apostas que é muito fora da curva, do que a gente espera como o mercado ia se comportar e como ele realmente se comportou.

Posso dar exemplo, um exemplo para vocês. Por exemplo, vou pegar uma partida hipotética, uma partida de vôlei. Quando tu vês que um mercado de primeiro *set* recebe 99% das apostas, quem vai vencer o primeiro *set* recebe 99% do total de apostas colocadas, sendo que o esperado é que o mercado de vencedor da partida tenha um volume muito maior proporcionalmente. Isso é uma evidência, assim, muito clara de que os apostadores sabem o que vai acontecer naquele evento.

E, assim como tem esse caso hipotético que eu estou trazendo para vocês, tem diversos casos em mercados diversos que acontecem. Dentro dos relatórios ali que a gente apresentou para vocês, tem diversos casos.

A gente se coloca à disposição caso os Senadores queiram conversar depois sobre algum caso específico para a gente fornecer mais informações, explicar detalhadamente como foi essa detecção, o que está contido no relatório. Vai ser um prazer poder colaborar com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu, como Presidente da CPI, e coloco os outros Senadores à vontade, gostaria de lhe solicitar se é possível enviar um ofício a você, como representante da Sportradar, para você dar conhecimento a nós – não a mim, à CPI; aqui nada é individual, tudo aqui no trabalho é plural – sobre esses jogos, casos de jogadores que mais o assombraram. Eu posso lhe enviar esse ofício?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Posso? A assessoria já está preparando.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Kajuru, só para acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Até a demanda do Senador Styvenson, a sua e a minha acho que possuem o mesmo objeto: a gente ter acesso pela CPI aos 109 relatórios dos 109 jogos acusados das Séries B e C do ano passado, com o destaque daqueles de que V. Exa., Senador Kajuru, gostaria de ter mais detalhes, aqueles que chamaram mais atenção. Acho que a gente pode botar isso tudo num ofício só.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem dúvida, sem dúvida!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí atende as três demandas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – As assessorias já estão, então, por favor, incumbidas dessa missão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, só uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... agora o Relator Romário quer fazer mais uma colocação.

Fique à vontade!

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Sr. Felipe, eu, como Presidente de um clube, porque sou Presidente do América, posso contratar sua empresa para verificar – por exemplo, em algum jogo do América em que eu entenda que tenha havido algum tipo de manipulação – diretamente com o senhor?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPPE MARCHETTI (Para expor.) – Não, a gente trabalha diretamente com as federações esportivas para isso.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, eu tenho que chegar à federação...

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e pedir à federação para fazer esse contato?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por quê? Por qual razão? Só desculpa. Essa pergunta do Romário é muito boa. O presidente de um clube zeloso, zeloso...

O SR. FELIPPE MARCHETTI (Para expor.) – Hã-hã.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que está querendo fazer o seu trabalho, ter a ética e tudo, por mais que ele coloque isso no *compliance*, converse, mas por que ele não pode? É um *compliance* de vocês, é uma decisão de vocês? Só para entender.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – É respeito às hierarquias. O processo que a gente julga ser o correto é que o presidente do clube... O clube é filiado à federação, o clube procura a federação e a federação nos procura. Acontece com as federações que a gente tem parceria aqui. A gente tem alguns casos em que o clube suspeitava de que tinha manipulação... Aquele caso, por exemplo, é um caso de arrendamento de clube. O clube suspeita que o arrendador está manipulando partidas. Ele pode chegar à federação parceira e pedir para a federação nos contatar para a gente checar os jogos desse clube. A gente passa a informação para a federação parceira e a federação passa para as autoridades competentes, tanto para o clube quanto para a... A gente sempre sugere que as federações compartilhem a informação com as autoridades públicas, com Polícia Federal, com Polícia Civil, com Ministério Público, justamente por aquilo que eu falei anteriormente: a Sportradar não tem poder de polícia. E a única maneira de combater o problema de maneira efetiva é que tenha um fluxo de informação e que todos trabalhem de maneira cooperativa e conjunta para conseguir ter o melhor resultado possível nisso.

E para a gente é muito importante ter isso, porque, no final do dia, o que a gente quer com o nosso trabalho é... Acabar com o problema a gente não vai conseguir acabar, mas a gente quer reduzir ao máximo o problema e que os manipuladores fiquem com medo de atuar aqui no Brasil. Então, é importante a gente trabalhar para a gente ver o nosso trabalho também sendo reconhecido e tendo resultado final.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Na pergunta do Romário...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A federação carioca...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso que eu ia falar. Pode fazer...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – A federação carioca está...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Entre as 12...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... tem um contrato com vocês?

O SR. FELIPPE MARCHETTI (Para expor.) – Tem.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, eu posso chegar lá para o Sr. Rubens, o Rubinho...

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Presidente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... o Presidente, e pedir isso. Eu peço à federação para que a federação entre em contato com...

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim, inclusive, a federação carioca faz um trabalho de excelência nesse aspecto. Quando a federação identifica qualquer tipo de suspeita ou quando a gente precisa, por exemplo, de uma informação de súmula da partida, o nosso ponto de contato é o Marcio Duba. O Marcio é muito rápido em enviar a informação e compartilhar, e a federação carioca age de uma forma exemplar, muito rápida e muito eficiente. Então, a federação... a gente tem muito prazer, sim, em trabalhar com eles, porque a gente realmente vê o trabalho sendo levado ao cabo, as punições ocorrendo. É um trabalho muito bom.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Inclusive...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu fico muito feliz em ouvir isso. É a minha federação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só um dado, Senador Romário, para ver exatamente, confirmar isso que ele está dizendo a respeito do zelo da Federação do Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De Futebol do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Inclusive, se eu não me engano, foi a primeira federação a contratar com vocês, não foi?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPPE MARCHETTI – A primeira, não. A gente trabalha com a federação carioca desde do início do ano passado, mas a federação carioca tem o sistema de monitoramento *premium*, que são os relatórios mais completos que a gente possui.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E a CBF, qual é o contrato que ela tem com vocês? Não é o *premium*?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – O contrato com a CBF tem diferentes camadas. Até tem uma... Se vocês puderem botar, tem uma das lâminas que eu acho que fica melhor a visualização para explicar esse detalhe.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Até pelo seguinte...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A nossa federação é rica; a CBF, não. (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na verdade, eu acho que o Presidente da Federação do Rio é que tem um interesse maior, porque sabe que isso é um fenômeno mundial e que ninguém está imune.

Inclusive, é isto que eu queria, aqui, trazer até para o conhecimento. Na semana passada – a Sportradar pode confirmar –, o jogo, Romário, do Campeonato Carioca Sub-20 – Sub-20 –, e não era Flamengo contra Vasco, não. Era um jogo lá, cache-prego, contra um outro clube qualquer. Não sei quais eram, não guardei os clubes. Houve um alerta de manipulação, porque o resultado do primeiro tempo ia ser um e do segundo tempo ia ser outro. O alerta pegou exatamente isso. Essa partida está sob suspeita; o presidente da federação já suspendeu os clubes, os atletas, até que isso seja esclarecido.

Não é verdadeiro isso que eu estou trazendo? Pode falar um pouquinho a respeito.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – É, eu não posso comentar sobre esse caso publicamente, pela questão de confidencialidade contratual com a Ferj, mas corroboro o que o Senador falou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ou seja, é verdade, porque...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O presidente realmente está trabalhando lá na federação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – No clubinho, não é?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você vai poder pedir a ele o relatório, se você tiver alguma...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Farei, farei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E ele atenderá na hora.

Esse exemplo do Romário aqui, agora, com o Presidente do América, serve de exemplo – o Girão, que foi Presidente do Fortaleza – a todos os presidentes: que façam o mesmo com as suas federações, porque me parece inconcebível: nós temos 27 federações no Brasil; só 12 tem o contrato com a Sportradar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por que as outras não têm? Elas não querem investigar?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria entrar nessa pergunta, até.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí você pode começar já a sua rodada.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou partir dela.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vítimas desinteressadas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vítimas desinteressadas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Eu gostei desse termo que trouxe o Ministério Público de Goiás. É exatamente...

E, aliás, foi a razão de o Senador Romário puxar as assinaturas. Ele me convenceu quando ele falou para mim: "Portinho, o que as casas de apostas estão fazendo com relação à manipulação?". E isso me deixou um ponto de interrogação – ele trouxe, o Senador Romário, na última – muito pertinente. A gente vai chegar nas casas de apostas, só que, para a gente chegar lá, a gente precisa desse conteúdo.

E aí, antes de você até falar a respeito do que você vai mostrar, eu queria, para que todos tenham ciência, que você explicasse um pouquinho como são esses contratos, essa relação. Vocês, por exemplo, para a CBF, a contratação de vocês veio através da FIFA? Foi a CBF que procurou vocês? Vocês provocaram a CBF, dizendo: "Olha, está havendo isto aqui no Brasil", e aí ela chamou vocês? Qual é o tipo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de contrato que a CBF tem em relação a outras federações como a do Rio de Janeiro, que você disse que é contrato *premium*? E qual é a diferença desses contratos? E, aí, com a sua apresentação, talvez essas respostas fiquem mais claras.

O SR. FELIPPE MARCHETTI (Para expor.) – Excelente pergunta. Por isso eu trago essa apresentação, porque é pra ficar mais claro.

A gente tem competições que são cobertas, é um contrato que a gente tem internacionalmente com a FIFA. A FIFA monitora a primeira divisão, primeira e segunda divisão dos campeonatos nacionais masculino e feminino no mundo inteiro com a gente. São relatórios... A gente tem dois tipos de relatório: um relatório que é mais inicial, que é o relatório ali, que eu coloco, de uma página, que traz as informações mais essenciais do porquê a partida foi considerada manipulada, tá? Então, é um relatório inicial. E a gente tem um relatório *premium*, que é um relatório de 15 a 20 páginas, que é um relatório completo, em que a gente mostra a escalação, histórico de implicação dos atletas em partidas, movimentação das casas de apostas, volume movimentado. É um relatório que é considerado pela Corte Arbitral do Esporte como evidência de manipulação de resultados e é um relatório que é validado cientificamente pela Universidade de Liverpool.

No Brasil, a gente tem Série A, Série B, masculino e feminino, e Copa do Brasil, um guarda-chuva do acordo com a FIFA. Série C, Série D, sub-20, Copa do Nordeste, Copa Verde, que são competições geridas pela CBF, elas são relatório *premium*. As outras competições dentro do contrato com a CBF... A gente tem também a primeira divisão dos estados, que é importante deixar claro: não são competições que são geridas pela CBF, são competições geridas pelas federações estaduais em que a CBF, pra colaborar com as federações estaduais, tem o relatório, esse, de uma página, mais inicial.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sem prejuízo de a federação também ter o seu próprio contrato?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim, sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Como no caso do Rio?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – E tem competições no Brasil em que a gente não tem cobertura: segunda divisão dos estados, copas estaduais, estaduais sub-20, estaduais femininos.

De maneira proativa, a gente trabalha no monitoramento desses jogos também. E, aí, o que a gente faz? Quando a gente detecta que uma manipulação aconteceu nesse jogo, a gente envia um *e-mail*, que é o que a gente chama de *weakness summary*. A gente manda pra CBF um *e-mail* semanal dizendo: "detectamos, na segunda divisão do estado X, que tal jogo que foi manipulado ou com suspeitas ou evidências de manipulação". A gente informa a eles. A gente não produz o relatório porque... O que acontece? Um relatório *premium*, que é um relatório pago, leva três dias pra ser feito. Um relatório de uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

página é um relatório que a gente faz gratuitamente pras federações. Tem federações – por exemplo, a federação gaúcha – com que a gente tem um contrato. A federação gaúcha não paga nada pro monitoramento desses jogos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E esse da FIFA, de uma página? Ela também não paga?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Não. Não tenho conhecimento de como funciona a questão financeira com o mercado, o contrato com a FIFA. Porque, daí... Eu sou responsável pelo mercado do Brasil, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu só quero fazer um parêntese pra gente observar uma coisa, Senador Kajuru: as competições mais importantes do país estão sendo supervisionadas pela Sportradar através não de um contrato da CBF; através de um acordo da FIFA, que produz um relatório de uma página. E geralmente esses relatórios são gratuitos.

O que eu quero mostrar, assim: está faltando muito cuidado com a Série A, com a Série B, com as principais competições do Campeonato Brasileiro, a Série C e a Série D, onde houve 109 alertas no ano passado. Não é possível que, seis meses depois de aprovar a lei geral das apostas, um ano depois do caso de Goiás, a CBF, mesmo depois de aberta esta CPI, a CBF não tenha feito a contratação mais robusta de um relatório de uma empresa, ou duas, ou três, ou quantas fossem necessárias para garantir a integridade das competições. Isso é muito sério, porque o que a FIFA faz ali, no relatório de uma página, é para dizer que está fazendo alguma coisa. Vamos falar a verdade.

É como veio aqui a CBF e disse: "não, nós temos um acordo com a FIFA, nós temos um acordo com a ONU...". Isso não é nada.

Na prática, o que está acontecendo aqui no Brasil? No Brasil, as principais competições são monitoradas por um contrato da FIFA, que é o *standard*, o mais básico, de uma página, enquanto, por exemplo, a Federação do Rio, para os seus campeonatos, contratou o relatório *premium*. E aí eu queria só que...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só no caso de Goiás, não foi um ano, foram dois anos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dois anos, não é? Ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi em 2022.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... há dois anos essa bola da manipulação está quicando, e a entidade maior de organização do futebol brasileiro, até agora, mesmo depois de uma CPI, não fez – Senador Girão – acordo com o Ministério Público e com a Polícia Federal e se vale de um contrato para inglês ver – desculpa, isso aí, literalmente, é um contrato para inglês ver, como falamos aqui –, o relatório de uma página das competições mais valiosas dela, do produto do futebol nacional.

Não tem um canal de denúncia, como o próprio Ministério Público confirmou, que isso é imediato... e eu inclusive sugeri, Romário, semana passada, à CBF, que ela busque o Disque Denúncia, que é da sociedade civil, porque a sociedade civil confia nessa entidade, que guarda o sigilo do denunciante e na qual todo mundo acredita, ou seja, se a CBF vai ter um canal de denúncia próprio para os seus clubes, para a família futebol, ótimo, mas o irmão do jogador, que soube que ele está envolvido com aposta, vai denunciar para quem? Ele vai fazer... como disse a Presidente Leila, vai lá falar com o Presidente da CBF, Senador Styvenson? É lógico que ele não vai falar com o Presidente da CBF, ele quer um canal que preserve a identidade dele e no qual ele possa passar a diante a informação.

Então, nada está sendo feito até agora. E eu queria só... para que o público e todos nós entendêssemos, porque eu tenho certeza de que, mesmo um relatório de uma página, eu imagino que ele traga informações de cruzamento de apostas, não sei.

Eu queria saber qual é a metodologia e saber qual é a diferença básica entre um contrato *standard*, de uma página, e um contrato *premium*, como o que a Federação do Rio de Janeiro tem.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Ótima pergunta.

O monitoramento, esse inicial, traz... o monitoramento do mercado é exatamente o mesmo. Isso é importante que fique claro. Então, o que muda é o relatório. Um relatório é mais básico, traz a informação essencial de por que o jogo foi manipulado, traz algumas informações do mercado de apostas, mas a gente recomenda sempre o relatório *premium*, porque ele é um relatório muito mais completo e que pode colaborar muito, pode servir de subsídio para futuras... tanto para casos na esfera esportiva, quanto na esfera criminal. Traz mais elementos para corroborar futuras investigações.

Então, a gente sempre sugere isso, mas isso é uma questão... só uma coisa, Senador, Série C e Série D são de relatório *premium*... são Série A e B, e a confederação pode pedir, mesmo ela tendo um relatório de uma página, se ela quiser algum jogo específico, um relatório mais completo. Nada impede que ela peça e que seja feito um relatório específico da partida solicitada. Então, essa... a confederação...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Mediante pagamento.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Mediante pagamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Um extra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Felipe, o senhor aconselharia, por exemplo, a CBF a fazer um passaporte de integridade do jogador de futebol do Brasil? Seria interessante isso?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Já está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Lógico.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – A gente tem, essa informação é compartilhada com a Polícia Federal. Foi uma iniciativa muito positiva que a CBF teve nisso, para justamente a gente conseguir evitar situações como a gente viu no Rio Grande do Norte, Senador, para a gente conseguir antecipar o problema.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Ficha limpa...

O SR. FELIPPE MARCHETTI – É, basicamente isso. E, assim, inclusive, no futuro, as federações estaduais, ou a própria CBF podem ter esse controle, tanto de histórico, quanto de questão educacional. Quem fez esses programas de integridade...

Eu falei, no início da apresentação, que a gente tem uma plataforma de educação com 12 federações aqui no Brasil. E as federações que contrataram a gente para isso têm visibilidade sobre quem preencheu, tanto por clube, quanto por federação, quanto por CPF. Então a gente pode exigir que atletas terminem um treinamento de integridade para poder atuar em competições no Brasil.

Essa é uma iniciativa bem interessante, que já funciona no tênis internacionalmente e que vai levar primeiro, antes de pensar em punição, vamos pensar em educação, vamos pensar em proteção, para depois a gente pensar em punir. A punição é importante, é fundamental, mas a educação, ainda mais. E a gente conseguir proteger quem está vulnerável é o primeiro passo de todo um processo que tem que ser feito.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Felipe, vocês têm alguma relação ou contrato com a Federação Inglesa de Futebol?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Inglesa?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Desconheço. A gente tem contrato com...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, se vocês têm contrato com eles. Não?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Temos com a Uefa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uefa.

Aquela situação do Paquetá passa, em algum momento, por vocês, pela empresa de vocês?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Senador, essa é uma investigação em andamento. E primeiro que ela não envolve algo que aconteceu no Brasil. E por questão de confidencialidade contratual, eu não posso comentar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Posso dar aqui meu seguimento?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Paquetá está convidado por esta CPI.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria seguir aqui, voltando às formas de contrato. A CBF recebeu, então, das Séries C e D, o *premium*. Faço aqui o reparo, C e D estão no *premium*, mas o campeonato mais valioso dela, repito, que é a Série A e a Série B, estão num relatório de uma página só, não é?

Esses jogos, 109 jogos manipulados... não vou dizer manipulados, acho que você também não usa isso, que têm alertas ou possibilidades de manipulação.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Evidências.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Evidências, indícios, não é? Evidências, indícios. Vocês apresentaram o relatório *premium* desses 109 jogos, que são esses relatórios a que a gente vai ter acesso, a requerimento do Senador Kajuru. O que foi feito? Depois que vocês entregam o relatório, isso foi parar onde? Assim, vocês têm um *feedback* do retorno, sabem o que está acontecendo? Porque são partidas de 2023, a gente já está em meio de 2024, e a gente não tem ainda informação alguma de que algo aconteceu sobre essas 109. Não são duas ou três, não, Girão, são 109 partidas das Séries B e C.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Depois que a gente manda, o processo é o seguinte: eu mando o relatório para o *e-mail* da Unidade de Integridade do Futebol Brasileiro, desde que a unidade foi criada, em novembro do ano passado. Esse é o fluxo de informação. O relatório é enviado para lá. A CBF, recebendo isso, coloca dentro da plataforma que tem – a CBF tem uma plataforma em que ela coloca toda a informação –, e essa informação, via plataforma, é compartilhada com a Polícia Federal. A partir daí, já foge da nossa capacidade de intervir. E, sempre que procurados pelas autoridades, a gente procura colaborar com as informações que a gente tem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas vocês não foram procurados ainda pelas autoridades para falar sobre esses relatórios de 109 partidas?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Não todos, mas de alguns, sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – De alguns já, dos 109?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, isso é uma boa notícia.

Nós, aqui, inclusive, sugerimos à CBF, na última audiência com eles, que o Procurador-Geral do STJD tivesse a representatividade junto ao Ministério Público, que alguém da CBF... Não pode ser para inglês ver! "Peguei aqui 109". "O que é que você fez?". "Mande para o Ministério Público e para a Polícia Federal". Acabou... Não pode ser! Alguém tem que estar acompanhando, pela CBF, isso. A gente já tem a informação de que ninguém está acompanhando diretamente. O Procurador-Geral do STJD, que é quem deveria ter a competência da representatividade para isso, não tem os poderes – foi dito aqui pela própria CBF –, então fica parecendo que é para inglês ver.

Aí eu queria continuar aqui, fazendo uma pergunta. Na entrevista, há pouco menos de um mês, ao *podcast* Máquina do Esporte, Felipe, você disse que a Sportradar tem quatro formas de monitorar a integridade. A primeira é o UFDS; a segunda é o MTS; a terceira é o Integrity Exchange; e a quarta é o repasse de informações dos envolvidos na indústria de esportes, dos *stakeholders*. A pergunta seria: algum desses métodos... Primeiro, o que são esses métodos e também se algum desses métodos analisa, de ofício, provas em vídeo, provas diretas, ou é só cruzamento? Como é que é a metodologia desses métodos?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Não é isso, não. Senador, eu mostrei isso na apresentação inicial...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, perdão.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Mas eu mostro, com o maior prazer, porque eu acho que esse ponto é bem importante: de mostrar a metodologia.

Se vocês puderem botar, por favor, a apresentação de Powerpoint, a partir do ponto "monitoramento" ali. (*Pausa.*)

Mais um. (*Pausa.*)

Mais um.

Vamos lá. É esse aí mesmo.

Esse primeiro, bom...

Volta mais um, por favor. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso.

Esse aí é o UFDS, Senador, de que o senhor falou. Com o UFDS, a gente monitora a movimentação de cotações. Então, quando tem ali alguma movimentação, alguma discrepância nas movimentações, a gente consegue que ele gere dois níveis de alerta para isso. A gente monitora 600 operadores, mercado legal e mercado ilegal. É fundamental monitorar o mercado ilegal; como eu falei, entre 60% e 70% do mercado é ilegal. Então, a gente ter essa visibilidade é essencial, porque grande parte das manipulações – te diria que a grande maioria delas – são colocadas nos *sites* de apostas na Ásia. Então, se a gente não monitorar o mercado asiático, é muito complicado, vira um sistema que é praticamente inefetivo. Então, assim, a gente monitora tanto o mercado legal quanto o mercado ilegal.

Alerta para jogo em tempo real.

Dois modelos de inteligência artificial.

A questão de validação eu já citei, não é? Tanto pela Universidade de Liverpool quanto pelo ISO.

Vamos mostrar o vídeo ali. Acho que o vídeo mostra claramente. Este é um jogo que aconteceu nas eliminatórias da Copa, África do Sul e Senegal.

Antes de... Bom...

Assim, a gente tem sempre o comportamento esperado da cotação e como ela realmente se comportou. Esse gráfico é do vencedor de primeiro tempo. O jogo estava, com 40 minutos do primeiro tempo, em 0 a 0. Aquela linha branca é que a África do Sul venceria o primeiro tempo, ou seja, ela começa ali, digamos, com uma cota 2.0. À medida que o primeiro tempo vai passando, o jogo está empatado, a chance de a África do Sul vencer esse primeiro tempo é menor. A cotação vai ser maior. O prêmio pago vai ser maior.

O que aconteceu ali – que é o gráfico preto –? A cota não subiu. Foi subir um pouquinho no final. Por que isso? Entrou muito volume de dinheiro de que a África do Sul ia vencer o primeiro tempo. Isso mostra que os apostadores tinham conhecimento prévio do que ia acontecer. E, a partir daí, tu crias o que a gente chama de boca de jacaré. A diferença do gráfico... E aí cria... É muito clara a manipulação. Esse árbitro, depois que ele foi investigado pela FIFA, foi banido do futebol.

E aí...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A manipulação foi pelo árbitro ou foi pelo atleta que botou a mão na bola?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Pelo árbitro. O árbitro deu pênalti numa bola que bateu no joelho do zagueiro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Foi ridículo o lance.

E agora eu vou te mostrar um outro lance, que é de comportamento humano.

Esse lance é do jogo do Chelsea e Leicester. *(Pausa.)*

Se a gente vai para o Twitter, o X hoje, todo mundo ia falar: "Poxa, é um gol manipulado. Ninguém faz um gol contra desses". E a gente vai olhar o mercado de apostas, tudo normal, esperado. A linha do que aconteceu, com a linha esperada, acompanhando, tudo normal.

Então, assim, erros acontecem no esporte. O esporte tem um fator humano muito forte também, e por isso que a gente tem, como eu falei lá no início, muita responsabilidade para dizer que o jogo foi manipulado. Quando a gente diz que foi manipulado, é porque a gente tem muita convicção de que foi. E a gente tem que ter muita responsabilidade com o meio esportivo, com as pessoas, com todo o ecossistema para dizer isso.

E nos nossos dados, como o senhor falou, a questão de evidência, de indício, a evidência é quando tu tens um vestígio e, depois de analisado por um perito, por um técnico, é feita essa correlação. E é exatamente isso que a gente apresenta. A gente apresenta uma evidência, porque a gente vê, pega um dado do mercado de apostas com o vídeo da partida, faz esse cruzamento e, a partir daí, a gente consegue ter uma evidência que foi analisada por um técnico.

E isso é só um dos pilares, que é o UFDS.

O senhor quer falar alguma coisa?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu só queria...

Então, a questão do comportamento do atleta, pelo que eu entendi, ou do árbitro, é complementar a um cruzamento de informação de apostas?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você... Nós ouvimos aqui a Good Game!. Quero deixar isso claro. Ouvimos atentamente a Good Game!, numa audiência pública que antecedeu a CPI, mas que, certamente, serviu, inclusive, para a abertura da CPI junto com as denúncias que foram dadas.

A Good Game! funciona como um perito judicial, inclusive há casos já validados, e ela faz uma análise comportamental. Embora eu também concorde que o futebol, o ser humano é falível, mas você acredita que – a pergunta é –, isoladamente, o comportamento é suficiente ou, para que você solte um alerta,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

you need to have, first, from a crossing of bets and then, eventually, in a complementary way, the question of artificial intelligence, of athlete behavior and everything else?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Only one observation to Senator Carlos Portinho, who, at the moment, did not accompany that his answer to a qualified question from the Reporter Romário.

Portinho, Girão – the Styvenson was –, the Felipe Marchetti, from Sportradar, brought a declaration that I considered serious. He understands that in everything that the Good Game! presented through the CEO of Botafogo, John Textor, in his opinion, there is no indication. We here understand it as an indication. For him, in his opinion and in the opinion of his company, there is no indication either.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – The question... And then turning back then... I will return only to the question, I will add an example. From those games of Textor, none of them has a warning. That one. No. No.

And so, in that expulsion of Adryelson against the Palmeiras, there was some variation of bets. It is only because all the question of materiality was not behavioral. That was the question of an image that was suppressed from the referee. Also, it remains in the popular imagination, in the last rounds, that other images from the championship are also being suppressed. People have some games with this question, including the expulsion of Hulk. Many people are asking for people to call the referee, in the expulsion of Hulk yesterday against the Palmeiras, because no one understood the expulsion. It is like that, that bet that people saw...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Did you see the expulsion?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – I saw.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – About Hulk?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – I saw.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Is it?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – I saw.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – I don't understand you, but I put that image here, the only one I have, and Hulk seemed to want to kiss the referee's mouth, that he wanted to eat the referee's tongue. I was shocked by that bet. I know that he is controversial, but sincerely... For me, he wanted to eat the tongue.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu só queria saber se é complementar a análise comportamental ou se ela é o ponto de partida.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Então, até pra deixar clara a fala que o Senador Kajuru fez agora, o que eu posso dizer é pela nossa metodologia. Dentro da nossa metodologia de trabalho, não encontramos nenhum indício nas partidas citadas pelo Textor. Eu não posso falar por outras empresas, por outros métodos. Eu represento a Sportradar, eu conheço a metodologia que a Sportradar utiliza. Então, acho que esse ponto é bem importante a gente deixar claro.

Dentro daquilo ali ainda, Senador, a gente ainda tem dois outros, três outros aspectos que acho que são importantes – se puder colocar novamente ali –, que são complementares ao UFDS.

Pode passar o próximo eslaide, por favor.

É o próximo.

A Sportradar também é um provedor de dados pras casas de apostas esportivas. A gente trabalha com mais de 400 operadores ao redor do mundo. Isso é movimentando ali 18 milhões de bilhetes de apostas por dia, que movimentaram 30 bilhões de euros no ano passado. O que seria isso? A gente consegue, por ser um provedor de dados também, ter a visibilidade sobre todas as apostas que foram feitas e todas as apostas que foram rejeitadas pelo operador. E aí a gente consegue ver ali o quanto a casa ganhou, o quanto a casa perdeu, o total de apostas, o volume movimentado, qual foi o mercado atacado. A gente consegue ter toda essa visibilidade. E isso é como se fosse um exame de sangue. Ele consegue te dar o detalhamento do mercado de uma maneira muito efetiva e com uma riqueza de dados que vai ser cruzada com aquele primeiro monitoramento do UFDS. Então, esse é o segundo pilar que a gente utiliza.

E o terceiro...

Pode passar o próximo eslaide, por favor.

O terceiro é o Integrity Exchange, que é um serviço que é gratuito para facilitar o fluxo de informação com as casas de apostas. Quando a análise de risco de uma casa de apostas detecta que um jogo tem algo suspeito na visão da casa de apostas, ela pode nos comunicar, a gente avalia isso tanto com as duas informações que a gente tem de mercado quanto com os outros operadores que trabalham com a gente nessa parte de integridade e, a partir daí, vê se tem alguma coisa realmente acontecendo e corrobora ou refuta essa desconfiança que a casa de apostas tem.

E o quarto ponto citado é a questão de inteligência, que daí pode vir do clube, da federação.

Eu gostei muito, Senador, do ponto que o senhor traz da denúncia. A gente sabe que, não só na manipulação de resultados, mas em qualquer outro tipo de crime, a informação vinda do denunciante é fundamental no combate ao problema, e um sistema que a gente está tentando implementar no Brasil é um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicativo de denúncia. A gente pode ter um *e-mail*, pode ter um telefone e tal, mas a gente está em 2024 e todo mundo tem *smartphone* hoje em dia.

A gente tem um aplicativo de denúncia que é muito interessante, em que a gente já trabalha com a NBA, por exemplo, com a Confederação Asiática de Futebol, com a Federação de Futebol da Arábia Saudita, que é um aplicativo em que o atleta pode reportar, de maneira anônima, segura, e trocar informação com o recebedor. Então, ele pode fazer um *upload* de vídeo, de áudio, de foto...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele é assediado, por exemplo. Ele não topou, mas ele foi assediado. Aí ele denuncia.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Exato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Olha a importância do canal de denúncia!

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Exato.

Então, assim, é muito importante a gente ter esse mecanismo também, para criar um sistema em que os atletas ou as pessoas que convivem no vestiário sintam segurança para poder reportar.

E até... Por exemplo, a gente recebeu a informação de um denunciante. A gente pode, de maneira também segura e anônima, ter uma conversa como se fosse uma conversa de *chat* com eles e solicitar mais informações, ou ele vai se sentir acolhido...

E vamos ampliar o escopo de integridade para além da manipulação de resultados.

Saiu uma pesquisa no *globoesporte.com*, recentemente, um número de casos de assédio no futebol feminino. Não só no feminino; no masculino também. Até já saíram estudos na Inglaterra de casos de abuso sexual em categorias de base. Ampliar isso pra questão também de abuso, pra questão de racismo e pra integridade como um todo.

A gente vai criar um sistema que é exemplo para o mundo inteiro. A gente tem as ferramentas pra isso e o total interesse em colaborar. E isso não é só no futebol. Isso é em todas as modalidades: proteger todo mundo que está participando nesse ecossistema.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Felipe... Só rapidinho, Portinho.

Nessa linha sua, a gente não pode se esquecer de um detalhe aqui. Aí é que vem a minha veia jornalística.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você fala do canal de notícias. Você falou aqui, Felipe... Denúncia: você fala sobre o contrato que tem com a UEFA. Então, vamos comparar UEFA, CBF.

Sobre tudo o que a sua empresa, Sportradar, informou à UEF, quais as providências que ela tomou? Ela tem um canal para denúncias? Ela procurou o ministério público de lá, ou seja, um instituto semelhante a este lá, pra trabalhar, pra entregar as investigações feitas pela Sportradar? Qual foi o comportamento dela, UEFA, em comparação à CBF?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Até porque lembrando que, em 2009, foi o grande escândalo, num campeonato da UEFA...

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Schrebergärten.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e eu imagino que, depois disso, aí vem outra resposta à pergunta do Kajuru, que eu, só por curiosidade, também tenho.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim.

Sendo bem sincero, Senador, não tenho conhecimento sobre isso, porque é a equipe da Sportradar Europa, que tem o contrato com, que trabalha com a UEFA diretamente. Então, eu sou responsável pelo mercado aqui no Brasil. Então, exatamente como funciona o fluxo de informação com os parceiros que não são aqui no Brasil é algo que já foge à minha alçada.

Mas esse caso, esse caso que o Senador Portinho citou, é bem interessante. Foi uma partida manipulada numa competição da UEFA. A Sportradar colaborou nesse processo, inclusive como testemunha, na Corte Arbitral do Esporte, para condenação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vocês tinham o "contrato *premium*" – não é? –, que é o que leva vocês a testemunhar. Não é isso?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Não... Não sei. Faz muitos anos isso. Não...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas a gente pode procurar saber da UEFA qual é o seu comportamento, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, eu até gosto de citar sempre... É lógico que é ficção, mas você tem aquele seriado da Netflix – pra quem nos assiste, vale a pena –, Cães de Berlim, que é um seriado de ficção, mas numa época próxima a quando aconteceu o caso da Uefa. E eu imagino que não seja ficção que eles têm departamentos próprios da Polícia Federal, do Ministério Público de lá, que monitoram.

A nossa legislação prevê, Kajuru, só que não foi regulamentado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não foi.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente está correndo atrás do rabo. Ela prevê uma autoridade, e essa autoridade vai ter que ter contratos com empresas que fazem monitoramento. Só que, se a gente não tem regulamentação, se o Governo Lula ainda não fez a regulamentação, depois de seis meses dizendo que era fundamental aprovar as apostas, que ia recolher, que ia poder monitorar, e nada disso acontece, é tudo pra inglês ver. E, inclusive, Kajuru, isso que ele falou do canal de denúncia... Até você disse, na última audiência, que você tomou conhecimento de um caso de um árbitro que foi ao Rio de Janeiro e desistiu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E se arrependeu lá.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não sei se ele se arrependeu de manipular ou se arrependeu de denunciar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É verdade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Ou se ele foi arrependido. (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, se foi arrependido.

Mas, se tivesse um canal de denúncia...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... talvez ele não precisasse nem ir ao Rio de Janeiro ao se arrepender...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exato, claro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, você veja como é importante. Um atleta que vai denunciar, que sabe que um árbitro está envolvido, ele não sabe qual é o tamanho do envolvimento, ele está inibido. Como é que ele vai denunciar? E se ele denuncia e acaba pagando o pato no final? Isso aqui... A gente sabe como é que é o Brasil. Então, é importante.

Aí, até fiquei curioso. Alguns internautas perguntaram: "O Kajuru não vai falar do caso? Não vai falar do caso?". Que caso é esse? Eu também não sei, Kajuru.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só estou esperando o responsável, que é o Procurador que esteve aqui, me dar o direito de levar a público. Ele disse que vai fazer isso. Porque eu confiei, e todos aqui nós confiamos, nas palavras que ele trouxe aqui, tanto o Procurador como o Promotor do Ministério Público de Goiás. Eu tenho certeza de que rapidamente teremos que dar conhecimento a esse árbitro, a esse fato, que é muito importante e que foi o único que eu vi até agora de arrependimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, isso é importante.

Eu tenho só mais duas últimas perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Girão é mais paciente que Jó. O Jó era afobado perto dele.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele está doido... Eu sei como é isso...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu estou falando do Jó da Bíblia.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está doido pra falar, não é, Girão? Fica tudo na cabeça.

É rapidinho.

Felippe, você também, no ano passado, se eu não me engano, deu uma entrevista ao Canal M65, no YouTube, e você afirmou que grande parte dos jogadores de futebol brasileiro são suscetíveis à manipulação, devido, em grande parte, a vantagens financeiras. O senhor continua com essa opinião?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sem dúvida nenhuma. A gente sabe que... Tem um dado que eu fiz para o meu doutorado, que foi o primeiro estudo, inclusive, sobre o tema na América Latina – até na própria academia, a gente tem uma lacuna também de estudos sobre o tema –: que 83% dos atletas de futebol do Brasil ganham por volta de um salário mínimo e, acho, 13%, entre R\$1 mil e R\$5 mil. Então, a gente pega ali... Obviamente, casos da penalidade máxima têm muito mais repercussão midiática, por ser uma competição grande e tal, mas, se a gente pegar os 109 casos, a grande maioria deles é em competições menores.

E é por isso que é importantíssimo a gente levar a educação pros atletas, tanto educação quanto mecanismos para que eles possam reportar de maneira segura. E até mesmo pra tu teres um mecanismo para que ele possa reportar de maneira segura, tu precisas educar ele antes sobre a importância de reportar e que ele vai estar seguro reportando, porque, se não te sentires seguro, tu não vais colocar tua família em risco sem saber que aquilo ali vai ser uma informação confidencial. Sobre isso que o Senador citou, de a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação se voltar contra o denunciante, no passado, a gente teve casos assim na Sérvia, teve casos assim na China, em que a pessoa reportou e a informação se voltou contra ela.

Então, é importante que se crie um sistema realmente em que as pessoas tenham confiança e que vão ver que algo realmente está acontecendo. E eu acho que os primeiros passos estão sendo dados, tanto por parte da CBF quanto por parte dos senhores aqui no Senado Federal, pelas federações esportivas que têm parceria com a gente, pelo Ministério Público, pela Polícia Federal. É um trabalho conjunto e, se a gente não pegar todo mundo, um segurando a mão do outro, e todo mundo se ajudar, a gente não vai conseguir melhorar a situação. E o caminho é esse, o único caminho que a gente tem pra conseguir melhorar o ecossistema aqui do Brasil é esse.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora, você vê – não é, Girão? –, o futebol não era um esporte de azar, não é? O que é que a gente trouxe pra dentro do futebol, o que é que o próprio futebol trouxe pra dentro dele? Fica a reflexão.

E na minha última pergunta, eu vou na esteira, Styvenson, da sua última participação. Até encaminhei pro Girão – fiquei impressionado com isso e talvez, Felipe, você possa nos ajudar a entender um pouquinho melhor esse mercado por trás dessas células – uma matéria do jornal *Expresso*, se eu não me engano é de Portugal esse jornal, e ele diz o seguinte: "Santa Casa deve dinheiro à maior organização criminosa do Brasil. Funcionário no Rio de Janeiro revelou que há uma dívida de 40 mil euros ao PCC [da Santa Casa lá de Lisboa, da Misericórdia de Lisboa], Primeiro Comando da Capital, a maior organização criminosa do Brasil. Estima-se que o PCC, cuja principal fonte de rendimento tem sido o tráfico de droga, tenha dezenas [– Girão –] de milhares de membros dentro e fora do Brasil, incluindo em Portugal". E a matéria, em breves linhas, diz o seguinte: "Um gestor da MCE, a empresa de jogo comprada no Rio de Janeiro pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa [...], revelou numa reunião em novembro de 2023 a existência de uma dívida de 200 mil reais – cerca de 40 mil euros – ao Primeiro Comando da Capital (PCC), a maior organização criminosa do Brasil. Estima-se que o PCC, cuja [...] fonte de [...] [renda principal e tal]", eu já li o resto.

Então, assim, quando o Styvenson faz a pergunta sobre se essas empresas que compram a licença e passaram a comprar, na falta de regulamentação, dos estados – a Loterj passou a vender –, quando o Styvenson, o Senador Styvenson perguntou se essas empresas buscam os meios de monitoramento, a contratação de meios de monitoramento, a gente vê a importância, porque há uma associação direta – imagina – da Santa Casa da Misericórdia com o PCC, porque comprou uma agência de aposta.

Você teve conhecimento desse caso, assim, só por curiosidade? Eu também me surpreendi. Não?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Não, não conhecia. Esse caso específico não conhecia, mas o que a gente vê internacionalmente, por exemplo... por exemplo, máfia da Albânia, que tem envolvimento com tráfico de armas e tráfico de pessoas. Esses caras têm envolvimento com manipulação de resultados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali na região dos Balcãs. Então, pensando com a cabeça de crime organizado, faria sentido o crime organizado se envolver com a questão de manipulação de resultados, isso sim. A gente não tem conhecimento, aqui no Brasil, de casos envolvendo o crime organizado – o PCC, por exemplo –, não temos conhecimento de envolvimento, mas é uma possibilidade, sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, Styvenson, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a gente não vai conseguir chamar aqui, o PCC também não, mas você fez um ofício pra convidar a Loterj. E, se foi o Estado do Rio que vendeu essa licença, quem sabe através daí a gente não chegue a esse requerimento, Senador Styvenson. É muito importante.

Eu termino aqui agradecendo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Presidente, só sobre esse requerimento, eu queria só ter uma previsão, pra deixar já marcado pra...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Entra com ele.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Já entrei.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já entrou? Já foi aprovado, já.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – É só marcar o dia da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele não entrou hoje?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Não, não

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse seria o da Loterj que vocês estão dizendo, Portinho?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aprovado já foi.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, porque eles compraram do Estado do Rio. Na verdade não é do Governo, é da agência do estado, da Loterj, através dela que se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vende. E o Senador Styvenson já estava nesse rastro aí, não sei por que razão, mas... Aí eu li esta matéria aqui da Santa Casa de Lisboa com o PCC, que comprou a licença, eu falei: "Opa".

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Mas a razão é simples, Senador Portinho: é lucrativo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É muito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – É muito lucrativo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É muito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Tem muito crime organizado envolvido. E, quando você tem algo a que se dá transparência e *compliance*... Por isso que tem que chamar aqui a estatal, pra que a gente possa esclarecer coisas como essa. O porquê de não chamar... Não sei se a Sportradar foi convidada, porque ele fez um *workshop* com o Paraná, mas não fez com a Loterj. Entendeu? É essa desconfiança que eu tenho, essa resistência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tem razão.

Ele foi ao toalete e já está retornando.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Mas eu fiz o requerimento, já foi aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Todos os requerimentos foram aprovados. A questão é só agora a definição de pauta, não é isso?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Aguardo o dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Das prioridades, que todos nós estamos, graças a Deus, em caráter unânime, combinando em tudo. E até agora a CPI não teve nenhum atrito de um Senador com o outro por causa de questão de requerimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu queria só agradecer ao Felipe e à Sportradar, primeiro, pelos serviços que prestam. Eu espero que sejam melhor aproveitados pela CBF, que é a entidade nacional. E que todas as federações possam ter um contrato *premium* com empresas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

como a sua; não necessariamente a sua, isso é mercado, existem outras, a gente sabe, é porque vocês já prestam serviço aqui no Brasil, foram chamados.

Quero agradecer. E é muito interessante tudo o que você trouxe pra gente entender melhor até as ausências, as omissões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E você deveria agradecer também a mim, que te dou um tempo sempre aqui na CPI que nunca existiu na história, porque CPI tem dez minutos para cada Senador, e eu não faço isso. Até esse protocolo eu quebro. *(Risos.)*

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sou democrata, não é?

Agora, brincadeira à parte, já que tocou nisto, PCC, eu me lembrei do Datena – rapidinho, Girão –, o pré-candidato a Prefeito de São Paulo. O Datena, doido daquele jeito que é – só 50 anos de amizade –, falou assim: "Eu sou candidato porque eu quero enfrentar o PCC, sem prova de bala, sem nada, aqui de peito aberto". Então, se tiver PCC aqui nessa CPI, eu vou repetir a frase do Datena. *(Risos.)*

Senador Eduardo Girão, por fineza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar também o nosso Relator, o Senador Romário. Cumprimento o Dr. Felipe Marchetti, também a Danielle Maiolini, advogada.

Olha, a gente entende... Eu particularmente percebo, pelos dados apresentados e pela conversa que nós mantivemos, prévia, que o senhor entende, que a sua empresa entende do riscado – vamos falar –, tem um conhecimento de causa. Desculpa a ignorância, existem concorrentes de vocês que fazem essa metodologia, que têm esse... no mundo, pergunto, não apenas no Brasil?

O SR. FELIPPE MARCHETTI (Para expor.) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá, porque é o seguinte... O que é que eu queria entender? A sede de vocês é na Suíça, não é? Aqui no Brasil, tem um escritório, que é essa equipe que foca nos campeonatos aqui regionais, brasileiros e tal.

Ficou muito evidente aqui, na apresentação, na pergunta dos colegas, algo que tem me deixado preocupado – viu, Senador Kajuru? –, tem me deixado preocupado, porque a CBF é a entidade máxima do futebol brasileiro, tão questionada ao longo das décadas, mas me preocupa essa demora, já que vêm, Senador Romário, essas denúncias, que não são de hoje, de manipulações. Claro que, depois das apostas –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vou chegar lá –, no meu entender, aumentou bastante, o grau ficou muito maior, mas eu não vejo uma medida eficaz. Nós tivemos já diretores aqui da CBF, e eu não vejo algo assim...

Por exemplo, esses relatórios *premium*, sejam dele, da Sportradar, ou sejam de outro concorrente, são o mínimo que o torcedor brasileiro, que o esporte, que é patrimônio nosso – o futebol –, do nosso povo, merecia ter de grau máximo de transparência, grau máximo de verificação da sua integridade. Porque hoje ninguém sabe se você está assistindo a um jogo que está sendo manipulado ou não. Qualquer partida você pode pegar... O Senador Styvenson não gosta muito de futebol, mas eu procuro assistir – o meu *hobby* é esse – e eu fico monitorando, Romário, os jogos, fico monitorando o Twitter, essas coisas todas. E a gente vê o torcedor, cada vez mais, jogando um pouco de dúvida sobre as partidas: "Ah, isso é coisa de torcedor, isso é coisa de quem perdeu". Mas isso está aumentando, está aumentando consideravelmente. E por que não se faz? Por que se deixam os campeonatos das Séries A e B, que são o *top*...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O suprasumo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como é que se fala em francês? Você falou duas vezes aqui "pra inglês ver", mas como é que é? *Crème de la crème*, não é? Como é que é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – *Crème de la crème*. É o suprasumo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Como é que não bota esses relatórios, como é que não faz? Será que é por isso que está migrando, está saindo da Série C e da Série D e indo pra A e pra B? As denúncias estão cada vez maiores, chegando ali na A e na B?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Na B já tem muita.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não é?

Então, eu me preocupo também com a postura ética, Senador Portinho, sem fazer prejulgamento nenhum de atleta de futebol, até porque eu tenho uma experiência como dirigente e tenho a melhor experiência possível com atletas de futebol, mas eu vejo a CBF titubeando com relação a uma denúncia internacional pra inglês ver... O senhor falou que, na Inglaterra, já tem, a coisa já virou um escândalo, no caso do jogador brasileiro, e que está lá, junto com o elenco, como se nada tivesse acontecido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – E a gente continua negando que isso acontece.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E a gente continua negando que isso acontece. Olha aí.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – A Leila falou que nada precisa ser feito. Falou aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós que, de uma certa forma, estamos aqui nesse trabalho temos responsabilidade, sim, porque a nossa proposta aqui é entrar firme dentro dessas denúncias, dentro do que está acontecendo. E, se a própria CBF não dá o exemplo, que tem que vir de cima, a situação fica mais difícil. Nós vamos continuar. As máscaras estão caindo na República em todos os aspectos, mas eu fico preocupado com a postura até de um afastamento. Não é prejulgamento, é afastar. E ver pra preservar até o atleta, preservar a instituição, preservar a própria competição que vai acontecer agora. Eu vejo isso com muito estranhamento, por que que a CBF não toma uma atitude dessa.

Outra coisa: o senhor falou, e eu entendo... Pelo que eu estudei, pelo que eu vi aqui, eu vou fazer algumas perguntas, mas eu entendo que o senhor, de uma certa forma, não é opinião pessoal de Senadores sobre negócio de regulamentação de *bets*, não é isso... São estatísticas que já começam a chegar, que a gente avisou lá atrás. Na hora em que você regulamenta *bet* num país como o Brasil, já tem R\$100 do Bolsa Família do brasileiro, R\$100 que estão sendo consumidos com aposta esportiva, dinheiro pra comida, dinheiro pra manutenção básica de uma família, em seis meses. É um empobrecimento, é um endividamento do brasileiro. Isso vai afastar essa turma do futebol, pode apostar. Apostar, apostar... Olha só que loucura.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Só se for...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A abertura que se deu a esse projeto, Senador Kajuru, e nós... Eu acredito que esse relatório da CPI, eu tenho convicção de que vai ser responsável com o país, eu não tenho dúvida de que nós vamos ter que parar essa sangria desatada... Hoje em dia, hoje em dia, essa questão de aposta esportiva, esse vício tomou conta de uma forma tal, que as propagandas... Que aí, se não tivesse regulamentação, não teria, se se fechasse o cerco mais forte com relação a isso. É uma coisa absurda! É uma lavagem cerebral. Mas eu entendo. Sua empresa tem contratos com *bets*, sobrevive delas também, e isso é... Mas nós aqui temos o dever de defender os brasileiros, o Brasil, o esporte.

Mas eu faço aqui um questionamento pro senhor, porque, segundo o Sportradar no Brasil, em 2022, vou repetir, 139 partidas estavam sob suspeita...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Cento e nove...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e, em 2023, 109.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em 2022, 139; 2023, 109. Entre elas, aquelas incluídas em todas as séries do Campeonato Brasileiro, A, B, C, D, além de campeonatos regionais. Então, levando-se em conta esses números, tenho aqui poucas perguntas para o senhor. Algumas até deu uma pincelada, o senhor falou alguma coisa no contexto. Qual o procedimento adotado quando se dá o alerta? Se o senhor pudesse dizer, olha, o passo a passo das partidas que têm suspeita de manipulação... De uma forma bem didática o senhor tem colocado isso, mas esse é um questionamento: o passo a passo, pra gente entender.

A Sportradar, ao contrário da Good Game!, que a gente já falou, faz um cruzamento com *sites* de apostas para analisar possíveis desvios, não é? Isso aí é importantíssimo. Como é feito esse cruzamento de informações, de forma didática?

Com quais federações – o senhor já respondeu – e confederações desportivas a Sportradar tem contratos? Sob que termos esses contratos foram fixados? Que é aquele *premium*, aquela situação que o senhor mostrou. Essa aqui não precisa, porque o senhor já foi bem didático aqui.

Agora aqui: qual a relação da Sportradar com empresas *bets*? Como se dá essa relação? Com quais empresas o senhor tem contrato? O senhor pode nos dizer? Porque é uma febre isso, tem *bet* em tudo que é lugar.

Como as empresas *bets* podem ajudar para coibir esse processo de manipulação de resultado? A Sportradar tem alguma parceria com as *bets* para coibir essas fraudes? Porque elas também são vítimas, disso aí eu não tenha dúvida.

Quais as suas sugestões nesse sentido de minimizar esses crimes contra o esporte brasileiro?

A Polícia Federal – uma instituição séria, renomada como a Polícia Federal; eu tenho até, o Senador Kajuru lembra, eu tenho até uma PEC para que ela seja autônoma, tenha independência total, desde 2020, desde o Governo anterior –, a Polícia Federal e a Sportradar celebraram um memorando de entendimento para o intercâmbio de informações relevantes ao combate à corrupção no esporte. O acordo de cooperação possibilitará que a Polícia Federal tenha acesso a análises relacionadas à integridade esportiva no mercado de apostas e indicativos de manipulação de eventos esportivos para auxiliá-la nas investigações de práticas ilícitas suspeitas com relação à combinação de resultados. Como se deu essa parceria? Quem tomou a iniciativa? Quais os procedimentos aplicados? Está funcionando, porque já faz algum tempo. Isso está funcionando ao seu contento?

E, para encerrar, eu queria dizer que esses canais de denúncias que o Senador Portinho colocou aqui – que são outro titubeio da CBF –, isso é para estar escancarado, é para estar sendo divulgado com uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

campanha; nos estádios, em propagandas, entrar com aquelas faixas, Portinho, em campo, entrarem com faixa em campo os times, botar na televisão, porque a CBF tem, detém o controle. Então, isso é para ser para ontem, para que a gente, repito, pare essa sangria desatada que está prejudicando o futebol, prejudicando os brasileiros, sobretudo os mais vulneráveis, porque é isso que está acontecendo aí, uma tragédia social.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço a sua objetividade, Senador Eduardo Girão, e a compreensão de que há mais um convidado na sessão, nesta nossa reunião de hoje, 18 de junho de 2024.

E queria agradecer muito a presença valiosíssima do representante da Sportradar, a empresa americana contratada pela Confederação Brasileira de Futebol para as investigações de manipulações de resultados de futebol e de apostas, Felipe Marchetti, colocar à disposição se quiser fazer alguma observação final; agradecer à sua advogada atenta. Eu fico feliz de ver numa CPI, eu, que sou acostumado a ver em CPI – Girão, Valentim, Romário mais do que nós, não é? – sempre do convocado ou convidado... Toda hora, a advogada ou o advogado está no ouvido dele, não é? Tomara que tenha bom hálito, porque é impressionante o que o cara suporta; o tempo inteiro, alguma fofoca no ouvido dele, alguma coisa: "Fala isso!", "Não responde!", "Cala a boca!". E aqui não. Aqui, o tempo inteiro, a advogada nem falou, nem se pronunciou, nem ouvi a voz dela.

Então, fique à vontade, Felipe!

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Excelentes perguntas, Senador.

Vamos por partes, passo a passo.

Inteligência artificial, primeiro corte de informação: FDS, MTS e Integrity Exchange. O debate dos nossos analistas, parte qualitativa: debate humano para ver se tem algum fator de mitigação que explique aquela movimentação de apostas. A partir daí, se o jogo foi considerado manipulado, produção de relatório. O próximo passo: envio do meu *e-mail* para o *e-mail* da entidade esportiva contratante.

Esse é o processo. É exatamente esse o passo a passo. E sempre, depois que procurados, também podemos colaborar com a Polícia Federal, com o Ministério Público, com quem for.

Já fazendo o gancho da tua outra pergunta: relação com a Polícia Federal. Desde 2020, a gente tem esse memorando de entendimento com eles. Se eu não me engano, foi até o próprio Tiago, que vai ser o próximo depoente aqui, que fez esse acordo. Ele trabalhava na Sportradar na época. Se eu estiver falando bobagens, depois o Tiago pode corrigir, mas é um acordo de cooperação em que a gente sempre tenta auxiliar a PF em casos em que a gente é instigado a isso. A gente sempre orienta a federação parceira. Inclusive, a gente tem um FAQ que a gente envia para a federação junto com o relatório, orientando o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compartilhamento da informação com as autoridades competentes, para uma possível investigação sobre o caso. Atualmente, a CBF também está compartilhando essa informação com a PF, via sistema, e eu saúdo muito isso. Acho que é muito importante essa iniciativa por parte da CBF de compartilhar informação, porque só assim a gente vai conseguir combater o problema de maneira efetiva. Então, eu saúdo muito o trabalho do Julio, do Rodrigo, do Dr. Gussem, nesse...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foi criado um departamento da Polícia Federal para monitoramento? Tipo assim: foram designados alguns policiais?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi o Dr. Andrei que determinou.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O efetivo, o senhor sabe quantas pessoas fazem parte?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Não sei. O nosso ponto de contato são o Fred e o Daniel Cola. São os dois policiais com que a gente tem contato.

Bom, com relação a cruzamento de informações, acho que já respondi a pergunta, a questão de análise humana também, em que é feita a análise do vídeo, a análise de informações, que a gente tem a prévia das pessoas, dos clubes, etc.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas zero de comportamento? Comportamental, não?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Não, comportamental, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É descartado?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Não, comportamental, não, não temos. Senador, o nosso trabalho não envolve comportamento. Obviamente, o lance que é corroborado pelo movimento do mercado de apostas vai ser analisado e, aí, sim, uma falha técnica, um pênalti cometido, um gol contra, algo assim, uma falha do zagueiro, do lateral, que deixou o cara passar fácil para fazer o gol, obviamente, isso também é colocado no relatório, porque isso aí... Só que isso não é uma informação sozinha; isso é uma informação que é cruzada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – No relatório *premium*?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Nos dois relatórios.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Nos dois?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – É, nos dois relatórios.

Agora, obviamente, um tem mais detalhamento que o outro. Esse é o cruzamento de informação, questão contratual.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De jogo a jogo, a equipe de vocês, que eu não sei quantas pessoas tem aqui, no Brasil, mas, pelo que eu pude perceber naquela primeira conversa, é uma equipe que entende, está bem azeitada... Então, em cada jogo, o que desperta o alerta é analisado?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não todos.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu digo, dos que têm contrato.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Seria humanamente impossível, a gente teria que ter uma equipe, contratar meio Brasil para conseguir monitorar 900 mil jogos por ano. (*Risos.*)

Mas, dentro dos jogos que a gente monitora, são mais de 900 mil jogos ao redor do mundo, por ano. Aqui, no Brasil, são mais de 9 mil. Então, precisaria de muitas pessoas. O primeiro filtro é feito pela inteligência artificial. Então... Aí, depois, sim, depois de detectado, é feita uma análise muito cuidadosa e muito técnica para só... A gente tem um limiar. Isto é importante também a gente deixar claro: a gente tem um limiar, uma margem alta para dizer que o jogo foi manipulado ou não.

É muito importante ter isso, porque, quando a gente diz que o jogo tem fortes evidências de manipulação, é porque o jogo tem fortes evidências de manipulação. Isso é bem importante que fique claro.

Bom, como as *bets* podem ajudar? Excelente pergunta, Senador. Esse é um posicionamento que, até, vai além da Sportradar. É um posicionamento pessoal meu, em que eu já acreditava antes de entrar na empresa. O mercado de apostas é um mercado que movimenta muito dinheiro. E as *bets* podem colaborar nesse processo, porque elas também são vítimas, elas também perdem dinheiro nisso.

Então, eu vejo com muito bons olhos, por exemplo, uma casa de apostas patrocinar um serviço de integridade pra uma federação esportiva ou uma casa de apostas patrocinar um *workshop* pros clubes que elas patrocinam. É muito... Ano passado, a gente fez isso com a NSX, que é uma operadora do Nordeste





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem algumas marcas aqui no Brasil, com *workshops* tanto pro Sport, quanto pro Náutico, quanto pro Vitória da Bahia.

Então, eu acho muito interessante essa medida porque – pô, beleza – a gente pode falar de CBF. A CBF é uma federação que tem dinheiro, a Federação Paulista tem dinheiro, mas e a federação de Roraima? E a federação do Acre? Será que essas federações têm condições de arcar com o serviço de integridade, ou, ainda, será que elas deveriam investir os recursos que elas têm nisso, ou elas devem investir o dinheiro delas em fomentar o esporte de base, em fomentar outras medidas de desenvolvimento esportivo e podem ter as *bets* como parceiras, como aliadas na proteção à integridade do esporte?

Então, assim, esse conceito eu acho que foi um conceito muito interessante de a gente pensar aqui pro Brasil, porque, de novo, é um trabalho cooperativo. Se tem manipulação, todo mundo perde; quem ganha é o manipulador. Se não tem manipulação, todo mundo ganha: os clubes ganham, os atletas ganham, o esporte como um todo ganha, o ecossistema ganha.

Então, eu acho que esse é um caminho que eu vejo com muito bons olhos a gente ter em mente. Inclusive, faço até um convite pros operadores que estejam interessados, que estão ouvindo isso: se têm interesse em ser um parceiro de integridade, que nos procurem, que procurem as federações, que a gente possa trabalhar junto nesse sentido, que todo mundo vai ganhar.

E, por fim, sugestões. Se vocês puderem botar... Tem um eslaide em que eu trago duas sugestões que eu acho bem legal mostrar pra vocês. De algumas coisas a gente já falou. Dentro da literatura – eu vou tentar ser breve, Senador, porque eu sei que a gente tem o próximo depoente logo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele que superou o Girão, não é? Ele é mais Jó do que o Girão.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – A gente tem dois níveis dentro da literatura: *meso-level* e *macro-level*. *Meso-level*: a gente vai dizer dentro de entidades esportivas como a gente pode combater o problema – pilar central, educação, sem dúvida, educação para todo mundo, como eu falei, desde atleta, dirigente de clube, Tribunal de Justiça Desportiva, todo o ecossistema, tanto com *workshops* presenciais, *workshops online* e plataforma de educação, para conseguir chegar nos quinhões mais distantes do nosso Brasil, tendo visibilidade sobre quem está fazendo o treinamento, primeira coisa.

Segundo ponto: monitoramento de todas as competições. É fundamental, tá?

Terceiro ponto: análise de risco, que é aquilo que eu falei pra vocês. Dos dez clubes que a gente identificou com maior potencial de manipulação, oito manipularam. A gente consegue já avisar o Ministério Público, avisar a polícia sobre isso. Se acontecer realmente, já dispara a informação na hora tendo um acordo de cooperação com eles. E, a partir daí, a ação é muito mais rápida e a gente vai conseguir...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Pode ter que ser rápido.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Exatamente, porque, hoje, se demorar... Hoje ele vai estar jogando lá no Rio Grande do Norte. Daqui a dois meses, ele vai estar jogando em outro lugar. Aí, já era...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, nesse aspecto, só lembrando, Kajuru, Londrina e Tombense, que tiveram dois jogos entre os 109...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Três.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Três?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Três.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Três jogos. E continuam jogando aí.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Normalmente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Normalmente. Ou seja, nada foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E isso, isso, isso apresentado no trabalho do Ministério Público de Goiás.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Talvez, eu não sei... Foi boa a sua colocação, como sempre, Portinho, no caso da Sportradar.

A Sportradar tem jogos entre Londrina e Tombense também?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Naqueles 109, tinha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tinha, não é? Então, são mais de três jogos entre eles.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas é porque eu acho que alguns jogos estavam no monitoramento da Sportradar, se eu não estou enganado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É isso?

O SR. FELIPPE MARCHETTI – É, a gente teria que ver nos 109 jogos. Agora, de cabeça, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, mas você tem noção...

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... de tantas vezes que aparece o nome do Londrina e aparece o nome do Tombense.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só um gancho, uma última pergunta.

As casas de apostas, então, dentro dessa resposta que foi dada ao Girão... Seria importante que elas participassem também de acordos de não corrupção no início dos campeonatos, não é? Porque eu sei que a Conmebol, para quem opera VAR e quem é delegado, tem acordos de não corrupção, que é uma tecla em que eu venho batendo aqui. Antes do início dos campeonatos, não vai evitar, mas vai inibir e pode prever sanções além até do próprio CBJD, para deixar claro. E eu ressinto que falte isto: acordos de não corrupção que envolvam árbitros, CBF, times, capitães ou todos os atletas, se for possível, mas também as casas de aposta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você tem toda a razão. No começo, vocês dois não acompanharam... E aqui vale o elogio ao Relator Romário... Ele fez uma pergunta ao Felipe sobre essa questão: por que... Porque o Felipe disse: "Elas são as maiores prejudicadas, porque elas estão tendo prejuízo milionário diário". Então, por que elas não agem? Por que elas não colaboram? Por que não tem nenhuma denúncia feita por elas?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque estão ganhando muito dinheiro também, não é, Kajuru?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, mas você concorda que teria a obrigação, que o Portinho tinha falado, de fazer esse contrato?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, não tenho a menor dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Todo mundo junto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – ... mas estão ganhando dinheiro a rodo, e é do povo pobre.

Mas eu queria só deixar uma coisa... Eu quero mais uma vez agradecer a sua presença, só que, respeitosamente, quero colocar o meu contraponto com relação ao John Textor, que foi colocado aqui. Para mim – e olha que dessas sessões eu sempre participo, o Senador Kajuru sabe –, foram muito marcantes as denúncias dele, tem que louvar. No meu modo de entender, é uma ajuda que vem de fora para o futebol brasileiro, porque, muitas vezes aqui, você está vendo o que a CBF está fazendo, não está indo a fundo, não está tomando as medidas que deveria rapidamente tomar, nem sequer um relatório *premium* desse – para Série A e Série B não tem –, seja da Sportradar ou seja do concorrente dele.

Agora, vamos combinar, pode não ter tido a variação do jacaré que você fala, que é dos índices lá, mas podem ter outras motivações, podem ter outras motivações que não apostas, porque o que foi mostrado naquela sala secreta para a gente, Senador Kajuru, eu nunca vou esquecer... Porque o brasileiro não teve acesso, o torcedor não teve acesso às imagens a que a sala do VAR teve, por exemplo. Não teve, nem o árbitro teve.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Nem o árbitro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nem o árbitro teve...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inclusive naquela edição, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e era claríssimo ali naquela edição.

Então, quer dizer, por que estão sendo seletivas as coisas? E ali foi... Esta CPI deu essa contribuição. Depois o senhor autorizou, Senador Kajuru, e parabéns pela coragem, mostrou na tela o lance. E nós estamos aqui para buscar a verdade: esse é o nosso interesse, e eu acho que tudo isso contribui para o futebol brasileiro.

Que tenhamos outros Johns Textors que possam canalizar denúncias para melhorar o futebol brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Senador Portinho colocou muito bem, e eu concordo, Senador Girão, que, se 1% do que ele trouxe for confirmado, for transformado em fato cabal, irrefutável, ele já prestará um serviço ao futebol brasileiro. E só essa movimentação dele já é fundamental, porque tem provocado o quê? Novas denúncias. Tem provocado tudo isso que nós estamos vendo, fazendo... E temos ainda muito mais a fazer aqui na CPI da Manipulação de Resultados de Futebol.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lembrando que a própria Sportradar trata como evidências e como indícios.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ela não pode dizer se é prova. Ela, quando faz a denúncia – e os 109 jogos relatados com alerta é uma denúncia –, não tem obrigação de provar. Ela apresenta um indício.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ou vestígio, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acho até que ela deve ter... Ela fala: de 10, 8 são. Ela até, certamente naqueles 109, talvez 90 ela possa dizer que houve.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas ela não vai ser leviana, porque não cabe a ela. Então o que foi dito aqui, numa outra CPI, que quem denuncia tem que provar, isso é um erro, não tem que provar nada. Quem denuncia tem que apresentar o indício ou evidência. Quem faz prova é Ministério Público. Está aí o de Goiás com a sua excelência, não é? Fez com excelência essa prova.

E a outra questão é que não fazer nada não é uma opção. Não é! A gente está vendo que o jogador brasileiro é suscetível, está vendo que não importa nem quanto ele ganha. Tem jogador brasileiro envolvido em aposta ganhando salário que 90% dos atletas não ganham, não é? A gente tem que superar o primeiro sintoma, que é a negação – e isso está muito claro aqui nesta CPI –, para que a gente possa ter os mecanismos adequados de controle da integridade do futebol.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu só quero, para concluir, fazer aqui um compromisso com vocês, como Presidente desta CPI. Eu vou enviar o ofício agora.

A minha Senadora, a minha craque Carol, está aqui? *(Pausa.)*

É a Luma que está, a outra craque. Então, procure a Carol.

Vamos fazer um ofício urgente agora à CBF, como um pedido não do Presidente, desta CPI, para que ela nos dê um tempo, o mais rápido possível, e crie, para o Brasil inteiro ter conhecimento, um canal de denúncias. Eu acho que esse é o trabalho nosso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Esse já é o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já é o primeiro. Porque, senão, a gente vai ficar sempre só discutindo isso aqui, ou seja, fizemos a nossa parte, enviamos à CBF. Se ela não quiser fazer, não é problema nosso. Perfeito? Combinado? Ótimo.

Bom, querido Felipe Marchetti, querido pelo sentido de carinho com você, de respeito. E, se você quiser fazer alguma observação final, pode fazer. Do contrário, vamos à outra nossa oitiva, que é a última desta reunião, que começou às 2h15 da tarde.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Rapidamente, só o último ponto daquele sistema ali que eu apresentei. Seria a hora de investigação e inteligência. Isso é bem interessante. A gente tem um time de pessoas ali que são *ex-mariners*, por exemplo, dos Estados Unidos e da Inglaterra que trabalham com investigação de dados abertos. A gente pode colaborar com as autoridades e com as federações nesse aspecto, produzindo relatórios de inteligência.

Inclusive, a gente colaborou com a federação do seu Ceará, Senador Girão. No caso do Crato, a CBF utilizou as horas de investigação que ela tem em contrato com a gente, junto com a federação cearense, para mostrar possíveis conexões das pessoas que estavam no Crato. Então, acho que é bem interessante a gente também dar esse crédito tanto para a federação cearense quanto para a CBF, nessa investigação em que a gente colaborou com essas horas de inteligência.

E o último ponto, para encerrar, é a nossa última sugestão. Só se vocês puderem botar o último eslaide, vou ser bem rápido. Seria a nossa sugestão de macro, que aí envolve o aspecto político e pode colaborar com os senhores ali em algumas medidas. Que é o fluxo de informação, que é o que eu bati na tecla o tempo inteiro aqui, entre regulador, que seria o Governo, federações esportivas, PF, Ministério Público, operadores e a Sportradar; como a gente pode colaborar com o Governo, através de monitoramento e de treinamento das pessoas do Ministério da Fazenda, sobre manipulação de resultados.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ministério do Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – No caso, o Ministério do Esporte – Fufuca.

O SR. FELIPPE MARCHETTI – Exato.

Na questão das federações esportivas, esse sistema que eu mostrei para vocês é, na nossa opinião, o padrão ouro, com as autoridades policiais da parte de inteligência dando o primeiro suporte, o primeiro pontapé inicial para as investigações, e com os operadores tendo o *integrity exchange* para eles poderem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reportar para a gente quando eles identificam casos suspeitos. Através desse fluxo de informação entre todos, a gente vai construir um sistema que vai ser muito eficiente para o nosso Brasil.

Os Senadores vão ter uma contribuição – tenho certeza – muito grande. Parabéns pelo trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que isso... Ótimas sugestões!

Dando início à segunda e última oitiva desta tarde, convido a tomar assento à mesa o Sr. Tiago Horta Barbosa, Chefe de Integridade para a América Latina da Genius Sports.

Por fineza, Sr. Tiago. *(Pausa.)*

Desculpe o tempo, mas é que é importante. A gente tem que sempre tentar tirar de tudo de cada convidado.

Bem, eu também vou dispensar, Sr. Tiago Horta Barbosa, por confiar na sua pessoa e no seu trabalho, aquela leitura, que, às vezes, é desagradável e deve ser feita apenas a quem a gente tenha provas de desconfiança da sua honradez, no que tange àquelas observações de artigos de lei de que o senhor só pode falar aqui a verdade, nada mais do que a verdade, senão, eu lhe dou voz de prisão, que o senhor não pode calar... Só posso perguntar ao senhor: o senhor está aqui para dizer a verdade, somente a verdade? Só a resposta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É só ligar sempre o microfone, por favor.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA (Para expor.) – Sim, Senador, é esse o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito. O senhor tem direito à explanação inicial, a mesma anterior, pelo tempo de dez minutos, com a devida tolerância para as suas observações. Por fineza.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Obrigado, Senador. Vou tentar ser o mais rápido possível. Eu trouxe uma breve apresentação. *(Pausa.)*

Isso.

Exmo. Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a manipulação de jogos e apostas esportivas, Senador Jorge Kajuru; Exmo. Sr. Relator da CPI, Senador Romário; Exmos. Srs. Senadores da República que aqui se encontram; e demais presentes; boa tarde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Início a minha apresentação agradecendo o convite que me foi feito para hoje estar aqui e poder, humildemente, contribuir com os trabalhos que têm sido levados a cabo nas últimas semanas com o intuito de encontrar uma solução para o grave problema das manipulações de competições, fenômeno este que tem causado enormes prejuízos ao futebol brasileiro, em especial nos últimos anos.

Como alguém que milita na luta pela integridade do esporte há muito tempo, já havendo ocupado assento em tribunais esportivos bem como em comissões de ética e integridade de diversas modalidades esportivas, além de ter contribuído para a criação de sistemas de integridade em federações esportivas, me sinto compelido a louvar a iniciativa dos nobres Senadores de criar esta CPI com a finalidade não apenas de lançar luz sobre este que é o maior desafio já enfrentado pelo esporte, mas, principalmente, por tentar salvar o nosso futebol deste câncer.

Ainda que este esteja longe de ser um problema de solução simples, estou certo de que as discussões aqui travadas, conforme temos visto, contribuirão bastante para que possamos avançar no assunto de forma concreta daqui para frente.

Peço a gentileza de passar o eslaide.

Analisando o requerimento que embasou meu convite, verifiquei que foram destacados dois pontos principais, a partir dos quais eu poderia iniciar minha contribuição com esta CPI.

O primeiro seria demonstrar como a tecnologia tem sido usada pra concreta identificação de casos de manipulação. Além disso, procurarei sugerir ações que possam contribuir no enfrentamento do problema aqui no Brasil, a partir, inclusive, de modelos que já tenham sido aplicados em outras jurisdições.

Com efeito...

Pode passar, por gentileza. (*Pausa.*)

Pode passar o eslaide, por gentileza.

Com efeito, começo ressaltando que o uso de tecnologias é, de fato, um fator essencial na luta contra a manipulação de competições e pela manutenção da integridade do esporte. Ouso dizer que, sem o aporte tecnológico, seria praticamente impossível a identificação de situações de manipulação praticadas com vistas à obtenção de lucros ilícitos no mercado de apostas.

É nesse contexto que a gente tem atuado como um dos atores globais mais proeminentes nessa luta. Nossa unidade de integridade foi instalada em 2014 e tem experimentado um crescimento substancial desde então. Atualmente somos amplamente reconhecidos por nossa *expertise* no setor, o que fica mais evidente em virtude da parceria oficial de integridade mantida com mais de 160 ligas esportivas, federações e confederações em todo o planeta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao combinar uma vasta experiência na indústria com tecnologias de ponta, a Genius concretamente tem reforçado a proteção das entidades esportivas contra a corrupção relacionada às apostas. Como um aliado de confiança, a empresa tem cumprido dignamente o compromisso de proteger as competições esportivas de tais ameaças, aproveitando a *expertise* pra identificar e disseminar a inteligência crucial, fornecendo suporte educacional personalizado, orientação jurídica e aprimoramento de processos investigativos e reforçando sanções por meio de depoimentos de testemunhas especializadas, entre outras medidas.

Próximo eslaide, por gentileza.

Fato é que, pra se combater eficazmente a corrupção no esporte, é imperativo que permaneçamos vigilantes e responsivos às táticas em constante evolução empregadas por aqueles que pretendem minar a sua integridade. Pra tal, possuímos uma comprovada capacidade de entrega global. Em termos específicos de integridade, a empresa mantém profissionais destacados em três continentes e sete países. Essa distribuição estratégica possibilita monitoramento e análise contínuos, 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, o que a capacita a identificar e sinalizar rapidamente casos de atividades de apostas incomuns ou suspeitas, independentemente do horário de ocorrência dos eventos. O trabalho que fazemos incorpora um padrão elevado de proteção que é aplicado aos eventos futebolísticos e esportivos mais estimados do mundo.

Próximo, por gentileza.

O sistema de monitoramento de apostas da Genius está ativo e em operação desde 2014. Ele foi desenvolvido inicialmente pro fortalecimento do mais alto nível de proteção contra a corrupção relacionada a apostas nos jogos do futebol da Escócia e da Inglaterra, tais como os da Premier League. Desde a sua implementação, já foram monitorados de forma eficaz centenas de milhares de eventos esportivos pra algumas das maiores ligas esportivas, federações e confederações do mundo, incluindo, além da própria Premier League, a Bundesliga, a Primera División de Argentina, a Liga Dimayor da Colômbia e várias outras competições.

No Brasil, é importante deixar claro, a gente não atua, até o momento, como parceiros de integridade de federações e ligas de futebol. A gente não atua como parceiro de ligas de futebol, mas contribui, sim, com outras modalidades, como a NBB, do basquete, a Confederação Brasileira de Vôlei e a liga de futsal. Nossa colaboração em matéria de integridade se dá a partir da utilização, entre outras ferramentas, do SportIM, uma plataforma própria de integridade, preparada pra identificar casos de manipulação de resultados relacionados às apostas esportivas. O SportIM é uma ferramenta que hospeda dados sobre centenas de milhares de eventos esportivos que ocorrem anualmente em todo o mundo e a partir dela é efetuada a análise detalhada da integridade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SportIM emprega três componentes principais pra identificar possíveis casos de corrupção relacionados às apostas: *feeds* de dados esportivos oficiais, o que nos dá acesso a informações confiáveis e cronometradas obtidas em relação a cada jogo – por exemplo, o momento preciso do início de uma partida, marcação de um gol, recebimento de um cartão vermelho por um jogador –, de modo a fornecer um contexto crucial pra a nossa análise das apostas; algoritmos exclusivos próprios, customizados pra diferentes esportes – os algoritmos fornecem ao sistema o ponto de referência mais confiável pra a identificação das *odds* verdadeiras –; e dados globais sobre apostas. Aqui se tem acesso a milhões de pontos de dados de centenas de casas de apostas e plataformas de intercâmbio internacionais.

Ao SportIM soma-se o emprego de um sistema de inteligência pra cruzamento de informações relevantes sobre equipes, jogadores, árbitros e outros fatores. Essa etapa enriquece os relatórios sobre monitoramento de apostas com *insights* contextuais adicionais, como o envolvimento de jogadores em jogos anteriores que tenham sido fraudados. A partir desses componentes todos, conseguimos detectar atividades de apostas potencialmente incomuns ou suspeitas, tanto de forma preventiva quanto durante os jogos ao vivo, em todo o ecossistema de apostas, complementar análise através de atuação de especialistas, conduzir análise pós-jogo detalhada sobre qualquer evento que tenha sido monitorado pelo SportIM e transmitir informação em tempo real pra toda a rede de ligas esportivas e federações parceiras sobre a ocorrência de alertas ao sistema.

Próximo, por gentileza.

Etapas da análise. É importante explicar que a análise de integridade realizada por nós, para que consiga chegar à conclusão de que um evento esportivo tenha sido efetivamente fraudado, poderá se dar em três etapas. A primeira é quantitativa, obrigatória. E aí, irá se gerar um alerta, a análise dos sistemas, a inteligência artificial. A segunda etapa é a qualitativa, obrigatória também. Ela indicará de que forma um alerta será classificado, ela é feita por analistas, especialistas, apreciação humana. E há uma terceira análise... Há uma terceira etapa, perdão, que é a análise de *performance*. Ela não é obrigatória para se cravar a ocorrência de uma fraude. E agora eu vou explicar.

Próximo eslaide, por favor.

Os alertas. Sempre que uma atividade de apostas incomum ou suspeita é detectada pelo SportIM ou quando recebemos uma informação por fontes de inteligência sobre a possível ocorrência de alguma fraude, um especialista da unidade de integridade avaliará meticulosamente todos os fatores pertinentes, como lesões, suspensões, desempenhos recentes de equipe, jogador, condições do campo, clima, etc., pra então atribuir uma das seguintes classificações ao evento que foi alvo do alerta: verde, há uma explicação clara e legítima pras apostas que geraram o alerta e, por isso, não persistem preocupações discerníveis quanto à integridade do evento; âmbar I, que é o amarelo, concluída a nossa investigação, não identificamos evidências significativas de manipulação, mas havia um pequeno elemento nas apostas que não foi totalmente explicado ou de alguma forma foi notado, não consideramos que haja necessidade da condução





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma investigação mais aprofundada, mas o evento será marcado pra fins de inteligência e pra possíveis referências futuras; âmbar II, laranja, a investigação concluiu que havia algo incomum relacionado às apostas e/ou à ação da partida e, muito embora essas nossas preocupações com o jogo não tenham acarretado uma classificação como vermelho ainda, vimos o suficiente pra sugerir que as apostas ou a ação do jogo foram possivelmente anormais sob a ótica da integridade – nesses casos, efetua-se o acompanhamento próximo dos possíveis envolvidos a partir daí até que se possa rebaixar ou escalar esse alerta –; e, por fim, o vermelho, com base em todas as informações disponíveis, somos incapazes de expressar confiança na integridade do evento, pois havia...

(Soa a campanha.)

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Tá, obrigado.

... pois havia algo completamente inexplicável em relação às apostas – nesses casos, os detalhes da partida serão imediatamente comunicados pras partes interessadas relevantes, um relatório detalhado de apostas sobre o evento será preparado em um prazo de 24 a 48 horas, e sugere-se também à entidade parceira que realize investigações aprofundadas, e, em vista disso, colocamos à disposição suporte investigativo.

Faço o registro de que todos os argumentos acerca dos alertas são revisados de forma minuciosa por pelo menos mais um membro da unidade de integridade. Relatórios classificados como vermelho, que é o nível máximo quando a gente, de fato, tem uma ideia de que a fraude aconteceu, recebem escrutínio de pelo menos mais dois membros da unidade de integridade – são três pessoas, portanto –, sendo um deles o supervisor chefe especializado. E esse alto padrão de qualidade é usado no intuito de assegurar a máxima assertividade em relação às partidas potencialmente fraudadas.

E aí, fazendo um parêntese, pegando até o que o Felipe disse antes, nós também temos uma responsabilidade muito grande pra dizer que uma partida foi efetivamente fraudada. Isso não é algo que a gente vai fazer em relação a qualquer tipo de situação. Por isso é que tem todo esse cuidado.

E, por fim, próximo eslaide, por favor...

É quando a gente vai falar de análise de *performance*.

Análise de *performance* refere-se à análise detalhada do desempenho esportivo de uma equipe ou indivíduo, incluindo árbitros e auxiliares. Tipicamente, ela visa a apontar quaisquer anormalidades ou tendências subjacentes em relação ao desempenho verificado em campo.

Por exemplo, podemos destacar uma situação que tenha gerado suspeita envolvendo um árbitro que marcou um pênalti estranho ou outra que tenha saltado aos olhos em razão do posicionamento equivocado de um goleiro ou do alto volume de erros não forçados cometidos por um determinado jogador de linha. A





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir da análise da *performance*, é possível fornecer às entidades parceiras informações relevantes a serem utilizadas pra fins disciplinares.

Agora, isto aqui é importante: o método pra confecção desses relatórios envolve uma combinação entre análise subjetiva, realizada por especialistas, e análise objetiva de dados, baseada inteiramente nas evidências coletadas a partir do uso de ferramentas de inteligência artificial.

A nossa recomendação é sempre no sentido de que relatórios de análise de *performance* sejam utilizados de forma complementar aos dados de monitoramento dos mercados de apostas, bem como à inteligência adicional a ser provida. O objetivo aqui é robustecer o conjunto de evidências e encorpar eventuais denúncias de manipulação a serem oferecidas pelos órgãos disciplinares, ou seja, o nosso entendimento, de forma taxativa, é o de que análise de *performance* feita de forma isolada não tem força pra provar a ocorrência de uma potencial manipulação.

Próximo eslaide, por favor.

Já está terminando, Senador.

Superada a primeira etapa da apresentação, em que falei sobre o uso de tecnologia pra identificar situações potenciais de manipulação de resultados, passo a sugestões sobre como o Brasil pode melhorar a sua atuação no combate ao problema da manipulação de competições.

Fato é que nosso país é um alvo extremamente vulnerável à ação dos manipuladores, e essa vulnerabilidade é um obstáculo gigantesco pra que possamos manter a integridade no esporte por aqui. Mas por que somos tão vulneráveis? Em primeiro lugar, devemos reconhecer que o grande número de jogos disputados em diversos níveis esportivos criam um ambiente propício pra manipulações. Cada jogo, principalmente aqueles de divisões inferiores, representa uma oportunidade em potencial para os que buscam corromper o esporte, e o Brasil, senhores, é o país no qual mais partidas de futebol são disputadas no mundo inteiro. Além disso, não podemos ignorar o fato de que a maior parte dos nossos atletas recebe salários baixos, o que os torna alvos propensos às abordagens corruptas.

Ora, se temos sido surpreendidos, nos últimos tempos, com casos de manipulação envolvendo atletas de ponta e que recebem altos salários, o que dizer da possibilidade dessa prática pelos menos favorecidos, os quais, esses, sim, podem vislumbrar aí uma possibilidade de mudança de patamar em suas vidas? Não podemos desconsiderar que a necessidade financeira pode, sim, levar atletas a tomarem decisões desesperadas e equivocadas, algo que, naturalmente, coloca em risco a integridade das nossas competições. Isso é ainda mais evidente quando, analisando as estatísticas que cuidam da manipulação de competições em todo o mundo, constatamos que a maioria esmagadora dos casos de fraudes ocorrem em torneios de divisões inferiores da base, ou seja, exatamente os que envolvem os atletas em posição mais vulnerável economicamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse quadro, entendo que o enfrentamento do problema no Brasil, tal qual vem sendo feito em outras nações e que tem obtido êxito nesse tema, passa pela construção de sistemas de integridade no ambiente esportivo que verdadeiramente se sirvam a prevenir a ocorrência de fraudes no esporte, a detectar eficazmente aquelas que ainda assim venham a ocorrer, e, por fim, que forneçam as ferramentas para que uma resposta rápida possa ser dada, seja através de sanções severas ou outros meios.

A consolidação desses sistemas deverá incluir a implementação de linhas diretas de denúncia anônima – vocês já trataram disso –, a formação de comitês de integridade verdadeiramente independentes, e a aplicação rigorosa de penalidades para os infratores.

Último eslaide, por favor.

Por fim, chamo a atenção para o fato de que esses sistemas de integridade deverão primar, acima de tudo, pela ênfase na questão da educação sobre a manipulação de competições. É essencial que todos os atores que permeiam o ambiente esportivo, principalmente árbitros e atletas, mas não somente eles, recebam orientação constante a respeito dos riscos e consequências do potencial envolvimento com manipuladores e sobre como devem agir para se proteger desse problema.

Sinceramente, nós acreditamos que há uma chance de vencermos o problema da manipulação de competições, mas ela passa necessariamente pelo aspecto-chave da educação. Se focarmos na educação, temos uma chance. Se a deixarmos de lado, a derrota para esse mal é certa.

É isso, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu é que agradeço, Sr. Tiago Horta Barbosa, da Genius Sports. As suas palavras representaram, da mesma forma da nossa oitiva anterior, a confiabilidade em cada tom, até muito semelhante ao que apresentou aqui o Marchetti.

Portanto, nós vamos de imediato ao nosso histórico Relator de CPIs e homem público notável desta Casa, o Senador Romário de Souza Faria, como Relator desta CPI da manipulação de resultados de futebol e de apostas.

Irmão, a palavra é sua.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Boa tarde, Sr. Tiago Barbosa.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Boa tarde, Senador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado pela presença do senhor aqui nesta Comissão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ser bem objetivo aqui, bem direto nas perguntas.

Em um recente caso de muita repercussão no Brasil envolvendo o jogador Paquetá, vimos que a IBIA, uma instituição da Inglaterra, que é uma associação internacional de integridade das apostas, está desempenhando um papel central na investigação conduzida lá nesse país. Recentemente, a Genius Sports se tornou membro associado da IBIA, que também tem como associadas as maiores casas de apostas da Inglaterra. O senhor acha que um modelo semelhante poderia ser aplicado no Brasil?

E o senhor acha que as casas de apostas deveriam participar ativamente dessas investigações?

Essas são as duas primeiras perguntas, por favor.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA (Para expor.) – Boa tarde.

Obrigado, Senador, pela pergunta.

Com certeza. A atuação... O ingresso da Genius na IBIA, que ocorreu há poucos dias, tem exatamente esse intento de melhorar a nossa relação também com as casas de apostas que se relacionam com a IBIA e propiciar, a partir daí, um trânsito de informações cada vez mais... um fluxo de informações cada vez mais fluido. Então, esse tipo de associação é sensacional.

O colega que esteve antes também citou a associação que é feita pela empresa deles, e, da nossa parte, a gente trabalha com a IBIA, porque a gente acredita que é o melhor meio realmente de atuação, é a forma realmente como a gente consegue ter o maior alcance para desenvolver esse fluxo de informações que a gente deseja obter.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E no caso dessas casas de apostas que estão aqui no Brasil, no seu entendimento poderiam participar mais ativamente dessas investigações?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Acredito que sim, acredito que isso é natural dentro do processo de regulação que a gente está passando. O meu entendimento é que isso naturalmente acontecerá, até porque a própria lei determina que as casas de apostas façam parte de algum sistema de monitoramento de integridade.

Então, existe hoje uma determinação de que as casas de apostas brasileiras, para que elas possam estar obtendo a autorização de funcionamento até o final do ano, elas se associem, seja à IBIA ou a algum outro instrumento desse de integridade.

Então, eu acho que é natural que isso aconteça, é fundamental, é natural e vai acontecer.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor entende que a manipulação envolvendo eventos simples ou individuais, como recebimentos de cartões, facilita o processo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização criminosa pela maior facilidade em sua execução? Na experiência das Genius, haveria uma maior dificuldade de detecção e comprovação desses casos?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Qualquer situação de fraude, de manipulação de resultados, que é provocada por uma ação individual de um atleta ou de um árbitro sempre vai gerar uma dificuldade maior de detecção do que aquela que é provocada por um grupo de pessoas. É muito mais fácil, vai ser mais fácil de ser detectada porque ela também é mais fácil de ser praticada.

Então, imagine, a gente sempre fala nas aulas, quando a gente dá aula sobre esse tema, a gente sempre menciona que o tênis é talvez o esporte mais fácil, é o esporte mais fácil de ser manipulado porque é um esporte individual, você só precisa de uma pessoa ali para poder estar praticando aquela fraude.

Então, se a gente trazer isso para o âmbito do futebol, vai ser muito mais fácil também, eventualmente, uma fraude ser praticada por um atleta que queira forçar um cartão do que provocar um gol, quando às vezes você precisa de três, quatro defensores para estarem colaborando com aquela fraude.

Então é uma situação, sim, um pouco mais difícil que, obviamente, também demanda mais esforço de quem trabalha, como é o nosso caso, de quem trabalha para estar detectando as fraudes, até porque a gente sabe que os manipuladores estão sempre procurando dar um passo adiante. Então, na medida em que eles identificam que quem trabalha para detectar fraude está conseguindo ter um sucesso grande na detecção de determinado tipo de fraude, eles vão passar a procurar outros.

Então, a lógica que foi utilizada, dois anos atrás, de provocar esses atletas a tentarem fraudar a questão dos cartões, por exemplo, vai muito de encontro a isso: "Já que eles estão conseguindo detectar fraude de mercado de *odds*, de 1x2, ou mercado de gols, por exemplo, mercado de primeiro e segundo tempo, mercado de gols, vamos procurar algo que seja diferente, algo que precise de menos atletas estarem envolvidos". Mas é óbvio que, da parte de quem trabalha para detectar também há um trabalho, uma etapa seguinte de trabalho, exatamente para você estar calibrando os seus sistemas a poderem identificar esse tipo de fraude. É exatamente o que tem sido feito.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Genius Sports é uma concorrente direta da Sportradar?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

A pergunta que eu vou fazer ao senhor é a seguinte, Sr. Tiago, por exemplo: a CBF contratou a Sportradar para fazer um determinado relatório de um determinado jogo.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Hum-hum.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E a Sportradar passou para a CBF um determinado resultado daquele jogo. E a CBF, não muito convicta do que foi passado, contrata a Sports Genius, não no mesmo período, que seja um pouco mais na frente. Vocês teriam – a palavra não sei se é coragem – coragem de dizer para a CBF: "Aqueles estudos feitos pela Sportradar em relação àquele jogo não são corretos, os estudos corretos são os nossos". Isso há entre vocês, dentro dessa competitividade de espaço?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Isso pode acontecer no sentido de uma situação; tanto é que, se você reparou no eslaide, eu coloquei que a gente trabalha junto com a FIFA, e a Sportradar também trabalha junto com a FIFA. A gente também trabalha junto com a UEFA, eles também trabalham junto com a UEFA. Nada impede que uma entidade esportiva atue com mais de uma empresa de monitoramento, inclusive essa é a recomendação da FIFA, até para se fortalecer eventualmente casos identificados de manipulação. É lógico que é muito mais forte você ter dois ou três relatórios indicando que houve uma fraude do que apenas um, isso é positivo.

Agora, só em relação à questão de dizer que o que a outra empresa fez foi errado, isso na verdade não é o que nós faríamos, imagino que nem é o que elas fazem. Se a gente for convidado a emitir um parecer em relação a determinada situação, a gente vai fazer o nosso trabalho para apresentar a nossa resposta, e aí eles vão poder fazer o juízo deles e buscar outros meios de investigar também para ver quem está trabalhando, quem encontrou a resposta correta. Mas isto a gente não faz: dizer que fulano atuou de forma errada ou trabalhou errado. Isso a gente não...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, por exemplo, assim, no caso especificamente do Paquetá, hoje lá na Inglaterra: se aparece uma empresa concorrente com os estudos que ela faz – vamos partir da premissa de que essa empresa é uma empresa séria, competente e respeitada –, e essa empresa diz hoje que o Paquetá não cometeu nenhuma fraude em relação aos seus cartões amarelos que ele tomou nesses quatro, cinco jogos, enfim. Aí eu pergunto a você: como é que seria a reação da federação? Porque hoje a federação... Partindo da premissa de que isso esteja claro, o Paquetá vai ser julgado lá e a princípio vai ser banido do futebol, estou falando o máximo. Só que a empresa... Isso é porque... Essa empresa A mostrou à federação que ele cometeu esse crime, porque isso é um crime, concordam?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Hã-hã.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A empresa B diz que não. Como é que ficaria essa situação do jogador Paquetá, ele?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Na verdade, assim, só esclarecendo, o Paquetá está passando por um processo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, mas eu estou indo lá na frente. Desculpa.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Perdão. É porque a questão ali é uma infração disciplinar que está sendo analisada pela federação inglesa, foi investigado, houve um oferecimento de denúncia e agora...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esses dados foram dados por uma empresa.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Esses dados, se não me engano, foram fornecidos pela IBIA.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso, exato.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Foram fornecidos pela IBIA, e isso está sendo investigado no âmbito da federação. Esse papel que o senhor colocou é um papel exatamente da defesa do atleta. Eu imagino que a defesa do atleta, na tentativa de buscar explicar o que aconteceu, vai atrás de qualquer tipo de evidência que possa estar jogando do lado dele. Então, se eventualmente eles forem atrás de alguém que possa estar fornecendo algum tipo de parecer no sentido contrário, isso acho que é o trabalho dela.

Agora, eu imagino que, no caso da federação inglesa, ela deve ter muita confiança no trabalho dos parceiros que ela tem, e ela ser influenciada por esse tipo de situação acho que seria bastante difícil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Até porque a metodologia é cruzamento de apostas, e aí não tem como isso dar divergência. Não é só o comportamento do atleta, não é? Ela parte de um cruzamento de aposta.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, mas eu não estou aqui... Eu não sou advogado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e nem sou amigo do Paquetá. A gente está fazendo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Não, num caso hipotético...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É isso aí.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – É, num caso hipotético.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o seguinte, porque pode... Eu acho que pode, sim, na minha opinião, uma segunda opinião em relação ao que está acontecendo, porque isso é um caso muito sério, é um caso muito grave. Banir um jogador de futebol... Qualquer um, seria grave, principalmente um jogador do nível, hoje, do Paquetá, porque, no meu entendimento, na minha ideia, isso pra chegar até aonde me parece que pode chegar, eu acho que tem que ser uma coisa estudada com muita calma, com muita inteligência, porque isso vai ser um prejuízo muito grande, e eu não estou falando nem pro jogador de futebol, é pra pessoa, Paquetá, e pra sua família também. E eu não estou aqui dizendo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... o que ele fez ou o que ele não fez. Eu só estou dando aqui um exemplo porque eu acredito que... Como você falou, pode ter uma empresa que entenda que esses cartões amarelos aí que ele tomou, ele tomou porque tinha que tomar; não foi nenhum tipo de manipulação, não foi nenhum crime que ele provocou. Essa é a minha opinião, entendeu?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas aí é que está, Romário – desculpe-me –, só olhando dados técnicos, pra chegar a isso eles cruzaram o movimento de aposta.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você não tem como ter um movimento alto e um outro baixo. Não tem... O movimento de aposta, se outra empresa estiver acompanhando...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, mas eu quero dizer o seguinte...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... vai acompanhar o mesmo movimento das apostas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, mas eu quero dizer o seguinte...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E só mais uma...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quem é que pode afirmar? Ainda ninguém pode afirmar. E é por isso que está havendo uma... Como é que eu posso dizer? Um estudo sobre isso. Não, um estudo, não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma especulação.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma especulação.

Quero dizer o seguinte: o Paquetá... A gente está falando de um, dois, três cartões que ele tomou pra isso. Ele poderia muito bem, sim, ter tomado esse cartão e, pelo simples fato de ter tomado o cartão...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, sim...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Calma. E não ter nenhum... Os seus parentes, amigos, eu não sei de onde ou quem seja lá de Paquetá... Ele poderia muito bem não ter conhecimento dessas apostas feitas. Eu não estou dizendo o que você falou, que as coisas batem uma com a outra. O que eu quero dizer é o seguinte: ele pode ter tido o cartão sem ter conhecimento de que as pessoas lá apostaram que ele tomaria esse cartão. É isso que eu estou aqui colocando, entendeu?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, mas nesse caso específico não é só cruzamento de apostas. É o que ele falou: depois ele vai pra outras análises de dados e até de comportamento, porque, se eu entendi bem, você une...

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Só deixando claro que a gente está falando em teoria aqui, em relação a tudo...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em teoria. Não...

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – ... até porque eu nem tenho conhecimento dos meandros que envolvem o caso do Paquetá, porque ele nem acontece aqui no Brasil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Mas esses casos... Você que tem um contrato com a casa de aposta e vê uma movimentação atípica – não é? –, como...

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Hum-hum.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... uma evidência – não é prova, de novo, é um indício apenas, e pode não dar em nada –, você consegue, pelo seu contrato com a casa de aposta, abrir o perfil de quem apostou, não consegue? Essa é a pergunta.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA (Para expor.) – Não, isso aí... Essa informação...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Você consegue chegar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pelo menos onde?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Essa informação... Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Onde foi apostado?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em quem? Onde? Você consegue, no seu relatório...

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – A informação em relação a quem efetuou a aposta...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas isso já está claro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – ... pertence à casa de aposta. Isso não pertence a nós.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No caso do Paquetá, especificamente, está claro que foi lá na Ilha de Paquetá, onde os parentes... A pergunta... O que eu quero dizer é o seguinte: o Paquetá poderia muito bem ter tomado esse cartão sem ter conhecimento de que essas pessoas tinham feito essas apostas na ilha, lá na casa da tia. É isso que eu quero dizer. Poderia... Entendeu?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, é assim, mas o volume de aposta não torna crível nesses casos, porque... Agora, lembrando também o seguinte, não é, Romário? A gente... Eu sempre falo isso. Existe o erro... Existe o erro para manipulação e existe o erro para manipulação de apostas, não é? Porque, na hora em que você combina elementos técnicos pra avaliar, é lógico, o primeiro elemento é o volume de apostas, que isso chama atenção, não é? E você vai pros outros. Mas se tiver um erro que não seja para manipulação de apostas, seja só para manipulação, por qualquer razão, como a máfia do apito – não é, Girão? Você até me lembrou aqui no depoimento passado –, não necessariamente isso vai estar coordenado com aposta, não é? E aí a questão do comportamento dos atletas pode passar a ser um outro elemento, não é? Só pra deixar claro, porque não é só comportamento, não é só aposta, não é só para aposta. A gente tem o erro pra manipulação de um interesse político. A gente tem o erro, já teve no Brasil, pra um clube cair, o outro descer, mala branca, mala preta, e não tinha nada a ver com aposta. Só pra deixar claro pra quem assiste: nem tudo são apostas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, então, só rapidinho. Então, uma pergunta lá, a imprensa chamada de marrom. Vamos então entrar na palavra aposta.

O senhor, com o seu conhecimento... O senhor apostaria que o Paquetá cometeu ou não esse crime?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Já deve até ter ido à casa de apostas. (*Risos.*)

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Não, eu... eu, eu, na verdade, o que eu conheço desse caso, Senador, é o que a gente vai vendo de notícia. Então, é muito complicado pra mim emitir esse tipo de opinião. Eu realmente... A gente procura, a gente que trabalha com isso, conforme a gente já vinha adiantando, a gente procura ter muita responsabilidade em relação a qualquer manifestação que a gente venha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O senhor admite que ele pode não ter cometido esse crime?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Pode ter e pode não ter. Eu realmente não tenho os elementos pra estar afirmando qualquer situação em relação a isso. Peço desculpas, mas eu não posso realmente emitir opinião nesse caso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Sr. John Textor esteve aqui na CPI trazendo denúncia sobre suposta manipulação de jogos em campeonatos brasileiros. O senhor conhece e sabe desse assunto. Essas denúncias foram baseadas em relatórios de análise comportamental de vídeo baseado em inteligência artificial, onde o Felipe... Felipe Marchetti comprovou aqui que não há nem... segundo a empresa dele, no entendimento deles, que não há nem indício de nada, o que ele me mostrou aqui. A pergunta que eu faço ao senhor é a seguinte: vocês da Sports Genius chegaram a analisar jogos tidos como suspeitos de comportamento, como foi feito desse caso da empresa pro Sr. John Textor?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Não, Senador. A Genius, a gente só atua realmente sob demanda. E, conforme eu tinha adiantado no início, a gente não monitora o mercado brasileiro. Então, a gente não realizou qualquer tipo de análise em relação a esse caso específico.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas na Europa vocês já fizeram isso? Analisar esse tipo de comportamento?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Então, é o que eu explico. Fiz a... Quando eu expliquei aqui na apresentação, eu falei que isso é um dos níveis, é uma das etapas da análise que a gente faz. Primeiro, a gente tem uma etapa que é totalmente baseada nos movimentos dos mercados de apostas, onde a gente conclui que efetivamente é fraude, há grande possibilidade de que a fraude tenha acontecido. E a análise de performance é uma etapa complementar, tá? Ela é uma etapa adicional, exatamente quando se busca tentar identificar, a partir do momento em que a fraude efetivamente deva ter acontecido, a gente busca identificar quem são os envolvidos, se algum atleta, se algum árbitro, a gente parte para isso. Mas é o que eu deixei bem claro aqui, a análise de *performance* é uma análise complementar à análise dos mercados de apostas, ela jamais serve para você afirmar que aconteceu uma manipulação ou que alguém manipulou um resultado. Ela é complementar para dizer: "Olha, a fraude de fato aconteceu em função do que indicam os mercados", e aí você passa para uma análise de *performance*.

Então, sem entrar no mérito da forma como a outra empresa atua, a forma como a Genius realiza as análises é uma forma bastante diferente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Genius Sports tem forte atuação na Europa, atuando nos jogos do campeonato da Uefa, entre outros. O que você teria a destacar que poderia servir de exemplo para o Brasil da atuação das federações de futebol, das casas de apostas e do poder público no combate à manipulação dos jogos na Europa? E o que a gente poderia trazer de positivo aqui para o Brasil?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Eu qualifico, Senador, já militando nisso, há algum tempo, o que eu verifico é que eles estão alguns anos na nossa frente; eles começaram a fazer todo um trabalho de integridade com 10 a 15 anos de vantagem em relação ao Brasil. Eu não acredito que, aqui no Brasil, o trabalho seja malfeito; eu acho que aqui a gente tem um desafio muito grande em função do alto número



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de partidas que é disputado no país, mas eu verifico, sim, um esforço no meio esportivo por parte das entidades, ainda que não seja um esforço perfeito, poderia ser melhor, como vocês bem destacaram aqui no depoimento anterior, mas eu vejo que a gente está caminhando.

A Europa hoje está na frente, porque ela, de fato, começou antes. Então, com as relações que ela já conseguiu desenvolver, a questão de juntar os *stakeholders*, conseguir montar um sistema colaborativo com autoridades públicas, entidades esportivas, sindicatos de atletas, tudo isso, eu acho que eles já estão num nível mais avançado do que a gente está hoje, mas não quer dizer que a gente não esteja caminhando nessa direção.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Genius Sports tem algum contrato com federações aqui no Brasil?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Não, não, a gente não monitora nenhum torneio de futebol, não temos contrato com ninguém de futebol. Temos com o NBB, do basquete, a Confederação Brasileira de Vôlei e a Liga de Futsal. São os três parceiros.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado pela presença.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Romário, Relator desta CPI da manipulação de resultados de futebol e de apostas.

E, rapidamente, Sr. Tiago, por gentileza, imagino que a experiência internacional da empresa que o senhor representa tenha inúmeros exemplos de identificação de atletas atuando com o propósito de manipular as apostas em jogos de que participavam. Além do que hoje já foi exposto a esta CPI, quais outros exemplos de manipulações no Brasil ou no mundo poderiam ser mencionados, principalmente em outros esportes, como o senhor acabou aqui de revelar, os que têm contrato? A Genius Sports, evidentemente, procura evoluir? Ela está nas técnicas de identificação de atletas que atuam para manipular jogos? Sem querer quebrar sigilo sobre futuros avanços nessas técnicas, o que pode ser desenvolvido para melhorar tais identificações? O emprego da inteligência artificial é uma alternativa relevante?

São as essas minhas questões, por favor, Sr. Tiago.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – A inteligência artificial, ela é, sim, relevante, ela é utilizada pela empresa, mas, obviamente, que de forma complementar também à inteligência humana. Isso é uma coisa que a gente tem muito clara: todas as análises quantitativas que são realizadas depois necessitam ser avaliadas de forma humana.

Bom, em relação à experiência europeia, eu verifico que, em outras modalidades, a gente nota realmente que, a partir do momento em que uma modalidade começa a se proteger do fenômeno da



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

manipulação de resultados, os manipuladores passam a buscar outras. Então, o exemplo que a gente tem hoje mais forte, no mundo, é o exemplo do que é realizado no tênis. O tênis construiu uma agência, a ITIA, que é a International Tennis Integrity Agency, e ela é uma agência que realiza um controle completo em relação à questão da integridade, principalmente voltada à proteção contra a manipulação de resultados.

Então, hoje, todos os atletas do tênis precisam passar por treinamento para poderem se registrar em torneios de tênis. Além disso, eles realizam monitoramento completo, onde, inclusive, os atletas são compelidos – isso é um ponto bastante importante, são compelidos –, obrigados a estar colaborando com investigações relacionadas à manipulação de resultados.

Essa obrigação é firmada pelos atletas antes de iniciarem as competições, após a conclusão dos treinamentos. Então, qualquer tipo de situação em que o investigador necessite da colaboração do atleta para estar elucidando qualquer tipo de fato, o atleta precisa estar contribuindo. O resultado disso é que o tênis evoluiu, nos últimos anos, de tal maneira que ele tem deixado de ser... Antigamente, ele era o esporte com mais casos de manipulação de resultados, rivalizando com o futebol; e, hoje em dia, o que a gente tem é uma queda brutal do tênis, muito em função da atuação dessa agência.

Então, se eu pudesse dar uma sugestão, seria muito nesse sentido, de que as diferentes modalidades criassem sistemas, conforme eu falei aqui, sistemas de integridade complexos, não sei se vai se chamar de agência, mas, enfim, sistemas de integridade complexos, onde você procure se cercar de todos esses pontos que são importantes. Então, você focar na questão da prevenção, focar na questão da detecção, da investigação, colocar todos os *stakeholders* realmente para trabalharem de forma conjunta, de maneira obrigatória ali, e, assim, você conseguir dar as respostas mais rápidas e mais eficientes. Eu acho que o caminho seria esse, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agora, é minha última colocação.

Eu creio, Relator Romário, com a sua experiência muito maior que a minha, especialmente em CPIs, que essa pergunta aqui, dupla, cabe ao senhor.

Um: alguns depoentes aqui disseram claramente que acreditam 0% em tudo o que veio falar na CPI e está falando para o Brasil inteiro o CEO do Botafogo do Rio, John Textor. Disseram com essas palavras. Aqui, Romário, eu, os outros membros: acreditam 0%. Esta é a pergunta: o senhor acredita em algo que até agora traz como denúncia o Sr. John Textor? E qual a diferença? Em qual empresa o senhor acreditaria mais, para o brasileiro saber: na Sportradar ou na Good Games!?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Não, em relação ao Presidente do Botafogo, eu imagino que ele deve estar argumentando em cima do que ele viu, do que ele conheceu e do que ele acredita. Ele deve ter as razões dele para isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu não conheço de forma profunda o método que a Good Game! utiliza. Pelo pouco que a gente sabe, mas, muito... Conhecendo em função do que a imprensa coloca, ele é um método baseado mais na questão da análise de *performance* e, conforme eu explanei, sem criticar diretamente o método deles, mas, a forma como a gente trabalha só utiliza análise de *performance* de forma complementar o monitoramento dos mercados de apostas.

Eu tive a oportunidade, Senador, de trabalhar na Sportradar por três anos, entre 2016 e 2019, e, por mais que eu não mais esteja lá, eu tenho a plena convicção da seriedade com a qual eles trabalham. Então, assim, eu jamais seria leviano de dizer que eles não realizam um bom trabalho, embora hoje eu represente uma outra instituição que eu acho que faz um trabalho ainda melhor, obviamente. Mas, então, dentro do... Se eu for comparar o desconhecido, que seria a Good Game!, com o conhecido, que é a Sportradar, que é por onde eu já passei, eu não teria como escolher aquilo que eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Para concluir a nossa reunião importantíssima de hoje, desta quarta-feira, 18 de junho de 2024, da Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI da manipulação de resultados de jogos de futebol e apostas, com a palavra, o nosso Vice-Presidente, cearense, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

Eu vou pegar a deixa dessa sua última pergunta – sempre ótimas as perguntas feitas pelo senhor.

Em primeiro lugar, seja bem-vindo, Dr. Tiago Horta Barbosa.

Eu queria, sequenciando o que ele colocou... O diferencial – o diferencial – da abordagem da empresa, da sua empresa, com a empresa em que o senhor trabalhou por três anos, que é a Sportradar, empresa Genius Sports e Sportradar, qual é o diferencial delas em termos de abordagem, vamos dizer assim, de estratégias? O senhor pode colocar pra mim?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA (Para expor.) – Senador, de forma geral, sem entrar em especificidades, o que eu posso dizer é que os métodos são muito parecidos. Eu acho que as premissas – acho que a gente pode colocar dessa forma: as premissas –, tanto a que uma utiliza como a outra, elas são muito similares, então, é claro que a gente pode debater qualidade pra um lado ou pra outro, quantitativo de parceiros, quem tem um alcance maior, mas as premissas, elas são muito parecidas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ambas usam inteligência artificial...

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Sim, sim, sim...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... também cruzam dados de apostas, têm... É a questão do *software*, não é? A questão da...

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Sim, sim. As premissas são parecidas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E tem outros concorrentes?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Tem, tem sim. No mundo, tem. Tem a Starlizard, tem a Stats Perform, que realiza trabalhos aqui no Brasil também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A Genius... Ela é... A sede dela onde fica?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Inglesa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, fica na Inglaterra. E a anterior, na Suíça, não é, a empresa Sportradar?

Deixa eu perguntar uma coisa pro senhor: a Genius Sports também tem parceria com várias ligas internacionais, da NFL, Nascar... Enfim, eu pergunto: como está essa questão da manipulação em outros esportes também, de resultados fora do Brasil, a manipulação de resultados? Além do futebol, tem muita... É muito diferente? Como é que funciona?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Existem... O futebol, hoje, infelizmente, acaba que é o carro-chefe...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O carro-chefe.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – ... onde se vê esse problema, mas existem problemas em diversas outras modalidades. Eu citei aqui o tênis, que tem evoluído muito em relação ao combate ao problema, mas ainda existe – tem uma atuação ativa da agência, mas ainda existe –, o tênis de mesa, você tem o próprio basquete, você tem casos, enfim, tem... de uma forma bem abrangente, se a gente for citar aqui, talvez em grande parte dos esportes tenha algum caso.

A gente, recentemente, teve o banimento no basquete na NBA de um atleta por envolvimento com manipulação e com apostas. Enfim, na própria NBA, que é a maior liga de basquete do mundo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O fornecimento de dados e estatísticas segue mais ou menos o mesmo fluxo dessas...

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Sim, é muito parecido.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... dessas ligas internacionais também?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mais ou menos.

E como é que estão os procedimentos de enfrentamento à manipulação de resultados fora do Brasil? Qual é o diferencial que o senhor vê, pela sua empresa, que tem uma experiência internacional? Como é que nós estamos, numa escala de 0 a 10, em relação aos Estados Unidos, em termos de um alinhamento com a integridade, um enfrentamento a isso? Como se dá a relação com os órgãos de fiscalização e controle desses países, com as empresas de aposta, com os organismos federativos, enfim?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Nem sei se os Estados Unidos seriam o melhor exemplo, e eu também, para dizer a verdade, eu desconheço... eles têm uma forma muito peculiar e fechada de trabalhar, eles não compartilham muito da experiência, mas, em relação, principalmente, à Europa, foi citada aqui, por exemplo, a possibilidade de o Brasil ingressar na Convenção de Macolin. Eu acho que seria um ponto interessante, porque a grande vantagem dessa convenção é que ela estabelece parâmetros de atuação e, hoje, os parâmetros de atuação mais desenvolvidos, de fato, são os parâmetros europeus, os quais têm, realmente, fluxos de informação definidos, têm a questão das plataformas, de quem seriam os órgãos que poderiam atuar.

Então, eu acho que se a gente puder copiar isso de alguma forma e trazer para cá... ainda que não firmemos a convenção, mas se pudéssemos copiar o modelo e de alguma forma trazê-lo... para a gente poder ter uma atuação mais coordenada e mais estruturada contra o problema, com engajamento tanto do meio esportivo quanto do poder público, eu acho que esse seria o grande ponto a ser considerado nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Senador Girão fez, como sempre, um escoreito questionamento aqui, e aí, como televisão e audiência são rotativas, de repente ninguém sabe – eu não sei, não sei se o Girão sabe. O senhor falou que existe um caso de manipulação de resultado na NBA?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O senhor pode dizer qual foi esse caso?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Sim, isso aconteceu há pouco mais de um mês. O atleta Jontay Porter, do Houston Rockets, andou se metendo com alguns apostadores, manipuladores, e, a partir daí, simulou algumas contusões nele próprio para ficar fora de alguns jogos, realizou apostas no próprio time, passou informações de dentro do vestiário para alguns apostadores e, também, em partidas em que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele atuou, ele recomendava algumas apostas, no sentido de: "ah, manipulador, aposta aí que eu vou marcar menos de cinco pontos no jogo", e aí ele fornecia algumas informações para esses manipuladores, apostadores....

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Teve quebra de sigilo?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Não, eles realizaram uma investigação própria. Eu não conheço detalhes. Eu sei que teve um lance que chamou muita atenção, porque ele recebeu uma bola praticamente embaixo da cesta para fazer a bandeja e marcar os pontos, e ele estava sozinho, realmente não tinha ninguém, e ele simplesmente pega e joga essa bola para trás para que alguém arremessasse na linha dos três pontos. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O que é que é isso? *(Risos.)*

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – E isso chamou muito a atenção. E depois eles investigaram e descobriram que é porque ele já estava com quatro pontos marcados nessa partida e se ele fizesse a cesta, ele iria para seis, e a aposta era de que ele marcaria menos de cinco pontos no jogo. E esse fato acabou desencadeando a investigação que levou ao banimento do atleta da NBA.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O senhor tem exemplo, o senhor tem ideia de quanto ele ganhava por mês? Qual era o salário dele?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Ah, não, não tenho. Não tenho, mas ele...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas ganhava muito?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Não, ele não era dos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dos mais bem pagos?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Não, porque ele era daqueles atletas que...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas ganhava muito bem, claro.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Não, ganhava um bom salário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí, Senador Girão, imagina quem ganha R\$1,5 mil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pois é, pois é.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aqui no Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que loucura, que loucura esse fato.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Perdão, é Toronto Raptors, ele me corrigiu, porque eu tinha falado Houston Rockets, eu me confundi. Perdão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha aí, que bom, a nossa Secretaria sempre atuante aqui.

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Obrigado, viu?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E gosta de basquete, hein?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Está sabendo do caso aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que bom, rapaz, que bom.

É muito triste a gente ver isso, não é, rapaz? É um negócio, assim, surreal, a gente... E o pior é o volume acontecendo, isso vai desacreditando um pouco. As pessoas...

Eu estava falando com o Senador Magno Malta agora, Senador Kajuru, e ele me dizendo, está acompanhando a gente, o Senador Magno Malta, acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aliás, eu mandei uma mensagem para ele, orando por ele evidentemente, porque ele é merecedor de recuperação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto, está melhor, está melhor.

E ele dizendo como está pegando ojeriza disso tudo, não é? E ele é um desportista, adora, ele disse: "Rapaz, o que é que eu vou assistir? Não sei se estou sendo enganado e tal." Eu digo, não, vamos lá, vamos dar os passos aqui, venha nos ajudar, pedi até para ele vir. Venha para esta Comissão também aqui, pô. Nós estamos fazendo...

Aliás, eu quero parabenizá-lo, tá, Senador Kajuru? Quero parabenizá-lo publicamente por o senhor ter colocado o requerimento para votar, do Paquetá, do jogador, repito, sem nenhum tipo de prejulgamento ao atleta, mas esse é o papel de uma CPI, analisar, para se aprofundar, até para resguardar o próprio jogador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e também as entidades e o próprio esporte brasileiro. Então acredito que esta CPI cumpre um papel importante.

Teremos outros desafios. Quero parabenizá-lo publicamente, o senhor, a Carol, toda a Secretaria aqui, por ter marcado, para o dia 2 de julho, o requerimento que a gente vem adiando, mas não por outra coisa, é por questão de data mesmo, até do próprio depoente que vai vir, o Sr. Manssur.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É o Sr. Francisco Manssur, ex-Assessor Especial do Ministério da Fazenda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Exatamente. Vai ser muito esclarecedor. Teve uma matéria em que ele vai poder nos ajudar, um escândalo nacional, capa de uma grande revista brasileira, que colocou os interesses por trás do jogo no Brasil e que fala inclusive em propina, fala em coisas graves.

Então, se esta CPI não fizer isso, ela não fez nada, ela não tem...

Então o senhor está de parabéns, porque eu sou testemunha de pressões políticas que o senhor tem sofrido, outros colegas aqui desta Comissão, mas nós não vamos nos intimidar, nós estamos aqui para cumprir nosso dever, para buscar as entranhas, para que possamos buscar soluções.

Mas para isso, precisamos da responsabilização de quem porventura tenha algum equívoco.

Então, só para encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Irmão Girão, só me permita...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... ter dado essa oportunidade, porque eu faria aqui um registro final. O meu telefone não para, o dia todo. É a imprensa perguntando por que é que não haverá a CPI amanhã, quando ouvirmos esse Sr. Manssur. Amanhã – para que vocês da imprensa saibam –, vai ter uma votação polêmica, na CCJ, com direito à sabatina, vai durar até 3h da tarde e vai para o Plenário depois, que é a votação de cassino, bingo e jogo do bicho. Nesta CPI, coincidentemente, há membros dela – aqui não tenho nada a esconder –, como Girão e eu, que somos, radicalmente, contra e ponto final! Não tem Governo que me convence, não tem ninguém que me convence a votar diferente.

Então, como é que a gente vai fazer uma CPI tão importante, com esta oitiva, amanhã, sendo que o dia todo nós estaremos entre a CCJ e o Plenário? Então, é apenas este o motivo para mudarmos para o dia 2 de julho, porque, na semana que vem, como semana de festas juninas, será por sessão semipresencial.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém estará, aqui, presente, praticamente. Então, ficou para o dia 2 de julho, às 14h, e ninguém muda, ponto final!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Acordado com o próprio Manssur...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O senhor e o Brasil conhecem a minha história, pelo amor de Deus!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro! E o detalhe, por que eu quero parabenizar a sua equipe e a secretaria, é que foi acordado, também, com o próprio depoente, com o Sr. Manssur, que alinhou essa data do dia 2. Então, eu acredito que vai ser muito esclarecedora. Que possamos, quem sabe, ter desdobramentos a partir disso, porque tem outros requerimentos que a gente precisa votar também.

Mas para encerrar, doutor, eu fiz a pergunta também ao Dr. Felipe, aqui, da Sportsradar, e queria lhe conceder também essa mesma situação. Vocês têm parceria com as empresas *bets* ou não?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vocês têm parcerias, não é isso? Como se dá essa parceria?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Bom, Senador, de forma bem resumida, o *core* da Genius é aquisição de dados das entidades esportivas e repasse desses dados às casas de apostas, para que elas possam estar oferecendo o seu serviço. A partir disso, a gente consegue ter o mesmo acesso que a Sportradar mencionou, aqui, para obtenção das informações para nível de monitoramento. Então, é uma espécie de uma situação que vai e volta, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Assim como com as federações também, não é? Parcerias...

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Isso. Com as federações, aí é já um fornecimento de serviços de integridade...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Informação de dados...

Para fechar, quais as sugestões o senhor tem? O mesmo questionamento e o mesmo espaço que nós demos para o Dr. Felipe... Quais as suas sugestões, no sentido de minimizar esses crimes de manipulação de esporte, que o senhor daria para nós, aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Senador, conforme eu já coloquei, na minha explanação inicial, eu acho que são dois pontos principais. Tem que ter, primeiro, investimento na construção de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistemas completos de integridade que mirem no esporte com a participação dos diferentes *stakeholders*. A manipulação é um problema sério, é o maior desafio que o esporte já enfrentou – o futebol, mais ainda. Tem que existir uma consciência de que não se consegue construir uma solução de forma isolada. Realmente, precisa-se de uma contribuição diversa.

Agora, o ponto que eu gosto sempre de estressar, e é o ponto que eu mais trabalho, que eu mais, realmente, acho importante e que eu gosto, realmente, de estar trabalhando é o foco na questão da educação. Conversar com os atletas, para explicar riscos e consequências, falar para um atleta, olhar no olho do atleta e dizer: "Cara, você vai se envolver com uma situação que pode colocar a sua vida em risco, que pode acabar com o seu sonho. Poxa, desde pequeno, você sempre sonhou em jogar bola e, de repente, você vai jogar isso tudo para o alto, por uma situação de corrupção?".

Então, eu acho que esse é o ponto principal a ser tratado não só com atletas de ponta, mas principalmente com os atletas de divisão inferiores, aqueles que são realmente os mais, os que estão nas posições mais vulneráveis, atletas de divisões de base também, de 17, 20 anos, que também são muito suscetíveis a seguir, exemplos, às vezes, ruins dos mais velhos.

Então, se a gente tem realmente a capacidade de estar orientando essas pessoas, seja de forma presencial, seja de forma virtual, por meio de plataformas de ensino virtuais, eu considero que esse é o grande ponto realmente para onde a gente tem que estar mirando, olhando para o futuro. Foi o que eu falei no início, se a gente investir na educação, olhar para esse lado, a gente tem uma chance de ganhar dos manipuladores. Mas, se a gente deixar a educação de lado e não olhar para ela como algo preponderante, isso aqui é uma luta perdida.

Eu realmente vejo dessa forma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

E o senhor também concorda com a necessidade de um canal aberto assim, de denúncias?

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Sim, sim, sim.

Dentro dos sistemas de integridade, canais de denúncia são fundamentais. E foi muito bem pontuado pelo Senador aí o que ele vai estar solicitando à Confederação Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Eduardo Girão, Vice-Presidente desta CPI, sempre do começo ao fim presente.

Agradeço também a sua colaboração, Tiago Horta Barbosa, da empresa Genius Sports. E siga o seu trabalho de cabeça erguida, porque isso é fundamental para a volta da credibilidade da nossa maior paixão, que é o futebol brasileiro!

Seja feliz!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TIAGO HORTA BARBOSA – Obrigado, Senador.

Obrigado.

Agradeço a todos aí pela presença e possibilidade de estar participando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – O que é isso!

Eu gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras presentes nesta reunião.

Agradeço também à minha equipe de gabinete, às craques Carol da Luz, Luma Paschoalato e ao editor Roberto Gonçalves, e chefe de comunicação; do gabinete do Senador Romário, aos craques Wester, Flavio e Vicente; do gabinete do Senador Girão, aos craques Chico e Roberto; da Liderança do PSB, meu partido do qual sou o Líder, a Olga, Santi e Carlos.

Agradeço ao Advogado do Senado Dr. Octavio, mas me perdoem, eu esqueci os outros nomes.

Outros advogados estiveram aqui hoje, do começo ao fim, nesta reunião importante e agradeço também a todos os outros. Portanto, foram quatro advogados aqui presentes.

Aos Consultores do Senado, o Luciano, o Tiago Ivo e o Vinícius.

E aos servidores da Secretaria supereficiente desta Comissão pela colaboração deles à minha questão visual, no tamanho nº 50 de letra, marca-texto amarelo, negrito, caixa-alta – mas, graças a Deus, vou recuperá-la, com o apoio do Senador, oftalmo, Dr. Hiran Gonçalves, que segue o tratamento de minha visão! São o Marcelo Lopes, o Henrique Cândido e o Gabriel Udelsmann.

Deus e saúde, pátria amada!

E vamos dando sequência aos nossos trabalhos. Ainda tem votação lá no Plenário. Precisamos trabalhar ainda mais hoje, amanhã também e quinta-feira também.

E a nossa próxima reunião está marcada para as 14h, terça-feira, do dia 2 de julho.

Agradecidíssimo.

(Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 40 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTI PROJETO DE LEI DO PROCESSO ESTRUTURAL NO BRASIL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e quinze minutos do dia treze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Subprocurador-Geral da República Antônio Augusto B. de Araoz, reúne-se a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Lei do Processo Estrutural no Brasil, com a presença dos seguintes membros titulares: Ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas (vice-presidente), Desembargador Federal Edilson Vitorelli (relator), Ministro Luiz Alberto Gurgel de Faria, Ministro Alberto Bastos Balazeiro, Desembargador Federal Afonso Mendes, Desembargadora Lillian Mueli, Procurador Regional da República Sérgio Cruz Arenhart, Promotor de Justiça Susana Henriques da Costa, Advogada da União Andrea de Quadros Dantas, advogados Antônio Nabor Bulhões e Marcus Vinicius Furtado e professores Benedito Corezzo, José Bernardo de Assis, Juliana Cordelro de Faria, Marcelo Carvalho Faria e Roberto Campos Clouvela Filho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência informa a finalidade da reunião e procede à Insinuação da Comissão. 2ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade: 1. Apresentação do cronograma de trabalho. 2. Apreciação do Regulamento Interno da Comissão. 3. Assuntos gerais. Resultado: Aprovado o Regulamento Interno da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/06/13>


Subprocurador-Geral da República Antônio Araoz
Presidente da CJPRESTR





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
Coordenação de Registro e Montagem de Comissões – CORMC
CJPRESTR (1ª Reunião)

SF - 1

13/06/2024

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Colegas, boa tarde a todos.

Vamos nos assentando, neste primeiro momento, porque nós temos, até 12 de dezembro, para concluir os trabalhos.

Vamos começando aqui os trabalhos.

Outros colegas.

Dr. Edilson, por favor, Relator; o Dr. Marcelo já está aqui, na bancada; o Dr. Fernando.

(*Pausa.*)

Solicito a todos que se sentem. Não há lugar marcado. Fiquem à vontade.

Dra. Renata, quando estiver pronto, é só avisar.

Podemos começar, então? (*Pausa.*)

Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento, de logo, o eminente Vice-Presidente da Comissão, o Ministro Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, o eminente Desembargador Edilson Vitorelli, Relator.

Cumprimento a todos, e eu vou dizer a todos porque esta é uma Comissão de Juristas em que todos os representantes dos órgãos que integram o sistema de Justiça estão representados. Todos, inclusive, receberão as contribuições da sociedade que virão. Espera-se virem em julho.

De logo, neste dia 13 de junho de 2024, dia em que nós comemoramos o dia do santo mais brasileiro, que é o Dia de Santo Antônio de Pádua, de Lisboa e de Coimbra – e eu peço vênias aos colegas para dizer que é dia também do Santo Antônio do Brasil –, declaro que, havendo número regimental, está aberta a 1ª Reunião da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de lei do processo estrutural no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal (ATS) nº 3, de 2024, destinada a apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de lei do processo estrutural no Brasil.

Esta reunião destina-se a instalação da mesa, apresentação do cronograma de trabalho e apreciação do regulamento interno da Comissão, bem como a tratar de assuntos gerais de interesse do Colegiado.

Este Colegiado é composto pelas senhoras e senhores juristas já nominados no ato de instalação pelo Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco. Por isso, eu deixo de fazer leitura, em razão do adiantado da hora.

Feito isso, informo que o cronograma de trabalho e o regulamento interno da Comissão estão à disposição dos senhores e senhoras na aba disponível no sistema, entre aspas, "Docs para Parlamentares".

Nos termos do art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, submeto à ratificação do Colegiado as normas propostas por esta Presidência para o funcionamento da Comissão, inclusive registrando que já foram todos cientificados do regulamento interno pelo órgão que nos auxilia, que aqui é liderado pela Dra. Renata, e, se não houver nenhuma objeção ao que foi estabelecido no regulamento interno, eu o declararei aprovado; mas antes o submeto.

Alguma dúvida, alguma objeção, alguma impugnação? (*Pausa.*)

Declaro aprovados o cronograma de trabalho e o regulamento interno da Comissão.

Nos aspectos gerais, consulto os membros se V. Exas. pretendem fazer, neste momento, alguma manifestação de interesse da Comissão. Sendo assim, sendo esta a 1ª Reunião, nós estaremos aqui anotando a ordem de inscrição. Assim o faremos em todas as nossas reuniões.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
Coordenação de Registro e Montagem de Comissões – CORMC
CJPRESTR (1ª Reunião)

SF - 2

13/06/2024

Algum colega pretende se manifestar nesta 1ª Reunião? Quem quiser, por favor, avise para passar a palavra. *(Pausa.)*

Bom, não havendo, eu indago... *(Pausa.)*

Alguma objeção, alguma impugnação? *(Pausa.)*

A Dra. Renata me lembra de que o cronograma foi apresentado a todos os membros, mas, mesmo assim, é possível alterar o cronograma. Aqui a decisão da Comissão é por maioria, todos sabem, e não há nenhuma objeção se alguém fizer outra sugestão.

No Anexo I, no qual se encontra o cronograma, está previsto que o recesso parlamentar começa no dia 17 de julho e vai até 31 de julho de 2024. Indago aos eminentes colegas de Comissão se há alguma objeção ao dia 17 de julho ou se há uma data outra que nós possamos aqui estabelecer.

Lembro que os colegas poderão participar destas sessões através da plataforma do Senado e que será fornecida toda a orientação a quem não puder participar do evento.

Nós temos aqui uma data de 17 de julho. Eu sei que os ministros estão em recesso, os desembargadores estão em recesso, sei que se trata também de um mês muito difícil. Por isso é que talvez nós pudéssemos encaminhar essa primeira reunião, em respeito a essa liturgia dos tribunais, ou antecipando ou marcando para o início de agosto. *(Pausa.)*

Em 4 de julho, nós temos uma primeira audiência pública no dia 4 de julho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Eu acho que a reunião prévia é fundamental para que nós estabeleçamos um cronograma.

A ideia que eu tenho aqui e trago para V. Exas. é: já que todos receberam o regulamento e receberam o cronograma, cumpramos essas datas. Quem estiver distante poderá participar pela plataforma do Senado. Não haverá dificuldade de comunicação, os meios de comunicação estão acessíveis a todos. Nós teremos o mesmo respeito e tratamento a quem estiver presente ou quem estiver remotamente trabalhando. Não é motivo para a gente não cumprir o prazo estabelecido do dia 12 de dezembro, o prazo final.

Dessa forma, eu, ainda assim, indago aos colegas: há alguma sugestão?

O SR. EDILSON VITORELLI – Talvez nós pudéssemos – só para fazer uma sugestão em relação a essa reunião facultativa do dia 11/07, que será certamente uma data mais difícil para todos – fazer essa reunião no dia 03/07, Dr. Aras, porque aí ficaria...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Dias 3 e 4.

O SR. EDILSON VITORELLI – ... no dia 3 a reunião e no dia 4... Para quem tem deslocamento de outro estado, a gente já aproveitaria a viagem aqui para o Senado e faria dia 3 a nossa reunião e dia 4 a audiência pública. Eu acho que seria um pouco mais fácil para todos, porque não entramos muito no mês de julho, que acho que é a data mais delicada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – O que é que os nossos eminentes colegas pensam sobre antecipar, dias 3 e 4, mantida a possibilidade do remoto...

O SR. EDILSON VITORELLI – Se necessário.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – ... da participação remota?

O SR. EDILSON VITORELLI – Perfeito.

O SR. ALUÍSIO MENDES – Não sei se o Ministro Marcelo também... talvez, mas dia 3 e dia 4 tem evento *(Fora do microfone.)* importante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALUÍSIO MENDES – Coimbra, exatamente. *(Fora do microfone.)*





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
Coordenação de Registro e Montagem de Comissões – CORMC
CJPRESTR (1ª Reunião)

SF - 3

13/06/2024

O SR. LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA (*Fora do microfone.*) – Eu, particularmente, irei palestrar.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Eu também. (*Risos.*)

O SR. ALUÍSIO MENDES – Então, se pudesse ser uma outra data, eu acho que seria...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Dia 3 de julho, não é?

O SR. ALUÍSIO MENDES – Dias 2 e 3 de julho.

O SR. LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA (*Fora do microfone.*) – É, dias 2 e 3.

O SR. EDILSON VITORELLI – Dias 2 e 3, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Dias 2 e 3.

Então, nós poderíamos fazer o seguinte... (*Pausa.*)

Nós podemos adiantar para junho ainda. Por que nós não fazemos...? Dia 18, os tribunais adiantaram suas sessões para que houvesse esse deslocamento. Então, quiçá dia 17 de junho, nós façamos essa reunião aqui e fiquemos apenas para acompanhar a audiência pública do dia 4 de julho. Esse acompanhamento poderá ser feito remotamente por quem não estiver presente. É claro que o Presidente vai estar presente, e, se não estiver presente, eu vou pedir encarecidamente ao Vice-Presidente; e, se o Vice-Presidente não estiver presente, nós teremos aqui uma deliberação *ad hoc* para que, por algum critério até de antiguidade, alguém possa dirigir os trabalhos. Então...

O SR. MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS (*Fora do microfone.*) – Eu vou estar em Coimbra.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Eu também.

Podemos marcar, então, nossa reunião para o dia 17 de junho...

O SR. EDILSON VITORELLI – Próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – ... próxima segunda-feira? E aí, repito, quem não estiver em Brasília na próxima segunda-feira participará pelo Teams, pela plataforma do Senado.

O SR. EDILSON VITORELLI – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Podemos fazer isso?

Porque, veja bem... (*Pausa.*)

Eu estou sendo alertado de que, nesta próxima reunião do dia 17, segunda-feira... O horário... Qual seria, Dra. Renata, o ideal? (*Pausa.*)

Às 10h da manhã ou à tarde?

A SRA. LILIAN MACIEL – Se puder ser, por gentileza, de manhã, porque eu tenho sessão de tarde. Se puder ser pela manhã...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDILSON VITORELLI – À tarde auxilia o deslocamento, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – À tarde auxilia o deslocamento.

Colega...

A SRA. LILIAN MACIEL – Eu, particularmente, tenho sessão de julgamento. Eu não poderia.

Se fosse pela manhã *online*, aí eu teria como.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Bom, aí eu vou colocar em votação, por maioria.

A colega tem dificuldades, já está explicado.

Por maioria, o que delibera o Colegiado?

O SR. EDILSON VITORELLI – Acho que eu encaminharia à tarde, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
Coordenação de Registro e Montagem de Comissões – CORMC
CJPRESTR (1ª Reunião)

SF - 4

13/06/2024

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – O Relator encaminha à tarde.

Os demais... (*Pausa.*)

Colega, peço desculpa a V. Exa., a maioria decide pelo encaminhamento à tarde.

Então, às 14h, nós abriremos no dia 17 a reunião, sem prejuízo de quem não puder comparecer acompanhar o evento remotamente e se manifestar remotamente, se preciso for.

Também nesse evento do dia 17, todos os membros fiquem à vontade para fazer os requerimentos que acharem conveniente. Então, no dia 17, se alguém tiver algum requerimento, sugestão ou ponderação, a Mesa Diretora receberá, e a Consultoria prestará o devido apoio.

O SR. EDILSON VITORELLI – Posso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Claro, Sr. Relator.

O SR. EDILSON VITORELLI – Para a relatoria, é muito importante para essa primeira reunião que todos os membros da Comissão encaminhem, se possível, pelo menos em termos de itens, aqueles aspectos que consideram importantes, para que a gente tenha uma primeira pauta sobre o que pensamos do processo estrutural, o que achamos importante que esse projeto aborde. É claro que a gente não vai construir artigos, nem nada disso, mas pelo menos uma itemização do que parece importante que conste.

O Dr. Aras e eu já conversamos um pouco sobre as nossas ideias para o projeto, pensamos que tem que ser um projeto breve, que não se sobreponha a outras iniciativas de processo coletivo que já estão postas.

Hoje, nós temos o PL 1.641, do IBDP, que veio para o Projeto Ada Pellegrini Grinover, que está em tramitação.

Então, acho que a nossa ideia aqui não é de sobreposição, mas é de trazermos o que é peculiar ao processo estrutural, e nossa ideia, Presidente, se posso falar por V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Pode.

O SR. EDILSON VITORELLI – ... já conversamos, é um texto breve, que traga aquilo que é de mais importante, específico para o processo estrutural.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Também teríamos algo importante. Considerando que, mesmo com essa ideia preliminar de se ter um texto enxuto, um texto denso, porém não laudatório, é importante que o Colegiado venha a decidir se seria melhor formar subcomissões ou não para alguns temas. Talvez essa seja a solução, talvez não, mas essa é uma decisão do Colegiado.

Em algumas Comissões aqui do Senado, houve a formação de subcomissões. O meu receio das subcomissões é nós termos contradições internas dentro da mesma Comissão.

Eu fui advogado há muitos anos e, às vezes, eu pegava uma contestação de uma grande corporação econômica e parecia que tinha cinco advogados, um fazia a perna, o outro fazia o braço, cada um ia fazendo um pedaço da contestação. No final, ficava uma situação esdrúxula, e, se eu fosse diretor daquelas corporações, eu dispensaria aqueles advogados, porque faltou até coordenação em juntar as partes do mesmo corpo.

Desculpem-me pela expressão, mas é uma forma de dizer: olha, a subcomissão é importante, quando se tem um grande tema.

O SR. EDILSON VITORELLI – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Mas, se a Comissão deliberar, na próxima segunda-feira, em fazer um trabalho mais enxuto, estrito e coeso, talvez a subcomissão não venha a ser conveniente.

O SR. EDILSON VITORELLI – Não seja necessária.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
Coordenação de Registro e Montagem de Comissões – CORMC
CJPRESTR (1ª Reunião)

SF - 5

13/06/2024

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Mas isso não é decisão do Presidente. Esta é uma decisão da maioria, depois que a maioria tiver acesso ao programa que o Relator irá apresentar, com as ideias de trabalho a serem desenvolvidas.

Então, faço questão de pontuar que nada impede que haja subcomissão, mas tudo vai depender do que nós vamos decidir aqui, colegiadamente; se vamos fazer um projeto de muitos dispositivos ou se vamos fazer um projeto adequado à contemporaneidade, que exige uma certa precisão, concisão e clareza nesses dispositivos, especialmente.

O SR. EDILSON VITORELLI – E, quanto mais texto, mais difícil de passar, de aprovar, de votar, então... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Também fui alertado pela nossa colaboradora nesta Comissão, a Dra. Renata, de que a nossa plataforma do Senado é o Teams, que vai nos viabilizar todo o acesso remoto. E, se alguém tiver dificuldade, qualquer que seja a dificuldade, por favor, entre em contato com a organização, e isso será superado.

Eu estou, como muitos dos colegas aqui, muito entusiasmado, não somente porque o Brasil, como um país de dimensões continentais, está no foco das questões planetárias no que toca ao meio ambiente e a todos os seus impactos econômicos, sociais e políticos, mas também entusiasmado com o fato de nós avançarmos numa pauta que é, talvez, a mais moderna para reduzir a plethora hoje, segundo o Conjur, de 82 milhões de processos em curso. Então, esse processo estrutural contribui e muito.

Só para encerrar essa pequena fala...

O SR. MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS *(Fora do microfone.)* – Sr. Presidente, eu posso fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Claro, perfeitamente, Ministro Marcelo.

O SR. MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS – Eu sugeriria criarmos um grupo de WhatsApp.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Pode ser Teams?

O SR. MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS – Pode ser qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – O Teams.

O SR. MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS – A gente passaria mensagem do tipo: "Olha, a reunião do dia tal vai ser às tais horas", a Renata passaria os *links* das sessões por WhatsApp, e o Relator poderia passar o primeiro rascunho do projeto...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS – ... porque aí a gente teria uma comunicação mais rápida, mais informal, e um poderia suprir o outro: "Olha, eu não sei quem... Alguém sabe quando vai ser essa semana?". E a gente já adianta.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Aras) – Então, o Teams seria esse veículo mais eficiente, salvo melhor juízo. *(Pausa.)*

A Dra. Renata também me alerta de que o grupo Teams já está disponível para todos, e quem não estiver com o acesso, por favor, avise-a, que ela providenciará para que tudo funcione direitinho.

A palavra está ainda aberta.

Segunda-feira, 17, às 14h, nesta sala, Dra. Renata? *(Pausa.)*

Avisaremos, oportunamente, o número da sala.

Às 14h da segunda-feira, voltaremos. E aí, sim, nós vamos definir metodologia de trabalho, temas do trabalho e se a maioria acha conveniente fazer subcomissões ou não. Mas, de qualquer maneira, quero reafirmar sempre que esta Casa é a Casa do Parlamento





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
Coordenação de Registro e Montagem de Comissões – CORMC
CJPRESTR (1ª Reunião)

SF - 6

13/06/2024

brasileiro, da democracia. As deliberações são por maioria. Este grupo de juristas aqui muito honra o Brasil e certamente a Casa, que nos convida a participar, dando a nossa contribuição ao direito brasileiro.

Particularmente, eu não tenho mais nada a comunicar. Dra. Renata?

Alguém? Alguma outra manifestação? Ministro Marcelo, alguma? Mais alguma manifestação, colegas? *(Pausa.)*

Nada mais havendo a tratar, nesta oportunidade, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Segunda-feira, às 14h, voltaremos presencialmente ou remotamente, como aqui avisado.

Muito obrigado a todos e muito agradecido pelo aceite do convite de todos para este grande empreendimento. Obrigado. Boa tarde.

(Iniciada às 13 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul com a presença dos Senadores Hamilton Mourão, Ireneu Orth, Jorge Kajuru, Alessandro Vieira, Astronauta Marcos Pontes e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Beto Faro, Dr. Hiran e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixa de comparecer a Senadora Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade: 1. Debater e finalizar a lista de proposições prioritárias para a Comissão, para que possam ser encaminhadas de imediato ao Presidente Rodrigo Pacheco. 2. Debater os encaminhamentos da 1ª Diligência ao Rio Grande do Sul, realizada em 23 de maio de 2024. Resultado: Foi definida a lista de proposições prioritárias, da seguinte forma: - PL 5.002/2023; - PL 1.800/2024; - PL 746/2019; - PL 1.760/2024; - PL 1.645/2024; - PL 1.580/2024; e - PL 2.038/2024. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul nº 10, de 2024 que: "Requer indicação de convidado - TCU" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo ato do Presidente do Senado Federal Rodrigo Pacheco, Ato nº 5, de 2024, com a finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e de apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.

A presente reunião destina-se a debater e finalizar a lista de proposições prioritárias para a Comissão, ouvindo, naturalmente, os Senadores, para que possam ser encaminhadas de imediato ao Presidente Rodrigo Pacheco; e, também, a debater os encaminhamentos da primeira diligência ao Rio Grande do Sul, realizada no dia 23 último.

Eu peço a licença dos senhores e das senhoras para que eu coloque um item extrapauta.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de inclusão extrapauta do Requerimento nº 10, de minha autoria – mas eu digo que é de nossa autoria, porque é fruto da audiência de ontem, sendo que ali mesmo conversei com o Ministro Augusto Nardes, e ele se colocou à disposição.

Vou explicar de imediato.

Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a inclusão.

Item 1.

Repito: já dialoguei com o Ministro Augusto Nardes.

2ª PARTE**ITEM 1**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES
RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL Nº 10, DE
2024**

- Não terminativo -

Requer indicação de convidado - TCU

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 10, de 2024, de nossa autoria – digo que é nossa porque é da Comissão –, que requer que seja convidado para participar de audiência pública o Sr. Ministro Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União.

Com a anuência do Plenário, coloco em votação o requerimento, que está aqui, na mesa, creio eu. É o Requerimento nº 10, de que eu vou fazer a leitura.

Então, antes de colocar em votação, vou fazer a leitura do requerimento.

Senhoras e senhores, requeiro, nos temos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, que, na audiência pública objeto do Requerimento nº 1, de 2024, seja convidado o Ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, para participar da primeira audiência – é o que nós estamos propondo – do ciclo de debates.

Justificativa, que é bem breve.

Em sessão de debates temáticos que tratou da tragédia do Estado do Rio Grande do Sul, realizada ontem, 27/05/2024, no Plenário do Senado Federal, o Ministro Augusto Nardes apresentou a proposta de política de governança para o Brasil, elaborada pelo Tribunal de Contas da União.

Assim, consideramos relevante que ele contribua com os debates desta Comissão apresentando por inteiro o projeto que eles construíram, as diretrizes constantes da proposta em comento.

Contamos com a colaboração de todos para a aprovação do presente do requerimento.

Foi unânime que o Ministro Augusto Nardes, pelo menos pelo que eu percebi na mesa, fez uma bela exposição. Só que ele não teve tempo, só teve dez minutos, não é? E, por isso, nós resolvemos apresentar este requerimento.

Já liguei para ele hoje, pela manhã, e ele deu retorno agora porque foi ver a agenda. Ele garantiu que virá, então, na próxima terça-feira, às 2h da tarde. Nós sabemos que o Plenário só começa depois das 4h. Ele teria duas horas para expor esse projeto que ele chama de governança. É um projeto que ele vem expondo já em diversos estados e, inclusive, fora do país.

Esta é a justificativa.

Coloco em votação.

Aqueles que concordam com este requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, também, nós vamos deliberar aqui – é claro, como não tem votação de disputa de projeto, e isto é muito bom, é algo inovador até nesta Comissão – sobre os projetos que pretendemos levar para o Presidente Rodrigo Pacheco.

Lista de proposições prioritárias.

Lembro que, de acordo com os encaminhamentos acordados na última reunião, a Comissão enviará ao Presidente Rodrigo Pacheco uma lista de proposições legislativas consideradas prioritárias neste momento – virão outras, naturalmente – para auxiliar na superação da situação de calamidade que vive o Rio Grande do Sul.

De acordo com os mesmos encaminhamentos, ficou decidido que cada um dos oito membros da Comissão indicará uma proposição. Todos nós, eu tenho certeza, teríamos uma meia dúzia de propostas, mas nesse momento vamos ter que cada um optar por uma.

1. Senador Astronauta Marcos Pontes: PL 5.002/2023, que “Institui a Política Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres – PNGIRD, o Sistema Nacional de Gestão Integral de Risco de Desastres – SINGIRD e o Sistema de Informações sobre Gestão Integral de Riscos de Desastres – SIGIRD e dá outras providências”, de autoria do Senador cujo nome eu listei.

2. Senador Jorge Kajuru: PL 1.800/2024, que “Institui a moratória de tributos federais, estaduais e municipais e das obrigações de direito privado nos municípios afetados pelas enchentes no Estado do Rio Grande do Sul”.

3. Senadora Leila Barros: PL 746/2019, que “Acrescenta inciso VII ao art. 15 e art. 120-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado das vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados e dá outras providências”.

4. Senador Ireneu Orth: PL 1.760/2024, que “Dispõe sobre a concessão de auxílio emergencial financeiro às santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, que atuam de forma complementar no Sistema Único de Saúde – SUS, afetados pelo estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul, e dá outras providências”.

5. Senador Hamilton Mourão: PL 1.645/2024, que “Acrescenta o §8º ao art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar especificamente o furto perpetrado em meio a saqueamento de estabelecimento comercial, armazém, depósito ou similar, situado em local atingido por calamidade pública”.

6. Senador Alessandro Vieira: PL 1.580/2024, que “Institucionaliza medidas de auxílio quando for reconhecido estado de calamidade pública”.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

7. De minha indicação, Senador Paulo Paim: PL 2.038/2024, que “Institui a Política Nacional para Deslocados Internos”.

Pergunto aos Senadores e Senadoras se há concordância – pode ter havido algum equívoco, de minha parte, não da assessoria. Se todos concordarem, nós botamos, de imediato, em votação.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*)
– O do Alessandro é o PL 1.580?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

Então, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tentaremos, dentro do possível, ainda hoje, conversar com o Presidente Rodrigo Pacheco.

Não havendo mais quem queira discutir, pergunto ao Plenário se todos os projetos de lei indicados podem compor a lista de prioridade. Entendo que sim, pela leitura que fiz e pela aceitação dos Senadores. Estando todos de acordo, informo que a lista será enviada por meio de ofício da Comissão ao Presidente do Senado Federal.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*)
– O Amin não indicou nada?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, informou-me a assessoria que ele, por opção, resolveu não indicar nenhum projeto, mas está pronto para dialogar.

Agora vamos para... (*Pausa.*)

São informes aqui dos últimos atos desta Comissão.

Como é de conhecimento de todos, a Comissão realizou diligências externas no Rio Grande do Sul na semana passada. Além de fazer um pequeno resumo acerca das atividades que foram desempenhadas, gostaria só de fazer alguns agradecimentos às pessoas que foram essenciais para o sucesso da diligência.

Agradeço a toda a Força Aérea Brasileira – nós agradecemos – na pessoa do Brigadeiro Reginaldo Pontirulli, Chefe da Assessoria Parlamentar do órgão. Agradecemos aos agentes da Polícia Rodoviária Federal, porque lá estávamos debaixo de água mesmo, numa chuva torrencial, e tivemos que nos deslocar de Canoas para São Leopoldo. Então, foi fundamental o apoio que tivemos da Polícia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodoviária Federal. Cumprimos aqui os policiais – eu vou no primeiro nome ou em uma das partes do nome, para acelerar –: Cerqueira, Linck, Cechinatto, Torgan, Panayotis, Inglez, Quadros, Filippi, Cuello, Aguiar e Daivson. Igualmente agradeço aos seguintes policiais também lá do Rio Grande do Sul, que auxiliaram no desenvolvimento do trabalho: Sargento Krombauer, Sargento Alessandro, Soldado Stack, Soldado Rizo, Soldado Martinez e Soldado Silveira.

Estendo os agradecimentos também ao Hélio Schneider, Assessor Especial da Prefeitura de Canoas, por todo o apoio que nos foi prestado.

Peço licença, neste momento, para fazer um pequeno resumo do que foi a nossa diligência.

E, claro, aqui vamos cumprimentar a Renata e o Antônio, que foram, em nome desta Comissão, os assessores que nos deram todo o apoio lá. Inclusive, em muitos momentos, porque era uma correria para cumprir toda a agenda, eles me diziam: "Senador, sobrou para o senhor. Peça para diminuir a palavra" – no bom sentido, não é? Eu fiz o que tinha que fazer, e todos os Senadores foram muito gentis, entenderam e só falaram o necessário para que a gente cumprisse toda a agenda.

Eu não vou entrar em detalhes, mas fomos visitar o hospital de campanha em São Leopoldo. Fomos recebidos pelo Nelson Spolaor, assessor especial do Prefeito para esse tema. Demandas que vieram dali: auxílio para a reconstrução das casas em valor a ser definido – tudo isso nós vamos encaminhar via ofício aos canais competentes –; apoio aos empreendedores da cidade (retomada da atividade econômica e manutenção do emprego e da renda); apoio para restaurar a infraestrutura da cidade, como na educação e na saúde.

Visita ao Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Estive lá o Jairo Jorge, Prefeito dessa cidade. Demandas principais: motores, geradores e bombas de esgotamento, pois se precisa esgotar a água para começar a limpeza da cidade; auxílio-reforma para a reconstrução de casas, o que pode ser um crédito para pagar até em material.

Tivemos também a fala do Presidente do Sindicato de Metalúrgicos de Canoas, que foi na mesma linha, mas fortaleceu a ideia do auxílio emergencial nos moldes que tivemos na época da pandemia. Já existem diversas propostas tramitando na Casa que nós vamos também apoiar.

Estive conosco também a Diretora Ilana, que representou a Diretoria aqui do Senado e também a Liga do Bem. E, por intermédio dela, nós entregamos lá no Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas 36 toneladas de donativos. Hoje a Liga do Bem entrega mais 27 toneladas. E, naquele dia lá, o que mais marcou foi a entrega dos brinquedos arrecadados pelo Senado. Foi uma festa para a criançada que estava lá com tristeza – muitos perderam a mãe ou o pai –, mas, naquele momento, todos nós fomos agraciados, eu diria, com um lindo sorriso no momento em que eles receberam os brinquedos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à reunião com o Governador, depois, naturalmente, o nosso Relator vai fazer a devida exposição, não é, Senador Mourão? O senhor vai ficar... Eu estou fazendo aqui um resuminho só, depois V. Exa. encaminha. Cito só as principais demandas do Governador Eduardo Leite, que estava no horário lá, como estava também o Jairo Jorge, o Prefeito da cidade, para nos receber.

Como primeira demanda do Prefeito – medida dessa natureza, como ele disse lá e eu vou simplificar aqui, já foi adotada na pandemia da covid-19 –, ele se refere a que o Governo aporte um recurso na casa de R\$11,5 bilhões pelas perdas de arrecadação no estado. Depois, mais à frente, na prática, as perdas de arrecadação estadual, se não compensadas pela União, anulariam o próprio efeito da suspensão do pagamento da dívida da União durante três anos. Ele coloca ainda que o valor que o estado deixa de pagar em função da suspensão da cobrança da dívida vai para um fundo de reconstrução do estado. A redução da arrecadação inviabiliza o pagamento da despesa do dia a dia do estado, porque, se as fábricas estão debaixo d'água, os empresários perderam tudo, e os trabalhadores perderam o seu emprego. E muitos perderam também – a ampla maioria – suas próprias casas. A União é o ente que tem condições de emitir dívida para suportar ônus de emergência dessa magnitude. Os entes estaduais não têm essa capacidade. Isso poderia ser feito por meio de uma emenda à Medida Provisória 1.222, de 2024. Inclusive, parece que o Senador Mourão – ele vai comentar depois – já fez essa emenda. Parabéns pela iniciativa. Já se antecipou numa questão importante como essa. Medidas também para a manutenção de emprego e renda foram solicitadas; reequilíbrio cautelar no contrato de concessão do aeroporto.

O Prefeito Jairo Jorge também apresentou suas demandas, que eu simplifico aqui: auxílio-reforma, em valor a ser definido, para que as pessoas possam reconstruir suas casas; apoio para que os municípios recuperem sua infraestrutura de saúde, educação e outras necessidades que ele lista rapidamente; capacidade de engenharia para proteger as cidades, com diques mais eficientes.

Esse é um breve resumo. *(Pausa.)*

Isso.

Antes de eu passar a palavra ao Senador Hamilton Mourão, que é o nosso Relator, que usará o tempo que ele entender necessário, e também ao Senador Ireneu, que é o Vice, o Senador Esperidião Amin, que está *online*, pediu a palavra, já que, como dissemos aqui, ele não indicou, mas disse que estaria participando ativamente dos trabalhos da Comissão.

Por favor, querido Senador Esperidião Amin, a palavra é sua aqui, por unanimidade da Mesa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Olha, eu fico satisfeito por terem percebido, eu estou pedindo a palavra, pelas minhas contas aqui, há mais de dez minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saudar a todos e fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendido, esperou só dez minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Há mais de dez minutos.

Eu queria já, durante a votação, dizer o seguinte: eu tenho uma prioridade – ela não está formulada –, que é o arranjo financeiro. Aliás, foi a minha intervenção lá em Canoas. Não conheço o teor da emenda apresentada pelo nosso Relator e nem tem um texto, mas eu tenho um tema. O tema é o seguinte: encargos financeiros, situação da dívida do Estado do Rio Grande do Sul e, por consequência, nos similares. Vai ser muito difícil nós aprovarmos uma repactuação, por exemplo, de encargos financeiros. Como o senhor mesmo falou lá em Canoas, a dívida do Rio Grande do Sul pode ser, vamos falar em termos aproximados, 100 bilhões. Há outros estados que têm dívidas, há outros estados que não têm esta natureza de dívida, ou seja, de dívida pactuada nos termos da Lei Complementar 156, que eu mencionei também no Rio Grande.

Então, eu não tenho uma proposta, sequer sob forma de emenda. Talvez a do Senador Mourão seja a solução. Acho que não, porque é evidente que um estado novo, vamos dizer, como Acre e Roraima, não tenha dívida nos moldes do que foi compreendido pela Lei Complementar 156, mas tem dívidas com o BNDES. Então, o texto, Senador Mourão, eu não tenho, mas o tema é a minha prioridade.

Então eu gostaria que fosse incluído o arranjo dos encargos financeiros e do montante da dívida do Rio Grande do Sul.

E me desculpe que eu não tenho uma proposta. Porque, veja bem, o Presidente do Senado coloca isso para depois. O senhor, inclusive, Senador Paulo Paim, mesmo disse: "Olha, nós fizemos agora o que foi possível". Eu o interrompi para dizer: é o possível, mas não é o bastante nem o suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Eu não tenho uma fórmula para apresentar. Eu conheço um pouco o assunto, fui o Relator da Lei Complementar 156, como ela está publicada. Tive discussões homéricas com o então Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, porque ele queria estender a lei a estados que não têm aquela dívida. Tem até um episódio curioso, que eu não vou mencionar aqui, da minha discordância com ele.

Veja bem, é uma natureza de dívida que comete o Rio Grande do Sul. Não é a mesma natureza da dívida que eventualmente Tocantins tem, que é um estado novo. É diferente de Goiás, que já é um estado antigo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu queria que o senhor inserisse, como minha prioridade, a questão financeira, ou seja, um tratamento do montante da dívida do Estado do Rio Grande do Sul. Só que isso tem que ser associado àquilo que a Federação vai exigir. O país tem diferenças genéticas na composição da dívida dos seus estados federados e do próprio Distrito Federal.

E a segunda parte da minha intervenção que eu queria fazer é que eu gostaria que a nossa Comissão enviasse congratulações ao cientista Carlos Nobre. Como o senhor sabe, Presidente, tanto a Senadora Leila quanto eu solicitamos que ele participasse da sessão de debates temáticos de ontem, ele não pôde vir, mas eu quero pedir à Renata que ela tome a página B – "b" de bobo, de bola –, de sábado, 25 de maio de 2024, da *Folha de S.Paulo*. Eu vou exhibir aqui: "Cientista Carlos Nobre entra para o Planetary Guardians", ou seja, ele recebeu essa condecoração, esse reconhecimento internacional que passou a ser considerado um dos guardiões planetários; ou seja, confirma a sua condição de, indiscutivelmente, uma autoridade singular do Brasil em matéria de questões climáticas. E, finalmente, queria dar... Portanto, peço que seja feita uma moção de aplausos da nossa Comissão, é a minha proposição, ao Sr. Carlos Afonso Nobre, que foi inclusive lembrado e convidado para participar da reunião da nossa sessão de debates temáticos de ontem.

E, finalmente, só gostaria de prestar contas, eu voltei a falar com o nosso Prefeito Jorge – José Jorge da Silva, Prefeito de Canoas –, a respeito daquela questão relacionada a geradores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Ele me pediu o seu telefone, eu passei e o senhor o atendeu, pelo que eu soube.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Claro. Eu atendi, conversei com ele e continuo empenhado nesta e em qualquer outra demanda que esteja ao meu alcance.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Esperidião Amin.

Eu já conversei aqui com a Secretaria dos trabalhos, eles vão atender as suas três propostas.

Uma é um tema, é o tema da dívida. Todos nós estamos envolvidos, de uma forma ou de outra, já nesse tema. Os três Senadores aqui do Rio Grande do Sul estão tratando essa questão com todo o carinho que o momento exige. Eu cheguei a dizer que eu tenho certeza de que, se não for resolvida a curto prazo, terá que ser renovado, no mínimo, por mais três anos. Isso em tese, porque eu não falo pelo Presidente nem pelo Ministério da Fazenda. Mas é um tema – V. Exa. tem razão – que nós todos vamos continuar discutindo sempre nesta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo é uma indicação, que ele está fazendo, de um cientista, Carlos Nobre. Nós faremos, então, nossas congratulações, em nome da Comissão, o.k.?

Então, quem está pedindo a palavra – me disseram também – é o Senador Astronauta Marcos Pontes. Se o Senador Mourão me atender... Eu vou pedir a ele, segui-lo, porque ontem, no Plenário, o Astronauta pediu a palavra, mas, como nós estávamos dando a palavra para os ministros ou para o representante do ministro, não deu tempo, e ele teve que sair. Então, eu peço desculpa a ele, se ele está nos ouvindo neste momento, e já aqui, com a parceria do nosso Relator, porque ele iria usar agora a palavra, a palavra é sua, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom Dia. Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aceite minhas desculpas de ontem, hein?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Por videoconferência.*) – Sem problema nenhum. É que eu tinha realmente que sair naquele horário, mas é isso. Eu, aliás, parablenzo-o pelo evento. É muito importante nós termos essas discussões e ouvirmos, de diversas perspectivas diferentes, de diversos ministérios, o que cada um pensa e os seus planos de ajuda ao Rio Grande do Sul. Neste momento nós precisamos juntar todas essas forças. Sem dúvida nenhuma, agora é um momento complexo.

A gente pensa em três fases. Fase emergencial, em que nós estamos neste momento, que exige esse trabalho conjunto. Pensar também na saúde, sem dúvida nenhuma, é importante. Inclusive, essa audiência pública que eu pedi, com cientistas e pesquisadores, para nos ajudar com os planos e, obviamente, em conjunção com o que já está sendo feito no Rio Grande do Sul, é muito importante – ter essa palavra de cientista. A gente acabou de falar do Carlos Nobre, que é um pesquisador. Então, ter a palavra dos pesquisadores agora é muito importante para se juntar a esses planos. Então, essa parte emergencial, sem dúvida nenhuma, é muito importante.

Eu gostaria de chegar lá e ver o céu aberto, sem chuva, mas, infelizmente, ainda chove, o que desanima, vamos dizer, e causa mais estresse à população. E todo esse estresse, toda essa situação passada e, agora, com o ar, tem várias doenças que podem se estabelecer, como foi falado ontem, inclusive, pelo representante do Ministério da Saúde. Então, essa parte emergencial é muito importante.

O segundo ponto é a recuperação não só da parte de infraestrutura, que vai precisar de recursos – e muitos recursos – para ser recuperada, mas também já devemos pensar, como a gente discutiu lá em Canoas, em não construir da mesma forma que está, ou seja, em já fazer essas construções de infraestrutura adaptadas para a proteção e para a prevenção de situações semelhantes no futuro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem a recuperação econômica. Também pedi uma audiência pública para tratar sobre essa parte econômica, pensando nos três setores: na parte de indústria, comércio e agronegócio do Rio Grande do Sul, que são tão importantes. Então, nessa recuperação entram aspectos que precisam ser trazidos: o que a gente fez na pandemia, que pode ser copiado aqui, agora também, para a manutenção dos empregos e das empresas funcionando; a ajuda no crédito.

Ontem eu ouvi também do representante do Ministério da Fazenda algumas das providências para isso, e nós precisamos de mais. Inclusive, para manter as empresas, sem dúvida nenhuma é muito importante o crédito.

Da questão da dívida do estado já sabem minha opinião: para mim, nós deveremos perdoar essa dívida ou, no mínimo, ir atrasando esse pagamento, sem consequências para o estado, até que o estado consiga se reerguer completamente. E o Brasil tem que ajudar nisso, porque é um estado importante também para o PIB do país.

E, finalmente, a última parte é a parte de lições aprendidas. Isso também é essencial. Eu trabalhei 30 anos fazendo investigação, prevenção de acidentes e, toda vez que você tem um acidente, você precisa extrair desse acidente as lições para prevenir ou para proteger de outros acidentes.

Então, nesse aspecto, eu quero já aproveitar aqui essa fala para pedir também a urgência do Projeto de Lei 5.002, que eu apresentei no ano passado – foi um trabalho da defesa civil e do Cemaden –, para a gestão integral de riscos, porque são diferentes gestão de riscos e prevenção. Então, só, de novo, para colocar isso na prática, gestão de risco é algo muito mais completo. Dentro da gestão de risco, você tem análise do sistema; definição de potenciais riscos; depois análise de cada um desses riscos em termos de probabilidade e impacto; e depois a determinação do que fazer para ou evitar o risco, que é impossível no caso de mudanças climáticas, ou terceirizar o risco, que pode ser feito por seguro, mas isso só atende a parte material obviamente, ou mitigar o risco, ou seja, reduzir o risco – aí pode ser feita tanto a redução da probabilidade quanto a redução dos impactos. E, para isso, aí sim, entra a prevenção, que é uma parte, então, do gerenciamento de riscos. Então, a gente tem que focar, no nosso país, prevenção, preparação, planos de resposta e planos de recuperação.

Esse projeto de lei, montado, então, pela defesa civil e pelo Cemaden, é superior, vamos dizer assim, ele engloba a lei que já existe, de 2012, de prevenção, que envolve a defesa civil, mas traz muitos outros aspectos necessários para que a gente tenha um sistema mais eficiente no Brasil.

E tudo que está acontecendo agora no Rio Grande do Sul tem que ser registrado: as falhas, o que aconteceu certo, o que aconteceu errado, lembrando que, na nossa filosofia de prevenção de acidentes, não se trata de buscar culpados de forma nenhuma; mas de buscar fatores contribuintes que vão nos ajudar a reduzir a probabilidade e o impacto de outros casos no futuro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E podem ter certeza de que as mudanças climáticas vão continuar e, com isso, vai aumentar o número de eventos agressivos ou críticos em termos de clima. Vão aumentar a frequência e a intensidade. Portanto, a gente precisa estar mais bem preparado no país. Vamos utilizar as lições aprendidas agora no Rio Grande do Sul para ajudar os casos futuros.

Então, só queria agradecer a oportunidade de colocar esses pontos.

Eu espero que o nosso Projeto de Lei 5.002 seja incluído no rol para que seja acelerado. Ele está agora na CCJ e na CMA (Comissão do Meio Ambiente), então eu já conversei com as duas Comissões, e a gente precisa dar uma empurradinha por aí, para que ele seja acelerado ali. O Relator é o Senador Portinho, nas duas Comissões, justamente já para ser o mais rápido possível, e a gente ter esse sistema funcionando.

Obrigado, Presidente. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O seu projeto já foi lido aqui. É um dos oito que vai estar na preferência. Até aqui, pelo que vi da lista, é o primeiro da lista, pela grandeza do projeto que todos nós reconhecemos.

Nós vamos continuar o debate...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – O Kajuru está aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passo para ele antes?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Passa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Mourão é um diplomata. Ele era um inscrito e já cedeu para você.

Senador Kajuru, com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Pela ordem.*) – Mas eu vou ser rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique tranquilo. Nós estamos aqui para isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, não. Eu não dou conta de falar. Eu estou aprendendo com o Presidente Mourão cada dia mais: é falar menos, é ser objetivo.

Primeiro, desculpe o atraso. Para variar, eu estava numa audiência e, para variar, com Ministro do Supremo. Tomara que eu não seja condenado. Aí me atrasei.

E aproveitei para telefonar para o Presidente Davi Alcolumbre, da CCJ, que prometeu já colocar, na semana que vem, em pauta aquele meu projeto da moratória tributária, que todos nós vimos lá... Está na lista?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, então, graças a Deus, porque também é uma preocupação enorme, porque as pessoas nem trabalhando estão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou pedir ao Senador Mourão que fale ali no microfone, já ele como Relator. Ele já disse que está na lista garantido. Estou repetindo, mas tenho que falar com o senhor...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É só escolher Relator, não é isso?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Ele é o nº 2 da lista aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Kajuru, o senhor concluiu já?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Apreendi com o Mourão: objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Passou de 30 segundos, é comercial da TV Tupi, antiga.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É gol contra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Mourão, com a palavra. Em seguida, eu passarei a palavra para o Senador Ireneu.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia. Bom dia, Senador Ireneu, Kajuru e os que estão nos acompanhando aí via internet, senhoras e senhores.

Para esclarecer ao Senador Amin, a emenda que foi apresentada por mim está relacionada à solicitação do Governador Eduardo Leite para a compensação pela perda de tributos do Estado do Rio Grande do Sul e dos municípios afetados pela catástrofe climática, e, a exemplo do que ocorreu durante a pandemia, vai ser necessária essa compensação.

Na minha visão – viu, Presidente? –, o que o Senador Esperidião Amin colocou em relação a essa questão do financeiro e da reorganização da dívida do estado, isso eu vejo mais como um projeto de lei que terá que ser, obviamente, discutido com o Governo.

Eu tenho uma visão clara de que, se o Governo tem que colocar dinheiro no estado e o estado tem condições de ter esse dinheiro, isso é uma troca, uma troca positiva. Então, eu acho que isso a gente pode discutir.

Eu propus aqui ao Presidente Paim – ele vai analisar aí com o restante da Comissão – que nós façamos uma segunda diligência externa à região do Vale do Taquari, que foi onde originou todo esse acidente, esse alagamento, essa inundação lá em Porto Alegre e foi uma região duramente atingida agora pela terceira vez. Então é importante que a gente ouça os Prefeitos da região para melhorar a nossa compreensão de tudo aquilo que tem que ser feito no sentido de enfrentar, em melhores condições, futuros acidentes dessa natureza.

Eu também informo que existem duas medidas provisórias já colocadas pelo Governo Federal: a Medida nº 1.218, do dia 11 de maio, que coloca R\$12,2 bilhões aí para o Estado do Rio Grande do Sul, sendo que em torno de 5 é para equalização de financiamento; e tem a outra medida, que é a 1.223, que é do dia 23 de maio, que coloca 1,9 bilhão, 1,8 bilhão, e esses são recursos destinados às universidades federais, aos institutos federais e ainda ao Ministério da Justiça. Então, recursos estão sendo colocados.

Eu estou acompanhando – viu, Presidente? – a execução orçamentária e financeira. Para quem quiser, eu mando distribuir isso. Está bem?

Outro aspecto que eu acho importante aqui, na nossa Comissão, é que a gente oriente, dentro desses projetos, efetivamente quais são aqueles em que nós vamos precisar ter uma ação mais decisiva para que eles avancem nas Comissões e cheguem, finalmente, ao Plenário.

Era só isso, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito. Como você disse, Kajuru, o nosso Relator é direto, mas é isso, a sabedoria de ser direto para encaminhar logo as propostas. Muito bem!

Eu vou passar a palavra ao Senador Ireneu. Eu só vou... Da proposta que o Senador Mourão levantou, nós fizemos uma consulta preliminar, até o momento, e o indicativo é o dia 13, que é na outra quinta-feira, para dar tempo de preparar, conversar com o nosso pessoal todo da região. O nosso pessoal, eu digo, são as forças públicas e privadas, enfim. Provavelmente, então, seria no dia 13. Nós vamos confirmar depois de, naturalmente, fazer toda uma pesquisa junto, inclusive, à nossa FAB (Força Aérea Brasileira).

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, a gente teria um deslocamento aéreo até Canoas e um deslocamento terrestre de 100km até a região lá do Vale do Taquari, Lajeado, ali onde a gente se reuniria com os Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito. Está bem encaminhado.

Podemos votar na terça? Só para fechar com os outros Senadores, na terça nós votamos essa proposta, que aqui eu vi que é unanimidade. Sua presença é fundamental lá, Kajuru, como a de todos os outros Senadores e a da Senadora Leila.

Passo a palavra agora para o Senador Ireneu Orth.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Minha saudação a todos.

Apenas o projeto prioritário que eu apresentei, de 500 milhões, que está na lista, para atender 233 hospitais filantrópicos. Eu estou dizendo isso porque, na sexta-feira, eu me reuni com a direção toda do Hospital de Clínicas de Passo Fundo, e ontem, lá em Caxias do Sul – inclusive o bispo estava junto, numa pequena reunião –, dos hospitais de Caxias.

Alguém, algum colega já falou antes do problema das doenças que estão surgindo. Nos dois hospitais, que são hospitais grandes, o problema de clientela está aumentando muito em decorrência do problema climático todo – gripes e tal – e não tem recurso suficiente. Então, é um projeto que eu vejo como prioritário.

Nós temos outros projetos, mas esse é o nº 1.

O Senador Mourão também apresentou um projeto das dívidas do recurso do estado para atender os municípios. O Governador me procurou ontem, na saída lá de Caxias do Sul, e ele acha que esse projeto talvez não ande com a rapidez necessária. Então, eu endosso. Eu até fiz um documento que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi encaminhado, protocolado ontem ainda, para que se agilize isso, no sentido de que mais recursos sejam repassados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Isso, é.

Uma outra questão – acho que o Esperidião Amin citou – é com relação à dívida do estado com a União.

O estado arrecada 60 bilhões anuais e recebe de volta 20 bilhões. Então, 40 bilhões ficam com a estrutura federal e tal.

Um outro número que me foi passado foi da origem da dívida do Rio Grande do Sul, que é antiga, muito antiga, que era de 8 a 9 bilhões; já se pagou algo em torno de 48 e estamos devendo 92, 93. Então essa dívida tem que ser revisada, reestudada. Os indexadores que foram aplicados ali estão fora de parâmetro, tanto que, no ano de 2023, foram pagas todas as prestações em dia, e a conta, no final de 2023, era maior do que no final de 2022. A seguir essa regra, não termina nunca a conta. Vamos morrer todos de velhos, nossos filhos e nossos netos... É uma conta matemática que não fecha. Então tem que ser mudado o indexador. Eu acho que nós temos que aproveitar este momento para também adiantar esse assunto.

Outra questão que eu acho que é fundamental – o Pontes já falou; todos, afinal, falamos disso – é que terminou a fase, digamos assim, de salvamento das pessoas, agora se começa a reconstrução. O Vice-Presidente da República, ontem, em Caxias do Sul, fez um belo pronunciamento dizendo que vão ser anunciados financiamentos tanto Pronaf, Pronamp e Pronampe, que é para o pessoal do comércio e indústria, com juro zero e em longo prazo. Só que isso ainda está por acontecer, não aconteceu ainda. Eu acho que é uma maneira de fazer com que o estado possa voltar novamente à atividade, porque a destruição foi inimaginável – é só você olhar fotos, visitar locais.

E o Senador Mourão falou há pouco do problema ali do Vale do Taquari. Ano passado eu estive lá, visitei as cidades, este ano eu não tive oportunidade, mas falei com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Encantado, o Zanatta, que começou a chorar no telefone quando começou a dizer a situação. Disse: "Ano passado eu perdi quase tudo, reconstruí alguma coisa; este ano o prejuízo foi maior". Então, sem apoio financeiro, isso não tem como retornar. E o prejuízo na arrecadação dos impostos do Estado do Rio Grande do Sul deve chegar na volta de 30%, e isso vai diminuir a arrecadação do ICMS, vai diminuir a arrecadação dos impostos federais através das indústrias e vai diminuir a arrecadação dos municípios.

Por isso que a União, no meu ponto de vista, em função desse estado de calamidade, tem que destinar recursos, mesmo não orçamentários, neste momento, para nós nos reerguermos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado do Rio Grande do Sul historicamente, nos últimos 40, 50 anos, exportou conhecimento e exportou gente para o resto do Brasil, especialmente na área do setor primário. Você vai a qualquer região do Brasil onde tem agricultura e tem gaúcho metido no meio. Então, o Rio Grande do Sul ajudou o Brasil a crescer. Então, de repente, é o momento de nós olharmos com um olhar diferente para que o Brasil continue e possa ajudar com a questão financeira para nós, no menor espaço de tempo, nos reequilibrarmos.

Não era o principal assunto, mas eu acho que isso é importante e eu preciso colocar, porque eu vejo no dia a dia, Mourão, quando eu falo com as pessoas – eu tenho andado muito no Rio Grande do Sul –, que as pessoas estão realmente desesperadas. Nós precisamos urgentemente fazer as coisas andarem. Só falar, só falar não vai resolver. Nós temos que pôr em prática, o Governo tem que pôr em prática aquilo que está anunciando, que é importante. Eu gostei muito do que o Vice-Presidente falou ontem, mas ainda não estão tomadas as providências. Que sejam tomadas, e os recursos efetivamente possam ser repassados para nós reerguemos o estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Ireneu Orth, que faz aqui um resumo, inclusive, da ida do Vice-Presidente ao Rio Grande do Sul.

Só a questão da dívida... Pessoal, toda vez em que falam da dívida não tem como não lembrar isto. Eu vou lembrar aqui, para dizer que eu estou junto nessa peleia, viu? Projeto de Lei do Senado 561, de 2015, é lei complementar. O projeto está na Mesa – já está lá na Mesa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Tem que ressuscitar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! Já está lá na Mesa, e eles me falaram que, nesta semana, eles vão destinar para as Comissões.

A autoria é do Senador Paulo Paim, da Senadora Ana Amélia, PP-RS, e do Senador Lasier Martins. O autor, de fato, na verdade, se chama Hermes Zaneti, que vocês conhecem, foi Deputado Federal constituinte, é do PSB e fez um estudo com especialistas que é exatamente isto: ele faz o cálculo muito bem feito. Teremos duas ou três audiências públicas e vamos chamá-lo aqui também para ele explicar isso, porque ele muda o índice de correção – se não me engano, fica só o INPC e ponto. E, com esse cálculo, nós já pagamos a dívida, não estamos devendo nada. Inclusive tem a defesa do próprio Lindbergh Farias, que é um Líder do PT, foi Líder aqui da bancada, porque fez a defesa aqui na Comissão.

Então, se vocês concordarem – e como nós fomos ao Rodrigo Pacheco –, vamos pedir que ele toque esse projeto para a frente. Pode ser?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*)
– Pode ser. Eu acho que tem que ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.
Então avançamos aqui.

Não sei se alguém quer usar ainda a palavra... (*Pausa.*)

Como? Pode falar. (*Pausa.*)

Olha aqui o nosso pessoal. A assessoria aqui é rápida, hein?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*)
– Para produzir papel então... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então,
encaminhamentos a partir da reunião de hoje.

A Comissão aprovou o Requerimento nº 10, de 2024, para a realização de audiência pública com o Ministro Augusto Nardes do Tribunal de Conta da União. Será a primeira audiência pública do ciclo de debates já aprovado. O requerimento é fruto da sessão de ontem em Plenário, porque foi lá que nós chegamos a esse entendimento e eu anunciei lá, em nome da Comissão, que faríamos isso, que possibilitará a apresentação do projeto de governança. A audiência será realizada na próxima terça-feira, às 14h, no Plenário 15.

Lista de proposições legislativas prioritárias neste momento para o envio ao Presidente da República. Cada Senador membro indicou uma proposição. A lista: PL 5.002/2023, PL 1.800/2024, PL 746/2019, PL 1.760/ 2024, PL 1.645/2024, PL 1.580/2024, PL 2.038/2024.

E, mediante essa última conversa – e também vai na linha, aí sim, do Esperidião Amin –, nós vamos levar também que esse projeto, ao qual aqui eu dei o número já, seja então encaminhado para o debate. Não entra nesse bloco assim do dia para a noite, e ninguém está propondo isso aqui, mas queremos que esse tema seja debatido. E já existe um projeto que vai exatamente na linha do que nós faremos aqui. Fiz a questão de dizer que não fui o autor, não, eu fui o instrumento só: Hermes Zaneti é o autor, e eu vou convidá-lo para vir dar um depoimento aqui na Comissão.

O encaminhamento da lista acima foi aprovado pela Comissão. A Presidência da Comissão buscará encaminhar a lista ainda hoje ao Presidente do Senado Federal. O ideal é que a gente consiga fazer uma visita a ele; vamos tentar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Diligência ao Rio Grande do Sul, realizada pela Comissão no dia 23 de maio: o Presidente da Comissão agradeceu o apoio recebido para a realização da diligência e ofereceu um resumo das atividades realizadas complementadas aqui pelo Relator.

Previsão para o dia 13/06 de realização de diligência externa ao Vale do Taquari – 13/06 –, em atendimento à sugestão do Relator, Senador Hamilton Mourão, que já formalizou o requerimento aqui e pode também documentar. A gente só vai consultar os Senadores que não estavam aqui. Faltaram três Senadores, vamos consultar os três, se eles concordarem a gente bate o martelo. Podemos dar por aprovado o requerimento.

Senador, podemos dar por aprovado o requerimento?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só vamos consultar todos os Senadores se não há nenhuma divergência. (*Pausa.*)

Na terça, a gente aprova o requerimento.

Sugestões apresentadas pelos membros.

Senador Esperidião Amin, participação virtual: não apresentou um projeto de lei para a lista de prioridades, mas possui uma prioridade, cujo tema é o arranjo dos encargos financeiros e o montante da dívida do Rio Grande do Sul e similares, em que eu entendo que, com essa discussão aqui, já avançamos, mas vamos levar com todo o carinho a proposta do nosso querido Senador Esperidião Amin.

Solicita que a Comissão envie congratulações ao cientista Carlos Nobre, que infelizmente não pôde participar da sessão plenária, por seu trabalho e por ter sido indicado como guardião planetário.

Senador Astronauta Marcos Pontes, participação virtual: primeiro, registrar e identificar as causas para prevenir no futuro; segundo, ressalta a importância do PL 5.002, de 2023, que está pendente de análise por duas Comissões.

O Presidente esclarece que já está na lista de prioridades, inclusive ele encabeça as oito propostas.

Senador Kajuru: primeiro, ressalta a importância do seu projeto sobre a moratória, que também está na lista de prioridades, PL 1.800, de 2024.

Senador Hamilton Mourão: propõe uma segunda diligência externa, agora ao Vale do Taquari; segundo, informa que foram editadas duas medidas provisórias, a 1.218 e a 1.223, instituindo recursos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o enfrentamento das crises e que fará o acompanhamento da análise das medidas, como Relator da Comissão.

Senador Ireneu Orth: ressaltou a importância do Projeto 1.760, de 2024, como prioridade, por possibilitar recurso na área da saúde.

Eu adendo que ele já me convocou para ser Relator do projeto, lá na Comissão de Assuntos Sociais, inclusive isso já foi informado ao Presidente Humberto Costa.

Outro ponto importante é a necessidade de revisar o indexador da dívida, conforme aqui eu já explicitar, e vamos levar isso também para o Presidente, que é uma sintonia entre o que você propõe e o projeto que já está na mesa para o Presidente encaminhar.

Fim da fase de salvamento das pessoas, começa a fase de necessidade de reconstrução, com seus devidos financiamentos – essa foi a fala e a síntese de como aqui se pronunciou o Senador Ireneu.

Eu peço a dispensa da leitura e a aprovação da ata.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Encerramento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos...

Informo que, na próxima semana, a nossa reunião será na terça-feira, 4 de junho, às 14h, no Plenário nº 15, Ala Alexandre Costa, quando vamos ver o Ministro Augusto Nardes, do Rio Grande do Sul, que fez uma exposição belíssima ontem em Plenário – tem que ser dito hoje –, mas só que ele teve pouco tempo, dez minutos, e aqui ele terá o tempo que for necessário para explicitar e explicar que esse projeto, na Câmara, segundo ele, já foi votado na CCJ e só faltava a redação final, que era terminativo e já viria para o Senado. E a gente aqui, então, vai pedir para o Presidente Rodrigo Pacheco, que, também, dentro do possível, dê prioridade.

Está encerrada a reunião de hoje, agradeço a todos e voltamos na terça-feira.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia quatro de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul com a presença dos Senadores Paulo Paim, Astronauta Marcos Pontes e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Wilder Moraes, Sérgio Petecão, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ireneu Orth, Jorge Kajuru, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública. Finalidade: 1ª Audiência Pública do Ciclo de Debates da CTERS. Participante: Ministro Augusto Nardes, Ministro do TCU. Resultado: Audiência pública realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 11, de 2024 que: "Requer a realização de diligência externa em Lajeado (Rio Grande do Sul) com o objetivo de conhecer os efeitos do desastre climático no Vale do Taquari." Autoria: Sen. Hamilton Mourão. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hamilton Mourão

Presidente Eventual da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 5, de 2024, com a finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e de apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com a participação do Ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, nos moldes do Requerimento nº 10, de 2024, desta Comissão, e também à deliberação de requerimento, conforme pauta já publicada.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informação da Presidência.

Informo que recebemos do Senador Esperidião Amin um texto intitulado, abro aspas, "La Niña, a garota que vem do mar", fecho aspas, de autoria de Fernando Gabeira e publicado na coluna do autor no jornal *O Globo*, em 27 de maio de 2024.

Solicita o Senador Amin que o referido texto seja incluído nas notas taquigráficas e, consequentemente, na ata desta reunião, a ser publicada no *Diário do Senado Federal*, atendendo, pois, ao pedido de S. Exa., conforme o art. 203, combinado com os arts. 89, VIII, e 115, §2º, VI, todos do Regimento Interno deste Senado, determino que o referido texto seja integralmente inserido nas notas taquigráficas da reunião, sendo dispensada a sua leitura.

Fernando Gabeira: La Niña, a garota que vem do mar.

Preciso avisar com ligeira antecedência, mas ela deve chegar a partir de julho. La Niña vem para derrubar momentaneamente o domínio patriarcal de El Niño.

Ambos são filhos dos ventos alísios que sopram com constância, mas às vezes são mais lentos ou mais rápidos. Quando são lentos, não conseguem levar as águas quentes para o lado asiático do Oceano Pacífico. Quando são mais rápidos, acabam esfriando a costa peruana.

Os pescadores peruanos chamam o primeiro fenômeno de El Niño porque aparece por volta do Natal. La Niña chega aqui entre julho e setembro e, às vezes, dura dois anos. Por que essa preocupação com avisar?

Na verdade, é um hábito antigo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1997, o Congresso despertou para El Niño depois das grandes chuvas em Santa Catarina e da seca no Nordeste. Foi o primeiro grande debate sobre o tema. O relatório, ainda disponível no *site* do Senado, foi um dos mais completos documentos que temos em nosso idioma sobre o tema. A ideia era preparar o Brasil para esses fenômenos, usar a prevenção como instrumento de defesa.

Recentemente, o senador Esperidião Amin – assim como eu um remanescente daquela comissão – promoveu um novo encontro sobre El Niño, este que nos dominou agora e, provavelmente, ajudou a aumentar a intensidade das chuvas no Rio Grande do Sul. Foram muitas as ideias. Sugeri um apoio nacional às cidades na construção de sua defesa civil. Esperidião aceitou a sugestão de instituímos um prêmio para aquela que apresentasse o melhor plano de defesa e a melhor estrutura para enfrentar essas crises climáticas.

As chuvas costumam chegar antes de nossas providências. No passado, tomamos Blumenau como exemplo de defesa civil. Desta vez, fiquei bem impressionado com o esforço de Santa Catarina, que mandou gente ao Japão e criou um centro de resposta inspirado nos japoneses. Claro que não podemos repetir mecanicamente o que foi feito nem nos tornaremos japoneses. Mas é uma ajuda.

Na semana passada, falei de novo com Esperidião para ver se conseguimos avançar em nosso modesto trabalho voltado à prevenção. Ele está na comissão que avalia os estragos no Rio Grande do Sul.

Naturalmente, é prioridade agora falar da reconstrução e, se for o caso, realizar um grande debate sobre ela. O senador me enviou um material mencionando o movimento de arquitetos e urbanistas chamado BBB, sigla em inglês para Build Back Better (Construa de Novo Melhor), e creio que esse deveria ser o lema do trabalho que os gaúchos têm pela frente.

A situação é grave, a emergência climática não nos dá mais trégua. Falar em La Niña agora, quando ainda estamos removendo os escombros do desastre? Mas se não falamos com dois meses de antecedência sobre a possibilidade de chuvas intensas na Amazônia e no Nordeste e de secas no Sul, fica tarde demais para qualquer tipo de prevenção, por mais discreta que seja.

Alguma coisa mudou no planeta, e os aquecimentos no Rio Grande do Sul nos colocam diante de pautas que pareciam um pouco teóricas e vanguardistas. Sem grandes pretensões, estou me colocando como ajudante dos congressistas que quiserem aceitar essa tarefa gigantesca de adaptar o Brasil. Se há algo que pode nos unir para além das divergências políticas, é a sobrevivência diante do caos climático.

Naturalmente, as condições do Rio Grande do Sul não são idênticas. Mas grande parte dos problemas vividos lá é comum no resto do país. Gente em área de risco, rios assoreados, destruição da mata ciliar, asfalto impermeabilizando tudo, bueiros entupidos, lixo no curso d'água, falta de equipamentos – a lista é muito grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto todos nos voltamos para a gravidade do que aconteceu no Sul, moradores de Macaé levaram um susto na semana passada com o avanço súbito das águas do mar. Não há mais tempo a perder, e o voto consciente ainda é uma das maneiras de reagir. Talvez seja a mais eficaz agora, quando as cidades discutem seu destino, e a especulação imobiliária financia seus candidatos.

Audiência pública.

A primeira parte desta reunião destina-se à realização de audiência pública com a presença do Ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, que irá apresentar para todos nós a proposta de política de governança para o Brasil elaborada pelo tribunal, nos termos do Requerimento nº 10, de 2024, desta Comissão, de autoria do Senador Paulo Paim.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 061 2211.

Convido então S. Exa. o Ministro Augusto Nardes para compor a mesa desta audiência pública.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito gaúcho nessa mesa, hein?

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Dois gaúchos andam de passo certo.

O Ministro esteve presente na sessão de debates temáticos realizada no Plenário do Senado Federal, na semana passada, e, infelizmente, não teve tempo suficiente para expor toda a proposta que o TCU tem sobre a política de governança. Aqui, na nossa Comissão, o Ministro poderá apresentar com mais calma e com mais detalhes essa política.

Passo a palavra a S. Exa. o Ministro Augusto Nardes, para fazer a sua exposição, em até 60 minutos.

O SR. AUGUSTO NARDES (Para expor.) – Obrigado, boa tarde a todos. É uma satisfação estar aqui na Casa importante do Senado deste país.

Eu queria saudar o Senador Hamilton Mourão, o Senador Esperidião Amin, saudar as demais autoridades e lideranças, especialmente especialistas do Senado que estão presentes. Estão me acompanhando aqui alguns auditores do TCU, aquele é o Luis Afonso, que trabalha comigo.

É uma satisfação poder falar de um tema tão importante, especialmente pelo fato de que agora está vindo para o Senado, para ser aprovada, a lei da governança, que foi um trabalho que iniciamos lá em 2012, quando eu comecei os preparativos para presidir o tribunal em 2013 e 2014, nós começamos a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montar um projeto para o Brasil implantar governança. E eu cheguei à conclusão, depois de 40 anos de vida pública, que não tínhamos outro caminho, o Brasil não tem outro caminho de montar uma estratégia com projeto de Estado e de nação sem regras de governança.

Então, Senador Esperidião Amin, Senador Hamilton Mourão, eu fui buscar o que há de melhor no planeta. Como Vice-Presidente do tribunal, eu já vinha trabalhando há dois anos para preparar a minha gestão e, antes de assumir a presidência, eu preparei toda uma estratégia para transformar o Tribunal de Contas da União num órgão preventivo e não somente punitivo. Punir é a nossa missão; ver a conformidade, ver a legalidade dos atos. Mas eu cheguei à conclusão de que só a punição não resolve, porque, quando a gente pune, você já está perdendo por estar punindo e por não ter feito uma política preventiva.

Então, baseado nisso, nós resolvemos formatar um projeto e buscar as melhores práticas de governança do planeta, e fui a Paris. E, como eu tinha morado na Europa por quatro anos, nos anos 80, e conhecia boa parte da burocracia e das Casas mais importantes da área administrativa da Europa, eu tive, de certa forma, uma facilidade para apresentar o projeto e, quando eu apresentei o projeto, eu apresentei às nações com as quais nós queríamos trocar boas práticas – eu vou fazer uma exposição disso, está tudo registrado, não foi feito nada sem planificar.

E por que tem a ver com o que acontece no Rio Grande do Sul? Porque o que fica evidente é que o que faltou no Rio Grande do Sul foram políticas preventivas. Fica claro, fica aberto que a maior tragédia, talvez, do Brasil e, com certeza, do Rio Grande do Sul foi por incapacidade do Estado de se organizar de forma adequada. E isso acontece permanentemente na nação brasileira.

É só nós verificarmos as obras inacabadas. São 14 mil obras inacabadas que agora estão em 8 mil. Fizemos um levantamento, Senador Hamilton Mourão: próximo de 15 mil obras inacabadas. Por quê? Porque não tem governança, não tem os princípios de governança, de avaliar, de monitorar, de direcionar, avaliar e monitorar.

Então, baseado nisso, eu fui a Paris e fiz esse acordo com a OCDE. O que é a OCDE? A organização mais avançada do planeta de governança. São os 38 países mais desenvolvidos do planeta. Então, baseado nesse projeto, nós resolvemos implantar a governança.

Eu vou mostrar ponto a ponto como é que nós conseguimos montar esse projeto. O mais importante é que essa tragédia mostra a nossa incapacidade de organização do Estado, tanto no nível municipal, no nível estadual e no nível nacional.

Então, meus senhores, governança pública é o grande desafio da nação brasileira. E, para poder montar isso, a gente escreveu um livro, o primeiro livro, *Governança Pública: O Desafio do Brasil*, que estão vendo aí junto com o leme de um navio. Porque governança vem da palavra grega *kubernáo*, que é onde você direciona o navio. E nós temos viagens de quatro em quatro anos, de oito em oito anos,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores, para onde direcionar o seu esforço, a sua energia e deixar legado para a nação brasileira. Então, eu estou fazendo esse trabalho há muito tempo.

E por que o Tribunal de Contas? Porque eu vi que tinha uma janela... porque o Tribunal de Contas é o que normatiza o que é aprovado aqui no Senado. É o Tribunal de Contas que normatiza o que é aprovado na Câmara. É o Tribunal de Contas que, praticamente, estabelece e regulamenta toda a administração pública. Todas as aposentadorias deste país, federais, passam pelo Tribunal de Contas. Toda a política de concessões de tudo que acontece no Brasil, seja de ferrovias, rodovias, hidrovias, aerovias, tudo passa pelo Tribunal de Contas da União. Então, o Tribunal de Contas tem uma grande capacidade de normatizar a administração pública.

Então, eu propus isso. Foi difícil convencer os Ministros, inicialmente. Claro, porque temos o art. 71 da Constituição. Eu vou começar a mostrar, para mostrar que a gente pensou, de forma detalhada, como transformar a nação brasileira e como chegamos à edição de uma política de governança no país.

E estou muito feliz, nesses últimos dias, porque agora está chegando aqui ao Senado.

Baseado em alguns itens que o Senador Esperidião Amin – certamente, é um dos mais antigos líderes da administração pública –, sabe muito mais que qualquer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Fui seu aluno.

O SR. AUGUSTO NARDES – Não, não... Eu que sou seu aluno.

A Lei da Responsabilidade Fiscal é um dos itens. Educação, pesquisa, inovação, infraestrutura, inclusão social e regional, racionalização do gasto público, tudo isso são temas pertinentes à governança, mas como não tem uma organização do Estado brasileiro, cada um faz da sua forma, ao seu modo. E eu disse: poxa, o Brasil não pode continuar assim. Governança é direcionar, avaliar e monitorar.

Então, vamos ter que verificar a questão fiscal. Lá atrás... Nós tivemos um problema recente, em 2014 e 2015, em que a queda do PIB foi praticamente 8%, na administração da Presidente Dilma. Por quê? Porque a questão da responsabilidade fiscal, as chamadas pedaladas, não foram trabalhadas de forma criteriosa, e isso levou a uma situação dramática.

O Rio Grande do Sul, agora, certamente, se não tiver socorro da União, não vai conseguir nem pagar os funcionários públicos. Aliás, o Governador já, ontem, começou a reclamar.

E para onde vai o Brasil sem responsabilidade fiscal? Esse é um item.

Eu podia ficar uma hora falando de cada item, mas não vou fazer isso, porque estou aqui com uma elite de Líderes, de Senadores e também de funcionários de alta qualificação, que fazem parte da Assessoria do Senado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, educação, pesquisa e inovação. Vou falar só da pesquisa e inovação.

Eu morei um tempo no Japão. O Japão ficou em cinzas; e o Rio Grande do Sul agora está, de certa forma, saindo de uma guerra. Talvez seja o momento de recomeçar tudo com governança. É isso que eu estou planejando, juntamente com o Senador Hamilton Mourão, com o Paim, e os demais Senadores da Comissão, que a gente possa reestruturar o Rio Grande em cima de teses de reconstrução baseadas em uma linha de entendimento, de compreensão e de governança.

Então, pesquisa é muito importante, e inovação é muito importante. Lá atrás, quando eu vi o Japão, em 1983, e fui, depois, eleito Deputado Estadual, tentei implantar no Rio Grande do Sul pesquisa e inovação. Propus 3%. O Rio Grande do Sul não investiu. Santa Catarina – está aqui o Senador Esperidião Amin, um amante do Rio Grande do Sul... O maior poeta do Rio Grande, Jayme Caetano Braun, ele conhece todas as poesias de Jayme Caetano Braun.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Pajadas.

O SR. AUGUSTO NARDES – Pajadas! É, Pajadas. Mas não vamos falar das pajadas agora.

Mas pesquisa e inovação é muito importante para a gente poder direcionar para onde vai a nação.

Então, lá atrás, no Rio Grande do Sul, eu propus 3%, não conseguimos. O Japão domina, ainda, a robotização do planeta; em segundo, vem a Alemanha, que é inovação, é inteligência artificial. O mundo agora vai mudar totalmente com a inteligência artificial. Estamos vivendo um novo ciclo que agora é da inteligência artificial.

Infraestrutura. O mundo está mudando e vamos ter que mudar a política de governança e de infraestrutura. Para onde vai o planeta com as estradas sendo simplesmente derrubadas, acabadas, destruídas, como aconteceu no Rio Grande do Sul agora? Vamos ter que fazer uma nova governança de infraestrutura diante da mudança do planeta. Governança de infraestrutura é um tema essencial, importante. Mas não é só isso: a governança de como vai ficar a infraestrutura futuramente. É como nós já estamos enfrentando com muita incapacidade. Nós precisaremos de 380 bilhões para poder dar uma situação melhor para a nossa infraestrutura. Nós estamos gastando 40 bilhões, 50 bilhões, muito pouco diante dos desafios.

Inclusão social. Aí eu coloco tudo. O país precisa fazer e entregar resultado, e não consegue, porque não tem governança. E aí isso afeta a democracia, a coordenação federativa. A reforma tributária aconteceu, mas vai ser lentamente implantada. Mas, sem governança, nada disso vai ser viabilizado.

Então, o grande tema, o que permeia a implantação de uma política na nação em todas as áreas... Eu vou mostrar rapidamente isso. O que eu quero mostrar para esse grupo – e eu sei que o Ministro;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aliás, que o Senador Hamilton Morão vai ser o Relator da matéria – é como é que nós podemos enfrentar a situação do Rio Grande do Sul e como é que nós podemos fazer um trabalho em conjunto com os Senadores para viabilizar o Rio Grande.

Então, nós temos desafios de todas as áreas, como a da saúde, por exemplo. Hoje pela manhã ainda eu abri um evento. O SUS está dando prejuízo de 50 bilhões. Está em 30 bilhões e, até 2030, estará em 50 bilhões de prejuízo, com resultado negativo. Então é só para mostrar a situação dos nossos hospitais. No Rio Grande do Sul, boa parte dos hospitais foi afetada. Como recuperar os hospitais? Vai ter recursos para isso?

Os desafios da segurança pública são imensos. Eu não vou me aprofundar. De cada um desses temas eu poderia ficar muito tempo falando. Mas o Brasil está dominado, algumas regiões, não mais pela polícia, tanto militar... Prova está que seguidamente as Forças Armadas são chamadas para intervir lá no Rio de Janeiro. Uma parte é comandada por milícias e por traficantes em todo o país.

Esse é um tema que eu gostaria de chamar a atenção do Senador Hamilton Morão. O grande problema que nós temos no país hoje é a falta de governança de fronteira. Para isso eu venho alertando há muito tempo. Propus várias auditorias, porque eu sou fronteiriço. Eu sou da fronteira ali com a Argentina e com o Uruguai. Nós não temos uma política de governança de fronteira. Consequência disso é que hoje nós somos um ponto de apoio para exportar cocaína e somos grandes líderes na exportação, através das nossas fronteiras, de drogas. Nós não temos... E o ministério que cuida disso também, até hoje, não se organizou – isso não estou falando desse Governo, estou falando de todos os Governos – de forma adequada, para enfrentar e fazer uma política de governança de fronteira. É um grande gargalo que temos: são 17 mil quilômetros que nós temos no país.

O próximo eslaide mostra uma área em que eu me especializei. Eu trabalhei um período na Organização Internacional do Trabalho em Genebra, no International Labour Office, desafios para gerar emprego e renda. Esse é um desafio imenso que nós temos. Mas eu também não vou me aprofundar nesse tema.

Mas a gente conseguiu, durante os mandatos que tive como Deputado, fazer a Lei do Simples, que hoje alcança 21 milhões de empresas, pela qual nós conseguimos simplificar as micro e pequenas empresas num imposto só. Hoje, somos grandes empreendedores.

Vai ser um grande gargalo agora lá, Senador Hamilton Mourão. Eu estive visitando neste fim de semana sete cidades: estive em Rio Grande, Pelotas, São Lourenço, Guaíba, Eldorado... Encontrei muitos pequenos empresários que perderam tudo: perderam a casa, perderam os móveis e perderam os pequenos empresários tudo que tinham das suas pequenas empresas. Tem que se encontrar uma forma de liberar recursos para eles poderem retomar. Os contadores, hoje eu falava... Ontem fiz uma palestra para as profissões – eu ando por todo o Brasil fazendo palestra sobre governança –, e eles me disseram:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Nardes, nós temos que encontrar uma forma de nós recuperarmos os equipamentos dos contadores, porque os contadores que estavam nessas cidades perderam tudo". E como gerar empregos e como criar uma capacidade de orientação sem um bom contador para ajudar os micro e pequenos empresários? Então, aos contadores nós vamos ter que dar ajuda, para gerar emprego, porque, sem uma boa contabilidade, você não cria confiança nas negociações.

Então, o desafio... Aí vem o tema central que eu vou falar hoje: o desafio das mudanças climáticas.

Eu estou muito feliz porque está aqui a Renata, que está fundando e eu apoiando – eu sou o embaixador da tese, e foi lançada hoje pela manhã – uma rede climática de sustentabilidade. É a primeira no Brasil. A Renata é especialista nessa área de clima. Ela tem capacidade de fazer peritagem, em nível nacional, nessa área de clima e é responsável aqui pelo Senado por fazer todo esse trabalho de sustentabilidade; esse trabalho é lá com o Presidente Pacheco. Então, a Renata, que está aqui me acompanhando, minha esposa, é uma especialista nessa matéria, e por isso nós estamos irmanados para trabalhar nessa questão, especialmente na questão climática. Eu criei lá atrás a Rede Governança Brasil, e temos 650 voluntários hoje – 650 pessoas que trabalham de forma voluntária –, com mais de 30 comitês, para implantar a governança no Brasil. Primeiro, nós implantamos a governança no TCU e, depois, fomos implantando, através da Rede Governança Brasil, em todo o Brasil. Mas é claro que o grande carro-chefe da governança no país se chama Tribunal de Contas da União, porque foi a partir de um acordo que a gente fez com a OCDE que a gente conseguiu estabelecer e normatizar toda uma política de governança.

Nós estamos trabalhando silenciosamente para transformar o Brasil. Eu estou muito feliz! Eu vou mostrar para os senhores as vitórias que nós tivemos nesses últimos meses. E eu queria destacar, especialmente, a presença do Luis Afonso, que está aqui comigo, e do Cláudio Sarian, que me ajudaram a montar o primeiro livro: *Governança Pública – O Desafio do Brasil*.

Quanto à questão das mudanças climáticas, nós começamos por ela. Senador Hamilton Mourão, eu vou mostrar uma coisa que nós imaginamos lá atrás, há 11 anos, e que está acontecendo agora. Por que a questão da mudança climática é fundamental? O Senador Amin entregou aí um comentário do Gabeira, de La Niña, de El Niño. O que está acontecendo? Quando acontece a La Niña, o El Niño num ponto do país ou do continente, chove mais de um lado e chove menos do outro.

O Rio Grande do Sul e Santa Catarina passaram por quatro anos de seca e, agora, veio de forma abrupta uma quantidade imensa de chuva que arrasou o estado. Então, ter uma capacidade de avaliação do clima é fundamental para o Brasil, para o agronegócio, ter essa capacidade de avaliar e de monitorar o que está acontecendo no planeta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, essa minha fala aqui, hoje, vai ficar marcada por uma liderança que nós temos que exercer, Senador Esperidião Amin. O senhor, como é o mais antigo que está aqui presente, poderá ser o grande condutor. O Senador Paim, quando ouviu a minha fala, semana passada, já me convidou e me convocou para que eu estivesse aqui. Ele teve essa visão.

Quero dizer aos senhores que este grupo, essa força-tarefa – eu poderia dizer – do Senado pode dar um caminho para nós implantarmos uma política climática diferenciada no Brasil, com o apoio da rede climática RCS, que a Renata está coordenando, e com apoio de voluntários de todo o país. Porque eu também cheguei à seguinte conclusão, meus amigos: não adianta a gente depender somente do Estado. O Estado é lento, é cheio de amarras. Quem salvou boa parte lá dos gaúchos foram os voluntários, porque o Estado é demorado. Pode ser que, agora, o Estado... E agora... Nós estamos começando, um mês depois, a nos organizar para atender as pessoas, mas quem atendeu e salvou muitas pessoas foram os voluntários, porque o Estado tem essa burocracia, como um todo, difícil de implantar em qualquer circunstância.

Então, governança e desafio climático é um grande tema para o futuro. Aí estão todos os itens das chamadas ODS que são importantes. Nós temos que trabalhar todos os itens, mas, certamente, ação climática é o mais importante, porque dela depende o futuro do planeta.

Baseado em tudo isso, eu montei esse projeto. Não sozinho, com a minha equipe, que está aqui o Luis Afonso, o Cláudio Sarian e outros integrantes do gabinete. Na presidência do TCU, nós fizemos uma reestruturação do tribunal. O tribunal começa a trabalhar mais na criação de indicadores e uma articulação para a aprovação do Decreto 92.203. Nos próximos dias, vou fazer visitas... Já falei com o Presidente Pacheco para priorizar, está aqui já no Senado. Vou pedir apoio para o Senador Esperidião Amin – o Paim já me disse que vai apoiar – e para o Senador Hamilton Mourão, para nós aprovarmos o mais rapidamente possível.

Eu vou mostrar que esse projeto de lei... Se estivesse funcionando, não teria acontecido a gravidade que teve no Rio Grande, na enchente do Rio Grande. E eu posso provar isso, porque peguei um depoimento lá do Prefeito de Rio Grande – eu não sei se eu vou conseguir passar aqui para os senhores – que implantou a governança e o efeito em Rio Grande foi menor. Outro efeito onde foi menor foi em Guaíba, onde tinha regras de governança, de prevenção, de avaliação de risco, para tomar medidas preventivas. Então, é fundamental.

Esse acordo a gente fez com 11 países, mas o nosso projeto... Isso foi em 2013. Eu fui a Paris e propus o acordo, fomos nós que propusemos. Eu quero trocar boas práticas com os países mais desenvolvidos do planeta, da OCDE. Então, montamos esse projeto.

Meus amigos, a partir daí, começou-se uma nova fase no Tribunal de Contas. Passamos a produzir *10 Passos para a Boa Governança, Referencial Básico de Governança*, centro de governo... Aliás, ao falar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em centro de governo, queria convidar a todos. Nós vamos fazer uma solenidade... Especialmente, ao Senador Hamilton Mourão eu faço, além de um convite, como gaúcho também, uma convocação, pela liderança que ele possui. No dia 11, nós estaremos lançando um livro chamado *Centro de Governo*.

Eu cheguei à conclusão – já disse isso para o Michel Temer, já disse para o Bolsonaro e já falei com o Governo atual – de que, sem centro de governo, não funciona o país. Não que o Presidente Lula não seja importante, não seja inteligente, não seja preparado, é um homem experiente, também Bolsonaro, Michel Temer ou qualquer um que passe... Tem que ter centro de governo: sem centro de governo, a gente não consegue priorizar os temas centrais da nação.

E outro item que, lá atrás, nós montamos e trocamos boas práticas, é avaliação de riscos. Eu fui visitar os países mais envolvidos nisso e, como eu vivi na Europa, eu tenho noção de quem sabe fazer as coisas. E a minha experiência no Japão me mostrou que o Japão, em alguns aspectos, é mais avançado que alguns países europeus. Então, avaliação de risco é muito importante.

O que faltou foi gestão de risco, faltou na Prefeitura de Porto Alegre, faltou no Governo do estado e faltou em toda a administração. Ou seja, eu não vou acusar o Prefeito atual, foram todos os Prefeitos que cometeram erros, todos os Prefeitos que passaram nesses últimos 30 anos, desde 1967, quando foram montadas as 24 bombas. E, agora, só tinha quatro funcionando – só tinha quatro funcionando. Então, faltou o quê? Monitorar e avaliar o que estava pronto. Simples! E o que é isso? Significa que não tem governança, não tem monitoramento e não tem avaliação.

O que é governança? Quais são as palavras-chave da governança? Direcionar, avaliar e monitorar – isso é governança. E quais são os ingredientes, os temas centrais da governança? Liderança, estratégia e controle. E quem toma a decisão? É o líder. Se o líder não tem o monitoramento, não tem a avaliação, acontece o que aconteceu.

Então, eu não vou acusar o Prefeito atual. Eu vou dizer que falta governança, como um todo, na estrutura do Estado brasileiro e dos municípios. E eu vou mostrar como nós estamos vendo isso no TCU.

A falta de políticas de governança é o grande problema da nação. Eu fiz esse levantamento, propus para o nosso time: "Vamos fazer um levantamento em toda a administração pública". O que nós encontramos lá? Não há gestão de risco. Em 2015, nós fizemos um levantamento, e só cinco ministérios tinham noção de gestão de risco. O Ministério da Educação gasta R\$180 bilhões; o Ministério da Saúde, R\$150 bilhões, e não tinha gestão. Falta integração, falta planejamento, o planejamento é ineficiente ou inexistente.

Então, essas falhas de governança ocorrem em todas as políticas públicas do país. Não funciona a nação, não funciona! A nação tem incompetência em todas as áreas por falta de governança. E é necessário também... E agora fica claro, e eu vou mostrar, que não houve prevenção dos desastres naturais. Aí está o projeto de lei que mostra que, sem avaliação de risco nos ministérios, nas estatais,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece o que aconteceu no chamado petrolão, ou o que aconteceu no chamado mensalão. Nós temos que fazer, em todas as estruturas do Estado, a implementação de uma política de governança.

Então, 8 mil instituições responderam. Vou dar os números para os senhores, como se fosse um semáforo. Eu vou mostrar mais à frente.

A má governança implica ainda a falta de regulamentação do que é aprovado aqui na Câmara e no Senado, a falta de definição clara dos ministérios envolvidos. Não são tomadas decisões técnicas. São tomadas decisões muitas vezes ou 80% baseando-se em decisões políticas, sem avaliar o que é mais importante.

Então, é necessário ter noção de tudo isso, para que a gente possa implantar a governança no país.

Aí são alguns acórdãos que eu vou deixar à disposição do Senador Hamilton Mourão e também do Senador Esperidião Amin, de todos, do Senador Paim, de todos...

Estão chegando alguns amigos de Santa Catarina agora.

Santa Catarina cresceu aqui. Cresceu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – São a maioria.

O SR. AUGUSTO NARDES (Para expor.) – Já está a maioria aqui.

Vocês já superaram o Rio Grande do Sul em tudo.

Quando eu comecei a fazer política, há 30 anos, a gente estava à frente de Santa Catarina. Hoje, Santa Catarina está à frente de todo mundo. Então, eu só tenho que elogiar Santa Catarina e os seus líderes, comandados pelo Senador Esperidião Amin.

Então, analisar desastres anteriores. Nós fizemos todos?

Aí, eu tenho um relatório, Senador Mourão... O senhor, que vai ser o Relator de toda a situação, pode aproveitar esse material, porque é um trabalho oficial do tribunal.

E, aí, eu mostro mais.... Uma pena que eu não tenha microfone para poder ler as partes mais significativas... E, aí, os municípios não têm.

E aí eu estou mostrando, Senador Amin, que faltam instrumentos de planejamento em todos os municípios em relação à prevenção desse desastre. Quase 60% dos municípios não apresentam, não apresentavam, em 2000, nenhum dos instrumentos questionados. Eu poderia até ir lá perto ler, mas eu teria que ter um microfone de mão, porque eu não tenho nenhum microfone, mas dá para ler...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas fica aqui como uma situação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – As Comissões não conseguiriam funcionar se cada um de nós pudesse ter um microfone de mão. *(Risos.)*

O SR. AUGUSTO NARDES (Para expor.) – Mas estão aí os índices. Ficam para o Relator Hamilton Mourão.

Por exemplo, eu vou citar a questão da parte geotécnica. Não tem uma lei geotécnica que designe e defina onde se pode construir obras.

As invasões acontecem em toda parte. Então, a parte lá de Eldorado do Sul é invasão, foi feita num banhado. Em consequência, nós não temos cumprimento de plano diretor.

Em Brasília, está acontecendo aqui... Eu vou dizer com toda franqueza, porque eu não vou citar nomes, não vou citar nada: Brasília está se transformando numa grande favela. Eu já disse isso para o Hamilton Mourão, num almoço, juntamente com o seu assessor, que está aqui. E Brasília vai ficar com o seu entorno numa grande favela – já está uma grande favela. Um desastre!

Em Brasília, já procurei três Governadores, fui lá: "Vamos fazer um voo de helicóptero". E eu mostrando: "Olha, aqui está a invasão".

Tem uma indústria de invasão e ninguém toma providência! Aqui tem uma indústria de invasão e ninguém toma providência, nem o Governador, nem a Assembleia Distrital aqui. Ninguém toma providência. E isso acontece em boa parte do Brasil.

Então, aqui tem alguns itens que têm que ser respeitados, e eu passo para a equipe técnica do Senado, para que possa acompanhar esse trabalho.

E aí tem todos os trabalhos – também fica à disposição dos senhores.

A minha equipe está aqui: o Luis Afonso e a Keila, que podem passar todos esses trabalhos da má governança política, especialmente na área de desastres e de defesa civil.

Não vou enumerar todas, mas aí está o semáforo de um trabalho levantado, lá atrás, de 8 mil instituições que responderam a questionários nossos.

Ainda foi na gestão da Dilma que eu fui atrás desses dados. Depois de fazer o acordo com a OCDE, eu procurei a Presidente Dilma: "Nós temos que melhorar a governança da nação".

Então... *(Pausa.)*

Ah, conseguiram... Pô, que coisa boa... Que coisa boa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu vou levantar, Senador Amin, mas eu prometo ficar só aqui ó... *(Pausa.)*

Aqui, ó, vocês podem ver, como se fosse um semáforo. Foram 700 perguntas.

Catorze somente do que nós pagamos de impostos – porque todos nós pagamos 150 dias de impostos – são aprimorados. O resto é intermediário ou vermelho, porque não tem nada aí, não entrega nada, como se fosse um semáforo. Isso aí, em 2014.

Quinze, no Estado; na União, 26 entregam – do que nós pagamos de impostos. De 150 dias que nós pagamos de impostos.

Meus amigos, então, por que o decreto foi importante?

A gente convenceu o Michel Temer. Daqui a pouco, vou mostrar a foto. Trabalhei oito meses para articular, para convencer o Michel Temer a fazer o decreto.

Aí temos o projeto de lei que está agora em votação.

E aqui estão os itens mais importantes.

Por que é que eu disse que, sem governança, o país não tem perspectiva, não tem futuro? Porque aqui está a avaliação de riscos na tomada de decisão dos ministérios e dos estados.

Integração da gestão do risco. Processo de planejamento estratégico.

Como montar o planejamento estratégico se não tem regras de governança? Vai tudo para o lixo, como os medicamentos vão para o lixo... Obras inacabadas.

Então, nós fizemos esse trabalho lá atrás, e aqui é fundamental que a gente possa aprovar. Já falei com o Pacheco.

Mas sabe o que acontece, Senador Hamilton Mourão? Quem está no dia a dia da política – eu vou falar aqui uma grande verdade, e isso pode acontecer com o Presidente da República, com o Governador, pode acontecer conosco – entra em um processo de estresse de tantas demandas e não consegue priorizar o que é importante, porque não tem regras de governança. Então, a nação não sabe para onde vai... Não sabe para onde vai, por incompetência da própria organização, da falta de governança organizacional dos gestores públicos no país.

Então, lá atrás, nós fizemos um acórdão. Eu fui Relator desse acórdão, estabelecendo ao Senado, à Câmara...

Já falei com o Pacheco sobre isso, mas eu sei que o Pacheco tem mil coisas. Falei com o Davi Alcolumbre e também sei que o Davi Alcolumbre tem muitas coisas. E não priorizaram. E a nação está à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deriva. E o Rio Grande do Sul, agora, está à deriva e vai, simplesmente, pagar caro, porque não tem governança. E nós estamos pagando caro porque não tem governança.

Então, recomendamos à Casa Civil e ao Conselho de Justiça. Já conseguimos implantar, em seis tribunais de Justiça, governança na Justiça, porque os processos também não andam. A Justiça é lenta, morosa, e ela causa a injustiça.

Então, estamos aqui num projeto para implantar a governança na nação, baseado em um modelo alemão, australiano e americano. Fomos buscar as melhores práticas do planeta.

Por isso, Senador Hamilton Mourão, eu acho que nós vamos poder reconstruir o Rio Grande, mas tem que começar com governança, senão vai botar fora o dinheiro e jogar o dinheiro no lixo.

Aqui eu mostro a foto histórica: em 2017, convenci Michel Temer. Padilha me ajudou muito, que já se foi... Está aqui o Meirelles... Estou eu e o Wagner Rosário... Raimundo Carreiro, grande funcionário desta Casa. Ele compreendeu: "Nardes, eu vou te apoiar porque tu tens razão, tem que implantar governança". Ele me apoiou totalmente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está rezando por nós em Nossa Senhora de Fátima.

O SR. AUGUSTO NARDES – Hã?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele está rezando por você, por mim, em Fátima, Portugal.

O SR. AUGUSTO NARDES – É uma grande figura.

Então está aí: momento mágico, meus amigos, conseguimos convencer. Oito meses de reuniões com todos os ministérios.

O Michel Temer: "Nardes, você corre aí, se conseguir convencer todo mundo, eu assino. Pode elaborar o decreto".

Nós elaboramos. Está aqui o Luis Afonso, que me ajudou a coordenar.

Nós fizemos tudo, o Tribunal de Contas da União. Está aí para ser aprovado.

Aí eu dependo dessa equipe maravilhosa, técnica, que são os nossos assessores aqui do Senado, para nos ajudar.

Então, projeto de lei, decreto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí são as regras de governança, das quais eu não vou muito falar, porque aqui só tem craque. Eu não vou querer ensinar o padre a rezar a missa.

A estratégia só vai funcionar se tiver uma boa governança, para poder montar uma gestão, e se tiver transparência, para poder entregar resultado.

Então eu escrevi o primeiro livro, *Governança Pública: o Desafio do Brasil*. Eu mostro novamente o leme, e aí nós começamos o trabalho.

Agora vem o nosso sonho! Nosso sonho!

O Bolsonaro me convidou para fazer uma palestra para todos os ministros. Eu fiquei duas horas com o Raimundo Carreiro falando. E eu quero montar indicadores de governança de toda a administração.

Conseguimos! E hoje nós estamos fazendo, e eu vou mostrar a evolução.

Uma pena que não pôde vir o Paim, porque, quando ele ouviu a minha fala: "Nardes, tu tens que ir ao Senado falar".

Eu estou aqui, mas eu tenho falado em todo o Brasil sobre esse tema, mas aqui é que estão os líderes. Quem decide é esse povo e essa assessoria que está aqui, maravilhosa, do Senado.

O que é que nós temos aqui? Qual é o papel do líder, da estratégia, das contratações, quem compra, quem passa?

Olha o que está em vermelho, inicial e inexistente. Isso aqui em 2018, 2021.

O que é isso aqui? São 381 instituições. É toda a estrutura do Estado brasileiro: ministérios, estrutura estatal, estatais, tudo.

Olha a situação: de 2018 a 2021, as 381 instituições, nós já começamos a ver a parte da gestão das pessoas.

Temos 15 milhões de funcionários, entre Estado, município e União. Quinze milhões.

Santa Catarina deve ter lá uns 200 mil, cento e poucos mil; Rio Grande do Sul tem uns 300 mil; os estados têm 6,5 milhões; os municípios, em torno de 5 a 6 milhões – são 12 milhões; a União, 2 milhões; os terceirizados passam de 15 milhões.

Toda essa estrutura sem governança de pessoas, sem treinamento, covid... Gestão de pessoas não funciona, não entrega resultado.

Então, gestão de TI é muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gestão de contratos.

Os senhores sabem quanto nós compramos por ano? Foram 1,3 trilhão de compras por ano, entre estado, município e União. Foram 1,3 trilhão.

Por isso que nós mudamos a lei, para fazer governança.

O Anastasia trabalhou aqui, e eu estive com o Anastasia. Tem que implantar a governança, tem que planejar as compras. É 1,3 trilhão, é muito dinheiro com que o Estado compra.

Então, vejam só: em 2018, a situação era mais inicial e inexistente, que é o vermelho; o amarelo, intermediário; e o verde, aprimorado. Já começa a mudar, pelo fato de nós estarmos monitorando.

Verde é um pouquinho melhor, mas ainda permanece o vermelho, o inicial e o inexistente, numa situação maior em 2021.

Estamos fazendo um novo evento. Está em andamento agora, exatamente.

Isto é bom para a equipe técnica aqui do Senado saber: são 500 perguntas e questionários, agora envolvendo novos fatores, e entre eles se veem a questão ambiental e a questão da governança como um todo. Agora, vai se chamar, em vez de Indicador Geral de Governança, iESGo, que vai avaliar a questão ambiental e a questão da governança *Environment, Social and Governance*.

Então, nós estamos trabalhando em todo o Brasil.

Mais recentemente, a gente criou a Rede Governança Brasil – que está fazendo cinco anos –, que eu montei de voluntários para nos ajudar, porque eu cheguei à conclusão de que o tribunal não pode fazer muita expansão, porque ele tem a sua formalidade, ele tem que ser uma estrutura mais rígida. Então, nós passamos a fazer um trabalho junto com a rede de governança que criamos, como a Renata está criando agora – e eu estou dando apoio para ela – a Rede Climática de Sustentabilidade, para poder viabilizar essa situação.

E aí está a Rede Governança Brasil, logo temos a Rede Climática também, para a gente buscar pessoas que nos ajudem a montar.

E aí nós montamos todo um projeto, que é fundamental e que estabelece política de governança na administração pública, autárquica e funcional, para estabelecer tanto no Poder Executivo Federal, no Judiciário e em toda a estrutura.

Esses avanços são importantes para o PL 9.163, que eu espero que seja aprovado aqui, Senador Hamilton Mourão.

Governança ambiental e sustentabilidade – já estou indo para o fim da minha fala.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos numa situação em que o Senador Amin trouxe aqui esse comentário do Gabeira, da La Niña, que vem do mar – não é? –, e tem alguns geólogos especialistas dizendo o seguinte: o futuro do planeta é voltar ao que era, à antiga Pangeia, e ficarmos um continente só.

Na verdade, nós fomos fragmentados e criamos cinco continentes. É uma teoria de um geólogo que esteve comigo recentemente.

"Nardes, quantos anos vai demorar? Serão 50 milhões, 100 milhões?" Não se sabe.

Na verdade, nós somos um grão de areia em uma ampulheta do tempo. Nós vivemos aí 70, 80 anos; para o tempo, isso não significa nada.

Governança ambiental e sustentabilidade, portanto, são fundamentais, para a gente tentar alongar a estrutura que está aí e não sermos sugados pelas águas, como estamos sendo sugados lá no Sul; e fazer políticas preventivas, para evitar as mortes e tentar salvar o ser humano.

Para onde vamos? Depende dessa capacidade, porque o planeta, em 2050, vai para 10 bilhões de habitantes.

Quando eu comecei a trabalhar... Pelo menos são as expectativas que eu tenho. Pode ser que eu esteja errado. O Brasil levando governança ambiental para o mundo. Então, nós montamos uma governança do clima.

Senador Amin, para mim, eu que saí lá das missões, a gente pensar e sonhar em fazer uma auditoria mundial do clima está dando certo, está em andamento, e eu queria que o senhor me ajudasse a divulgar isso com o Senador Hamilton Mourão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – De Santo Ângelo.

O SR. AUGUSTO NARDES – De Santo Ângelo, é.

Governança do clima.

Fizemos a primeira auditoria em 2014, na Amazônia.

Aqui criamos o Indimapa, indicadores de desenvolvimento sustentável.

Situação dos países.

As Metas de Aichi, das Nações Unidas, estabelecem que 17% têm que ser preservados em cada país. A América Latina está com 19%, isso foi feito na América Latina; médio, 52%; 1.120 áreas de reserva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está vendo aí Santa Catarina?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Estou vendo pouco no Rio Grande do Sul, mais em Santa Catarina.

O SR. AUGUSTO NARDES – (*Risos.*)

Está pouco na imagem.

Agora em 2019, já aumentamos: 1.086 o total das instituições, então numa posição amarela, intermediária; 389 e 940; mas já englobando a América Latina, o Caribe, a América Central e também a Europa, Portugal e Espanha.

Então, nós fizemos isso, nós criamos indicadores. Nós temos três indicadores. O que é necessário para montar uma área de reserva? E aí fomos trocar boas práticas com as nações mais desenvolvidas.

Isso nos inspirou – é aí que vem a grande notícia – a fazer uma auditoria mundial do clima. Eu fui a Dubai, na exposição universal, e fiz uma palestra lá na exposição universal. Michel Temer me acompanhou, e nós lançamos, em 2022, a ideia de fazer uma auditoria mundial do clima.

Aí está o Michel Temer, um representante lá dos Emirados, dos países árabes. Eu fiz a exposição dessa auditoria mundial do clima lá na exposição universal.

Não é que deu certo? Está em andamento uma avaliação global sobre as ações governamentais relacionadas à mudança do clima. Deu certo. O Brasil ainda não conhece isso, mas está em andamento. Essa é a grande notícia. É bom que a TV Senado possa transmitir, porque o Brasil não sabe dessa notícia ainda, que nós estamos fazendo uma auditoria atualmente do clima.

A ideia é ver o mundo todo, aí está o mapa que nós queremos montar. Já está em andamento, com auditorias coordenadas.

Por que eu propus auditorias coordenadas no tribunal na primeira auditoria lá na Amazônia? Porque a gente se criou entre Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Uruguai, Argentina, Paraguai. Então, a nossa convivência e a nossa relação se torna fácil para a gente pensar junto. E aí nós propusemos e deu certo, uma auditoria coordenada.

Auditing guidelines.

E aí está como estamos hoje trabalhando. Nós estamos treinando milhares de auditores no mundo todo, porque lá atrás, quando a gente presidiu – tive o prazer de presidir todos os países da América Latina, do controle –, eu vi que tinha uma janela para nós presidirmos o sistema mundial do controle. Hoje nós estamos presidindo o sistema mundial do controle, se chama INTOSAI, com sede na Áustria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós já fizemos um treinamento no México para auditores, como a gente fez na Região Amazônica, nos nove estados da Amazônia. Vamos fazer agora também em Rabat, em Marrocos; na AFROSAI-E; tudo isso comandado pelo TCU e com os países que nós formatamos, 18 países para montar um *board* de governança. Vamos fazer nesses seis pontos principais e também na Ilha Fiji, que deve desaparecer logo se não houver uma política de governança adequada.

Eu estou indo para o final da minha fala, mas estou mostrando aqui para os senhores que tudo isso é montado em cima de conhecimento técnico. Para onde vai o dinheiro? O financiamento. A governança, como é que está? E as políticas públicas? O Estado é quem mantém todas as políticas públicas, é quem direciona. Somos nós que podemos aumentar ou diminuir a questão ambiental, depende das políticas públicas.

Então, uma decisão do Senador Esperidião Amin e do Senador Hamilton Mourão aqui, ou do Senado como um todo, é importante.

Então, atualmente, nós estamos nessa situação. Nós já temos um diagnóstico global do ClimateScanner e, no ano que vem, nós apresentaremos essa auditoria em nível mundial, no pacto que vai ser em Israel.

Aí está a fala que eu fiz, juntamente com o Bruno Dantas, que é o atual Presidente, e o Vital do Rêgo, que foi Senador, que é o Relator atual. Eu fui o mentor desse projeto, junto com o Tribunal de Contas; sem os auditores do TCU não teríamos feito nada.

Então, estão aí 70 países que participaram e que já aderiram à nossa auditoria.

Obrigado, prazer em vê-los, meus amigos e meus irmãos de Santa Catarina.

Aí eu entro no processo específico do senhor, que o senhor vai relatar: Recupera Rio Grande. Mas eu tinha que dar essa visão geral para vocês entenderem que o projeto não é feito na base da improvisação, é conhecimento técnico, visão do Brasil e do planeta como um todo.

Então, está aí: Recupera Rio Grande do Sul, acompanhamento de medidas de enfrentamento da crise do Rio Grande do Sul. Nós montamos um projeto – está a Keila aqui, que é a nossa assessora lá do tribunal – que mostra todo o encaminhamento que nós vamos fazer de todo esse projeto Recupera: acompanhamento das medidas do Rio Grande do Sul. Eu sou Relator da área da defesa; o Ministro Vital é da área da infraestrutura e o Ministro Jhonatan é da área econômica e dos impactos fiscais.

Tem um vídeo que eu vou mostrar. Eu não sei se no vídeo dá para mostrar. Qual é o vídeo que está aqui? Aí é o Rio Grande. Já implantamos a governança. Dá para botar som aí?

(Procede-se à exibição de vídeo.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AUGUSTO NARDES – Isso foi sábado e domingo. Estava ventando muito.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. AUGUSTO NARDES – Está ruim o som.

Pode deixar que eu traduzo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. AUGUSTO NARDES – Pode passar.

Esse é o Prefeito do Rio Grande, que implantou a governança. Na situação dele, não teve nenhum óbito. Podem ser evitados os óbitos com governança, com prevenção. Lá não teve nenhum óbito; onde não foi implantado, tem óbitos.

Então, pode passar.

O final da minha fala aí.

Governança significa a capacidade de quem quer ajudar o Rio Grande. Por favor, quem quiser mandar um Pix... Realmente, o estado está sem dinheiro.

Vamos ter muitas vacas magras e muitas vacas morreram também. Tragédia no rebanho e tragédia no arroz. Essa importação de arroz agora abalou todo mundo lá no Rio Grande do Sul. Uma tragédia a importação do arroz, porque tem arroz suficiente no mercado – 90% do arroz foi colhido –, mas o Governo tomou a decisão, respeitamos a decisão do Governo.

Para finalizar, então.

É uma escada, não é? Para chegarmos, nesses 12 anos, foi toda uma escada montada, para que a gente possa fazer a esperança voltar a acontecer no Brasil, ou, especialmente, no Rio Grande, agora.

Como montar desenvolvimento sem estratégias, sem direcionar, sem avaliar, sem monitorar? A inovação é muito importante. A questão da avaliação de risco, que eu já mostrei, é fundamental. Avaliar risco tem que ter. Aliás, os senhores avaliam risco o tempo todo, os técnicos que estão aqui.

Confiança. Para buscar investimento tem que ter confiança. Sem confiança, não temos investimento. Mas a base de tudo isso, para poder subir esta escada e ter desenvolvimento, se chama governança. Eu virei um apóstolo da governança.

Então, está aí o nosso tema. É por isso que eu escrevi o último livro, *Da Governança à Esperança*. Sem governança, não tem esperança. E o povo quer resultado! E o povo está cansado. Muda Presidente, muda Governador, muda Prefeito, e não se entrega resultado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estou terminando, mas sem deixar de afirmar que estou entusiasmado, com fé, porque muitas coisas que nós não tínhamos conseguido, hoje, já conseguimos. Já temos indicadores em toda a administração pública.

Já falei com o Rui Costa, mostrei para ele. Falei com algumas lideranças do Governo atual. Eu estou otimista de que o Governo atual vai implantar a governança. Espero que haja essa convicção, que caia a ficha de quem lidera, seja o ministério A, B ou C.

Então, Senador Amin, fiquei muito honrado com a sua presença, especialmente, porque o Senador Hamilton Mourão vai ser o Relator. Eu estou à disposição para qualquer tipo de questionamento e perguntas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Autorizado, Senador Amin!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Gostei do "autorizado". Permissão concedida.

Eu gostaria de cumprimentar o meu amigo Augusto Nardes, missioneiro que eu conheço, há muito tempo. Como Deputado, Senador Mourão, o Augusto Nardes não era portador de boas, nem de más notícias, ele sabia de todas. Ele era capaz de ir a um casamento em Bagé e, daqui a pouco, estar em Torres, em um batizado, e, mais tarde, em Santo Ângelo, em um funeral. Tudo isso com uma frequência que levava muitas pessoas até a imaginar que ele tinha adquirido o dom da ubiquidade, traindo os jesuítas e filiando-se ao Santo Antônio de Pádua ou de Lisboa.

Mas eu quero fazer apenas duas observações. Primeiro, quero cumprimentá-lo do ponto de vista pessoal, do ponto de vista político, como seu companheiro, como seu amigo e, eventualmente, como Senador, por defender uma ferramenta – ferramenta até diminui –, mas um grande cobertor para políticas públicas.

Eu sou um defensor intransigente da gestão pública por indicadores. Meus dois trabalhos acadêmicos e algumas atitudes como Governador me levaram a isto: gestão pública por indicadores. Porque a governança, sem um leme que funcione, pode perder o rumo. Por isso a bússola é muito importante, e o indicador é a grande ferramenta para se respeitar a diretriz, o rumo e avaliar, acima de tudo avaliar, avaliar *online*, com a tecnologia que nós temos.

Então, acho que o senhor está cumprindo um papel histórico ao impressionar tanto o Tribunal de Contas quanto os tribunais de contas estaduais e as organizações internacionais a terem essa base, esse fundamento do indicador e a criação de metas e diretrizes compatíveis e avaliáveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vivendo, a propósito, um quase vácuo do Plano Nacional de Educação. No dia 25 de junho, expira o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, em 25 de junho de 2014. O que se sabe é que nós não cumprimos sequer 50% das metas, sequer 50% das metas do Plano Nacional de Educação, que é, sem dúvida, um plano de médio e longo prazo. E, se esse vai mal, pouca esperança sobra para os demais campos de atividade. E nós contamos com vários elementos de avaliação, inclusive do Tribunal de Contas da União, e os mais notáveis são os do Ipea.

Então, eu queria me congratular com essa sua obstinação, com essa determinação e obstinação muito elogiáveis e pedir que tenha energia para prosseguir.

Em segundo lugar... Eu não sei se eu cheguei a lhe entregar na reunião, acho que sim. Este aqui é o resumo da sessão de debates temáticos sobre o El Niño que nós fizemos aqui, no Senado, em outubro do ano passado, inclusive com a participação profética do Senador Mourão.

Eu gostaria só de, já que o senhor fez uma referência especial ao El Niño e ao La Niña... Na semana passada, o nosso campeão da climatologia Carlos Afonso Nobre foi, ingressou, recebeu uma comenda internacional na condição de guardião do clima. Uma organização internacional lhe conferiu essa comenda. Ele relata aqui, na p. 19 deste pequeno livrinho que eu vou lhe entregar, como é que, em julho de 1983, ele me explicou o que era o El Niño.

Nós estávamos apanhando, apanhando muito, na enchente de 1983, quando ele foi lá, foi a Florianópolis, por solicitação de um colega do ITA, Instituto Tecnológico da Aeronáutica, chamado José Damiani, de Tubarão, da região de Tubarão, foi me visitar e me explicou o que era o El Niño e, por consequência, o que era o La Niña e os efeitos que ele produziu, e naquela época produzia a maior enchente da história de Santa Catarina, com cinco repiques, cinco repiques. Eu disse isso lá em Canoas, acho que o Senador Mourão se lembra: o último repique foi à luz do luar. Blumenau, uma noite de luar e a água subindo. Por quê? Porque chovia nas cabeceiras, como nós dizemos, chovia no Rio Itajaí do Sul, Itajaí do Oeste, Itajaí do Norte e a água vinha para Blumenau. O último repique daquela enchente, que durou mais de 40 dias, com empresas que ficaram fechadas durante cinquenta e poucos dias, foi à luz do luar, de maneira até irônica, não é?

Então vou entregar, como forma de aplauso, com votos de que V. Exa. prossiga nessa sua tarefa.

Eu, de minha parte, vou ter que visitar a sede do meu partido agora. Peço licença.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Ministro Nardes, vamos atender aqui uma pergunta feita pelo pessoal do e-Cidadania. É importante, com o seu conhecimento, responder.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu achei essa aqui interessante, da Emanuelle, do Mato Grosso, que pergunta: "Qual é o impacto orçamentário previsto para a implementação da política de governança proposta pelo TCU?". O senhor tem noção disso aí?

O SR. AUGUSTO NARDES (Para expor.) – O custo depende de cada estado, de cada município, de cada circunstância. O custo das regras de governanças não é caro, porque basicamente é treinamento, é preparação das equipes em todas as instituições públicas do país. Por isso que nós estamos fazendo, através da Rede Governança Brasil, cursos, chamados Pronagov, que a gente faz de forma *online*, e estamos fazendo, já fizemos para 300 municípios, de forma gratuita. O primeiro curso são 43 horas, a gente orienta como deve ser implantada a governança. Mas é claro que, dependendo da circunstância e da busca de um aprimoramento maior, que precisa de mais tempo, aí vai ter custo, claro, de pagar os professores, o deslocamento, quando for presencial.

Então, para implantar a política de governança, é necessário treinar as pessoas, porque tudo depois se compõe na busca da eficiência, da eficácia, aí se faz um bom curso de integridade, já diminui, por exemplo, se faz uma economia em relação a desvio, fraude, corrupção. Se faz um bom curso de avaliação de risco, certamente se vai diminuir o custo na decisão de tomada, especialmente em relação a compras. Comprar com avaliação de risco é muito importante. A nova Lei 14.133 estabelece que agora temos que ter planejamento de governança para fazer compras, para evitar que medicamentos fiquem apodrecendo, ou para começar obras que não tenham um projeto básico bem feito e que possam dar um resultado negativo, com obras inacabadas, prédios abandonados.

Então, a governança, no meu ponto de vista, sendo bem montada, vai fazer economia para o país. É claro que tem que ter regras iniciais, que são fundamentais tendo uma administração pública. E por isso é importante melhorar a governança de pessoas. Quando você faz uma governança de pessoas adequada, treina bem as pessoas, entrega um medicamento mais adequado; quando faz uma boa governança de pessoas num hospital, você tem um enfermeiro ou uma enfermeira mais preparada para aplicar os medicamentos e salvar vidas. Então, a governança é uma forma... É um pouco mais demorada para implantar, mas, depois que a máquina está funcionando, ela passa a economizar e trazer dividendos para toda a administração pública.

E aí também tem outra coisa mais importante: passa a entregar resultados. Sem governança, não tem resultado. O que acontece na maior parte das prefeituras, dos municípios, dos estados e da União? Muita demanda, sem avaliar, sem avaliação de risco, e a tomada decisão é feita de forma precipitada. Consequência: começam os projetos de forma errada, e não se entrega resultado, porque não tem o treinamento, não tem a governança de pessoas, não tem a governança de integridade, não tem a governança de avaliação de risco, não tem a governança de TI.

TI é fundamental. Tem a nova lei, de que eu fui inclusive Relator, a Lei Geral de Proteção de Dados, que é muito importante para proteger os dados. Esse é um tema extremamente novo e que,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim como a inteligência artificial, também começa a aparecer como um tema central para a administração futura.

Então, eu responderia a pergunta dizendo que a governança pode trazer economicidade, mas é necessário investir um pouco na estrutura, que tem gente preparada. Certamente agora a rede climática de sustentabilidade, que a Renata está fundando e à qual eu estou dando apoio, bem como a Rede Governança, que nós temos... Nós temos voluntários de toda parte do Brasil. Eu tenho hoje na Rede Governança 650 voluntários. A Renata já tem uma série de voluntários que vão começar a treinar e trabalhar em conjunto. Hoje mesmo o Senado tinha um dia especial, de 25 anos da lei da educação ambiental – foi em 1999 –, e a gente encontrou muitas pessoas apaixonadas pelos movimentos sustentáveis. Então, a gente começa a trabalhar e a criar uma política de governança na nação e começa a ter uma política também de proteção climática e de troca de boas práticas. Isso vai acontecer agora com todos esses países que já estão participando da nossa auditoria.

Então, eu poderia ficar muito tempo falando aqui, mas eu acho que vai dar a economia no médio e longo prazo. No curto prazo pode ter um custo, um custo mínimo para preparar as pessoas, mas aí começam a se tomar decisões mais eficientes e eficazes.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito bem, senhoras e senhores, nós acompanhamos essa brilhante exposição do Ministro Augusto Nardes, e eu sou testemunha do apóstolo que ele tem sido sobre essa questão da governança.

Eu lembro que, quando nós estávamos para iniciar o nosso Governo, o senhor me procurou exatamente para tratar desse assunto, da criação de centros de governo. Eu participei de um seminário que o senhor promoveu lá no Tribunal de Contas a respeito do assunto. Lamentavelmente, não conseguimos implementar essa questão dos centros de governo, que eu considero fundamental para que não haja desperdício dos enormes recursos que são colocados nas mãos dos governos aqui no país.

E, lamentavelmente, nós temos instrumentos hoje de governança, mas que não são seguidos. Então, o senhor pega o Plano Plurianual. O Plano Plurianual é um guia para que o Governo avance em projetos que são de importância para o país como um todo. O governo que entra, no primeiro ano dele, trabalha no plano que foi feito pelo governo anterior. Mas o que nós vemos? Nós vemos que todo mundo rasga isso e começa do zero novamente, por isso a quantidade de obras inacabadas, por isso que nada termina.

Enquanto nós não tivermos efetivamente um projeto para o Brasil que independa do governo de turno... Eu me canso de dizer isto: o Brasil tem que ter um rumo, o governo A pode ir por aqui, o governo B por aqui, mas o rumo é o mesmo. Não podemos andar em zigue-zague como nós temos andado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o senhor conte, neste Senado, com um grupo forte de Senadores que entendem e que estão prontos para aprovar o projeto de lei da lei da governança, que é um passo para nós termos um instrumento de pressão de forma que o país deixe de desperdiçar recursos e consiga efetivamente, como o senhor colocou aqui, determinar, avaliar e monitorar. Porque, se não fizermos isso, nós vamos continuar marcando passo e continuaremos um país preso nas suas próprias idiossincrasias, preso na armadilha da renda média, sem darmos o retorno para a população que paga imposto e que nos sustenta.

Eu queria cumprimentar o senhor, como gaúcho. Na nossa região missioneira, eu fui comandante de unidade em Ijuí, logo ali do ladinho de Santo Ângelo, que carinhosamente a gente chama de Los Angeles. E queria dizer que estamos prontos sempre para receber esses seus conhecimentos, suas orientações, principalmente agora, neste momento difícil do nosso estado. Se esse processo de reconstrução não for conduzido com uma boa governança, vai levar a desperdício de recursos. Vi que o tribunal está preparado em três níveis – em três direções, vamos dizer assim – para acompanhar esse processo e vai ser importante essa orientação e esse guia do tribunal, tal a quantidade de recursos que vem sendo colocada e ainda tem que ser colocada no estado, porque a situação é muito difícil.

Hoje nós temos, em uma avaliação inicial, 44 mil empresas, desde as menores até as maiores, dentro da área inundada. Essas empresas representam mais de um terço do PIB do Rio Grande do Sul; então, daí dá para aferir o impacto que nós teremos na geração de emprego, na geração de renda e, obviamente, na economia do estado.

Muito obrigado, Ministro. É sempre uma satisfação, uma honra e um privilégio ombrear com o senhor nesse seu apostolado.

Parabéns.

O SR. AUGUSTO NARDES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não havendo quórum para prosseguirmos na análise dos requerimentos, eu declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 36 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e três minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul com a presença dos Senadores Hamilton Mourão, Ireneu Orth, Jorge Kajuru, Alessandro Vieira, Astronauta Marcos Pontes, Leila Barros e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Weverton, Cid Gomes, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Wilder Moraes e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul nº 11, de 2024** que: "Requer a realização de diligência externa em Lajeado (Rio Grande do Sul) com o objetivo de conhecer os efeitos do desastre climático no Vale do Taquari." **Autoria:** Sen. Hamilton Mourão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul nº 12, de 2024** que: "Requer Audiência Pública para debater os Deslocamentos internos e a tragédia do RS" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul nº 13, de 2024** que: "Requer Audiência Pública pra ouvir o FORIPES/RS" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/06/11>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 5, de 2024, com a finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e de apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimento, conforme pauta já publicada, proposto pelo Senador Mourão, para o nosso deslocamento para o Rio Grande do Sul.

Deliberação de requerimento.

Passamos à apreciação do requerimento de pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº , de 2024

Requer a realização de diligência externa em Lajeado (Rio Grande do Sul) com o objetivo de conhecer os efeitos do desastre climático no Vale do Taquari.

Autoria: Senador Hamilton Mourão

A matéria está em discussão.

Passo a palavra, se assim nos prestigiar o Senador Mourão com a sua fala de abertura.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Bem, Presidente, eu acho que o requerimento é autoexplicativo.

Quero apenas enfatizar que aquela região do Vale do Taquari foi uma das mais duramente atingidas e já vinha de dois acidentes climáticos que ocorreram no ano passado, um em setembro e outro em novembro. Consequentemente, é uma região que está muito agredida por essa situação, traumatizada.

E acho também que seria importante, se fosse possível, Presidente, que a gente puxasse aqueles Prefeitos da região ali do Vale do Rio Pardo e do Rio Pardo, para que se encontrassem lá com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A gente pode fazer um convite para eles também, porque foi onde começou.

As primeiras enchentes começaram ali em Sinimbu, Candelária, na própria Santa Cruz, e depois avançou ali no Vale do Taquari e, finalmente, na região da Grande Porto Alegre.

Então, com isso, nós conseguiríamos...

Já ouvimos lá na área da Grande Porto Alegre e agora iríamos ouvir nessa região.

Com isso, acho que a nossa Comissão teria se desdobrado para atender às áreas mais atingidas por esse acidente climático.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Palavra do Relator, o Senador Mourão, que justifica essa sua iniciativa, que foi transformada no requerimento que nós vamos colocar em votação.

Consulto o Plenário sobre...

O requerimento dele já foi aprovado ou não? (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, tá. Isso.

A matéria está em discussão.

Nós vamos falando ao longo da reunião. Não há necessidade de eu reafirmar tudo que o senhor colocou, com muita propriedade.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Coloco em votação o Requerimento nº 11, de 2024.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Itens extrapauta.

Votação em globo.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade da inclusão extrapauta dos Requerimentos nºs 12 e 13, ambos de minha autoria.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 2.

EXTRAPAUTA**ITEM 2****REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS
ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO
GRANDE DO SUL Nº 12, DE 2024**

Requer Audiência Pública para debater os Deslocamentos internos e a tragédia do RS



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Esse é um dos requerimentos por tudo aquilo que nós temos dito aqui, com os devidos convidados.

Item 3.

EXTRAPAUTA**ITEM 3****REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS
ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO
GRANDE DO SUL Nº 13, DE 2024***Requer Audiência Pública pra ouvir o FORIPES/RS***Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS)

É para ouvir o Fórum das Universidades Públicas e Institutos Federais do Rio Grande do Sul sobre a tragédia que acontece no nosso estado.

Eu vou justificar – se V. Exa. assim entender – rapidamente os dois requerimentos, os requerimentos dos quais já fiz a leitura.

Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Os deslocamentos internos e a tragédia do Rio Grande do Sul".

Explico de onde surgiu esse requerimento rapidamente e depois aqui posso apresentar a justificativa.

Eu fui Presidente e Vice-Presidente da Comissão sobre refugiados, emigrantes e imigrantes, que funciona aqui no Senado. De lá, os assessores que me deram a cobertura lá no debate, que continuamos fazendo lá, me falaram que nós vamos ter um grande deslocamento interno da tragédia do Rio Grande do Sul. Seriam, então, os refugiados internos, como símbolo da fala.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cidade do Rio Grande do Sul vai ser deslocada, toda ela, e esses convidados que nós estamos trazendo aqui têm experiência nesse sentido, como a Acnur e a própria ONU.

Então, vou rapidamente fazer a justificativa, conforme está no requerimento.

Ao longo dos anos, os deslocamentos internos no Brasil foram motivados, principalmente, por fatores econômicos, porém temos identificado que as calamidades humanas, como o rompimento de barragens – a exemplo de Brumadinho – ou outras calamidades naturais, como enchentes e secas, têm assumido o protagonismo nesse processo.

A recente tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul é, sem dúvida, a maior catástrofe natural da história do país e provocará, pela primeira vez, deslocamentos internos, em massa, por efeitos climáticos.

Conforme dados do boletim sobre o diagnóstico da catástrofe, divulgado na última sexta-feira, 95 municípios gaúchos decretaram calamidade pública e 348 enfrentam emergência.

Em todo o Estado, 30.442 pessoas estão em abrigos e 572.791 estão desalojadas.

Muitos desses milhares de desabrigados viviam em locais que foram completamente destruídos – além de destruídos, se der outra enchente, eles serão expulsos, mais uma vez, daquele local pela força das águas – ou severamente danificados e cuja reconstrução dos lares, devido à situação de estarem próximos ao rio, é desaconselhável ou até mesmo inviável, conforme algumas prefeituras já nos informaram.

Plantações foram perdidas, inúmeros animais morreram. A suinocultura gaúcha estima em 12,6 mil suínos mortos, a avicultura aponta 279 mil aves de corte e 150 mil aves poedeiras mortas, além de 4,5 mil cabeças de gado perdidas – 4,5 mil cabeças de gado perdidas!

Quanto ao setor empresarial, estima-se que 48,3 mil indústrias foram atingidas, que representam 94,3% dessa atividade econômica e empregam 818,3 mil pessoas no estado.

Oportuno, portanto, o debate sobre os deslocamentos internos – vai ter, inclusive, empresas que vão ter que se deslocar – com foco na tragédia do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, solicito aos nobres pares o apoio para a aprovação do presente requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como vão ser votados em bloco, eu vou já fazer aqui a leitura deste, que é bem mais curto, inclusive a justificativa.

Senhores e senhoras, requeremos, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ouvirmos o Fórum das Universidades Públicas e Institutos Federais do Rio Grande do Sul sobre a tragédia climática no nosso estado.

Justificativa.

Recebi ontem os reitores, que tiveram uma audiência com o Presidente Lula, depois me ligaram para que eu pudesse recebê-los na Comissão de Direitos Humanos e me apresentaram este pleito, que eu justifico aqui rapidamente.

Recebi em agenda os reitores das universidades e dos institutos federais de educação, representantes do Fórum das Universidades Públicas do Rio Grande do Sul, em 10 de junho de 2024, nesta Casa Legislativa.

Em decorrência do referido encontro, recebemos sugestão desses reitores de universidade e também dos institutos, no sentido de que fizéssemos um debate, com o qual eles podem colaborar muito, pertinente à catástrofe climática ocorrida no estado.

Entendo pertinente e necessária a contribuição acadêmica para a recuperação do estado gaúcho. Proponho, então, a presente audiência pública, contando com os nobres pares para a aprovação do requerimento.

Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco dos requerimentos constantes na pauta.

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos. *(Pausa.)*

Não havendo, coloco em votação os requerimentos constantes da pauta.

Os Parlamentares que aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serão audiências públicas aqui. Eles se deslocam e vêm aqui. E, caso eles queiram também fazê-las no estado, os três Senadores, sendo de lá, podemos agendar uma data. Eu vou deixar essa liberdade com eles.

Se o senhor concordar, as audiências podem ser aqui, e, se estivermos os três lá, as faríamos com a presença dos três representantes da Comissão – claro que todos serão convidados –, se os outros não puderem estar lá. *(Pausa.)*

Não, agora nós vamos discutir sim, porque temos que...

Nós já conversamos um pouco que é fundamental – já falei com você também – que coloquemos aqui, em público, a nossa diligência, proposta pelo Senador Mourão. E o que é que nós pensamos? Já conversei um pouco aqui com ele, e ele disse que, da parte dele, podemos ajustar naturalmente aqui.

Qual seria o roteiro da diligência? Sugestão da data...

O Senador Astronauta chegou aqui agora, sempre presente.

A diligência da Comissão no Vale de Taquari seria focada em três eixos: manutenção do emprego – o setor agrícola pediu-nos muito que cuidássemos dessa área –; reconstrução de mais de 5 mil casas que foram destruídas, e tem aqui uma observação: além de reconstruir as casas, é necessário reposicioná-las em outros locais, pois, em alguns casos, não é possível reconstruir no mesmo local. Então, nós vamos ouvi-los.

Sugestão: baseado no seu requerimento, Senador Mourão, a primeira visita seria direto a Lajeado; visita depois à cidade de Roca Sales. A cidade foi devastada. E visita a uma propriedade de agricultura familiar. Ainda não foi visitada por nenhuma comitiva, essa cidade de Roca Sales. Lajeado já foi. Mas abrangeria toda uma região, como o senhor justificou muito bem, em que estariam presentes.

Visita a Encantado. Propuseram lá que nós visitássemos a empresa Dália, que é uma cooperativa da cadeia de proteína animal. Eles vão ver tudo que aconteceu e como é que eles se encontram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a audiência pública, teríamos aqui, que faríamos lá... A audiência pública é aquele trivial, não é? Nós falamos um pouco, eles entregam um documento para nós, e de lá, as demandas a gente traz e encaminha, se for o caso, para o Presidente da Casa, como temos feito, e outras para os ministérios correspondentes, já que nós não temos condição de entregar. Nós temos que trazer as demandas e encaminhar pelo Legislativo ou pelo próprio Executivo.

Há duas propostas. Uns entendem, aqueles que estão organizando lá... E quero tomar aqui a liberdade de dizer que uma das duas pessoas que eu achei possível consultar, com essa nossa ida lá, numa região que é quase o principal foco, por isso seu requerimento é muito adequado para este momento, foi o Deputado Marcon, porque ele é o Coordenador da bancada gaúcha, então ele coordena a nossa bancada de três Senadores e 31 Deputados, ele coordena e está coordenando muito bem. Ele conhece as demandas, o que está acontecendo ou não, já estive na região e foi um que ajudou na construção dessa agenda.

E a outra é a minha primeira suplente, que é a Cleonice. A Cleonice é uma trabalhadora rural, uma pequena produtora. Claro que ela se defende bem lá. Eu sempre digo que ela e o marido dela... Eu digo dele, ele, eu digo, é um homem com "h" maiúsculo. Por que isso? Só dou aqui um detalhezinho: na campanha, ela grávida, na minha última campanha, lá atrás, agora eu não sou mais candidato, só sou parceiro do bom combate, lá atrás, ela viajou o estado todo comigo. Quando ele podia, ele ia. E têm uma menina linda lá. Mas ela é da área, trabalha na área, conhece e está ajudando a organizar.

Sugestão de convidados que poderão ser indicados, outros convidados para a audiência pública. O que podemos fazer... Eu chamo de audiência pública, mas é um ato formal ali, e de não muito tempo, não é? Eu acho que o importante é nós vermos como é que está a situação – já conversamos sobre isso, não é, Senador Mourão? –, como é que está a situação da população. Ele mesmo me dá o relato das últimas visitas que ele fez. Eu peguei uma bactéria, foi em uma dessas visitas também, que me deixou cinco dias num hospital aqui em Brasília. Tive alta nesse fim de semana e consegui vir trabalhar hoje.

Convidados para a audiência pública: Presidente do Codevat; Presidente da Associação Comercial; sindicatos e movimento social; e aí o Líder da bancada, como Deputado Federal, e Prefeitos. Aí nós poderíamos aqui, Senador, nós podemos chegar por Lajeado e termos ali uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recepção, conversar um pouco, e depois irmos, se assim nós entendermos, nós irmos a outras duas cidades, que são Roca Sales e Encantado.

Em Encantado, eu gostaria que fosse lá. Agora, Lajeado, se for lá, também não há problema. Já receberam o Presidente da República e diversas comissões. Eu apenas... Faríamos, conforme está no seu requerimento, a chegada em Lajeado, que é o nosso ponto de partida. Faríamos ali um bate-papo, uma conversa; podemos ver ali alguns Prefeitos, como o senhor mesmo colocou; e, depois, iríamos então a Roca Sales, fazendo uma visita, praticamente como fizemos ali em São Leopoldo, e, depois, faríamos o fechamento em Encantado. Dali, nós seguimos caminho. *(Pausa.)*

O Senador Esperidião Amin está vindo com o Embaixador do Japão. Pediu para avisar aos membros da Comissão.

Mas essa é a proposta de roteiro. Podemos adaptar agora ou mesmo depois, sem nenhum problema. Se tiver que mexer, eu mexo. Aqui prevalece democraticamente – e é assim que tem que ser, não é? – a vontade dos Senadores. Se entenderem que deve ser uma cidade ou outra, ou não, nós faremos, porque eles aqui nos apresentaram – veio lá do Sul – uma sugestão de roteiro, para somar neste momento.

Senadores, podemos nos guiar por aqui?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Podemos. Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E qualquer alteração que tivermos de fazer a gente faz. Não tem problema nenhum, seja reunir com os prefeitos em Encantado ou mesmo em Lajeado.

Então, aqueles que concordam com o requerimento, como eixo do nosso roteiro, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu não sei se agora é hora, mas não sei se a Renata...

Qual é o nosso maior problema, Renata?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos falar aqui rapidamente.

Aqui é a questão do deslocamento, não é? Eu falava com o Senador Mourão e ele também pode ver o que ele pode... *(Pausa.)*

Isso! De Canoas para Lajeado, Encantado e Roca Sales. *(Pausa.)*

Astronauta, tem uma solução? *(Risos.)*

Você é astronauta, não? *(Risos.)*

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – A gente vai ter que arrumar um ônibus.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! Ou duas vans, né?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Ou duas vans.

Então, vamos ver se a gente consegue alugar. Se não conseguir alugar, vamos pedir apoio, não é? A gente pode pedir apoio e pagar o combustível. O combustível nós podemos pagar com a nossa cota.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perfeito! Da nossa cota.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

A criatividade do Senador Mourão, de imediato, aí... Se for possível, nós ajudamos.

Eu queria, com muita satisfação, cumprimentar o Senador Esperidião Amin e o Embaixador do Japão, com quem eu já tive a satisfação de me encontrar no aeroporto.

Convido os dois a sentarem aqui à mesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TEIJI HAYASHI (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Presidente. É um prazer outra vez!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O prazer é nosso.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Embaixador, como é que está? É um prazer.

O SR. TEIJI HAYASHI (*Fora do microfone.*) – É um prazer!

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone.*) – Prazer, Embaixador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O Senador Marcos Pontes foi o homem que voou mais alto aqui. (*Risos.*)

Eu tomei a liberdade, Sr. Presidente... Nós estamos constituindo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sentem-se aqui um pouquinho. Sentem-se aqui à mesa.

O SR. TEIJI HAYASHI (*Fora do microfone.*) – Obrigado! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sente-se aqui também. Aí já tiramos uma foto todos juntos. Sente-se aqui.

Isso!

Permita-me só, Senador Esperidião Amin, dizer que o Embaixador fez a gentileza de, num dia desses – eu estava aqui em Brasília –, me convidar para ir até a Base Aérea, onde estava entregando...

O SR. TEIJI HAYASHI (*Fora do microfone.*) – Purificadores de água.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Setenta e cinco...

O SR. TEIJI HAYASHI (*Fora do microfone.*) – Setenta e cinco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Setenta e cinco purificadores de água, que, de imediato, a Força Aérea levou para o Rio Grande do Sul.

Mas eu passo a palavra ao Senador Esperidião, que o trouxe aqui; em seguida, para o Embaixador; e ao Senador Astronauta também. Nós não encerramos a sessão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só queria justificar a minha iniciativa... Primeiro, eu quero cumprimentá-lo pelo restabelecimento. Está mais risonho do que estava antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas estou tomando antibiótico. No mínimo um por dia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está 10kg mais magro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Emagreci um pouquinho. Isso é verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso aí é uma questão a ser apurada, mas eu não quero... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Emagreci um pouquinho mesmo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu tomei a liberdade, Sr. Presidente, nosso Relator da Comissão, Senador Mourão, Senador Marcos Pontes... Nós estamos iniciando daqui a pouco a sessão de constituição do Grupo Parlamentar Brasil-Japão. Foi uma proposição da Senadora Damares, e daqui a pouco nós vamos ter que nos deslocar para lá.

Ocorre que não apenas em colaborações como essas que o senhor referiu, eu, pessoalmente, naquele nosso encontro em Canoas, falei tanto com o Governador quanto com o Prefeito de Canoas, que lá estava, e com outras autoridades locais que nós de Santa Catarina sempre nos beneficiamos muito e estamos nos beneficiando da experiência do Japão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Através da JICA (*Japan International Cooperation Agency*), nós firmamos o primeiro convênio em 1985, logo depois das enchentes de 1983 e 1984, e acho que todos nós sabemos o que o Japão construiu em matéria de prevenção e enfrentamento de desastres climáticos – naquela reunião de novembro do ano passado nós evocamos isso várias vezes.

Então, achei que era prudente, aproveitando a presença do Embaixador, interromper por alguns minutos o nosso trabalho para renovar publicamente esta minha manifestação. Acho que a nossa Comissão, que eu tenho a honra de integrar e que o senhor preside, tem muito a contribuir para o objetivo de ajudar o Rio Grande do Sul de todas as formas, e trazer a experiência do Japão, comprovada acho que de uma forma ou de outra por todos nós, é a razão pela qual eu estou tomando a liberdade de interromper a nossa reunião, aproveitando a presença do Embaixador Teiji Hayashi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não interrompe com a presença do Embaixador Teiji Hayashi – ainda bem que o senhor falou antes para me ajudar a pronunciar. (*Risos.*)

Que ele use a palavra aqui. Será uma satisfação ele falar aqui na Comissão Externa da crise do Rio Grande do Sul – da catástrofe, quase, eu diria –, pelo sistema de comunicação da Casa, com a TV e a Agência Senado.

O SR. TEIJI HAYASHI (Para expor.) – Muito obrigado, primeiro, ao Presidente Senador Paim, também ao Senador Mourão e ao Senador... obviamente, às autoridades...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Astronauta, senão ele fica bravo. (*Risos.*)

O SR. TEIJI HAYASHI – Sim.

Primeiro, hoje é um dia comemorativo para o Japão e para o Brasil porque estabelecemos o grupo de Senadores de amizade entre o Brasil e o Japão.

Então, estou muito satisfeito e honrado com essa criação do grupo parlamentar. E, além disso, também como o Senador Paim mencionou, nosso país, o povo japonês mostra muita





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solidariedade com o povo gaúcho. Há duas semanas entregamos, como explicou o Senador, 75 purificadores de água à Força Aérea para levá-los ao Rio Grande do Sul.

A nossa ajuda, a nossa solidariedade não termina com essa assistência emergencial, mas também estamos pensando em maiores cooperações com o Rio Grande do Sul. Por exemplo, aqui em Brasília, com um projeto de cooperação técnica existente, temos um especialista japonês em deslizamento de terra, que está trabalhando no Ministério da Integração Regional. Então, estamos pensando em mandar esse especialista ao Rio Grande do Sul. Ouvi dizer que, na área montanhosa, também houve vários deslizamentos de terras.

E também estamos pensando em outras ajudas, como a assistência financeira, para apoiar o gaúcho.

Eu mesmo visitei Porto Alegre em novembro do ano passado e falei com o Governador sobre essa possibilidade de cooperação na área de prevenção de desastres naturais – antes de concretizar, não é? Infelizmente aconteceu esse desastre natural histórico. Mas com seu vizinho, Santa Catarina, já tivemos vários projetos de cooperação na área de defesa civil, sobretudo para prevenir enchentes e outras coisas.

Então, eu acho que podemos trabalhar também com o Rio Grande do Sul, sobretudo para a prevenção de desastres naturais. Eu gostaria de contar com o apoio do Senador Paim e de outros Senadores aqui no Brasil, para desenvolver esse tipo de cooperação com o Rio Grande do Sul.

Para terminar, eu gostaria de aproveitar esta ocasião para reiterar nossa solidariedade ao povo gaúcho. Muito obrigado. *Arigatou gozaimasu. (Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Embaixador do Japão, Teiji Hayashi, por seu gesto de solidariedade, que não é só um gesto, e também com ações como essa dos purificadores. E também, o senhor dizia, naquela oportunidade, da possibilidade de uma ajuda financeira, de que o Rio Grande do Sul precisa, e muito.

Eu fico feliz de saber que o senhor está em contato também, já, com o Governador Eduardo Leite e que V. Exa. também esteve aqui com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo relato que me passou, dando todo o apoio ao Brasil neste momento tão difícil, principalmente para o Rio Grande do Sul.

Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Opa, pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero registrar a presença do nosso Vice-Presidente, Senador Irenê.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nosso Vice-Presidente está presente. Muito bem, bem lembrado.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. É só para cumprimentar o Embaixador Hayashi Teiji, que está aqui conosco, agradecer pela disponibilidade de nos ajudar, sem dúvida nenhuma, muito importante aqui para o nosso país e o Estado do Rio Grande do Sul.

E quero dizer que eu tive a oportunidade de trabalhar, durante três anos, com o Japão, em Tsukuba, como representante da NASA, no desenvolvimento dos testes no laboratório japonês. E foi uma época muito interessante da minha vida, eu pude aprender muito. Eu sei muito bem da capacidade que o Japão tem em responder rapidamente e desenvolver tecnologias com uma velocidade incrível. Aliás, era o único país que ficava à frente do cronograma de construção das peças da NASA. Então, eu tenho certeza de que essa colaboração, essa cooperação vai nos ajudar, e muito.

Então, já me coloco à disposição também aqui.

Parabenizo pelo Grupo Brasil-Japão, que é muito importante, e faço questão de fazer parte também do grupo, de participar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. Contamos aí com o Japão, como sempre, com uma mão muito amiga junto conosco no Brasil. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Astronauta, pela sua fala rápida e objetiva, que mostrou a experiência que tem em nível internacional, com elogios ao Japão, naturalmente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Já vamos trazer a ficha de filiação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De filiação eu não digo, mas, se você trouxe aqui, pela sua iniciativa, o abaixo-assinado, eu tenho certeza de que todo mundo aqui vai estar na frente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Opa! Fico muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... dos Parlamentares em relação ao nosso querido Japão.

Eu estive lá uma vez, viu? Vou contar isso rapidamente, que eu já contei para ele. Logo que eu cheguei aqui, tinha uma comitiva que ia ao Japão, com empresários e Parlamentares. Daí, uma das exigências do povo japonês era de que eles queriam que um operário fosse, só que, naquela oportunidade, só tinha eu, e lá fui eu, negro e operário, conhecer o Japão. Foi uma alegria conhecer o Japão, viu? Parabéns por tudo lá. Ficamos lá um mês, e foi uma maravilha: o tratamento, a cortesia que eles têm, a gentileza...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Vamos deixar combinado isso com os japoneses, essa exigência. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exijam um operário negro, daí com certeza eu vou. Deu certo, deu certo.

O Senador Ireneu quer usar da palavra? E daí nós encerramos.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Não, apenas quero pedir desculpas pelo atraso. Eu estava numa outra reunião na FPA, uma reunião conjunta, inclusive,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com Deputados, Câmara e Senado, mas não podia deixar de chegar até aqui e cumprimentar o meu Presidente, Senador Paim, o Mourão, os nossos gaúchos – nós três, gaúchos, defendendo o nosso estado –, a presença do amigo e Senador Amin.

E é uma alegria muito grande: lá na reunião da FPA foi comentada, pelo Marcel van Hattem, a participação do Japão numa reunião anterior que vocês tiveram. Acho que essa integração que já vinha acontecendo entre Brasil e Japão é cada vez mais promissora. A colaboração é importante. E nós sabemos, pela história, da importância do povo japonês, não só relacionado ao Brasil, porque tem muito japonês no Brasil e esparramado pelo mundo. Essa integração é cada vez mais importante.

Quanto ao auxílio, nós que somos da Comissão designada pelo Presidente do Senado para ver os problemas e ajudar na solução dos problemas do Rio Grande do Sul em função da catástrofe, ele é muito importante.

Então, em nome e da parte do povo gaúcho, que eu represento, junto com meus colegas, queremos agradecer. Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Podemos fazer uma foto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

Os encaminhamentos todos aqui conhecem, podem pegar cópia.

Então, nós encerramos a nossa reunião para tirar foto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu não queria ser tão radical. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer agora a dispensa da leitura e a aprovação da ata.

Submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 4ª e da 5ª Reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, com os devidos encaminhamentos que tomamos, que já estão aqui na mesa.

Vamos à foto, então.

(*Iniciada às 14 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 36 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA CALAMIDADE QUE ATINGIU O RIO GRANDE DO SUL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2024, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quinze minutos do dia primeiro de julho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul com a presença dos Senadores Hamilton Mourão e Ireneu Orth. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Kajuru, Alessandro Vieira, Astronauta Marcos Pontes, Leila Barros e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 12/2024 - CTERS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Realizar Audiência Pública para debater "os deslocamentos internos e a tragédia do Rio Grande do Sul". **Participantes:** Sr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal; Jaldemar Ribeiro Pimentel Júnior (representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública); e Sra. Silvia Sander, Oficial de Proteção do ACNUR Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/07/01>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal – Presidente Rodrigo Pacheco – nº 5, de 2024, com a finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram – e ainda atingem – o Rio Grande do Sul e de apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação dessa situação.

A reunião presente destina-se à realização de audiência pública para debater o tema "Deslocamentos internos e a tragédia no Rio Grande do Sul", nos moldes deste requerimento.

O Senador Mourão, que é o nosso Relator, já está aqui. Eu falava com ele que... Nós fomos para o Rio Grande do Sul, com a comitiva aqui dos 8 Senadores, liderados pela Renata – não é, Renata? –, e nós ficamos lá no estado, cada um fez uma região. O Senador Mourão fez a região de Santa Maria e outras cidades; e eu fiquei ali pela Grande Porto Alegre, também fazendo visitas. E nos comprometemos de estar aqui, hoje, de manhã, pela importância desta reunião.

Convidamos, de imediato, para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Senhora...
(Pausa.)

O Vice-Presidente chegou no horário também. O Senador Ireneu já está conosco, o Senador Mourão já está aqui. Em seguida, eu vou chamar os convidados. Convidamos também para a mesa... Não sei se vai dar para colocar todos. Eu vou trocando, não é? (Pausa.) Vai dar? Então, está bom.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados:

- Sra. Sílvia Sander, Oficial de Proteção do Acnur Brasil. Seja bem-vinda!
- Sr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal. É um especialista no tema, podem ter certeza. Ele é assessor da Casa e foi convidado por esse motivo. Até nos acompanhou na última visita ao Rio Grande do Sul;
- Sr. Tenente-Coronel BM Jaldemar Ribeiro Pimentel Júnior, representante do Ministério da Justiça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informamos que a Sra. Paula Gaviria Betancur, Relatora Especial sobre Direitos Humanos das Nações Unidas, foi convidada a participar da presente reunião. Ela nos encaminhou comunicação agradecendo o convite e informando a impossibilidade de comparecer em razão de compromissos anteriormente agendados.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Como é de praxe, eu faço a fala sobre o tema da Presidência, sob a ótica da Presidência e, entendo eu, também da mesa.

Para situar a todos, senhoras e senhores, mais uma vez, nossa solidariedade e carinho ao povo do Rio Grande do Sul e a todos os gaúchos e gaúchas. São, repito, 497 municípios; 478 foram atingidos por chuvas, enchentes e inundações, afetando mais de dois terços dos gaúchos, milhões e milhões de pessoas. Foram registrados 177 óbitos. Em meados de maio, cerca de 10 mil pessoas estavam desabrigadas e quase 400 mil, desalojadas. Cerca de 84 mil foram resgatados.

Estamos enfrentando uma crise humanitária, com a economia afetada em todos os setores, estradas e pontes destruídas e cidades que ficaram submersas. No entanto, com a união de todos, estamos reconstruindo o nosso estado.

Um dos nossos maiores escritores, o gaúcho Erico Verissimo dizia que, para evoluirmos a nossa consciência é preciso saber "fazer pausas para olhar os lírios do campo e as aves do Céu". Buscamos sempre nossa consciência, pois ela é como uma bússola, uma rosa dos ventos a nos guiar. Saibamos usar essas tragédias para acertar nossa rota.

Esta audiência pública, aqui na Comissão, vai tratar do tema "os deslocamentos internos e a tragédia no Rio Grande do Sul". O estado, conforme relatório de 16 de maio da Defesa Civil,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha 538 mil deslocados internos – 538 mil deslocados internos, que é o tema desta audiência pública – devido às inundações. O mais recente relatório do Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC, na sigla em inglês), lançado em 14 de maio, revela que o Brasil foi responsável por mais de um terço dos deslocamentos forçados por desastres ambientais na América Latina em 2023: foram cerca de 740 mil pessoas deslocadas, o maior número registrado no país desde o início da coleta de dados, que foi em 2008.

Esses números evidenciam nossa vulnerabilidade frente às mudanças climáticas. Em 2022, segundo o Centro Brasil no Clima, o país registrou 713,6 mil deslocados internos, principalmente devido à questão climática. No contexto das Américas, os números do Brasil são seguidos pelos dos Estados Unidos (675 mil), da Colômbia (620 mil), do Haiti (121 mil) e de Cuba (90 mil). Especialistas apontam diversos fatores para esses deslocamentos: mudanças climáticas, afundamento do solo, urbanização desordenada, falta de infraestrutura adequada em áreas vulneráveis, ausência de investimentos em prevenção, gestão inadequada do solo, degradação ambiental.

O Observatório de Migrações Forçadas, vinculado ao Instituto Igarapé, quantificou 7,7 milhões de pessoas deslocadas entre os anos de 2000 e 2017 no Brasil – 7,7 milhões no Brasil. O nosso país, como um dos mais afetados na região, pode exercer um papel de liderança no combate a essa situação, implementando políticas humanitárias que respeitem os direitos humanos e o meio ambiente, buscando a sustentabilidade.

É necessária e urgente a construção de políticas públicas para os deslocamentos internos. Destaco que, no ano passado, mais de 32 milhões de pessoas foram deslocadas em todo o mundo devido aos desastres naturais – estou terminando. Somando outros fatores, como guerras, conflitos, violência e perseguições políticas, o mundo registrou um recorde histórico de quase 76 milhões de pessoas deslocadas em 2023.

É fundamental lembrar que os deslocados têm direitos e garantias que asseguram sua proteção e assistência durante a fase de deslocamento: reinstalação, reintegração, segurança, nutrição, saúde e higiene, entre outros.

Conforme os princípios orientadores do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), e abro aspas aqui para um destaque, "as autoridades nacionais têm o dever





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a responsabilidade primárias de garantir a proteção e a assistência humanitária aos deslocados internos que se encontrem na sua área de jurisdição". Frase do Acnur.

Esta Comissão que está acompanhando a catástrofe ocorrida no Rio Grande do Sul realizou duas diligências no estado. Nós nos reunimos com autoridades, setor produtivo, trabalhadores, ouvimos a população. Nossa missão é estabelecer ações legislativas nesse contexto de crise climática e ajudar na reconstrução do Rio Grande do Sul.

Entregamos ao Presidente do Congresso nove sugestões de projetos, como é o caso do PL que trata exatamente da Política Nacional para Deslocados Internos, de que tratamos aqui no dia de hoje. As crises, os desastres, a ignorância e a estupidez nos ensinam, ou, pelo menos, deveriam nos ensinar, que passado, presente e futuro estão interligados, que os erros cometidos sejam bem-assimilados para que outros erros não sejam repetidos.

José Ortega y Gasset dizia, e abro aspas com a última frase, frase dele: “O importante é a lembrança dos erros, que nos permite não cometer sempre os mesmos. O verdadeiro tesouro do homem é o tesouro dos seus erros, a larga experiência vital decantada por milênios, gota a gota”. Fecho aspas. Se continuarmos cometendo erros e omissões, enfrentaremos mais tragédias como essa no futuro. A população pagará um preço muito alto pela negligência da classe política e do mercado daqueles que só pensam no lucro. Quem só pensa no lucro e não pensa na defesa do meio ambiente está destruindo a natureza e atacando o ecossistema.

O respeito aos direitos humanos e a proteção ao meio ambiente são águas da mesma vertente, do mesmo nascedouro, que propicia um efetivo desenvolvimento com políticas humanitárias da nossa nação.

Saibamos todos que, quando nos desprendemos de nossos horizontes individuais, alcançamos a universalidade do coletivo e reafirmamos a condição essencial da vida.

Esta é uma introdução que fizemos de forma coletiva para atualizar os que estão nos assistindo neste momento. E agradeço desde já à TV Senado, à Rádio Senado e à Agência Senado, que estão cobrindo ao vivo.

Vamos passar a palavra de imediato aos expositores, e, naturalmente, os Senadores falam no momento que eles entenderem mais adequado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Sra. Silvia Sander, Oficial de Proteção da Acnur Brasil.

Dez minutos, com uma tolerância de, no mínimo, mais cinco, se necessário.

Fique tranquila, porque estamos aqui para ouvir todos.

A SRA. SILVIA SANDER (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Bom dia a todas, todos e todes!

Em nome da Agência da ONU para Refugiados, o Acnur, é com profunda honra, um sentido de urgência e também de oportunidade que nós participamos desta sessão hoje, tão importante, de iniciativa da Comissão Temporária Externa para acompanhar a resposta à calamidade no Rio Grande do Sul, Comissão aqui representada por seu Presidente, o Senador Paulo Paim, na pessoa de quem agradeço pelo convite e também cumprimento as demais autoridades aqui desta mesa e presentes hoje.

Há poucos dias, o Acnur, a agência da ONU para refugiados, lançou o último relatório anual, *Tendências Globais*, que revela que o número de deslocados forçados devido a conflitos, perseguições e situações de grave e generalizada violação de direitos humanos alcançou níveis sem precedentes, ultrapassando o marco das 120 milhões de pessoas ao redor do mundo. Significa dizer que, nos últimos dez anos, o número de pessoas forçadas a se deslocar ao redor do mundo dobrou. Entre essas 120 milhões de pessoas, estão 43,4 milhões de refugiados e outras pessoas em necessidade de proteção internacional, 6,9 milhões de solicitantes de asilo e também 68,3 milhões de deslocados internos.

Até que haja uma cooperação real e esforços concertados para abordar não apenas os conflitos, mas também esses cenários de generalizadas violações de direitos e outras causas agravantes do deslocamento forçado, como é o caso de desastres e eventos climáticos extremos, essas cifras globais e também nacionais continuarão tristemente aumentando.

Essas situações, nós sabemos, são cada vez mais associadas ou agravadas por desastres, eventos climáticos extremos ou outros associados aos efeitos das mudanças climáticas. Vale dizer aqui que as mudanças climáticas são um multiplicador de vulnerabilidades, gerando novos deslocamentos e necessidades de proteção em todo o mundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao final de 2023, é ilustrativo o dado que mostra que três quartos das pessoas em deslocamento forçado ao redor do mundo estavam vivendo em países com alta ou extrema exposição a riscos relacionados ao clima, incluindo, entre eles, o Brasil. Por outro lado, 30% dos refugiados e 75% dos deslocados internos estão justamente em países altamente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas.

Aqui, a gente destaca essa correlação crescente entre os efeitos das mudanças climáticas e outros fatores de deslocamento que eu aqui menciono. Os impactos dessas mudanças têm agravado a situação de populações que já estavam deslocadas e também de comunidades em risco de deslocamento e causado novos deslocamentos, sobretudo internos, ou seja, dentro das fronteiras dos próprios estados.

Os eventos relacionados ao clima têm sido, aqui nas Américas, o principal motor de novos deslocamentos internos. Por exemplo, entre 2012 e 2022, de um total estimado de 2,6 milhões de pessoas ou de novos deslocamentos internos na região das Américas, 2,1 milhões de deslocamentos foram ocasionados por desastres, enquanto 0,5 milhão de deslocamentos internos foram ocasionados por conflitos e violência; ou seja, aqui na nossa região, a gente tem um retrato que mostra que eventos relacionados aos efeitos das mudanças climáticas já são o principal vetor de deslocamentos internos na nossa região.

Outro dado ilustrativo, também do desafio, é trazido pelo Banco Mundial, que menciona que até 2050 17,1 milhões de pessoas se deslocarão dentro dos seus próprios países, aqui na América Latina, devido às mudanças climáticas. Portanto, o prognóstico que nos traz aqui a esta conversa hoje é claro e tristemente ilustrado pelo retrato do que vem acontecendo no Rio Grande do Sul.

Nesse ponto, em nome do Acnur, é claro, eu não poderia deixar de reafirmar a nossa profunda solidariedade com a população, com todos que estão no Estado do Rio Grande do Sul.

Quero dizer também que o Acnur tem apoiado a resposta humanitária do Governo Federal e estadual, com o apoio de múltiplos atores da sociedade, para redobrar os esforços conjuntos em apoio às populações refugiadas imigrantes que estão lá no estado e também às centenas de milhares de populações deslocadas brasileiras que foram ali afetadas pelas enchentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente percebe é que no Rio Grande do Sul hoje – o Senador Paulo Paim mencionou e acho que vale repetir, dada a gravidade do que tem acontecido – tem-se falado em mais de 2,3 milhões de pessoas afetadas; mais de 388 mil pessoas que continuam até agora desalojadas, depois de terem perdido as suas casas; e cerca de 10 mil pessoas que seguem em abrigos ou alojamentos improvisados. Nesse universo total, de parte do Acnur, nós também vimos destacando que existem no estado cerca de 43 mil pessoas refugiadas e outras em necessidade de proteção internacional que já tinham sido deslocadas a partir dos seus países de origem, por razões diversas, pessoas essas que vêm de países como Venezuela, Haiti, entre outros, e que agora mais uma vez são afetadas.

Tem sido mencionado também que hoje o estado enfrenta o desafio de lidar com cerca de 47 milhões de toneladas de lixo geradas ali, o que representa 61% de todo o lixo gerado no Brasil em um ano inteiro. Além de mais de 170 pessoas que já morreram, há dezenas de desaparecidos e outros casos de doenças, como leptospirose, que seguem crescentes no estado.

De parte do Acnur, a nossa equipe tem estado em campo no Rio Grande do Sul desde o começo da emergência, prestando apoio técnico aos atores do Governo Federal, do Governo do estado, também trabalhando com as estruturas comunitárias de refugiados imigrantes e das pessoas brasileiras deslocadas, e tem também se mobilizado, por exemplo, por meio da doação de mais de 13 mil itens de emergência já enviados ao Rio Grande do Sul, incluindo as chamadas unidades habitacionais de emergência.

Eu trago esse retrato só para demonstrar que, incluindo organismos internacionais e atores do todo da sociedade, é preciso, é imperativo que a gente se comprometa cada vez mais com essa pauta para abordar as consequências humanitárias dessas crises interligadas e também atuar de uma forma mais proativa na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com plena inclusão de todas aquelas pessoas que potencialmente serão ou que já são afetadas, sem qualquer tipo de discriminação.

Entrando aqui na iniciativa que também provoca esta audiência, qual seja, o Projeto de Lei nº 2.038, de 2024, eu acho que pela minha fala fica claro que o cenário global e regional descrito, agora tristemente ilustrado pelo Rio Grande do Sul, deixa evidente a oportunidade da discussão provocada por esse PL, que procura discutir ou propor uma política nacional para deslocados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internos de forma complementar à legislação já existente no Brasil. Aqui eu destaco a lei sobre refugiados, Lei 9.474, e também a lei sobre imigrantes, pessoas vindas de outros países, Lei 13.445, de 2017.

O PL aborda três conceitos-chave para tratar desse deslocamento interno, lançando luz, sobretudo, para os temas do regresso, realocação e reintegração. Ele trata também de outras medidas relacionadas a pessoas desaparecidas e também medidas desejáveis para respostas de curto, médio e longo prazo em referência a pessoas deslocadas internamente de maneira forçada e por razões diversas.

Esse PL, como ele mesmo nomeia, inspira-se e dialoga com o principal marco internacional em matéria de deslocamentos internos, que são os Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos, que foram aprovados em 1998 pela Comissão de Direitos Humanos da ONU.

Conforme estabelecido nesses princípios, aqui eu acho interessante resgatar:

[...] deslocados internos são [aquelas] pessoas, ou grupos de pessoas, [...] [compelidas] a fugir [...] [de seus domicílios ou dos locais em que residiam habitualmente], particularmente em consequência de, ou com vistas a evitar, os efeitos de conflitos armados, [...] [tensões internas], violações de direitos humanos ou [...] [desastres naturais ou provocados pelo homem], e que não [...] [atravessam] uma fronteira [...] [nacional reconhecida internacionalmente].

Os deslocados internos, então, conforme trazido nesses princípios orientadores, não abandonaram...

(Soa a campanha.)

A SRA. SILVIA SANDER – ... o seu país de origem e de cidadania e, por isso, eles mantêm os mesmos direitos de que gozam todas as outras pessoas no seu país. Eles são parte da população civil e só se diferenciam de outros cidadãos por estarem em uma situação de maior vulnerabilidade e possuírem necessidades especiais.

A responsabilidade primária e principal em responder ao tema dos deslocados internos recai sobre o Governo do Estado onde se encontram; no nosso caso aqui, sobre o Estado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro. É do Estado onde estão essas pessoas o encargo de suprir suas diferentes necessidades e garantir o respeito aos direitos que elas possuem, com o apoio de amplos atores da sociedade.

Aqui na região – e já caminhando para o final, eu sei que o tempo se esgota –, países como Colômbia, Peru, Honduras e El Salvador têm avançado em matéria de marcos normativos e políticas especializadas para o tema das populações deslocadas internas e também nos servem de inspiração para avançar um pouco mais nesse debate aqui.

O ideal é, claro, que essas pessoas, assim que cesse o motivo do deslocamento, possam, eventualmente, retornar às suas casas, mas a gente sabe que isso nem sempre vai ser possível. No Rio Grande do Sul, por exemplo, milhares de pessoas viviam em locais que já foram completamente destruídos ou severamente danificados e a reconstrução de suas casas é, por vezes, desaconselhável ou até mesmo inviável. Então, essas pessoas vão precisar de uma resposta de médio e longo prazo diferente.

Além disso, tem todas as questões relacionadas aos impactos na economia local, nas fontes de renda dessas populações. Tudo isso demonstra que respostas adaptadas a esse contexto, de fato, precisam ser desenvolvidas rapidamente, a exemplo do que tem acontecido nessa conjunção de esforços que hoje está ali no Rio Grande do Sul.

Portanto, eu vou terminar minha fala aqui, destacando que esse cenário certamente exige uma colaboração sem precedentes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só quero lembrar que a senhora tem quatro minutos ainda, que são dez com mais cinco.

A SRA. SILVIA SANDER – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique à vontade. Está bem interessante a sua palavra.

A SRA. SILVIA SANDER – Muito obrigada. O tempo é generoso.

Então, eu vou mencionar que hoje, aqui, nesta audiência, no nosso entender, a gente se reúne não apenas para relembrar esses desafios, mas, sobretudo, para alimentar o debate em busca de soluções coletivas que promovam um futuro mais justo, mais sustentável, com cidades





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e comunidades mais resilientes aos efeitos das mudanças climáticas e outras causas de deslocamento, e sem discriminação de qualquer natureza em relação ao apoio que todas as pessoas afetadas precisam receber.

Em nome do Acnur, eu renovo aqui, portanto, Senador Paulo Paim, o nosso compromisso em cooperar tecnicamente com as discussões seguintes em torno desse PL e em torno dessa matéria, destacando a necessidade de ações multissetoriais e, como eu já disse, voltadas à construção de contextos mais resilientes, mais justos e mais sustentáveis aqui no Brasil, na nossa região e em todo o mundo. Que esse projeto de lei e outros projetos semelhantes, ou que dialogam ou que se aproximam também dessa matéria, possam ser catalisadores de ações concretas, operativas e transformadoras.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos à Acnur pelo trabalho que vem fazendo não só no Brasil, mas no mundo, um trabalho belíssimo. Foi em uma conversa com o Tarciso – ele me falou um pouco do trabalho da ONU e da Acnur – que surgiu a ideia desse projeto, daí nós apresentamos o projeto, entendendo que ele seria fundamental neste debate que estamos fazendo.

Ele é um dos projetos, tem diversos projetos, mas esse é um dos projetos que a Comissão olha com muito carinho. Por isso, essa audiência pública – Tarciso, você que foi um dos idealizadores dessa proposta – visa instrumentalizar a população para entender o que significa o projeto aqui em debate.

Parabéns a V. Exa.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal, ao cumprimentá-lo, como consultor, eu já cumprimento todos os consultores da Casa pelo belo trabalho que vocês fazem, assessorando a todos os Senadores e Senadoras.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim. Bom dia, Senador Mourão, Senador Ireneu, Sílvia, Coronel Pimentel, presentes nesta sessão sobre os impactos das enchentes para a população do Sul do país. Eu me permito comentar mais sobre essa ideia do Projeto 2.038, de 2024, a respeito de uma política nacional de deslocados internos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na última missão em que estive presente no Rio Grande do Sul, junto com os senhores, nós passamos pela – não é, Senador Mourão? – Cidade de Roca Sales, e eu tive a curiosidade de indagar quantas casas, exatamente, foram atingidas. Eles me passaram os seguintes dados, em uma população de cerca de 10,5 mil pessoas, mais ou menos: 314 casas urbanas e 83 casas rurais foram totalmente destruídas – terra arrasada –; 943 casas urbanas e 274 casas rurais foram significativamente atingidas, o que significa 1.614 casas. Se nós considerarmos que cerca de 3 ou 4 pessoas moram nessas casas, nós temos de 40% a 50% da população do município atingida e, possivelmente, com necessidade de se relocar – 40% a 50% da população do Município de Roca Sales.

Nesse município é realmente emblemático pensar – humanizar, digamos – a ideia do Projeto 2.038. E, evidentemente, Senador, tal qual Roca Sales, vários outros municípios foram significativamente atingidos, e essas pessoas, essa significativa população gaúcha, vão sair de modo temporário ou até mesmo permanente dos seus locais de origem. Isso é muito impactante do ponto de vista humano e social.

O senhor, com a responsabilidade de legislar, está legislando para o futuro e para as demais situações que podem vir a ocorrer no nosso país e, portanto, considerou o conceito de deslocado interno como as Nações Unidas consideram. Espero que não tenhamos conflitos armados, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos longe.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – Estamos longe!

... mas a ideia de deslocado interno também envolve esse cenário. Na realidade, envolve dois cenários: ou calamidades ou violência provocam deslocamentos internos de pessoas.

As calamidades podem ser naturais ou provocadas pelo ser humano. Para não gerar dúvidas do ponto de vista de aplicação normativa, o projeto coloca no sentido geral – calamidades naturais ou provocadas pelo ser humano –, para não entrar numa discussão, digamos, que disperse as ações efetivas. Por exemplo, um incêndio é provocado pelo ser humano ou é provocado por mudança climática ou outra ação?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que, no Rio Grande do Sul, sabemos que há um impacto climático, é um incidente natural de grandes proporções, mas, em outros, pode ser provocado pelo ser humano. É o caso da Braskem, é o caso de Brumadinho, em que houve, por alguma ação de mineração, provocação do deslocamento de seres humanos. Os haitianos? Vieram, em 2010, sobretudo, provocados pelo terremoto incidente lá. O terremoto não é uma ação climática propriamente dita.

Então, o projeto é cuidadoso ao conceituar o que derivaria o deslocamento a respeito de calamidades.

O outro motivo é a violência: conflitos armados internacionais, conflitos armados internos ou uma violência armada coletiva, que fica na zona cinzenta desses conceitos trabalhados pelo Direito Internacional dos Conflitos Armados, o famoso Dica, não é, Senador Mourão?

Isso posto, o projeto trabalha, digamos, com uma arquitetura, uma engenharia normativa que tem, como primeira ideia, o deslocamento populacional derivado desses dois fatores.

Como segunda ideia, três conceitos bem chaves, que são: uma vez deslocado, você pode ser relocado; de preferência, regressado. Em ambas as situações, com reintegração. Então, a palavra "reintegração" funciona tanto no regresso quanto no deslocamento. A ideia de reintegrar significa justamente dar a integridade socioeconômica e de segurança às pessoas que saem do seu lugar e vão para ou outro município ou para outro local do município ou para outro local do país, enfim, para que sejam integradas naquela localidade. Quando regressarem, também necessitam do mesmo nível de integração.

Então, é uma situação bem diferente da imigração. Nós estamos falando de uma situação dentro do próprio país. É claro que essa norma foi inspirada no conjunto de legislação migratória e de refugiados, mas há uma diferença, digamos, de origem, ontológica, entre uma lei de imigração e uma lei sobre deslocado interno. É que o problema está no próprio país. Então, se recebemos sírios, ucranianos, a guerra está lá; aqui, o problema está aqui. Então, além de tratarmos com a população, em si, teremos que tratar do furacão que os atingiu, de reconstruir a infraestrutura, reconstruir o modo assistencial... Há um trabalho a mais: o tema dos desaparecidos... Enfim, essa é uma diferença ontológica entre um e outro, embora haja uma clara inspiração dessa legislação no tema migratório e de refugiados, afinal de contas, tudo se trata de mobilidade humana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa lei trabalha em princípios, garantias e medidas de caráter assistencial temporário ou duradouro. Os princípios, claro, muitos deles já estão assentados, na Constituição, ou, até mesmo, em legislação esparsa. Alguns poderiam se indagar por que repeti-los, como não ser discriminado ou algo do gênero. Eu diria que, se há redundância, a redundância é bem benéfica.

Segundo, é um corpo normativo muito novo. Nós estamos, pela primeira vez, aqui, legislando sobre o assunto do deslocamento interno. Então, por prudência, seria interessante cuidarmos desses direitos e garantias, mesmo que redundantes.

Terceiro, o assunto pode estar a envolver situações de emergência, como estado de sítio ou outros, e sabemos que, nessas circunstâncias, há possibilidade de limitações de direitos. E aqui nós nos resguardaríamos, a respeito das populações deslocadas, em direitos suplementares.

(Soa a campanha.)

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – Além disso, existem princípios próprios, além dos que poderiam ser considerados redundantes, como o da solidariedade federativa, bastante inspirado no que o Brasil fez na Operação Acolhida, e na proibição do deslocamento arbitrário. As pessoas não podem ser deslocadas arbitrariamente, com políticas segregacionistas, sei lá de que tipo, expulsões coletivas ou algo do gênero, claro, guardadas as medidas necessárias para a segurança e a saúde, que, por vezes, se fazem necessárias.

Ao mesmo tempo, até associado a isso, se deve-se evitar o deslocamento arbitrário, evidentemente, deve-se facilitar o retorno, se as pessoas assim o desejarem, porque, se passar muito tempo das circunstâncias que provocaram o deslocamento, evidentemente, essas pessoas podem ter se reconstruído, reconstruído o seu trabalho, reconstruído as suas famílias, enfim...

Sobre as garantias, até os demais projetos apresentados, de maneira prioritária, por esta Comissão, são bastante complementares a essa ideia. Então, são necessários serviços assistenciais; tratamentos médicos e psicológicos – em prazo razoável, claro –; documentação, pois as pessoas, muitas vezes, perdem todas as documentações, nas enchentes, então é preciso dar um amparo de acesso à documentação; não impedir a assistência humanitária – isso está um pouco longe da nossa realidade, porque é claro que nós permitimos aqui –; enfim, para as pessoas, na medida do possível, poderem recuperar as suas propriedades e seus bens, se isso realmente for possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso dar um amparo de acesso à documentação, não impedir – é claro que isso está um pouco longe da nossa realidade – a assistência humanitária, que é claro que nós permitimos aqui, enfim; para, na medida do possível, poderem recuperar as suas propriedades e seus bens, se isso realmente for possível.

Igualmente, é claro que nós estamos aqui...

O projeto toma o cuidado de falar em medidas assistenciais temporárias ou duradouras, porque, na realidade, é quase como um Plano Marshall aqui, Senador Mourão, de reconstrução da vida dessas pessoas. E aí nós temos que pensar igualmente em como será a educação das crianças atingidas por esse deslocamento e em temas ligados à saúde, de maneira duradoura, em reconquista de empregos. Há todo um cenário de medidas não só assistenciais temporárias. É claro que, diante do tumulto, do impacto da calamidade, da catástrofe, tem medidas emergenciais, mas há que se pensar também em medidas duradouras. E aí entra esse terceiro ponto, em que as unidades federativas devem pactuar as diretrizes, o financiamento e as questões operacionais, para trazer justamente essa política de longo prazo.

Esse projeto se inspirou nos princípios orientadores das Nações Unidas. Ele olhou para experiências de países latino-americanos, como citamos Colômbia e Honduras, igualmente ao que ocorreu lá na região dos grandes lagos da África, e deu, digamos, uma tonalidade brasileira, ao olhar para a Operação Acolhida, que trabalha não só com a recepção dos imigrantes, mas também com a distribuição geográfica desses imigrantes pelo território brasileiro. É uma política organizada de reinteriorização dos imigrantes venezuelanos.

Essa legislação, Senador Paim, é uma legislação que, nossa, não tem o nome Rio Grande do Sul em nenhum momento. É assim como a legislação que o senhor também presidiu aqui – foi um dos Líderes da legislação – a respeito da crise humanitária derivada dos fluxos migratórios, que não tem a palavra Venezuela lá, porque é a perspectiva. Outros casos podem... Mas, sem dúvida nenhuma, o fato social que inspirou a legislação migratória a respeito da crise humanitária é Haiti e Venezuela, essa aqui é o Rio Grande do Sul.

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM – É o que está a inspirar e irá preencher o vácuo a respeito desse tema.

Essa não é, para finalizar, uma diáspora, Senador Mourão, que é dispersão em grego. Essa não é uma lei da diáspora. Não queremos a dispersão. Essa é uma lei da reintegração, por isso que essa palavra é chave. Não é uma lei de diáspora, é uma lei de reintegração. Não é uma lei para intrusos, é uma lei de reintegração de pessoas deslocadas, reintegração em locais distantes da sua origem ou reintegração no seu próprio local de nascença e de origem.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Sr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal, que nos ajudou muito nessa formulação. (*Palmas.*)

Eu presidi – e dela fui Vice também – a Comissão dos refugiados e lá eu acompanhei o teu trabalho. Depois, conversando sobre a questão do Rio Grande do Sul, você sugeriu, quero deixar bem claro, você sugeriu, porque, no momento em que um Senador o faz, a impressão é de que ele sugeriu. Esse você é que sugeriu. Você sugeriu que eu apresentasse esse projeto e eu acatei de imediato.

O Projeto é o 2.038, de 2024, que institui a Política Nacional para Deslocados Internos, de autoria deste Senador, é claro, com a parceria que fizemos com todos os outros Senadores.

A sua explanação, para mim, foi redondinha – redondinha eu digo completa – como foi também a da Sra. Silvia, que demonstra que esse é um projeto abrangente, não é específico, inclusive, para o Rio Grande do Sul, que abraça a todos neste momento triste, infelizmente, em que a referência dessa catástrofe, vamos dizer, é o Rio Grande do Sul.

Então, parabéns pela sua fala e pela contribuição que deu na construção do projeto!

Passo a palavra ao Sr. Tenente-Coronel Jaldemar Ribeiro Pimentel Júnior, representante do Ministério da Justiça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JALDEMAR RIBEIRO PIMENTEL JÚNIOR – Presidente da Comissão, Senador Paim, Senador General Mourão, demais Senadores, eu não vou adentrar muito no Projeto 2.038 no início. Eu quero só contextualizar.

Eu estive lá como Comandante durante o período crítico, o período inicial, e eu gostaria só de contextualizar um pouco a ação da Diretoria da Força Nacional. Estou aqui representando o Ministério da Justiça, mais especificamente a Diretoria da Força Nacional.

A gente teve aquele período crítico que iniciou no dia 24 de abril e a Força enviou seu efetivo no dia 10 de maio, até por uma solicitação do próprio Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e mantemos até hoje os 300 membros da Força Nacional nas cidades de Canoas, Mathias Velho, São Leopoldo, Nova Santa Rita e na capital Porto Alegre.

Assim como o Dr. Tarciso falou da outra cidade, o Município de Roca Sales, eu vivi muito o Município de Mathias Velho. O que eu posso dizer é o seguinte: eu fico preocupado com essa questão, somente, da reintegração, que eu acho que é o momento mais difícil e complicado que a gente tem.

A Defesa Civil... Falando como bombeiro, a gente tem três fases na catástrofe. A gente considera aquela fase de prevenção. Quando a prevenção, digamos assim, não foi suficiente, aí a gente vai ter que dar a resposta. É a segunda fase. E temos a terceira, que é a da recuperação.

Então, hoje, particularmente, eu vim de lá, passei pela outra situação do Amazonas, de onde eu também vim, agora, recentemente. Enfim, o que a gente está passando hoje, principalmente em Mathias Velho, é essa situação de reintegrar. Por quê? Porque a questão do regresso já houve, a realocação já está sendo feita, mas a cidade foi devastada, gente. Só quem foi, os Senadores que foram lá e presenciaram têm uma ideia de quão catastrófico foi.

O meu estado, eu sou de Pernambuco, tem enchentes recorrentes lá, então a gente já tem até um período bem específico em que vai acontecer, por mais que a gente faça o serviço preventivo que tem que ser feito, mas o que eu observei lá, principalmente em Mathias Velho, em Farrapos, Farrapos fez jus ao próprio nome, infelizmente, não é um trocadilho que eu gostaria de fazer, mas ficaram os farrapos realmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, enfim, a Força Nacional vem tentando hoje dar essa segurança para o regresso, só que o regresso está condicionado muito a essa questão da reintegração. Por quê? Porque, como o Dr. Tarciso falou, muitas residências lá, senhores, estão inabitáveis, não têm condições. Então, assim, a população está voltando, está retornando para os seus lares, e estão verificando lá que não tem mais sua residência, não existe. Não existe.

Então, assim, a gente tem a preocupação, o Ministério da Justiça tem a preocupação de estar mantendo a Força lá e vai manter permanentemente, enquanto for solicitado pelo Estado do Rio Grande do Sul, pela questão que o Dr. Tarciso também colocou aqui e a Dra. Silvia, no início, que é esse pós-catástrofe. A população está retornando para casa, acreditando que está retornando para casa, mas não está, não existe a casa, não existe a residência. E aí a gente pode desencadear algumas situações realmente de violência, enfim. Se o Estado não estiver bem presente nesse momento, claro que pode desencadear, não vou dizer que vai chegar ao nível de outros países, mas, enfim, a gente tem essa preocupação. Por isso que mantivemos e vamos manter, como eu falei anteriormente, todo esse efetivo lá.

Podem até perguntar: Pimentel, mas teve uns 40 que regressaram agora. Realmente, fizemos uma troca, um regresso de quê? De bombeiros. A atividade de bombeiro está mais restrita àquelas primeiras duas fases de que eu falei para os senhores, a prevenção e a resposta. A recuperação é mais pelo ente federativo, é mais pelo Governo, enfim, claro que com o suporte de segurança, que é o que o Ministério da Justiça está fazendo. E aí a gente só fez uma troca, na verdade, só redistribuímos o efetivo de bombeiros agora para as situações – eu sei que não é o tema, mas só para justificar – das queimadas, não é, a gente também tem outra situação agora no Mato Grosso do Sul e no Amazonas, de onde eu vim agora, recentemente, só fizemos essa relocação de efetivo. Então permanecem lá os 300 para tentar dar esse suporte nesse momento da reintegração.

Esse é o papel que está fazendo a Força Nacional e o Ministério da Justiça. A questão que eu entendo realmente, essa questão do deslocamento interno, a gente já, há algum tempo, já vem tratando. Eu comandeí também Roraima, tive esse privilégio de tratar daquela questão ianomâmi, e também lá em Pacaraima, da questão da acolhida com a Acnur, enfim, a gente tem uma parceria muito boa com eles e vem dando certo. A gente sabe que, diferentemente do nosso – aqui agora a gente está com o nosso problema interno –, lá nós acolhemos pessoas que estavam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com seus problemas no seu país, e agora nós estamos com os nossos aqui, mas estamos com a mesma situação, esse deslocamento interno de pessoas que não têm mais onde ficar, os que estavam desabrigados e desalojados, enfim, todos, agora não têm onde ficar realmente, muitos deles.

Voltando à dimensão, me veio agora, Presidente, Mathias Velho é considerado, considerado não, segundo o próprio Censo de 2022, é o município mais populoso da América Latina. Corrija-me se eu estiver errado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajustar. Você está correto. O Mathias Velho foi onde eu morei. Hoje eu moro em outra região. Meus amigos metalúrgicos moravam todos lá – moravam. Você fala como cidade, por força de expressão, porque é quase uma cidade dentro de uma outra cidade, que é Canoas, como é o caso também da Vila Farrapos.

O SR. JALDEMAR RIBEIRO PIMENTEL JÚNIOR – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem toda a razão de usar essa dimensão, porque o fundo de Mathias Velho é o rio. Calcule: quando o rio subiu...

Eu estive com o Prefeito Jairo Jorge, agora, nessa sexta-feira, visitando os diques lá e tudo que ele está fazendo e que vai ter que fazer. Para se ter uma ideia: para recuperar Canoas, ele me falou que deve gastar em torno de 3,5 bilhões, fazendo essa prevenção com tudo que o senhor me explicou aqui. Mas pode continuar, só quis fazer... ajustar.

O SR. JALDEMAR RIBEIRO PIMENTEL JÚNIOR – Terminando. Terminando, gente. Enfim, essa é a situação hoje, essa é a missão que a Força Nacional tem junto ao Governo do Rio Grande do Sul. E, como eu disse e enfatizo, para não deixar dúvida alguma: a Força permanecerá no Rio Grande do Sul enquanto for necessária, enquanto o Governo do Rio Grande do Sul assim necessitar.

Fizemos a realocação dos bombeiros, por quê? Porque estamos entendendo que agora a necessidade é na área de segurança pública e não de defesa civil. Então os bombeiros todos estão sendo retraídos e estão sendo realocados para as outras missões de que eu falei. E lá estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanecendo os policiais militares – e vão permanecer para dar essa segurança e essa situação da reintegração, o.k.?

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos ao Sr. Tenente-Coronel BM Jaldemar Ribeiro Pimentel Júnior, que falou pelo Ministério da Justiça. Cumprimento a sua fala e aproveito esse momento para cumprimentar...

Casualmente, eu voltei no sábado à noite e vi uma turma de militares juntos. É exatamente o que o senhor falou. Aí eu falando... "Nós estamos vindo e vai outra turma para lá, na área que entendemos de mais necessidade". E o V. Sa. tem razão de que nesse momento é a questão. Esse projeto é de minha autoria, mas tem um projeto do Senador Mourão que vai exatamente na linha do que o senhor encerrou aí, que é para dar segurança, porque é muito assalto, é estupro, é violência – na Grande Porto Alegre, principalmente; no interior, um pouco menos, não é, Senador? O Senador Ireneu também pode confirmar. E o papel das forças de segurança, nesse momento, é esse mesmo.

Parabéns pela decisão tomada de manter lá no estado para evitar mais assalto e mais violência contra o povo tão sofrido. Parabéns a V. Sa.

Agora vamos para um segundo momento. É o momento em que nós recebemos uma série de perguntas da população, mas sempre digo que os dois Senadores, o Senador Ireneu e o Senador Mourão, falam no momento que eles entenderem adequado.

Eu poderia ler as perguntas, e vocês – todos os três convidados e os nossos dois Senadores – fiquem bem à vontade.

Por exemplo, perguntas do e-Cidadania. Emanuel, do Paraná: "O Brasil enfrenta um enorme problema logístico que até dificulta ações no caso de tragédias. Qual o plano para resolver o problema viário?". O problema viário são as estradas – nós fomos lá, vimos –; uma dificuldade enorme.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui agradecer muito à Polícia Rodoviária Federal pelo carinho, pelo tratamento que nos deram em todas as viagens que nós fizemos no Rio Grande do Sul, botando batedor na frente, atrás, para dar toda a segurança para os Senadores que estavam se colocando. Aí eu já agradeço ao Exército, à Aeronáutica, à Marinha, aos bombeiros – acho que citei todos aqui – aos próprios policiais dos presídios, à Brigada Militar, que estava lá em Canoas, por exemplo, de plantão lá também. Então, agradeço a todos.

Segunda pergunta...

Eu vou pedir à assessoria para, se puder, imprimir e dar uma cópia para todos que estão na mesa. São duas folhas só. Eu só vou ler aqui para situar os telespectadores e os ouvintes da Rádio Senado também.

Jéssica, de Minas Gerais: "É possível/viável [...] [processar criminalmente] os responsáveis políticos [...] [de cada município] em caso de comprovada omissão ou negligência?"

Aqui tudo que vem eu leio, viu, pessoal? Então, não é a posição do Presidente; é a posição do telespectador.

Terezângela, do Paraná: "Como o Governo planeja reconstruir as cidades destruídas [...] [o que pretende fazer para evitar] futuras tragédias semelhantes?". E é um pouco o eixo do projeto de hoje, não é?

Fabiana, de São Paulo: "[...] na década de 90 [a China] iniciou a construção do maior piscinão do mundo [...] [quais ações de longo prazo o Governo brasileiro poderá adotar]?"

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois é. Nós vamos fazer uma outra audiência pública aqui com a presença de representante do Governo, do Executivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente. Faremos isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maria, do Rio Grande do Sul: "Por que os governantes [...] não fazem trabalho de prevenção, sabendo que estão sujeitos a estes desastres?". A palavra de ordem é prevenção.

Sidney, do Paraná: "Por que as pessoas ainda vivem nas margens dos rios e lagos [...] o Estado [faz algo] para inibir que estes locais tenham moradias?".

Patrícia, de Santa Catarina: "Qual o planejamento do Governo em relação ao impacto socioeconômico [da tragédia] ao Estado do Rio Grande do Sul?".

Vou aprovar o requerimento hoje. Já vamos votar o requerimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todo mundo, todo mundo. Vamos lá.

E eles vão ter a oportunidade, inclusive, de explicar tudo que o Governo vem fazendo. Já falam que ultrapassa R\$150 bilhões, mas é bom vir aqui explicar, dizer para onde. É uma oportunidade que o Governo de que eu faço parte terá de, aqui na Comissão, falar ao Brasil nesse espaço da nossa Comissão.

Maria, do Mato Grosso do Sul: "Como o Governo Federal deve atuar para fiscalizar a aplicação do orçamento destinado à ajuda humanitária ao Rio Grande do Sul?". Achei bem interessante também essa, porque não é só aportar o recurso, tem que ver como é que ele vai ser aplicado e como será a devida fiscalização.

Wagner, de São Paulo: "A falta de planos de prevenção contra catástrofes [...] seria resultado de uma má administração dos recursos públicos feita [...] [pelos governantes]?". É a pergunta de Wagner, de São Paulo.

Tem mais aqui.

Lurdes, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Os municípios com a presença de rios e lagos ficam sempre à mercê dos eventos climáticos e dos desastres. Haverá estudos e ações [sobre isso]?" – um pouco debruçado nesse projeto. E tem um projeto do Senador Astronauta que vai exatamente nesse sentido também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedro, do Rio de Janeiro: "Como garantir o retorno seguro e digno dos deslocados, considerando os impactos socioeconômicos e a reconstrução das áreas afetadas?". Essa vai para o nosso especialista aqui, porque tem tudo a ver com esses projetos também.

Sara, de São Paulo: "Tudo será válido para restaurar estruturalmente e socialmente as cidades. Mas as barragens que foram problema serão objeto [também] dessa reforma?". Enfim, estarão na discussão? Com certeza, estarão.

Fábio, do Distrito Federal: "O Governo já tem algum plano para minimizar os efeitos negativos sobre o produto interno bruto e a inflação por conta da tragédia [...]?". Tem, já ficou aqui assegurado, numa leitura preliminar, aqui conversando com os dois Senadores, que nós chamaremos, então, outra audiência pública, e essas perguntas todas servirão de base para que o Governo exponha aqui tudo aquilo que foi feito até o momento. E, se depender de mim, podemos convidar, além da União – um representante do Presidente Lula –, um representante também do Governador Eduardo Leite e também um representante dos municípios, o.k.? Acho que vocês podem formular já o requerimento para nós o encaminharmos.

Vanderson, do Rio de Janeiro: "Estão sendo pensadas ações para a recuperação da mata ciliar dos rios da região? Ou vão [proibir] [...] a construção [...] nas margens?". Tudo a ver com esse debate de hoje.

E, última pergunta, Viviane, de Santa Catarina: "Em relação às cidades mais afetadas, há estudos [...] realizados para sua reestruturação como um todo [ou] em outro local, mais seguro?".

Se os senhores concordarem, eu proporia o seguinte: eu passaria para os convidados para que eles respondam às perguntas dentro do possível – escolham as que quiserem responder. Sobre as que os senhores entenderem que não é da alçada dos senhores, a Comissão assume a responsabilidade no sentido de fazer outra audiência pública, com a participação dos Poderes do município, do estado e da União, ou a algumas até nós responderemos aqui.

Eu pergunto quem quer ser o primeiro a expor o seu ponto de vista sobre as perguntas. Se o Tarciso, que nos ajudou muito na formulação, quiser iniciar, vamos deixar para ele já.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passo a palavra para que ele responda às perguntas que entender que estão ao alcance da exposição que ele fez, ou também a outras que ele entenda dentro do seu conhecimento.

Com as palavras o Sr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor.

Eu pediria, Tarciso, para você, se puder, resumir em dois, três minutos, cada resposta à pergunta. Isso ajudaria muito. São inúmeras perguntas, não é? São 15, se eu não me engano.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM (Para expor.) – Bom, Senador, boa parte dos questionamentos, de fato, depende de ação do Poder Executivo (*Fora do microfone.*). E elas são bastante concentradas em duas palavras, a prevenção e a reconstrução, mas outras também estão aqui incidentes, como o controle, a fiscalização das ações. Então, aqui, claro, me parece que a grande responsabilidade em torno dos questionamentos, como evitar novos impactos, prevenir e alertar em relação a esses impactos e lançar planos de reconstrução, caberia numa grande articulação federativa. E essa ideia está, na realidade, exposta no projeto de lei de V. Exa.

Estão lá... É bastante esperado o que aconteceu realmente com a Operação Acolhida, que foi bastante exitosa. Faço aqui a menção ao êxito da operação. E parabéns, Coronel, pela participação nesse cenário, cenário esse que enfrentou uma série de temas que podem até estar incidentes aqui, como populações indígenas por inteiro vindo, como os waraos, ao Brasil, enfim, questões bastante complexas.

Aqui, creio eu que – sobretudo com relação ao que o Pedro perguntou, e o senhor me pede uma dedicação a essa indagação – o deslocamento é provocado pela calamidade ou pela violência, enfim, e esse deslocamento, sobretudo no Rio Grande do Sul, será gerado porque a pessoa perdeu a casa, ou a casa já não existe, ou até mesmo o local já não existe. Nós vemos locais que simplesmente sumiram, barrancos em que a pessoa morava – nem o local onde estava a casa existe –, ou esse local vai ser considerado como de permanente risco, ou seja, inabitável. Então, não só a casa sumiu, como o próprio local onde a pessoa estava sumiu.

E o outro motivo que gerará bastante deslocamento é que o emprego sumiu também: o local de emprego foi danificado; as empresas não vão se recuperar; ou, no meio rural, a produção foi toda devastada, não vai ter condições de reinvestimento, ou há um cenário de insegurança





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos futuros alagamentos na própria área, por alteração ou intensificação de chuvas no momento da colheita. Então, não só a habitação foi atingida, mas também o seu trabalho, o seu emprego foi atingido.

A reconstrução, portanto, está muito vinculada ao tema da habitação e do emprego. E isso depende de um plano federativo articulado, que pode contar com cooperação internacional, busca de financiamento internacional, ou esforço junto com o setor privado, ajuda dos organismos internacionais. Sabemos que o Acnur está lá; o Comitê Internacional da Cruz Vermelha também, com sua *expertise* em guerra e reunião familiar, está lá... Enfim, é um grande esforço de reconstrução da vida dessas pessoas.

O projeto, claro, a ação legislativa tem um certo limite, tanto é que o penúltimo artigo do projeto é remetendo a regulamentação ao Poder Executivo da própria lei; é preciso regulamentar, baixar decretos, baixar diretrizes, ações concretas.

E me parece que os demais projetos dos demais Senadores aqui expostos são muito complementares e, de certa maneira, estão fazendo as vezes disso: dar a segurança, dar a habitação, dar a prevenção.

Então, na realidade, não foi combinado, mas a Comissão elegeu os seus projetos prioritários dando, digamos, um estofo a fim de atender o que o Pedro, do Rio de Janeiro, está aqui a nos demandar, que é o retorno seguro e digno dos deslocados aos seus locais de origem ou infelizmente a outro local para que reconstruam sua vida em outro local.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu passo a palavra, agora, para a Sra. Silvia Sander, Oficial de Proteção do Acnur.

A SRA. SILVIA SANDER (Para expor.) – Obrigada, mais uma vez.

Bom, me parece que o espírito de várias perguntas, Senador Paim, traz uma preocupação sobre como prevenir esses cenários ou como melhor responder a eles quando sejam inevitáveis e nesse contexto...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É exatamente isso.

A SRA. SILVIA SANDER – ... agravado por temas relacionados às mudanças climáticas.

Eu vou mencionar aqui, como um exemplo, um esforço que me parece que é relevante e que pode ser potencializado pelos vários atores, que é a construção dos chamados Plano Clima, ou planos climas. A gente sabe que, desde o ano passado, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima tem empenhado esforços em construir essa plataforma muitíssima abrangente chamada Plano Clima, um plano nacional, dividida em dois eixos principais: um relacionado a ações de mitigação e outro relacionado a ações de adaptação.

O Acnur tem dialogado com o ministério para prover contribuições, no nosso caso, com duas preocupações centrais: uma é garantir que todas as ações ali previstas incluam, ativamente e sem discriminação, pessoas refugiadas e migrantes que já estão aqui no território brasileiro, a exemplo daquelas mais de 43 mil pessoas de que eu falei que foram afetadas no Rio Grande do Sul; e, por outro lado, que esse Plano Clima, que serve como um polo irradiador, com ações, recomendações para que as políticas setoriais também possam elaborar suas iniciativas, inclua o tema do deslocamento e de respostas preventivas e, depois, reparadoras desse deslocamento forçado nesse contexto.

Da mesma forma, recentemente nós fomos convidados pela Prefeitura de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que também tem desenvolvido seu Plano Clima municipal, para, mais uma vez, trazer essas contribuições. E, além de falar de inclusão de refugiados e migrantes, além de outros públicos historicamente vulnerabilizados – que precisam estar mais visíveis, mais ativamente incluídos nas ações que têm a ver com a ampliação da resiliência das próprias populações, identificação de riscos específicos relacionados ao território em que as pessoas estão e relacionados às características das populações –, então, por um lado, além do diálogo sobre inclusão, a gente vem falando também da importância de se desenvolver planejamento de contingência para essas situações.

Algumas das recomendações – sobre as quais de parte do Acnur a gente tem dialogado, e vou mencioná-las aqui – passam por garantir que, sobretudo àqueles estados, cidades e regiões do Brasil que estão mais sujeitos a eventos climáticos extremos, inundações, graves secas, entre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros, eles contem com o mapeamento de riscos e vulnerabilidades que, como eu falei, associem riscos climáticos, como são nomeados, a riscos relacionados às características da população. Então, são contextos de pobreza, pessoas que estão habitando em áreas mais gravemente expostas a esses eventos, as características da população que ali residem. Assim, se são populações indígenas ou quilombolas, se são em sua maioria populações que têm uma grande composição de, por exemplo, núcleos familiares chefiados por mulheres, ou se têm uma quantidade expressiva de pessoas com deficiência, de pessoas que têm questões de saúde graves, tudo isso tem que ser feito nessa análise que cruza riscos climáticos com as características da população.

Feita essa análise, aí se desenha, claro, as medidas de prevenção e também de resposta, que vão passar por questões como o desenvolvimento de sistemas de alerta e comunicação, questões que tocam na infraestrutura, como aqui mencionados vários exemplos, na infraestrutura das cidades, dos bairros, infraestruturas também de serviços de resposta como abrigo. Então é preciso que, numa situação como esta, de deslocamento massivo de pessoas, já se tenha uma certa previsibilidade sobre que tipo de abrigo temporário tem que ser rapidamente ativado para acolher as pessoas e eventualmente depois possa ser desmobilizado. Temas como rotas de evacuação e acesso seguro, estratégias de identificação e registro das pessoas deslocadas, entre outras várias questões, devem aparecer nesses planejamentos de contingência, que podem estar alocados não só no marco de Planos Clima, como esses que eu mencionei aqui, mas também nos planos nacionais da defesa civil, nos planejamentos da política de assistência, do Suas, como a gente vê sendo feitos.

Então, aqui eu estou ilustrando alguns caminhos no desenvolvimento das políticas setoriais que têm a ver sobretudo com estratégias de adaptação e mitigação e que certamente precisam de contar com outros aportes de outros atores, como a exemplo o do Acnur, mas também do próprio setor privado, academia e, mais importante, com as percepções das próprias populações afetadas e eventualmente deslocadas, que são aquelas que melhor saberão que tipo de desafio enfrentam e de que forma isso tem que ser traduzido nas políticas.

Então, eu vou deixar meu comentário aqui, Senador, mas fico à disposição também para outras perguntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos à Sra. Silvia Sander, Oficial de Proteção do Acnur Brasil. Parabéns pelo trabalho que vem fazendo! – na exposição que eu estou acompanhando, viu?

Fica aqui meu carinho também – e acho que de toda a Comissão também – para a Médicos Sem Fronteiras, porque a Médicos Sem Fronteiras também está se dedicando ao atendimento praticamente voluntário.

Com a palavra agora o Sr. Tenente-Coronel BM Jaldemar Ribeiro Pimentel Júnior, representante do Ministério da Justiça.

O SR. JALDEMAR RIBEIRO PIMENTEL JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou me atentar aqui às duas perguntas, que se encaixam mais realmente na parte do Ministério da Justiça; à do Pedro, do Rio de Janeiro: "Como garantir o retorno seguro e digno [...]", que o Dr. Tarciso já comentou.

E aí vai novamente aquele mesmo discurso que eu fiz anteriormente sobre a permanência dos trezentos FNs nos municípios já citados de Canoas – Mathias Velho –; Porto Alegre; Nova Santa Rita; e São Leopoldo, que acreditamos que são as áreas mais críticas neste momento. Eu acredito que já responde à pergunta do Pedro.

Quanto à pergunta do Vagner, de São Paulo, sobre a falta de planos de prevenção contra catástrofes, eu vou entrar só nessa primeira frase, vou me abster dessa situação do resultado de má administração de recursos públicos e vou me ater simplesmente ao que me cabe, que é essa questão das catástrofes, e, assim, eu vou ser bem enfático na seguinte situação: a gente tem enfrentado desafios com essas questões desses problemas climáticos, esses novos eventos com que a gente está se deparando.

Com relação às queimadas, falando agora de incêndio florestal – não é o tema, mas só para tentar contextualizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode falar porque tem a ver, tem tudo a ver.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JALDEMAR RIBEIRO PIMENTEL JÚNIOR – ... a gente já vem tratando bem preventivamente. Como? Primeiro, eu quero dizer aos senhores que tudo que a gente vai falar, a tudo que vai responder com relação à catástrofe, a gente tem que buscar, antes de tudo, a questão da conscientização da população. Se a gente não tiver uma população consciente – e isso a gente tem aprendido com países do primeiro mundo –, se a gente não tiver a consciência da população, a gente não vai conseguir fazer a parte preventiva, a gente vai ficar simplesmente nessa situação reativa, só na reação.

Então, tem que vir muito desse trabalho com a população, que é o que já vem sendo feito principalmente com o apoio do Ibama e do ICMBio. Através do Prevfogo, a gente vem formando as brigadas de incêndio. E a gente vem formando não só as brigadas de incêndio dentro do próprio Prevfogo, que é uma troca de conhecimento, porque o Prevfogo também tem uma experiência muito vasta, mas a gente vem formando as brigadas nos municípios que são bem acometidos pelos incêndios florestais anualmente. Então, nessa parte de incêndio florestal, eu acredito que está bem realizada, pelo menos, estamos buscando isso com o apoio da população.

E aonde eu estou querendo chegar? Essa questão dos brigadistas que a gente forma de outros municípios faz com que a população se junte às forças de segurança, então, a gente trabalha sempre em conjunto. E isso está sendo muito proveitoso.

A situação do Rio Grande do Sul é, como o próprio nome já diz, gente, uma catástrofe, enfim, é de uma magnitude que eu mesmo não observei durante os meus 37 anos de Corpo de Bombeiros de Pernambuco e na Força Nacional. É uma linha divisória? Vai ser. Está sendo um marco para que a gente agora consiga realmente sentar e planejar de forma bem mais preventiva essas ações.

O que a gente vem fazendo, a Força Nacional? Buscar junto à Ligabom – a gente vai ter até umas reuniões agora, na próxima semana, e teremos uma hoje à tarde no Ministério do Meio Ambiente também tratando do assunto – descentralizar esse efetivo e essa parte logística, porque a gente entende que a resposta tem que ser, como já diz mesmo a palavra – resposta vem de rápido –, enfim, a ação tem que ser bem mais rápida do que foi, do que vem sendo feita. Então, a gente vai tentar descentralizar, porque toda a parte logística da Força Nacional, só para os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores entenderem, se concentra basicamente aqui no Distrito Federal. A ideia é descentralizar todos esses recursos que nós temos, logísticos e de efetivo de recursos humanos para as regiões.

A ideia da Ligabom é ela colocar um regional responsável por cada um desses locais, enfim, definir um estado para que a gente tenha uma reação mais rápida a esses eventos. E é isso que eu tenho a responder aqui para o Vagner, neste momento.

Vamos ter reuniões, são planos que vão ter que amadurecer muito. Torno a dizer: é uma catástrofe, essa do Rio Grande do Sul, de dimensões nunca vistas antes. Recordo-me de que lá o Sr. Ari falou da cheia de 1941, não é, Presidente? Enfim, mas ele disse que a cheia de 1941, comparada a esse evento, foi uma chuva breve.

Então, enfim, é um marco divisório – é, sim. É, sim, e a gente está aqui para isto: para trabalhar. Vamos sentar-nos à mesa e buscar os planejamentos que forem necessários para trabalharmos agora, preventivamente, e não reativamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Tenente-Coronel, BM, Jaldemar Ribeiro Pimentel Júnior, que falou em nome do Ministério da Justiça.

Eu, neste momento, passaria a palavra aos Senadores, mas antes, já como eu percebi aqui, que 90% das perguntas são endereçadas ao Governo, nós vamos, então, deixar pré-agendado, eu quero garantir já – porque eu presido também a Comissão de Direitos Humanos do Senado, não é? – que, na próxima segunda-feira, no mesmo horário, a conversar com os Senadores, naturalmente, aprovaremos. Hoje nem podemos aprovar. Na próxima segunda-feira, nós faríamos a outra reunião, consultando, naturalmente, setores do Governo que possam vir responder a essas perguntas e teremos muito mais, com certeza, na próxima segunda-feira.

E, na quinta-feira, teremos, então, a reunião normal desta Comissão, com o espaço deliberativo desta Comissão dos encaminhamentos. Claro que nada se disputa; é tudo encaminhado por comum acordo.

Para tranquilizar a Comissão de Direitos Humanos, quarta-feira teremos Comissão normal, deliberativa e outros encaminhamentos que forem necessários na quarta. Agora, segunda e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quinta, eu vou dar preferência para a Comissão Externa do Senado, que está tratando da questão do Rio Grande do Sul.

Eu digo isso já porque sempre vai ter alguém lá para reclamar. Então, está liberado; eu vou cumprir, o.k.?

Passo a palavra, com satisfação, ao Senador Ireneu, que tem viajado conosco todo esse período e se deslocou, inclusive, por algumas cidades também, como o Senador Mourão se deslocou, como eu também me desloquei.

A palavra é sua, Senador Ireneu.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Bom dia a todos. Uma saudação toda especial aos colegas Paim e Mourão, que estão aqui, aos nossos convidados e aos que estão nos assistindo.

Eu escutei e quero cumprimentar todos os palestrantes pelas exposições que fizeram, acho que são fundamentais, são importantes. Eu li todas as perguntas aqui, eu vou dar uma posição geral sem especificar situação A, B, C ou D.

Nós falamos muito aqui na região próxima de Canoas, Porto Alegre, Vale do Taquari e tal, e não falamos, em nenhum momento, da origem do problema. Eu fiquei atento a isso, Paim.

Este fim de semana, no sábado, eu tive a visita do ex-Prefeito de Bento Gonçalves, que ficou o dia comigo, e também viajei ontem, aliás, com a Prefeita de Santa Tereza, de Roca Sales, de Muçum, que estavam no mesmo voo em que eu estava; a gente conversou um pouco antes.

Ali na região de Bento Gonçalves, que é uma região extremamente montanhosa, a chuva foi de 700 a 800mm concentrados em dois, três dias. E, no total, somando de lá até aqui, já passa de mil milímetros.

Quando deu essa chuva torrencial, o que aconteceu? Aquela região é uma região montanhosa, muitos lugares com árvores, com mata, com parreiral e assim por diante, e a chuva foi tão intensa, que... No morro, tem uma camada de terra e, embaixo da terra, tem a pedra, a laje. Então, quando a chuva foi demais, aquela terra toda amoleceu, cedeu e desceu morro abaixo, desceu e criou... Ele mostrou inclusive imagens de helicóptero sobrevoando a região. Aqueles





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

morros todos cheios de... Parece uns talhões abertos, assim, onde desceu árvore, pedra, terra, tudo.

E ali, naquela região, morreram 23 pessoas soterradas. Isso quem me falou foi o Deputado Paim... Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Paim foi Deputado.

O SR. IRENEU ORTH (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Paim foi, não é? (*Risos.*)

Então, ali desceu, passou por cima de estradinhas que tinha e foi até o rio na maioria dos lugares. Ele inclusive comentou que, num lugar, na rodovia que vem de Bento a Veranópolis, desceu o morro, numa quantidade muito grande de terra, atravessou o asfalto, levou uma casa junto, desceu até o rio, e a onda do rio foi tão alta, que, no outro lado do rio, afetou duas casas, e morreu gente.

Então, tudo que desceu dali se encalhou no rio abaixo: restos de árvore, de madeira, de pau, de casa, enfim, tudo, terra e tal, e aí, com aquela quantidade de água toda, o que é que aconteceu? O rio começou a assorear o que não estava assoreado, e a água começou a sair além do limite com que saía antigamente, e aí foi onde pegou a inundação em Santa Tereza, Roca Sales, aonde fomos, Encantado, no sul, e foi embora, Lajeado, Cruzeiro do Sul, e acabou chegando a Porto Alegre, na região da grande Porto Alegre, onde afetou essa situação que o Coronel ali falou.

A água, ali naquela região, praticamente não tinha mais corredeira. Ela represou, e as casas ficaram embaixo d'água.

Então, o número de pessoas afetadas naquela região é muito maior onde parou a água, mas, se nós considerarmos o problema dos morros que desceram... E aí alguém pergunta se dá para culpar o Prefeito por isso. Não tem como. A não ser que a chuva tenha sido provocada artificialmente, o que eu não acredito.

Onde choveu toda essa quantidade, não tem o que segure.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aquela situação lá de Bento e à volta de Bento, nos morros, é uma questão natural. Não tem o que fazer. Como é que você vai prever uma chuva de 700 a 800mm em dois dias? Ai, o resto é consequência.

Bom, dá para fazer algumas coisas nas cidades abaixo? Alguma coisa dá, não tem dúvida: o desassoreamento dos rios é uma delas. Vai eliminar... Não sei se elimina, mas pode diminuir.

Outra coisa: não construir casas tão próximas ao rio. Mas o rio, como nós vimos naquela propriedade lá, em 134 anos, nunca chegou água. Agora chegou e levou tudo embora.

Por que é que subiu tanto? Talvez em função do problema lá do alto.

Aquele problema do alto, foi tanta água, tanta chuva, tanto entulho que trancou o rio, e o rio foi por cima.

Então, essas coisas são sobrenaturais. É catástrofe mesmo, como foi dito aqui. E o ser humano não tem muito o que fazer.

O que o ser humano pode fazer, nas cidades mais baixas – e, no estado, nós estamos trabalhando bastante –, em muitos locais, são açudes, represamento de águas na parte alta. E daí, quando chove bastante, você reserva; pelo menos uma parte da água fica reservada para ser utilizada no verão depois. Vai solucionar? Não, mas pode minimizar a situação. Então, o Governo do estado – já o passado, e agora também – está trabalhando com força nisso, mas, quando vêm essas quantidades de água tão grandes, tu não consegues solucionar.

O que temos que fazer daqui para frente? Muitas pessoas não vão poder voltar ao local onde estavam, desde os morros até as cidades, pela perspectiva, pelo risco de enchentes futuras. Então, vai ter que ser feito realocamento. As prefeituras vão ter que se envolver, assim como o estado e a União, principalmente com dinheiro, recursos. Se a União não tem recursos suficientes... É porque não é só a casa, vão ter que comprar terreno. Lá onde estava a casa antes, aquele terreno não vale mais nada – se ele valia 100, vale 30 hoje. Então, é um trabalho árduo, de muito tempo, de muitos anos.

E esta Comissão, Senador Paim, eu acho que tem a missão de ouvir essas ponderações todas e orientar ou dar sugestão aos governos. É lógico que os governos, tanto o municipal como o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estadual e o federal, cada um na sua posição, devem ter feito levantamentos, ideias e tal, mas o mais importante vai ser recurso para isso, recursos para a compra de áreas, para a construção e para a realocação de grande parte dessas pessoas. Na verdade, o nosso compromisso, enquanto políticos e tal, é dar essa orientação, esse seguimento, para nós não deixarmos os nossos irmãos desalojados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Ireneu. Parabéns pela sua fala.

Sabem que eu estive, semana que passou, no Caí? E teve lá alguns especialistas que mostraram, com muita clareza... Eu até assumi um compromisso lá – mas eu assumi, porque cada um de vocês tem seus compromissos nas regiões – de dar para esse projeto... Aliás, eu dar não, porque eu não dou nada; quem dá é o Orçamento da União, é o Orçamento da União. É porque a gente, às vezes, diz: "Não, eu mandei tanto". Eu não mandei nada, eu apenas indiquei, e o Orçamento vai garantir R\$1 milhão para um projeto que trata de todo o Vale do Caí, desde lá das nascentes chegando, claro, a Porto Alegre – não vou citar o nome de todas as cidades. O Tarso Genro já tinha dado R\$1,4 milhão. Então, o projeto de prevenção já estava andando. E, com esses R\$1 milhão, eles acham que completam o projeto, ou seja, no papel. E daí eu recomendei a eles... E assim parece que eles vão fazer, já estavam em contato com o Marcon, que é da bancada gaúcha, porque vai precisar de um investimento de vulto que uma emenda de bancada resolve para eles encaminharem o projeto e fazerem andar... Depois, tem que ter ajuda, claro, do estado e da União. É algo em torno de R\$12 milhões de que eles precisariam de imediato. Eu dei emenda individual, o que é normal, nós todos aqui demos emenda para as cidades que foram atingidas, todos nós mandamos. Às vezes, perguntam: "Ah, mas os outros estados só mandaram 10%?". Sim, mandaram, porque foi a opção deles. Nós três Senadores do Rio Grande do Sul demos 100% das nossas emendas, naturalmente, neste momento, para atender ao Rio Grande do Sul. Isso se soma, e, se pegarem emendas extras – acho que vieram com outras –, vai dar em torno de quase R\$100 milhões, mas isso é nossa obrigação, porque quem está dando isso é o Orçamento da União. Outros estados deram em torno de 10% das suas emendas, que são também bem-vindas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu passo a palavra ao Senador Mourão, que é o nosso Relator e que tem estado presente em todas as reuniões, em todas as viagens de que nós participamos, como o Ireneu também, não é?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente Paim, bom dia; bom dia, meu amigo Ireneu.

Queria cumprimentar os nossos debatedores – a Sra. Silvia, o Dr. Tarciso, o Tenente-Coronel Pimentel – pelas exposições que fizeram, bem objetivas e se atendo ao tema aqui que foi colocado, porque nós estamos debatendo o PL 2.038 e essa questão de deslocamentos internos.

A história da humanidade está repleta de migrações forçadas que as populações sofreram. Pega lá o êxodo israelita, que saiu do regime de escravidão em que estava no Egito para chegar àquilo que era a terra prometida. Todas as migrações que ocorreram fruto das invasões nômades – seja de mongóis, de hunos... Porque todos procuravam aquilo, atingir aquela região que o historiador Ian Morris chama das latitudes afortunadas – viu, Dr. Tarciso? –, que é aquela região da Europa Central e que vai até o centro da China, onde a vida é mais fácil em termos de acesso às facilidades de terra, sol, água.

E aqui o Brasil é um país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, que tem uma população de 213 milhões de habitantes, segundo o Censo de 2022 – devem estar faltando uns 7 milhões aí, eu acho que nós temos 220 milhões –, mas temos vazios demográficos enormes. Aqui a nossa população é muito concentrada no Sul e Sudeste; o Centro-Oeste é vazio, a Amazônia, então... O Nordeste, também. E aqui nós conhecíamos o deslocamento fruto da tragédia da seca, isso é algo que sempre atingiu o Brasil – e aí está o nosso amigo Pimentel, representante do nosso glorioso Estado de Pernambuco. O deslocamento forçado das pessoas do Nordeste para o centro-sul do Brasil sempre foi uma realidade aqui.

O Rio Grande do Sul já teve deslocamento, mas é um deslocamento diferente. O Rio Grande do Sul e seu povo é um estado de colonizadores. Então, é um grupo de gaúchos – até o meu amigo Ireneu é um desses – que foi se estabelecer em terras de outros estados: primeiro, ali no oeste do Paraná, depois subimos para o Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso, chegamos à Amazônia, ao Piauí, ao Maranhão, ao Tocantins, à Bahia, mas agora é diferente. Agora não é o deslocamento colonizador, são aquelas pessoas que viviam numa vida ali de classe média, classe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

média baixa, outros até bem abaixo disso, e que perderam tudo. Eu tenho me batido – não é, Paim? – o tempo todo, deixando claro que essa turma precisa de dinheiro, e é dinheiro... Tem uns que têm condição de receber aquilo como empréstimo, porque podem pagar, mas tem uma imensa maioria que não pode pagar. Então, eu acho que a União tem que acordar para isso, entender que tem que fazer uma expansão fiscal independente da dívida que você gerar daí, mas tem que atender essas pessoas.

Essas pessoas precisam de dinheiro. Não adianta eu dizer para aquela pessoa que tinha um salão de beleza que ela pode ir ao banco tomar R\$100 mil para reconstruir o salão de beleza dela se ela não tem como pagar. Ela tem que receber aquele dinheiro e ter um prazo aí, dez anos, doze anos, para devolver isso com o fruto do suor do trabalho dela. E não é só o salão de beleza; é a barbearia, é o mercadinho, tudo aquilo que havia lá no lugar que tu conheces muito bem, porque moraste ali na Mathias Velho, assim como lá em Eldorado do Sul, assim como na Vila Farrapos e nas cidades em que nós estivemos, no Vale do Taquari. Então, é difícil isso aí.

E temos que olhar para frente, e o para frente é planejamento. E aqui, lamentavelmente, no nosso país, planejamento não é algo que redunde em ações efetivas. Existe, vamos dizer assim, uma certa redundância em parar no planejamento. Eu planejo, mas não executo aquilo que eu planejei. E esta Comissão tem esse papel de bater nessa tecla o tempo todo, apoiar os gestores, o Governador, os Prefeitos, não é? A gente tem tido contato direto, os Prefeitos vão estar aqui nesta semana, a partir de amanhã, em reunião com a nossa bancada, e nós temos que apoiá-los e orientá-los com todas as ideias que nós estamos recebendo.

Era isso, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus parabéns, Senador Mourão, pela sua fala, objetiva também, como foi a do Senador Ireneu.

Agora, se vocês, convidados, entenderem, eu daria a palavra para as considerações finais para cada um de vocês, e daí nós fechamos a nossa reunião, já que ela atingiu todos os seus objetivos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Sra. Silvia Sander, Oficial de Proteção do Acnur Brasil, para as suas considerações finais, se entender necessário, por cinco minutos.

A SRA. SILVIA SANDER (Para expor.) – Muito bem, muito obrigada mais uma vez. Quero agradecer aqui o convite ao Acnur para esse debate e também mencionar, Senador, que, no dia 20 de junho, em Belém do Pará, o Acnur realizou um evento, um seminário e uma oficina, intitulado "Mudanças Climáticas, Deslocamentos e Direitos", que tinha por objetivo principal elaborar contribuições sobre a elaboração de políticas públicas nesse contexto de deslocamentos e de questões relacionadas à mudança do clima.

Esse seminário foi feito com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e também do Ministério da Justiça, também com a participação do MDS e de atores internacionais e nacionais diversos, e dali saiu uma série de considerações, inclusive sobre metodologias referentes a como melhor produzir dados nessas matérias, para que tipo de proposta ou recomendação são relevantes os dados da Sedec, da Defesa Civil, ou os dados de outros atores. Esse evento, Senador, gerou uma relatoria, e eu queria também colocar à disposição os insumos que saíram dali, à disposição desta Comissão naquilo que for relevante, como mais uma contribuição ao debate.

Quero dizer que nós ficamos à disposição para o seguimento da discussão em torno do PL e também em comunhão de esforços aqui para os próximos passos em apoio ao Rio Grande do Sul.

Mais uma vez, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Acnur pelo trabalho que tem feito no Brasil e no mundo.

Passo a palavra agora – vou deixar o Tarciso para fechar – ao Tenente-Coronel BM Jaldemar Ribeiro Pimentel Júnior, que falou aqui em nome do Ministério da Justiça.

O SR. JALDEMAR RIBEIRO PIMENTEL JÚNIOR (Para expor.) – Primeiramente, quero agradecer, Presidente, o convite feito, direcionado à Diretoria da Força Nacional, especificamente, até porque é quem realmente estava lá no terreno. Enfim, eu fico bastante feliz por estar aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aproveitar o momento, e não poderia me furtar a isto, até porque tive a honra e o prazer de conhecer muitos gaúchos, enfim... Não conhecia o estado. Eu viajei por tantos estados pela Força Nacional, mas não conhecia o Estado do Rio Grande do Sul. Quero voltar lá em outra situação, não esta. Eu só queria dizer o seguinte: a Força permanecerá lá, como eu falei, e disto não tenho dúvida, pelo tempo que for necessário. Isso eu falo aqui, falei lá para os gaúchos que conheci e digo aos senhores o seguinte: o maior herói de toda essa catástrofe foi o povo gaúcho, não foi nenhuma força de segurança. Nós fomos apoiar, mas os primeiros heróis, eu digo, o maior protagonista é o povo gaúcho. Eu digo isto porque conheci, vivi com eles, trabalhamos juntos... Enfim, esses são os grandes heróis.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos ao Tenente-Coronel BM Jaldemar Ribeiro Pimentel Júnior, mas permita que nós gaúchos possamos dizer que nós podemos ter sofrido muito, perdemos quase 200 pessoas, pelos dados oficiais, porque todo mundo sabe que pode ser mais, mas, se não fosse... Porque muitos não estão valorizando o poder do Estado, e eu faço questão de valorizar que os gaúchos e as gaúchas estão resistindo e vão continuar resistindo, mas o apoio do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, dos bombeiros, dos voluntários e de todos aqueles que, de uma forma ou outra, se dedicaram usando a força do Estado para ajudar os gaúchos é por nós muito reconhecido.

Ficam aqui o nosso respeito e o carinho. Se alguém tinha alguma dúvida, que não tenha. Tem alguns que dizem: "Ah, mas o Estado não está fazendo nada". Como não está fazendo nada? Olhem, não ouvem rádio, não assistem TV, não leem jornal? O Estado está fazendo, sim, desde o Prefeito lá, desde, como foi dito aqui, a Brigada Militar, desde os bombeiros, o Ministério da Justiça, muito bem representado aqui por V. Exa... O Governo Lula instalou um representante permanente no estado.

Então, na reunião que vamos fazer aqui, como eu falava aqui com a Renata, nós vamos deixar que o Governo mande para cá as pessoas que ele entende que possam responder. Não vai sair de nós a indicação de nenhum nome. Vamos convidar diversos ministérios, e o Governo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandará para cá. E oxalá possamos fazer isso na próxima segunda-feira, porque tudo é urgente. Por isso, já tínhamos programado uma reunião por semana, e estamos fazendo duas. Tínhamos preparado uma viagem para o Rio Grande do Sul, já fizemos duas, quase que correndo, pela urgência. E estou, vendo pela demanda da sociedade, por essas 15 ou 20 perguntas que chegaram, que cada vez vão exigir mais, vão cobrar mais, e têm que cobrar mesmo, têm que exigir, porque esse é o dever de nós que estamos aqui nesta Comissão, como todos os Poderes constituídos: Prefeito, Governador e Presidente da República. Estou aqui sinalizando aqueles que capitaneiam esses três Poderes.

Por favor, agora com a palavra o Sr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado, que foi uma das pessoas que inspirou esse projeto e que, pela abrangência dele, tenho certeza de que a Casa vai aprová-lo como uma política de prevenção de onde colocar as pessoas.

O SR. TARCISO DAL MASO JARDIM (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Inicialmente, como gaúcho, evidentemente, o esforço de tentar preencher lacunas legislativas não está distante do sentimento como pertencente daquela terra tão atingida. Agradecemos ao senhor a recepção das ideias da consultoria dessa Casa, a qual sirvo há 21 anos.

Esse é um projeto que tenta tocar num assunto inexistente ainda no Brasil. Embora seja verdade, Senador Hamilton, que a história brasileira é premiada da migração interna derivada da seca – a literatura é farta em relação a isso –, o fato do Rio Grande do Sul foi tão impactante que é ele que vai gerar talvez a legislação sobre o assunto. Ao nos aproximar do povo gaúcho, eu me recordo lá, da audiência em Eldorado, de uma senhora dizendo que estava separada da filha e que chegou, inclusive, a viver entre os porcos, no chiqueiro, como ela mesma diz. Então, na realidade, esse é um projeto feito também na emergência. Portanto, seguramente, merecerá o aperfeiçoamento dos ilustres Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Mas podemos tentar resumir, Senador, esse esforço conjunto. Inclusive me parece que o projeto não está a vaticinar a cooperação federativa, pois essa cooperação federativa já está acontecendo, tanto é que estou aqui com um colega vindo do Nordeste, que largou seu suor em solidariedade *in loco* por esse esforço. Então, na realidade, nós estamos a sistematizar e a ampliar a solidariedade significativa, a solidariedade federativa que aconteceu em relação ao Rio Grande do Sul, para buscar a difícil tarefa de integrar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa integração pode, inclusive, ser recebida pelos gaúchos que saíram a colonizar, como disse o Senador Mourão. Mas tenho certeza de que também, localmente, haverá uma resiliência enorme do povo gaúcho. Não vai ser a primeira vez que isso aconteceu na sua história, para que, na realidade, o espírito do projeto – que é a realocação, o regresso com integridade, com segurança – se dará, da melhor forma possível, com a ajuda de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal, que deu uma bela contribuição para esse projeto que nós apresentamos, e que eu espero que seja votado com a urgência necessária.

Então, eu termino somente agradecendo aos expositores: a Sra. Silvia Sander, Oficial de Proteção da nossa querida Acnur Brasil; o Sr. Tarciso Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal, que tem nos ajudado aqui, na Comissão dos Refugiados e também na Comissão de Direitos Humanos, e o Tenente-Coronel Jaldemar Ribeiro Pimentel Júnior, representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Só a fim de encaminhamentos, informo que o requerimento que nós aqui discutimos e resolvemos apresentar será votado na próxima quinta-feira, como também será votado um requerimento do Senador Hamilton Mourão, para ouvirmos aqui a Embrapa sobre a questão da agricultura no estado – parabéns também pela iniciativa. Com certeza vai ser aprovado.

Eu não coloquei nenhum nome aqui – o Senador Mourão também não colocou –, deixando que a Embrapa tome a liberdade, e a mesma coisa faremos com o Governo, sobre quem eles vão mandar para cá para responder, com certeza, as centenas de perguntas que estão chegando aos nossos gabinetes e aqui também neste momento.

Por fim, as datas específicas das audiências serão informadas posteriormente para que possamos organizar e conciliar com os Senadores. Mas, em princípio, seria na segunda-feira e na quinta-feira. Na quinta-feira, a deliberativa, e as audiências, na segunda pela manhã.

Olha que eu tinha a segunda pela manhã reservada para mim, todas as segundas-feiras, para a Comissão de Direitos Humanos, mas devido à urgência da situação do Rio Grande do Sul,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

eu vou pedir para que a segunda de manhã fique à disposição desta Comissão. Quando a Comissão não usar, eu uso, então, pela Comissão de Direitos Humanos.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos. Antes, devo informar que está convocada reunião liberativa da Comissão para o dia 4 de julho, quinta-feira, às 9h, em Plenário a ser divulgado pela Secretaria da Comissão.

Declaro encerrada a presente reunião.

Uma salva de palmas a todos, não é? Muita luta, muita força para ajudar a recuperar o Rio Grande! *(Palmas.)*

(Iniciada às 09 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia quinze de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde com a presença dos Senadores Otto Alencar, Fernando Dueire, Rodrigo Cunha e Eduardo Girão, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Dr. Hiran, Weverton, Izalci Lucas, Paulo Paim, Wellington Fagundes e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Luis Carlos Heinze e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2308, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono; institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro); cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC); e altera as Leis nºs 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.478, de 6 de agosto de 1997." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 1878, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Cria a Política que regula a produção e usos para fins energéticos do Hidrogênio Verde." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 1880, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Cria programa de incentivos para a produção em escala de células de combustível, aproveitando o potencial das cadeias de valor do hidrogênio, etanol e biogás." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 3173, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Cria o Prohidroverde – Programa Nacional do Hidrogênio Verde, destinado a fomentar a produção, distribuição e utilização de hidrogênio gerado a partir de fontes renováveis de energia." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Vista concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/05/15>

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de maio de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação das seguintes matérias...

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2308, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono; institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro); cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC); e altera as Leis nºs 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com emendas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1878, DE 2022

- Não terminativo -*Cria a Política que regula a produção e usos para fins energéticos do Hidrogênio Verde.***Autoria:** Comissão de Meio Ambiente**Relatoria:** Senador Otto Alencar**Relatório:** Pela prejudicialidade

Autoria: Comissão de Meio Ambiente desta Casa.

A relatoria também está a cargo do Senador Otto Alencar.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1880, DE 2022

- Não terminativo -*Cria programa de incentivos para a produção em escala de células de combustível, aproveitando o potencial das cadeias de valor do hidrogênio, etanol e biogás.***Autoria:** Comissão de Meio Ambiente**Relatoria:** Senador Otto Alencar**Relatório:** Pela prejudicialidade

Autoria da Comissão de Meio Ambiente desta Casa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3173, DE 2023

- Não terminativo -*Cria o Prohidroverde – Programa Nacional do Hidrogênio Verde, destinado a fomentar a produção, distribuição e utilização de hidrogênio gerado a partir de fontes renováveis de energia.*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela prejudicialidade

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes, integrante desta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura dos seus relatórios.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-lo por liderar essa importante iniciativa que impacta muito positivamente no nosso Estado do Ceará; dizer que não poderia estar em melhores mãos do que as do Senador Otto Alencar, que fez um relatório de forma muito democrática. Tivemos audiências públicas aqui, visitas técnicas. E eu queria cumprimentar.

Só por uma questão regimental, como é um assunto muito importante, eu gostaria de pedir vista para, na próxima semana, a gente trazer aqui para votação.

Então, já queria deixar consignado. Se o senhor puder autorizar, como a gente tem outras Comissões acontecendo, eu me retiraria com esse pedido de vista concedido.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Senador Girão, como V. Exa. bem fez referência, esse é um direito regimental que lhe assiste. Peço só a compreensão. Será feita a leitura do relatório. V. Exa. tem toda a liberdade para se ausentar, e fica registrado que a matéria não será votada e que será oficializada a concessão do pedido de vista a V. Exa., que faço meu também.

Então, com vista coletiva, ficamos no compromisso de, na próxima semana, deliberar sobre a matéria.

Então, com a palavra o Senador Relator desta Comissão, deixando claro que só são quatro itens. Não é que eu tenha querido distinguir, embora mereça todas as distinções, o Senador Otto com todas as relatorias. É porque esta Comissão, diferentemente de todas as demais desta Casa, é uma Comissão Especial, e a relatoria já é previamente designada na constituição da Comissão para ele. Se não o fosse, eu teria distribuído, mas tenho certeza de que, em extraordinárias mãos e cabeça, está a tarefa de relatar todos os projetos relativos a hidrogênio de baixo teor de carbono, que tramitam nesta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem mais delongas, com a palavra, o nosso Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço e, inclusive, destaco a presença de 67% da bancada do Senado na Comissão, Senador Cid Gomes, Senador Eduardo Girão – o Senador não está presente, mas comunga da mesma vontade de ver essa matéria regulamentada no Brasil – e também a presença do Deputado Danilo Forte, da Câmara dos Deputados, que também é cearense e vem nos prestigiar com sua presença.

Eu entendo que é importante, Sr. Presidente, mencionar a iniciativa da Comissão de Meio Ambiente, pois, por lá, em 2022, foram apreciados, votados dois projetos: o Projeto de Lei 1.878 e o Projeto de Lei 1.880, todos os dois da Comissão de Meio Ambiente. Também foi apresentado um projeto pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, que é o Projeto 3.173, que vem na mesma direção.

Esses projetos todos tiveram importante papel no debate dessa matéria na Casa Legislativa do Senado Federal, e as três proposições, Sr. Presidente, estão plenamente atendidas no meu relatório. Eu tive a preocupação, inclusive conversei com o Senador Astronauta Marcos Pontes ontem, convidei-o para que pudesse comparecer aqui. No meu relatório... Todas as três matérias estão plenamente contempladas no relatório que eu passo a ler e também no projeto que está pronto para ser avaliado aqui, na Comissão. Com a vista do Senador Eduardo Girão, provavelmente, depois, no Plenário do Senado Federal. Por isso a prejudicialidade das três matérias que V. Exa. citou há pouco.

Eu passo, então, a ler o meu relatório, que, inclusive, já foi publicado hoje pela manhã, para o conhecimento dos Srs. Senadores e das Senadoras.

Esta Comissão que V. Exa. preside – e V. Exa. teve um papel muito importante para que essa matéria pudesse ser votada hoje, até porque compareceu em várias reuniões, várias audiências públicas, com o seu conhecimento da matéria. O senhor foi ao meu Estado da Bahia, esteve lá conosco na Cimtec, e participamos das discussões que foram valiosas na minha avaliação, esteve outros estados, até no exterior, para debater esse tema, que é um tema que é necessário para o país. E esta Comissão foi criada pelo Senador Presidente Rodrigo Pacheco, que preside e tem já as condições de avaliar futuramente – como houve pedido de vista – depois no Plenário do Senado Federal.

Eu colhi várias contribuições, inclusive de V. Exa., do Senador Cid Gomes, de outros técnicos. Recebi, no meu gabinete, os representantes do Ministério da Fazenda. V. Exa. também esteve lá com o Ministro Fernando Haddad, para que pudesse dar conhecimento daquilo que nós vamos ler e do projeto que vai ser avaliado.

Portanto, esta Comissão foi instalada em 14 de março de 2023, com dez membros. Ela buscou, de todas as formas, dar voz aos desafios de hidrogênio de baixo carbono e hidrogênio verde no Brasil para aperfeiçoar o que já existe e propor o arcabouço necessário para colocar o país na vanguarda da tão sonhada transição energética, fundamental para a estabilidade das condições climáticas do nosso país e do mundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No exercício passado, realizamos diversas atividades e discutimos o arcabouço legal similar ao que estamos avaliando agora. Entre essas atividades, destaco a visita à União Europeia e as sete audiências públicas levadas a cabo em todo o Brasil, sob a liderança do Senador Cid Gomes.

A Câmara de Deputados, no mesmo espírito público, discutiu e aprovou o Projeto de Lei 2.308, para instituir o marco legal para o hidrogênio de baixo carbono e verde no Brasil.

A matéria é composta de 37 artigos, na forma que se segue no meu relatório.

O art. 1º estabelece a abrangência da proposição legislativa.

O Capítulo II descreve a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, e é composto pelos arts. 2º e 3º.

No Capítulo III estão os instrumentos dessa política, em que destaco o Programa Nacional do Hidrogênio, o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, a certificação do hidrogênio de baixa emissão de carbono, o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro), e os incentivos fiscais, financeiros, creditícios e regulatórios legalmente instituídos. Ele é composto pelos arts. 5º a 35.

O Capítulo IV trata das disposições finais, em que, pelo art. 36, convalida as autorizações para o exercício da atividade de produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados vigentes na data em que for dada vigência ao marco legal, e determina análise de conformidade do órgão regulador competente.

O art. 37 estabelece sua vigência imediata após publicação da lei.

O Projeto de Lei 2.308, de 2023, foi aprovado na Câmara dos Deputados em 28 de novembro de 2023, foi remetido ao Senado Federal em 4 de dezembro, e encaminhada para esta Comissão Especial em 5 de dezembro. Nesse exercício em que fui designado o Relator.

Foram apresentadas três emendas de autoria do Senador Rodrigo Cunha.

A Emenda nº 1 propõe introduzir o etanol como fonte de hidrogênio renovável.

A Emenda nº 2 se destina a restringir a obrigatoriedade da autorização da Agência Nacional de Petróleo para a produção de hidrogênio somente para os casos do uso energético desse produto. A emenda diferencia hidrogênio como combustível e hidrogênio como insumo industrial e dispensa a autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para o segundo caso.

Por sua vez, a Emenda nº 3 retira a obrigatoriedade da utilização de conteúdo nacional e de investimentos em pesquisa e desenvolvimento para habilitação ao Rehidro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Em concordância com o Regimento Interno do Senado Federal, mormente os arts. 71, 74, e 90, é de competência desta Comissão apreciar matérias que lhes forem remetidas, como o PL nº 2.308, de 2023.

A constitucionalidade formal do projeto é verificada por abordar questões tocantes à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio apropriado para apresentação da proposta.

Compete exclusivamente à União legislar sobre energia, conforme o art. 22, inciso IV, e competência concorrente para legislar sobre proteção do meio ambiente, de acordo com o art. 24, inciso VI, da nossa Constituição Federal. Este projeto visa conciliar a promoção da proteção ambiental com a regulamentação do hidrogênio de baixo carbono como fonte energética.

Além disso, a iniciativa parlamentar para propor legislação sobre assuntos de competência da União é legítima, conforme os art. 48 e 61 da Constituição Federal, e não há reserva de iniciativa neste caso específico.

Quanto à forma de veiculação da matéria, uma lei ordinária federal parece adequada, uma vez que não há previsão de outro instrumento normativo, como uma lei complementar, para regular o assunto.

Portanto, o PL atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade e, no tocante à regimentalidade, relevo que o PL está aderente ao que estabelece o Regimento Interno do Senado Federal.

Ele também é efetivo quanto à juridicidade, uma vez que o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado e inova o ordenamento jurídico pátrio; e possui o atributo da generalidade, sendo aderente aos princípios gerais do direito pátrio.

A proposta também é aderente à boa técnica legislativa.

Em relação à adequação orçamentária e financeira, relevo que a renúncia de receita do aperfeiçoamento ao Reidi pode ser estimada da seguinte forma.

Para o primeiro exercício de vigência da lei, não se espera haver implantação de eletrolisadores (o principal impactante em termos de bem de capital), e o nosso país não produz esses equipamentos. Portanto, no segundo e no terceiro exercício, estima-se capacidade de produção de aproximadamente 500 mil toneladas para o ano de 2026 e 500 mil toneladas para o ano de 2027.

Vale ressaltar que, caso não houvesse essa previsão de projetos com benefício do Reidi, haveria concentração em ZPE para que pudesse utilizar mecanismo similar de diferimento de imposto.

Para essa configuração, o impacto em 2025 é zero, em 2026 e 2027 são de aproximadamente R\$2,25 bilhões em cada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Levando em conta que parte do capital a ser utilizado será de terceiros, por meio de mecanismos de financiamento próprios do mercado financeiro, a emissão de debêntures poderá ter o seguinte impacto nos três exercícios subsequentes.

Para o ano de 2025, não há impacto. Para os exercícios de 2026 e 2027, considerando a utilização de capital de terceiros para implantação de bens de capital similar ao Reidi, teremos R\$150 milhões e R\$300 milhões respectivamente.

Dessa forma, consideramos estarem atendidos os requisitos de adequação orçamentária do PL que debatemos sobre o marco legal, regulatório e institucional do hidrogênio de baixa emissão de carbono.

Passemos ao mérito.

A adoção de uma nova matriz energética representa um dos principais desafios globais, especialmente no contexto da necessidade de uma profunda descarbonização nos setores industriais e de energia, bem como nos meios de transporte. A utilização final em alguns desses setores apresenta desafios significativos, o que nos impulsiona a buscar soluções eficazes e complexas, incluindo a possibilidade de um novo arcabouço legal para a emergente indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono e renovável.

O hidrogênio desempenha um papel fundamental como matéria-prima em diversas indústrias, além de ser um combustível não poluente em seu uso final, já que sua combustão gera energia e água. Essa tecnologia também oferece oportunidades em setores alinhados às principais agendas nacionais de desenvolvimento, como a produção de fertilizantes verdes, novos biocombustíveis e combustíveis sintéticos, bem como avanços nos setores químico e petroquímico. Trata-se de uma convergência que traz benefícios para todos os participantes da cadeia de valor do hidrogênio, contribuindo para o transporte sustentável e a preservação do meio ambiente.

Para o marco legal em discussão, propomos que permaneçam os incentivos já existentes e acrescentamos dispositivos que considero importantes para suprir lacunas novas.

A primeira parte, os incentivos existentes, permite que se produza hidrogênio renovável voltado para exportação a partir de Zonas de Processamento de Exportação. A segunda parte, os novos mecanismos, busca olhar o mercado interno, dando tratamento de investimentos em bens de capital, para não somente permitir o aproveitamento em exportação, mas permitir que os setores nacionais que podem agregar valor em suas cadeias produtivas possam usufruir da nova economia de baixo carbono.

O PL 2.308, de 2023, trouxe alguns aperfeiçoamentos que discutimos anteriormente. Proponho aperfeiçoamentos aderentes aos que discutimos quando da aprovação, no ano passado, do PL 5.818, de 2023.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Rehidro, propusemos que os incentivos creditícios e tributários tenham vigência por cinco anos, a partir de 1º de janeiro de 2025, e que haja metas e objetivos a serem alcançados por meio de tais benefícios, com acompanhamento por órgão devidamente designado por normativo infralegal. Essa medida permite que o projeto de lei se alinhe aos normativos orçamentários vigentes.

Nos arts. 30 a 34, por sua vez, remodelamos o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), de modo a implementar de forma concreta uma política de indução à produção do hidrogênio renovável e à nova industrialização do Brasil, inspirado em modelos utilizados por outros países, porém, adaptados à realidade brasileira. A emenda inova ao prever um crédito fiscal para indústria do hidrogênio.

Os novos arts. 37 e 38 trazem os mecanismos de incentivo largamente debatidos ao longo do ano passado. São eles: a permissão para recebimento de Declaração de Utilidade Pública (DUP) em parcela da infraestrutura dedicada à produção de hidrogênio e o aperfeiçoamento da lei de zonas de processamento de exportação.

Em termos globais, há incentivos contidos em políticas públicas de diversos países do mundo para a produção de hidrogênio renovável, como, por exemplo, os Estados Unidos da América e outros países. Observamos, então, uma competição global para atrair investimentos para a produção de hidrogênio renovável e de baixo carbono.

Adicionalmente, a partir de 2026, o mecanismo de ajuste de carbono na fronteira irá taxar produtos de acordo com sua emissão ao entrar no mercado europeu, o que incentivará a adoção de processos produtivos com menor emissão e potencialmente consumidores de hidrogênio renovável e de baixo carbono.

Como resposta brasileira, visando manter a competitividade do território nacional, com bases ambientais aderentes ao Acordo de Paris e ao que discutiremos, em 2025, na 30ª Conferência das Partes em Belém, propomos o fomento econômico via novos dispositivos deste projeto de lei.

Vale lembrar que esta política de promoção ao hidrogênio renovável e de baixo carbono se pauta na fórmula das últimas décadas em que o Brasil elaborou políticas públicas sólidas para diversificação do setor energético, como Proálcool, Proinfra e RenovaBio. Essas ações contribuíram para o fortalecimento e o desenvolvimento dos biocombustíveis e das novas fontes alternativas de energia elétrica.

Nessa linha, propomos, pois, que seja temporário o fomento ao hidrogênio, na forma de crédito nos cinco primeiros anos, a partir de 2027, quando esperamos haver produção do novo energético.

Importante também, neste derradeiro momento, mencionar as primeiras propostas que foram apresentadas aqui no Senado Federal e que deram início ao debate para a elaboração de arcabouço legal que estamos apreciando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram apresentados à Comissão de Meio Ambiente, como já falei antes, projetos da Comissão de Meio Ambiente e também do Senador Astronauta Marcos Pontes. Considero que as três propostas estão plenamente contempladas neste projeto de lei. Por isso, ao apreciarmos esta proposta, irei sugerir aos meus nobres pares desta Comissão a prejudicialidade deles, como fiz antes.

Espera-se, pois, haver condições de crescimento significativo de toda a cadeia do hidrogênio e derivados no mercado nacional e dos setores que dependem dessa nova fonte de energia para seu processo de descarbonização.

Com relação às emendas apresentadas, acatarei parcialmente o mérito da Emenda nº 3, pois acreditamos que a obrigatoriedade de investimentos em conteúdo local por beneficiárias do Rehidro pode limitar a competitividade e a inovação no mercado. Além disso, há risco de não haver fornecedores no mercado nacional para os principais componentes da indústria do hidrogênio, como falei antes. Nesse sentido, julgamos adequado introduzir dispositivo para dispensar a exigência de conteúdo local em situações nas quais inexistirem equivalentes nacionais para equipamentos ou produtos.

Diante disso, Sr. Presidente, o voto é pela constitucionalidade, pela juridicidade, pela regimentalidade e pelo atendimento do quesito de boa técnica legislativa do Projeto 2.308, de 2023; e, no mérito, somos pela aprovação da proposição em conjunto com as emendas que constam deste voto, pela aprovação parcial da Emenda nº 3 e pela rejeição das demais emendas.

As emendas:

EMENDA Nº - CEHV

(ao Projeto de Lei nº 2308, de 2023)

O art. 4º do Projeto de Lei nº 2308, de 2023, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º

V – certificado de hidrogênio: documento emitido exclusivamente por empresa certificadora credenciada, como resultado do processo de certificação de hidrogênio, que deve incluir, pelo menos, as características contratuais dos insumos empregados, a localização da produção, as informações sobre o ciclo de vida e a quantidade de dióxido de carbono equivalente emitida, como resultado do processo de certificação de hidrogênio.

XIII – Hidrogênio renovável : hidrogênio de baixa emissão de carbono, combustível ou insumo industrial coletado como hidrogênio natural ou obtido a partir de fontes renováveis, incluindo o hidrogênio produzido a partir de biomassas, biocombustíveis, assim como hidrogênio eletrolítico, produzido por eletrólise da água, usando energias renováveis, tais como solar, eólica, hidráulica, biomassa, biogás, biometano, gases de aterro, geotérmica e outras a serem definidas pelo Poder Público.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§ 1º A definição da escala de emissões de que trata o inciso XII do *caput* deste artigo deverá preservar o valor inicial previsto nesta lei até 31 de dezembro de 2030, podendo, a partir dessa data, ser revista em regulamento.

.....”

EMENDA Nº - CEHV

(ao Projeto de Lei nº 2308, de 2023)

O art. 4º do Projeto de Lei nº 2308, de 2023, passa a vigorará acrescido do seguinte inciso XIV, renumerando os demais:

“Art. 4º

.....

XIV – Hidrogênio Verde [tirei o hidrogênio em inglês e botei hidrogênio verde, no nosso português, pois vale a pena também a gente valorizar a nossa tão bela língua portuguesa]: hidrogênio produzido por eletrólise da água, a partir de fontes de energia eólica e solar.

.....”

EMENDA Nº - CEHV

(ao Projeto de Lei nº 2308, de 2023)

O art. 26 do Projeto de Lei nº 2308, de 2023, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 26.

.....

§ 2º Regulamento deverá estabelecer, como requisito para a habilitação no Rehidro:

I - percentual mínimo de utilização de bens e serviços de origem nacional no processo produtivo, sendo dispensada a exigência em casos de inexistência de equivalente nacional ou a quantidade produzida for insuficiente para atendimento da demanda interna;

II - investimento mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

§ 3º Os incentivos tributários aos beneficiários do Rehidro terão vigência de cinco anos, a partir de 1º de janeiro de 2025.

§ 4º O Poder Executivo estabelecerá metas e objetivos a serem alcançados por meio da concessão dos incentivos do Rehidro.

§ 5º O Poder Executivo designará órgão gestor responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do benefício tributário quanto à consecução das metas e dos objetivos estabelecidos.”

“Art. 27. É beneficiária do Rehidro a pessoa jurídica que, no prazo de até 5 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2025, seja habilitada para a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono, nos termos de regulamento.

.....”

EMENDA Nº - CEHV

(ao Projeto de Lei nº 2308, de 2023)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 30, 31, 32 e 34 do Projeto de Lei nº 2308, de 2023, passam a ter as seguintes redações:

"Art. 30 Fica instituído o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), com a finalidade de constituir fonte de recursos para a transição energética a partir do uso do hidrogênio de baixa emissão de carbono.

Parágrafo único. São objetivos do [programa] PHBC:

I – desenvolver o hidrogênio de baixa emissão de carbono e o hidrogênio renovável de que trata esta Lei;

II – dar suporte às ações em prol da transição energética em apoio ao Coges-PNH2 de que trata o art. 8º desta Lei;

III – estabelecer metas objetivas para o desenvolvimento do mercado interno de hidrogênio de baixo carbono;

IV – aplicar incentivos para descarbonização com o uso de hidrogênio de baixo carbono nos setores industriais de difícil descarbonização, como de fertilizantes, siderúrgico, cimenteiro, químico e petroquímico; e

V – promover o uso do hidrogênio sustentável no transporte pesado."

"Art. 31. O PHBC deverá conceder crédito fiscal na comercialização de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados produzidos no território nacional, observadas as diretrizes desta Lei, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. Serão elegíveis ao crédito fiscal de que trata o *caput*, os projetos que observem ao menos um dos seguintes requisitos:

I – contribuição ao desenvolvimento regional;

II – contribuição às medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima;

III – estímulo ao desenvolvimento e difusão tecnológica; e

IV – contribuição à diversificação do parque industrial brasileiro."

"Art. 32. A concessão do crédito fiscal de que trata o art. 31 observará o disposto neste artigo.

§ 1º Entre 2027 e 2030, os créditos fiscais mencionados neste artigo serão limitados aos seguintes valores globais para cada ano-calendário:

I – 2027 - R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais);

II – 2028 - R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais);

III – 2029 - R\$ 4.200.000.000,00 (quatro bilhões e duzentos milhões de reais);

IV – 2030 - R\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais).

§ 2º O Poder Executivo definirá o montante de créditos fiscais que poderão ser concedidos, observadas as metas fiscais e os objetivos do programa.

§ 3º Os valores de que trata o § 2º deverão ser previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual encaminhado pelo Poder Executivo federal ao Congresso Nacional.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no § 3º, o Poder Executivo deverá divulgar os montantes de créditos concedidos e utilizados e seus beneficiários.

§ 5º A concessão do crédito fiscal será precedida de procedimento concorrencial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 6º O crédito fiscal de que trata o *caput* deverá ser concedido para produtores ou compradores de hidrogênio de baixo carbono.

§ 7º São elegíveis à apuração dos créditos de que trata o *caput* deste artigo as empresas ou consórcios de empresas que participem de processo concorrencial, nos termos deste artigo e do seu regulamento, e que:

I – sejam beneficiárias do Rehidro, no caso de produtores; ou

II – adquiram hidrogênio de baixo carbono produzido por empresa ou consórcio de empresas beneficiárias do Rehidro, no caso de compradores.

§ 8º O procedimento para a concessão do crédito de que trata o *caput* poderá prever, dentre outras hipóteses:

I - a concessão de créditos em montantes decrescentes ao longo do tempo;

II - que o valor do crédito estará relacionado à diferença entre o preço do hidrogênio e o preço de bens substitutos;

III - a exigência de apresentação de garantia vinculada à implantação do projeto de produção ou consumo de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados; e

IV - a aplicação de penalidades, inclusive pecuniárias, decorrente da não implementação do projeto.”

“Art. 33. Os créditos fiscais de que trata o art. 31 corresponderão a crédito da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

§ 1º O valor dos créditos fiscais apurados será reconhecido no resultado operacional.

§ 2º Observada a legislação específica, os créditos fiscais poderão ser objeto de:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vencidos, relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; ou

II - ressarcimento em dinheiro em até 60 dias, na inexistência ou insuficiência de débitos de CSLL ou de quaisquer outros tributos federais passíveis de compensação.”

“Art. 34. O crédito fiscal de que trata o art. 31 deverá ser concedido para as operações de comercialização de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados produzidos no território nacional ocorridas no período de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2031.”

Outra emenda:

EMENDA Nº - CEHV

(ao Projeto de Lei nº 2308, de 2023)

Acrescentem-se os arts. 37, 38 e 39 ao Projeto de Lei nº 2308, de 2023, renumerando os demais:

“Art. 37. As áreas necessárias às instalações de transmissão e distribuição de energia elétrica de interesse restrito de agente outorgado, que não sejam destinadas ao acesso ao sistema de transmissão ou distribuição, poderão receber declaração de utilidade pública pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1995, desde que sejam dedicadas ao suprimento exclusivo de projetos de produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono.”

“Art. 38. Os arts. 2º, 3º, e 6º-B da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 2º A criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, a qual poderá ser descontínua e/ou expandida, observado o disposto nos §§ 6º e 7º deste artigo, à vista de proposta dos Estados ou dos Municípios, em conjunto ou isoladamente, ou de ente privado.

§ 7º Áreas expandidas são áreas descontínuas com distância indeterminada, destinadas à produção de insumos e de estrutura de armazenamento dedicados exclusivamente à produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono e renovável dentro das áreas a que se refere o § 6º.’ (NR)

‘Art. 3º’

§ 8º Os empreendimentos de hidrogênio de baixo emissão de carbono terão prioridade na análise de que trata o inciso II do *caput*’ (NR)

‘Art. 6º-A’

§ 8º A suspensão prevista no *caput* se aplica no caso de venda ou de importação de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas aos projetos de hidrogênio de baixa emissão de carbono e renovável, incluindo as estruturas de armazenamento do hidrogênio ou derivados na área a que se refere o § 7º do art. 2º.’ (NR)”

§ 9º No caso do § 7º do art. 2º, as suspensões previstas nos incisos I, IV e VI do *caput* serão aplicadas nos casos em que inexistentem equivalente nacional”.

‘Art. 6º-B’

§ 4º Os insumos utilizados na produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono e renovável, incluindo energia elétrica, água, vapor de água, gás natural e outros previstos em regulamento serão enquadrados como matérias-primas, para fins da suspensão da exigência dos impostos e tributos de que trata o *caput*.’ (NR)”

Esse é o relatório, com as emendas que iniciou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bom, eu queria, nobre Senador Otto Alencar, cumprimentá-lo pelo relatório, pela amplitude, pela complexidade, pela boa redação... É óbvio, partimos de um projeto aprovado na Câmara dos Deputados, mas que, certamente, com a sua contribuição, com a sua valiosa contribuição, passa a ter um escopo e uma importância no objetivo de fazermos do hidrogênio uma base energética que possa contribuir para a redução dos gases que causam o efeito estufa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero cumprimentá-lo, cumprimentar todos que trabalharam com V. Exa., todos os seus auxiliares, e dizer que, pessoalmente, me considero atendido, me considero contemplado, me considero satisfeito com esse relatório.

Nós tivemos aqui, no início da sessão, um pedido de vista do Senador Eduardo Girão. Esse é um direito regimental... Esse pedido de vista passa a ser um pedido de vista coletivo, o que assegura que, na próxima reunião da Comissão, nós coloquemos em votação a matéria.

Então, agradecendo a sua extraordinária contribuição e colaboração, não havendo quem...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu só queria falar...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois não.

Então, com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Prezado amigo e Presidente Senador Cid Gomes, eu quero, primeiro, exaltar a participação de V. Exa., a determinação de V. Exa., como Senador da República, como um dos Senadores mais respeitados e mais honrados do Senado Federal, com esse esforço, com esse trabalho que V. Exa. fez, de participar, em vários estados, de ir ao exterior, colher as informações, presidir e trabalhar para que eu pudesse oferecer esse relatório hoje.

Eu queria que V. Exa. me permitisse agradecer aos seus assessores, em nome da minha assessora, a Dra. Cynthia, que ali está, ao Fábio Coutinho, aos representantes também do Ministério da Fazenda que vieram, que discutiram isso, até porque o Senado Federal e o Ministério da Fazenda têm grandes assessores, que são imbuídos do propósito de colaborar para que as matérias tenham a letra de lei que atenda àquilo que é da necessidade do país, como esse novo marco regulatório para o hidrogênio de baixo carbono.

E quero agradecer a V. Exa. e lhe passar às mãos o meu trabalho que tem, sem nenhuma dúvida, a marca desse Senador da República, que é muito respeitado aqui no Senado Federal, o Senador Cid Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto. Pode ter certeza de que todos os conceitos, todas as referências que V. Exa. fez generosamente a mim, eu as tenho em dobro em relação a V. Exa. V. Exa. é um Senador que tem grande respeito, goza de grande reputação, é um Senador que certamente orgulha o Brasil, orgulha o Nordeste e, de modo especial, o seu Estado da Bahia. Tenho certeza de que V. Exa., já tendo dado grandes contribuições a esta Casa, fez jus a dar contribuições maiores ainda. E, para o futuro, conte sempre comigo, para que a gente possa trabalhar juntos e para que eu possa exercer na prática aquilo que é dito em palavras: a minha admiração, o meu respeito, a minha consideração. Então, muito obrigado mais uma vez.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também, lembrado por V. Exa., agradecer a tantos quantos contribuíram ao longo desses vários meses para que a gente chegasse hoje a este momento. É um momento em que se...

Nós já, lembrando aqui, fizemos um projeto sob a sua relatoria, esse projeto foi aprovado nesta Comissão e encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados. Nós temos procurado manter com a Câmara um diálogo. E a Câmara aprovou um projeto, esse projeto veio para cá, é esse que V. Exa. relata agora, dando uma extraordinária amplitude e, de fato, fazendo com que instrumentos fossem aqui colocados, num processo de diálogo com o Ministério de Minas e Energia, com o Ministério da Indústria e Comércio, com o Ministério do Meio Ambiente, mas fundamentalmente com o Ministério da Fazenda.

E quero aqui registrar a sensibilidade que tem pelo tema o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e, em sua pessoa, registrar a de todos os técnicos, do assessor, um dos seus secretários adjuntos, que é o Dubeux, que tem grande sensibilidade, e do Guilherme também, que é uma pessoa no ministério preocupado com a questão da nova matriz energética. O Brasil já é um país pioneiro e pode se transformar no protagonista mundial do hidrogênio verde.

E esse projeto, essa matriz energética, eu não tenho dúvida de que – ela nasce com o objetivo, em primeiro momento, de exportar – o Brasil, cumprindo esse papel, terá no hidrogênio também, no uso interno, uma participação que só tende a crescer. Então, obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir, a vista é concedida coletivamente aos Senadores Girão e Amin.

Nada mais havendo a tratar, fica encerrada esta sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 03 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2024, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e dezenove minutos do dia doze de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde com a presença dos Senadores Otto Alencar, Fernando Dueire, Nelsinho Trad e Eduardo Girão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2308, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono; institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro); cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC); e altera as Leis nºs 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.478, de 6 de agosto de 1997." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação, em conjunto com as emendas de relator apresentadas (Emendas 16 a 20-CEHV), pela aprovação parcial da Emenda nº 3, aprovação parcial da Emenda nº 8, na forma da Emenda nº 9; e aprovação das Emendas nº 5, 6, 9 e 14 e rejeição das demais emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer n. 1/2024-CEHV. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência 1/2024-CEHV. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 1878, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Cria a Política que regula a produção e usos para fins energéticos do Hidrogênio Verde." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer n. 2/2024-CEHV. **Observação:** A matéria segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 1880, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Cria programa de incentivos para a produção em escala de células de combustível, aproveitando o potencial das cadeias de valor do hidrogênio, etanol e biogás." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer n. 3/2024-CEHV. **Observação:** A matéria segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 3173, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Cria o Prohidroverde – Programa Nacional do Hidrogênio Verde, destinado a fomentar a produção, distribuição e utilização de hidrogênio gerado a partir de fontes renováveis de energia." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer n. 4/2024-CEHV. **Observação:** A matéria segue para a Comissão de Meio Ambiente. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde nº 1, de 2024** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2308/2023, que institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono;



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro); cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC); e altera as Leis nºs 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.478, de 6 de agosto de 1997”” **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada, e será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/06/12>

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental...

Registro as presenças do Senador Otto, nosso Relator; do Senador Nelsinho Trad; e do Senador Eduardo Girão. Está se dirigindo para cá o Senador Randolfe.

Então, havendo quórum, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de junho de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação das seguintes matérias.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2308, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono; institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro); cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC); e altera as Leis nºs 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação, em conjunto com as emendas de relator apresentadas (Emendas 16 a 20-CEHV), pela aprovação parcial da Emenda nº 3, aprovação parcial da Emenda nº 8, na forma da Emenda nº 9; e aprovação das Emendas nº 5, 6, 9 e 14 e rejeição das demais emendas.

Observações:

Complementação de voto a ser apresentado na reunião.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1878, DE 2022

- Não terminativo -

Cria a Política que regula a produção e usos para fins energéticos do Hidrogênio Verde.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela prejudicialidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1880, DE 2022

- Não terminativo -

Cria programa de incentivos para a produção em escala de células de combustível, aproveitando o potencial das cadeias de valor

do hidrogênio, etanol e biogás.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela prejudicialidade.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3173, DE 2023

- Não terminativo -

Cria o Prohidroverde – Programa Nacional do Hidrogênio Verde, destinado a fomentar a produção, distribuição e utilização de hidrogênio gerado a partir de fontes renováveis de energia.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela prejudicialidade.

Destaco que os respectivos relatórios foram lidos na última reunião da Comissão, em 15 de maio, oportunidade na qual foi concedida vista aos textos.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a complementação de seus relatórios, em função da apresentação – inclusive me disse isto agora o Senador Otto – agora, cinco minutos atrás, de propostas de emenda ao seu parecer substitutivo.

Então, com a palavra, o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senador Cid Gomes. Também quero parabenizá-lo pelo seu esforço e pela maneira como conduziu, como Presidente, esta Comissão Especial do hidrogênio de baixo carbono.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu recebi, há poucos minutos, duas emendas, que foram encaminhadas no prazo regimental. Por isso me atrasei um pouco, o que não é comum. Eu sempre sou pontual, como é V. Exa. Eu gosto de chegar no horário, para que possamos todos trabalhar e resolver essas coisas que são pendentes no nosso país. Foram duas emendas do Senador Randolfe Rodrigues, Líder do Governo no Congresso Nacional. Uma delas eu achei procedente e acatei, e a outra emenda foi rejeitada.

Eu pedi à minha assessoria que pudesse trazer o parecer, porque não houve tempo para que se o fizesse e eu o trouxesse na hora em que eu cheguei, mas a assessoria já está trazendo e eu vou ler esse parecer, que é complementar ao outro, já que na sessão anterior eu tinha lido o relatório completo, do qual foi feito um pedido de vista pelo Senador Eduardo Girão, que foi concedido por V. Exa. Portanto, não será necessário ler todo o relatório, eu já tinha lido, e é do conhecimento de todos os Senadores e Senadoras; apenas trago a relatoria das emendas que foram encaminhadas, algumas acatadas e outras rejeitadas, e aguardo a assessoria trazer, para que eu possa ler por completo esse relatório. Certamente, com a concordância dos Senadores e diante da necessidade de ter uma solução desse marco regulatório do hidrogênio de baixo carbono, lido o relatório, se todos os Senadores e Senadoras concordarem, eu vou – já antecipando a V. Exa. – propor que seja apreciado um requerimento de urgência para que a matéria possa ir para o Plenário do Senado Federal e seja votada.

Nunca numa relatoria, Presidente, eu recebi tantas ligações de Governadores, sobretudo dos Governadores do Nordeste; todos eles. Ainda ontem, recebi um telefonema do Governador do Estado do Piauí e de outros Governadores. Que esse marco regulatório possa vir a ser aprovado pelo Congresso Nacional, ser deliberado e logo depois sancionado, com a letra de lei encaminhada ao Presidente da República ou com veto – nós não temos como saber, entender isso.

Participou da construção desse relatório V. Exa., que contribuiu muito. Muito do que está nesse relatório foram emendas encaminhadas por V. Exa., sugestões encaminhadas por V. Exa. E nós discutimos também, como é de praxe e sempre faço, a audição dos representantes do Governo, sobretudo os representantes do Ministro da Fazenda; até porque, nesse relatório, foram adicionados, ao que veio da Câmara, incentivos – que eu já tinha lido na sessão anterior – para a implantação dessas plantas para produção de hidrogênio de baixo carbono.

Portanto, eu agradeço aqui à Cynthia e ao Fábio, que são os nossos assessores, que trabalharam muito. Sem esses assessores nós não teríamos conseguido avançar nessas discussões todas. Foram várias discussões. E passo a ler o meu relatório complementar. Como eu disse antes, do outro já tinha sido dado conhecimento a todos os Senadores e Senadoras.

Em 15 de maio de 2024, foi realizada a leitura do relatório do Projeto de Lei 2.308, de 2023, e, a pedido do Senador Eduardo Girão e do Senador Cid Gomes, foi concedida vista coletiva ao mesmo projeto. O parecer conclui pela aprovação do Projeto de Lei 2.308, de 2023, em conjunto com emendas apresentadas naquele documento, pela aprovação da Emenda nº 3 e pela rejeição das demais emendas apresentadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a leitura, foram apresentadas as Emendas nºs 4 a 14, sobre as quais vamos agora discorrer, sobre esse assunto, com voto.

A Emenda nº 4 é de autoria do Senador Cid Gomes; foi retirada a pedido do próprio autor.

Saúdo a Senadora Margareth Buzetti.

Entendemos que as Emendas nºs 5 a 14 atendem aos critérios de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e também da boa técnica legislativa, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal.

A Emenda nº 5, do Senador Fernando Dueire, altera o inciso III do §1º do art. 27 do PL 2.308, de 2023, de forma a possibilitar que seja beneficiária do Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro) a pessoa jurídica coabilitada que se dedique à produção de qualquer biocombustível para a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono. Entendemos que merece prosperar a extensão do enquadramento no Rehidro aos demais produtores de biocombustíveis a serem utilizados para a produção de hidrogênio de baixa emissão de carbono, incluindo aí o etanol, que não estava no relatório anterior. O etanol tem uma quantidade de hidrogênio muito grande. A fórmula é C_2H_6O , então são muitas moléculas – seis moléculas de hidrogênio – que podem, por catalisadores, alta pressão e vaporização, ser retiradas realmente para atendimento ao nosso mercado.

A Emenda nº 6, do Senador Astronauta Marcos Pontes, altera emenda proposta no parecer de 15/05/2024 para incluir um inciso II no art. 32, §8º, renumerando os incisos seguintes, de forma que, no procedimento concorrencial prévio a ser realizado para definir beneficiários da concessão do crédito fiscal, deverão ser priorizados projetos que prevejam a menor intensidade de emissões de gases de efeito estufa do hidrogênio produzido ou consumido e que possuam maior potencial de adensamento da cadeia de valor nacional. Essa emenda será acolhida por entendermos que introduz um aperfeiçoamento que permite incentivo à agregação de valor ao hidrogênio produzido nacionalmente, de forma a impedir que o país se torne um mero exportador de incentivos fiscais. Importante frisar que, apesar de se tratar de uma nova redação ao inciso II, o comando da emenda renumera os incisos seguintes. Logo, será um condicionante adicional a ser cumprido para priorização da concessão de novos incentivos.

A Emenda nº 7, do Senador Ciro Nogueira, altera a redação dada por emenda do Relator para definir o hidrogênio verde como sendo aquele produzido por eletrólise da água, utilizando fontes de energia renováveis. Entendemos que essa redação não pode ser acatada, considerando que o conceito de hidrogênio verde apresentado no parecer reflete a confluência dos debates ocorridos na tramitação do projeto de lei.

A Emenda nº 8, do Senador Ciro Nogueira, adia de 2027 para 2028 o início da concessão dos créditos fiscais previstos no art. 31. Adicionalmente, retira o inciso que prevê que a concessão de créditos ocorrerá em montantes decrescentes ao longo do tempo. O adiamento do início da vigência merece ser acolhido, uma vez que permitirá prazo adicional para maturação dos incipientes projetos de hidrogênio de baixa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emissão de carbono. Entretanto, a outra alteração será rejeitada, uma vez que contribui para a redução da disponibilidade de recursos para novos projetos. Nesse sentido, essa emenda deverá ser acolhida parcialmente, nos termos da Emenda 9, que veremos a seguir.

A Emenda nº 9, do Senador Cid Gomes, também adia de 2027 para 2028 o início da concessão de créditos fiscais previstos no art. 31, e adiciona um ano a mais no período de concessão do benefício, que passaria a vigorar até 2032. Conforme exposto na descrição do acolhimento parcial da Emenda nº 8, entendemos que merece prosperar a iniciativa de adiar o início da vigência do benefício de crédito fiscal. Adicionalmente, também acolheremos a extensão de prazo de vigência do benefício, que passará a vigorar até o ano de 2032. Por esse motivo, somos pela aprovação integral da emenda do Senador Cid Gomes.

A Emenda nº 10, também do Senador Cid Gomes, introduz critério de adicionalidade como requisito para enquadramento como hidrogênio verde. Entendemos que esse critério, embora meritório por constituir incentivo à instalação de novos projetos de energia limpa, impede que seja aproveitado o parque brasileiro gerador de energia elétrica, que é majoritariamente constituído de fontes de baixa emissão de carbono. Seria, portanto, uma forma de desvalorizar o diferencial brasileiro frente ao restante do mundo.

A Emenda nº 11, do Senador Cid Gomes, altera a Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, para prever que a licença prévia de empreendimento de geração de energia elétrica *offshore* ou localizado em águas interiores sob o domínio da União, e com pelo menos 70% de sua capacidade destinada ao suprimento de projetos de produção de hidrogênio verde, poderá ser emitida para os primeiros 6 mil megawatts de potência instalada, independentemente de celebração de contrato de cessão da área e de emissão de Declaração de Interferência Prévia (DIP), flexibilizando essa que não se estenderia ao processo de concessão de licenças de instalação.

Embora compreendamos o mérito da emenda, que busca agilizar e saltar alguns obstáculos que são inerentes na legislação brasileira, dinamizar o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos importantes para a produção de hidrogênio, entendemos que a manutenção da obrigatoriedade de cessão de uso nesses casos é importante para a correta organização dos trabalhos empreendidos pelos órgãos licenciadores. A flexibilização proposta no dispositivo pode aumentar o número de projetos cujos prisms se sobrepõem uns aos outros, situação que poderia dificultar sobremaneira a análise do licenciamento ambiental desses empreendimentos. Ademais, essa matéria deve ser disciplinada em diploma legal específico, que se encontra em tramitação no Congresso Nacional atualmente. Nesse sentido, essa emenda, lamentavelmente, vou rejeitar.

A Emenda nº 12, do Senador Cid Gomes, adiciona o §5º ao art. 26 da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, para estender a equiparação a autoprodutor de energia elétrica aos consumidores que produzam hidrogênio verde, o que proporcionaria a redução no pagamento de encargos setoriais incidentes sobre o consumo de energia. Essa proposta não deve prosperar, considerando que deverá resultar na oneração aos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais consumidores de energia elétrica, que arcam já com, de forma muito onerosa, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), além de outros encargos previstos no dispositivo que se busca alterar.

A Emenda nº 13, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, altera a taxonomia do hidrogênio de baixa emissão de carbono, retirando o limite de emissões, em quilogramas de dióxido de carbono equivalente por quilograma de hidrogênio produzido, e atribuindo ao regulamento a competência para definição desse valor. Entendemos que essa alteração não deve ser acolhida, pois o art. 4º, §1º, prevê a possibilidade de revisão do valor atribuído na lei a partir do ano de 2030. Então, já está praticamente contemplado.

A Emenda nº 14, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, amplia a competência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para oferecer contribuições à Agência Nacional do Petróleo (ANP). Acolhemos o mérito dessa alteração, uma vez que as tecnologias de obtenção de hidrogênio de baixa emissão de carbono podem evoluir ao longo do tempo.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, pela juridicidade, pela regimentalidade e pelo atendimento do quesito de boa técnica legislativa das Emendas nºs 5 a 14. E, no mérito, somos pela aprovação parcial da Emenda nº 8 na forma da Emenda nº 9, pela aprovação integral das Emendas nºs 5, 6, 9 e 14 e pela rejeição das demais emendas.

Esse é o relatório complementar, Sr. Presidente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Para discutir.

Tem a palavra nossa Senadora que nos honra aqui com sua presença.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Quero parabenizar, Otto, pelo brilhante relatório. Nós sabemos que o Brasil tem uma grande capacidade de produção do hidrogênio verde, tanto para consumo interno quanto para exportação. O Mato Grosso é um grande produtor de etanol. Então, eu só posso dizer que apoio integralmente esse projeto.

Muito obrigada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Margareth Buzetti.

Sr. Presidente, eu acho que nós não temos ainda quórum para votação, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone.*) – É.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu já telefonei, inclusive, para o Senador Fernando Dueire, que está a caminho. *(Pausa.)*

Olha!

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone.*) – É, Fernando Dueire.

Senador, seja bem-vindo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já deu presença?

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Dei.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Seja bem-vindo, Senador.

Peço a V. Exa. que registre a presença.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não registrou ainda, não?

Como é que está o painel aí? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Ah, já estava o Fernando.

Bem, nós temos a informação aqui de que o Senador Randolfe está se encaminhando para cá, e o Senador Eduardo também deve retornar.

Eu quero aproveitar a oportunidade para registrar aqui a presença de diversos atores que foram fundamentais para o avanço, a evolução e a concretização desse marco legal, que se consolida através do extraordinário relatório feito pelo nosso Senador Otto Alencar.

Então, quero agradecer aqui ao Ministério da Fazenda, que teve toda a atenção, toda a dedicação e permitiu que fosse incluído um incentivo que muito poucos acreditavam que seria possível. Ao final, nós temos inserida nesse projeto uma proposta, em consonância com o Ministério da Fazenda, de algo em torno de R\$13,3 bilhões, que serão disponibilizados para incentivos à implantação dessa política no nosso país.

Quero registrar a presença e o apoio – e agradecer a elas – das entidades que estão muito proximamente vinculadas a esse tema: a entidade que congrega os produtores de energia eólica, a entidade que congrega os produtores de energia solar. Quero agradecer aos técnicos, à diretoria, aos secretários-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

executivos e ao próprio Ministro de Minas e Energia. Quero agradecer ao Ministério da Indústria e Comércio, que deu importante contribuição no empenho pessoal do Ministro e Vice-Presidente Geraldo Alckmin, e também ao Secretário de Políticas Rollemberg.

Quero agradecer à iniciativa privada, às entidades não governamentais, aos Governos de estados. Como já foi aqui citado pelo nosso Senador e Relator Otto, diversos Governadores participaram diretamente desse processo. Quero, em nome de todos do setor público da Federação brasileira, convidar o Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado Salmito Filho para se fazer presente aqui e ocupar a mesa diretora dos trabalhos.

Bom, esse momento é o coroamento de um processo que começou há mais de um ano, em que diversas reuniões foram feitas aqui em Brasília, ouvindo especialistas, autoridades de diversos órgãos do Governo e órgãos não governamentais. O projeto, o trabalho desta Comissão teve sequência visitando e conhecendo experiências nessa área do hidrogênio em vários estados brasileiros. Fomos ao Paraná, fomos a São Paulo, fomos ao Rio de Janeiro, fomos à Bahia, fomos a Pernambuco, fomos ao Ceará. Em todos esses estados, as iniciativas que estão acontecendo já hoje foram valiosíssimas para que a gente pudesse alcançar o conceito, a regulamentação dos órgãos que irão certificar, dos órgãos que irão fiscalizar e, naturalmente, toda a política de incentivo fiscal.

Quero agradecer o empenho pessoal do Senador Otto, que se fez presente em várias dessas reuniões, a colaboração de todos aqueles que contribuíram para o relatório, que hoje é entregue, e a abertura do Senador Otto, em, até a última hora, se dispor a receber emendas.

E, no seu relatório, quero registrar aqui que ele incorporou uma emenda importante, apresentada pelo Senador Fernando Dueire, que trata, com especificidade, da importância do itinerário do etanol na produção de hidrogênio verde, deixando-a muito patente. O Brasil é um grande produtor de etanol; aliás, é o precursor dessa política de biocombustível no mundo, que hoje já tem uma importante participação na geração de energia no nosso país, na mistura dos combustíveis.

O Estado de Pernambuco é um dos que se destacam no Nordeste brasileiro, e, portanto, o Senador Fernando Dueire, sempre atento à nobre tarefa de representar e defender o mais legítimo interesse do seu estado, em muita boa hora, faz essa sugestão, através de uma emenda, acolhida pelo nosso Senador Otto.

Pelo relatório dele, diversas outras emendas foram acolhidas.

E repito: certamente, só temos a agradecer o empenho do nosso Relator – Relator cativo.

Eu, pessoalmente, quero agradecer as emendas que foram acolhidas no seu relatório original – agora, já, no seu relatório complementar –, mas estou aqui estendendo a minha fala, para ver se o quórum se consolida, para que a gente possa continuar a discussão e, em seguida, passar à votação.

A votação do parecer complementar pode ser de forma simbólica; não há problema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero, com a compreensão do nobre Relator, apresentar um destaque para duas emendas que foram apresentadas por mim e que... (*Pausa.*)

A dez e a onze, não é? (*Pausa.*)

A dez, da adicionalidade.

Hã? (*Pausa.*)

Ah, porque foi alterada? (*Pausa.*)

Então, eu vou pedir um destaque para a Proposta de Emenda 11, que trata dessa questão de um licenciamento mais ágil para as *offshores*. Compreendemos que isso tem que ser tratado, e há, em curso no Senado, um projeto tramitando, para tratar especificamente do processo de definição da energia eólica *offshore*. No entanto, esse é um projeto que já está aqui no Senado, desde novembro do ano passado, e que, muito provavelmente, terá alterações.

É um projeto que tem origem no Senado, foi para a Câmara e no qual eu, pessoalmente, estou empenhado. Está na Comissão de Infraestrutura, cujo Presidente é o Senador Confúcio, e tem como Relator o Senador Weverton. Mas acho que é um aceno no sentido de tornar mais ágeis os primeiros projetos de energia eólica *offshore*, acho que é uma sinalização importante para a questão do hidrogênio de baixo teor de carbono, mas, de modo muito particular, para o hidrogênio verde, que, creio, será o que inicialmente justificará os grandes investimentos no nosso país.

A Emenda nº 10, que trata da adicionalidade, eu estou substituindo, Senador Otto, por uma outra emenda, que acho que recebe o número 15, que ainda terá que ser submetida a V. Exa. Se V. Exa. a acatar, eu ficarei muito satisfeito. V. Exa. nem a recebeu ainda, está no sistema, mas eu quero fazer aqui uma apresentação e justificação.

Eu estou, nessa emenda, reinserindo o conceito de adicionalidade e também estabelecendo um percentual de energias renováveis – eólica e solar – no *grid*, para que isso possa se incorporar ao conceito de hidrogênio verde. Vejam bem, essa questão do hidrogênio verde está no projeto de lei por insistência minha, sem que isso... E agradeço, obviamente, a recepção pelo Relator. Mas eu quero, assim, em rápidas palavras, justificar – o que já fiz numa reunião aqui, em que a gente analisou minuciosamente o parecer do Senador Otto – e quero relembrar.

A lei trata, globalmente, de um conceito de hidrogênio de baixo teor de carbono. Isso quer dizer que diversos itinerários, os mais heterodoxos – gás natural; o hidrogênio que já pode ser extraído do subsolo, onde há câmaras de gases, perdoem se os termos não são... o etanol; o biodiesel; a biomassa, enfim, todos esses itinerários –, permitem que você produza o hidrogênio com baixo teor de carbono. Esse é o grande marco. No detalhamento dessa proposta... E toda a política de incentivos é destinada à produção de hidrogênio de baixo teor de carbono. Portanto, todas essas origens são contempladas com os incentivos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cuja ordem de grandeza já fiz aqui um registro, que superam a casa dos R\$13 bilhões, ao longo de cinco anos – a pedido do próprio setor que tem feito estudos nessa área –, a partir de 2028: ano de 2028, ano de 2029, ano de 2030, ano de 2031 e ano de 2032.

Serão R\$13,3 bilhões disponibilizados para incentivo. E esses incentivos estarão disponíveis para todas as fontes, para todas as iniciativas de produção de hidrogênio de baixo teor de carbono e também para o consumo desse hidrogênio. Dos incentivos, a política macro é essa.

No entanto, nós temos uma crença – e eu particularmente tenho acompanhado pessoalmente isso – de que o grande consumidor inicial para essa nova matriz será o Mercado Comum Europeu, a partir de compras que já estão sendo transitadas na Alemanha, inicialmente. E para esse mercado consumidor... E eu digo isso porque visitei a comissão europeia de hidrogênio verde, visitei a Diretora de Energia da Comunidade Europeia, eles fazem lá um conceito que trata especificamente de hidrogênio verde, que é o que demandará as primeiras aquisições. No conceito europeu, não adianta a gente...

Muitos resistiram a que na lei tivesse esse conceito de hidrogênio verde. Por que a minha insistência? Porque esse será o primeiro grande mercado e a partir disso é que, imagino, os grandes projetos se instalarão, mas milhares ou centenas ou dezenas de projetos de outras fontes irão acontecer a partir da política de incentivos, deixando sempre isso muito claro, que não são excludentes.

Como nós vamos ter, na nossa legislação, no nosso marco regulatório, uma agência que vai regular a questão, que, está definido, é a ANP; como nós vamos ter certificadores, que também, definidos pela lei, serão credenciados para certificar o que é, a partir do conceito da lei, o hidrogênio de baixo teor de carbono, ainda um outro conceito de hidrogênio renovável e um terceiro conceito de hidrogênio verde, especificamente, Senador Otto, para esse hidrogênio verde, o que nós queremos é facilitar o trabalho na relação entre os potenciais vendedores brasileiros e os potenciais compradores europeus. É muito voltado para isso aí. Como o conceito é de quem compra, não adianta a gente, que vai vender, querer aqui dizer o que é que a gente considera "hidrogênio verde" – aspas, não é? A gente tem que, *ipsis litteris*, adotar o conceito de quem vai comprar. E só vamos facilitar, porque a nossa agência reguladora e as nossas certificadoras vão certificar: "Para tal tipo de hidrogênio, esse é um hidrogênio de baixo teor de carbono; para um tipo 2, é um hidrogênio de baixo teor de carbono, mas também atende às condições do conceito de hidrogênio renovável; e, para casos mais estritos, hidrogênio de baixo teor de carbono, hidrogênio renovável e hidrogênio verde no conceito europeu".

O conceito europeu fala que hidrogênio verde tem que ser a partir da hidrólise, a partir da quebra da molécula da água – ele não aceita outro itinerário que não seja esse –, e a energia usada para fazer essa quebra tem que ser solar ou eólica. Ponto. E, mais, tem que ter o conceito de adicionalidade. E isso se justifica pelo seguinte: se você... O que se pretende com tudo isso é ter uma matriz energética que reduza as emissões de carbono. Ora, se o Brasil já produz 30GW de energia solar e eólica, e elas estão sendo utilizadas em outras atividades que não a produção do hidrogênio, se eu aceitar na produção do hidrogênio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a matriz energética seja uma dessas já existentes, você está trocando seis por meia dúzia. Você não está deixando de reduzir nenhuma emissão de carbono. Isso é o conceito europeu, e eu simplesmente não estou entrando no mérito dele. Eu quero só... Eu vou defender, e vou defender com muita disposição, que nós facilitemos o trabalho. Quer dizer, eu não estou mexendo no hidrogênio de baixo teor de carbono, para isso pode-se usar energia eólica existente. Eu não estou mexendo no conceito de energia renovável. Pode-se usar o eólico e o solar já existentes para o verde, porque o conceito é do comprador; a descrição, a definição é do comprador, não é nossa. Eu quero só facilitar aqui para que o nosso certificado já dê, de antemão... É óbvio que eles não vão acreditar, eles vão ver, mas, se o processo estiver direitinho no conceito deles, acho que isso vai facilitar a vida dos vendedores e vai facilitar, no médio prazo, a vida deles também, pois já vão ter essa definição.

Então... (*Pausa.*)

Sim, vou deixar bem claro.

No conceito de hidrogênio verde, a Emenda 15 propõe que seja obedecido o critério da adicionalidade. Tem que ser nova energia solar, nova energia ou nova energia eólica. E, no conceito lá deles, se você tem 90% no *grid* dessas duas energias, você admite qualquer outra, até para dar a permanência, porque a solar só funciona de dia, bateria ainda é muito cara, não justifica. E a eólica, você está no regime dos ventos, e pode uma hora faltar as duas, faltar a solar e faltar a eólica. Portanto, você tem que ter essa definição de que, no *grid*, que é o que está incorporado também na minha Emenda 15, este conceito de que 90% no *grid* é renovável. Isso atende aos conceitos e à determinação da comunidade europeia.

Fiz-me entender, Senador Otto? Perdoe a insistência, mas, assim, em função disso, eu não estou... É só para o hidrogênio verde, só para esse nicho de mercado. E não adianta, já que nós admitimos aqui colocar o verde, a gente não tê-lo no mesmo conceito europeu, senão isso só vai... É melhor também nem citar nada, porque, se eu for fazer no verde aqui, definindo como verde, mas estiver diferente do conceito deles, isso vai parecer uma burla, uma fraude, e é tudo o que eu quero evitar, não é? Ao contrário, o que eu quero é que o sistema brasileiro ofereça credibilidade, que os certificadores brasileiros ofereçam credibilidade, e que a agência reguladora ofereça credibilidade.

Então, não se trata de impedir para a essência do projeto, que é o hidrogênio de baixo teor de carbono, o uso de fontes eólicas e solar existentes. Trata-se de cumprir a determinação europeia para que, nessa venda exclusiva, atenda o conceito deles. E aí o conceito – repita-se – é deles, embora a gente tenha opiniões divergentes.

Essas discussões, elas acontecem na comunidade europeia. A França, por exemplo, defende e briga – e isto eu, particularmente, acho que nesse caso eles têm razão – que a energia nuclear possa ser considerada para o conceito de hidrogênio verde, porque a energia nuclear não gera carbono. Se a questão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é carbono, estritamente carbono... A energia nuclear tem uma série de outras preocupações ecológicas, ambientais, que são os resíduos, a possibilidade de radiação, a possibilidade de acidentes que a gente já viu em Chernobyl, que a gente já viu no Japão, mas, *stricto sensu*, emissão de carbono, a energia nuclear não emite carbono.

E quanto à hidroelétrica, que nós aqui consideramos uma energia renovável, há contestações, há controvérsias em círculos acadêmicos – e não é acatada, quer dizer, a hidroelétrica não é referida como uma fonte para o hidrogênio verde. Tem que ser exclusivamente solar ou eólica, porque alguns alegam que, no lago, você alaga vegetação, e essa vegetação, por processo químico, acaba gerando metano. E o metano é mais poluente ainda do que o carbono, porque tem carbono concentrado.

Já há hoje gente defendendo o contrário. A história da nossa vaca, aqui, como grande geradora de metano, já está sendo contestada. E a ciência é assim mesmo. Se a gente não tivesse evoluído, a gente estava achando que o universo estava girando em torno da Terra. Então, a humanidade vai aprendendo e vai conhecendo coisas.

Então, Senador Otto, eu acho que a minha fala fez foi piorar aqui, porque o Fernando diminuiu o quórum. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Bom, pode votar pelo aplicativo.

Tem notícia do Randolfe, por favor?

Bom, Senado Otto, com a palavra para dar sua opinião sobre a Emenda 15.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu ouvi como um aluno ouve um professor.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Desculpe-me...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu estou dizendo que eu ouvi V. Exa. como um aluno ouve um professor.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O professor aqui é V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A emenda que V. Exa. apresentou é praticamente igual à que eu tinha rejeitado antes: da questão da adicionalidade. Nós temos uma posição contrária sobre isso, e essa emenda foi colocada agora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou rejeitar a emenda, mas V. Exa. tem a possibilidade e a oportunidade de apresentar em Plenário para discutirmos com mais profundidade esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – O.k. Está certo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não me nego a debater esse tema, que eu já tinha uma opinião, aliás, contrariando o meu conterrâneo, de quem sou maior fã – Raul Seixas –, eu já tinha uma opinião formada sobre isso... (*Risos.*) Mas posso mudar, porque a música dele já diz isso.

Então, vamos ter a oportunidade de discutir. Eu estava convencido que não haveria necessidade de acolher a emenda da adicionalidade. Portanto, eu vou, a princípio, rejeitá-la e, depois, debater com V. Exa. mais profundamente e ver quais as contribuições que podem ser atendidas e que forem importantes para este projeto.

Eu queria destacar, Sr. Presidente, que dois assessores do Ministério da Fazenda que são o Gustavo Henrique e o Rafael Dubeux tiveram também uma participação muito grande e nos ajudaram muito, através das indicações lá do Ministro Fernando Haddad, com quem tenho discutido este tema, conversado bastante sobre isto. Ele está muito interessado, tem sido muito acessível para nos atender nas intervenções para que a sintonia possa acontecer, para que se aprove uma letra de lei que seja importante para o país, de uma maneira geral, neste tema que é fundamental para o Brasil e, sobretudo, é fundamental para os nossos estados do Nordeste. Eu citei os Governadores, e só me procuraram os Governadores do Nordeste. Interessante isso, não é? Talvez seja porque nossa região tem uma força muito grande tanto na produção de energia eólica como na produção de energia fotovoltaica. Então, eles todos me ligaram, me ligaram até na Alemanha quando eu estava lá no fórum, perguntando quando é que nós íamos aprovar este relatório.

Eu acho que já existe quórum para votação, não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... já tem quórum suficiente. Então, se tem quórum suficiente, como é votação simbólica, eu pediria que levasse em consideração o requerimento de tramitação em urgência aqui no Senado, que eu já tinha feito verbalmente, para, se aprovado pelos Senadores e Senadoras, colocar o requerimento de urgência para esta matéria ir a Plenário.

Nesse intervalo de Comissão até o Plenário, eu vou conversar com V. Exa. para ver se nós temos como atender essa emenda que foi apresentada aqui, que tem mais ou menos uma redação parecida com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que rejeitei, mas eu quero discutir profundamente para ver se a gente pode acolhê-la na votação em Plenário.

Eu agradeço a todos os assessores e passo a palavra... Quer dizer, é V. Exa. que comanda para a votação da matéria. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Obrigado, Senador Otto. Acho que V. Exa. propõe algo que é razoável e até que o momento vai nos obrigar... Eu poderia pedir destaque aqui na Comissão, e essa votação teria que ser nominal...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois é, eu estou concordando com V. Exa. e agradecendo a sugestão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Está correto, claro, claro. A votação pode ser feita remotamente, mas a gente vai ficar nesse trabalho... Eu tenho certeza de que já...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, eu acionei todos ali, mas não apareceu ainda ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Eu tenho certeza de que convencerei V. Exa., entre a votação aqui nesta Comissão e a votação em Plenário. Vou convencê-lo, vou fazer um graficozinho e vou convencê-lo...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho que eu vou talvez encarnar a alma de Raul Seixas: não tenho opinião formada sobre tudo.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Certo, o.k., é sempre bom.

Registro aqui a presença do Bruno – me ajudem aqui –, da Eletrobras; da Edith, da Engie; da Martha, da Abrage; da Marisete, da Abrage; do Salmito, já referido; da Daniela, da ABIHV; do Sebastian, da Fortescue; do Luis Vagas, da ABIHV; da Fernanda Delgado, também da ABIHV; da Patricia, do Ministério de Minas e Energia; da Karina, do Ministério de Minas e Energia; do Thiago, da Agência Nacional do Petróleo; da Aline, da ANP; do Gustavo e da Mariana, do Ministério da Fazenda; e do Dubeux, também do Ministério da Fazenda.

Então, vamos fazer isso. Vamos colocar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação simbólica o parecer, o relatório complementar do Senador Otto.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu, então, coloco também em discussão, para, na sequência, votar o requerimento de urgência, para que a matéria seja, o mais rápido possível, apreciada em Plenário. E eu, pessoalmente, farei gestões ao Presidente, para incluir, o mais breve possível, em pauta. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Bom, os três outros projetos já foram citados aqui, mas, para efeito de ata, vou registrar.

O Projeto de Lei nº 1.878, de 2022, o Projeto de Lei 1.880, de 2022, e o Projeto de Lei 3.173, de 2023, todos tratam da mesma questão e ficam prejudicados, porque ou foram incorporados em parte, ou tivemos tudo inserido nesse projeto, do qual acabamos de votar o parecer.

Então, está em discussão o parecer pela prejudicialidade dos demais projetos. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação a prejudicialidade.

Os senhores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, os projetos ficam arquivados e passam, em parte, a constituir o Parecer nº 2, de 2024, do Senador Otto.

Eu quero só anunciar, Senador Otto, que apresentarei, em Plenário, o objeto das emendas sobre as quais não tive o privilégio, ainda, de ter a sua consideração. Espero que, até lá, possamos ou convencê-lo ou sermos convencidos do contrário. Tenho certeza de que, pelo seu bom senso e pelo respeito que tenho a V. Exa., haveremos de formar um juízo juntos.

Antes de encerrar, coloco em votação a ata da presente reunião.

Vou fazer isso, porque não sei mais, Senador, se teremos alguma reunião desta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, hoje, estamos aprovando, aqui na Comissão, o projeto da Câmara. Esse projeto voltará para a Câmara, e a Câmara ou acatará as nossas incorporações ou voltará ao projeto original.

Nós, ainda no ano passado, votamos aqui, também, um projeto de iniciativa do Senado que está em apreciação na Câmara. Se a Câmara votar esse nosso projeto e enviar para cá... Talvez, seja mais prático ela votar esse projeto, respeitando, se Deus quiser, os aprimoramentos que o seu relatório e os componentes desta Comissão fizeram.

Então, como essa pode ser esta a última reunião, eu quero já colocar em votação a ata da presente reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença, a colaboração e a contribuição de todos e, particularmente, dos componentes desta Comissão, deles destacando o trabalho primoroso e dedicado do nosso Senador Otto, está encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

